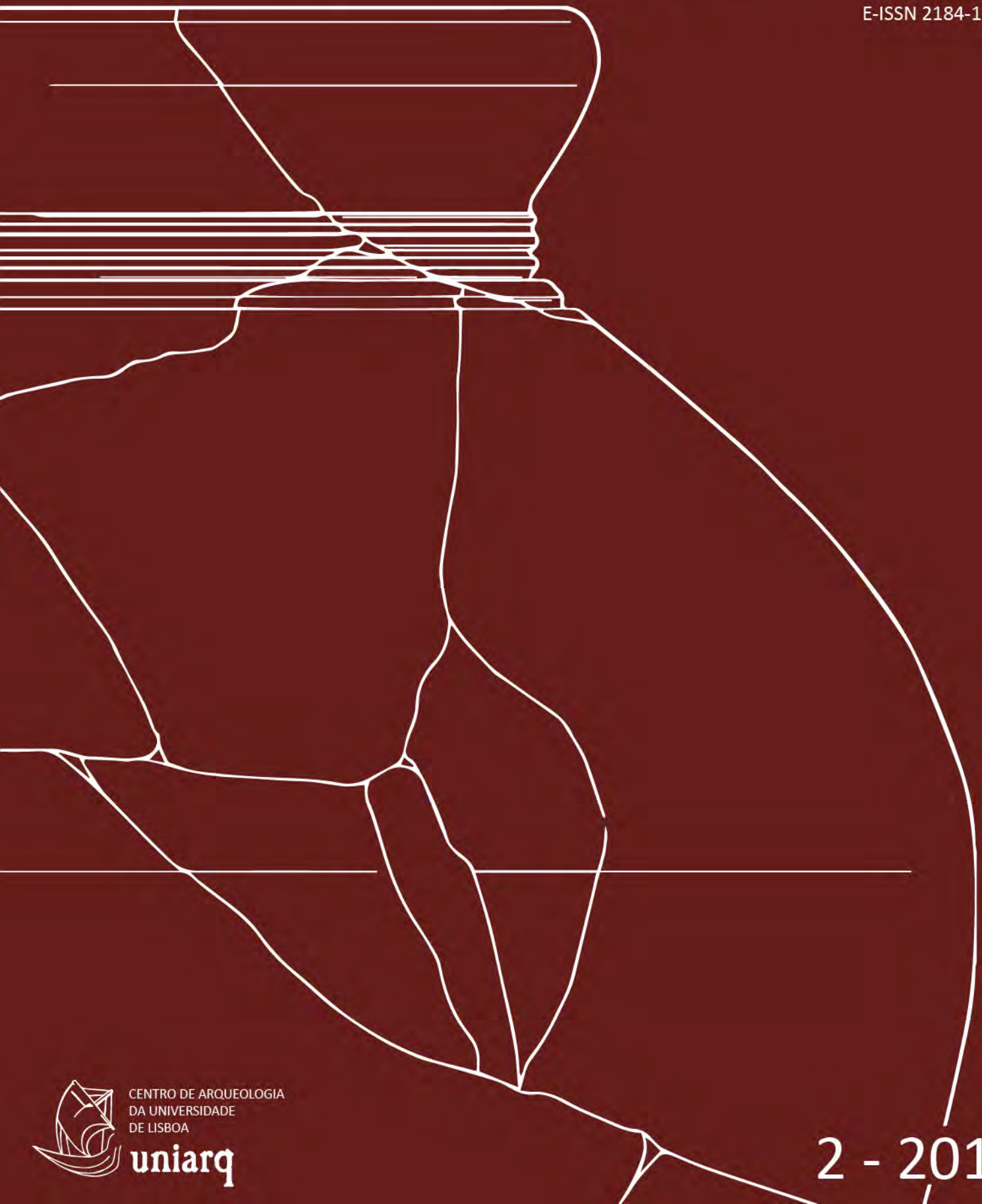


OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X

E-ISSN 2184-173X



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

2 - 2018



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



LETRAS
LISBOA



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA
uniarq

OPHIUSSA. Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

Publicação anual

Volume 2 – 2018

Direcção e Coordenação Editorial:

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

Conselho Científico:

André Teixeira (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Fabião (Universidade de Lisboa)

Catarina Viegas (Universidade de Lisboa)

Gloria Mora (Universidad Autónoma de Madrid)

Grégor Marchand (Centre National de la Recherche Scientifique)

João Pedro Bernardes (Universidade do Algarve)

José Remesal (Universidade de Barcelona)

Leonor Rocha (Universidade de Évora)

Manuela Martins (Universidade do Minho)

Maria Barroso Gonçalves (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Mariana Diniz (Universidade de Lisboa)

Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)

Xavier Terradas Battle (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)

Secretariado: André Pereira

Capa: André Pereira sobre vaso cerâmico de Camposoto (desenho de António Sáez Romero / Joan Ramon Torres).

Paginação: Elisa Sousa

Impressão: Europress

Data de impressão: Dezembro de 2018

Edição impressa (preto e branco): 300 exemplares

Edição digital (a cores): www.ophiussa.letras.ulisboa.pt

ISSN: 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

Depósito legal: 190404/03

Copyright © 2018, os autores

Edição:

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1600-214 – Lisboa.

www.uniarq.net - www.ophiussa.letras.ulisboa.pt - uniarq@letras.ulisboa.pt

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UID/ARQ/00698/2013.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 5-24. SUBMETIDO A 23.06.2018. ACEITE A 10.09.2018.

A TECNOLOGIA LÍTICA DO FIM DO TARDIGLACIAR NO CENTRO DE PORTUGAL: O EXEMPLO DO ABRIGO 1 DE VALE DE COVÕES (SOURE)

LITHIC TECHNOLOGY DURING THE TARDIGLACIAL IN CENTRAL PORTUGAL: THE EXAMPLE OF ABRIGO 1 DE VALE DE COVÕES (SOURE)

CRISTINA GAMEIRO¹

RESUMO

O Abrigo 1 de Vale de Covões foi identificado, por T. Aubry, em 2001, e nesse mesmo ano, no âmbito de um projecto alargado sobre a ocupação pré-histórica do Maciço de Sicó, foi empreendida uma sondagem de 1m² para averiguação da potência estratigráfica. A identificação de níveis preliminarmente atribuídos ao Magdalenense e ao Gravettense motivou uma campanha de escavação em 2004. Neste artigo apresentamos a descrição e a nossa interpretação sobre a tecnologia dos artefactos líticos recuperados nas unidades estratigráficas 3 e 4 deste abrigo. Um carvão recolhido na unidade estratigráfica 4 possibilitou a obtenção de uma data de 10 020±40 BP (Cal 9769-9367 BC), convergente com a atribuição crono-cultural ao Magdalenense Final. O estudo da indústria lítica das unidades estratigráficas que aqui apresentamos foi levado a cabo no âmbito de um trabalho académico e os estudos faunísticos, geo-arqueológicos e datações para a totalidade da sequência estão ainda em curso.

Palavras-chave: Paleolítico Superior; Magdalenense; Tardiglacial; Tecnologia Lítica; Aprovisionamento matérias-primas.

ABSTRACT

The rock shelter 1 of Vale de Covões was identified, by T. Aubry, in 2001, and in that same year, to assess the stratigraphy, a 1m² test pit was carried out as part of an extensive project on the prehistoric occupation of the Sicó Massif. The identification of levels preliminarily attributed to the Magdalenian and to the Gravettian, motivated an 8m² excavation in 2004. Whitten this article we present the description and our interpretation on the technology of the lithic artefacts recovered in the stratigraphic units 3 and 4 of this rock shelter. A charcoal collected in the stratigraphic unit 4 allowed to obtain a date of 10 020 ± 40 BP (Cal 9769-9367 BC) in convergence with the chrono-cultural attribution to the Late Magdalenian. These studies, on the lithic industry, were carried out in the framework of an academic work. The faunal analysis, geo-archaeological studies and dating, for the complete sequence, are still undergoing.

Keywords: Upper Paleolithic; Magdalenian; Tardiglacial; Lithic technology; Raw material sourcing.

1. INTRODUÇÃO

O extremo norte da Estremadura, área correspondente à bacia do Mondego, constitui um território com ocupação do Paleolítico Superior documentada (Aubry - Moura 1993; Aubry - Fontugne - Moura 1997; Aubry *et al.* 1998; Aubry *et al.* 2001; Aubry - Dimuccio - Moura 2017). Contudo, a escassez de dados e a inexistência de longas sequências sedimentares bem preservadas, faz com que a identificação recente de um Abrigo com ocupação durante o Paleolítico Superior possa aportar dados que melhorem o nosso conhecimento sobre o povoamento, tecnologia e subsistência nesta região. O nosso conhecimento sobre a transição Plistocénico-Holocénico é ainda elementar, apesar de, nos últimos anos, termos assistido à identificação de novos sítios com ocupação humana durante o Alleröd e o Dryas III, e, conseqüentemente, ter aumentando o nosso conhecimento sobre o Tardiglaciário (Andrade - Matias - Mântua 2010-2011; Gameiro - Aubry - Almeida 2013; Gameiro - Davis - Almeida 2017; Aubry *et al.* 2017).

Neste artigo apresentaremos dados relativos à indústria lítica recuperada nas unidades estratigráficas 3 e 4, ou seja os níveis correspondentes ao topo da sequência sedimentar identificada no Abrigo 1 de Vale de Covões. Estes vestígios corresponderam a ocupações humanas no local, provavelmente, durante o final do Alleröd ou início do Dryas III. Procuramos compreender a organização económica, a tecnologia e avançar alguns dados sobre a mobilidade dos grupos humanos no centro de Portugal durante o Tardiglaciário.

O estudo da indústria lítica destas unidades estratigráficas foi levado a cabo no âmbito de um trabalho académico (Gameiro 2012), o estudo da indústria lítica da unidade estratigráfica 5 foi já sumariamente publicado (Aubry - Zilhão - Almeida 2007; Klaric - Guellermin - Aubry 2010) e os estudos faunísticos e geo-arqueológicos sobre a totalidade da sequência estão em curso. A aparente contradição entre as datações de radiocarbono obtidas e as atribuições culturais tipo-tecnológicas (Aubry *et al.* 2008; Klaric - Guellermin - Aubry 2010) para a base da sequência (unidades estratigráficas 5 a 8) motivaram a realização de datações por OSL, cujos resultados continuam por apurar, facto que tem justificado o atraso na publicação dos resultados já obtidos para este sítio. Relativamente às unidades estratigráficas 3 e 4, e até à data, apenas foram publicados dados sobre o aprovisionamento das matérias-primas (Gameiro - Aubry - Almeida 2008; Aubry *et al.* 2016), sobre a traceologia (Aubry - Igreja 2008) e sobre o tipo de percutor utilizado na debitage lamelar (Gameiro 2017).

2. APRESENTAÇÃO DO SÍTIO

Do ponto de vista administrativo o Abrigo 1 de Vale de Covões situa-se na Freguesia de Tapéus, concelho de Soure, Distrito de Coimbra. O Vale dos Covões localiza-se a cerca de 300m de altitude, no bordo ocidental do Maciço de Sicó, desenvolvendo-se numa falha perpendicular à falha do Vale das Buracas, numa área onde o substrato calcário do Jurássico médio é afectado pelo modelamento cársico (Fig.

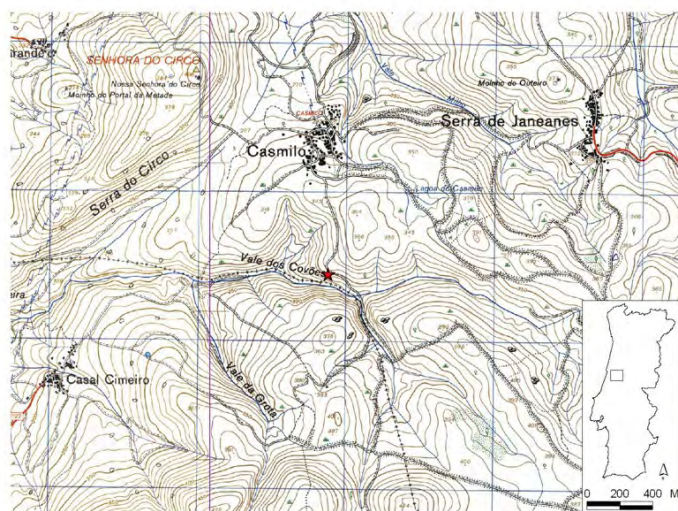


Fig. 1 - Localização do Abrigo 1 de Vale de Covões nas folhas 250 e 251 da Carta Militar de Portugal (1/25 000cm) e vista panorâmica geral do Vale de Covões. Foto de T. Aubry.

1). O Vale das Buracas corresponde a um canhão fluvio-cársico de vertente escarpada e as *Buracas* correspondem à denominação local para pequenos abrigos sobre rocha, resultantes de processos de gelifracção diferencial e de dissolução da parede rochosa durante um clima frio (Cunha 1986).

A localização deste pequeno abrigo, junto a uma exsurgência sazonal e próximo de fontes de sílex apresenta condições naturais que, certamente, favoreceram a implantação humana neste local.

3. METODOLOGIA

3.1. ESCAVAÇÃO

O sítio foi identificado por T. Aubry em 2001 e nesse mesmo ano, no âmbito de um projecto alargado sobre a ocupação pré-histórica do Maciço de Sicó, foi empreendida uma sondagem de 1m² para averiguação da potência estratigráfica. A identificação de níveis preliminarmente atribuídos ao Magdalenense e ao Gravettense motivou uma campanha de escavação em 2004 (Fig. 2). Em torno da sondagem inicial foi aberta uma área de 8m². A escavação foi efectuada por decapagens de 5cm e de acordo com as unidades estratigráficas identificadas. Todas as peças identificadas durante a escavação foram coordenadas tridimensionalmente. Todos os sedimentos foram crivados a água, tendo sido utilizado um crivo com malha de 2mm.

3.2. ESTRATIGRAFIA

A sequência estratigráfica (Fig. 3) identificada desenvolve-se sobre cerca de 2m de potência e foi já publicada (Aubry *et al.* 2008). Um total de 11 unidades estratigráficas foram identificadas e estas podem ser reagrupadas em 4 conjuntos sedimentares, separados por 4 discontinuidades (Aubry *et al.* 2008; Aubry *et al.* 2010). As fases erosivas reconhecidas são comparáveis com outras identificadas em sequências englobando ocupações Gravettenses no Maciço de Sicó (Aubry *et al.* 2008; Aubry *et al.* 2010), facto que parece concordar com a observação tecnológica da indústria lítica (Aubry - Igreja 2008; Klaric - Guillermin - Aubry 2010).

3.3. DATAÇÃO

Foram realizadas oito datações de radiocarbono para a totalidade da sequência (UE4 a UE8b). De momento, as datações de radiocarbono existentes



Fig. 2 - Aspecto dos trabalhos de escavação em 2004. Foto de T. Aubry.

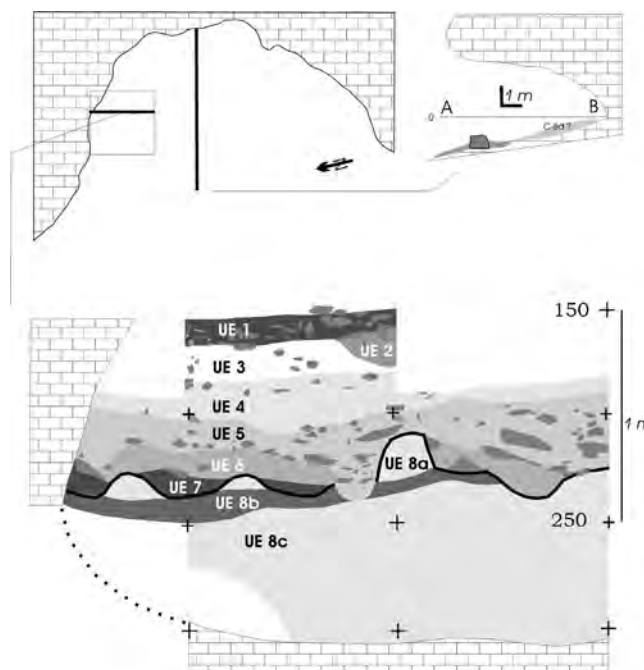


Fig. 3 - Planta geral do Abrigo e corte Este. Desenho de M. Almeida e T. Aubry.

situam-se entre os 12 700 e os 9 100 Cal BC (Fig. 4). Um carvão recolhido na unidade estratigráfica 4 possibilitou a obtenção de uma data de 10 020±40 BP (Cal 9769-9367 BC). Contudo, para as unidades 5-8b é notória uma incoerência, entre os resultados e a comparação tecno-tipológica da indústria lítica, que tem sido justificada por um rejuvenescimento do material em osso, resultante de contaminação por ácidos húmicos, e, para os carvões datados na base da sequência, uma percolação a partir dos níveis superiores. Este duplo fenómeno pode ser explicado

Sítio	Camada	Ref. Laboratório	Amostra	Data BP	Data Cal BC (2σ) *	Publicação
Abrigo 1 Vale de Covões	4	Beta-201014	Carvão	10 020±40	9 769 – 9 367	Aubry <i>et al.</i> 2008
Abrigo 1 Vale de Covões	5	Beta-201013	Osso	12 340±50	12 737 – 12 153	Aubry <i>et al.</i> 2008
Abrigo 1 Vale de Covões	5	UA33479	Osso	10 540±95	10 746 – 10 191	Klaric - Guillermin - Aubry 2009
Abrigo 1 Vale de Covões	7	UA33480	Osso	9 725±75	9 315 – 8 837	Klaric - Guillermin - Aubry 2009
Abrigo 1 Vale de Covões	8b	UA33481	Osso	9 315±90	8 775 – 8 305	Klaric - Guillermin - Aubry 2009
Abrigo 1 Vale de Covões	8b	UA24593	Osso	10 010±90	9 991 – 9 291	Aubry <i>et al.</i> 2008
Abrigo 1 Vale de Covões	8b	UA33482	Carvão	12050±70	12 129 – 11 782	Klaric - Guillermin - Aubry 2009
Abrigo 1 Vale de Covões	8b	Gif-12080	Carvão	12 220±24	12 274 – 12 059	Aubry <i>et al.</i> 2008

Fig. 4 - Datações de radiocarbono (AMS) do Abrigo 1 de Vale de Covões. *Calibração a 2σ segundo OxCal v4.3.2 Bronk Ramsey (2017); r-5; IntCal 13 Atmospheric curve (Reimer *et al.* 2013).

Tipo de artefacto	Matéria-prima										
	Sílex e Silcrete						Quartzo	Quartzo Hialino	Quartzito	Outras	TOTAL
	E1	C1	C3	D2/D3	F2	Ind.					
Núcleo		2	1				1				4
Fragmento de núcleo	1		1			1	2	1			6
Tablettes	1	1									2
Lamelas de crista	1	1									2
Lascas não corticais	13	122	10	4	2		38		11		200
Lascas corticais	4	31	3	2	1		15		11		67
Fragmento de lasca	8	64	6	4	1		31		9		123
Lâminas	1	4									5
Lamelas	13	20	5	1			2			2	43
Lamelas de buril	4	3		1							8
Lamelas corticais	3	2									5
Utensílios	19	13		1			11		1		45
Termoclastos	12	119		1			11				143
Fragmentos	1	3	1		1		1				7
Esquírolas	37	142	7		1		115		9	1	312
TOTAL	117	526	34	14	6	1	227	1	41	3	970
	698										

Fig. 5 - Inventário geral, por matéria-prima e classe tecnológica, da totalidade dos materiais líticos recolhidos na UE3. Tipos de sílex: E1/E2 (Cenomaniano); C1 (limite entre Bajociano e Batoniano local); C3 (limite entre Bajociano e Batoniano alóctone); D2/D3 (Oxfordiano); F2 (silcrete Facho); Ind. (indeterminado).

Tipo de artefacto	Matéria-prima												
	Sílex e Silcrete								Quartzo	Quartzo Hialino	Quartzito	Outras	TOTAL
	E1	E2	C1	C3	D2/D3	F2	SI	Ind.					
Núcleo			6				1		4				11
Fragmento de núcleo	4			1									5
Tablettes	1		1										2
Lascas não corticais	36	2	176	5	3	3			36	1	18	1	281
Lascas corticais	15		40	11	4				30		21		121
Fragmento de lasca	15		83	11	6	1			74		42		232
Lâminas	1		3		1								5
Lamelas	24		35	6	9				2	1		1	78
Lamelas de buril	3		2										5
Lamelas corticais	1		1	1									3
Utensílios	33		35		6			3	17	1	1		96
Termoclastos	17		234	2	4				14		5		276
Fragmentos	4		13	4	1				14		2	1	39
Esquírolas	142		238	16	8				216		50	1	671
TOTAL	296	2	867	57	42	4	1	3	407	3	139	5	1826
	1272												

Fig. 6 - Inventário geral, por matéria-prima e classe tecnológica, da totalidade dos materiais líticos recolhidos na UE4. Tipos de sílex: E1 e E2 (Cenomaniano); C1 (limite entre Bajociano e Batoniano local); C3 (limite entre Bajociano e Batoniano alóctone); D2/D3 (Oxfordiano); F2 (silcrete Facho); SI (silcrete indeterminado), Ind. (indeterminado).

pela reactivação de uma exurgência no fim do Plistocénico ou início do Holocénico e segundo L. Dimuccio, encarregue do estudo geomorfológico, pode ser provado pela existência de uma carbonatação, posterior à formação da sequência (Aubry - Zilhão - Almeida 2007; Aubry *et al.* 2008). Aguardamos os resultados das datações OSL, no entanto, a datação obtida para a UE4 é considerada coerente com o conteúdo antrópico da mesma.

3.4. ANÁLISE DE MATERIAIS

A metodologia utilizada parte do quadro conceptual inerente à abordagem tecnológica de uma colecção lítica (Tixier *et al.* 1980; Inizan *et al.* 1995; Pelegrin 1995), utilizando o conceito de cadeia operatória e procurando identificar as fases de aprovisionamento, produção, transformação e abandono de um utensílio. As matérias-primas representadas foram classificadas, de acordo com observações macroscópicas, como locais, regionais

ou alóctones seguindo os critérios estabelecidos por Geneste (1992) e segundo a informação disponível sobre a litologia e a geologia regional (Aubry 2009; Gameiro - Aubry - Almeida 2008; Aubry *et al.* 2016). Para agilizar a comparação entre sítios adoptamos o vocabulário, critérios de análise morfométrica e tipologia de J. Zilhão (1997). A descrição dos núcleos utiliza os conceitos desenvolvidos por N. Pigeot (1987) e adaptados por B. Valentin (1995). A descrição do retoque da utensilagem lamelar remete para os critérios definidos por M. Christensen e B. Valentin (2004).

4. RESULTADOS

4.1. A INDÚSTRIA LÍTICA DAS UNIDADES ESTRATIGRÁFICAS 3 E 4

O conjunto lítico apresentado é pouco numeroso e é composto por um número reduzido de utensílios e núcleos, o que coloca alguma dificuldade

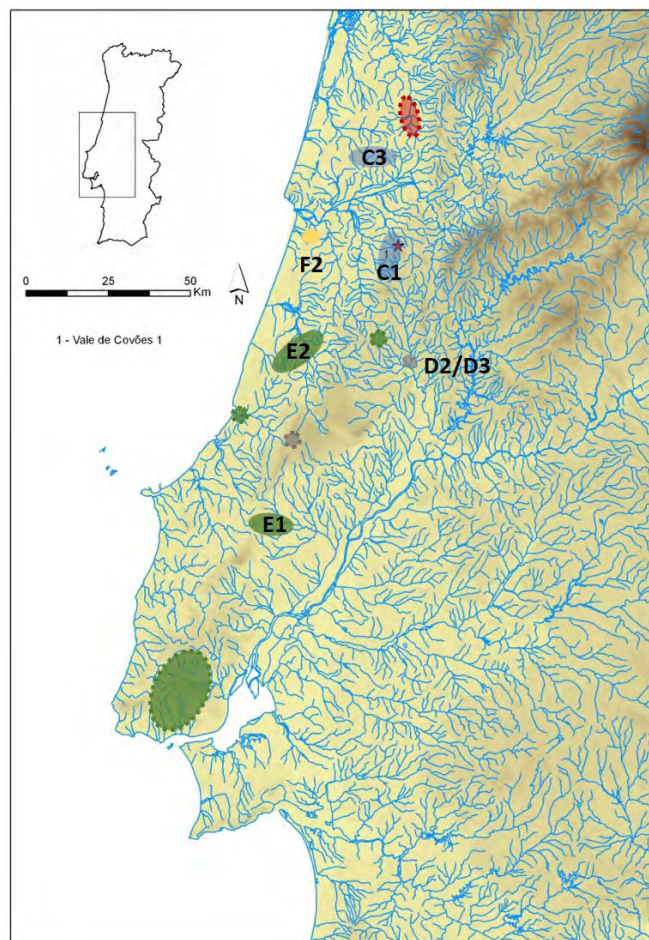


Fig. 7 - Localização do Abrigo 1 de Vale de Covões e das fontes de aprovisionamento em sílex e silcrete utilizadas: E1/E2 (Cenomaniano); C1 (limite entre Bajociano e Batoniano Sicó); C3 (limite entre Bajociano e Batoniano Outil/Ançã); D2/D3 (Oxfordiano do Nabão); F2 (silcrete Facho). Neste mapa representamos com os limites a tracejado algumas fontes de matéria-prima não utilizadas: E4/E5/E6 (respectivamente Cenomaniano de Caxarias, Nazaré e Lisboa) a verde; D5 (Oxfordiano de Moinho da Cabeça) a cinzento e A1 (Hetangiano de Anadia) a vermelho.

na identificação das cadeiras operatórias de produção. A área escavada é igual (9m²) e, no entanto, na UE4 o número de peças é duas vezes superior. Por prudência, e aguardando os resultados da micromorfologia e de novas datações radiométricas, decidimos apresentar separadamente os dois conjuntos líticos mas é possível que a UE3 constitua o remeximento ou a perturbação do topo da UE4.

Nas unidades estratigráficas 3 e 4 foram recolhidos, respectivamente, um total de 970 e 1828 artefactos líticos (Fig. 5 e Fig. 6). Este total inclui os termoclastos recuperados: 143 na UE3 e 276 na UE4. A observação dos inventários gerais (Fig. 5 e Fig. 6)

permite, de imediato, algumas conclusões: o sílex é a matéria-prima melhor representada (72% na UE3 e 69,5% na UE4) (Fig. 8 e Fig. 9) e a debitage foi orientada para a produção de lascas e lamelas. A percentagem importante de esquirolas (44,8% na UE3 e 36,7% na UE4) prova a realização de talhe no local (debitagem e retoque) e mostra que não existiu um processo erosivo com potência suficiente para transportar as peças de reduzida dimensão. O elevado número de esquirolas de quartzo, comparativamente com as restantes matérias-primas, pode ser explicado pelas características físicas desta matéria e tal foi já documentado experimentalmente por J-P. Bracco e P. Morel (1998).

As matérias-primas locais (< 5km)

O trabalho de identificação dos locais de aprovisionamento em sílex, revelou uma exploração maioritária do sílex local proveniente de formações no limite entre Bajociano e Batoniano (C1), disponível em posição primária ou nas formações detríticas situadas a menos de um km do sítio. Trata-se de um sílex com má aptidão ao talhe, seco e de grão grosseiro, nodular e de tamanho variável. Os nódulos de maior dimensão (10cm) apresentam grão ainda mais grosseiro. É comum a afectação pela tectónica local originando blocos angulosos e clivagens durante o talhe. As prospecções mostraram que este sílex quando presente em argilas de alteração ou em formações detríticas é afectado por uma epigenia secundária que melhora a aptidão ao talhe (C3). Este tipo de sílex representa 54% ou 47,5% do total para a UE3 e UE4, respectivamente. O quartzo e o quartzito estão disponíveis, sob a forma de seixo, nas formações detríticas cretácicas ou terciárias que preenchem as depressões do topo dos afloramentos calcários ou nos depósitos aluviais que ocupam o leito do curso de água sazonal que se sobrepõe ao abrigo. O quartzo constitui 23,4% do total da indústria lítica presente na UE3 e 22,3% na UE4. Os artefactos em quartzo comportando vestígios de córtex apresentam sempre um córtex rolado, típico dos seixos e confirmando uma colecta em posição secundária. O quartzito, foi menos explorado e está representado com 4% para a UE3 e 7,6% na UE4.

As matérias-primas regionais (5- 30km)

A Norte do Mondego, a cerca de 20km do Abrigo, conhecemos sílex no limite entre Bajociano e Batoniano (C3) de melhor aptidão ao talhe do que

aquele disponível nas imediações do abrigo e esta matéria-prima representa cerca de 5% do total na UE3 e 4% do total na UE4. Igualmente em pequena quantidade (<1%) foram ainda reconhecidos silcretes, de grão fino, aspecto translúcido, córtex irregular e frequentemente disponível sob a forma de plaquetas e cuja existência se conhece no Facho, na margem esquerda do Mondego, próximo da Figueira da Foz. Na UE4 foi identificado um núcleo em silcrete (Fig. 20), cuja proveniência não foi possível apurar com exactidão, mas que possivelmente estará disponível nas cascalheiras detriticas pliocénicas da região (a cerca de 10-15km).

As matérias-primas alóctones

O sílex Cenomaniano (E1/E2), disponível a cerca de 40km do abrigo, é a matéria-prima alóctone melhor representada com cerca de 12% na UE3 e 16,2% na UE4. Corresponde a um sílex de boa qualidade com grão fino, opaco, de cor variável (do rosa ao amarelo alaranjado). Por vezes, apresenta uma patine, branca ou amarelada, que torna mais difícil a sua identificação. O córtex é, frequentemente, rolado indiciando um aprovisionamento em posição secundária. Como iremos demonstrar, a excelente aptidão ao talhe, desta matéria-prima, fez com que tenha sido seleccionada para a produção de determinadas categorias de utensílios. Em percentagens mais reduzidas (1,7% para a UE3 e 3% para a UE4) identificámos sílex Oxfordiano (D2/D3), um sílex de grão fino, opaco de cor acinzentada com córtex primário espesso, disponível a cerca de 30km a Sul, no Vale do Nabão.

Não foi possível determinar a proveniência de cerca de 1% do material em sílex.

4.1.1. OS MATERIAIS LÍTICOS RECUPERADOS NA UE3

A indústria lítica foi orientada para a obtenção de lascas e suportes lamelares. Apenas cinco lâminas, em sílex, foram identificadas e destas, duas, apresentam simultaneamente vestígios de córtex e secção triangular, características de uma fase inicial da debitage. Estes suportes alongados de maiores dimensões não constituem vestígios de uma produção laminar autónoma mas certamente correspondem a uma fase de preparação dos núcleos lamelares. O índice de retoque é baixo e apenas foram identificados 45 utensílios retocados. Destes, 33 são

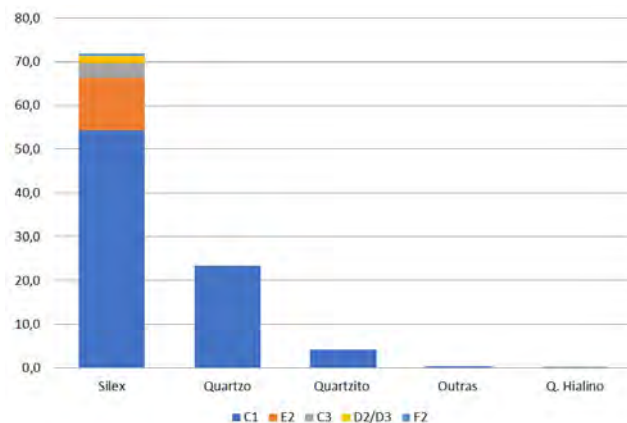


Fig. 8 - Percentagem de utilização das matérias-primas na UE3 do Abrigo 1 de Vale de Covões.

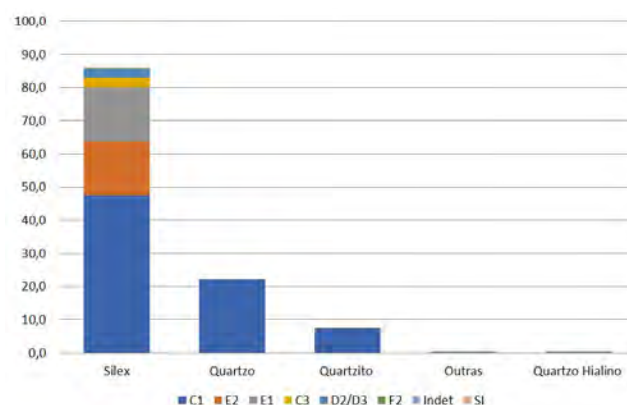


Fig. 9 - Percentagem de utilização das matérias-primas na UE4 do Abrigo 1 de Vale de Covões.

em sílex e os restantes em quartzo (11) e quartzito (1). As lascas constituem a maioria do tipo de suporte retocado (64,4%), seguidas pelas lamelas (31%) e lâminas (4,4%).

O talhe claramente foi orientado para a produção de lamelas pequenas, estreitas e finas com dimensões médias entre 15-20mm de comprimento, 4-8mm de largura e 1-2mm de espessura (Fig. 10). A análise morfo-tecnológica detalhada das lamelas brutas (28 lamelas e sete lamelas de buril) mostra que a maioria das lamelas tem bordos convergentes (10 exemplares), secção trapezoidal (18 exemplares) e um perfil direito (14 exemplares). A orientação dos negativos anteriores ou padrão dorsal é paralela (10) ou convergente (11) confirmando a tendência para o talhe unidireccional. Grande parte das peças está fragmentada e em apenas 13 exemplares foi possível observar os estigmas relacionáveis com o tipo de percussão: o talão esmagado (seis exemplares), a

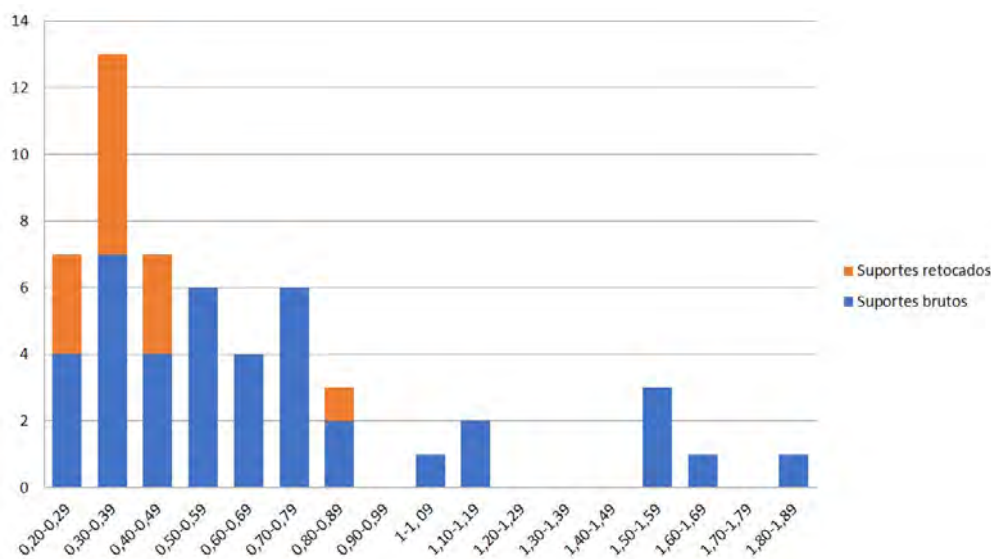


Fig. 10 - Histograma de larguras da totalidade dos suportes alongados da UE3.

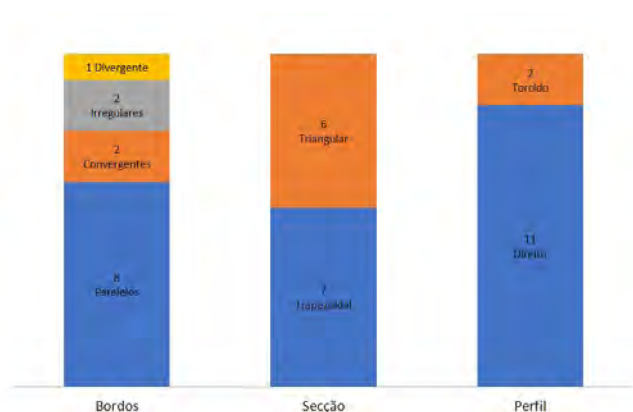


Fig. 11 - Morfologia dos bordos, secção e perfil das lamelas retocadas da UE3.

abrasão foi identificada em cinco peças, o labiado em duas, o esquirolamento do bolbo em duas peças e uma linha irregular do talão numa única peça. As lamelas seleccionadas para posterior retoque apresentam as mesmas características morfo-tecnológica (Fig. 11) e distinguem-se apenas pela presença de um número mais significativo de secções triangulares (seis em 13).

Apenas foram recuperados quatro núcleos e seis fragmentos de núcleo, tornando difícil a identificação das cadeias operatórias de debitage. As suas características detalhadas constam das tabelas apresentadas nas Fig. 18, 19 e 20. Apesar de existirem algumas lamelas em quartzo, nesta



Fig. 12 - Teste sobre um bloco de sílex alóctone do limite entre Bajociano e Batoniano (C3) com vista à debitage lamelar (UE 3). Foto J. P. Ruas.

matéria-prima apenas recolhemos um núcleo com negativos lamelares e os restantes evidenciam apenas negativos para lascas. Estes núcleos são sobre seixo, a exploração é facial (2) ou bipolar sobre bigorna (1). O eixo de debitage é sempre inferior a 4cm e apesar de algumas clivagens e ressaltos o motivo mais provável para abandono dos núcleos é sempre a sua reduzida dimensão. Em sílex local identificámos um bloco testado (Fig. 12) e um núcleo para lamelas e pequenas lascas (Fig. 13).

Este último é um exemplar de reduzidas dimensões que terá sido, provavelmente, debitado apoiado sobre bigorna, uma vez que evencia algumas marcas típicas desse apoio. Houve algum

cuidado na preparação deste volume: plano de percussão liso mas sem abrasão, dorso cortical mas com criação de convergência criar uma aresta que tenha possibilitado inicial a debitage. Os núcleos em sílex Cenomaniano (alóctone) foram explorados intensamente e seguindo estratégias mais elaboradas. A identificação de uma lamela de crista, neste tipo de sílex, demonstra a utilização desta técnica para a preparação dos pequenos volumes explorados com vista à obtenção de lamelas. No entanto, a estratégia mais utilizada consiste na utilização de um diedro natural para inicial a debitage. A preparação é reduzida e o dorso e os flancos permanecem, frequentemente, corticais. A superfície de debitage apresenta um formato sub-retangular e o plano de percussão, sempre liso, apresenta ângulos na ordem dos 70°. A exploração é intensa mas a reduzida dimensão dos volumes faz que com que a produção seja reduzida. A progressão da debitage é semi-giratória, continua, frequentemente, com recuo oblíquo. A debitage é sempre unidireccional mesmo quando existem dois planos de percussão (utilizados de forma sucessiva). Três fragmentos de núcleos (um em sílex Bajociano alóctone e dois em sílex Cenomaniano) evidenciam estigmas relacionáveis com debitage bipolar sobre bigorna e podem testemunhar uma tentativa de produção de pequenas esquirolas, rentabilizando a matéria-prima quando as dimensões (eixo de debitage < 15mm) não permitem debitage lamelar (Fig. 14).

A tipologia é maioritariamente (44,4%) constituída por lascas com retoque irregular, descontínuo ou atípico (incluindo os fragmentos de peças retocadas), que podemos juntar, pela semelhança morfológica, à utensilagem de fundo comum (11%) que inclui três entalhes, um denticulado e uma peça esquirolada (Fig. 15). A análise métrica efectuada sobre as lascas retocadas permitiu constatar que em materiais locais (sílex Bajociano e quartzo) as dimensões são similares (3cm de comprimento X 2,4cm de largura) e são superiores às das lascas de sílex Cenomaniano (alóctone) que, em média, não ultrapassam os 2cm de comprimento e largura. As raspadeiras constituem 13,3% do total da utensilagem retocada. Apresentam sempre dimensões reduzidas e, com excepção de uma raspadeira afocinhada em quartzo e uma raspadeira nucleiforme (Fig. 16:5), dominam os tipos finos (Fig. 16:4). As raspadeiras espessas, que acabámos de mencionar, podem de um ponto de vista tecnológico ser consideradas núcleos lamelares. Apenas um buril (de ângulo sobre fractura) em sílex Cenomaniano foi



Fig. 13 - Núcleo lamelar em sílex local do limite entre Bajociano e Batoniano (C1) com vestígios de apoio sobre bigorna (UE 3). Foto J. P. Ruas.



Fig. 14 - Fragmento de núcleo bipolar sobre bigorna provavelmente utilizado para produção de esquirolas em sílex alóctone Cenomaniano (E1/E2) (UE 3). Foto J. P. Ruas.

identificado.

As lamelas retocadas/armaduras representam 29% (13 peças) do conjunto: sete fragmentos de lamela de dorso, três lamelas de dorso rectilíneo, duas lamelas de Areeiro e uma lamela de dorso marginal. A maioria (7) é produzida em sílex Cenomaniano alóctone e apresenta-se fracturada. Há um exemplar inteiro em sílex local e cinco exemplares em quartzo, estas últimas ligeiramente mais largas do que as restantes. A maioria apresenta uma largura entre 3 e 4 mm e uma espessura entre 1 e 2 mm. Algumas peças de maiores dimensões podem ter sido regularizadas pelo retoque. No que diz respeito ao tipo de suporte, três peças foram produzidas utilizando lamelas de buril. Estas peças podem ser divididas em dois grandes grupos: peças com dorso abrupto rectilíneo (Fig. 16: 1 e 2) e peças de dorso marginal geralmente apontadas ou bi-apontadas (Fig. 16: 7 e 8). A maioria (10 exemplares) pertence ao primeiro grupo. O dorso é preferencialmente instalado sobre o bordo

Nº	Tipo de utensílio	Matérias-primas						
		Sílex			Quartzo	Quartzito	TOTAL CLASSE	% CLASSE
		E1/E2	C1	D2/D3				
	RASPADEIRAS						6	13,33
1a	Raspadeira sobre lâmina	1						
1b	Raspadeira sobre lasca	2						
5a	Raspadeira sobre lasca retocada	1						
13	Raspadeira afocinhada				1			
15	Raspadeira nucleiforme		1					
	BURIS						1	2,22
30a	Buril de ângulo sobre fractura	1						
	UTENSILAGEM COMUM						5	11,11
74	Entalhe		1		2			
75	Denticulado		1					
76	Peça esquirolada				1			
	UTENSILAGEM LAMELAR						13	28,89
85a	Lamela de dorso rectilíneo	2	1					
85f	Fragmento de lamela de dorso	3			4			
90b	Lamela de Areeiro	1			1			
90c	Lamela de dorso marginal	1						
	DIVERSOS						20	44,44
92a	Lâmina, lasca ou lamela com retoque irregular, des- contínuo ou atípico	4	4	1	2	1		
92b	Fragmento de peça retocada	3	5					
	TOTAL	19	13	1	11	1	45	100,00
		33						

Fig. 15 - UE3: Tipologia, por matéria-prima e tipo de utensílio, segundo a lista de J. Zilhão (1997).

esquerdo e o abatimento modifica significativamente a largura (total). O retoque é geralmente directo, oblíquo ou abrupto e muito regular, definindo um bordo rectilíneo.

4.1.2. OS MATERIAIS LÍTICOS RECUPERADOS NA UE4

Tal como verificado na UE3, a indústria lítica foi orientada para a obtenção de lascas e suportes lamelares e as dez lâminas identificadas (cinco suportes brutos e cinco transformadas em utensílio) não permitem corroborar uma produção laminar autónoma e, provavelmente, correspondem a uma fase inicial da debitage dos núcleos lamelares. Apenas foram identificados 96 utensílios e destes, 77 são em sílex e os restantes em quartzo (17), quartzo hialino (1) e quartzito (1). Quanto ao tipo de suporte seleccionado para retoque, as lascas constituem a maioria (50%), seguidas pelas lamelas (38,5%), as lâminas (5%), as esquirolas (3%) e os fragmentos ou blocos de matéria-prima (3%). Foi identificado

um entalhe em sílex local, detendo o córtex de alteração típico das plaquetas desta matéria-prima. Os utensílios sobre lasca em sílex Cenomaniano apresentam em média um comprimento inferior a 2cm. As peças de quartzo (2,3cm) e em sílex local (2,6cm) apresentam dimensões médias ligeiramente superiores.

A debitage lamelar focou-se na produção de lamelas pequenas, estreitas e finas com dimensões médias de 160mm de comprimento, 4-5mm de largura e 1-2mm de espessura (Fig. 21).

A análise morfo-tecnológica detalhada das lamelas brutas (69 lamelas e 11 lamelas de buril) mostra que a maioria das lamelas tem bordos paralelos (16) ou convergentes (14 exemplares), secção triangular (32 exemplares) e um perfil direito (44 exemplares). A orientação dos negativos anteriores ou padrão dorsal é paralela (43%) ou convergente (16%), mantendo a tendência para o talhe unipolar. O ressaltado foi o acidente de talhe mais identificado (8 peças). Em apenas 35 exemplares foi possível observar o talão. Este é punctiforme em 12

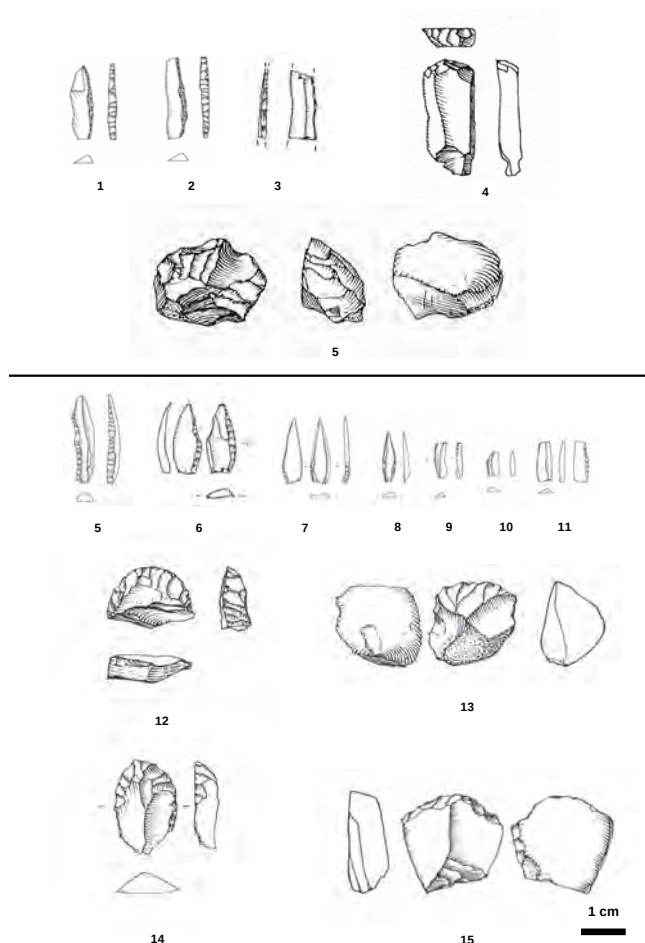


Fig. 16 - Utensilagem em sílex UE3: 1 e 2 – lamelas de dorso rectilíneo ; 3 – fragmento de lamela de dorso ; 4 – raspadeira sobre lâmina ; 5 – raspadeira nucleiforme. Utensilagem em sílex UE4: 5- lamela de dorso rectilíneo; 6 e 7 – lamelas de dorso marginal; 8 – lamelas de Areeiro; 9,10 e 11 - fragmentos de lamelas de dorso; 12, 14 e 15 –raspadeira sobre lasca; 13 – raspadeira nucleiforme (Desenhos T. Aubry).

exemplares, a abrasão foi identificada em 14 peças e o labiado em 16. Mais raramente foi identificado um esquirolamento do bolbo (cinco peças) ou uma linha irregular do talão (uma peça).

Apenas foram recuperados 11 núcleos e cinco fragmentos de núcleo. Os três núcleos exclusivamente para lascas utilizam o sílex local (C1). A debitage é iniciada a partir de um diedro natural, típico das plaquetas desta matéria-prima, a superfície de debitage é triangular graças a levantamentos sobre os flancos. Apesar de apresentarem várias superfícies de exploração são sempre unipolares. Como pode ser observado nas Figuras 22 e 24, estes núcleos, apresentam dimensões superiores (= ou > 5cm) se compararmos com os núcleos em matérias-primas

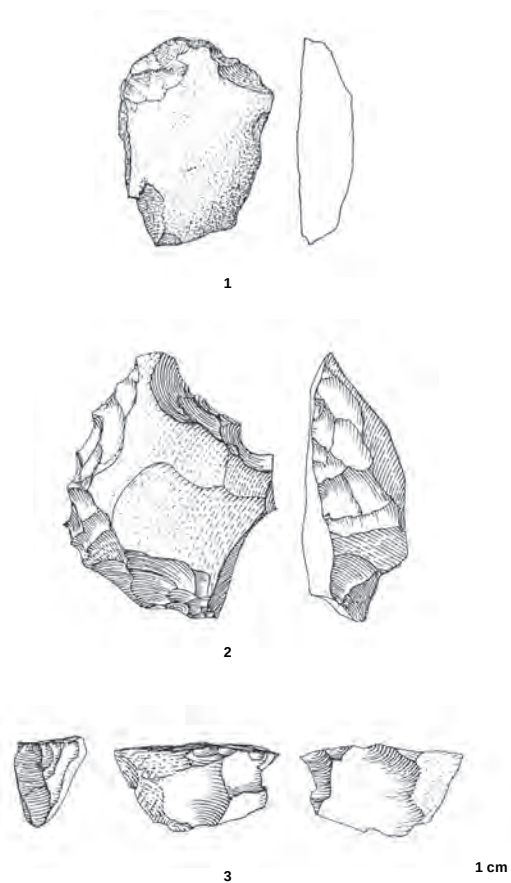


Fig. 17 - Utensilagem em quartzo UE4: 1 – raspadeira sobre lasca; 2 –denticulado e 3 – núcleo para lamelas em sílex local (do limite entre Bajociano e Batoniano) (Desenhos T. Aubry).

alóctones, no entanto, a existência de clivagens motiva um rápido abandono (Fig. 22 e 24). Num outro exemplar parece haver insistência do talhador apesar dos ressaltos (provavelmente originados por um ângulo muito aberto) (Fig. 23).

Não podemos descartar a hipótese de algumas lascas em sílex alóctone terem sido produzidas durante as fases iniciais de conformação / preparação dos núcleos lamelares ou que tenham sido introduzidas sob esta forma no Abrigo.

Alguns núcleos em sílex e em quartzo mostram evidências da obtenção de esquirolas ou pequenas lascas através da debitage sobre bigorna (Fig. 25 e 26). Esta estratégia é utilizada quando as dimensões não permitem outro tipo de exploração. Podemos

Tipo de núcleo	Matéria-prima													
	Sílex								Quartzo		Quartzo Hialino		TOTAL	
	E1/E2		C1		C3		Ind.	SI						
	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4
Núcleo para lascas				3					2		1		3	3
Núcleo para lamelas	1	2	1	2	1	1	1			1			4	6
Núcleo para pequenas lascas e lamelas		2	1	1	1			1	1	3			3	7
TOTAL	1	4	2	6	2	1	1	1	3	4	1		10	16

Fig. 18 - Tipo de núcleo por matéria-prima nas UE3 e UE4. Tipos de sílex: E1/E2 (Cenomaniano); C1 (limite entre Bajociano e Batoniano local); C3 (limite entre Bajociano e Batoniano alóctone); D2/D3 (Oxfordiano); F2 (silcrete Facho); SI (silcrete indeterminado), Ind. (indeterminado).

Tipo de volume inicial	Progressão da debitagem									
	Bipolar sobre bigorna		Semi-giratória		Frontal		Facial		Indet.	
	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4
Núcleos em sílex										
Seixo			2			1			2	1
Bloco		1		5		1				3
Indeterminado	1								1	
Núcleos em quartzo										
Seixo				1		1	2			
Bloco						1				
Indeterminado	1		1							
TOTAL	2	1	3	6		4	2		3	4

Fig. 19 - Tipo de volume inicial dos núcleos e sua relação com a progressão da debitagem (Valentin, 1995) nas UE3 e UE4.

Tipo de volume inicial	Hierarquização dos planos de percussão											
	Único		Bipolar		Principal/ Secundário		Sucessivos					
							Opostos		Cruzados		Gêmeos	
	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4
Núcleos em sílex												
Seixo	2	2			1		1					
Bloco												
Indeterminado	1	4		1		1	1	1		1		2
Núcleos em quartzo												
Seixo		2					1		1			
Bloco		1										
Indeterminado	1						1					
TOTAL	4	9		1	1	1	4	1	1	1		2

Fig. 20 - Tipo de volume inicial dos núcleos e hierarquização dos planos de percussão.

supor a utilização de esquirolas em bruto mas a identificação de apenas três esquirolas retocadas (uma raspadeira unguiforme e dois fragmentos de peça retocada) não permite confirmar intencionalidade da debitagem.

A tipologia é maioritariamente composta pela

utensilagem lamelar (38,5%), seguindo-se as (31%) lascas com retoque irregular, descontínuo ou atípico (incluindo os fragmentos de peças retocadas) com 31% a que podemos juntar a utensilagem de fundo comum (6%) que inclui três entalhes e uma peça esquirolada (Fig. 27). As raspadeiras constituem

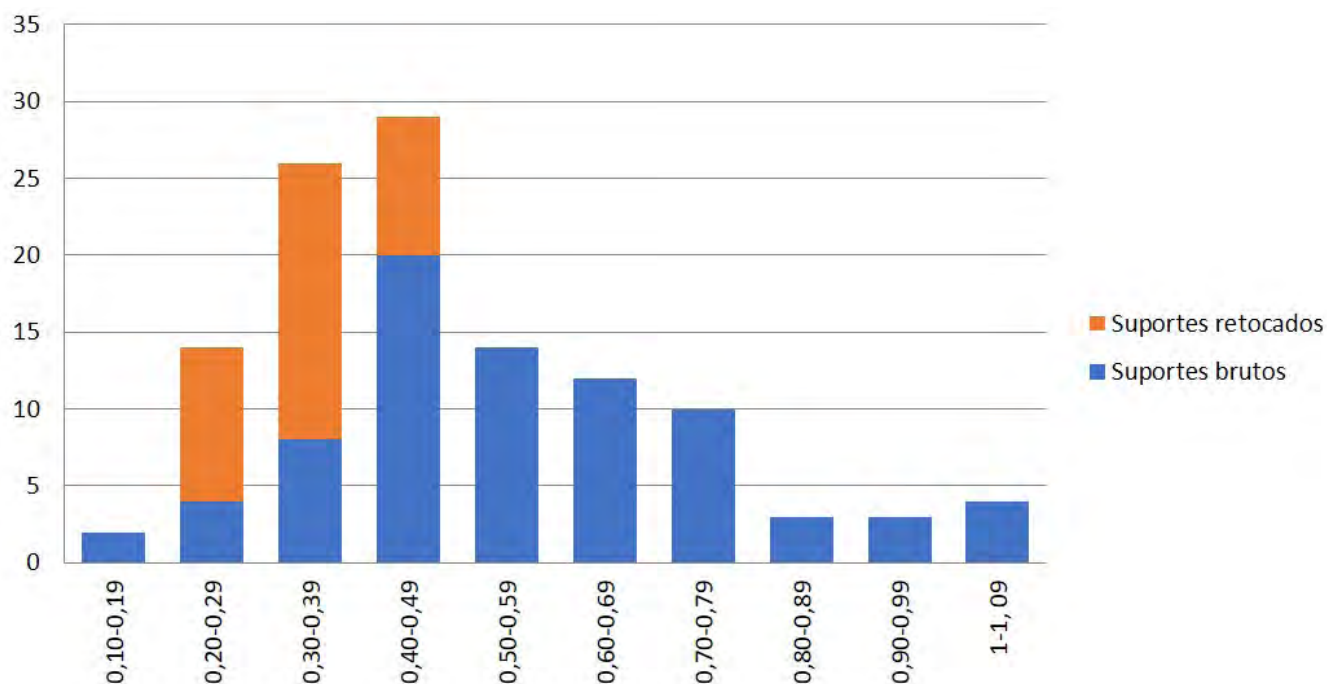


Fig. 21 - Histograma de larguras da totalidade dos suportes alongados da UE4.

20% do total da utensilagem retocada e apresentam uma diversidade mais evidente do que no conjunto da UE3. As raspadeiras sobre lasca são o tipo mais numeroso (oito exemplares) mas, no entanto, existem seis exemplares sobre lâmina, de assinalar num contexto com uma percentagem reduzida deste tipo de suporte. Identificámos duas raspadeiras unguiformes, bastante característicos de contextos desta cronologia. A maioria das raspadeiras é de tipo fino, contudo, existem três exemplares de raspadeiras espessas que podem ter sido utilizadas como núcleos: uma raspadeira carenada atípica e duas raspadeiras nucleiformes (Fig. 16:13). A análise traceológica (Aubry - Igreja 2008: 17) permitiu identificar traços de utilização numa das raspadeiras nucleiformes. Outro exemplar classificado como raspadeira nucleiforme não apresentava marcas de uso e a raspadeira carenada atípica apresentava uma superfície de alteração que não permitiu identificar marcas de uso. Os três buris identificados (3% utensilagem) incluem igualmente um buril nucleiforme que pode ter sido utilizado para debitar lamelas. O buril diedro direito e o buril sobre truncatura côncava são produzidos sobre suportes pouco espessos e apresentam um bisel com ângulo de 30°, apropriado para utilizar como buril.

As lamelas retocadas/armaduras constituem 38,5% (37 peças) do conjunto: 16 fragmentos de



Fig. 22 - Preparação para núcleo lamelar em sílex local do limite entre Bajociano e Batoniano abandonado devido a ressaltos (UE 4). Foto J. P. Ruas.

lamela de dorso, cinco lamelas de dorso duplo, cinco lamelas de Areeiro, três lamelas de dorso marginal e um segmento são as peças mais representativas.



Fig. 23 - Núcleo em sílex local do limite entre Bajociano e Batoniano (C1), para produção de lascas, abandonado devido a ressaltos (UE 4). De salientar a insistência do talhador em continuar apesar dos ressaltos: observe-se os pontos de impacto bem visíveis no plano de percussão. Foto J. P. Ruas.



Fig. 24 - Núcleo para lascas em sílex local do limite entre Bajociano e Batoniano (C1) (UE 4). Foto J. P. Ruas.

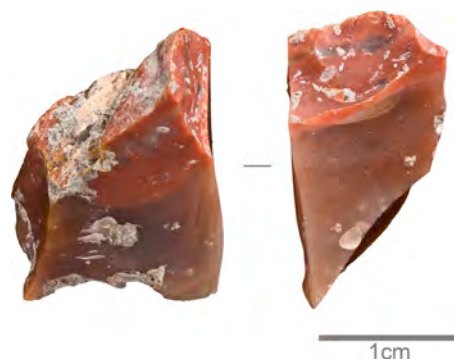


Fig. 25 - Fragmento de núcleo bipolar sobre bigorna, provavelmente para produção de esquirolas, em sílex alóctone Cenomaniano (E1/E2) (UE 4). Foto J. P. Ruas.



Fig. 26 - Fragmento de núcleo bipolar sobre bigorna, provavelmente para produção de esquirolas, em silcrete indeterminado (UE 4). Foto J. P. Ruas.

De destacar a existência de três truncaturas (uma lamela truncada, uma lamela de dorso truncada e uma lamela de dorso duplo truncada). A maioria (19 peças) é produzida em sílex Cenomaniano alóctone, no entanto apenas quatro exemplares inteiros foram recuperados. De referir a existência de sete peças em quartzo e uma em quartzo hialino. A maioria apresenta uma largura entre 3 e 4mm e uma espessura entre 1 e 2 mm. Algumas peças de maiores dimensões podem ter sido regularizadas pelo retoque. No que diz respeito ao tipo de suporte, oito peças foram produzidas utilizando lamelas de buril. As peças seleccionadas para posterior retoque apresentam bordos paralelos (51%) ou convergentes (22%), secção triangular (62%) e perfil direito (78%) (Fig. 28).

Estas peças podem ser divididas em dois grandes grupos: lamelas de dorso (grupo 85 Zilhão 1997) e lamelas de dorso marginal (grupo 90, Zilhão 1997). No caso do primeiro grupo, há uma preferência para retocar o bordo esquerdo mas os dorsos duplos (ausentes na UE3) constituem 30% do conjunto. O abatimento do bordo é sobretudo invasor (58%) e o retoque é maioritariamente directo (87%) apesar de

Nº	Tipo de utensílio	Matérias-primas								TOTAL CLASSE	% CLASSE
		Sílex				Quartzo	Quartzo Hialino	Quartzito			
		E1/E2	C1	D2/D3	Ind.						
	RASPADEIRAS								19	19,79	
1a	Raspadeira sobre lâmina	2									
1b	Raspadeira sobre lasca	1	4			3					
5b	Raspadeira sobre lâmina retocada		2	2							
10	Raspadeira unguiforme	1	1								
12	Raspadeira carenada	1									
15	Raspadeira nucleiforme	2									
	COMPOSITOS								1	1,04	
17	Raspadeira-buril	1									
	BURIS								3	3,13	
27	Buril diedro direito		1								
36	Buril sobre truncatura concáva	1									
43	Buril nucleiforme		1								
	UTENSILAGEM COMUM								6	6,25	
74	Entalhe		3								
76	Peça esquirolada		1			2					
	UTENSILAGEM LAMELAR								37	38,54	
83	Segmento					1					
84	Lamela truncada	1									
85a	Lamela de dorso rectilíneo	1	1								
85d	Lamela de dorso duplo	4			1						
85e	Lamela escalena	1									
85f	Fragmento de lamela de dorso	8	2	2		4					
86a	Lamela de dorso truncada					1					
86d	Lamela de dorso duplo truncada	1									
87a	Lamela de dorso denticulado					1					
90b	Lamela de Areeiro	1	1	2			1				
90c	Lamela de dorso marginal	2	1								
	DIVERSOS								30	31,25	
92a	Lâmina, lasca ou lamela com retoque irregular, descontínuo ou atípico	1	13	1				1			
92b	Fragmento de peça retocada	4	4	1		5					
	TOTAL	33	35	6	3	17	1	1	96	100	
		77									

Fig. 27 - UE4: Tipologia, por matéria-prima e tipo de utensílio, segundo a lista de J. Zilhão (1997).

duas peças apresentarem retoque cruzado e retoque alterno. Quanto à inclinação, o retoque é geralmente abrupto e define um bordo rectilíneo e bastante regular na maioria dos casos. O segundo grupo é menos numeroso (22%). Frequentemente o retoque afecta os dois bordos e é alterno. A largura do suporte é pouco alterada, portanto o abatimento do bordo retocado é sempre reduzido ou marginal. Quanto à inclinação do retoque esta é sobretudo rasante ou oblíqua e delinea bordos convexos e regulares. As fracturas são incaracterísticas e nenhuma pode ser

associada a estigmas típicos de impacto.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Como já foi afirmado anteriormente é possível que a UE3 constitua o remeximento do topo da UE4 e apenas por prudência, aguardando resultados da micromorfologia e novas datações radiométricas, os dois conjuntos líticos foram estudados separadamente. A área escavada é igual (9m²) e no entanto, na UE4, o número de peças é duas vezes

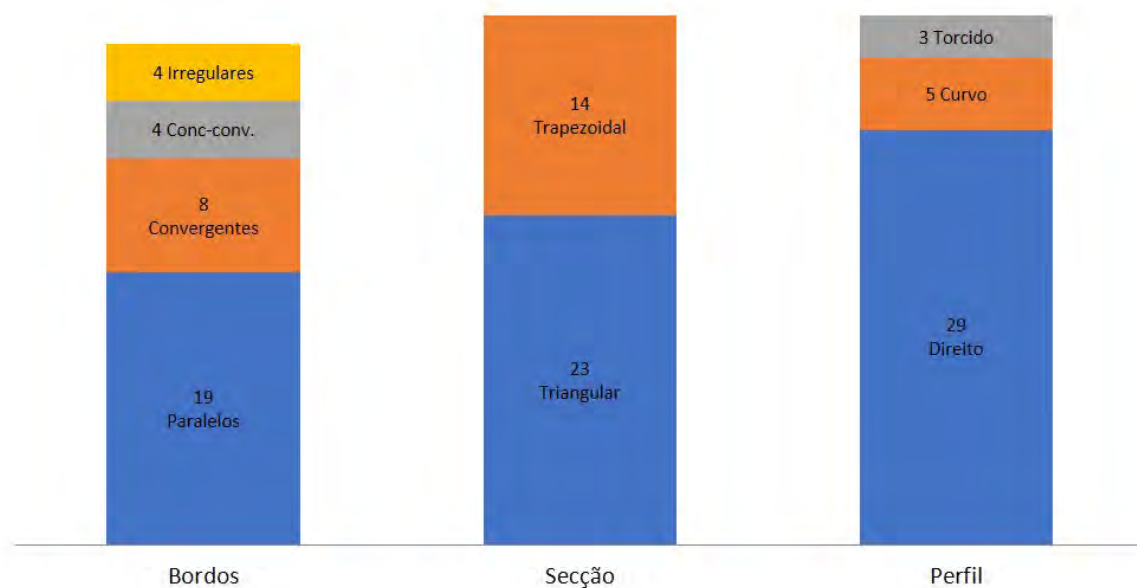


Fig. 28 - Morfologia dos bordos, secção e perfil das lamelas retocadas da UE4.

	Lateralização do dorso						
	Direito		Esquerdo		Duplo		Total
	UE3	UE4	UE3	UE4	UE3	UE4	
Abatimento							
Ligeiro*	1			3	1	5	10
Marginal	2		2	3		2	9
Invasor	2	5		5		4	16
Total**	1	2	4	2		1	10
Orientação							
Directo	5	6	6	12	1	7	37
Indirecto				1			1
Alterno						4	4
Cruzado	1	1				1	3
Inclinação							
Abrupto	2	7	3	6		5	23
Oblíquo	4		3	5	1	4	17
Rasante				2		3	5
Delineação do bordo							
Rectilíneo	6	5	4	11		6	32
Convexo		2	2	2	1	4	11
Côncavo						1	1
Regularidade							
Irregular	2	1	1	4			8
Regular	1	5		8	1	11	26
Muito regular	3	1	5	1		1	11

Fig. 29 - Caracterização do retoque da utensilagem lamelar. *Correspondente ao termo Bordage, em francês; **Quando reduz para metade a largura do suporte original.

superior. De um ponto de vista da tecnologia lítica não existem diferenças que não sejam explicáveis pela dimensão das duas amostras. Ambos os conjuntos líticos apresentam sensivelmente as mesmas características técnicas, as mesmas fontes de aprovisionamento em matérias-primas e as mesmas percentagens de utilização das mesmas. Foram empreendidos esforços para efectuar remontagens líticas entre as peças das duas unidades estratigráficas, contudo, foi possível associar apenas um fragmento de núcleo da UE3 com o respectivo núcleo recuperado na UE4. Caso se verifique uma diferença cronológica isto poderá significar uma ocupação mais intensa do Abrigo aquando do momento de formação da UE4. Por enquanto, a leitura possível dos diferentes indicadores não possibilita outra interpretação. A exploração das matérias-primas foi efectuada, essencialmente, a nível local. O sílex do limite entre Bajociano e Batoniano (C1), disponível nas proximidades do Abrigo, não apresenta elevada aptidão ao talhe mas foi utilizado para a debitação de lascas e produção de utensílios do fundo comum, assumindo um papel frequentemente desempenhado pelo quartzito em sítios coevos (Gameiro 2012; Gameiro - Aubry - Almeida 2013). Mesmo se as rochas e minerais disponíveis nas proximidades do Abrigo poderiam ter suprido as necessidades do grupo constatamos o transporte de matérias-primas a distâncias que ultrapassam os 30km. A exploração, em quantidades reduzidas, de sílex alóctone foi atestada pela presença de sílex do limite entre Bajociano e Batoniano (C3) de melhor qualidade do que o equivalente nas proximidades do Abrigo, que aflora a Norte do Mondego, a cerca de 30km; de silcrete do Facho (F2) presente na margem esquerda do Rio Mondego, perto da Figueira e de sílex Oxfordiano (D2/D3) disponível no Vale do Nabão a cerca de 50 km para Sul. Estes dados permitem inferir uma frequentação da zona litoral, a Oeste e a circulação Norte-Sul ao longo do Vale do Nabão, que terá funcionado como um corredor natural de circulação de população humana entre os Maciços de Sicó e os Maciços de Aire e do Vale do Tejo (Gameiro - Aubry - Almeida 2008; Aubry *et al.* 2016).

A debitação é orientada no sentido da produção de lascas e lamelas e as escassas lâminas identificadas devem corresponder a uma fase inicial de preparação dos núcleos lamelares. Alguns núcleos em sílex e em quartzito evidenciam a obtenção de esquirolas/pequenas lascas a partir da debitação bipolar sobre bigorna, frequentemente quando as dimensões dos volumes não permitem a utilização

de outras estratégias. Esta opção técnica de obtenção de gume cortante com reduzido investimento está igualmente documentada nos sítios do Vale do Côa (Aubry *et al.* 1998; Aubry 2009; Gameiro 2009). No entanto, em relação ao material do Abrigo 1 de Vale dos Covões, o reduzido número de suportes de reduzidas dimensões apresentando retoque, não permite confirmar a intencionalidade da sua produção apesar de as esquirolas brutas poderem, obviamente, ter sido alvo de utilização. Por outro lado, algumas peças interpretadas como núcleos bipolares podem na verdade constituir o resultado de uma utilização como cunha ou peça intermédia, ou seja, «verdadeiras peças esquiroladas».

Comparativamente aos materiais da UE3, no conjunto recolhido na UE4, a verdadeira diferença reside na identificação de uma verdadeira cadeia operatória de produção de lascas em sílex local (limite entre Bajociano e Batoniano). Regra geral a debitação tem início a partir do diedro natural, comum nos blocos angulosos ou pequenas plaquetas típicos desta matéria-prima, e a superfície de debitação é triangular graças a uma conformação básica, debitação de duas lascas, aplicada sobre os flancos. Estes núcleos podem apresentar múltiplas superfícies de exploração mas a debitação é sempre unipolar. Fica por confirmar a existência de uma cadeia operatória de produção de lamelas a partir de núcleos sobre lasca, documentada em elevadas percentagens em sítios do Magdalenense Superior da Estremadura (Zilhão 1997; Aubry *et al.* 1998; Gameiro 2012; Gameiro - Aubry - Almeida 2013). Esta questão coloca-se em relação a um buril e três raspadeiras em sílex Cenomaniano, no entanto, é possível que estas peças tenham conhecido uma utilização dupla enquanto núcleo-utensílio.

A panóplia de utensílios retocados é similar nos dois conjuntos líticos analisados. O facto da utensilagem lamelar ser mais numerosa na UE4 torna mais provável uma maior diversidade formal. A enorme percentagem de peças incluídas da categoria «diversos» tem relação com o estado de conservação e do elevado número de peças fracturadas e queimadas. Comparativamente a outros conjuntos líticos análogos, como a Lapa dos Coelhoos, na Estremadura, ou o Fariseu, no vale do Côa, este conjunto apresenta um reduzido número de utensílios do fundo comum (Almeida *et al.* 2004; Bicho 2000; Gameiro 2012; Gameiro - Aubry - Almeida 2013; Zilhão 1997). Este facto, ao qual podemos adicionar a proporção elevada de utensilagem lamelar (> 30%), poderá ter relação com

a funcionalidade do local. Em relação à UE3, a análise traceológica de três lascas retocadas atípicas em sílex identificou o trabalho de materiais macios de origem animal (pele) numa das lascas e uma raspadeira afocinhada em quartzo revelou traços de raspagem sobre material orgânico macio (provavelmente pele). Uma raspadeira nucleiforme, proveniente da UE4, possui com traços de raspagem sobre matéria animal dura (haste ou osso). Apenas um fragmento proximal de lamela em sílex Cenomaniano, recuperada na UE3, relevou uma fractura relacionável com estigma de impacto (Aubry - Igreja 2008:17). Os dois principais tipos de lamelas (rectilíneas e apontadas) são coerentes com a diversidade morfológica documentada para este período e podem significar uma montagem compósita associando estes dois tipos na mesma arma de caça. O número de peças fracturadas em sílex alóctone (por exemplo, 15 das 19 lamelas retocadas em sílex Cenomaniano da UE4 estão fracturadas), pode testemunhar um episódio de reparação de armas de caça no local. Por outro lado, as características do sítio (um abrigo de pequenas dimensões) e o evidente fraccionamento da cadeia operatória, atestado pela ausência de remontagens e a baixa percentagem de utensílios de feição residencial autorizam uma interpretação funcional: provavelmente testemunhamos ocupações curtas e frequentes por pequenos grupos humanos distintos e não perante um sítio utilizado em longa duração, permitindo antever uma utilização relacionada com actividades de âmbito cinegético. A fauna encontra-se em fase de estudo e permitirá dados sobre a evolução conjunta das condições ambientais, escolhas cinegéticas e económicas dos grupos humanos ao longo da sequência. Segundo informação de S. Gabriel, encarregue do estudo faunístico, foram identificados coelho, íbex e veado e resta confirmar a proporção de lagomorfos em relação às restantes espécies. Tratar-se-ia de um acampamento temporário especializado? Tem sido advogado que os sítios da fase final do Paleolítico Superior são reveladores de uma menor especialização funcional, facto explicado por uma elevada mobilidade destes grupos humanos (Crombé *et al.* 2014; Naudinot 2013; Zilhão 1997:173). Recentemente, sobretudo devido ao elevado número de armaduras identificadas, avançámos a hipótese de as ocupações humanas identificadas na Lapa dos Coelho, datadas do Bölling-Alleröd, testemunharem actividades especializadas relacionadas com actividades de caça e pesca (Gameiro - Davis - Almeida 2017). Em relação às ocupações humanas que originaram os vestígios

materiais que aqui apresentamos, parece-nos mais difícil concluir, qual o tipo de posição deste sítio, no circuito económico dos caçadores-recolectores que o habitaram. A utilização expedita de matérias-primas locais, a que junta a presença de matérias-primas provenientes de Sul e de Oeste parecem indiciar uma elevada mobilidade.

O conjunto destes resultados deve ser apreciado tendo em conta a baixa representatividade da área escavada, a amostra lítica reduzida e as dúvidas relativas às datações por radiocarbono. Apesar das limitações referidas, e aguardando os resultados das datações OSL, em termos cronoculturais, podemos atribuir estas ocupações humanas ao Magdalenense Final, tal como foi definido para a região da Estremadura por J. Zilhão (1997). A panóplia de armaduras existente é consentânea com sítios coevos desta região e para esta cronologia. Recentemente, a inclusão de dados recentes, conduziu alguns autores a classificar alguns contextos portugueses, anteriormente incluídos no *fácies* Carneira (Zilhão 1997) como azilenses (Aubry *et al.* 2017). Contudo, dada a ausência de pontas de dorso curvo nos contextos em análise, parece-nos mais prudente uma classificação lata atribuível ao Magdalenense Final.

Podemos concluir que, apesar de algumas questões permanecerem em aberto, a descrição aqui apresentada proporciona elementos importantes para a reflexão e para o conhecimento da região e mais genericamente, contribui para o conhecimento das dinâmicas de povoamento e dos modos de produção da utensilagem lítica, oferecendo dados para melhorar a nossa imagem das sociedades de caçadores recolectores da Estremadura no final do Paleolítico Superior.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece aos dois revisores anónimos as correcções e sugestões que ajudaram a melhorar este trabalho, a Armando Lucena a realização da base cartográfica do mapa da Fig. 7, a Miguel Almeida a autoria do desenho da planta e corte da sondagem apresentada na Fig. 3, a José Paulo Ruas a realização de todas as fotos de materiais arqueológicos, a Sónia Gabriel e a Luca Dimuccio a transmissão de informação inédita e a Thierry Aubry a realização dos desenhos, algumas fotos e a cedência destes materiais assim como a troca de ideias durante o estudo dos mesmos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. - ANGELUCCI, D. - GAMEIRO, C. - CORREIA, J. - PEREIRA, T. (2004) - Novos dados para o Paleolítico Superior final da Estremadura Portuguesa: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 1997-2003 na Lapa dos Coelho (Casais Martanes, Torres Novas). *Promontoria* 2: 2:157-192.
- ANDRADE, M. - MATIAS, H. - GARCIA, M. (2010-2011) - Under Pressure. Remontagens de pedra lascada no contexto de intervenções de emergência: o exemplo dos sítios do Tardiglaciário na área de Leiria. *Arqueologia & História* 62-63: 39-50.
- AUBRY, T. (ed.) (2009) - *200 séculos da História do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico (Trabalhos de Arqueologia 52)*. Lisboa.
- AUBRY, T. - ALMEIDA, M. - DIMUCCIO, L. - GAMEIRO, C. - NEVES, M. - KLARIC, L. (2008) - Caracterisation et discontinuités des registes pedosédimentaires de l'Occident péninsulaire entre 30 000 et 10 000 BP: implications sur l'interprétation archéologique. In AUBRY, T. - ALMEIDA, F. - ARAÚJO, A. C. - TIFFAGOM, M. (eds.) - *Espace et temps: Quelles diachronies, quelles synchronies, quelles échelles? Proceedings of the UISPP meeting (4-9 Setembro, Lisboa, 2006) (BAR International Series 1831)*. Oxford: 9-21.
- AUBRY, T. - BRUGAL, J. - CHAUVIERE, F. - FIGUEIRAL, I. - MOURA, I. - PLISSON, H. (2001) - Modalités d'occupations au Paléolithique supérieur dans la grotte de Buraca Escura (Redinha, Pombal, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4 - 2: 19-46.
- AUBRY, T. - DIMUCCIO, L. - ALMEIDA, M. - NEVES, M. - ANGELUCCI, D. - CUNHA, L. (2010) - Palaeoenvironmental forcing during the Middle-Upper Palaeolithic transition in central-western Portugal. *Quaternary Research*. Doi: 10.1016/j.yqres.2010.11.002.
- AUBRY, T. - DIMUCCIO, L. A. - MOURA, H. (2017) - Paleoaambientes e culturas do Paleolítico Superior no Centro e Norte de Portugal: Balanço e perspectivas de investigação. *Estudos do Quaternário* 17: 29-43.
- AUBRY, T. - FONTUGNE, M. - MOURA, H. (1997) - Les occupations de la grotte de Buraca Grande depuis le Paléolithique Supérieur et les apports de la séquence Holocène à l'étude de la transition Mésolithique/Néolithique au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 94-2: 182-190.
- AUBRY, T. - GAMEIRO, C. - MANGADO LLACH, J. - LUÍS, L. - MATIAS, H. - PEREIRA, T. (2016) - Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstructing hunter-gatherer societies. *Journal of Lithic Studies* 3-2. Doi: 10.2218/jls.v3i2.1436
- AUBRY, T. - GAMEIRO, C. - SANTOS, A. - LUÍS, L. (2017) - Existe azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário e o Pré-Boreal no Vale do Côa. In ARNAUD, A. - MARTINS, A. (Coord.) - *Arqueologia em Portugal 2017- Estado da questão*. Lisboa: 403-418.
- AUBRY, T. - IGREJA, M. A. (2008) - Economy of lithic raw materials during the Upper Paleolithic of the Côa Valley and the Sicó Massif (Portugal): technological and functional perspectives. In IGREJA, M. - CLEMENTE-CONTE, I. (eds.) - *Workshop «Recent functional studies on non-flint stone tools: Methodological Improvements and archaeological inferences»*. Lisboa: 1-25.
- AUBRY, T. - MOURA, H. (1993) - Nouvelles données sur les occupations paléolithiques de la région de Redinha (Serra de Sicó, Portugal). In *Actas da 3ª Reunião do Quaternário Ibérico*. Coimbra: 439-449.
- AUBRY, T. - ZILHÃO, J. - ALMEIDA, F. (2007) - À propos de la variabilité technique et culturelle de l'entité gravettienne au Portugal: bilan des dernières découvertes et perspectives de recherche. *Paleo* 19: 53-72.
- AUBRY, T. - ZILHÃO, J. - ALMEIDA, F. - FONTUGNE, M. (1998) - Production d'armatures microlithiques pendant le Paléolithique supérieur et le Mésolithique au Portugal. In *Actas del II Congreso de Arqueología Peninsular*. Zamora: 259-272.
- BICHO, N. (2000) - *Technological change in the final Upper Palaeolithic of Rio Maior (ARKEOS 8)*. Tomar.
- BRACCO, J-P. - MOREL, P. (1998) - Outillage en quartz et boucherie au Paléolithique supérieur: quelques observations expérimentales. In BRUGAL, J-P. - MEIGNEN, L. - PATOU-MATHIS, M. (dirs.) - *Économie Préhistorique: les comportements de subsistance au Paléolithique. XVIIIe Rencontres internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes*. Sophia Antipolis: 387-395.
- CHRISTENSEN, M. - VALENTIN, B. (2004) - Armatures de projectiles et outils: de la production à l'abandon. In PIGEOT, N. (dir.) - *Les derniers Magdaléniens d'Etiolles: perspectives culturelles et paléohistoriques (l'unité d'habitat Q31)*. Paris: 107-160.
- CROMBÉ, P. - SERGANT, J. - VERBRUGGE, A. - GRAVE, A. - CHERRETTÉ, B. - MIKKELSEN, J. - VEERLE, C. - KOCK, T. - HUISMAN, H. - VAN OS, B. - VAN STRYDONCK, M. - BOUDIN, M. (2014) - A sealed flint knapping site from the Younger Dryas in the Scheldt valley (Belgium): bridging the gap in human occupation at the Pleistocene-Holocene transition in W Europe. *Journal of Archaeological Science* 50: 420-439. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2014.07.021>

- CUNHA, L. (1986) - As buracas das Serras Calcárias de Condeixa-Sicó. *Cadernos de Geografia* 5: 139-150.
- GAMEIRO, C. (2012) - *La variabilité régionale des industries lithiques de la fin du Paléolithique Supérieur au Portugal*. Tese de Doutoramento apresentada à Université de Paris I- Panthéon-Sorbonne. Edição policopiada.
- GAMEIRO, C. (2017) - A utilização do percutor em pedra branda na debitação lamelar durante o Magdalenense na Estremadura portuguesa / Soft hammerstone percussion use in bladelet debitage during the Magdalenian at Portuguese Estremadura. *Journal of Lithic Studies* 4 - 3. doi:10.2218/jls.v4i2.2532
- GAMEIRO, C.- AUBRY, T. - ALMEIDA, F. (2008) - L'exploitation des matières premières au Magdalénien Final en Estremadura portugaise: données des sites de Lapa dos Coelhoes et de l'Abrigo dos Covões. In AUBRY, T. - ALMEIDA, F. - ARAÚJO, A. C. - TIFFAGOM, M. (eds.) - *Espace et temps: Quelles diachronies, quelles synchronies, quelles échelles? Proceedings of the UISPP meeting (4-9 Setembro, Lisboa, 2006) (BAR International Series 1831)*. Oxford: 57-67.
- GAMEIRO, C. - AUBRY, T. - ALMEIDA, F. (2013) - A variabilidade regional das indústrias líticas do final do Paleolítico Superior em Portugal. In *Arqueologia em Portugal – 150 anos. Actas do Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 277-287.
- GAMEIRO, C. - DAVIS, S. - ALMEIDA, F. (2017) - A sequência estratigráfica da Lapa dos Coelhoes: funcionalidade e subsistência ao longo do pleistocénico superior no sopé na serra de aires (Portugal). In ARNAUD, A. - MARTINS, A. (Coord.) - *Arqueologia em Portugal 2017- Estado da questão*. Lisboa: 357-374.
- GENESTE, J-M. (1992) - «L'approvisionnement en matières premières dans les systèmes de production lithique : la dimension spatiale de la technologie». In MORA, R. - TERRADAS, X. - PARPAL, A. - PLANA, C. (eds.) - *Tecnología y cadenas operativas líticas*. Barcelona: 1-36.
- INIZAN, M.L. - REDURON, M. - ROCHE, H. - TIXIER, J. (1995) - *Technologie de la pierre taillée*. Meudon.
- KLARIC, L. - GUILLERMIN, P. - AUBRY, T. (2010) - Des armatures variées et des modes de productions variables. *Gallia Préhistoire* 51: 113-154.
- NAUDINOT, N. (2013) - La fin du Tardiglaciaire dans le Grand-Ouest de la France. *Bulletin de la Société Préhistorique Française* 110-2: 233-255.
- PELEGRIN, J. (1995) - *Technologie lithique: le châtelperronien de Roc-de-Combe (Lot) et de La Côte (Dordogne)*. Paris.
- PIGEOT, N. (1987) - *Magdaléniens d'Etiolles. Économie de débitage et organisation sociale*. Paris.
- TIXIER, J. - INIZAN, M. L. - ROCHE, H. (1980) - *Préhistoire de la pierre taillée. 1- Terminologie et technologie*. Antibes.
- VALENTIN, B. (1995) - *Les groupes humains et leurs traditions au tardiglaciaire dans le bassin parisien*. Tese de doutoramento apresentada à Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Edição policopiada.
- ZILHÃO, J. (1997) - *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*. Lisboa.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 25-37. SUBMETIDO A 26.04.2018. ACEITE A 25.06.2018.

UNA NUEVA LECTURA DE LAS FORTIFICACIONES CALCOLÍTICAS DEL CERRO DE LA VIRGEN (ORCE, GRANADA, ESPAÑA)

A NEW READING ON CHALCOLITHIC FORTIFICATIONS AT CERRO DE LA VIRGEN SITE (ORCE, GRANADA, SPAIN)

JUAN ANTONIO CÁMARA SERRANO¹
FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ²
CRISTÓBAL PÉREZ BAREAS³
LILIANA SPANEDDA⁴

RESUMEN

Gracias a una intervención de protección realizada en el Cerro de la Virgen (Orce, Granada), que no afectó a los depósitos sin excavar, se pudo analizar la situación de los diferentes lienzos de muralla identificados por W. Schüle. Se ha podido confirmar la erección del lienzo de muralla principal en un momento antiguo de la secuencia, datado por radiocarbono en torno al 2450 cal A.C. También se ha confirmado la modificación de la zona de acceso, con la construcción en la Edad del Bronce de un nuevo paramento que sella la puerta, en torno al 2000 cal A.C. y modificaciones previas hacia el 2200 cal A.C. En cualquier caso, los paramentos calcolíticos paralelos que W. Schüle había propuesto parece que son restos del alzado de la muralla principal caídos hacia una zona deprimida generada por el recorte de la roca en vertical bajo el paramento principal que superaría así los 6 m de altura.

Palabras clave: Sudeste de la Península Ibérica; Edad del Cobre; Edad del Bronce; fortificaciones; cronología.

ABSTRACT

Thanks to a protective intervention on the Cerro de la Virgen (Orce, Granada), which did not affect the unexcavated deposits, the situation of different stretches of fortification walls identified by W. Schüle has been analyzed. The main wall was built in an early phase, radiocarbon dated circa 2450 cal BC. The modification of the access area with the building of a new wall that seals the gate in the Bronze Age, around 2000 cal BC, has also been attested, with previous transformations around 2200 cal BC. Moreover the Chalcolithic parallel walls that had been previously proposed by W. Schüle seem to be really collapsed walls in a depressed area generated by trimming vertical rock under the main wall which would be over 6 m high.

Keywords: Iberian Southeast; Copper Age; Bronze Age; fortifications; chronology.

1 - Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Granada. Campus Universitario "Cartuja" s/n. 18071. Granada. España. jacamara@ugr.es

2 - Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Granada. Campus Universitario "Cartuja" s/n. 18071. Granada. España. molinag@ugr.es

3 - Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Granada. Campus Universitario "Cartuja" s/n. 18071. Granada. España. arqueocristobal@hotmail.com

4 - Departamento de Prehistoria y Arqueología. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Granada. Campus Universitario "Cartuja" s/n. 18071. Granada. España. spanedda@ugr.es

1. EL YACIMIENTO ARQUEOLÓGICO DEL CERRO DE LA VIRGEN (ORCE, GRANADA, ESPAÑA)

El Cerro de la Virgen es un importante yacimiento arqueológico situado en el municipio de Orce al este de la provincial de Granada (fig. 1). Se ubica sobre un espolón amesetado delimitado por el río de Orce al norte y por dos pequeños barrancos al este y oeste (fig. 2). Las excavaciones arqueológicas de los años 1963-1964, 1965, 1967 y 1970 fueron dirigidas por el Profesor W. Schüle (Schüle - Pellicer 1966; Schüle 1966, 1969, 1980) afectando a un total de 400 m². Además, el Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada llevó a cabo una nueva campaña de excavación en 1986 dedicada a proporcionar datos paleoambientales y clarificar la compleja secuencia del yacimiento (Molina *et al.* 2016, 2017). Estas últimas actividades tuvieron lugar en el marco del Proyecto *Millares* dirigido por F. Molina González y A. Arribas Palau.

Las acciones de los saqueadores y el clima deterioraron las diferentes áreas de excavación y, por esta razón, en 2008, la Delegación Provincial de Cultura de Granada, dependiente de la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, decidió cubrir con un cierre de madera las áreas de excavación realizadas por W. Schüle a lo largo de la muralla sur.

En la intervención arqueológica no se actuó sobre niveles arqueológicos intactos, procediendo sólo a la retirada de tierra y piedras sueltas y a la limpieza de los perfiles, sin remoción de depósitos, para permitir la toma controlada de muestras, fundamentalmente polínicas y de muestras antracológicas para datación, en las secciones arqueológicas mejor conservadas. La información obtenida de la limpieza de los muros de fortificación derrumbados y conservados, junto con los resultados de las muestras enviadas para su datación, son el origen de esta pequeña contribución, que tiene como objetivo demostrar la antigüedad y la entidad de las fortificaciones calcolíticas del Cerro de la Virgen.

2. LA CRONOLOGÍA GENERAL DE LA OCUPACIÓN DEL EXTREMO MERIDIONAL DEL CERRO DE LA VIRGEN

Un gran número de fechas (Castro *et al.* 1996; Molina *et al.* 2004, 2014, 2016; Cámara - Molina 2009), muchas de ellas relacionadas con los niveles estratigráficos calcolíticos, se han obtenido para el Cerro de la Virgen.

En resumen, 7 de las fechas disponibles

proviene de muestras de las excavaciones arqueológicas de W. Schüle analizadas por el Laboratorio de Groningen (Castro *et al.* 1996), una de ellas perteneciente a un poste embutido en la mampostería de la tumba monumental argárica 14 (Castro *et al.* 1993-94); 11 son de muestras obtenidas en 1986 (corte 27), analizadas por Beta Analytic Inc. (Molina *et al.* 2004), 27 muestras fueron obtenidas de restos humanos incluidos en tumbas, la mayoría argáricas de la Edad de Bronce (Cámara - Molina 2009; Molina *et al.* 2014, 2016); 8 proceden de carbón que se recogió en las secciones del corte 24, principalmente en la occidental, que se encuentra de forma perpendicular con la muralla; finalmente 2 se obtuvieron de estructuras de construcción del muro de fortificación en el corte 26. Estas últimas 37 muestras se analizaron en el Laboratorio de Uppsala y las 10 muestras de carbón se presentan aquí por primera vez.

Determinados problemas existen, sin embargo, para relacionarlas con la secuencia de cada una de las áreas excavadas, sea la zona intervenida por W. Schüle (1980) sea las afectadas por las excavaciones de 1986, lo que genera determinadas incertezas en lo que respecta a la transición entre los diferentes periodos de ocupación del yacimiento, del Cobre Precampaniforme al Bronce Pleno, aunque la secuencia resulta, en su conjunto, coherente (Molina *et al.* 2004, 2017).

Las nuevas fechas disponibles podrían acentuar estos problemas por dos razones: a) proceden de actividades de limpieza en una sección y no se puede establecer una relación con los elementos arqueológicos muebles que caracterizarían los contextos de los que se han tomado las muestras sin un análisis exhaustivo y en extensión de esos depósitos, dado además que los niveles estratigráficos a los que W. Schüle atribuye los materiales no resultan tan detallados; b) para evitar dañar depósitos intactos, las muestras se obtuvieron mediante la recolección de pequeñas cantidades de carbón, por lo que las fechas fueron obtenidas, en algunos casos, a partir de muestras de vida larga con los consiguientes problemas. Este hecho es especialmente evidente para las muestras de carbón provenientes de los postes embutidos en la muralla final, que pertenecen a su estructura de construcción.

En cualquier caso, la procedencia concreta de las muestras de una zona restringida ofrece ventajas a la hora de evaluar la relación entre las muestras y la muralla, tanto en lo que respecta a esos postes embutidos como a las muestras que se han tomado



Fig. 1 - Localización del Cerro de la Virgen (Orce, Granada, España).

en estratos que chocan directamente con la muralla, a diferentes alturas dependiendo de las distintas fases durante las cuales ésta estuvo en uso.

Así, las 10 últimas fechas obtenidas proporcionan el marco para nuestra discusión sobre la evolución de los muros de fortificación debido a sus contextos de procedencia, sea de los mismos elementos de construcción de la muralla sea de niveles que se adosan directamente al muro de cierre del poblado.

Las nuevas fechas de radiocarbono se han calibrado con la curva IntCal13 y se han combinado mediante la opción de suma de probabilidades que proporciona el programa Calib 7.0.4 (Reimer *et al.* 2013) (fig. 3 y 4). Los resultados sugieren una ocupación prehistórica en esta área meridional cerca de la fortificación entre 2466 y 1915 cal A.C. según la suma de probabilidades en el rango 2σ . Se puede observar la escasez de fechas para el final de la ocupación, reflejadas en las dataciones de los enterramientos (Molina *et al.* 2014), probablemente debido a los procesos de erosión sobre los últimos depósitos domésticos en las áreas excavadas. De hecho, los pisos de las habitaciones asociados con las tumbas argáricas no se conservan.

Se puede mantener una propuesta para ubicar

el inicio de la ocupación del yacimiento alrededor de 2500 cal A.C. y la fase campaniforme entre 2450 y 2000/1950 cal A.C. (Molina *et al.* 2004: 153) como fechas aproximadas, aunque la datación aquí obtenida para los niveles más bajos es bastante reciente (Ua 37822, 2459-2152 σ cal A.C.). Por el contrario, otras propuestas que sitúan el inicio del Cerro de la Virgen a partir del 2650 cal A.C. (Rodríguez - Guillén 2007: 48) no resultan respaldadas ni por las fechas previamente disponibles ni por las presentadas aquí, alguna de las cuales, como veremos, se asocian a la primera ocupación y la construcción de la muralla, y mucho menos por la ya referida fecha del nivel inicial (Ua37822).

De hecho, el primer, y más interior, muro de fortificación puede relacionarse con las primeras fases de ocupación según las fechas de los estratos que se le adosan, y las modificaciones pueden colocarse en los últimos siglos del III milenio cal A.C., como sugieren las dataciones procedentes de muestras de carbón de los postes embutidos en la muralla más exterior. Es posible, pues, que la construcción de la muralla exterior se hubiera realizado alrededor de 2029-1783 2σ cal A.C. (según la datación Ua37830). Esta fecha puede estar relacionada con las fases argáricas (Molina *et al.* 2014, 2016), pero también



Fig. 2 - Panorámica del Cerro de la Virgen desde el norte (foto: Paisajes Españoles).

es posible que esa fecha corresponda a una última reforma y que la muralla exterior hubiera sido erigida durante las transformaciones del Bronce Antiguo local (Molina *et al.* 2017) alrededor de 2269-1985 2σ cal AC (según la datación Ua37831). Volveremos sobre estos temas en los apartados que siguen.

3. PROBLEMAS EN RELACIÓN CON LOS SISTEMAS DE CONSTRUCCIÓN Y LA ENTIDAD DE LAS ESTRUCTURAS DEFENSIVAS DEL CERRO DE LA VIRGEN

En este breve artículo, estamos especialmente interesados en los datos que el Cerro de la Virgen puede aportar sobre los sistemas de fortificación calcolíticos en las tierras altas del sudeste de la Península Ibérica. Mientras que en los años 70, 80 y 90 del siglo pasado se descubrieron diferentes asentamientos fortificados calcolíticos, como El Malagón (Cúllar, Granada) (Arribas *et al.* 1978; Torre *et al.* 1984; Moreno 1993), Las Angosturas (Gor, Granada) (Botella, 1980) y otros que sólo se conocen por prospecciones superficiales (Raya 1987; Raya *et al.* 1989; Moreno *et al.* 1991-92), ninguno de ellos presenta contextos y sistemas constructivos similares

a los del Cerro de la Virgen.

Los sistemas de construcción con barro, adobe, piedra y madera, sobre todo en combinación, sólo se conocen bien en esta área del cuadrante sudeste de la Península Ibérica en Marroquíes (Jaén) (Zafra *et al.* 1999, 2010; Pérez - Sánchez 1999; Lizcano *et al.* 2004; Nicás - Cámara 2017), en el valle del Alto Guadalquivir, donde especialmente se han preservado los adobes en los revestimientos de los fosos donde actúan a la vez de base de las murallas que se levantan inmediatamente tras ellos. De todos modos, los datos del Cerro de la Virgen nos permiten conocer algunas características particulares y brindar una visión general más completa de la configuración original de las estructuras defensivas.

Un aspecto importante, en relación con el sistema de fortificación, es la disposición en espiga o espina de pez de las hiladas de la muralla (Schüle 1980) (fig. 5). El sistema en el Cerro de la Virgen se usa en toda la altura conservada del muro de fortificación principal. Aunque se habían planteado dudas sobre su cronología por la ausencia previa de dataciones directas (Delgado 2013: 12), esto no sólo ha sido solventado por la asociación estratigráfica directa de los estratos datados sino también por las fechas

Número de Laboratorio	Contexto	Tipo de Muestra	Fecha BP	1 σ cal A.C.	2 σ cal A.C.
Ua37828	Nivel 23 (cerca de superficie, perfil N)	Carbón	3880 $\pm$ 40	2456-2301	2470-2210
Ua37825	Nivel 14	Carbón	3870 $\pm$ 35	2454-2293	2466-2210
Ua37823	Nivel 6-7	Carbón	3840 $\pm$ 40	2400-2206	2461-2154
Ua37822	Nivel 1	Carbón	3835 $\pm$ 40	2396-2204	2459-2152
Ua37824	Nivel 13	Carbón	3805 $\pm$ 35	2293-2152	2433-2136
Ua37829	Nivel 22	Carbón	3800 $\pm$ 40	2293-2146	2451-2059
Ua37827	Nivel 21	Carbón	3745 $\pm$ 40	2205-2045	2285-2032
Ua37831	Poste de muralla exterior	Carbón	3720 $\pm$ 70	2269-1985	2339-1920
Ua37826	Nivel 20	Carbón	3710 $\pm$ 40	2191-2035	2269-1977
Ua37830	Poste de muralla exterior	Carbón	3580 $\pm$ 65	2029-1783	2133-1748

Fig. 3 - Nuevas fechas radiocarbónicas para el área de fortificación al sur del Cerro de la Virgen. Calibración de acuerdo con la curva IntCal13 (Reimer et al. 2013) y el programa Calib 7.0.4

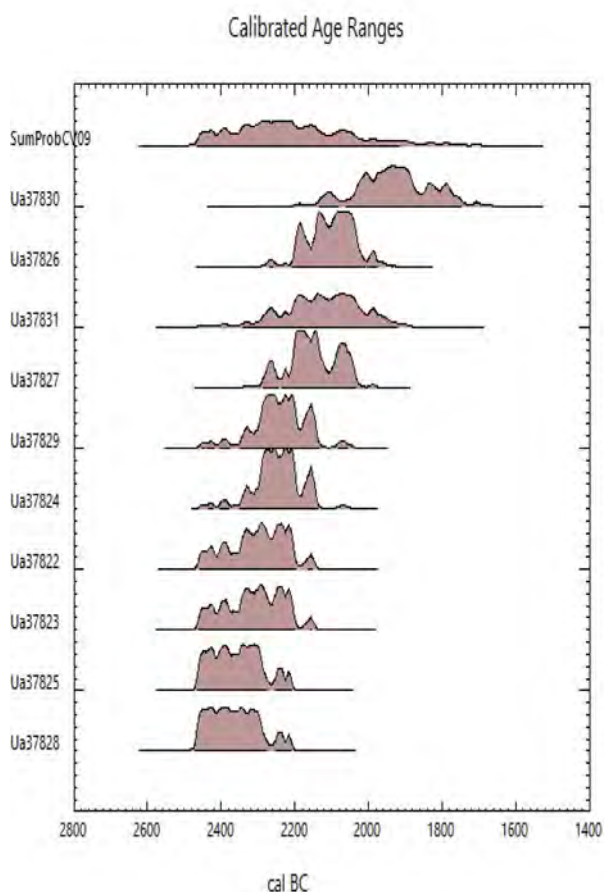


Fig. 4 - Fechas obtenidas en 2009 para los contextos del Cerro de la Virgen cercanos a la fortificación sur calibradas siguiendo la curva IntCal13 y el programa Calib 7.0.4 (Reimer et al. 2013).

prehistóricas de la muralla más exterior. Además se trata de un sistema presente en otros yacimientos calcolíticos como Los Millares (Santa Fe Mondújar, Almería), donde en el fortín 1, por ejemplo, uno de los

bastiones sobre el foso muestra, de forma puntual, esta técnica.

Una discusión más extensa merece la propuesta realizada por W. Schüle sobre varias líneas paralelas de fortificación en las que se combinaban la piedra y la madera (Schüle 1980) (fig. 6), que en la zona excavada generaría una serie de adarves soportados por los muros reforzados con estructuras de madera hasta un ancho final que se planteó que excediera los 20 metros (Schüle 1980, 1986). Los argumentos principales para esta propuesta de W. Schüle fueron la identificación de 4 líneas (la primera con muro principal y refuerzos), restos de madera presentes en algunas de estas líneas y la pendiente escalonada, lo que indicaba, según W. Schüle, paradójicamente que la estructura nunca se completó (Schüle 1986).

La existencia de estas líneas de la muralla meridional, independientemente de su cronología y articulación, parecían haber sido probadas al documentarse varias murallas concéntricas que rodean el poblado desde el norte. De hecho, las prospecciones magnéticas han mostrado que las diferentes líneas de cierre que se han encontrado no coinciden con otras estructuras domésticas, lo que sugiere la fecha prehistórica para todas ellas (Becker - Brandherm 2010: 27).

4. LOS RESULTADOS DE LAS INTERVENCIONES ARQUEOLÓGICAS DE LIMPIEZA EN RELACIÓN CON EL SISTEMA CONSTRUCTIVO, LA FORMA, LAS MODIFICACIONES Y LA TEMPORALIDAD DE LA FORTIFICACIÓN SUR DEL CERRO DE LA VIRGEN

En la parte sudoeste del yacimiento, la limpieza



Fig. 5 - Mampostería en espina de pez en el muro principal (1) en el corte 25 (foto: C. Pérez).

de la sección arqueológica mejor conservada (la occidental del corte 24) nos ha permitido comprender la formación de la estratigrafía calcolítica, dependiendo de los diversos procesos de construcción y destrucción de las cabañas. Al menos 11 de tales reestructuraciones se adosan directamente a la cara interna de la muralla (1a) (fig. 7). Al menos otras 5 reestructuraciones, representadas por conjuntos de estratos englobando suelos y derrumbes, pertenecen a fases posteriores, algunas se adosan a diferentes refuerzos al interior de la muralla (1c y 1d), mientras otras corresponden a viviendas que se separaron ligeramente de la muralla.

A veces es difícil identificar la sucesión de cabañas, destruidas a menudo por incendios, por la costumbre de cortar parcialmente los estratos anteriores, como se puede ver en el extremo noroeste del corte 24, y, debido a ello, podemos pensar que el número de niveles de ocupación calcolíticos debería ser mayor. Este sistema constructivo también se conoce en otros yacimientos calcolíticos del cuadrante sudeste de la Península Ibérica como Puente Mazuecos (Baeza, Jaén) (Pérez 2010), Marroquíes (Jaén) (Pérez - Cámara 1999), Los Castillejos en las Peñas de Los Gitanos (Montefrío, Granada) (Ramos *et al.* 1997; Cámara *et al.* 2016) y Las Pilas (Mojácar) (Murillo *et al.* 2017). Sin embargo, llama la atención su uso en un yacimiento en el que las cabañas tienen una arquitectura de adobe tan compleja (Kalb 1969; Schüle 1980). La unidad estratigráfica (nivel 13) inmediatamente debajo de una de estas cabañas, la mejor conservada, posiblemente asociada a su construcción, ha ofrecido una fecha (Ua37824) de 2433-2136 2σ cal AC, mientras el nivel 14, la continuidad de niveles

cortados por la cimentación de la cabaña de adobes referida se ha fechado (Ua37825) en 2466-2210 2σ cal AC. De hecho todos los niveles anteriores al 16 se relacionan con esa sucesión de cabañas. La suma de probabilidades de todas las fechas disponibles para todos esos estratos anteriores a la cabaña de adobe mejor conservada (4) indica 2426-2149 2σ cal AC. (con un 96,5% de probabilidad para el intervalo 2461-2197 2σ A.C.). Se trata de fechas que, como se había propuesto, indican el uso de este tipo de cabañas en época campaniforme (Schüle 1980), mostrándose además la continuidad en uso de la muralla durante todo el periodo.

La superposición de niveles de cabañas colapsadas continúa con estratos cuya tendencia los llevaría a adosarse a la muralla por encima de sus últimas hiladas preservadas. La presencia original de una mayor altura en el muro de fortificación está así atestiguada por estos últimos estratos horizontales (niveles 18-22) que aún han ofrecido fechas de finales del tercer milenio cal AC. (Ua37827 2285-2032 2σ cal AC. y Ua37829 2451-2059 2σ cal AC.). La suma de las probabilidades de todas las fechas disponibles (3) para los estratos sobre la cabaña de adobes indican 2340-1982 2σ cal AC. (pero 2276-2041 1σ cal AC.). Estos resultados pueden estar relacionados con el posible comienzo de un Bronce Antiguo local, como se ha mencionado anteriormente y corresponder también a los momentos de erección de la muralla exterior, no incluida en el corte 24 al desarrollarse más hacia el sur, quedando aquí, fuera del muro de refuerzo de la muralla interna que después comentaremos, parte del adarve.

El sistema de construcción del muro de fortificación principal (1a) se puede ver en las secciones arqueológicas del corte 24, cerca de una puerta. Sobre una capa de barro, se dispone un nivel de piedras bastante planas de pequeño tamaño. Sobre ellas se sitúan otras piedras bien trabajadas, dispuestas oblicuamente y trabados con mortero. Encima de ellas, otras piedras también están dispuestas en oblicuo pero con orientación opuesta para configurar la característica de espina de pez. El conjunto se sella con otra capa de barro y piedras horizontales como ajuste para comenzar otra hilada constituida con el mismo sistema. Esta técnica de construcción proporciona una estructura particularmente llamativa y, en este caso, resistente gracias al ajuste con mortero (fig. 7).

Debido a la distancia entre los diferentes cortes de excavación de la zona sur (24, 25 y 26) y a la existencia de diferentes líneas de muralla, es difícil



Fig. 6 - Sección y planta del Sistema de fortificación meridional en el corte 26 según W. Schüle (1980) (revisado por L. Spanedda y con las observaciones de los autores).

asegurar la forma que originalmente tendría el muro de fortificación en cada una de las áreas, en ausencia de intervenciones en extensión. Sin embargo, la lectura planimétrica cerca de la puerta ubicada en el corte 24 nos ha permitido observar no sólo su técnica de construcción, como se ha mencionado anteriormente, sino también su anchura. El ancho de la pared disminuye desde la base (2,5 m) hasta las hiladas superiores (1,5 m) con una altura conservada de aproximadamente 2,5 m (fig. 7) en ese punto. Hacia el exterior la altura de la muralla debió apreciarse, al menos al final de la ocupación, de forma mucho más acusada pues al interior la acumulación de depósitos ocultaba sus hiladas de base.

Ciertos refuerzos, visibles desde el exterior (1b), deben relacionarse con necesidades específicas, por ejemplo una vez que la acumulación de estratos interiores forzaba a elevar la altura de la muralla. Como hemos dicho, todos los niveles que se adosan a la muralla se han fechado en la segunda mitad del tercer milenio A.C., aunque el nivel basal sólo ha proporcionado una fecha de 2459-2152 2σ cal A.C. (Ua37822). También al interior, como hemos referido anteriormente, se aprecian refuerzos, al menos desde la fase 16 (1c) y, por tanto, se realizaron antes del último tercio del III milenio A.C. mientras el refuerzo más consistente se relaciona con la fase 18 (1d) y debe

considerarse en relación con las transformaciones ya referidas de fines del III milenio cal A.C.

La presencia de una línea de muro exterior (1e), parcialmente unida a la muralla principal, debe colocarse en relación con el cierre o estrechamiento de la puerta inmediatamente al este, en los límites del corte 24. Esta línea de muralla (1e) adosada, que alcanza los 2,5 m, comienza en un nivel inferior gracias a un corte de roca de 1 m (fig. 7). Este refuerzo (1e) podría construirse en una fecha tardía, tal vez del Bronce Antiguo local contemporáneamente a la erección de la muralla 2, mientras seguramente sufrió modificaciones que implicaron un ulterior refuerzo (1f) especialmente visible en planta (fig. 8), tal vez ya a inicios del II milenio cal A.C.

Si estos lienzos se realizaron contemporáneamente a la muralla 2 es muy posible que no fueran necesarios en zonas donde la 1 dejó de tener sentido. De hecho, al menos en las áreas más occidentales de la zona meridional del Cerro de la Virgen, la dirección de los lienzos más recientes debió ser bastante diferente al trazado de las primeras fases del Calcolítico dado que se encontraron restos de numerosas tumbas argáricas sobre la posible muralla interior e inicial (Schüle 1986).

La técnica de construcción de este lienzo adosado (1e) parece más simple y el diseño de espina

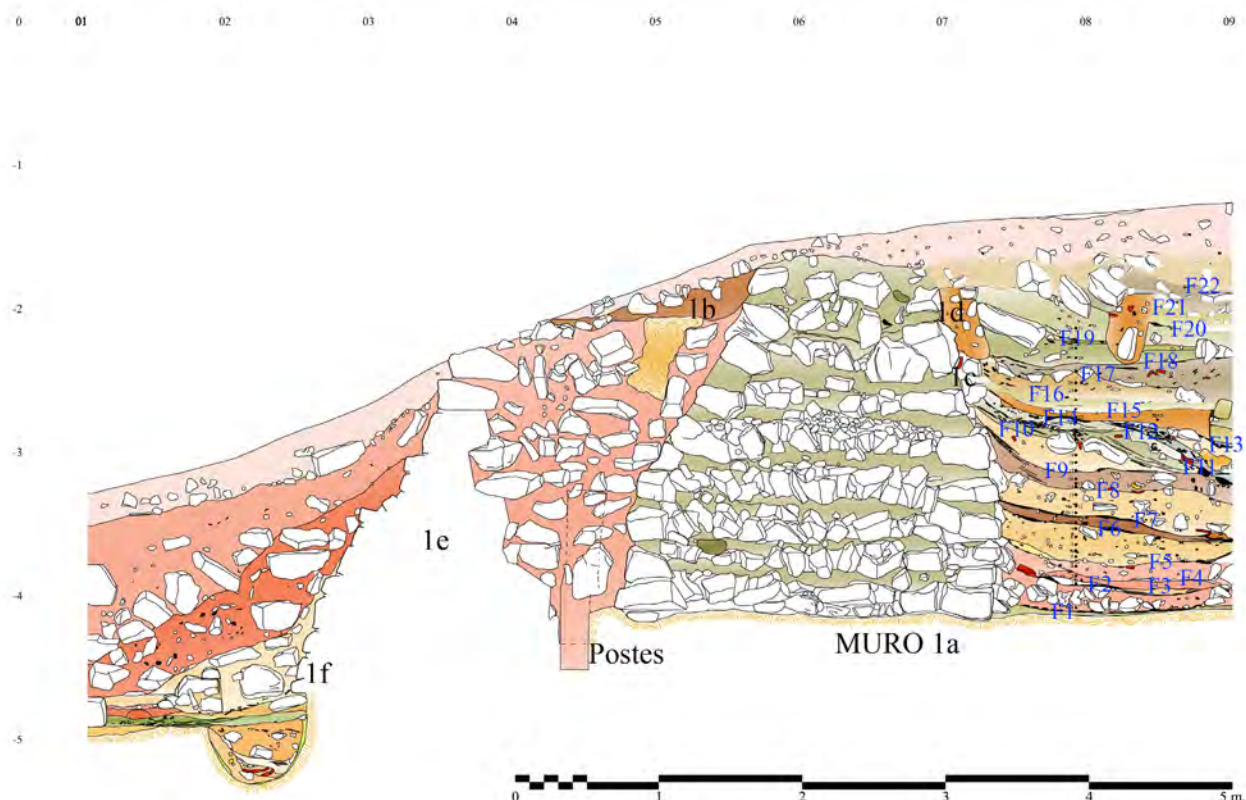


Fig. 7 - Perfil occidental del corte 24 con indicación de las fases estratigráficas y las partes de la muralla (diseño de C. Pérez, revisado por F.E. Salas).

de pez no es visible en el corte 24. Los huecos para postes que podrían sostener el parapeto sobre ambos lienzos (1a, con sus refuerzos y 1e) aún son visibles en la sección oeste del corte 24 (fig. 7).

En los sondeos arqueológicos 25 y 26, las excavaciones sólo se han llevado a cabo a ambos lados de la fortificación sin indagar sobre la posibilidad de brechas entre la muralla principal (1a) y el refuerzo (1e), que era claramente visible en los perfiles de W. Schüle (1980) (fig. 6). De todos modos, el ancho total de la fortificación coincide entre las dos áreas de excavación (fig. 8), suponiendo un desarrollo de 4,5 m de ancho para la fortificación interna del Cerro de la Virgen (muralla 1a y refuerzos-sellados 1e-1f). El sistema de espina de pez es visible en los tramos preservados del refuerzo 1f en el corte 25 (fig. 9), al contrario de lo que ocurre en el corte 24, tal vez porque la cercanía de la puerta, estrechada o cegada, exigía más estabilidad en la zona del corte 24.

En el área sudeste (corte 26), W. Schüle (1986) propuso la existencia de un sistema de muros paralelos con un ancho total de aproximadamente 20 m con pasillos internos y un adarve superior apoyado en estructuras de madera. El colapso parcial

de las secciones laterales del corte, en su zona sur, fuera del complejo conformado por la muralla 1 y sus refuerzos, ha permitido una mejor lectura de los restos de muros de mampostería localizados (fig. 10). Sólo la línea más cercana (muralla 2) al complejo de la muralla 1 y sus refuerzos está en su lugar original lo que permite asegurar su relación con el cierre del poblado en esta área. Además, se adosa a un corte de la roca, dejando un espacio (pasillo) que tiene entre 2 y 2,5 m, y muestra una anchura de 4 m (fig. 8). Al menos su base también estaba compuesta de una estructura en espina de pez (fig. 10). En el área de los sondeos 24 y 25 no se ha localizado este muro, que quedaría, con toda probabilidad, fuera del área de excavación (fig. 8). Su existencia viene demostrada, en cualquier caso, por la presencia de estratos horizontales al exterior de la muralla 1, acumulados en el referido pasillo. Dos trozos de madera correspondientes a la construcción de este tramo de la muralla 2 se han fechado en 2339-1920 (Ua37831) y 2133-1748 (Ua37830) 2σ cal A.C. Ambas son fechas tardías que pueden probar la construcción de este muro exterior 2 en el Bronce Antiguo (desde el local hasta el argárico, como se discutió anteriormente),

aunque sólo nuevas excavaciones podrían probar estos extremos y dilucidar sus transformaciones.

Los otros restos de muros (considerados como murallas 3 y 4 por W. Schüle (1980), la primera a unos 8 m de la estructura principal y con 1 m de ancho y la segunda a unos 14 m y también con 1 m de ancho, parecen ser el resultado del derrumbe de las partes altas de los muros de fortificación descritos anteriormente. De hecho, se colocan en estratos estériles que parecen pertenecer a rellenos de una gran depresión que implica un profundo corte de roca (tal vez un gran foso que debe tener continuidad con los barrancos que rodean la colina hacia el este y el oeste). El sistema de vinculación de fosos y barrancos está muy presente por ejemplo en Marroquíes (Lizcano *et al.* 2004; Zafra *et al.* 2010).

En cualquier caso, aunque el ancho dado a esta fortificación, que, contrariamente a lo sugerido (Schüle 1986), se completó, debe reducirse significativamente, desde los 20 m propuestos por W. Schüle (Schüle 1980) hasta alrededor de 10-11 m, el conjunto configuró una muralla compacta y defendible, con adarves y corredores intermedios para facilitar movimientos rápidos como se ha demostrado en otros yacimientos del cuadrante sudeste de la Península ibérica como Alcores (Arteaga 1987; Nocete 1994) o Los Millares (Cámara - Molina 2013).

La altura alcanzada por el conjunto, desde el corte de la roca más exterior (posible foso), podría proporcionar a las fortificaciones del Cerro de la Virgen un carácter sumamente imponente. A la muralla 1a (2,5 m conservados) y el refuerzo 1e (que arranca de una cota unos 0,5m más baja al recortarse la roca) habría que sumar la muralla paralela externa (2) que conserva unos 2 m de altura (sin haberse alcanzado la base). Hay que tener en cuenta que esta última arranca por debajo del nivel de suelo del pasillo entre ambas murallas (1e y 2), adosándose a la roca cortada y, aunque no se conserva apenas, en origen debía sobrepasar la altura del pasillo al menos en 1,5 m. En cualquier caso, esta última mediada no debe considerarse en una estimación de la altura del conjunto al reiterar el alzado de la muralla 1a y su refuerzo (1e-f). Además, si aceptamos que los muros denominados como 3 y 4 por W. Schüle son secciones caídas, deberíamos agregar al menos otros 2 m a la altura mínima del sistema de fortificación, porque el más interno (3) probablemente corresponda a la parte que falta al muro 2 para defender bien el pasillo interno. Por último, también debemos tener en cuenta la profundidad de la depresión donde esas

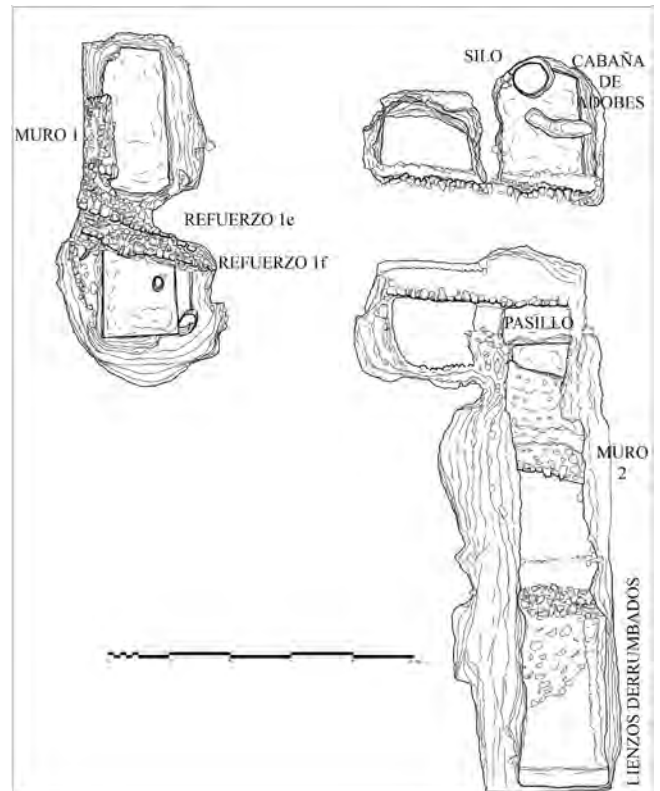


Fig. 8 - Planta de los cortes 25 y 26 tras la limpieza con indicación de las estructuras aún presentes y las líneas de los perfiles alterados (dibujo de C. Pérez, revisado por F.E. Salas y L. Spanedda).



Fig. 9 - Muro de refuerzo en el corte 25 (1f) con el sistema de mampostería en espina de pez en las hiladas de base (foto: C. Pérez).

secciones de muro colapsadas (3 y 4) cayeron. Esta depresión (o foso) debería superar sustancialmente los 4 m por debajo de la muralla 2 que supone el paramento exterior, ya que, en ningún caso, la roca fue alcanzada por las excavaciones de W. Schüle. De hecho, el muro 2 reviste la parte más interna de



Fig. 10 - Vista del corte 26 desde el sur para apreciar los lienzos derrumbados, los muros en posición y diferentes cortes de la roca (foto: C. Pérez).

esa depresión como sucede en fosos de Marroquíes (Pérez - Sánchez 1999; Nicás - Cámara 2017) o Los Millares (Molina - Cámara 2005; Cámara - Molina 2013). Es además probable que esa depresión tenga o configure varias líneas escalonadas.

Teniendo en cuenta todas estas consideraciones podríamos plantear que, hacia el exterior, el sistema ofrecía un altura de entre 10 y 11 m, de los cuales más de 6 correspondían a un alzado pétreo, parte de él como revestimiento de cortes de la roca, del que se conservan en torno a 4,5 m.

5. REFLEXIONES FINALES

Aunque la discusión de la cronología de la muralla del Cerro de la Virgen y sus transformaciones ha sido el eje central de este trabajo, consideremos que su relevancia está en otros aspectos que pueden parecer marginales. En primer lugar, en nuestra opinión, muestra que incluso con intervenciones arqueológicas limitadas, como la que tuvo lugar en el Cerro de la Virgen en 2009, y sin afectar los depósitos

originales, es posible obtener nuevas lecturas sobre propuestas científicas anteriores. En segundo lugar, consideramos que nuestra investigación ha revelado que la preservación de las fortificaciones del Cerro de la Virgen permite una lectura unívoca sobre su uso militar, debido a su complejidad y tamaño, aunque ciertas características, como la técnica de espina de pez, también indican preocupación por la apariencia, estando esos aspectos siempre indisolublemente unidos en la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica (Gonçalves *et al.* 2013; Cámara - Molina 2013).

En relación con la evolución de las fortificaciones del Cerro de la Virgen se pueden sugerir cambios temporales en los sistemas de fortificación con la posible erección de un muro más externo (2) alrededor del 2200/2150 cal A.C. (Bronce Antiguo local), de acuerdo con los datos de la madera incluida en su estructura. Se trata de un momento en el que no sólo tienen lugar importantes transformaciones en el yacimiento (Molina *et al.* 2017) y el Sudeste en general (Lull *et al.* 2015) sino que se constatan importantes avances en los sistemas de fortificación (Lull *et al.*

2014). En la misma fecha, se puede pensar que podrían producirse algunos cambios en las cabañas, con la última vivienda de adobes colapsada antes de esa fecha, pero es necesaria una investigación más profunda con excavaciones extensas.

De todos modos, casi todas nuestras propuestas muestran que las conclusiones de W. Schüle (1980) fueron adecuadas. Sólo rechazamos las líneas de muralla 3 y 4, considerándolas como líneas derrumbadas.

Aun así, la fortificación del Cerro de la Virgen, cuya cronología calcolítica con el sistema de construcción en espina de pez no se puede poner en duda, resulta una de las más espectaculares conocidas con una anchura estimada de unos 10-11 m, sin tener en cuenta la depresión-foso que la antecede y una altura con ésta de unos 10-11 m estimados, en torno a 6,5 sólo en piedra, 4,5 de ellos conservados.

AGRADECIMIENTOS

Este trabajo ha sido desarrollado gracias a los proyectos: "Demografía, Dieta y Ritual en la Edad del Bronce de los Altiplanos Granadinos" (HAR2011-27718), financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación y "Dieta y movilidad en la Prehistoria Reciente de Andalucía. Un estudio de la jerarquización social a partir del registro funerario" (P12-HUM-1510), financiado por la Consejería de Economía, Innovación, Ciencia y Empleo de la Junta de Andalucía.

6. BIBLIOGRAFÍA

- ARRIBAS, A. - MOLINA, F. - TORRE, F. de la - NÁJERA, T. - SÁEZ, L. (1978) - El poblado de la Edad del Cobre de "El Malagón" (Cúllar-Baza, Granada): campaña de 1975. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 6: 67-116.
- ARTEAGA, O. (1987) - Excavaciones arqueológicas sistemáticas en El Cerro de los Alcores (Porcuna, Jaén): informe preliminar sobre la campaña de 1985. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1985 II: 279-288.
- BECKER, H. - BRANDHERM, D. (2010) - Eine Testmessung zur magnetischen Prospektion am Cerro de la Virgen 1998 (Prov. Granada, Spanien). In ARMBRUSTER, T. - HEGEWISH, M. (eds.) - *Beiträger zur Vor- und Frühgeschichte der Iberischen Halbinsel und Mitteleuropas: Studien in honorem Philine Kalb*. Bonn (*Studienzur Archäologie Europas* 11): 267-272.
- BOTELLA, M. (1980) - *Excavaciones arqueológicas en el poblado eneolítico de Las Angosturas (Gor)*. Provincia de Granada. Granada.
- CÁMARA, J.A. - AFONSO, J.A. - MOLINA, F. (2016) - La ocupación de las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada) desde el Neolítico al mundo romano: Asentamiento y ritual funerario. In PEDREGOSA MEGÍAS, R.J. (Coord.) - *Arqueología e Historia de un paisaje singular. La Peña de los Gitanos, Montefrío (Granada)*. Montefrío: 17-121.
- CÁMARA, J.A. - MOLINA, F. (2009) - El análisis de la ideología de emulación: el caso de El Argar. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada* 19: 163-194.
- CÁMARA, J.A. - MOLINA, F. (2013) - Indicadores de conflicto bélico en la Prehistoria Reciente del cuadrante sudeste de la Península Ibérica: el caso del Calcolítico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada* 23: 99-132.
- CASTRO, P.V. - CHAPMAN, R.W. - GILI, S. - LULL, V. - MICÓ, R. - RIHUETE, C. - RISCH, R. - SANAHUJA, M.E. (1993-94) - Tiempos sociales de los contextos funerarios argáricos. *Anales de Prehistoria y Arqueología* 9-10: 77-105.
- CASTRO, P.V. - LULL, V. - MICÓ, R. (1996) - *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*. Oxford (*British Archaeological Reports. International Series* 652).
- DELGADO, S. (2013) - *Tecnología y distribución espacial del material macrolítico del Cerro de la Virgen de Orce (Granada) Campañas 1963-1970. Una aproximación paleoeconómica*. Oxford (*British Archaeological Reports. International Series* 2518).
- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. - COSTEIRA, C. (2013) - Walls, Gates and Towers. Fortified Settlements in the South and Centre of Portugal: Some Notes about Violence and Walls in the 3rd Millenium BCE. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada* 23: 35-97.
- LIZCANO, R. - CÁMARA, J. A. - CONTRERAS, F., PÉREZ - C. - BURGOS, A. (2004) - Continuidad y cambio en comunidades calcolíticas del Alto Guadalquivir. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja: 159-175.
- LULL, V. - MICÓ, R. - RIHUETE, C. - RISCH, R. (2014b) - The La Bastida fortification: new light and new questions on Early Bronze Age societies in the western Mediterranean. *Antiquity* 88: 395-410.
- LULL, V. - MICÓ, R. - RIHUETE, C. - RISCH, R. (2015) - Transition and conflict at the end of the 3th millennium BC in south Iberia. In MELLER, H. - ARZ, H.W. - JUNG, R. - RISCH, R. (eds.) - *2200 BC – A climatic breakdown as a cause for the collapse of the old world?*

- 7th Archaeological Conference of Central Germany (October 23-26, 2014 in Halle). Halle (Tagungen des Landes Museum für Vorgeschichte 12: I): 365-408.
- MOLINA, F. - CÁMARA, J.A. - AFONSO, J.A. - NÁJERA, T. (2014) - Las sepulturas del Cerro de la Virgen (Orce, Granada): diferencias cronológicas y diferencias sociales. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social* 16: 121-142.
- MOLINA, F. - CÁMARA, J. A. - CAPEL, J. - NÁJERA, T. - SÁEZ, L. (2004) - Los Millares y la periodización de la Prehistoria Reciente del Sudeste. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja: 142-158.
- MOLINA, F. - CÁMARA, J.A. - DELGADO, A. - JIMÉNEZ, S.A. - NÁJERA, T. - RIQUELME, J.A. - SPANEDDA, L. (2016) - Problemas cronológicos y análisis de dieta en la Edad del Bronce de los Altiplanos granadinos: el caso del Cerro de la Virgen (Orce, Granada, España). *Del neolític a l'edat del bronze en el Mediterrani occidental. Estudis en Homenatge a Bernat Martí Oliver*. Valencia (Serie de Trabajos Varios del Servicio de Investigación Prehistórica del Museo de Prehistoria de Valencia 119): 451-463.
- MORENO, M.A. (1993) - *El Malagón: un asentamiento de la Edad del Cobre en el Altiplano de Cúllar-Chirivel*. Tesis Doctoral (Universidad de Granada). Granada.
- MOLINA, F. - CÁMARA, J.A. - DORADO, A. - VILLARROYA, M. (2017) - El fenómeno campaniforme en el Sudeste de la Península Ibérica: el caso del Cerro de la Virgen (Orce, Granada). In GONÇALVES, V.S. (ed.) - *Sínos e Taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa (Estudos & Memórias 10): 258-275.
- MORENO, M.A. - CONTRERAS, F. - CÁMARA, J.A. (1991-92) - Patrones de asentamiento, poblamiento y dinámica cultural. Las tierras altas del sureste peninsular. El pasillo de Cúllar-Chirivel durante la Prehistoria Reciente. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 16-17: 191-245.
- MURILLO, M. - MARTINÓN-TORRES, M. - CÁMALICH, M. D. - MARTÍN, D. - MOLINA, F. (2017) - Early metallurgy in SE Iberia. The workshop of Las Pilas (Mojácar, Almería, Spain). *Archaeological and Anthropological Sciences* 9-7: 1539-1569.
- NICAS, J. - CÁMARA, J.A. (2017) - Fortificación y ritual en el yacimiento calcolítico de Marroquíes (Jaén). Los fosos del Paseo de la Estación. *Antiquitas* 29: 39-57.
- NOCETE, F. (1994) - *La formación del Estado en Las Campiñas del Alto Guadalquivir (3000-1500 a.n.e.)*. Granada (Monográfica Arte y Arqueología 23).
- RAMOS, U. - AFONSO, J.A. - CÁMARA, J.A. - MOLINA, F. - MORENO, M. (1997) - Trabajos de acondicionamiento y estudio científico en el yacimiento de Los Castillejos en Las Peñas de los Gitanos (Montefrío, Granada). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1993 III*: 265-271.
- PÉREZ, C. (2010) - Prehistoria, Antigüedad y etapa visigoda. In MORAL, M. (coord.) - *Baeza. Arte y patrimonio*. Jaén: 138-165.
- PÉREZ, C. - CÁMARA, J.A. (1999) - Intervención arqueológica en Marroquíes Bajos (Jaén). Sector Urbanístico RP-4. Parcela G-3. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1995 III*: 256-270.
- PÉREZ, C. - SÁNCHEZ, R. (1999) - Intervención arqueológica en Marroquíes Bajos (Jaén). Parcela E 2-4 (Sector UA-23). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1995 III*: 271-287.
- RAYA, M. (1987) - Prospecciones arqueológicas superficiales en el borde oriental de la Depresión de Guadix (Granada, 1985). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1985 II*: 103-108.
- RAYA, M. - JIMÉNEZ, S.A. - VARGAS, A. (1989) - El Puntal (Aldeire, Granada). Un nuevo yacimiento de la Edad del Cobre en la comarca de Guadix. *Congreso Nacional de Arqueología XX*. Zaragoza: 341-354.
- REIMER, P. J. - BARD, E. - BAYLISS, A. - BECK, J. W. - BLACKWELL, P. G. - BRONK RAMSEY, C. - BUCK, C. E. - CHENG, H. - EDWARDS, R. L. - FRIEDRICH, M. - GROOTES, P. M. - GUILDERSON, T. P. - HAFLIDASON, H. - HAJDAS, I. - HATTÉ, C. - HEATON, T. J. - HOFFMANN, D. L. - HOGG, A. G. - HUGHEN, K. A. - KAISER, K. F. - KROMER, B. - MANNING, S. W. - NIU, M. - REIMER, R. W. - RICHARDS, D. A. - SCOTT, E. M. - SOUTHON, J. R. - STAFF, R. A. - TURNEY, C. S. M. - PLICHT, J. van der (2013) - Intcal13 and Marine13 radiocarbon age calibration curves 0–50,000 years Cal BP. *Radiocarbon* 55-4: 1869–1887.
- RODRÍGUEZ, M.O. - GUILLÉN, J.M. (2007) - *Museo de Galera. Guía oficial*. Granada.
- SCHÜLE, W. (1966) - El poblado del Bronce Antiguo en el Cerro de la Virgen de Orce (Granada) y su acequia de regadío. *Congreso Nacional de Arqueología IX*. Zaragoza: 113-121.
- SCHÜLE, W. (1969) - Tartessos y el hinterland (Excavaciones de Orce y Galera). In *Tartessos y sus problemas. V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*. Barcelona (Publicaciones Eventuales de la Universidad de Barcelona 13): 16-32.
- SCHÜLE, W. (1980) - Orce und Galera: Zwei Siedlungen aus dem 3 bis 1. Jahrtausend v. Chr. Im Südosten der Iberischen Halbinsel I. *Übersicht über die Ausgrabungen 1962-1970*. Mainz am Rhein.
- SCHÜLE, W. (1986) - El Cerro de la Virgen de la Cabeza,

Orce (Granada). Consideraciones sobre su marco ecológico y cultural. In *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*. Sevilla: 208-220.

SCHÜLE, W. - PELLICER, M. (1966) - *El Cerro de la Virgen, Orce (Granada)*. Madrid (*Excavaciones Arqueológicas en España* 46).

TORRE, F. de la - MOLINA, F. - CARRIÓN, F. - CONTRERAS, F. - BLANCO, I. - MORENO, A. - RAMOS, A. - TORRE, M.P. de la (1984) - Segunda campaña de excavaciones (1983) en el poblado de la Edad del Cobre de "El Malagón" (Cúllar-Baza, Granada). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada* 9: 131-146.

ZAFRA, N. - HORNOS, F. - CASTRO, M. (1999) - Una macro-aldea en el origen del modo de vida campesino: Marroquíes Bajos (Jaén) c. 2500-2000 cal ANE. *Trabajos de Prehistoria* 56-1: 77-102.

ZAFRA, N. - CASTRO, M. - HORNOS, F. (2010) - Marroquíes Bajos (Jaén, España) C. 2800-2000 Cal Ane: agregación, intensificación y campesinización en el Alto Guadalquivir. In GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (eds.) - *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* *Actas do Colóquio Internacional. Cascais 6-9 de Outubro – 2005*. Cascais (*Colecção Cascais, Tempos Antigos* 2): 519-535.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 39-57. SUBMETIDO A 29.03.2018. ACEITE A 14.09.2018.

A QUADRATURA DO CÍRCULO: SOBRE A QUESTÃO DA ESCOLHA DE PLANTA NA ARQUITECTURA DOMÉSTICA, NO EXEMPLO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE E PROTO-HISTÓRIA NA ESTREMADURA PORTUGUESA

SQUARING THE CIRCLE: DISCUSSING PLAN CHOICES IN DOMESTIC ARCHITECTURE FROM LATER PREHISTORIC AND PROTOHISTORIC EXAMPLES IN PORTUGUESE ESTREMADURA

THOMAS TEWS¹

RESUMO

A planta circular ou oval predomina na arquitectura doméstica das primeiras sociedades camponesas na Estremadura portuguesa, apesar de se identificar uma coexistência com a planta rectangular, pelo menos durante o Neolítico Final e Calcolítico. Só na Idade do Ferro é que a planta rectangular se torna predominante, o que provavelmente pode ser atribuído à presença fenícia naquela época.

Partindo do estudo de caso da Estremadura portuguesa na Pré-História Recente e Proto-História, este artigo apresenta algumas reflexões sobre, para além da cronologia e dos contextos culturais específicos, quais os motivos que levam uma sociedade a escolher a planta redonda, a planta rectangular, ou as duas plantas ao mesmo tempo, para as suas construções domésticas. Evidenciando diversas vantagens que a planta redonda oferece face à planta rectangular, é colocado em questão o preconceito evolucionista que considera construções de planta rectangular mais evoluídas.

Palavras-chave: Arquitectura doméstica; Planta redonda; Planta rectangular; Estremadura portuguesa; Pré- e Proto-História.

ABSTRACT

The circular or the oval plan predominate in the domestic architecture of the first peasant societies of Portuguese Estremadura, despite the identification of a coexistence with the rectangular plan, at least during the Late Neolithic and the Chalcolithic. It is only during the Iron Age that the rectangular plan becomes predominant, which is probably due to the Phoenician presence at the time.

Building from the study of the case of the Portuguese Estremadura in Late Prehistory and Protohistory, this article presents some reflections on, beyond the chronology and the specific cultural contexts, which are the motives that lead a society to choose the round plan, the rectangular plan, or both at the same time, for its domestic constructions. Evidencing several advantages of the round over the rectangular plan, one challenges the evolutionist prejudice that considers rectangular plan constructions as being more advanced.

Keywords: Domestic architecture; Round plan; Rectangular plan; Portuguese Estremadura; Pre- and Proto-History.

*"Namque si homo conlocatus fuerit supinus manibus et pedibus pansis circinique conlocatum centrum in umbilico eius, circumagendo rotundationem utrarumque manuum et pedum digiti linea tangentur. Non minus quemadmodum schema rotundationis in corpore efficitur, item quadrata designatio in eo invenietur."*²

Vitruvius (século I a.C.), arquitecto romano, na sua obra *De Architectura* (III, I, 3).

"Não é o ângulo que me atrai nem a linha recta, dura, inflexível, criada pelo homem. O que me atrai é a curva livre e sensual, a curva que encontro nas montanhas do meu país, no curso sinuoso dos seus rios, nas ondas do mar, no corpo da mulher preferida. De curvas é feito todo o universo, o universo curvo de Einstein."

Oscar Niemeyer (1907-2012), arquitecto brasileiro, na sua autobiografia *As curvas do tempo: memórias* (Niemeyer 2000: 11).

1. AS ORIGENS DA PLANTA CIRCULAR/OVAL E DA PLANTA RECTANGULAR NA ARQUITECTURA DOMÉSTICA

As estruturas habitacionais mais antigas que conhecemos apresentam uma planta circular ou oval.

No sítio do Paleolítico Inferior de DK (Douglas Korongo) na garganta de Olduvai na Tanzânia, datado por volta de 1,2 milhões de anos (Bubel 2011), Mary Leakey encontrou um círculo de blocos de basalto de aproximadamente 4 m de diâmetro, que interpretou em analogia com "temporary structures often made by present-day nomadic peoples who build a low stone wall round their dwellings to serve either as a windbreak or as a base to support upright branches which are bent over and covered with either skins or grass" (Leakey 1971: 24). Consequentemente, a estrutura circular seria a estrutura habitacional mais antiga do mundo até agora conhecida. No entanto, Richard Potts propôs uma origem natural da estrutura: "All the stones in the circle come from a lava layer which lies immediately below DK level 3, and which also protrudes through level 3 in other areas of the site. A roughly circular arrangement of stones may thus have been produced by a radial distribution of tree roots, which are known to penetrate and break up rock" (Potts 1984: 345).

No sítio acheuliano de *Terra Amata*, em Nice, no Sul de França, foram identificadas estruturas pétreas de planta oval com comprimentos de 8-15 m de eixo maior e 4-6 m de eixo menor, acompanhados no

interior por buracos de estacas, que Henry de Lumley interpretou como restos de cabanas (Lumley 1969).

Na Zona I da Galeria Inferior da Gruta de *La Garma*, na Cantábria, no Norte de Espanha, encontrou-se uma estrutura subcircular/oval de uma fila de blocos de calcário (3 x 2,5 m), datada do Magdaleniano (Ontañón 2003: 345-348, figs. 6-8; Arias - Ontañón 2012: 106-107, fig. 8.5). Estudos etnográficos indicam que estruturas deste tipo do Paleolítico podem ser interpretadas como restos de tendas. Por exemplo, os *inuítas* e os *iúpiques* do Ártico seguram contra o vento as suas tendas (de verão) através de alinhamentos pétreos circulares ou ovais (Ontañón 2003: 351; Tews no prelo).

Na história da arquitectura doméstica a planta rectangular parece surgir mais tarde que a planta circular ou oval, como indica o exemplo do Próximo Oriente. Naquela região, a arquitectura doméstica mais antiga consistia em construções redondas ou ovais, por exemplo as estruturas pétreas da cultura epipaleolítica do Natufiense (Perrot 1960: 15-17, figs. 1-2, est. 1B; Stekelis - Yizraely 1963: 11), que a partir do PPNA (*Pre-Pottery Neolithic A*) e sobretudo no PPNB (*Pre-Pottery Neolithic B*) foram substituídas por estruturas retangulares, que continuaram a predominar por vários milhares de anos (Molist *et al.* 1992-1993: 50; Akkermans 2010: 26). Por exemplo, no povoado de *Jericó*, na Palestina, as casas do PPNA ainda apresentam uma planta circular, enquanto as casas do PPNB apresentam uma planta rectangular com vários compartimentos (Sanahuja Yll - Gasull 1979-1980: 356; Kenyon 1981). O mesmo pode observar-se na Anatólia, onde, no povoado de *Boncuklu*, cuja ocupação foi datada de 8500-7500 a.C. (na base de datações radiocarbónicas e de tecnologias líticas), as casas ainda têm uma planta oval, enquanto no povoado de *Çatalhöyük*, 9,5 km a Sudoeste de *Boncuklu*, cuja ocupação começa cerca de 7100 cal BC, as casas já apresentam uma planta rectangular (Bayliss *et al.* 2015: 3 e 17-19).

Na sua obra *6000 years of housing*, Norbert Schoenauer, que era professor de arquitectura na Universidade McGill no Canadá, conclui "that circular dwellings are primordial, and predate the rectangular shape of indigenous shelters. [...] An increase in the number of occupants in a communal dwelling eventually necessitates a departure from the primordial circular plan. Structural considerations limit the span of circular buildings; thus, beyond a certain limit floor area can only be increased by means of either a doughnut plan or an oval plan that ultimately becomes rectangular in form" (Schoenauer 2000: 12 e

33-34). Não obstante, não se pode generalizar que a evolução das plantas das casas é sempre de circular para rectangular. A evolução contrária também é possível, como mostra o mesmo exemplo do Próximo Oriente, especialmente do Levante setentrional, no qual reaparecem estruturas de planta circular a partir dos meados de VII milénio a.C. (Akkermans 2010: 26-27). Um bom exemplo proporciona o sítio de *Tell Sabi Abyad*, no Norte da Síria, onde as escavações realizadas na parte noroeste da colina estabeleceram uma longa sequência de ocupações do Neolítico Cerâmico, com pelo menos 13 níveis diferentes (muitas vezes divididos em subníveis) e datações radiocarbónicas entre cerca de 7000 e 6200 cal BC. A partir do nível 5C, respectivamente de cerca de 6500/6450 cal BC, aparecem edifícios de planta circular com diâmetros entre 3 e 5 m, mas apenas, no máximo, um edifício circular por nível, no meio de edifícios de planta rectangular (Akkermans 2010: 23-24). No final do VII milénio a.C., o povoado mudou para outras zonas do mesmo sítio, tendo estas sido ocupadas aproximadamente de 6200 a 6000 cal BC. Naqueles níveis, os edifícios de planta circular tornaram-se predominantes, apresentando diâmetros exteriores entre 2,5 e 5,5 m e, ocasionalmente, anexos rectangulares (Akkermans 2010: 24-26).

Outra época de florescimento vive a planta circular no Neolítico Pré-Cerâmico no Chipre, como mostra, por exemplo, o povoado de *Khirokitia*, com uma ocupação aproximada de 6800 a 5200 cal BC (Manning 2013: 504), cujas casas, construídas em pedra e terra, apresentam plantas circulares com diâmetros exteriores entre 2,30 e 9,80 m (Daune-Le Brun - Le Brun 1996; Le Brun 1996: 19-27; Le Brun 2001: 111).

A arquitectura doméstica de planta rectangular chega a um auge no Neolítico Antigo na Europa Central, na cultura de *Linearbandkeramik* (5500-5000 a.C.), cujas casas apresentam plantas rectangulares constituídas por cinco linhas longitudinais paralelas de buracos de poste (Modderman 1986; Pavlů 2016). Enquanto as larguras das casas variam pouco, entre 4 e 7,5 m, os comprimentos apresentam uma grande variabilidade, de 5,5 m a mais de 71 m, com um valor médio de 20 m (Modderman 1986; Grasselt 2000; Pechtl 2009).

Uma estrutura semelhante às casas de *Linearbandkeramik* foi identificada por Mário Varela Gomes no povoado do Neolítico Antigo no *Castelo Belinho* (Portimão, Algarve), que, segundo as datações radiocarbónicas obtidas, tem uma

ocupação da segunda metade do V milénio a.C. Trata-se da designada “Casa 1”, que apresenta três linhas paralelas de buracos de poste e mede 16 m de comprimento por 3 m de largura. Para além da “Casa 1” foram detectadas mais duas estruturas de buracos de poste de planta rectangular de menores dimensões (12,2 x 2,8 m e 3,4 x 2,8 m), assim como cinco estruturas de buracos de poste de planta trapezoidal com comprimentos entre 3,8 e 8,2 m e larguras entre 2,2 e 3 m. Deve destacar-se aqui a coexistência das referidas estruturas de planta rectangular ou trapezoidal com duas estruturas de buracos de poste de planta circular, que medem ambas cerca de 3 m de diâmetro (Gomes 2008; 2008-2009; 2010; 2012; 2013). Uma outra estrutura habitacional de planta rectangular do Neolítico Antigo foi identificada por Victor S. Gonçalves no sítio de *Xarez 4* (Reguengos de Monsaraz): “A associação entre as três estruturas pétreas e outra, muito danificada, configura os apoios pétreos a uma cabana de forma rectangular” (Gonçalves 2002: 172). Na Beira Alta, no sítio neolítico de *Senhora da Alegria* (Coimbra), foi escavada uma “sub-rectangular house (with slightly rounded corners), with central posts aligned with the entrance (facing east), with 10,5 x 5,5 meters” (Valera 2012). Uma planta subrectangular com cantos arredondados também apresenta uma estrutura doméstica de buracos de poste parcialmente escavada no sítio do Neolítico Antigo de *Mas d'Is* na província de Alicante, em Espanha. A estrutura, que tem uma largura de 3,8 m e um comprimento de mais de 10 m, pode ser datada da segunda metade do VI milénio a.C. (Bernabeu Auban *et al.* 2003: 41-44, fig. 2). Na Catalunha, no povoado lacustre de *La Draga* (ca. 5300-4800 cal BC), foram detectadas cabanas de planta rectangular, que apresentam três ou quatro linhas de postes de madeira e medem cerca de 10-12 m de comprimento e 3-4 m de largura (Chinchilla, Palomo e Tarrús 2006; Tarrús 2008; Bogdanovic *et al.* 2015). Obviamente, a planta rectangular na arquitectura doméstica na Península Ibérica tem uma larga tradição que já remonta ao Neolítico Antigo.

2. A ESCOLHA DE PLANTA NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NA ESTREMADURA PORTUGUESA

Uma das estruturas habitacionais mais antigas da Pré-História Recente na Estremadura portuguesa foi descoberta na *Encosta de Sant'Ana*, em Lisboa, datada do chamado Neolítico Antigo Evolucionado, já próximo da transição do VI para o V milénio a.C. (Leitão



Fig. 1 - *Zambujal* (Torres Vedras). Planta das estruturas habitacionais identificadas. Correspondência das cores: verde: fase 1; amarelo: fase 2; azul: fase 3; vermelho: fase 4 (Kunst 2013: 196, fig. 3, atualizado por Guida Casella, segundo indicações de Michael Kunst) (ver versão digital).

- Henriques 2014: 20). Trata-se de um alinhamento pétreo de forma oval, apenas parcialmente escavado, com cerca de 4 m de largura máxima e 3 m de comprimento visível, que foi interpretado como embasamento de uma cabana construída em troncos e ramagens e revestida com argila, como indicam os fragmentos de 'barro de cabanas' recolhidos (Leitão - Henriques 2014: 20, fig. 8). Junto a esta, foram escavadas mais três estruturas habitacionais: uma estrutura de forma elíptica alongada, com aproximadamente 5 m de comprimento e 1,8 m de largura máxima, uma estrutura de forma circular com cerca de 1,5 m de diâmetro, delimitada por pedras de média dimensão e uma estrutura elíptica ou circular, da qual somente se conservou um segmento com cerca de 1,3 m de comprimento (Leitão - Henriques 2014: 20-21, fig. 9).

A planta circular ou oval continua a ser escolhida no Neolítico Final da Estremadura, como mostra um fundo de cabana de planta oval, de 2,5 m de eixo maior e 2 m de eixo menor, revestido por uma dura camada argilosa de cor avermelhada, que foi posto a descoberto no povoado do Neolítico Final de *Vila Pouca* na Serra de Monsanto em Lisboa (Moita 1967: 51, est. LI, 2). No povoado do Neolítico Final de *Vale de Lobos* (Sintra) - também conhecido por *Belas Clube de*

Campo - foi identificada uma estrutura habitacional de forma oval, com cerca de 5 m de diâmetro máximo e cerca de 3 m de diâmetro mínimo. A estrutura estava limitada a Este por um alinhamento pétreo de cascalho de calcário, terminando em ambas as extremidades em buracos de poste estruturados, e a Norte, Sul e Oeste por blocos de afloramento de calcário que aí se encontram. No seu interior observou-se uma estrutura de combustão (Valente 2002; Valente 2006: 29-31, figs. 8-11).

No Neolítico Final na Estremadura portuguesa, a planta circular ou oval parece coexistir com a planta rectangular, como indica uma estrutura escavada numa camada do Neolítico Final na estação pré-histórica de *Parede* (Cascais), que Eduardo Prescott Vicente descreveu da seguinte maneira: “A cavidade é sub-rectangular [...]. O fundo é revestido por pedras [...]. Para oeste, o fundo vai subindo até atingir uma pequena parede, que me parece ser de barro amassado e pedras. Do lado norte, a cavidade é limitada por um outro muro, que me parece ser também constituído por barro e pedras” (citado por Serrão 1983: 133). No povoado pré-histórico de *Leceia* (Oeiras), pequenos segmentos de muros rectilíneos associados à primeira fase construtiva, datada do Neolítico Final (Cardoso 2010: 47-50, figs.

6 e 7; Cardoso 2012: 58-59), também apontam para a existência de edifícios de planta rectangular no Neolítico Final da Estremadura portuguesa.

No Calcolítico na Estremadura portuguesa, as estruturas habitacionais normalmente apresentam uma planta circular ou oval. Por exemplo, no povoado de *Leceia*, as cabanas do Calcolítico Inicial apresentam uma planta desta forma, como mostram quer a “Cabana L” de planta ovoide, com paredes de pedra seca e um chão revestido de lages, quer a “Casa ZZ” de planta circular, com uma lareira estruturada no seu centro (Cardoso 1986: 52, fig. 7; 2010: 52-57, figs. 11, 15, 16 e 23). Na seguinte fase cultural de *Leceia*, no Calcolítico Pleno, continuam a construir-se cabanas de planta circular, mas também aparecem cabanas de planta elíptica de grandes dimensões (até mais de 10 m de eixo maior). Estas plantas elipsoidais tornam-se as únicas na última fase construtiva de *Leceia*, à qual podem ser atribuídas as “Cabanas EN e FN” da época campaniforme (Cardoso 2010: 54-60, figs. 27-35). João Luís Cardoso considera as cabanas de planta elíptica mais ou menos alongadas do Calcolítico Pleno “na imediata origem das casas da Idade do Bronze, passando pelas cabanas da época campaniforme” (Cardoso 2010: 57).

No povoado calcolítico fortificado do *Zambujal* (Torres Vedras), todas as 17 estruturas detectadas que foram interpretadas como casas ou cabanas (em alguns casos com interrogação), atribuídas a quatro diferentes fases construtivas, apresentam uma planta circular ou oval/elíptica, sem mostrar uma evolução diacrónica, visto que as duas formas de planta parecem coexistir em quase todas as fases (Fig. 1) (Sangmeister - Schubart 1981: 255-262, fig. 38; Kunst 2013: 196-197, fig. 3).

Relativamente perto do *Zambujal* fica o povoado calcolítico da *Fórnea* (Torres Vedras), no qual Aurélio Ricardo Belo identificou “um fundo de cabana cuja parede, em arco de ferradura, era construída com fiadas singelas de pequenas pedras sobrepostas, como os pedreiros fazem actualmente com tijolos. A entrada desta pequena cabana era formada por dois blocos de calcário afastados um metro um do outro” (Belo 1952).

No vale da ribeira de *Santa Sofia*, no núcleo urbano da cidade de Vila Franca de Xira, foi detectada uma parte do alicerce de uma cabana de contornos aparentemente ovóides, nos níveis da primeira fase de ocupação do sítio, atribuível ao Calcolítico Pleno/Final (Pimenta - Soares - Mendes 2013: 185-186 e 191).

As escavações efectuadas no povoado da

Penha Verde (Sintra), situado na encosta setentrional da serra de Sintra, puseram a descoberto três estruturas pétreas de planta circular, às quais Octávio da Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski atribuíram a designação “Edifício” e os números 1-3 (Zbyszewski - Ferreira 1958). O “Edifício n.º 2”, que apresentava uma falsa cúpula e “estava cheio duma terra negra gordurosa e pegajosa, com fragmentos de carvões, de ossos de boi, e de carneiro”, foi interpretado como silo (Zbyszewski - Ferreira 1958: 43), enquanto o “Edifício n.º 1” e o “Edifício n.º 3” foram interpretados como habitações e por isso posteriormente designados de “Casa n.º 1” e “Casa n.º 2” (Zbyszewski - Ferreira 1959). A interpretação como habitações foi contestada por Richard J. Harrison, que interpretou as duas estruturas como torres (Harrison 1977: 131). Mais tarde, João Luís Cardoso voltou à interpretação proposta por Veiga Ferreira e Zbyszewski, e apresentou os resultados de datações por radiocarbono, que colocam a ocupação da “Casa n.º 1” no terceiro quartel do III milénio a.C. e a ocupação da “Casa n.º 2” em meados e no último quartel do III milénio a.C. (Cardoso 2010-2011a).

Na área nordeste da *villa romana de Freiria* (Cascais) apareceram os restos de uma cabana de planta circular, delimitada por blocos de calcário irregulares, em parte destruída pela construção de um compartimento romano. Nesta estrutura encontraram-se uma lareira grande e duas lareiras mais pequenas, assim como abundantes fragmentos de cerâmica campaniforme, lascas de sílex, um botão de osso e restos de fauna (Cardoso - Cardoso - Encarnação 2013: 528 e 530, figs. 3 e 5).

No âmbito de uma intervenção de diagnóstico e avaliação no sítio da *Rua dos Quartéis*, na actual freguesia da Ajuda em Lisboa, foi detectada uma estrutura pétrea semicircular, associada a um piso de circulação e a uma estrutura de combustão, cuja continuação, por imposição dos limites da sondagem, não é conhecida, parecendo, no entanto, pertencer a uma estrutura tipo cabana (Basílio - Pereira 2017: 38-39, fig. 3).

No povoado calcolítico fortificado de *Chibanes* (Palmela) foi identificada uma estrutura em arco formada por blocos em calcarenito, de médias dimensões, que circunscreveria a base de uma cabana com aproximadamente 2,4 de diâmetro interno. No interior da cabana foi detectado um buraco de poste estruturado por blocos de pedra, que media entre 20 e 30 cm de diâmetro interno (Silva - Soares 2014: 121 e 148, fig. 15). Além desta cabana de planta redonda, revelaram-se os restos de um edifício de planta angular constituídos por dois fragmentos de

muros rectilíneos, que formam um ângulo agudo e enquadram uma lareira (Silva - Soares 2014: 121-122, fig. 15).

Nas escavações realizadas no povoado calcolítico fortificado de *Vila Nova de São Pedro* (Azambuja), Afonso do Paço e Eugénio Jalhay observaram estruturas de “umas pedras dispostas em círculo e que não são mais do que fundos de cabana” (Paço - Jalhay 1939: 691), assim como “casas rectangulares” que têm 4,5 ou 5 m de comprimento por 2,5 m de largura (Paço - Jalhay 1942: 638-639, figs. 4 e 7). Segundo as fotografias publicadas por Paço e Jalhay, as “casas rectangulares” parecem apresentar cantos arredondados. Infelizmente não sabemos se as estruturas de planta circular e as estruturas de planta subrectangular coexistiram no tempo.

Num outro sítio calcolítico na Estremadura portuguesa, no povoado fortificado do *Outeiro Redondo* (Sesimbra), foi possível demonstrar a coexistência de estruturas de planta (sub-)circular com estruturas de planta ortogonal, tanto no final do Calcolítico Inicial como no Calcolítico Pleno/Final (Cardoso - Martins 2016/2017: 239-246). É de sublinhar que a “Estrutura H”, constituída por dois muros rectilíneos, apresenta um canto ortogonal sem qualquer arredondamento (Cardoso - Martins 2016/2017: 240 e 243, figs. 2 e 6).

Durante a ocupação do Calcolítico Pleno no povoado do *Penedo do Lexim* (Mafra), estudado por Ana Catarina Sousa (Sousa 2010), coexistiam a “Estrutura habitacional 1A” de planta subcircular, da qual restam um aglomerado pétreo e quatro buracos de poste, com a “Estrutura habitacional 2A” de planta subquadrangular, representada por embasamentos em pedra a Este e Sul, sendo que as paredes a Oeste e Norte corresponderiam parcialmente ao afloramento (Sousa 2010: vol. I, 98-105; vol. II, 169, fig. 177).

Fora da Estremadura portuguesa, mas ainda na Península Ibérica, também são conhecidos vários casos de edifícios de planta rectangular em contextos calcolíticos, apesar do domínio da planta circular/oval na arquitectura do Calcolítico peninsular. Associada à ocupação da fase III (2870-2500 cal BC [2σ]) do povoado de *São Pedro* (Redondo), foi identificada uma estrutura de planta rectangular com embasamento pétreo, reutilizando troços das muralhas da fase II (Costeira 2017: vol. I, 58 e 82; vol. II, 25, fig. A 3-17). A intervenção arqueológica em *Porto Torrão* (Ferreira do Alentejo) pôs a descoberto uma estrutura em negativo de planta rectangular, que foi interpretada como vala de fundação de uma cabana (Bruno 2010: 54-55, figs. 3.60-3.62; Santos *et al.* 2014:

78, figs. 6-7). Numa sondagem realizada no povoado calcolítico do *Cortadouro* (Ourique) foi detectado dentro do recinto muralhado um troço de muro rectilíneo com 0,45 m de largura, que possivelmente faria parte de uma estrutura de planta rectangular (Silva - Soares 1976-1977: 239 e 241, fig. 36). Em *Los Millares* (Almería) foi escavada uma estrutura em alvenaria de planta rectangular, que foi interpretada como oficina metalúrgica e cuja ocupação foi datada de 2900-2680 cal BC (1σ) (Molina González *et al.* 2004: 149, tab. 3; Molina González - Cámara Serrano 2005: 46, 50 e 97). Na parte central do recinto definido pela muralha III de *Los Millares*, Luis Siret documentou os alicerces de um grande edifício rectangular, com um pátio central e salas adjacentes à sua face sul, cuja “datación en época del Cobre parece segura por las características de la construcción y el material recogido en las antiguas excavaciones, así como es indudable su carácter público, habiendo sido interpretado por algunos investigadores como un edificio destinado a funciones de palacio-templo y almacén” (Molina González - Cámara Serrano 2005: 47).

3. A ESCOLHA DE PLANTA NA PROTO-HISTÓRIA NA ESTREMADURA PORTUGUESA

Da Idade do Bronze conhecemos poucas estruturas habitacionais na Estremadura portuguesa.

Em 1987 foi escavada no povoado do Bronze Final da *Tapada da Ajuda* (Lisboa) uma cabana de planta oval com cerca de 6 m de eixo maior, com um embasamento formado por um muro de alvenaria constituído por grandes blocos basálticos e com um preenchimento interno de pequenas pedras (Cardoso 1994: 192; 1995; 1996: 74; 2004: 177 e 179, fig. 129; Cardoso - Silva 2004: 229-230, figs. 3-4).

Na *Serra do Socorro* (Mafra), Ana Catarina Sousa identificou uma estrutura pétrea de planta circular do Bronze Final, que interpretou como cabana (Sousa 2011: 39-40).

Em 1986, Gustavo Marques realizou uma campanha de limpeza e escavação no povoado do Bronze Final do *Castelo da Amoreira* (Odivelas). No artigo resultante destes trabalhos, Gustavo Marques publicou uma fotografia de um alinhamento de pedras (Marques 1987: 54, fig. em baixo à direita), que nos seus apontamentos de campo refere como recto e com cerca de 40 cm de largura (citado por Boaventura - Pimenta - Valles 2013: 631). Em 2013, Rui Boaventura, João Pimenta e Edgar Valles publicaram uma revisão dos dados disponíveis, que os levou a

pensar “que aquele alinhamento murário se encurva, recordando um soco de possível cabana” (Boaventura - Pimenta - Valles 2013: 631).

Na zona da Idade do Bronze do sítio do *Moinho de Atalaia* (Amadora), foi detectada uma parte de uma possível estrutura habitacional de planta oval ou elíptica com um eixo interno de 3,5 m, delimitado por um muro constituído por duas filas paralelas de pedras de basalto (Gonçalves 1980: 37-38; Fontes 2004: 53, figs. 2 e 3). Além disso, foram identificadas no mesmo sítio uma fossa de planta circular e a metade de uma outra fossa de planta provavelmente circular (parte da fossa já fora destruída pela construção de uma estrada), que, segundo João Ludgero Marques Gonçalves, talvez também correspondam a habitações da Idade do Bronze (Gonçalves 1980: 38).

Em torno da já referida “Casa n.º 2” de planta circular no povoado da *Penha Verde* (Sintra), de época calcolítica, foram recolhidos diversos materiais metálicos e cerâmicos atribuíveis ao Bronze Final, o que sugere que a “Casa n.º 2” terá sido reutilizada no Bronze Final (Cardoso 2010-2011b; Cardoso - Sousa 2014: 362-366).

Nos níveis da segunda fase de ocupação do sítio de *Santa Sofia* (Vila Franca de Xira), foram exumados os embasamentos de três cabanas de planta elíptica, constituídos por grandes blocos calcários. A arquitectura das estruturas, assim como as cerâmicas manuais associadas, podem ser atribuídas ao Bronze Final, enquanto a presença de cerâmicas a torno de influência fenícia ocidental, bem como as datações radiocarbónicas, que permitem colocar o início da ocupação na segunda metade do século VIII ou no século VII a.C., apontam aos inícios da Idade do Ferro (Mendes - Pimenta 2008; Pimenta - Mendes 2007; 2010-2011; Pimenta - Soares - Mendes 2013).

Na Idade do Ferro na Estremadura portuguesa, a planta rectangular torna-se predominante na arquitectura doméstica.

Nas escavações arqueológicas realizadas na *Praça Nova*, no *Castelo de São Jorge*, em Lisboa, foi descoberta uma parte de um compartimento de planta rectangular, provavelmente do século VII a.C. Neste compartimento, que apresentava um pavimento em terra batida, foram identificados, sobre uma área de fogo, fragmentos de uma panela, de um pote, de uma taça e de ânforas, o que levou à interpretação do compartimento como cozinha ou despensa (Gaspar *et al.* 2012-2013: 206-207, figs. 7-8; Gomes - Gaspar 2017: 90, fig. 1). Incorporado numa das paredes do *Palácio do Governador* no *Castelo de São Jorge*, foi detectado um muro rectilíneo da Idade

do Ferro, com cerca de 1 m de altura (Gomes *et al.* 2003: 214-216, fig. 2). Os trabalhos arqueológicos efetuados no *Largo de Santa Cruz do Castelo* puseram a descoberto muros rectilíneos e ortogonais, construídos em alvenaria de pedra unida com terra argilo-arenosa, correspondendo a edifícios de planta rectangular com pavimentos em terra batida e uma cronologia em torno do século VI a.C. (Guerra 2017).

Uma das melhor conservadas estruturas domésticas da Idade do Ferro na zona da actual cidade de Lisboa foram descobertas nas intervenções arqueológicas realizadas em consequência de obras de remodelação num edifício do Banco Comercial Português, na *Rua dos Correeiros*, na Baixa pombalina, que mais tarde foram estudadas e publicadas por Elisa de Sousa (Sousa 2014: 62-215). Trata-se de um conjunto de compartimentos de planta rectangular, com embasamento em pedra, pavimentos de argila e lareiras formadas por seixos rolados, datado em torno ao século V e inícios do século IV a.C.

Nos antigos *Armazéns Sommer*, na Rua Cais de Santarém em Lisboa, foram identificadas várias fases da ocupação da Idade do Ferro. Associado à primeira fase, enquadrando-se na chamada I Idade do Ferro Orientalizante, encontraram-se alguns elementos estruturais de planta rectilínea, e ainda alguns pisos, planos, em terra batida. A fase da ocupação associada à II Idade do Ferro, caracteriza-se por um conjunto de estruturas de planta rectilínea, compostas por muros em pedra ligada e revestida por argila, assim como por alguns pisos associados, em terra batida ou lajeados (Ribeiro - Neto - Rebelo 2017).

No sítio da Idade do Ferro da *Quinta do Almaraz* (Almada), foram identificados três compartimentos de planta rectangular, cujos muros, construídos com calcários e argilas locais, apresentam uma espessura entre os 25 cm e 1 m, e uma altura conservada que não ultrapassa os 40 cm (Olaio 2015: 9-10, anexo 1, fig. 7-9).

Na área nordeste da *villa romana de Freiria* (Cascais) detectaram-se, além da já referida cabana campaniforme, estruturas da Idade do Ferro, designadamente duas paredes de alvenaria pertencentes a uma habitação de planta rectangular, com uma lareira formada por uma pedra horizontal e lateralmente circunscrita por duas pedras em forma de cutelo. Foram ainda encontrados alguns muros de forma rectilínea, constituídos por blocos de calcário locais, de médias e grandes dimensões, que aparecem colocados em dupla fiada e travados por perpianhos, provavelmente pertencentes a uma estrutura destruída pela prática da agricultura



Fig. 2 - *Cabeço Guião* (Cartaxo). Planta das estruturas habitacionais identificadas (Arruda et al. 2017b: 323, fig. 4).

(Cardoso - Encarnação 2013: 136-138, figs. 4 e 7-8).

Numa intervenção arqueológica realizada por João Luís Cardoso na periferia da povoação actual de *Leião* (Oeiras), foram encontrados materiais da Idade do Ferro, datados dos séculos VII e VI a.C., associados a aglomerações de blocos de calcário, alguns deles aparentemente colocados na vertical, pelo que parecem fazer parte de embasamentos de muros de planta rectilínea (Cardoso et al. 2010/2011).

No sítio da Idade do Ferro de *Outurela I* (Oeiras), que oferece materiais datáveis dos séculos V e IV a.C., foi escavado um canto de um compartimento

constituído por dois muros ortogonais, assim como um troço de muro rectilíneo, que poderá corresponder a outro compartimento da mesma habitação. A cerca de quinhentos metros deste local, no sítio de *Outurela II*, cuja ocupação já começa em momentos avançados do século VI a.C. e permanece durante o século V a.C., foi encontrado um troço de muro rectilíneo com as mesmas características dos muros detectados em *Outurela I* (Cardoso et al. 2014).

Uma ocupação contemporânea com *Outurela II* apresenta o povoado de *Baútas* (Amadora), no qual foi escavado um troço de um muro rectilíneo em pedra vã, com cerca de 0,70 m de largura, cujas faces externas são construídas por grandes calcários de secção subrectangular e cujo interior é preenchido por pedra miúda de natureza geológica diversa, incluindo fragmentos de antigas mós em arenito (Miranda - Encarnação 2010; Sousa 2013: 156-159; Sousa 2014: 238-255).

Nas escavações realizadas no *Forte do Alqueidão* (Sobral de Monte Agraço), que fazia parte das Linhas de Torres na Guerra Peninsular, encontraram-se materiais e estruturas da Idade do Ferro, entre elas o canto sudeste de um edifício de planta ortogonal, constituído por muros de pedra seca construídos com irregulares blocos de teschenite (Rocha - Reprezas 2014: 75-88).

No sítio de *Cabeço Guião* (Cartaxo), no vale do Tejo, foi encontrado um conjunto habitacional constituído por compartimentos de planta rectangular, com lareira central, datado do século IV a.C. (Fig. 2) (Arruda et al. 2017b).

Na ocupação da II Idade do Ferro em *Chibanes* (Palmela), datável dos séculos IV/III e primeira metade do século II a.C., o recinto interior da muralha do povoado foi intensamente edificado com compartimentos de planta quadrangular e rectangular (Silva - Soares 2012: 78-81, figs. 14 e 16-17).

A evolução das cabanas de planta oval do Bronze Final para os edifícios de planta rectangular da Idade do Ferro, corresponde à evolução da arquitectura doméstica no Sul da Península Ibérica: “El mediodía peninsular muestra durante el siglo IX a.C. un tipo de vivienda formado por cabañas de planta oval o circular, con [...] paredes elaboradas mediante elementos vegetales revestidos de barro [...]. Tales cabañas perduran, según áreas, en torno al 850 ó al 750, siendo sustituidas por modelos de influencia fenicia con muros rectos levantados en adobe o tapial sobre cimentaciones y zócalos de piedra, plantas rectangulares, cuadrangulares o

Sítio	Cronologia	Planta das estruturas	Publicação
Encosta de Sant'Ana	Neolítico Antigo	circular e oval	Leitão e Henriques 2014
Vila Pouca	Neolítico Final	oval	Moita 1967
Vale de Lobos	Neolítico Final	oval	Valente 2006
Parede	Neolítico Final	subrectangular	Serrão 1983
Leceia	Neolítico Final	rectangular?	Cardoso 2010
Leceia	Calcolítico	circular e oval	Cardoso 2010
Zambujal	Calcolítico	circular e oval	Sangmeister e Schubart 1981; Kunst 2013
Fôrnea	Calcolítico	circular	Belo 1952
Santa Sofia	Calcolítico	oval?	Pimenta, Soares e Mendes 2013
Freiria	Calcolítico	circular	Cardoso, Cardoso e Encarnação 2013
Rua dos Quartéis	Calcolítico	circular?	Basílio e Pereiro 2017
Vila Nova de São Pedro	Calcolítico	circular e subrectangular	Paço e Jalhay 1939; 1942
Penedo do Lexim	Calcolítico	subcircular e subrectangular	Sousa 2010
Outeiro Redondo	Calcolítico	subcircular e rectangular	Cardoso e Martins 2016/2017
Chibanes	Calcolítico	semicircular e angular	Silva e Soares 2014
Penha Verde*	Calcolítico	circular	Zbyszewski e Ferreira 1958; 1959
Penha Verde*	Bronze Final	circular	Cardoso 2010-2011b
Serra do Socorro	Bronze Final	circular	Sousa 2011
Castelo da Amoreira	Bronze Final	oval?	Boaventura, Pimenta e Valles 2013
Moinho de Atalaia	Bronze Final	circular e oval	Gonçalves 1980; Fontes 2004
Tapada da Ajuda	Bronze Final	oval	Cardoso e Silva 2004
Santa Sofia	Idade do Ferro	oval	Pimenta, Soares e Mendes 2013
Pátio do Aljube	Idade do Ferro	oval/subrectangular?	Fernandes <i>et al.</i> 2013
Castelo de São Jorge	Idade do Ferro	rectangular	Gomes e Gaspar 2017; Guerra 2017
Armazéns Sommer	Idade do Ferro	rectangular	Ribeiro, Neto e Rebelo 2017
Rua dos Correeiros	Idade do Ferro	rectangular	Sousa 2014
Cabeço Guião	Idade do Ferro	rectangular	Arruda <i>et al.</i> 2017b
Forte do Alqueidão	Idade do Ferro	rectangular	Rocha e Reprezas 2014
Freiria	Idade do Ferro	rectangular	Cardoso e Encarnação 2013
Leião	Idade do Ferro	rectangular?	Cardoso <i>et al.</i> 2010/2011
Outurela I e II	Idade do Ferro	rectangular	Cardoso <i>et al.</i> 2014
Baútas	Idade do Ferro	rectangular?	Miranda e Encarnação 2010
Quinta do Almaraz	Idade do Ferro	rectangular	Olaio 2015
Chibanes	Idade do Ferro	rectangular	Silva e Soares 2012
São Salvador	Idade do Ferro	circular?	Cardoso 2014

* Uma das estruturas circulares calcolíticas da Penha Verde provavelmente foi reutilizada no Bronze Final.

Fig. 3 - Tabela síntese das estruturas na Estremadura portuguesa apresentadas no texto.

trapezoidales e interiores con compartimentación espacial interna” (Ángel Arnaiz Alonso 2017: 98).

Apesar da predominância da planta rectangular da Idade do Ferro na Estremadura portuguesa, também continuam as estruturas curvadas sem ângulo. Numa sondagem arqueológica na área envolvente do teatro romano de Lisboa, mais precisamente no *Pátio do Aljube*, foi identificada uma estrutura em

pedra seca, ligeiramente curvada, possivelmente parte do embasamento de um edifício de forma oval ou rectangular arredondada, cujo abandono foi datado dos finais do século VII a.C. (Fernandes *et al.* 2013). No povoado fortificado de *São Salvador* (Cadaval), localizado na parte oriental da serra de Montejunto, foi escavada uma parte do alicerce de alvenaria seca de dupla fiada de um edifício de planta

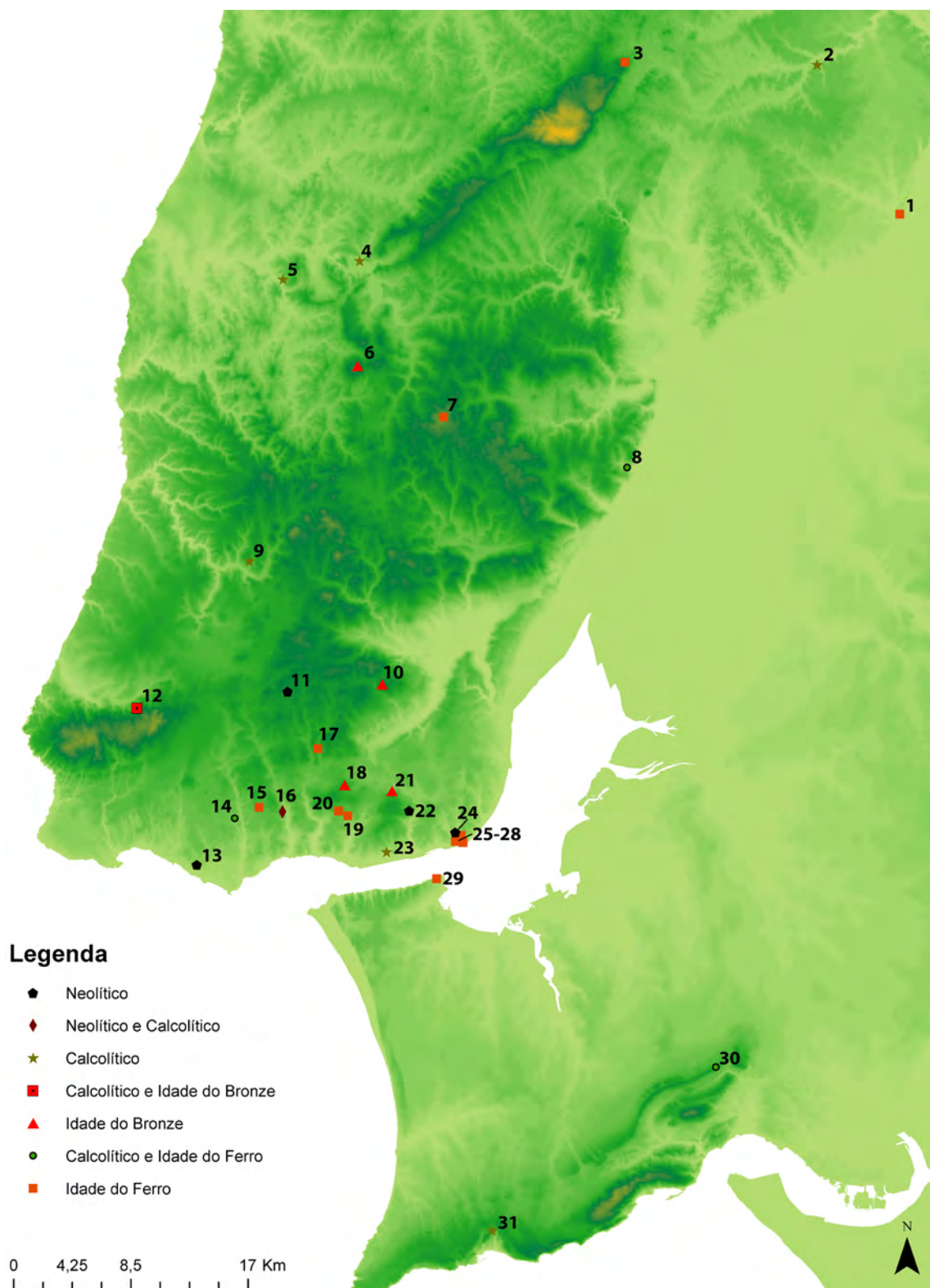


Fig. 4 - Mapa com indicação dos sítios na Estremadura portuguesa com estruturas apresentadas no texto (elaborado por Filipa Bragança e pelo autor). 1: Cabeço do Guião; 2: Vila Nova de São Pedro; 3: São Salvador; 4: Fórnea; 5: Zambujal; 6: Serra do Socorro; 7: Forte do Alqueidão; 8: Santa Sofia; 9: Penedo do Lexim; 10: Castelo da Amoreira; 11: Vale de Lobos; 12: Penha Verde; 13: Parede; 14: Freiria; 15: Leião; 16: Leceia; 17: Baútas; 18: Moinho da Atalaia; 19: Outurela I; 20: Outurela II; 21: Tapada da Ajuda; 22: Vila Pouca; 23: Rua dos Quartéis; 24: Encosta de Sant'Ana; 25: Rua dos Correeiros; 26: Castelo de São Jorge; 27: Pátio do Aljube; 28: Armazéns Sommer; 29: Quinta do Almaraz; 30: Chibanes; 31: Outeiro Redondo.

provavelmente circular, junto à qual se encontravam materiais dos finais da Idade do Ferro e dos inícios da Romanização, nomeadamente abundantes fragmentos de cerâmica indígena e fragmentos de ânforas romanas (Cardoso 2014).

4. REDONDO VERSUS RECTANGULAR

Os dados apresentados para o caso de estudo da Estremadura portuguesa mostram uma predominância da planta circular/oval na Pré-História Recente e no início da Proto-História, enquanto na Idade do Ferro a planta rectangular se torna dominante. Esta mudança na arquitectura doméstica pode ser uma consequência da cada vez mais evidente colonização fenícia no estuário do Tejo (Sousa 2015: 118-119; Arruda *et al.* 2017a: 88). Um possível paralelismo da Época Moderna/Contemporânea descreveu o casal luso-alemão de antropólogos Jorge e Margot Dias, relativo à arquitectura doméstica do grupo étnico dos *macondes* em Moçambique, antes e depois da colonização portuguesa: “A casa, antigamente, era circular e de cobertura cónica. Ainda hoje se encontram várias palhotas destas em algumas aldeias, mas a maioria esmagadora é formada por casas rectangulares, que, segundo os próprios Macondes, começaram a construir-se assim, para imitar as casas dos Brancos. Segundo me informaram, os primeiros a construir casas rectangulares foram os régulos, escolhidos pelo Governo, e depois os chefes das povoações, certamente por influência daquele” (Dias - Dias 1964: 13-14). Que a escolha ou transformação da planta pode dever-se a razões políticas também mostram as investigações etno-arqueológicas de Diane Lyons no Norte dos Camarões, onde os *wandala*, que têm maior autoridade material e social na região, fomentam a transformação de casas redondas para casas rectangulares. Os outros grupos étnicos devem fazer escolhas semelhantes para obter e manter credibilidade junto às autoridades federais, que consideram a planta rectangular progressiva (Lyons 1996).

No entanto, na Estremadura portuguesa já existia a planta rectangular nas épocas anteriores à chegada dos colonos fenícios, pelo menos no Neolítico Final e Calcolítico. Por exemplo, nos povoados calcolíticos do *Outeiro Redondo* e do *Penedo do Lexim* podemos observar uma coexistência de estruturas de planta circular com estruturas de planta rectangular. Uma possível analogia etnográfica para esta coexistência fornecem os povoados dos *dani*, na

província indonésia de Papua, que são compostos por casas de planta circular, diferenciadas para homens e mulheres, e edifícios comunitários de planta rectangular (Salazar *et al.* 2015: 155).

A existência tanto da planta circular/oval como da planta rectangular na Pré-História Recente e Proto-História na Estremadura portuguesa leva a uma questão transtemporal e transcultural: por que se escolhe construir edifícios de planta redonda ou edifícios de planta rectangular?

Em 1979, Mario J. T. Krüger, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa, publicou um artigo intitulado *An approach to built-form connectivity at an urban scale: system description and its representation*, no qual apresentou os resultados de um caso de estudo relativo à planta dos edifícios nas cidades contemporâneas: “approximately 98% of the buildings in the town of Reading show geometric configurations made up from rectangular parallelepipeds joined together” (Krüger 1979: 86). Esta predominância da planta rectangular na arquitectura ocidental contemporânea levou Philip Steadman, professor de arquitectura na University College London, a escrever um artigo sobre a questão *Why are most buildings rectangular?*, no qual defende que a planta circular é característica de casas independentes com um único espaço, como iglus, yurts e tipi, enquanto a planta rectangular aparece quando vários compartimentos são aglomerados (Steadman 2006: 120-124). A uma conclusão parecida chegam John W. M. Whiting e Barbara Ayres no seu estudo etnográfico sobre as inferências a partir da planta de habitação em diversas sociedades em todo o mundo. O seu estudo mostra que as casas de planta retilínea são mais propensas a ter vários compartimentos do que casas de planta curvilínea, o que os autores explicam pela maior facilidade de dividir ou ampliar um edifício rectangular antes de um edifício curvado (Whiting - Ayres 1968: 121-123). A dificuldade ou impossibilidade de ampliar posteriormente um edifício de planta circular também foi sublinhada por Steadman (Steadman 2015: 779). Fernando Vela Cossío opina que “la forma circular presenta dos características que restringen categóricamente su desarrollo: en primer lugar su limitada capacidad para aumentar de tamaño dado que cualquier ampliación conlleva un aumento proporcional de su perímetro, y en segundo lugar, su escasa capacidad de agregación” (Vela Cossío 1995: 263). É uma vantagem das casas de planta rectangular, que, em princípio, podem ser ampliadas para qualquer comprimento, uma vez que a única

limitação é a sua largura, que não deve ser demasiado grande para poder suportar um telhado, enquanto o diâmetro das casas circulares está limitado pela construção do telhado (Bradley 2012: 28-29). Por exemplo, as casas rectangulares dos *iroqueses* na América do Norte podem chegar a comprimentos impressionantes, como mostra uma casa rectangular (com as esquinas arredondadas) do século XIV, que foi escavada em *Howlett Hill* (Nova Iorque) e apresenta uma largura de 7 m e um comprimento de 102 m (Tuck 1967). Uma solução intermédia é a planta oval, que também permite construir edifícios de grandes dimensões, como mostra, por exemplo, a *maloca*, a casa tradicional de planta oval dos *erikbaktsa* no Noroeste da bacia do rio Amazonas, cujo comprimento muitas vezes ultrapassa 30 m (Schoenauer 2000: 36-37).

As limitações que a planta circular implica relativamente ao tamanho, à compartimentação e à ampliação de um edifício, podem ser compensadas pela aglomeração de vários edifícios de planta circular, aos quais são atribuídas diferentes funções. Esta solução pode, por exemplo, observar-se na arquitectura tradicional africana. Por exemplo, a residência tradicional dos *mesakin quisar*, no Sudão, e dos *awuna* (ou *fra-fra*), no Gana e no Burkina Faso, consiste num conjunto de várias cabanas de planta redonda, que encerram um pátio central. Cada cabana é destinada a uma determinada atividade doméstica, como, por exemplo, dormir, cozinhar, armazenar e estabular os animais (Schoenauer 2000: 60-63). Até há pouco tempo, os pastores de cabras na serra de Gredos, no centro da Península Ibérica, também construíam conjuntos de cabanas de planta circular destinadas a diferentes actividades: uma servia de habitação, outra tinha um forno para fazer pão, outra era destinada a fabricação de queijo, outra era um armazém e outra ainda servia de chiqueiro (Timón Tiemblo 1981).

Apesar das referidas limitações, a planta circular também oferece vantagens. O arqueólogo experimental Peter J. Reynolds fez várias reconstruções de casas de planta circular da Idade do Ferro na Grã-Bretanha. Destas experiências tirou a conclusão que uma casa circular pode ser construída com materiais leves e, no entanto, pode alcançar uma força notável, uma vez que apresenta a estrutura perfeita em termos aerodinâmicos e portanto maior resistência ao vento (Reynolds 1988: 28). Isso pode ser um factor importante em lugares muito ventosos como, por exemplo, na costa.

No primeiro quartel do século passado, Wilber

J. Fraser publicou dois artigos no boletim da Estação Experimental Agrícola da Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign, nos Estados Unidos, sobre as vantagens da planta circular na construção de celeiros ou estábulos (Fraser 1910; 1918). Nestes artigos, o autor considera a construção circular “the strongest, because it takes advantage of the lineal, instead of the breaking strength of the lumber. Each row of boards running around the barn forms a hoop that holds the barn together. A barrel, properly hooped and headed, is almost indestructible, and much stronger than a box [...]. This strength is because the stress comes on the hoops in a lineal direction. Any piece of timber is many times stronger on a lineal pull than on a breaking stress. [...] All exposed surfaces of a round barn are circular, as both the sides and roof are arched, which is the strongest form of construction to resist wind pressure; besides, the wind, in striking it, glances off and can get no direct hold on the walls or roof, as it can on the flat sides or gable ends of a rectangular structure” (Fraser 1910: 6-7). Para além disso, Fraser chama a atenção para o argumento económico que “a given area is inclosed with a shorter line in the form of a circle than in any other geometrical figure. Thus a circular wall requires the fewest lineal feet (hence the least material) to inclose a given area; and because of the mechanical advantage in using the principle of the arch and hoop, a much stronger wall can be built, even with lighter construction” (Fraser 1918: 5). Fraser calculou que a construção de celeiros/estábulo de planta rectangular requer de 34% a 58% mais em custo de material do que a construção de celeiros/estábulo de planta redonda com a mesma área e construídos com a mesma qualidade de material (Fraser 1910: 44).

Em 1977, o engenheiro civil Henrique Araújo Jorge, à época engenheiro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, publicou a seguinte proposta para fomentar a autoconstrução (que, segundo o Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, é uma incumbência do Estado para assegurar o direito à habitação): “O edifício que proponho para moradia unifamiliar tem uma área circular [...]. Escolhe-se a área circular porque tem uma área máxima coberta em relação a qualquer outra forma com um mesmo perímetro e portanto a área circular tem um mínimo de paredes exteriores em relação a outros edifícios da mesma área e com a mesma altura. [...] São casas circulares que vou propôr como solução mais económica para habitação unifamiliar para a autoconstrução. É a mesma solução de há 5500 anos. [...] Para concretizar em dimensão

uma casa circular, vejamos, por exemplo, o caso duma família constituída por um casal, três filhos e uma filha. A norma sanitária de 12 a 13 m² de área mínima por pessoa exige uma área mínima de 72 m². [...] A casa circular atendendo à norma sanitária terá um diâmetro de 9,5 metros” (Jorge 1977: 2-9).

Para o *Bom Sucesso Resort* em Óbidos, os arquitectos Manuel Graça Dias e Egas José Vieira conceberam casas unifamiliares de planta circular. A escolha da planta circular foi justificada pelos arquitectos com o maior individualismo que esta planta implica, dado que dois círculos colocados lado a lado têm apenas um ponto em comum (Graça Dias - Vieira 2007). Para os arquitectos foi um desafio dispor, dentro de uma circunferência, uma espacialidade praticável e confortável (informação cedida por Manuel Graça Dias). Que a planta circular implica dificuldades para a colocação de móveis retangulares, devido às paredes curvas e aos cantos não ortogonais, foi sublinhado por Steadman numa reflexão geral sobre as questões que surgem no planeamento de edifícios circulares (Steadman 2015: 779).

Em 2012 foi construído um edifício de planta circular com apartamentos e escritórios em Bergisch Gladbach, na Alemanha. O arquitecto da obra, Gerald Wehner, enumera como vantagens da forma redonda, o bom isolamento sonoro (a forma redonda oferece menos superfície de ataque às ondas sonoras), a estabilidade da construção, a poupança de materiais construtivos e, posteriormente, a economia de despesas de aquecimento devido à redução da superfície externa mantendo a mesma área (Wehner 2012). O projecto foi muito bem sucedido (informação cedida por Gerald Wehner).

Para uma outra vantagem da planta circular apontou o arquitecto afegão Shams Yazdani, na sua tese de doutoramento sobre possibilidades de aumentar a durabilidade de construções de terra em áreas sujeitas a terramotos do Afeganistão. Ele mostrou, com base em testes experimentais com maquetes, que edifícios de planta circular são mais resistentes a terramotos que edifícios de planta quadrada (Yazdani 1985: 109).

Outro factor do ambiente natural que pode influenciar a escolha da planta de um edifício é o material disponível para a construção, como indicam, por exemplo, os etnólogos portugueses Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano no que respeita a construções redondas contemporâneas em Portugal: “em certas zonas de xisto, a falta de blocos maiores e mais resistentes que dêem firmeza aos cunhais,

convida certamente a arredondar os cantos” (Oliveira - Galhano 1960: 31).

Em vários campos de refugiados sarauís, na província argelina de Tindouf, construíram, com garrafas de plástico recheadas com areia, casas de planta circular, que correspondem melhor às duras condições no deserto que as construções até então usuais, de planta quadrada e construídas em adobe. As casas inovadoras têm uma planta circular para evitar a formação de dunas em tempestades de areia – como acontece com as casas de planta quadrada – e para reduzir o impacto dos raios solares (Mediavilla Costa 2017).

Que a planta circular pode ser mais adequada para certas condições ambientais do que a planta retangular, mostram também os iglus em forma de cúpula, que apresentam uma adaptação ideal às duras condições ambientais dos invernos nas áreas de gelo do Ártico e do Alasca: “The dome shape is an ideal architectural solution for both problems; lack of building materials other than snow and heat conservation. [...] Given the use of snow, the spiral alignment of snow blocks allows for thick, insulating roofing without the need for scaffolding. The dome gives the best ratio of volume to (heat radiating) surface” (Hunter-Anderson 1997: 309-310).

À parte as vantagens e desvantagens práticas, às diferentes plantas também podem ser atribuídos significados religiosos ou simbólicos.

Na sua obra *House Form and Culture*, Amos Rapoport considera a religião como factor importante na escolha da planta: “Religion affects the form, plan, spatial arrangements, and orientation of the house, and may be the influence which leads to the existence of round and rectangular houses” (Rapoport 1969: 41). Um bom exemplo para um significado religioso ou simbólico da planta fornecem os *tipi* de planta circular dos *sioux*, na América do Norte. Na sua obra *Living religions: an encyclopedia of the world's faiths*, M. P. Fisher cita um homem sagrado dos *sioux*: “Nature wants things to be round. The bodies of human beings and animals have no corners. With us the circle stands for the togetherness of people who sit with one another around the campfire, relatives and friends united in peace while the pipe passes from hand to hand. The camp in which every tipi had its place was also a ring. The tipi was a ring in which people sat in a circle and all the families in the village were in turn circles within a larger circle, part of the larger hoop which was the seven campfires of the Sioux, representing one nation. The nation was only a part of the universe, in itself circular and made of

the earth, which is round, of the sun, which is round, of the stars, which are round. The moon, the horizon, the rainbow – circles within circles, with no beginning and no end” (Fisher 1997: 44). Pelo contrário, os *tsotsis*, um grupo étnico no Sul do México, consideram o Universo uma estrutura quadrangular cujos cantos são suportados por seres sobrenaturais (Taube 1998: 429) e consequentemente a sua casa tradicional, a chamada *chukal na*, apresenta uma planta quadrangular (May 2010: 140-141).

A investigadora brasileira Patricia Horvat também atribui um significado religioso à planta circular: “Desde os prolegômenos da geometria espacial, descritiva, as construções de feições circulares, tais como as cúpulas e as abóbadas - cúpulas imperfeitas -, foram imaginadas pelos arquitetos como representação da abóbada celeste, e a sua projeção no solo, o círculo, seria a projeção do mundo celeste no mundo da terra. A arquitetura é *imago mundi* e, desde a sua primeira manifestação, a casa, ela edifica mundos sucessivos, se pensarmos em uma escala de transcendência” (Horvat 2007: 286).

5. CONCLUSÕES

Os dados apresentados indicam que, na Estremadura portuguesa, as primeiras sociedades camponesas tinham preferência pela planta circular ou oval na sua arquitectura doméstica. Mas tal não se pode generalizar, tendo em conta o facto de que as casas da primeira sociedade agro-pastoril na Europa Central (*Linearbandkeramik*) apresentam sempre uma planta rectangular. Apesar da predominância da planta redonda na Pré-História Recente na Estremadura portuguesa, podemos observar uma coexistência com a planta rectangular, pelo menos no Neolítico Final e Calcolítico. Cada vez se torna mais evidente que o Calcolítico peninsular não era tão “redondo” como se pensava tradicionalmente. Finalmente, na Idade do Ferro, acontece uma “quadratura do círculo”, ou seja, a planta ortogonal torna-se predominante. Esta transformação pode provavelmente relacionar-se com a presença fenícia naquela época. No entanto, a nível peninsular devíamos considerar “los edificios rectangulares complejos de tradición fenicia [...] un modelo, por otra parte, con antecedentes en tradiciones constructivas indígenas anteriores como se aprecia en asentamientos del Bronce Pleno como las motillas y los castillejos” (García Huerta - Morales Hervás 2017: 124).

Tendo em conta que a planta redonda também oferece vantagens em comparação com a planta

rectangular, que mesmo hoje em dia valem a pena ser consideradas, devia descartar-se o preconceito evolucionista que considera as construções de planta redonda simples ou “primitivas” (Oliveira - Galhano - Pereira 1969) e as construções de planta rectangular mais evoluídas. A questão sobre o porquê das sociedades do passado escolherem a planta redonda ou a planta rectangular ou as duas plantas é uma pergunta complexa e difícil de responder. Neste artigo foram apresentadas várias razões ambientais, funcionais, económicas, políticas e religiosas, documentadas etnográfica e historicamente, que podem dar origem à escolha da planta redonda ou rectangular, estando o seu autor bem consciente da dificuldade ou mesmo impossibilidade de saber quais seriam realmente as razões da escolha de uma certa planta no passado, sobretudo relativamente às sociedades que não nos deixaram documentos escritos. Este é um problema comparável com o problema da quadratura do círculo, que consiste na impossibilidade de construir, somente com uma régua e um compasso, um quadrado com a mesma área de um dado círculo. Mas podemos tentar aproximar-nos de uma resposta, ou seja, aproximar-nos da realidade do passado, num processo contínuo e interminável, para o qual este artigo pretende dar um pequeno contributo.

Notas

² - “Com efeito, se um homem se puser deitado de costas com as mãos e os pés estendidos e colocarmos um centro de compasso no seu umbigo, descrevendo uma circunferência, serão tocados pela linha curva os dedos de qualquer uma das mãos ou dos pés. Igualmente, assim como o esquema da circunferência se executa no corpo, assim nele se encontra a figura do quadrado” (tradução: Maciel 2006: 109-110).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fernanda Torquato pela revisão do meu texto em português e à Filipa Bragança pela ajuda na elaboração do mapa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKERMANS, P. M. M. G. (2010) – Late Neolithic architectural renewal: the emergence of round houses in the northern Levant, c. 6500-6000 BC. In BOLGER, D. – MAGUIRE, L. C. (eds.) – *The development of pre-state communities in the ancient Near East: studies in honour of Edgar Peltenburg*. Oxford (Themes from the ancient Near East BANEA publication series 2),

22-28.

ÁNGEL ARNAIZ ALONSO, M. (2017) – La I Edad del Hierro en la cuenca media del Duero: arquitectura doméstica y formas de poder político durante la Facies Soto (siglos IX-VII a.C.). *Trabajos de Prehistoria* 74-1: 86-107.

ARIAS, P. – ONTAÑÓN, R. (2012) – La Garma (Spain): long-term human activity in a karst system. In BERGSHVIK, K.-A. – SKEATES, R. (eds.) – *Caves in context: the cultural significance of caves and rockshelters in Europe*. Oxford: 101-117.

ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – PIMENTA, J. – SOARES, R. – MENDES, H. (2017a) – Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo. *Ophiussa* 1: 79-90.

ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – BARRADAS, E. – BATATA, C. – DETRY, C. – SOARES, R. (2017b) – O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro no Vale do Tejo. In CELESTINO PÉREZ, S. – RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.) – *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Mérida (*Anejos de AEspA* LXXX): 319-361.

BASÍLIO, A. C. – PEREIRO, T. (2017) – Pedacos de um passado comum: ocupações do 4º e 3º milénios AC na zona do rio Seco / Boa Hora (Ajuda, Lisboa). *Apontamentos de Arqueologia e Património* 12: 37-44.

BAYLISS, A. – BROCK, F. – FARID, S. – HODDER, I. – SOUTHERN, J. – TAYLOR, R. E. (2015) – Getting to the bottom of it all: a bayesian approach to dating the start of Çatalhöyük. *Journal of World Prehistory* 28-1: 1-26.

BELO, A. R. (1952) – Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo: XVIII: Pre-história: o monumento pre-histórico do Casal do Zambujal. *Badaladas* 65 (11-11-1952).

BERNABEU AUBAN, J. – OROZCO KÖHLER, T. – DÍEZ CASTILLO, A. – GÓMEZ PUCHE, M. – MOLINA HERNÁNDEZ, F. J. (2003) – Mas d'Is (Penàguila, Alicante): aldeas y recintos monumentales del Neolítico Inicial en el valle del Serpis. *Trabajos de Prehistoria* 60-2: 39-59.

BOAVENTURA, R. – PIMENTA, J. – VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 623-640.

BOGDANOVIC, I. – BOSCH, A. – BUXÓ, R. – CHINCHILLA, J. – PALOMO, A. – PIQUÉ, R. – SAÑA, M. – TARRÚS, J. – TERRADAS, X. (2015) – La Draga en el contexto de las evidencias de ocupación del lago de Banyoles. In GONÇALVES, V. S. – DINIZ, M. – SOUSA, A.C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa (*Estudos e memórias* 8): 228-235.

BRADLEY, R. (2012) – *The idea of order: the circular*

archetype in prehistoric Europe. Oxford.

BRUNO, C. P. A. (2010) – *Arquitecturas de terra nos espaços domésticos pré-históricos do Sul de Portugal: sítios, estruturas, tecnologias e materiais*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BUBEL, S. (2011) – DK 1. In ANDREA, A. J. – NEEL, C. (eds.) – *World history encyclopedia: an introduction to world history*, vol. 2. Santa Barbara: 339.

CARDOSO, G. (2014) – Duas fortificações do final da Idade do Ferro/início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). *Cira Arqueologia* 3: 200-241.

CARDOSO, G. – ENCARNACÃO, J. d' (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira Arqueologia* 2: 133-180.

CARDOSO, J. L. (1986) – Povoado de Leceia. *Informação arqueológica* 8: 46-52.

CARDOSO, J. L. (1994) – Comentário ao sítio arqueológico da Tapada da Ajuda. In INTINO, R. (coord.) – *Lisboa subterrânea: Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: 192-193.

CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. In SILVA, I. (coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: 48.

CARDOSO, J. L. (1996) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In ALARCÃO, J. – SANTOS, A. I. P. (coords.) – *De Ulisses a Viriato: o primeiro milénio a.C.* Lisboa: 73-81.

CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras.

CARDOSO, J. L. (2010) – Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas. In GONÇALVES, V. S. – SOUSA, A.C. (eds.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.: actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais: 43-63.

CARDOSO, J. L. (2010-2011a) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 467-551.

CARDOSO, J. L. (2010-2011b) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 579-590.

CARDOSO, J. L. (2012) – O Povoado Pré-Histórico de Leceia: síntese de vinte anos de escavações arqueológicas (1983-2002). *Al-Madan* IIa Série-17: 56-71.

CARDOSO, J. L. – MARTINS, F. (2016/2017) – Outeiro Redondo (Sesimbra): resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de*

Oeiras 23: 233-392.

CARDOSO, J. L. – SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7-1: 227-271.

CARDOSO, J. L. – SOUSA, M. J. (2014) – O Bronze Final na serra de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 361-374.

CARDOSO, J. L. – CARDOSO, G. – ENCARNÇÃO, J. d' (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 525-588.

CARDOSO, J. L. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – REGO, M. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (Concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 393-428.

CARDOSO, J. L. – SILVA, C. T. – MARTINS, F. – ANDRÉ, C. (2010/2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 75-102.

CHINCHILLA, J. – PALOMO, A. – TARRÚS, J. (2006) – La distribució dels objectes en matèria vegetal. In BOSCH, À. – CHINCHILLA, J. – TARRÚS, J. – AGUER, C. – GIBAJA, J. F. – PALOMO, A. – PIQUÉ, R. (eds.) - *Els objectes de fusta del poblament neolític de La Draga: excavacions 1995-2005*. Girona (Monografies del CASC 6): 19-26.

COSTEIRA, C. (2017) – *No 3º milénio a.n.e., o sítio de São Pedro e as dinâmicas de povoamento no Alentejo Médio*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

DAUNE-LE BRUN, P. O. – LE BRUN, A. (1996) – Les maisons néolithiques de Khirakitia (Chypre). *Les Dossiers d'Archéologie* 216: 18-25.

DIAS, J. – DIAS, M. (1964) – *Os Macondes de Moçambique: II: Cultura material*. Lisboa.

FERNANDES, L. – PIMENTA, J. – CALADO, M. – FILIPE, V. (2013) – Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16: 167-185.

FISHER, M. P. (1997) – *Living religions: an encyclopedia of the world's faiths*. London.

FONTES, T. (2004) – Estudo de 145 artefactos cerâmicos da Idade do Bronze do Moinho de Atalaia Oeste (Reboleira) e a problemática das ocupações da Idade do Bronze na área circundante. *ARQA* 1: 52-61.

FRASER, W. J. (1910) – Economy of the round dairy barn. *University of Illinois Agricultural Experiment Station Bulletin* 143: 1-44.

FRASER, W. J. (1918) – The round barn. *University of Illinois Agricultural Experiment Station Bulletin* 230: 1-52.

GARCÍA HUERTA, R. – MORALES HERVÁS, F. J. (2017) – El poblado de Alarcos (Ciudad Real) en los inicios del I milenio a.C.: estructuras y materiales cerámicos. *Trabajos de Prehistoria* 74-1: 108-126.

GASPAR, A. – GOMES, A. – OLIVEIRA, T. – SERRA, S. (2012-2013) – O Castelo de S. Jorge de Lisboa: escavação, musealização e gestão de património. *Arqueologia e História* 64-65: 203-215.

GOMES, A. – GASPAR, A. (2017) – Pavimentos da Idade do Ferro no Castelo de S. Jorge. In FERNANDES, L. – BUGALHÃO, J. – ALMEIDA FERNANDES, P. (coords.) – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: 90-91.

GOMES, A. – GASPAR, A. – PIMENTA, J. – GUERRA, S. – MENDES, H. – RIBEIRO, S. – VALONGO, A. – PINTO, P. (2003) – Castelo de São Jorge: balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património estudos* 4: 214-223.

GOMES, M. V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian Villages. In DINIZ, M. (ed.) – *The Early Neolithic in the Iberian Peninsula: regional and transregional components*. Oxford (BAR International Series 1857): 71-78.

GOMES, M. V. (2008-2009) – Castelo Belinho (Portimão, Algarve): a mais antiga aldeia do Sudoeste Peninsular (V milénio a.C.). *Arqueologia e História* 60-61: 119-141.

GOMES, M. V. (2010) – Castelo Belinho (Algarve): a ritualização funerária em meados do V milénio a.C. In GIBAJA, J. F. – CARVALHO, A. F. (eds.) – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos*. Faro: 69-79.

GOMES, M. V. (2012) – Early Neolithic funerary practices in Castelo Belinho's Village (Western Algarve, Portugal). In GIBAJA BAO, J. F. – CARVALHO, A. F. – CHAMBON, P. (eds.) – *Funerary practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Calcolithic*. Oxford (BAR International Series 2417): 113-123.

GOMES, M. V. (2013) – Castelo Belinho's village (Portimão, Algarve) and the sea: landscape, resources and symbols. *Setúbal Arqueológica* 14: 69-84.

GONÇALVES, J. L. M. (1980) – Moinho da Atalaia. *Informação arqueológica* 3: 36-39.

GONÇALVES, V. S. (2002) – Lugares de povoamento das antigas sociedades camponesas entre o Guadiana e a Ribeira do Álamo (Reguengos de Monsaraz): um ponto da situação em inícios de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5-2: 153-189.

GRAÇA DIAS, M. – VIEIRA, E. J. (2007) – *Moradias unifamiliares isoladas no empreendimento Bom Sucesso, Óbidos: projecto de execução (lote 339): memória descritiva*. Policopiado.

- GRASSETT, T. (2000) – Langhaus: im wahrsten Sinne. *Archäologie in Deutschland* 3: 49.
- GUERRA, S. (2017) – Largo de Santa Cruz do Castelo: um exemplo de revestimento em argila. In FERNANDES, L. – BUGALHÃO, J. – ALMEIDA FERNANDES, P. (coords.) – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: 88–89.
- HARRISON, R. J. (1977) – *The Bell Beaker Culture of Spain and Portugal*. Cambridge (American School of Prehistoric Research Bulletin 35).
- HORVAT, P. (2007) – O templo de Vesta e a ideia romana de centro do mundo. *Phoînix* 13: 280–291.
- HUNTER-ANDERSON, R. L. (1977) – A theoretical approach to the study of house form. In BINFORD, L. R. (ed.) – *For theory building in archaeology: essays on faunal remains, aquatic resources, spatial analysis, and systemic modeling*. New York: 287–315.
- JORGE, H. A. (1977) – *Uma habitação circular*. Lisboa. (Policopiado).
- KENYON, K. M. (1981) – *Excavations at Jericho: volume three: the architecture and stratigraphy of the tell*. Jerusalem.
- KRÜGER, M. J. T. (1979) – An approach to built-form connectivity at an urban scale: system description and its representation. *Environment and Planning B* 6: 67–88.
- KUNST, M. (2013) – The innovation of copper metallurgy on the Iberian Peninsula: its significance for the development of social complexity in the 3rd millennium BC. In BURMEISTER, S. – HANSEN, S. – KUNST, M. – MÜLLER-SCHEEBEL, N. (eds.) – *Metal matters: innovative technologies and social change in prehistory and antiquity*. Rahden/Westf (Menschen – Kulturen – Traditionen 12): 181–208.
- LEAKEY, M. D. (1971) – *Olduvai Gorge: 3: excavations in Beds I and II, 1960–1963*. Cambridge.
- LE BRUN, A. (1996) – *Guide de Khirokitia*. Nicosie.
- LE BRUN, A. (2001) – At the other end of the sequence: the Cypriot Aceramic Neolithic as seen from Khirokitia. In SWINY, S. (ed.) – *The earliest prehistory of Cyprus: from colonization to exploitation*. Boston (Cyprus American Archaeological Research Institute Monograph Series 2): 109–118.
- LEITÃO, V. – HENRIQUES, J. P. (2014) – Ocupação pré-histórica na Encosta de Sant'Ana. *Rossio* 3: 16–27.
- LUMLEY, H. (1969) – A Paleolithic Camp at Nice. *Scientific American* 220-5: 42–51.
- LYONS, D. (1996) – The politics of house shape: round vs rectilinear domestic structures in Déla compounds, northern Cameroon. *Antiquity* 70: 351–367.
- MACIEL, M. J. (2006) – *Vitrúvio: Tratado de Arquitectura*. Lisboa.
- MANNING, S. W. (2013) – A new radiocarbon chronology for prehistoric and protohistoric Cyprus, ca. 11,000–1050 Cal BC. In KNAPP, A. B. (dir.) – *The archaeology of Cyprus: from earliest prehistory through the Bronze Age*. Cambridge: 489–533.
- MARQUES, G. (1987) – Aspectos da proto-história do território português: III: Castelo da Amoreira (Odivelas, Loures). *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Loures* 1: 51–58.
- MAY, J. (2010) – *Handmade houses & other buildings: the world of vernacular architecture*. London.
- MEDIAVILLA COSTA, P. (2017) – El ingeniero “loco” del desierto [https://elpais.com/internacional/2017/03/27/actualidad/1490605573_412967.html; data da consulta: 25/05/2018].
- MENDES, H. – PIMENTA, J. (2008) – O povoado do Bronze Final e Idade do Ferro do Vale de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. In NUNES, G. S. (coord.) – *Conhecer o património de Vila Franca de Xira: perspectivas de gestão de bens culturais*. Vila Franca de Xira: 145–151.
- MIRANDA, J. – ENCARNACÃO, G. (2010) – *Baútas - Povoado: trabalhos arqueológicos de emergência efectuados em 1989 e 1990*. Amadora (Relatórios 8).
- MODDERMAN, P. J. R. (1986) – On the typology of the houseplans and their European setting. In PAVLŮ, I. – RULF, J. – ZÁPOTOCKÁ, M. (eds.) – *Theses of the neolithic site of Bylany*. Praga (Památky archeologické 77): 383–394.
- MOLINA GONZÁLEZ, F. – CÁMARA SERRANO, J. A. (2005) – *Los Millares*. Sevilla (Guía del yacimiento arqueológico 3).
- MOLINA GONZÁLEZ, F. – CÁMARA SERRANO, J. A. – CAPEL MARTÍNEZ, J. – NÁJERA COLINO, T. – SÁEZ PÉREZ, L. (2004) – Los Millares y la periodización de la Prehistoria Reciente del Sureste. In *II-III Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja*. Málaga: 142–158.
- MOLIST, M. – ANFRUNS, J. – CATALÀ, M. – HELMER, D. – FAURA, J. M. – MATEU, J. – PALOMO, A. – SAÑA, M. – WILLCOX, G. (1992–1993) – Tall Halula (Síria): un poblat dels primers agricultors i ramaders del VII mil·lenni a la vall de l'Eufrates. *Tribuna d'Arqueologia* 1992–1993: 49–61.
- MOITA, I. (1967) – Povoado neolítico de Vila Pouca (serra de Monsanto). *Revista Municipal* 112/113: 49–85.
- NIEMEYER, O. (2000) – *As curvas do tempo: memórias*. Porto.
- OLAIO, A. C. S. (2015) – *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade

de Lisboa.

OLIVEIRA, E. V. – GALHANO, F. (1960) – Arquitectura. In LIMA, F. C. P. (dir.) – *A Arte popular em Portugal*, vol. 1. Lisboa: 13-137.

OLIVEIRA, E. V. – GALHANO, F. – PEREIRA, B. (1969) – *Construções primitivas em Portugal*. Lisboa.

ONTAÑÓN, R. (2003) – Sols et structures d'habitat du Paléolithique supérieur, nouvelles données depuis les Cantabres: la Galerie Inférieure de La Garma (Cantabrie, Espagne). *L'anthropologie* 107: 333-363.

PAÇO, A. do – JALHAY, E. (1939) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 1.ª e 2.ª campanha de escavações – 1937 e 1938. *Brotéria* 28: 686-694.

PAÇO, A. do – JALHAY, E. (1942) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de S. Pedro: notas sobre a 3.ª, 4.ª e 5.ª campanhas de escavações – 1939, 1940 e 1941. *Brotéria* 34: 635-663.

PAVLŮ, I. (2016) – Linear Pottery houses and their inhabitants. *Open Archaeology* 2: 382-397.

PERROT, J. (1960) – Excavations at 'Eynan ('Ein Mallaha): preliminary report on the 1959 season. *Israel Exploration Journal* 10-1: 1-22.

PIMENTA, J. – MENDES, H. (2007) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo: a escavação do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Al-Madan*. IIa Série. 15, 160.

PIMENTA, J. – MENDES, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo: as recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 591-618.

PIMENTA, J. – SOARES, A.M. – MENDES, H. (2013) – Cronologia absoluta para o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia* 2: 181-194.

PECHTL, J. (2009) – Langhäuser und Erdwerke: ein monumentaler Flickenteppich in der LBK. In BEIER, H.-J. – CLAßEN, E. – DOPPLER, T. – RAMMINGER, B. (eds.) – *Varia neolithica VI: Neolithische Monumente und neolithische Gesellschaften: Beiträge der Sitzung der Arbeitsgemeinschaft Neolithikum während der Jahrestagung des Nordwestdeutschen Verbandes für Altertumsforschung e. V. in Schleswig, 9. – 10. Oktober 2007*. Langenweissbach (Beiträge zur Ur- und Frühgeschichte Mitteleuropas 56): 17-28.

POTTS, R. (1984) – Home bases and early hominids. *American Scientist* 72-4: 338-347.

RAPOPORT, A. (1969) – *House Form and Culture*. Englewood Cliffs.

REYNOLDS, P. J. (1988) – *Arqueologia experimental: una perspectiva de futuro* (tradução de M. Pilar Espadaler. Vic.).

RIBEIRO, R. A. – NETO, N. – REBELO, P. (2017) – Os antigos Armazéns Sommer: pavimentos sidéricos. In FERNANDES, L. – BUGALHÃO, J. – ALMEIDA FERNANDES, P. (coords.) – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: 92-93.

ROCHA, A. – REPRESAS, J. (2014) – *Forte do Alqueidão: arqueologia e história: da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas*. Sobral de Monte Agraço (Cadernos da Guerra Peninsular 1).

SALAZAR, J. – DOMINGO, I. – AZKÁRRAGA, J. M. – BONET, H. (coords.) (2015) – *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica: Museo Arqueológico Regional (Comunidad de Madrid) del 3 de Octubre de 2015 al 10 de Enero de 2016*. Alcalá de Henares.

SANAHUJA YLL, M. E. – GASULL, P. (1979-1980) – La causa del desarrollo de Jericó (Palestina) y Çatal Hüyük (Anatolia). *Pyrenae* 15-16: 353-360.

SANGMEISTER, E. – SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal: Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz (Madrid Beitrage 5).

SANTOS, R. – REBELO, P. – NETO, N. – VIEIRA, A. – REBUJE, J. – RODRIGUES, F. – CARVALHO, A. F. (2014) – Intervenção arqueológica em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (2008-2010): resultados preliminares e programa de estudos. In: SILVA, A. C. – REGALA, F. T. – MARTINHO, M. (coords.) – *4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva: o plano de Rega (2002 - 2010)*. Évora (Memórias d'Odiana 2.ª Série 14): 74-82.

SCHOENAUER, N. (2000) – *6000 years of housing. Revised and expanded edition*. New York.

SERRÃO, E. C. (1983) – A estação pré-histórica de Parede: documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (campanha de 1956). *O Arqueólogo Português*, série 4-1: 119-147.

SILVA, C. T. da – SOARES, J. (1976-1977) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica* 2-3: 179-272.

SILVA, C. T. da – SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanes (Palmela): do III milénio ao séc. I a.C. In FERNANDES, I. C. F. – SANTOS, M. T. (coords.) – *Palmela arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: 67-87

SILVA, C. T. da – SOARES, J. (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. *Setúbal Arqueológica* 15: 105-172.

SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península Ibérica*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SOUSA, A. C. (2011) – Percursos e circuitos nas Linhas de Torres. In SOUSA, A. C. (ed.) – *Maфра na Guerra*

- Peninsular: Rota Histórica das Linhas de Torres: catálogo do Centro Interpretativo de Maфра*. Maфра: 37-47.
- SOUSA, E. (2013) – A Idade do Ferro no concelho da Amadora. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 16: 149-165.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. Lisboa (*Estudos e memórias* 7).
- SOUSA, E. (2015) – The Iron Age occupation of Lisbon. *Madrider Mitteilungen* 56: 109-138.
- STEADMAN, P. (2006) – Why are most buildings rectangular? *Architectural Research Quarterly* 10-2: 119-130.
- STEADMAN, P. (2015) – Architectural doughnuts: circular-plan buildings, with and without courtyards. *Nexus Network Journal: Architecture and Mathematics* 17: 759-783.
- STEKELIS, M. – YIZRAELY, T. (1963) – Excavations at Nahal Oren: preliminary report. *Israel Exploration Journal* 13-1: 1-12.
- TARRÚS, J. (2008) – La Draga (Banyoles, Catalonia), an early Neolithic lakeside village in Mediterranean Europe. *Catalan Historical Review* 1: 17-33.
- TAUBE, K. (1998) – The jade hearth: centrality, rulership and the classic Maya temple. In HOUSTON, S. D. (ed.) – *Function and meaning in classic Maya architecture: a symposium at Dumbarton Oaks, 7th and 8th October 1994*. Washington D.C.: 427-478.
- TEWS, T. (no prelo) – De la tienda de campaña a la cabaña: una interpretación etnoarqueológica de estructuras (semi-)circulares u ovals de piedra de la Prehistoria en la Península Ibérica. In *Actas de las X Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*.
- TIMÓN TIEMBLO, M. P. (1981) – Los cabreros en la sierra de Gredos. *Narria* 23-24: 7-13.
- TUCK, J. A. (1967) – The Howlett Hill Site: An early Iroquois village in central New York. In TOOKER, E. (ed.) – *Iroquois culture, history, and prehistory: proceedings of the 1965 Conference on Iroquois Research*. Albany: 75-79.
- VALENTE, A. (2002) – Ocupação do Neolítico Final em Belas: notícia preliminar. *Al-Madan* 2ª série-11: 249.
- VALENTE, A. (2006) – *Cerâmicas com bordos denteados no povoado de Vale de Lobos (Sintra)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VALERA, A. C. (2012) – *Neolithic ditches and rectangular houses* [<http://portugueseenclosures.blogspot.pt/2012/01/0070-neolithic-ditches-and-rectangular.html>; data da consulta: 29/03/2018].
- VELA COSSÍO, F. (1995) – Para una prehistoria de la vivienda: aproximación historiográfica y metodológica al estudio del espacio doméstico prehistórico. *Complutum* 6: 257-276.
- WEHNER, G. (2012) – *Wohn- und Bürohaus, Bergisch Gladbach, 2012* [<http://www.wehner-architektur.com/rundhaus-5.html>; data da consulta: 06/02/2018].
- WHITING, J. W. – AYRES, B. (1968) – Inferences from the shape of dwellings. In CHANG, K. C. (ed.) – *Settlement archaeology*. Palo Alto: 117-133.
- YAZDANI, H. S. (1985) – *Erhöhung der Lebensdauer von Lehmbauten in erdbebengefährdeten Gebieten Afghanistans*. Kassel.
- ZBYSZEWSKI, G. – FERREIRA, O. da V. (1958) – Estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 39: 37-60.
- ZBYSZEWSKI, G. – FERREIRA, O. da V. (1959) – Segunda campanha de escavações na Penha Verde (Sintra). In *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958*, vol. I. Lisboa: 401-406.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 59-74. SUBMETIDO A 30.03.2018. ACEITE A 18.06.2018.

A OCUPAÇÃO DA SERRA DO SOCORRO (MAFRA, TORRES VEDRAS) DURANTE O BRONZE FINAL: A COLECÇÃO DE GUSTAVO MARQUES

LATE BRONZE AGE IN SERRA DO SOCORRO (MAFRA, TORRES VEDRAS): THE GUSTAVO MARQUES'S COLLECTION

ÍRIS DA COSTA DIAS¹

RESUMO

Os resultados das escavações realizadas por Gustavo Marques na Serra do Socorro permaneceram, até recentemente, inéditos. Apenas com a incorporação da colecção deste no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, que incluía o seu caderno de campo, foi possível compreender a natureza dos trabalhos.

Na Serra do Socorro, Gustavo Marques realizou quatro sondagens de onde recolheu um conjunto considerável de materiais de diversas cronologias. Dessas, destaca-se a Sondagem III, para a qual os dados materiais e os esquemas do caderno de campo parecem indicar uma área com níveis conservados do Bronze Final, situação inédita neste sítio. O estudo do conjunto permitiu ainda confirmar aquilo que vem sendo admitido para esta importante estação arqueológica, o facto de ter assumido um papel de centralidade na malha de povoamento regional durante a transição do II para o I milénio a.C.

Palavras-chave: Bronze Final; Península de Lisboa; Povoamento; Cultura Material.

ABSTRACT

The results of the excavations carried out by Gustavo Marques at Serra do Socorro have remained, until recently, unpublished. Only with the incorporation of his collection at the Museu Nacional de Arqueologia, that included his notebook, it was possible to understand the nature of his work.

At Serra do Socorro, Gustavo Marques excavated in four distinct areas where he collected a considerable set of artifacts from various chronologies. The named Sondage III stands out, for which the ceramic data and the drawings from his notebook seem to indicate an area with preserved levels of the Late Bronze Age, unprecedented situation for this site. The analysis of the artifacts allowed to confirm what has been admitted to this important archaeological site, the fact that it has assumed a central role in the regional settlement network during the transition from the 2nd to the 1st millennium BC.

Keywords: Late Bronze Age; Lisbon Peninsula; Settlement; Material Culture.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação proto-histórica da Serra do Socorro é conhecida desde a primeira metade do século passado, tendo sido sucintamente referida desde então em diversos trabalhos que se debruçaram sobre a Proto-história da Estremadura.

A primeira referência deve-se ao Padre Eugénio Jalhay, que, em 1946, publicou “O Monumento Pré-Histórico do Casal do Zambujal” (1946). Neste trabalho associou a ocupação da Serra do Socorro a outras estações arqueológicas da faixa litoral entre o Sado e o Mondego, que, sem fundamentar essa associação, atribuiu cronologicamente à Idade do Bronze.

Porém, a primeira escavação foi somente realizada na segunda metade do século XX, pelo Arq. Gustavo Marques. Embora até há pouco tempo se desconhecesse o registo por ele realizado, com a incorporação da colecção de Gustavo Marques no Museu Nacional de Arqueologia em 1997, foi possível confirmar e compreender a natureza dos trabalhos por ele desenvolvidos. A primeira abordagem ao conjunto artefactual materializou-se no trabalho de síntese publicado por Carla Matias (2004), ainda que nesse mesmo trabalho não conste a informação reproduzida no caderno de campo de Gustavo Marques.

Todavia, o registo por ele elaborado não permite solucionar todos os inconvenientes, pois recolheu materiais de distintos âmbitos cronológicos que denunciam uma longa diacronia de ocupação, a qual se estende desde a Idade do Bronze até à actualidade, embora com alguns hiatos aparentes.

Neste trabalho optámos por focar a atenção nos artefactos atribuíveis à fase final da Idade do Bronze. Pesou nesta decisão o facto de, para a área da Península de Lisboa, o estado da arte revelar-se ainda relativamente incipiente, quando comparado com outras.

Apesar do considerável número de sítios do Bronze Final identificados na Estremadura, a maioria foi classificada com base em recolhas antigas vítimas de consideráveis constrangimentos metodológicos.

Até à data, foram escassos os trabalhos de escavação sistemáticos sob a égide das novas metodologias, o que tem contribuído fortemente para o constrangimento da leitura e interpretação dos sítios identificados.

Outro aspecto a lamentar é o historial de destruição de algumas estações arqueológicas na Estremadura, de que é exemplo o caso da

Tapada da Ajuda ou da área adjacente ao *Tholos* do Barro. Estes resultaram, entre outros interesses, da pressão demográfica característica desta região, a qual continua a ser palco de confluência desde o Passado, devido às favoráveis condições naturais que convidam as comunidades aí a fixarem-se.

Apesar do exposto, alguns sítios intervencionados recentemente proporcionaram novos dados, que, dotados de um registo rigoroso e de um enquadramento contextual adequado, têm permitido novas leituras acerca das dinâmicas culturais e sociais das comunidades do Bronze Final na Península de Lisboa.

É evidente que na área geográfica em apresso a malha de povoamento durante o Bronze Final é divisível em duas estratégias distintas. Por um lado, verificam-se povoados situados em cotas elevadas delimitados por aparelhos pétreos ou taludes (sejam naturais ou artificiais) e, por outro, os designados “povoados abertos” que se parecem circunscrever a zonas de vertente ou planície.

Conquanto não se pretenda discordar de um modelo de povoamento hierárquico entre estas duas modalidades de implantação (Cardoso 2004), devemos admitir que outras possibilidades devem ser consideradas.

Efectivamente, os sítios de altura caracterizam-se pelo acesso condicionado devido à própria configuração do terreno, aliados ainda à presença de afloramentos rochosos que delimitam os espaços habitáveis. Por outro lado, nas zonas próximas às margens do Tejo, as comunidades do Bronze Final parecem ter-se fixado em sítios sem condições de defensabilidade natural. De facto, a morfologia do próprio terreno parece ter influenciado esta dicotomia do povoamento (Sousa 2016), pois zonas de maior irregularidade apresentam tendencialmente um maior volume de sítios de altura.

Além desse factor, embora se pretenda ver em determinados artefactos elementos diferenciadores da rede de povoamento, como os artefactos metálicos ou a cerâmica com decoração brunida, convém referir que nos sítios da Rua das Alcássimas (Cardoso 2016/17), Abrunheiro (Cardoso 2010/11), Moinho da Atalaia (Pinto – Parreira 1978), Praça da Figueira (Silva 2013), Quinta do Marcelo (Barros 1998) e Quinta do Percevejo (Barros – Santo 1991) foram registados elementos cerâmicos com essas mesmas características.

A identificação de elementos de moagem e denticulados, tidos também nessa discussão, têm sido também documentos em povoados de altura,

como na própria Serra do Socorro (Dias 2017: 77), ou no Cabeço de Alcainça (Ponce 2012: 65). Ainda que remetam para conjuntos relativamente reduzidos permitem intuir não só uma exploração agrícola próxima, como também a transformação desses cereais para consumo.

Reparamos, pois, que ditos elementos diferenciadores podem surgir quer nos aglomerados de altura quer nos de cotas mais baixas, sublinhando-se a necessidade de um maior investimento na investigação do Bronze Final na área da Estremadura, conjugando os dados de intervenções recentes com os de recolhas antigas que se encontram ainda por estudar, de forma a estabelecer leituras mais substanciadas sobre as funcionalidades dos espaços ocupados entre o final do 2º e início do 1º milénio a.C.

2. A SERRA DO SOCORRO E AS ESCAVAÇÕES DE GUSTAVO MARQUES

A Serra do Socorro localiza-se administrativamente nas freguesias de Enxara do Bispo, em Mafra, e Turcifal, em Torres Vedras, no distrito de Lisboa (Fig.1 e 2), com as coordenadas 39º 00' 45"N, 0º 04' 27" W (*Datum* WGS84).

Implantada numa zona caracterizada por vales e relevos de reduzida altimetria, a Serra do Socorro destaca-se bem na paisagem. Com cerca de 396 m de altitude, constitui o ponto mais elevado do concelho de Mafra, reunindo condições propícias a um controlo eficaz da paisagem em toda a envolvente. Com efeito, é possível visualizar, a Oeste, o Oceano Atlântico, a Noroeste, as Berlengas, a Nordeste, a Serra de Montejunto, a Este o Rio Tejo e a Sul a Serra de Sintra.

A Serra tem um formato ovalado, está orientada a SW-NE, com um comprimento máximo de, sensivelmente, 400 por 150 m na plataforma superior.

A nível geológico corresponde a uma formação basáltica de origem vulcânica, a par de outros sítios arqueológicos próximos, como o Moinho das Mariquitas (Monteiro- Cardoso 2016), o Penedo do Lexim (Sousa 2010) e o Cabeço de Alcainça (Ponce 2012).

Relativamente a recursos hidrográficos, a tradição popular indica a existência de minas de água nas encostas da Serra do Socorro, surgindo na bibliografia menção a uma fonte natural de água que se encontrava coberta por uma laje. Aliás, as *Memória Paroquiais de 1758* referem especificamente que: "Não tem lagoas, fojos, mas [tem] muitas fontes de

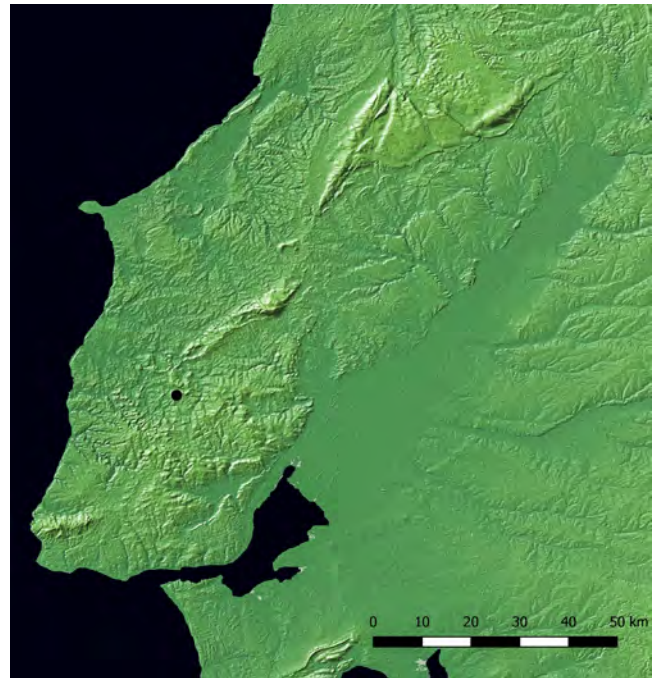


Fig. 1 - Localização da Serra do Socorro.

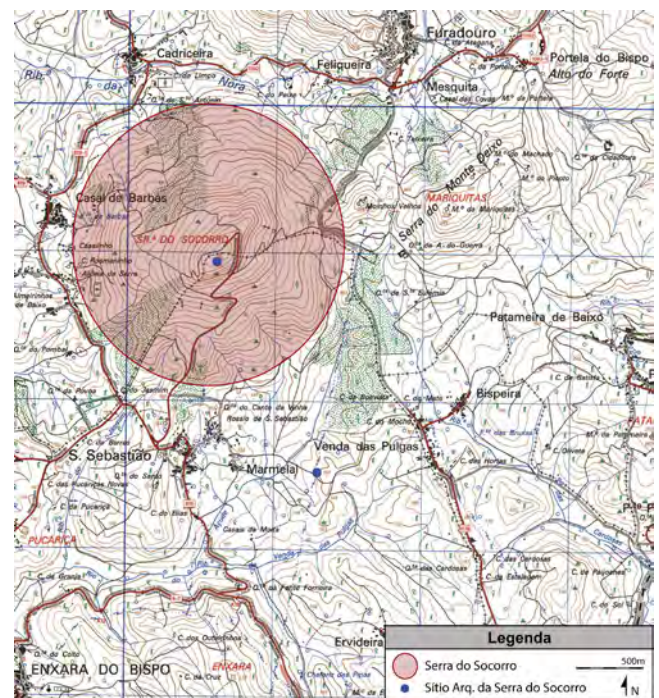


Fig. 2 - Carta Militar com indicação do sítio arqueológico da Serra do Socorro.

muita água" (*Op. cit.* Gorjão 1997: 326).

Na encosta Sul são actualmente visíveis duas fontes de água em funcionamento. É, portanto, evidente a abundância de recursos hídricos na Serra do Socorro, factor inerentemente associado a outros

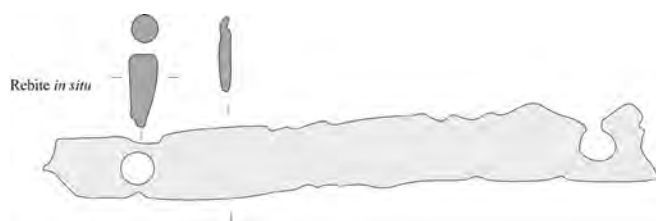


Fig. 3 - Lâmina recolhida por G. Marques (*Adaptado de G. Marques, sem escala*).

recursos biológicos essenciais para a instalação de comunidades no local.

Nascido no ano de 1929 em Lisboa, Gustavo Marques, Arquitecto de profissão, desenvolveu trabalhos de escavação na Serra do Socorro que, a par do que se verificou em outros sítios arqueológicos por ele intervencionados, foram realizadas sem autorização da tutela (Cardoso 2010-11a: 36).

Sem que nunca tenham sido por ele publicados esses trabalhos, as actividades desenvolvidas no local só foram dadas a conhecer após a aquisição do seu caderno de campo por parte do Museu Nacional de Arqueologia no ano de 1997, um ano após a sua morte, tendo servido de base à contextualização do conjunto cerâmico aqui discutido. Contudo, a menção a um pequeno conjunto cerâmico no catálogo da exposição sobre a Idade do Ferro realizada em 1994 no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz, permitia prever que o autor teria realizado recolhas na Serra do Socorro ainda antes da aquisição do seu manuscrito pelo Museu Nacional de Arqueologia (Marques 1994: 66).

Nas páginas do caderno de Gustavo Marques constam breves apontamentos, esquemas e alguns desenhos de peças.

O primeiro apontamento remonta ao dia 16 de Agosto de 1973. O autor descreveu a paisagem desde

o topo daquela atalaia, destacando alguns pontos de referência, como a Serra de Montejunto e Sintra. Prospectou a área, identificando alguns troços de estruturas paralelas na zona Norte, avançando que poderia tratar-se de habitações de planta ortogonal. Realizou o registo fotográfico da muralha e recolheu algum material do qual destacou as cerâmicas de “Tipo Alpiarça”.

Motivado pelos evidentes vestígios arqueológicos encontrados, Gustavo Marques realizou, no mesmo ano, algumas sondagens na zona Sul, sob indicação de Leonel Trindade.

Na Sondagem I identificou cerâmicas de diversas cronologias e um artefacto metálico, entretanto desaparecido, restando apenas o desenho de Gustavo Marques (Fig. 3). A peça parece corresponder a uma lâmina de bronze, ou de cobre, que conservava um rebite num extremo e o orifício onde se terá fixado o rebite oposto, no outro extremo.

Na Sondagem II, intervencionada em 1980, Gustavo Marques identificou cerâmicas que associou à Idade do Ferro, com as quais estabeleceu paralelos com os materiais de Santa Olaia. Estranhámos, em certa medida, o silêncio acerca dos resultados obtidos nestas duas sondagens, pois o autor não nos deixou mais que estas indicações. Parece-nos provável que, com o passar do tempo, se tenham perdido algumas páginas do seu caderno, motivo que justificaria a desigualdade de informação acerca das sondagens.

Da Sondagem III, do mesmo ano da sondagem anterior, desenhou um corte estratigráfico (Fig. 4), no qual representou uma camada de greda (argila amarelada) directamente assente no afloramento. Não é improvável, observando os desenhos por ele realizados, que o afloramento tenha sido afeiçoado, pois apresenta uma superfície bastante regular e o próprio admitiu a possibilidade de essa camada

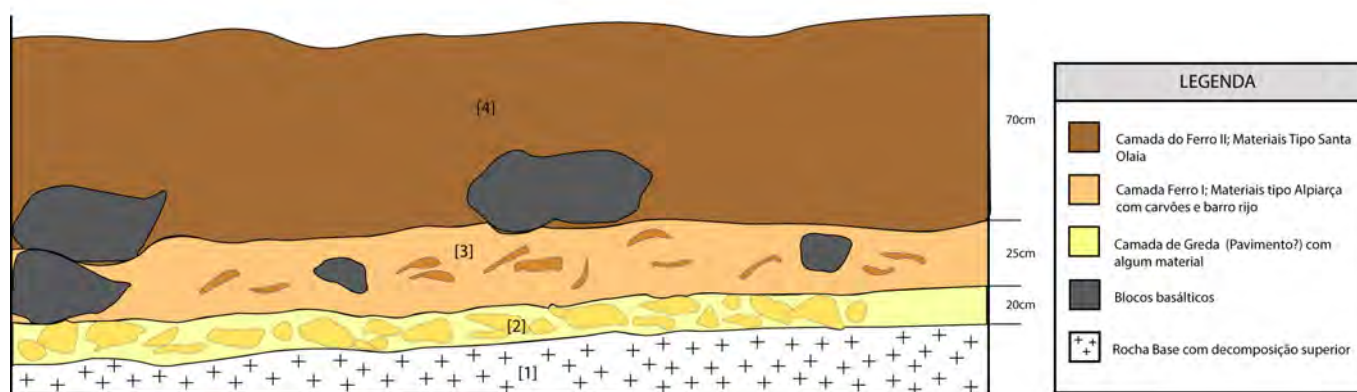


Fig. 4 - Corte da Sondagem III (*Adaptado de G. Marques*).

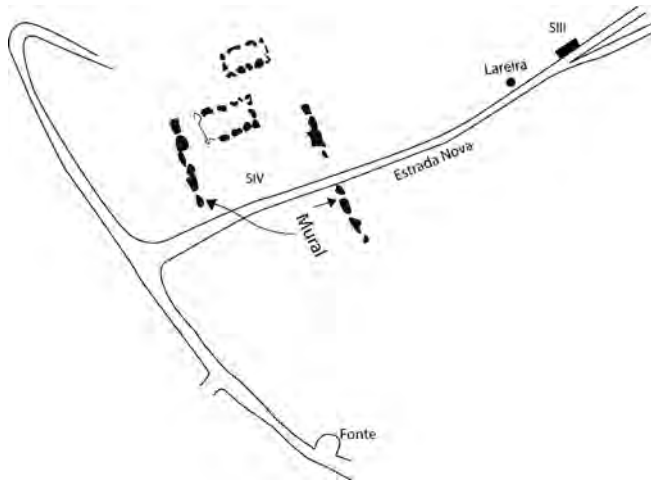


Fig. 5 - Esquema de implantação das Sondagens III e IV (Adaptado de G. Marques).

de barro corresponder a um solo ocupacional. Mais informou Gustavo Marques que, sobre a dita camada de argila amarelada, foram recolhidas cerâmicas e também carvões, que relacionou com a utilização desse pavimento. Na camada [3], os materiais que recolheu estavam, segundo o próprio, associados a uma ocupação da I Idade do Ferro, identificando também carvões e abundante argila castanha, que poderia corresponder ao que restou das paredes das habitações.

A realização da sondagem IV, de maiores dimensões, ocorreu numa zona próxima à sondagem III e junto ao novo acesso à serra (Fig. 5). Infelizmente não consta no seu caderno de campo a data de intervenção desta área nem quando terá concluído aí os trabalhos.

No entanto, neste caso concreto, a implantação da sondagem foi incentivada pela detecção de alinhamentos pétreos, compostos por blocos basálticos de consideráveis dimensões, que careciam de um diagnóstico. Por se tratar de uma área ampla e entusiasmado pela identificação de estruturas, Gustavo Marques abriu, então, uma área desafogada. Não deixou constância das dimensões reais das sondagens realizadas, porém, quer as descrições no caderno de campo quer as escalas dos desenhos, isso obrigam a intuir.

A última entrada do caderno de campo remonta ao dia 8 de Junho de 1980, no entanto, sabemos que o investigador continuou as intervenções, pelo menos, até ao ano de 1989. Esta situação traduz-se no actual desconhecimento de outros contextos e materiais por ele identificados e recolhidos.

3. MATERIAIS

O conjunto em análise das escavações de Gustavo Marques é particularmente proveniente, além de algumas recolhas de superfície, da Sondagem I e da Sondagem III.

Apesar de desconhecermos a localização de parte do conjunto recolhido por Gustavo Marques, a colecção depositada no Museu Nacional de Arqueologia permitiu a identificação de 81 bordos e sete bases planas. Desses, 48 são provenientes da Sondagem I e 38 da Sondagem III. Para os restantes fragmentos não foi possível identificar o contexto de recolha, pelo que assumimos corresponderem a recolhas de superfície.

As produções são integralmente locais/regionais, sobressaindo a semelhança com as pastas de outros sítios arqueológicos contemporâneos e geograficamente próximos, como o Cabeço de Alcainça e o Penedo do Lexim (Ponce 2012: 54). Não obstante a uniformidade dos fabricos, identificaram-se alguns casos excepcionais. É o caso dos recipientes de maiores dimensões que apresentam, geralmente, pastas mais porosas e inertes de maior dimensão.

O ambiente de cozedura é tendencialmente redutor, ainda que algumas irregularidades nos processos de fabrico tenham proporcionado ambientes de cozedura oxidantes em algumas peças. A partir da análise das pastas foi possível identificar alguns elementos ferrosos, característicos das argilas basálticas, e em algumas peças é evidente a presença de biotite e moscovite, nódulos de argila, arenito e o quartzo está presente em todo o conjunto.

Relativamente à caracterização tipológica dos recipientes, foi possível distinguir cinco grupos morfo-funcionais, que se inscrevem bem nos quadros pré-estabelecidos para outras estações sincrónicas, nomeadamente o de João Luís Cardoso e Inês Mendes da Silva, para a Tapada da Ajuda (Cardoso - Silva 2004), o de Raquel Vilaça, para a Beira Interior (Vilaça 1995) e ainda o de Luis Berrocal-Rangel e António Carlos Silva, para o Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel - Silva 2010), que foram posteriormente subdivididos com base na caracterização morfológica dos recipientes.

A primeira forma inclui as taças de perfil simples (Fig. 6: SOS.024; SOS.026; SOS.028; SOS.032; SOS.039; SOS.075; SOS.079; SOS.087), com diâmetros que variam entre os 12 e os 30 cm. Uma peça corresponde a um recipiente aberto de perfil hemisférico pouco profundo, outros três têm as paredes rectas de perfil troncocónico, correspondendo quatro a taças em calote.

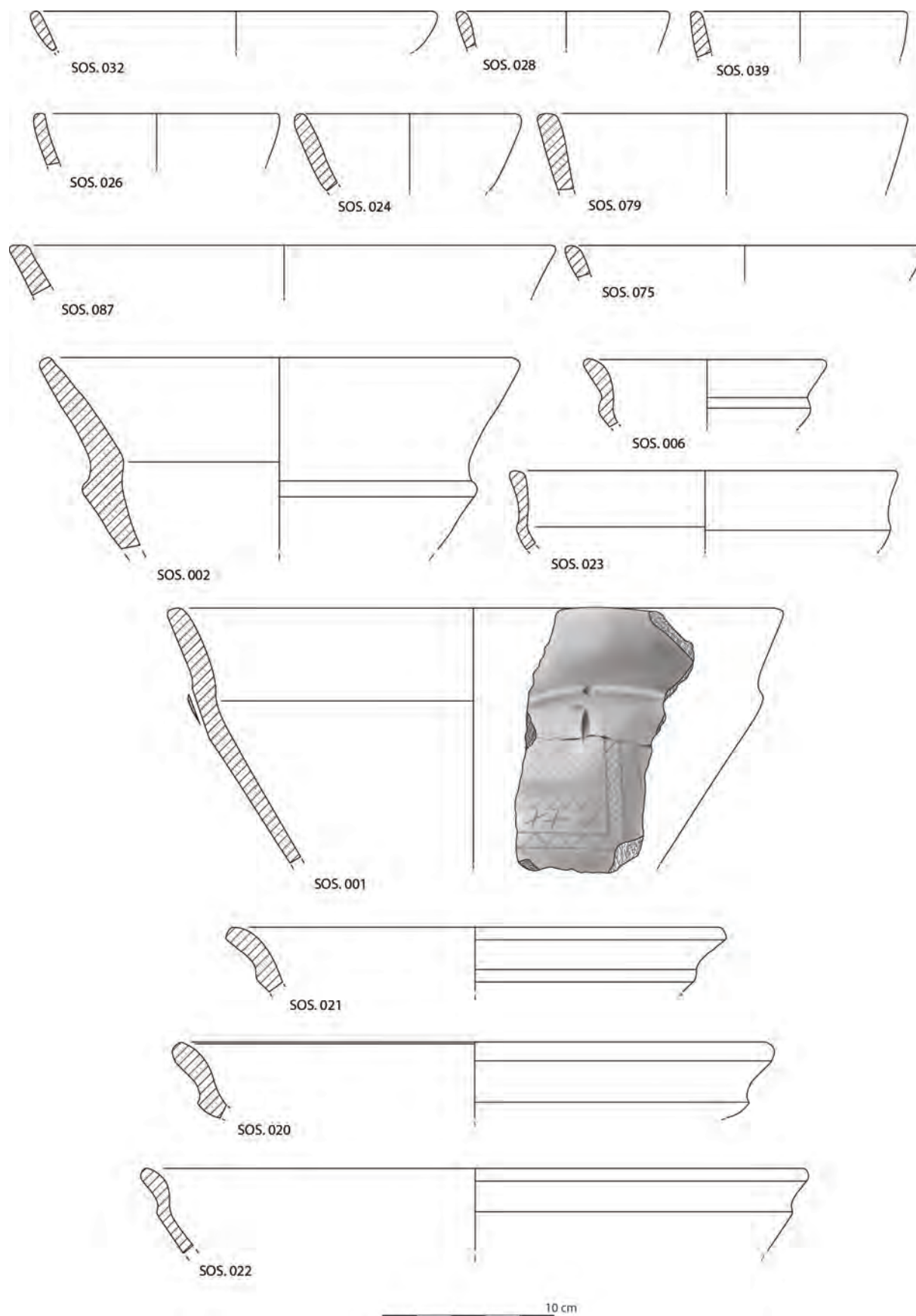


Fig. 6 - Conjunto cerâmico do Bronze Final da Serra do Socorro (taças simples e taças carenadas).

Nestes casos, as pastas são bastante homogêneas, compactas e denunciam ambientes de cozedura redutores seguidos de um arrefecimento oxidante. Os elementos desgordurantes são abundantes, de pequenas dimensões e encontram-se bem distribuídos. O tratamento de superfície da face externa é, para a maioria das peças, o alisamento e, em três, as paredes foram polidas. Relativamente à face interna, o número de peças impermeabilizadas, com recurso ao polimento, brunido e aplicações de aguada, é igual às alisadas. Esta situação estaria muito provavelmente associada a uma maior necessidade de recipientes de contenção de líquidos.

As taças carenadas representam 20% do conjunto com atribuição tipológica (Fig.6: SOS.001; SOS.002; SOS.006; SOS.020; SOS.021; SOS.022; SOS.023). Este grupo compreende recipientes com diâmetros entre os 14 e os 38 cm e pode ser dividido em taças de carena simples e de ombro, predominando a segunda, com sete exemplares, enquanto as carenas de perfil simples estão representadas por apenas quatro fragmentos.

As argilas e processos de cozedura são idênticos às taças simples, com pastas compactas, bem depuradas e abundantes desgordurantes de reduzidas dimensões, bem calibrados entre si. O alisamento da superfície externa é maioritário, identificado em seis fragmentos, estando outros quatro polidos e apenas um ostenta um tratamento mais cuidado, evidenciando uma superfície brunida. Quatro apresentam as superfícies internas impermeabilizadas mediante as técnicas antes referidas e sete foram apenas alisadas.

Pertence a este grupo morfológico o único fragmento com decoração da colecção de Gustavo Marques (Fig. 6, SOS.001). Trata-se de um fragmento de uma grande taça carenada, com a típica decoração brunida na face externa da peça. O bojo do recipiente apresenta molduras preenchidas com motivos decorativos diversos (em X, em linhas oblíquas e em ziguezague). No interior das duas bandas estruturantes verificam-se três faixas preenchidas por cruces, motivos em ziguezague e em espiga (de baixo para cima). Entre a faixa preenchida por espigas até, sensivelmente, à zona da carena, a peça apresenta um reticulado que se vai desvanecendo sem que se perceba quando terminaria originalmente a decoração.

Tanto as taças de perfil simples como as taças carenadas são características da fase final da Idade do Bronze, estando documentadas em todos os sítios conhecidos na área da Península de Lisboa,

nomeadamente no Cabeço de Alcainça (Ponce 2012: Tabela 4), no Castelo dos Mouros (Cardoso 1997-98a: 173), no Castelo da Amoreira (Boaventura – Pimenta – Valles 2013: 400), no Castro do Amaral (Pimenta – Mendes 2010-11: 611), na Alcáçova de Santarém (Arruda – Sousa 2015: 179), na Penha Verde (Cardoso 2010-11b: 584-586), na Tapada da Ajuda (Cardoso – Silva 2004: 236-250), na Praça da Figueira (Silva 2013: Fig. 6, 8 e 14), na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.* 2013: Fig. 15), no Abrunheiro (Cardoso 2010-11a: 55, 63), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: 255-256), na Moita da Ladra (Monteiro – Pereira 2013: Fig. 32), na Rua das Alcássimas (Cardoso 2016-17: 535, 543), no Cabeço do Mouro (Cardoso 2006: 36), entre outros.

O grupo dos Grandes Recipientes foi definido com base no diâmetro de abertura do bordo. Esta divisão pretendeu seguir os critérios apresentados pelos autores do Museu do Homem, que admitem, para os recipientes abertos com diâmetros a partir dos 40 cm, a designação de “*Bassin*” (Balfet *et al.* 1983: 13). Refira-se ainda que a nomenclatura de “*Bacias/Alguidares*” havia sido adoptada por Carlos Oliveira, no trabalho que dedicou aos níveis proto-históricos de Castro Marim (Oliveira 2006: 44). O único recipiente documentado no conjunto de Gustavo Marques que se inscreve nestes critérios apresenta paredes de tendência vertical e lábio aplanado (Fig. 7: SOS.051).

A pasta é muito porosa, sólida e com inclusões moderadamente distribuídas de pequena, média e grande dimensão (1 a 5 mm). A tonalidade é cinzenta escura e a superfície acastanhada, evidenciando um ambiente de cozedura redutor e arrefecimento irregular. É portanto evidente um fabrico mais grosseiro na produção deste recipiente quando comparado com as formas precedentes, diferenciação que se estende à própria funcionalidade. Já foi admitida, para as taças de perfil simples e carenadas, uma utilização no consumo de líquidos e sólidos, enquanto estes recipientes, de grandes dimensões e fabrico mais “tosco”, poderiam estar associados à confecção de alimentos, higiene ou à armazenagem (Oliveira 2006: 44). Também na Praça da Figueira (Silva 2013: Fig. 10), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: Fig. 56-57) e no Cabeço do Mouro (Cardoso 2006: Fig. 9, nº2) foram identificados recipientes morfológicamente análogos.

Além dos contentores já descritos, foram ainda individualizados três bordos de recipientes de pequenas dimensões com diâmetros compreendidos entre os 7 e os 8 cm de abertura (Fig. 7: SOS.045; SOS.046; SOS.047). Apresentam um fabrico

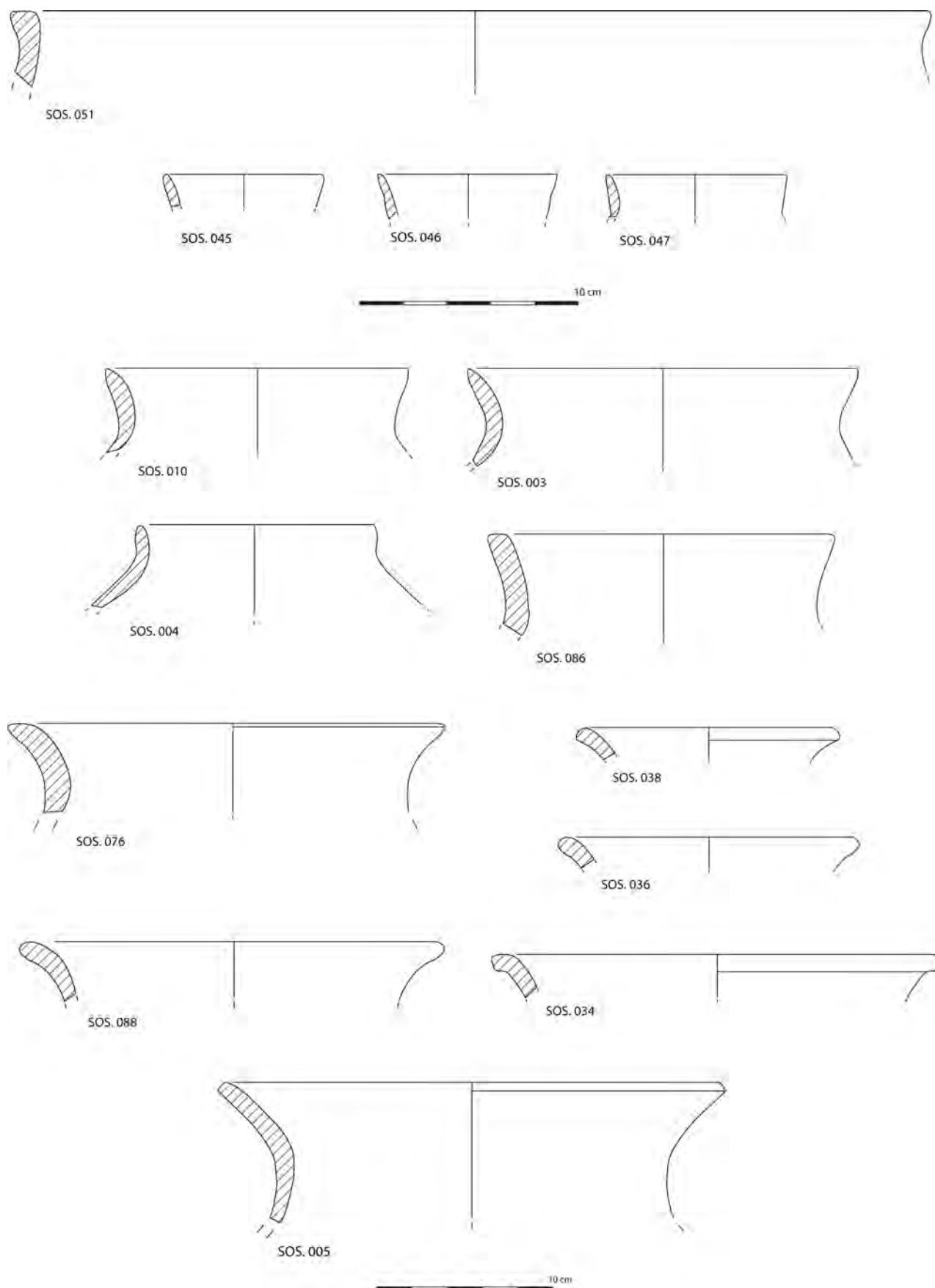


Fig. 7 - Conjunto cerâmico do Bronze Final da Serra do Socorro (grande recipiente, copos, potes de perfil em S e de colo alto).

cuidado, de paredes finas, e ostentam superfícies brunidas (tanto na face externa como na interna). Dois exemplares têm lábios de perfil redondo e um perfil biselado.

Para estes pequenos recipientes é difícil determinar a morfologia do perfil na totalidade, situação que se deve ao elevado grau de fragmentação, potenciada pela maior fragilidade das paredes. A qualidade na sua produção, aliada ainda ao facto de o próprio tratamento de superfície lhes conferir maior impermeabilidade, parece indicar que estes artefactos foram utilizados exclusivamente para o consumo de líquidos.

Esta forma foi identificada na Alcáçova de Santarém (Arruda- Sousa 2015: Fig. 8-9), na Tapada da Ajuda (Cardoso – Silva 2004: Fig. 36, nº2), na Praça da Figueira (Silva 2013: Fig. 8), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: Fig. 56) e na Rua das Alcássimas (Cardoso 2016-17: Fig. 9; Fig. 16).

O grupo mais numeroso integra 32 fragmentos de bordos de recipientes de grande volumetria (Fig.7 e 8). Apesar disso, somente 29 fragmentos integram com segurança os quadros tipológicos estabelecidos. Apesar de ser passível de subdivisão com base nos aspectos morfológicos das peças, este grupo tipológico parece ter cumprido as mesmas funções, referimo-nos à confecção de alimentos e ao respectivo armazenamento.

A primeira variante inclui seis potes de perfil em S da colecção de Gustavo Marques. Estes apresentam o colo estrangulado e, com base na orientação do corpo, podemos intuir uma tendência globular. Três apresentam lábios de perfil biselado, dois de perfil plano e um de perfil redondo. Os diâmetros de abertura não ultrapassam os 13 cm e os fabricos são, para este grupo, diversificados. Com efeito, identificaram-se peças com pastas homogéneas, sólidas e bem depuradas, mas outras são mais grosseiras, com inertes menos calibrados e mal distribuídos. O processo de fabrico segue a tendência da amostra, ou seja, ambientes de cozedura redutores e arrefecimento irregular.

Não deixa de ser curioso que o tratamento de superfície aplicado no interior destes recipientes seja, para três, o polimento, um foi brunido e apenas dois foram alisados. Esta situação delata a necessidade de impermeabilização destes potes, seguramente associada à sua finalidade no quotidiano daquela comunidade.

Esta forma tem paralelo no Cabeço de Alcainça (Ponce 2012: Estampa 7), no Castelo dos Mouros (Cardoso 1997-98a: Fig. 9), na Tapada da Ajuda

(Cardoso – Silva, 2004: Fig. 32 e 36), no Castro do Amaral (Pimenta – Mendes 2010-11: Fig. 17), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: Fig. 52), na Rua das Alcássimas (Cardoso 2016-17: Fig. 5-11), na Alcáçova de Santarém (Arruda – Sousa 2015: Fig. 5), na Praça da Figueira (Silva 2013: Fig. 6 e 10), no Abrunheiro (Cardoso 2010-11a: Quadro 3), no Castelo da Amoreira (Boaventura – Pimenta – Valles 2013: Fig. 7) e no Cabeço do Mouro (Cardoso 2006: Fig. 11 e 13).

Os potes de colo alto e bordo exvertido têm diâmetros que variam entre os 15 e os 22 cm. O fabrico é semelhante ao documentado na variante anterior, podendo oscilar entre produções mais cuidadas ou mais rudes, de pastas relativamente heterogéneas. O tratamento de superfície aplicado, para os três recipientes que correspondem a esta forma, foi o alisamento em ambas faces.

Outro subtipo integra nove potes de paredes de tendência vertical, cujo diâmetro de abertura dos bordos pode variar entre os 12 e os 30 cm (Fig. 8). Os bordos desta variante podem ser mais ou menos exvertidos. As pastas vão ao encontro do que sucede para os grupos já descritos, com maior expressão das pastas sólidas, homogéneas e com abundantes inertes de pequenas dimensões, bem calibrados entre si. O alisamento foi o tratamento de superfície aplicado na totalidade dos recipientes, exceptuando um fragmento que apresenta a superfície externa *cepillada*.

Estes potes surgem com uma assinalável frequência em sítios arqueológicos sincrónicos, tendo sido documentados no Castelo dos Mouros (Cardoso 1997-98a: 173), no Castelo da Amoreira (Boaventura – Pimenta – Valles 2013: Fig. 7), no Castro do Amaral (Pimenta – Mendes 2010-11: Fig. 16), no Cabeço do Mouro (Cardoso 2006: Fig. 9, 11-13), na Alcáçova de Santarém (Arruda – Sousa 2015: Fig. 8), na Praça da Figueira (Silva 2013: Fig. 6, 8, 9, 10 e 15), na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.* 2013: Fig. 17), no Abrunheiro (Cardoso 2010-11a: Fig. 22-26), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: Fig. 54, 55 e 59), na Tapada da Ajuda (Cardoso – Silva 2004: Fig. 44-45) e na Rua das Alcássimas (Cardoso 2016-17: 543).

Dois bordos remetem para um outro subgrupo dos potes, de tendência ovóide, paredes subverticais e têm 15 cm de diâmetro. Um dos fragmentos tem ambas faces alisadas e o outro, polidas.

Foram identificados recipientes análogos no Castelo dos Mouros (Cardoso 1997-98a: Fig. 9), na Alcáçova de Santarém (Arruda – Sousa 2015: Fig. 8 e 10), na Penha Verde (Cardoso 2010-11b: Fig. 4), na Tapada da Ajuda (Cardoso – Silva 2004: Fig. 40-41), na

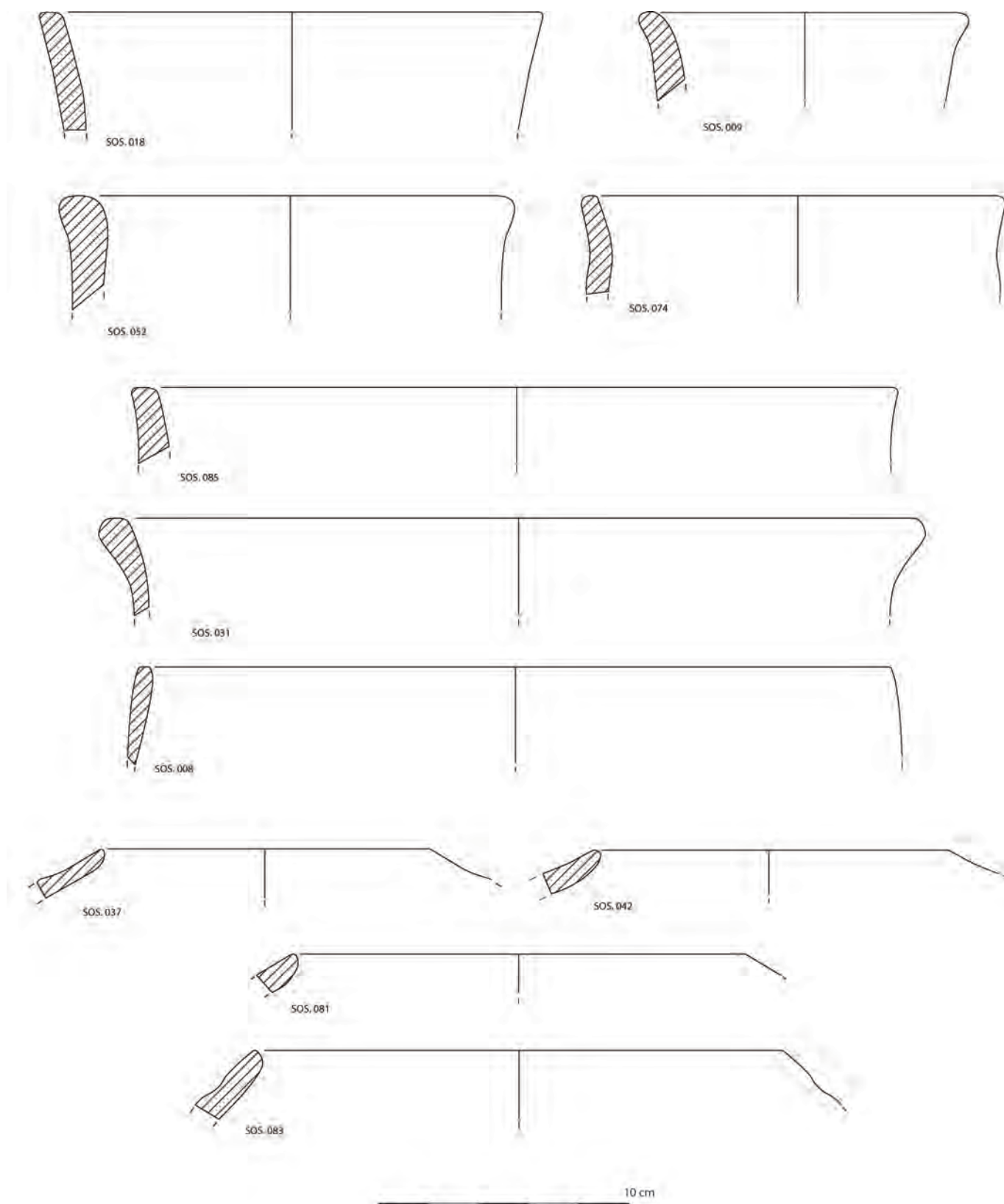


Fig. 8 - Conjunto cerâmico do Bronze Final da Serra do Socorro (potes de paredes verticais, de tendência ovóide e esféricos).

SÍTIOS/FORMA	Taças de Perfil Simples	Taças Carenadas	Grandes Recipientes	Copos	Potes Perfil S	Potes Colo Alto	Potes Paredes Verticais	Potes de Tendência Ovoide	Esféricos
Serra do Socorro	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Cabeço de Alcaíça	✓	✓			✓				✓
Castelo dos Mouros	✓	✓			✓		✓	✓	✓
Castelo da Amoreira	✓	✓			✓		✓		
Castro do Amaral	✓	✓			✓		✓		
Alcáçova de Santarém	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓
Penha Verde		✓				✓		✓	
Tapada da Ajuda	✓	✓		✓	✓		✓	✓	
Praça da Figueira		✓	✓	✓	✓		✓	✓	
Qta Nova de Sto António	✓	✓					✓	✓	✓
Abrunheiro	✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓
Rua das Alcássimas	✓	✓		✓	✓	✓	✓		
Cabeço do Mouro	✓	✓	✓		✓		✓		

Fig. 9 - Expressão das formas cerâmicas documentadas na Serra do Socorro nos povoados do Bronze Final na região.

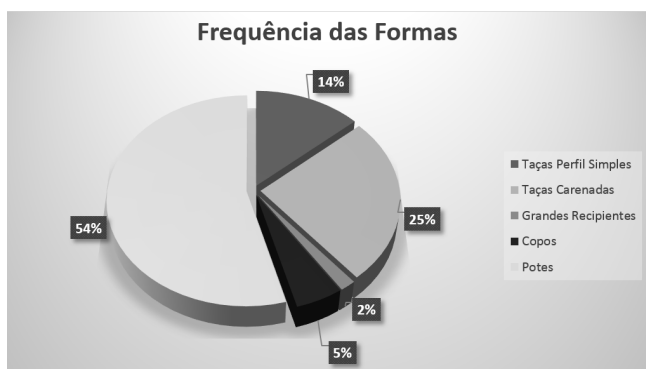


Fig. 10 - Gráfico com percentagens das formas identificadas na colecção de G. Marques.

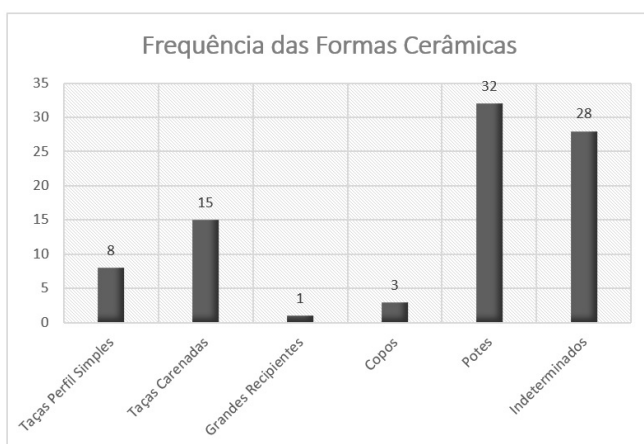


Fig. 11 - Gráfico com número das formas identificadas na colecção de G. Marques.

Praça da Figueira (Silva 2013: Fig.15), na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.* 2013: Fig. 16-17), no Abrunheiro (Cardoso 2010-11a: Fig. 25-26) e na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 2003: Fig. 58).

A última variante corresponde aos potes fechados, designados de esféricos (Fig. 8: SOS.37; SOS.042; SOS.081; SOS.083), que reúnem na colecção de Gustavo Marques nove peças. Os diâmetros registados estão compreendidos entre os 12 e os 22 cm. As pastas são porosas, muito sólidas e cozidas em ambiente redutor. O tratamento de superfície aplicado a estas peças foi, na maioria dos casos, o alisamento, concretamente em seis peças, duas foram polidas e apenas uma aparenta ter sido revestida com alguma solução argilosa.

Foram documentados em algumas estações coevas do Bronze Final, concretamente no Cabeço de Alcaíça (Ponce 2012: Estampa 8), no Castelo dos Mouros (Cardoso 1997-98a: Fig. 7, 9 e 13), na Alcáçova de Santarém (Arruda – Sousa 2015: Fig. 10), na Quinta Nova de Santo António (Neto *et al.* 2013: 33) e no Abrunheiro (Cardoso 2010-11a: 55).

Os sete fundos identificados foram recolhidos na Sondagem I e correspondem integralmente a bases planas, não sendo possível averiguar a morfologia original dos recipientes, o que se deve ao elevado grau de fragmentação. De facto, os fundos convexos, quando fragmentados, são facilmente considerados bojos, o que resulta no número inflacionado das bases

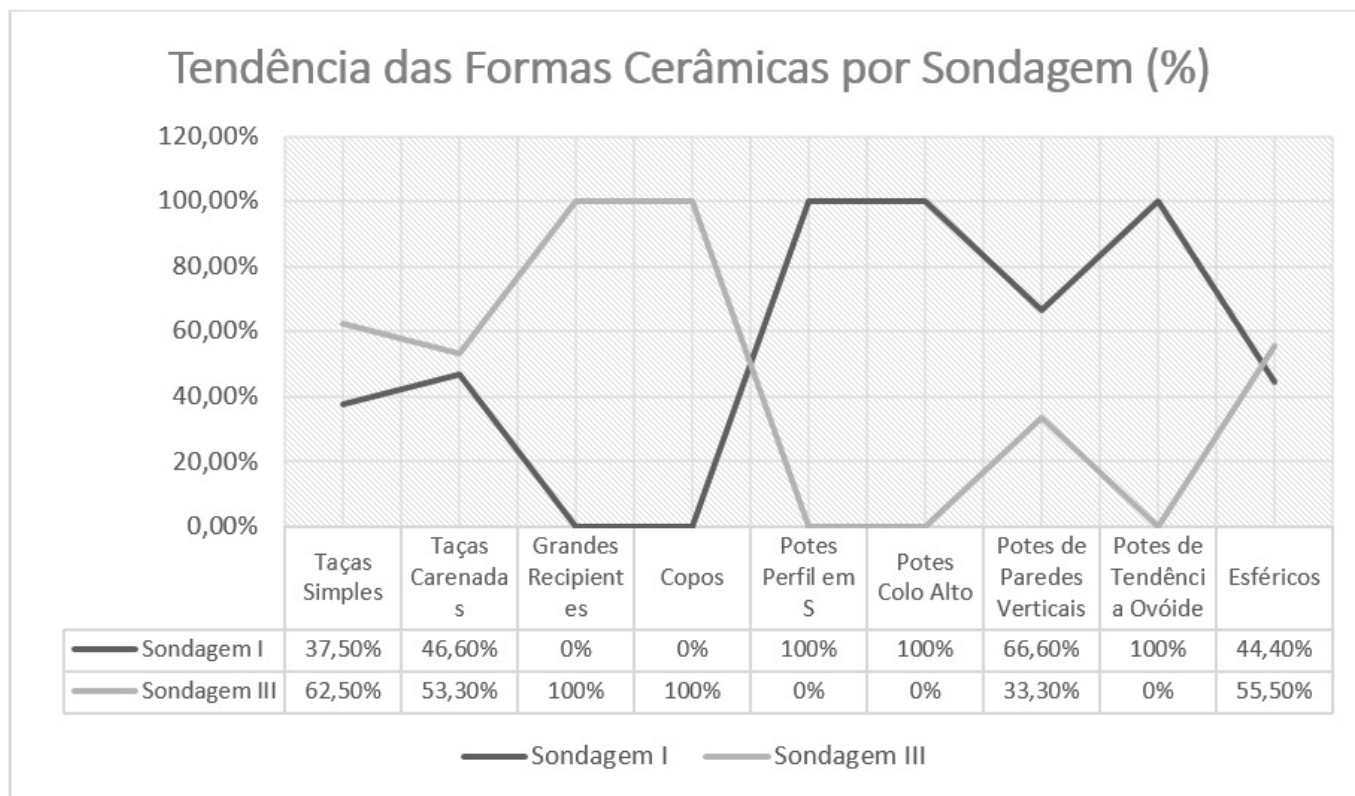


Fig. 12 - Gráfico com percentagem das formas cerâmicas na Sondagem I e Sondagem III.

planas face a estas. Relativamente aos diâmetros, estes fundos apresentam diversas medidas e ocorrem em formas fechadas e abertas.

Não foram identificadas marcas de combustão, indicando que esses recipientes não tiveram um papel activo nos processos de confecção dos alimentos, do mesmo modo que não foram afectados por uma eventual situação de incêndio.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONJUNTO ARTEFACTUAL

Com base no cenário exposto, é evidente que o conjunto cerâmico da Serra do Socorro é integrável nos quadros tipológicos elaborados para outras estações da fase final da Idade do Bronze na Estremadura (Fig. 9).

Tendo por base esses quadros, destaca-se uma maior correspondência com a Alcáçova de Santarém (Arruda – Sousa 2015), a Tapada da Ajuda (Cardoso – Silva, 2004) e o Abrunheiro (Cardoso 2010-11a). Neste sítio, predominam os recipientes de armazenamento, com 56%, face às peças associadas ao consumo de alimentos, com 44% (Fig.10 e 11).

Importa ainda comentar a dicotomia da distribuição das formas nas duas sondagens em

apreço (Fig.12). Enquanto na Sondagem I é notável a predominância dos potes de perfil em S, de colo alto, de paredes verticais e de tendência ovóide, na Sondagem III dominam as taças simples e carenadas, sendo daí proveniente também o único exemplar de um grande recipiente, os copos e os esféricos. Com base nestes dados é tentador intuímos duas áreas de funcionalidade distinta.

A Sondagem I, mais afectada por ocupações posteriores, poderia corresponder a uma área de armazenamento, admitindo que não temos outros argumentos que suportem esta tese além da predominância de potes. Na Sondagem III, associado ao pavimento de argila sobre o afloramento rochoso afeiçãoado, o barro de construção e a predominância de recipientes destinados ao consumo e, eventualmente, confecção de alimentos, sugerem uma área habitacional.

Estranhámos, contudo, a ausência de eventuais estruturas, quer se trate de alinhamentos pétreos ou dos típicos buracos de poste, que circunscrevessem essa área. Tal ausência poderia estar, de alguma forma, relacionada com a reduzida dimensão da área escavada ou ainda com o desmantelamento de eventuais estruturas habitacionais. De facto, Gustavo Marques deixou constância de violações no sítio,

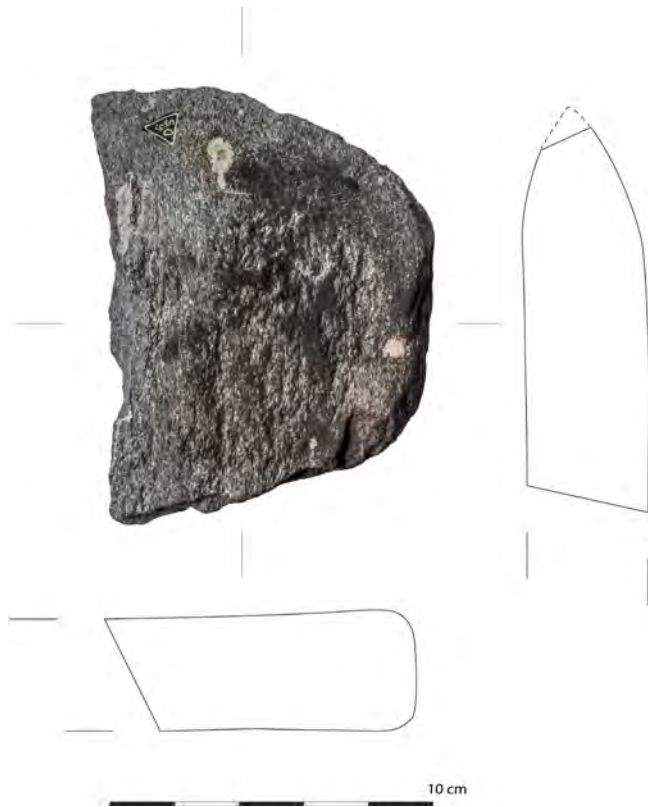


Fig. 13 - Enxó de anfibolito da colecção de G. Marques.

pois na página 141 do caderno de campo, referiu a abertura de alguns buracos na zona Norte da Serra. Refira-se que, apesar de toda a legislação vigente em defesa do património cultural, ainda hoje o sítio é alvo de paulatinas afectações do subsolo.

A peça com decoração brunida manifesta a integração da Serra do Socorro no horizonte artefactual do Bronze Final típico da Estremadura portuguesa. Com efeito, materiais decorados com as mesmas técnicas e motivos decorativos surgem com frequência nesta região, tendo sido documentados em sítios bem destacados na paisagem, mas também em povoados implantados em zonas de altimetria reduzida desprovidos de dispositivos defensivos, de que são exemplos a Quinta do Percevejo em Almada (Barros e Espírito Santo 1991), a Quinta do Marcelo (Barros 1998) e a Rua das Alcássimas em Oeiras (Cardoso 2016-17). Além desses, importa ainda referir os conjuntos de cerâmicas decoradas com motivos brunidos registados em grutas e em reutilizações de antigos monumentos megalíticos, nomeadamente no Abrigo Grande das Bocas (Carreira 1994), na Gruta da Cova da Moura (Belo – Trindade – Ferreira 1961), na Gruta do Correio-Mor (Cardoso 1997-98b; 2003), no Fojo dos Morcegos (Marques 1971), no Poço Velho (Carreira 1990-92), no *Tholos* do Barro (Madeira *et al.*

1972) e *Tholos* do Monge (Ribeiro 1880). Sublinha-se assim, a transversalidade de ocorrências desta decoração a modelos de implantação distintos.

A análise e a caracterização das pastas dos fragmentos decorados permitem admitir um fabrico local, correspondendo, assim, à reprodução dos modelos decorativos que se encontram bem atestados nas áreas adjacentes aos principais cursos de água do território nacional, com maior destaque para o Guadiana, o Sado e o Tejo (Almeida 2014).

Na colecção de Gustavo Marques, depositada no Museu Nacional de Arqueologia, foi ainda identificada uma enxó de anfibolito fragmentada (Fig. 13). Utensílios semelhantes foram documentados noutros contextos do Bronze Final, como o de Castelo da Amoreira, em Odivelas, da Quinta Nova de Santo António, em Cascais, e do depósito votivo do Monte do Sereno, em Sintra (Boaventura – Pimenta – Valles 2013: 398; Neto *et al.* 2013: 37; Ponce 2012: 164 Anexos VI).

A identificação desta peça é outro elemento que permite incluir a Serra do Socorro nas rotas de circulação inter-regionais, em concreto do anfibolito, que tiveram o seu apogeu nas comunidades agro-pastoris durante a transição do 4º para o 3º milénio (Sousa 2010: 638), mas que podem ter permanecido em funcionamento até aos finais do milénio seguinte.

5. DISCUSSÃO

Conquanto possamos admitir as fragilidades de quaisquer propostas aqui avançadas, sobretudo se tivermos em consideração o enquadramento metodológico sob o qual os trabalhos se desenvolveram, bem como o número reduzido de fragmentos classificáveis (59 peças), o conjunto obriga a algumas considerações.

Em primeiro lugar, confirma a ocupação efectiva do local na transição do II para o I milénio a.C., especificamente entre os séculos XI e IX a.C., com base na identificação de um fragmento decorado com motivos brunidos (Cardoso 1999-2000; 2004; 2016-17), ainda que alguns autores problematizem e tentem alargar esta baliza cronológica (Soares 2005: 140).

Por outro lado, com base nas informações do manuscrito de Gustavo Marques, podemos aceitar com alguma segurança a existência de níveis proto-históricos conservados na Sondagem III, de onde recolheu materiais que associou à “Cultura de Alpiarça”, provenientes de uma camada sedimentar, com carvões, que cobria um pavimento de argila.

Apesar de se tratar de uma questão amplamente discutida (Pinto – Parreira 1978: 150-151; Arnaud 1979: 88-89; Fabião 1993; Arruda 1994: 53-54; Calado 1994: 360-362; Vilaça 1995: 30-31; Vilaça – Cruz – Gonçalves 1999: 16), importa aqui tecer algumas considerações acerca da designada “Cultura de Alpiarça”, especialmente atendendo ao facto de Gustavo Marques a referir inúmeras vezes, no caderno de campo, integrando neste “horizonte” as recolhas que efectuou na Serra do Socorro.

Inicialmente proposta por Gil Migueis de Andrade e Gustavo Marques, em 1974, a definição deste “grupo cultural” teve por base critérios tipológicos, procurando integrar em uma única realidade sítios onde se identificaram cerâmicas brunidas e objectos metálicos de excepção (de que são exemplo as fíbulas de dupla mola ou braceletes de bronze).

O facto de se atribuir a estes materiais uma cronologia comum, que os autores admitiam ser situável na II Idade do Ferro, delatou a real limitação do conceito, já que se encontra actualmente comprovada a ampla diacronia destes artefactos, que remonta a cronologias mais antigas que as avançadas por aqueles autores. Neste âmbito, importa referir que alguns dos materiais que integrados na “Cultura de Alpiarça” são hoje considerados importantes fósseis-directores, sobretudo para o final da Idade do Bronze, é o caso dos recipientes decorados com ornatos brunidos, enquanto outros remetem para a fase dos contactos pré-coloniais e, inclusive, para o próprio “período orientalizante”.

O impasse por vezes verificado na atribuição cronológica e cultural de alguns dos materiais associados a essa realidade só poderá ser suprimido com o auxílio de dados contextuais, sublinhando-se a importância acrescida da estratigrafia para esses casos, que irão possibilitar atribuições crono-culturais mais acertadas.

Estranhámos, em certa medida, o facto de as informações que Gustavo Marques nos transmitiu serem contraditórias. Por um lado, relacionou claramente os materiais recolhidos na Sondagem III com uma ocupação da Idade do Ferro, associando-os à “Cultura de Alpiarça”. No entanto, referiu que, nessas camadas, não foi recolhida cerâmica produzida a torno. Contudo, indicou expressamente que, contrariamente a esta sondagem, na Sondagem I a presença de cerâmica a torno (sem especificar a cronologia) era predominante.

Assim, conquanto possamos admitir algum grau de afectação dos níveis da Sondagem I, da qual

a informação no caderno de campo é escassa, para a Sondagem III podemos considerar tratar-se de níveis conservados do Bronze Final, muito possivelmente associados a uma área de habitação, ainda que não tenham sido documentados alicerces de eventuais estruturas do Bronze Final.

No que à implantação diz respeito, a ocupação da Serra do Socorro parece integrar-se no panorama apresentado para outros povoados da zona mais interior da Estremadura, na qual os aglomerados proto-históricos circunscrevem-se a pontos elevados e bem destacados na paisagem (Sousa, 2016, p. 392). Tal situação é ainda corroborada com a cultura material, cujas morfologias identificadas e analisadas neste trabalho encontram paralelos em outras estações sincrónicas.

Podemos também associar, com alguma segurança, a ocupação da Serra do Socorro a um sítio de *habitat*. A sua localização centrada entre o Tejo e o Atlântico poderá intuir um papel de centralidade na malha de povoamento regional, ainda que as limitações do registo bem como do conjunto artefactual não permitam uma caracterização mais aprofundada desta ocupação durante a fase final da Idade do Bronze.

A sua posição estratégica terá permitido à comunidade que ali se fixou, durante o Bronze Final, associar-se a rotas pelas quais circulavam novos produtos e gentes, culminando em novas assimilações socioculturais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. (2014) - Estilos e tendências na cerâmica de ornatos brunidos do Sudoeste Peninsular. In VILAÇA, R. e SERRA, M. (coords.) - *Idade do Bronze no Sudoeste: Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: 129- 147.
- ARNAUD, J. M. (1979) - Corôa do Frade. Fortificação do Bronze final dos arredores de Évora. Escavações de 1971-1972. *Madrider Mitteilungen* 20: 56-100.
- ARRUDA, A. M. (1994) – A Idade do Ferro do Centro/Sul. In MEDINA, J. (dir.) - *História de Portugal*. Amadora, vol. 2: 45-68.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2015) – Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prehistoria* 72-1: 176-187.
- BALFET, H. – FAUVET-BERTHELOT, M. – MONZÓN, S. (1983) – *Pour la normalisation de la description des poteries*. Paris (Éditions du CNRS).
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada.

- BARROS, L. – SANTO, P. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. In *Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa 1990). Lisboa: 333-342.
- BELO, A. – TRINDADE L. – FERREIRA, O. da V. (1961) - A gruta da Cova da Moura (Torres Vedras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 45: 391-418.
- BERROCAL-RANGEL, L. – SILVA, A. C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). *Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa (*Suplemento de O Arqueólogo Português* 6).
- BOAVENTURA, R. – PIMENTA, J. – VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20: 623-640.
- CALADO, M. (1994) - A Idade do Bronze. MEDINA, J. (dir.) - *História de Portugal*. Lisboa, vol. 1: 327-353.
- CARDOSO, J. L. (1997-98a) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 7: 169-177.
- CARDOSO, J. L. (1997-98b) – As cerâmicas de ornatos brunidos da Gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 7: 155-167.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Aspectos do Povoamento da Baixa Estremadura no Decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 7: 355-413.
- CARDOSO, J. L. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 11: 229-321.
- CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História regional. Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras* 12).
- CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9-1: 21-46.
- CARDOSO, J. L. (2010-11a) – O Casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2010-11b) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 579-590.
- CARDOSO, J. L. (2016-17) - A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 23: 531-554.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O Bronze Final na Serra de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 21: 361-374.
- CARDOSO, J. L. – SILVA, I. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7-1: 227-271.
- CARREIRA, J. (1990-92) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português*, série IV 8-10: 229-245.
- CARREIRA, J. (1994) – A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM* 2: 47-144.
- DIAS, I. (2017) - *O Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, C. (1993) – O passado Proto-Histórico e Romano. In MATTOSO, J. (ed.) - *História de Portugal*. Lisboa, vol. I: 77-201.
- GORJÃO, S. (1997) – Memórias Paroquiais. *Boletim Cultural de Mafra* 96: 307-344.
- JALHAY, E. (1946) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do bronze. *Brotéria* 42-4: 387-393.
- MADEIRA, J. – GONÇALVES, J. – RAPOSO, L. – PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*, série III 6: 207-218.
- MARQUES, G. (1971) – Fojo dos Morcegos - Assafora (Sintra). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, vol. I: 143-150.
- MARQUES, G. (1994) – Outras estações. In PEREIRA, I. (coord.) - Idade do Ferro: catálogo. Figueira da Foz: 66.
- MARQUES, G. – ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da proto-história do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: 124-148.
- MATIAS, C. (2004) – Serra do Socorro. *Boletim Cultural de Mafra* 2003: 308-355.
- MONTEIRO, M. – CARDOSO, G. (2016) - A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo. Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *EMERITA- Estudos de Arqueologia e Património Cultural* 2: 6-20.
- MONTEIRO M. – PEREIRA A. (2013) - Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): síntese dos trabalhos. *Cira-Arqueologia* 2: 181-194.
- NETO, N. – GONZALEZ, C. – REBELO, P. – SANTOS, R. – ROCHA, M. (2013) – Trabalhos arqueológicos na Quinta Nova de Santo António ou dos Ingleses – Carcavelos. A ocupação do Bronze Final. *Cira – Arqueologia* 2: 19-39.
- OLIVEIRA, C. (2006) – *A Cerâmica Manual do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

PIMENTA, J. – MENDES, H. (2010/2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18: 591-618.

PINTO, C. – PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa 1977)*. Lisboa: 147-163.

PONCE, M. (2012) – *O Bronze Final na Península de Lisboa. O caso do Cabeço de Alcainça na transição entre o 2.º e o 1.º milénio a.C.* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II - Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa.

SILVA, R. (2013) – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira – Arqueologia* 2: 40-102.

SOARES, A. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8-1: 111-145.

SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

SOUSA, E. (2016) – Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa. In SOUSA, A. C., CARVALHO, A. e VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e água Escolher as sementes, invocar a deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: 387-401.

VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 9).

VILAÇA, R. – CRUZ, D. J. da – GONÇALVES, A. A. B. H. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conímbriga* 38: 5-29.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 75-100. SUBMETIDO A 28.02.2018. ACEITE A 18.06.2018.

DOS ENTERRAMIENTOS SINGULARES DE LA NECRÓPOLIS DE LA CRUZ DEL NEGRO (CARMONA, SEVILLA)

TWO EXCEPTIONAL BURIALS IN THE NECROPOLIS CRUZ DEL NEGRO (CARMONA, SEVILLE)

FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ¹
FERNANDO AMORES CARREDANO²
ROCÍO IZQUIERDO DE MONTES³
ANA MARÍA JIMÉNEZ FLORES⁴

RESUMEN

Presentamos dos enterramientos de cremación inéditos correspondientes a la fase más antigua de la necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla), procedentes de las excavaciones llevadas a cabo a inicios de los años noventa. La excepcionalidad de estos dos enterramientos responde no tanto a las peculiaridades de su ajuar, en relativa sintonía con otros contextos coetáneos exhumados en la misma necrópolis y en otros yacimientos del valle del Guadalquivir, como, sobre todo, a la procedencia y función de los contenedores cinerarios. Se trata de dos ánforas de origen sirio-palestino de pequeño formato y destinadas al transporte de aceite o más probablemente de vino. La primera corresponde al tipo 2 de Sagona, cuya distribución en el Mediterráneo Occidental se generaliza a partir de mediados del siglo VIII, mientras que la segunda podría adscribirse al tipo 282-283 de Cintas, con una cronología de finales del siglo VIII o inicios del VII a.C. Aunque constituyen dos formas muy habituales en el Mediterráneo Oriental (especialmente en la costa siria-palestina y Chipre), su presencia en la Península Ibérica puede considerarse minoritaria, siendo excepcionales las ocasiones en las que, como ocurre en este caso, los ejemplares aparecen completos y bien conservados. El hecho de que ambas tuvieran un uso secundario como urnas cinerarias –una de ellas conserva incluso huellas de haber sido reparada– nos permitirá reflexionar sobre el papel de su contenido original en el ritual funerario.

Palabras clave: Tarteso; periodo orientalizante; necrópolis; ánforas fenicias; Carmona; Cruz del Negro.

ABSTRACT

The current article presents two cremation burials dated to the earliest phase of the necropolis of Cruz del Negro (Carmona, Seville), which was excavated in the 1990s. These two burials are exceptional, not so much because of the characteristic of the burial offerings, which are similar to other coeval tombs in the same necropolis and other cemeteries in the Guadalquivir Valley, but because of the provenance and function of the ash urns: two small amphorae of Syrian-Palestine origin, originally used for the storage of oil or, more likely, wine. One corresponds to the Sagona 2 type, which becomes widespread in the Western Mediterranean in the mid-7th century, and the second could be identified as a Cintas 282-283 type, dated to the late 8th or the early 7th centuries. Although both shapes are easily found in the Eastern Mediterranean (especially in the Syrian coast), they are rather uncommon in the Iberian Peninsula, especially when it comes to whole, well-preserved specimens, such as the ones found in Cruz del Negro. The fact that both were used as ash urns – one of them shows marks of repair – also raises questions about the use of their original content in the funerary ritual.

Keywords: Tartessos; orientaling period; necropolis; phoenician jars; Carmona; Cruz del Negro.

1 - Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla. fjpgf@us.es

2 - Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla. famores@us.es

3 - Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla. Grupo Historiografía y Patrimonio Andaluz, HUM-4. rocio.izq@telefonica.net

4 - Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Sevilla. Grupo Religio Antiqua, HUM-650. anajimenflor@us.es

1. INTRODUCCIÓN

La necrópolis de la Cruz del Negro se sitúa en una suave loma a tan solo 1 km al noroeste del núcleo urbano de Carmona (Sevilla), junto a las vías que conducen a las vecinas localidades de Lora del Río y Guadajoz, y muy próxima a las necrópolis tumulares de Alcantarilla y Cañada de las Cabras. Desde que G. Bonsor realizara las primeras excavaciones sistemáticas, entre 1897 y 1905, este yacimiento se ha convertido en un referente para el estudio del mundo funerario en el ámbito de la llamada cultura orientalizante tartésica. Aunque Bonsor en un principio interpretó los enterramientos como una evidencia de la presencia en el interior del valle del Guadalquivir de colonos venidos de África (aunque de probable origen asiático) a inicios de la Edad del Hierro (Bonsor 1899: 130), pronto se impuso la tesis autoctonista (Álvarez Martí-Aguilar 2005: 146 ss) –en parte debido a la poderosa influencia de A. Schulten– y los investigadores comenzaron a concebir este tipo de necrópolis como un ejemplo más del proceso de orientalización de las gentes tartésicas a través del contacto con los fenicios de la costa. A partir de los años sesenta de la pasada centuria han sido numerosos los estudios y revisiones tanto de los ajuares exhumados como de la documentación conservada por G. Bonsor en su castillo de Mairena del Alcor (por ejemplo, Jiménez Barrientos 1990)⁵. Los materiales más significativos, adquiridos poco después de su extracción por la Hispanic Society de Nueva York, fueron también objeto de trabajos monográficos, aunque apenas incluyen información relativa al contexto original en el que se insertaban estas piezas, como tampoco del tipo de tumba, la ubicación o disposición de los enterramientos dentro de la necrópolis, el sexo y edad de los individuos, datos que en muchos casos Bonsor no pudo o no llegó a registrar durante el proceso de excavación (Blanco 1960; Aubet 1976-78; 1978, entre otros). Años más tarde J. Maier ha logrado ordenar y sistematizar toda la documentación disponible, incluyendo dibujos de campo y láminas del propio Bonsor, así como algunos materiales inéditos y otros publicados con anterioridad (Maier 1992; 1999).

A mediados de los años setenta C.R. Whittaker propuso con poco éxito la posibilidad de que tanto la necrópolis de la Cruz del Negro como la tumba excavada también por Bonsor en el Alcázar de Carmona pertenecieran en realidad a poblaciones fenicias asentadas en el interior de Andalucía (Whittaker 1974: 61). Esta tesis fue retomada una

década después por C. González Wagner y J. Alvar, quienes las ponen en relación con las necrópolis de Frigiliana (Málaga) y Rachgoun (Orán), así como con los niveles funerarios arcaicos de Mozia (Sicilia), Cartago y con la necrópolis oriental de Khaldé (González Wagner – Alvar 1989: 93-97). Tanto el ritual funerario predominante –la cremación en urna, depositada en un hoyo excavado en el suelo–, como los propios contenedores cinerarios –las urnas tipo “Cruz del Negro”– y otros elementos del ajuar –lucernas, marfiles, etc.– permitirían singularizar esta necrópolis de los restantes enterramientos registrados en la comarca de Los Alcores, mucho más “hibridados”, pero también de las necrópolis fenicias de la costa, lo que, en su opinión, lejos de parecer una anomalía podría sugerir, “aún dentro de un ambiente fenicio”, una procedencia diferente para las poblaciones aquí enterradas (González Wagner – Alvar 1989: 93). Por esos años se estaba excavando el yacimiento de Montemolín, que venía a demostrar la presencia de artesanos y comerciantes orientales en las campiñas interiores del Guadalquivir (Chaves – Bandera 1991; 1993). Poco después, el hallazgo y excavación en Carmona de lo que parecía ser un santuario de carácter urbano (Belén *et al.* 1997; Belén – Escacena 1997) confirmó la existencia de una comunidad oriental en esta ciudad durante los primeros siglos de la Edad del Hierro. Ello permitió a su vez fundamentar aún más la hipótesis de que la Cruz del Negro fuera, al menos en parte, una necrópolis fenicia o, en cualquier caso, oriental, admitiendo obviamente la diversidad y complejidad del componente étnico desplazado a la Península durante el proceso de colonización (Blázquez 1986: 56; 2011: *passim*; González Wagner – Alvar 1989: 95; Chaves – Bandera 1993: 73; Belén 2001: 61, 67-68).

A finales del año 1989, el desmonte del cerro de la Cruz del Negro para la extracción de grava supuso la destrucción total de una parte considerable de la necrópolis, obligando a excavar con carácter de urgencia el sector menos dañado, donde aún quedaban *in situ* algunos enterramientos parcialmente afectados por las remociones de tierra. Esta desafortunada circunstancia permitió, no obstante, reabrir la investigación sobre la necrópolis con una metodología más depurada e interpretar los contextos exhumados a la luz de los nuevos hallazgos que por aquel entonces se estaban realizando tanto en la propia Carmona como en otros centros del entorno, como Coria del Río (Escacena – Izquierdo 1999; 2001) o El Carambolo (Belén – Escacena 1997). Las intervenciones se prolongaron de forma



Fig. 1 - Necrópolis de la Cruz del Negro (sector excavado entre 1989 y 1997). Área noreste, en blanco, circunscrita en líneas ortogonales: zona destruida parcialmente en 1989, explorada en su totalidad en 1990-1997. Área sur con trama de triángulos invertidos: zona destruida en su totalidad en 1989. Área con trama de hierba: sector occidental de la necrópolis, sin excavar, o con áreas excavadas en época de J. Bonsor. Área central del yacimiento: trinchera diagonal realizada a fines del siglo XIX y comienzos del XX para construcción del ferrocarril –hoy desmantelado– y carretera anexa Carmona-Guadajoz, SE-1220. El círculo sombreado marca el área donde se localizaron las estructuras 25 y 45.2.

intermitente durante los años 1993, 1995 y 1997, ya en el marco de un proyecto general de investigación, alternando la excavación del área afectada con el estudio de materiales y la documentación de las secciones dejadas en el sector occidental del yacimiento por las obras de rebaje y saneamiento de las cunetas llevadas a cabo en la cercana carretera de Carmona a Guadajoz.

Los resultados preliminares de dichas intervenciones se presentaron regularmente en el Anuario Arqueológico de Andalucía (Gil de los Reyes *et al.* 1991; Amores *et al.* 1997; 1999; 2001; también Gil de los Reyes – Puya 1995). Una síntesis de los mismos apareció posteriormente en el catálogo de la exposición “Argantonio, rey de Tartessos” (Amores – Fernández 2000); no obstante, la memoria final no ha visto aún la luz. A lo largo de las cuatro campañas de excavación se han registrado un total de 179 estructuras funerarias, dentro de las cuales fueron identificadas 112 unidades deposicionales con restos óseos humanos, mientras que las 67 estructuras restantes parecen responder a distintas fases del ritual funerario: quemaderos, hogares o depósitos de ofrendas.

Nuestra aportación en esta ocasión se va a centrar en dos enterramientos que consideramos singulares dentro del conjunto de la necrópolis, tanto por su temprana cronología como por la composición y características del ajuar. Ello nos permitirá reflexionar sobre los inicios de la presencia oriental en las campiñas interiores del Guadalquivir, así como sobre la identidad de los individuos enterrados, no solo en lo que se refiere a su posible origen, sino también al surgimiento de nuevas realidades étnicas y sociales como resultado del traslado e integración de poblaciones de origen oriental en las comunidades que habitaban por aquel entonces la Baja Andalucía. Ambas fueron exhumadas durante la campaña de 1989-1990 y se sitúan en el sector suroccidental del área de excavación, probablemente la zona más antigua de la necrópolis (fig. 1).

2. LA ESTRUCTURA 25

Se trata de un hoyo circular de sección simple, de unos 20 cm de diámetro, donde apareció una cremación en ánfora (fig. 2). Ésta se situó de pie, aunque se desconoce si estaba cubierto con algún elemento, ya que el rebaje practicado por las máquinas había alterado los niveles superiores del enterramiento. El individuo, de sexo y edad indeterminada, estaba acompañado únicamente por un amuleto de marfil



Fig. 2 - Estructura 25.

como ajuar⁶. No se hallaron restos de ceniza o carbón en el interior de la tumba, como tampoco restos de ofrendas de animales, aunque dada la alteración a la que se han visto sometidos los niveles superficiales, tampoco puede descartarse esta práctica en ninguno de los dos casos.

2.1. CONTENEDOR ANFÓRICO

Su morfología permite asociarlo al tipo 2 de Sagona (1982) o las formas 383, 385-387 de Lehmann (1996), aunque por su tamaño –47,7 cm de altura– podría corresponder a la variante pequeña (forma 387 de Lehmann), mucho menos frecuente, especialmente en el occidente mediterráneo (Sagona 1982: 75)⁷. Presenta un cuerpo alargado, de tendencia cilíndrica y fondo apuntado, con un ligero estrechamiento en el tercio superior, lo que le confiere el perfil sinuoso que caracteriza a estas producciones (fig. 3). La carena, muy marcada, separa el cuerpo de unos hombros levemente inclinados que adquieren en este ejemplar una tendencia ligeramente convexa. Las asas, de pequeño tamaño, arrancan directamente de la carena para apoyarse en la parte superior del cuerpo. Su sección, generalmente circular, adopta en este caso una semicircular alargada, como es habitual en los ejemplares más tardíos registrados en Oriente (Sagona 1982: 75). El borde es alto y presenta, en cambio, un perfil plano, de tendencia vertical y ligeramente cóncavo, como parece frecuente en las producciones más antiguas⁸. Por lo que respecta a su procedencia, tanto la coloración crema-anaranjado y la textura arenosa de la pasta, como el revestimiento y la pátina superficial nos remiten presumiblemente a los alfares de la costa fenicia y en todo caso a la región sirio-palestina, lugar de producción habitual de estas ánforas, no se han publicado de momento análisis



Fig. 3 - Estructura 25, contenedor cinerario.

arqueométricos de los ejemplares peninsulares que permitan asociarlos a procedencias concretas⁹.

El tipo 2 de Sagona se encuentra poco representado en el Mediterráneo Occidental, y mucho menos en contextos funerarios, siendo sin duda nuestro ejemplar el único completo de los conocidos hasta el momento en la Península Ibérica. Los primeros restos de este tipo de ánfora se hallaron en Morro de Mezquitilla, donde pudo documentarse un borde del tipo moldurado, muy alargado y de hombros convexos, que sus excavadores fecharon en la segunda mitad del siglo VIII a.C. (Maass-Lindemann 1995: Abb. 1,4)¹⁰. Años después aparecieron restos de un espécimen asimilable a esta forma en la necrópolis de Lagos, asociado a restos óseos y a un material que puede encuadrarse fácilmente en la segunda mitad del siglo VIII a.C. (Aubet *et al.* 1991: 42, fig. 48; Aubet 1995: 35-36, fig. 11). Contamos también con varios fragmentos de la misma variante en Castillo de Doña

Blanca, en la bahía de Cádiz (Ruiz Mata 1993: 54, fig. 7, 8-9 y 8, 7). Según su excavador, la gran mayoría procedería de los niveles del siglo VIII, aunque algunos podrían adentrarse en el siglo VII a.C. La misma cronología se atribuyó a un ejemplar aparecido en la propia ciudad de Cádiz, en los contextos domésticos exhumados en la calle Concepción Arenal (Muñoz 1995-1996: 80, fig. 4, 7). Años más tarde, la excavación de un solar en la calle Cánovas del Castillo ofreció dos fragmentos correspondientes al borde y hombro de un ánfora y al borde de otra, entre otros restos amorfos pertenecientes posiblemente al mismo tipo de recipiente (Ruiz Mata – Córdoba 2005: 1297, fig. 13, 1-2). En este caso su cronología, relacionada con el nivel de abandono de este sector del primitivo asentamiento, se situó en la primera mitad del siglo VIII a.C. (Ruiz Mata – Córdoba 2005: 1314). También se viene asignando a esta forma un ejemplar hallado recientemente en los niveles del Periodo II (Fenicio



Fig. 4 - Ánfora del tipo 2 de Sagona procedente de la campaña de 1902 y conservada en los fondos de la Casa-Museo Bonsor de Mairena del Alcor.

A) del Teatro Cómico de Cádiz con una cronología similar o ligeramente anterior (Gener *et al.* 2012: 155-156, fig. 9a; Torres *et al.* 2014: 53, fig. 2g). Tampoco podemos descartar la posibilidad de que algunos de los bordes de ánfora documentados en la Plaza de las Monjas/calle Méndez Núñez de Huelva, y clasificados dentro del tipo 9 de Tiro, pudieran corresponder a esta forma (González de Canales – Serrano – Llompart 2004: láms. XIII, 12-25 y LI, 12-35). Más reservas plantea, sin embargo, un fragmento de hombro identificado como oriental entre las ánforas de la fase I de La Fonteta, así como dos bordes y un fondo de la fase II que se han atribuido genéricamente a los tipos 2 y 3 de Sagona (González Prats 2011: 299, fig. 1, 40717, fig. 3, 35943 y 39282, fig. 4, 35711). Un último ejemplar, análogo al hallado en la Estructura

25, ha sido registrado por nosotros recientemente entre los materiales procedentes de la Cruz del Negro depositados en la colección Bonsor de Mairena del Alcor (fig. 4). Fue encontrado, según reza en una nota inscrita en la propia arcilla, en la campaña llevada a cabo en 1902. Aunque carece de contexto seguro, se trata de nuevo de una variante de pequeño formato, de labios planos y verticales, hombros pronunciados, con pasta anaranjada y engobe crema, lo que invita a suponerle la misma procedencia.

En el Mediterráneo Central se han documentado varios ejemplares en los niveles arcaicos de la ciudad de Cartago, por lo general, bordes de similares características a los hallados en la Península Ibérica (Vegas 1998: 145, fig. 5, 47-48). Destacan por su número –más de treinta– los recipientes exhumados en una vivienda del Cardo XIII, dentro de un contexto que pudo fecharse con facilidad en la primera mitad del siglo VII a.C. (Vegas 1999: 430, Abb. 21, 195-199)¹¹. Sin embargo, es el ejemplar hallado en la necrópolis de San Montano, en Ischia, el paralelo más próximo al espécimen de la Cruz del Negro, no solo por sus similitudes formales, correspondiendo en ambos casos a la variante pequeña del tipo Sagona 2, sino por haber sido supuestamente amortizada en un contexto funerario, fechado a finales del siglo VIII a.C. (Buchner 1982: 283, Abb. 4d).

En el Mediterráneo Oriental solo se conocen algunos ejemplares en Chipre (Gjerstad 1948: fig. XLIV, 11) y en Creta (Shaw 1989: 181-182; 2000: 1100, fig. 8). En la primera, al margen de los ya recogidos por el propio Sagona (1982: 95), los únicos especímenes completos o casi completos con contexto seguro aparecieron en el nivel 3 de Kition, entre el 800 y el 640 a.C. (Bikai 1987: 45, pl. XXIII, 588), y en la fase 5 del santuario de Ayia Irini, fechada por los excavadores en el siglo VI a.C. (Gjerstad *et al.* 1935: pl. CLXXXVII). Se ha publicado recientemente una pieza completa hallada en el interior de una tumba hipogea de la necrópolis de Agios Georgios, cerca también de Kition, formando parte de un extraordinario ajuar que, en su conjunto, ofrece una datación más precisa en la segunda mitad del siglo VIII a.C. (Hadjisavvas 2012: 232-235, fig. 136,1). Por lo demás, contamos con un ejemplar incompleto procedente de la necrópolis de Amathus y otro hallado en la Tumba 10 de Marion, ambos con una cronología que se situaría a finales del Chipriota Arcaico I (Gjerstad *et al.* 1935: pl. XXVIII y XL).

La mayor parte de estas ánforas se localiza, naturalmente, en la costa sirio-palestina, destacando los conjuntos de Hazor, Sarepta, Meggido, Tiro, Gezer,

Samaria, Ashdod o Taanach, entre otros (Zemmer 1978: 14; Sagona 1982: 92-95; Lehmann 1996: 433-435; Aznar 2005: *passim*). En Hazor, Tiro y Meggido, de donde proceden la mayoría de los ejemplares, estos recipientes tienden a fecharse en la primera mitad del siglo VIII, teniendo su *floruit* en torno al 732 a.C. (Bikai 1978a: 48), si bien ello no es óbice para que algunos autores bajen la cronología de estos contextos levantinos a finales del siglo VIII y primera mitad del VII a.C. (véase este debate en Levy – Higham 2005). El estudio de conjunto llevado a cabo por Lehmann sobre los repertorios cerámicos de distintos yacimientos de Siria y el Líbano centra de nuevo la dispersión de esta forma entre el 750 y principios del siglo VII a.C. (Lehmann 1998: 9-15)¹². Es probable, por tanto, que la formalización del ánfora Sagona 2 tuviera lugar en realidad algunos años antes, a finales del siglo IX a.C. aunque su generalización se produjera ya en la siguiente centuria (Pedrazzi 2005: 293), convirtiéndose en el envase comercial más abundante, estandarizado y también más extendido dentro y fuera de las costas de Levante en estos momentos (Regev 2004: 340-341; Knapp – Demesticha 2017: 121 ss).

Como ya se ha comentado, Sagona sostiene que la variante con el borde vertical y plano comparece con mayor frecuencia en los niveles más antiguos, siendo paulatinamente sustituida por la variante de borde engrosado o con molduras a partir de mediados del siglo VIII a.C. (Sagona 1982: 76-77). En su opinión, las principales evidencias se extraerían de las excavaciones de Sarepta (Pritchard 1975: *passim*): en el horno E-F del sondeo X, fechado entre finales del siglo IX y mediados del VIII, el borde vertical y plano parece el más frecuente, mientras que en el sondeo Y, dividido en dos fases, ambas variantes serían contemporáneas a lo largo de toda la Edad del Hierro. En Tiro y Hazor, por su parte, la variante con el borde recto va disminuyendo en proporción con respecto a la de borde desarrollado desde mediados del siglo VIII a.C., coincidiendo con el momento de mayor auge de la producción (Sagona 1982: 76). Otra prueba a favor de esta teoría podría proceder de los dos pecios –el *Tanit* y el *Elissa*– hallados en aguas de Askelon (Israel). Se ha pensado que estas embarcaciones, provenientes de la costa libanesa, se dirigirían a la recientemente fundada colonia de Cartago antes de su naufragio, que pudo haber ocurrido a mediados del siglo VIII a.C. (Ballard *et al.* 2002: 158-159), o más probablemente a Egipto, como posteriormente se ha propuesto (Finkelstein *et al.* 2011: 257-258). En ambos casos el cargamento

estaba formado predominantemente por ánforas del tipo 2 de Sagona, con 385 ejemplares visibles en la primera embarcación y 396 en la segunda, aunque cabe la posibilidad de que debajo de estas capas superiores se conserven más ejemplares que no han sido aún detectados. Si bien solo se ha extraído una pequeña muestra del total, la gran mayoría de las ánforas registradas presenta un alto grado de estandarización, con el borde alto y moldurado o engrosado al exterior (Ballard *et al.* 2002: fig. 7 y 9). La única excepción parece constituirla hasta el momento un espécimen de pequeño tamaño que curiosamente guarda una asombrosa similitud con nuestro ejemplar de la Cruz del Negro (Ballard *et al.* 2002: fig. 9, 4). Este ánfora garantizaría la convivencia de ambas variantes a mediados del siglo VIII a.C. si no fuera porque se trata de un caso único que apareció separado del resto de la carga. Sus descubridores lo interpretan como un recipiente de vino sagrado destinado a las libaciones que podrían llevar a cabo el capitán o la tripulación en el momento de la salida o después de la llegada a puerto (Ballard *et al.* 2002: 163). Especímenes de menor tamaño, pero con el borde engrosado, aparecen también en el Almacén 148 de Hazor (Yadin – Aharoni – Amiran 1960: pl. XC, 5-7), que posteriormente Bikai asigna al estrato Va, con una cronología que se sitúa entre el 760 y la destrucción de Tiglatpileser III del 732 a.C. (Bikai 1978a: 49). Lehmann se apoya precisamente en esta última fecha para proponer un intervalo entre la segunda mitad del siglo VIII y la primera mitad del VII a.C. para las variantes pequeñas, correspondientes a su forma 387 (Lehmann 1996: 435). No obstante, las revisiones llevadas a cabo en las últimas décadas tienden a rebajar la cronología de esta fase, especialmente los estratos VI-V de Hazor (Gal 1992: 73-74; véase James 2008) y el estrato II de Tiro (Núñez 2013: 36, Tab. 1) a fines del siglo VIII o en la primera mitad del VII a.C. En cualquier caso, al margen de que en los principales yacimientos sirio-palestinos las ánforas con el labio plano y recto sean más frecuentes en los niveles inferiores, este rasgo morfológico no parece ser especialmente relevante a efectos cronológicos, al menos no en los modelos de pequeño formato.

Si aceptáramos la propuesta alta de Sagona, el ejemplar procedente de la Cruz del Negro debería ser más antiguo que los documentados en Morro de Mezquitilla, Castillo de Doña Blanca y Cádiz. Sin embargo, conviene recordar que en las colonias fenicias de la costa estas ánforas –con el borde desarrollado– no suelen aparecer en contextos anteriores a mediados del siglo VIII a.C. El caso de

Cádiz resulta todavía más evidente, ya que el tipo 2 de Sagona se registra en el nivel de amortización de unas estructuras de apariencia habitacional contemporáneas a los primeros momentos de la colonia arcaica, si nos hacemos eco del horizonte de finales del siglo IX a.C. (Periodo II – Fenicio A) identificado en sus inmediaciones a partir de las recientes excavaciones en el Teatro Cómico (Gener *et al.* 2014), y detectadas en un solar de la calle Cánovas del Castillo, que sus excavadores sitúan en las primeras décadas del siglo VIII a.C. (Ruiz Mata – Córdoba 2005: 1316-1317). Nuestra ánfora, en consecuencia, debería ser posterior o contemporánea a los ejemplares de la costa, sobre todo atendiendo a las fases clásicas de la colonización fenicia en el valle del Guadalquivir (González Wagner 1996), por lo que inicialmente optamos por una fecha que oscilaría entre mediados o, más probablemente, finales del VIII- inicios del VII a.C. para su uso y posterior amortización en la necrópolis. Con todo, tampoco podemos negar a priori la posibilidad de que ulteriores hallazgos eleven la cronología de las primeras fundaciones o de los primeros contactos comerciales, como ha ocurrido también recientemente con el caso de Huelva (González de Canales – Serrano – Llompart 2004: 196-199). De hecho, si asumimos la fecha propuesta para la primera fase de la ocupación fenicia en El Carambolo (Camas, Sevilla), podemos retrotraer la presencia de poblaciones orientales en aguas interiores del *lacus Ligustinus* a finales del siglo IX¹³.

2.2. AMULETO DE MARFIL

Se trata de un colgante en forma de plaquita, tallado en marfil, con perforación longitudinal. No muestra signos de exposición al fuego, lo que hace pensar que se depositó posteriormente como parte del ajuar junto con los restos cremados del individuo. Los motivos, de tradición egipcia, fueron grabados en ambas caras mediante el rebaje en negativo de las imágenes (fig. 5). En una de sus caras se representó, con una cuidada ejecución que permite apreciar todos sus rasgos anatómicos, al escarabajo Khepri flanqueado por dos plumas *ma'at*. En el anverso encontramos de nuevo la pluma *ma'at*, esta vez junto al tradicional *oudjat*, elemento común e identificativo de estos amuletos, aunque en este caso su reproducción es mucho menos esmerada. La iconografía del reverso, no obstante, está más próxima a los modelos identificados en la decoración de escarabeos que a los motivos reproducidos en las abundantes plaquitas amuleto dispersas por las necrópolis fenicio-púnicas

del Mediterráneo Occidental (Acquaro 1977: 31-37), a excepción de un ejemplar de Ibiza, de factura más deficiente que el nuestro, que en la cara posterior muestra un escarabajo alado en lugar del habitual *oudjat* y en la anterior el insecto enmarcado por dos plumas (Gamer-Wallert 1978: Abb. 97, Taf. 52, B 23). El tema, como señalamos, irrumpe en la glíptica con más frecuencia y el escarabajo Khepri flanqueado por las plumas *ma'at* es reproducido en un escarabeo procedente de Cartago, fechado en el siglo VII a.C. (Vercoutter 1945: 142, n° 197) y en varios ejemplares donde la composición formaba parte de un texto: uno, procedente de Cagliari (Hölbl 1986: 178-179, Taf. 103, 3a-c)¹⁴; un segundo, de Ibiza (Gamer-Wallert 1978: 165, Abb. 73, Taf. 49 a-b, B32); y el tercero, hallado recientemente en el cercano yacimiento de El Carambolo (Camas, Sevilla), donde está acompañado del jeroglífico *men kheper re* (Fernández Flores – Rodríguez Azogue 2007: lám. 10).

Estos amuletos de creación egipcia se remontan al Tercer Periodo Intermedio, cuando aparecen los primeros ejemplares con una o las dos caras incisas o grabadas y el *oudjat* como motivo central (López Grande *et al.* 2014: 560-561). Son escasas las plaquitas de este tipo halladas en el ámbito fenicio oriental y su zona de influencia, aunque llama la atención, por sus paralelos iconográficos, un amuleto procedente de la necrópolis de Tiro, datado entre los siglos X y VIII a.C., que reproduce en el recto el habitual ojo *oudjat* y en el verso el signo *ḥ* flanqueado por dos plumas *ma'at* (Herrmann 2002: 105, Reg Nr. AK VI K1 72 2830/120; Ward 1991: 93-94, fig. 12). Por otro lado, la asociación del *oudjat* y otras divinidades distintas a Horus, bien a través de su teónimo o su imagen, es un fenómeno conocido desde las dinastías XXII y XXIII (Petrie 1914: 32-34). Respecto a la técnica, el ejemplar más cercano a nuestro amuleto es la plaquita procedente de la estructura 168 de la misma necrópolis de la Cruz del Negro, que reproduce en el recto un *oudjat* de ejecución muy cuidada que le aproxima a los tipos egipcios de las Dinastías XXV y XXVI (Müller-Winkler 1987: 151 ss).

Tanto la técnica de ejecución como la iconografía sitúan a esta plaquita entre la segunda mitad del siglo VIII y el VII a.C., lo que viene a coincidir en su margen superior con la cronología propuesta para el ánfora. Sobre su procedencia, no creemos que se trate de una importación egipcia, ya que la falta de pericia en la ejecución del *oudjat* así como su asociación a la pluma *ma'at* son rasgos infrecuentes en los talleres egipcios, mientras que la materia prima utilizada, el marfil, es muy rara en estas



Fig. 5 - Estructura 25, amuleto de marfil por sus dos caras.

producciones, que emplean mayoritariamente la fayenza. Así pues, es probable que estemos, más que ante importaciones, ante las primeras imitaciones llevadas a cabo por los artesanos fenicios, en una etapa de recreación y tanteos en la que se adaptan formas egipcias al gusto y la iconografía fenicios. El marcado naturalismo de las figuras sitúa además a estas piezas en un momento muy anterior a la masiva irrupción de amuletos egiptizantes.

Por lo que respecta a su significado, el *oudjat* u ojo de Horus es, por sí mismo, un poderoso talismán contra todo tipo de amenazas. Esta creencia tiene su origen en Egipto, donde el ojo divino fue representado con asiduidad en sarcófagos, embarcaciones y otros soportes de especial significado simbólico, o bien era utilizado como amuleto, generalmente de carácter funerario (López Grande 2007: 60). Constituía, de hecho, uno de los amuletos más populares entre los egipcios y su uso se extendió pronto hacia las poblaciones del área sirio-palestina, donde el *oudjat* cumpliría una función análoga de protección mágica. La frecuente aparición de amuletos, ya sean plaquitas o escarabeos, en los contextos funerarios fenicios revela el enorme éxito que alcanzaron entre estas poblaciones. Solían estar destinados a mujeres y niños, como símbolo de fertilidad o instrumento profiláctico, o bien a cualquier persona que se enfrentara a una situación de tránsito o peligro: un viaje, una batalla, etc. (Jiménez Flores 2007: 173-174,

183). Esta función se traslada también a la protección del difunto en la otra vida, lo que queda patente en su uso reiterado en enterramientos femeninos e infantiles, no solo en Oriente, sino también en el Mediterráneo Occidental y en la Península Ibérica (Jiménez Flores 2002: 191).

3. LA ESTRUCTURA 45.2

Está formada por un hoyo piriforme, de 68 cm de anchura máxima y 60 cm de profundidad, con una orientación aproximada N-S. Fue excavada en el extremo sur de un quemadero anterior (Estructura 45.1), de 166 cm de largo por 126 de ancho, que presentaba a su vez una orientación NO-SE. Al igual que en el caso de la Estructura 25, el ánfora utilizada como urna se colocó en posición vertical, aunque tampoco conservaba elemento alguno que pudiera interpretarse como tapadera; de hecho, el ánfora había perdido ya el borde, que pudo ser localizado posteriormente en sus proximidades. En su interior se registró una cremación doble en ánfora, compuesta por dos individuos adultos de sexo indeterminado y una edad de 30-40 años en un caso y de 20-30 en el otro, además de restos de carbón y ceniza, un fragmento de cristal de roca y un broche de cinturón de un garfio. El resto del ajuar estaba formado por un plato de engobe rojo, un segundo broche de cinturón de similares características y una pequeña cuenta de

oro, que se documentaron en el exterior de la urna. En sus proximidades apareció también una cazuela realizada a mano y bruñida, que originalmente se asoció a este enterramiento (Amores *et al.* 2000), aunque actualmente no hay pruebas concluyentes para mantener esta asociación.

3.1. CONTENEDOR ANFÓRICO

A diferencia de la Estructura 25, no resulta fácil asociar este contenedor a un tipo anfórico concreto ya que, aunque guarda evidentes similitudes formales con los ejemplares descritos más arriba, tanto su tamaño, sensiblemente superior, como algunos detalles morfológicos nos llevaron inicialmente a relacionarlo con las variantes más esbeltas del tipo 7 Sagona (1982: 83), 282-283 de Cintas (Guerrero 1989: *passim*) o 389-392 de Lehmann (1996: 436, Tf. 73-74)¹⁵. No obstante, es más probable que, dadas sus semejanzas y su contexto de aparición, se trate de una variante del mismo tipo 2 de Sagona. En efecto, se trata de un recipiente de mayores dimensiones -55,4 cm de altura y 25 de diámetro máximo- con el cuerpo más acilindrado, paredes más rectas y fondo apuntado (fig. 6). Una carena muy pronunciada separa el cuerpo de los hombros, que adoptan un perfil troncocónico aplanado. Este quiebro se resalta con un suave estrechamiento en la parte superior del cuerpo, donde se insertan dos asas de forma circular y sección también semicircular alongada, mientras que los bordes, altos, delgados y de tendencia vertical, no son más que una prolongación de los hombros. La pasta, de tonalidad anaranjada, desgrasante medio y con una fina capa de engobe superficial color crema, apenas muestra diferencias con la del ánfora anterior, remitiéndonos de nuevo a los talleres de la costa sirio-palestina¹⁶. Por último, una serie de orificios practicados a lo largo de una fractura antigua en la parte inferior de la panza evidencian que el contenedor había sido objeto de una reparación antes de su amortización en la necrópolis, lo cual demuestra claramente el interés por la conservación del recipiente una vez cumplido su cometido primario.

El hecho de que este ejemplar comparta atributos de ambos tipos no debería resultar extraño, sobre todo teniendo en cuenta la convivencia en el tiempo de estos recipientes, su reducida estandarización formal, especialmente en los momentos de mayor difusión (finales del siglo VIII y primera mitad del VII a.C.), y la coexistencia de diferentes centros de fabricación e incluso de varias

áreas productoras, si incluimos, como se ha dicho, las posibles imitaciones llevadas a cabo en la zona de Israel¹⁷. A ello hay que sumar el estado actual de nuestros conocimientos, marcado por la escasez de contextos de producción seguros y el carácter fragmentario de la documentación, procedente en gran parte de excavaciones antiguas (véase una reciente síntesis en Knapp – Demesticha 2017: 40-41), los problemas para ajustar la cronología entre las distintas secuencias y carencia de estudios de conjunto a escala regional que incorporen a las variables tipológica y cronológica analíticas sobre la composición de los envases y sus posibles contenidos. La propia clasificación de Sagona presenta inconsistencias que han sido puestas de relieve en estudios posteriores (por ejemplo, Pedrazzi 2005), especialmente para los tipos 2 y 7, ya que reúnen modelos anfóricos distintos, no solo desde el punto de vista morfológico, sino también cronológico (Ramon 1995: 268-272). En todo caso, más allá de la dificultad para adscribir el ánfora de la Cruz del Negro a un tipo u otro, la caracterización del recipiente en cuestión no presenta mayores problemas, ya que desde el punto de vista tecnológico y composicional su origen oriental está fuera de toda duda, manteniendo claras concomitancias tanto con el ejemplar de la Estructura 25 como con el procedente de las excavaciones de 1902; estratigráficamente forma parte del mismo horizonte cronológico de la necrópolis, lo cual viene también apoyado por la composición del ajuar que le acompaña; y en cuanto a su función fue también reutilizado como contenedor cinerario, lo que le otorga a estas ánforas, como veremos más adelante, un significado especial.

Por lo que respecta a sus paralelos y cronología, puede servir lo apuntado para el ejemplar de la Estructura 25, aunque existen algunos ejemplares con perfiles muy próximos que tienden a clasificarse dentro del tipo Sagona 7. En este caso no hay que olvidar que su distribución fue algo más tardía tanto en Oriente como, sobre todo, en el Mediterráneo Occidental, si bien la cronología de los ejemplares más antiguos no estaría tan alejada de la fecha propuesta para el espécimen de la Estructura 25. En la Península Ibérica prácticamente todas las formas completas o mejor conservadas corresponden a la variante “ancha” de Sagona, de perfil cónico, como las de Trayamar, Puente Noy o Toscanos, con cronologías del siglo VII a.C. (Guerrero 1989: 151-154). Lo mismo se observa en el Mediterráneo Central, tanto en la necrópolis de Mozia, donde un ejemplar de la variante “ancha” fue reutilizada como urna cineraria en un



Fig. 6 - Estructura 45.2, contenedor cinerario.

hoyo de forma circular muy similar a las estructuras de la Cruz del Negro, fechado a finales del siglo VIII o más probablemente en los primeros compases del VII a.C. (Cintas – July 1980: 35-37, 46), como en las de Cartago. Aquí las ánforas Sagona 7 son mucho más frecuentes, hasta el punto que se ha llegado a plantear que la ciudad norteafricana pudiera actuar en época arcaica como centro redistribuidor en Occidente de este tipo (Guerrero 1995: 88). Como se ha dicho, la mayor parte se encuadra en la variante “ancha”, cuya cronología suele ceñirse a la segunda mitad del siglo VII y al siglo VI a.C. (Chelbi 1991: 729). No obstante, merece la pena detenerse en el sector de Demerch y la zona del Odeón, donde se registró una pieza completa de la variante alargada que constituye uno de los paralelos más próximos al ejemplar de la Cruz del Negro (Gauckler 1915: pl. LXXXVII).

Además de las ciudades de la costa sirio-palestina, Chipre es la zona que ha proporcionado mayor cantidad y variedad de ejemplares, procedentes en su mayoría de contextos funerarios (Sagona 1982: 102-103). En este caso la forma predominante sigue siendo la variante “ancha” (véase Orsingher e.p.)¹⁸, aunque la necrópolis de Salamis ha ofrecido varios especímenes de la variante alargada de cuerpo cilíndrico¹⁹. Sin embargo, la mayoría se fechan en el Chipriota Arcaico II, entre finales del siglo VII e inicios del VI a.C. (Karageorghis 1970: *passim*), lo que se aleja considerablemente de la cronología propuesta el ejemplar anterior y los paralelos más cercanos del tipo 2 de Sagona. En Próximo Oriente, donde se concentra la mayor parte de los hallazgos, las ánforas Sagona 7 aparecen con frecuencia en los niveles arcaicos de Tiro, Hazor, Sarepta, Akko, Akhziv,

Meggido, Tell Keisan, entre otros lugares (Sagona 1982: 100-102; Guerrero 1989: 155; Lehmann 1996: 436; Aznar 2005: *passim*), a menudo conviviendo con el tipo Sagona 2. Destacan, por su número, los ejemplares exhumados en Sarepta (Pritchard 1975: 64-69, fig. 24; Anderson 1988: 198-199, pl. 38:24; Pritchard 1988: 134-136, fig. 43), así como en el Estrato II de Tiro. Como se ha podido ver, este se viene fechando en el último tercio del siglo VIII a.C. (Bikai 1978b: 67), aunque la reciente revisión realizada por Núñez ha rebajado su cronología a la primera mitad del siglo VII a.C. (Núñez 2013: *passim*). Allí encontramos el paralelo más cercano a nuestro ejemplar, de cuerpo alargado y forma cilíndrica, con tendencia ojival a partir de su tercio inferior y una altura que supera los 60 cm (Bikai 1978b: pl. II, 11), bastante similar también –en su perfil general, que no en el labio– a una de las variantes documentadas en Tel Kabri (Lehmann 2002: 198, fig. 5.82:9).

Llegado a este punto resulta difícil, como se ha dicho anteriormente, diferenciar estas ánforas más esbeltas de las correspondientes al tipo 2 de Sagona, con las que mantienen claras similitudes. Por otro lado, la aparición de ambos especímenes en niveles de finales del siglo VIII a.C. pone de relieve no solo su contemporaneidad en estos momentos, sino también la proximidad morfológica de ambas producciones, que derivan directamente de la concepción formal del envase cananeo (Guerrero 1995: 87), presente en Oriente desde finales de la Edad del Bronce e inicios del Hierro. Pese a todo, si atendemos a los paralelos descritos más arriba en relación con las ánforas Sagona 2 y las variantes más alargadas del tipo Sagona 7, especialmente el espécimen hallado en el Estrato II de Tiro, una cronología de finales del VIII o inicios del VII a.C. resultaría en cierta manera plausible para su amortización en la necrópolis, lo que vendría a coincidir con la fecha propuesta para el ejemplar exhumado en la Estructura 25.

3.2. PLATO DE ENGOBE ROJO

Junto al ánfora apareció un plato revestido de engobe rojo oscuro (fig. 7), cocido en un ambiente alterno y con una pasta de color naranja y gris. Cuenta con un diámetro máximo de 25,2 cm y presenta un borde estrecho (30 mm) de tendencia horizontal, marcado al interior con una arista y al exterior con una curva que lo separa de la pared. El fondo, por su parte, es plano, con el pie ligeramente indicado.

Sus rasgos morfológicos –especialmente las dimensiones del borde– y la presencia de engobe



Fig. 7 - Estructura 45.2, plato de engobe rojo.

tanto al interior como al exterior permiten asociarlo claramente a las variantes más antiguas. De hecho, cuenta con paralelos claros en los niveles del siglo VIII a.C. de Castillo de Doña Blanca, donde el ancho de los bordes oscila entre los 20 y los 30 mm (Ruiz Mata – Pérez 1995: 56, fig. 17, 1), así como en los estratos inferiores del poblado de Toscanos, cuyos ejemplares no superan los 37 mm de ancho máximo (Schubart – Maass-Lindemann 1984: 106, fig. 10, 264). Platos de similares características aparecen también en Chorreras (Aubert *et al.* 1979: 104-106, fig. 5), Montilla (Schubart 1987: 204-206) y en el estrato VIII de Cerro del Villar (Aubert 1999: 43-44, fig. 4, 2352), siempre en contextos de segunda mitad del siglo VIII a.C. En Huelva, los platos más antiguos, de la forma P.1 de Rufete, tienen una anchura de borde siempre inferior a 35 mm y vienen fechándose en la segunda mitad del siglo VIII a.C. (Rufete 1989: 376, fig. 1, a; Rufete 1999: 217, fig. 2, 1-4). No obstante, si bien formalmente son asociables a los ejemplares exhumados en los estratos I/II de Toscanos, en este yacimiento el tipo perdura hasta la primera mitad del siglo VII a.C. (Rufete 1989: 386-387, fig. 7). Corresponde, por tanto, con las primeras etapas productoras (M2/At1: segunda mitad del siglo VIII a.C.) de Ramón (2010:

passim) y al segundo horizonte cronológico (PEN-IB II: 750-700 a.C.) definido recientemente para la vajilla de mesa fenicia occidental (Giardino 2017: 12-13).

3.3. BROCHES DE CINTURÓN

Constituyen los elementos más representativos del ajuar. Se trata de dos broches de cinturón de los denominados “tartesios” (figs. 8 y 9), en los cuales únicamente se conservan las piezas macho, realizadas en bronce y de un solo garfio elaborado en la propia placa de metal. Corresponderían, por tanto, al subgrupo I.1 de Jiménez Ávila, mientras que desde el punto de vista técnico se incluyen dentro del tipo que denomina “broches de garfio incorporado” (Jiménez Ávila 2002: 314). El primero (fig. 8) presenta una decoración de punteado que dibuja un motivo de rombos formado por un doble zigzag entrelazado. Por su parte, el segundo broche (fig. 9) está decorado con buril *a trémolo*, combinando en tres franjas dispuestas longitudinalmente un zigzag entrelazado, un sogueado sencillo y triángulos rellenos. En los dos casos se trata de motivos muy simples y ampliamente extendidos por el suroeste de la Península Ibérica, con paralelos en la misma necrópolis de la Cruz del Negro (Monteagudo 1953: fig. 11) o en las vecinas necrópolis de Setefilla (Lora del Río) (Aubet 1978b: fig. 5, 6, fig. 12, 3) o La Angorrilla (Alcalá del Río), en este caso de triple garfio (Ferrer – Bandera 2014: 418-419, figs. 22-24 y 37). Por lo que respecta a su cronología, Jiménez Ávila fija la producción de los broches de un garfio hacia la segunda mitad del siglo VIII a.C. a partir de los ejemplares exhumados en las necrópolis de Las Cumbres y Setefilla, mientras que en el tránsito al siglo VII a.C. éstos empezarían a ser sustituidos por broches de garfios múltiples (Jiménez Ávila 2002: 315); no obstante, la aparición de ambas variantes en la tumba 7 de La Angorrilla, fechada en la segunda mitad de esta centuria, obliga a poner en cuestión y revisar su periodo de uso, planteando su convivencia en momentos más avanzados (Ferrer – Bandera 2014: 407).

En cuanto a su uso, suelen encontrarse generalmente en tumbas de inhumación asociados a individuos de sexo femenino (Torrecillas 1985; Torres 2002: 211; Ferrer – Bandera 2014: 407), aunque no son raros los ejemplares hallados en incineraciones en urna, como puede observarse en los túmulos A y B de Setefilla o en la propia necrópolis de la Cruz del Negro. Son muy excepcionales, en cambio, en ámbitos domésticos y raras veces aparecen vinculados a individuos masculinos, por lo que se ha



Fig. 8 - Estructura 45.2, broche de cinturón.

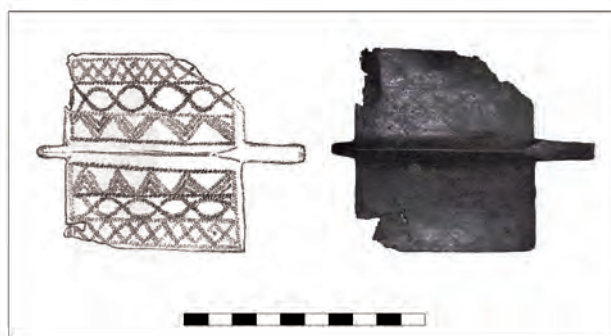


Fig. 9 - Estructura 45.2, broche de cinturón.

especulado sobre la posibilidad de que se trate de un marcador de rango o bien un símbolo relacionado con los ritos de paso a la edad adulta²⁰. Esto vendría corroborado por la edad de los individuos a los que acompaña formando parte del ajuar, por lo general adultos jóvenes (20 a 40 años), como en nuestro caso, o maduros (40-60 años), pero nunca infantiles o preadultos, “lo cual parece indicar que el broche podría ser ceñido entre las mujeres de cierto estatus social y a partir de determinada edad”, por ejemplo, una vez se ha accedido al matrimonio (Ferrer – Bandera 2014: 407-408). Como observan ambos autores, en las tumbas más ricas broches de este tipo suelen ir asociados, además, a ajuares típicamente femeninos constituidos por joyas –sobre todo anillos y collares– y objetos de marfil o hueso.

En este caso el ajuar lo completan únicamente,



Fig. 10 - Estructura 45.2, cuenta de oro.

como se ha dicho más arriba, una pequeña cuenta de oro, realizada a partir de una lámina recortada y batida en forma de media caña (fig. 10), y un fragmento de cristal de roca.

4. CARACTERIZACIÓN CULTURAL Y SOCIAL DE LOS INDIVIDUOS

Una vez presentados en detalle los datos correspondientes al contexto y los elementos vinculados a ambas estructuras funerarias, así como sus principales paralelos, es forzoso preguntarse por la identidad de los individuos enterrados. Usualmente la atención de los investigadores se ha centrado en el estudio de la ascendencia étnica o cultural, sin embargo creemos que ésta no puede separarse de otras formas de identidad con la que estaría relacionada (Delgado – Ferrer 2007; Marín-Aguilera 2015). Así pues, como ya se ha expuesto en varias ocasiones, en un mismo individuo pueden converger diferentes esferas de adscripción del yo social que se activan dependiendo del contexto y de los interlocutores (Eriksen 1993: 153; James 1999: 70). Entre ellas sobresale la etnicidad, por supuesto, pero también la identidad de clase (estatus), de género y de edad, que en algunos casos pueden estar asociadas (Díaz-Andreu 1998: 205-206).

Por lo que respecta a la identidad étnica, ésta debe analizarse desde una doble perspectiva que

contemple los enfoques *emic* y *etic* (Fernández Götz 2008: 125-126), entendiendo que un individuo es capaz de dotar a determinados objetos de significados concretos y exclusivos, que le permiten exteriorizar su autoadscripción a un grupo, pero asumiendo también que esos objetos son seleccionados de un repertorio relativamente limitado, relacionado con un contexto y con unas formas de vida determinadas –la práctica social que les confiere significado–, por lo que pueden ser apreciados desde fuera del sistema cultural. Asimismo, hay que tener en cuenta el enorme dinamismo que soportan los grupos étnicos, tanto en el tiempo como en el espacio (Gosselain 2000: 188; Ramírez Goicoechea 2011: 240), adaptándose a nuevos entornos sociales, reforzando los vínculos en caso de conflicto o competencia, o incorporando elementos externos, lo que da lugar a fenómenos de hibridación o mestizaje y, por lo tanto, a nuevos procesos etnogenéticos (Van Dommelen 2006: 138-139; García Fernández 2007: 122).

A estos procesos no es ajena la realidad resultante de la colonización fenicia, que puso en contacto culturas y sistemas sociales totalmente distintos. Un escenario en el que concurren no solo el componente local –que en ningún caso puede entenderse como un todo homogéneo– y los comerciantes orientales, sino todo un conjunto de poblaciones de distinto origen que se trasladarían a la Península atraídas por las nuevas posibilidades

que ofrecía la empresa colonial (González Wagner – Alvar 1989: 95; Chaves – Bandera 1993: 73 ss). Así pues, contamos con varias posibilidades a la hora de abordar la cuestión del origen y adscripción cultural de los individuos enterrados:

a) puede tratarse de indígenas, que incorporan importaciones orientales a su ajuar como símbolo de estatus;

b) de elites locales más o menos aculturadas que emulan prácticas y rituales de origen oriental, integrando parte de sus enseres;

c) de población mestiza, con diferente grado de asimilación –y comprensión– de las creencias y tradiciones aportadas por el contingente oriental;

d) de miembros de las comunidades indígenas estrechamente vinculados a los colonos orientales (¿esposas?);

e) de la población oriental asentada en Carmona;

f) de los descendientes de esos colonos orientales, ya sea en segunda, tercera o en *n* generaciones.

Tanto el ritual como el tipo de enterramiento utilizado nos invitan a pensar en gentes orientales o indígenas profundamente aculturados (¿mestizos?), si bien es el ajuar el que permite destacar la enorme singularidad de estas dos tumbas –y, en general, de la propia necrópolis de la Cruz del Negro–, ya sea en relación con las necrópolis fenicias de la costa ya con el resto de las denominadas “necrópolis tartésicas”. Parafraseando a M. Belén, no se puede asegurar que haya enterramientos fenicios en la Cruz del Negro o en cualquier otro cementerio de época tartésica, pero resulta muy probable; el problema –según ella– “sería saber quién es quién en un ambiente de fuerte interacción cultural que debió afectar al sustrato cultural de unos y otros” (Belén 2001: 61).

Por lo que respecta a las ánforas utilizadas como urnas cinerarias, es evidente que nos encontramos ante dos elementos excepcionales dentro del tráfico de productos fenicios en Occidente. Su singularidad viene además apoyada por el hecho de que corresponden ya a la fase productora de las poblaciones fenicias extremo-occidentales (Ramón 2010), es decir, que conviven con otras manufacturas anfóricas regionales, de manera que su selección intencionada parece fuera de toda duda. La aparición de esas ánforas, tanto en hábitats como en necrópolis, se ha relacionado verosímilmente con la importación de vino por parte de los colonos establecidos en la

Península Ibérica²¹. De hecho constituye, junto con algunos recipientes de alabastro de origen egipcio (véase Padró 1986 y, con matices, López Castro 2006: 81-82), una de las pocas evidencias seguras con las que contamos para hablar de la circulación comercial de vino oriental en el Occidente mediterráneo en época arcaica (Guerrero 1989: 147). Sin embargo, los escasos ejemplares aislados documentados hasta la fecha no permitirían hablar de un comercio a gran escala, y mucho menos en un abastecimiento regular (Guerrero 1989: 157). La única excepción la constituyen, como hemos visto, Doña Blanca y la propia ciudad de Cádiz, que ofrecen conjuntos más amplios y bien contextualizados. En este último caso destacan los ejemplares hallados en la calle Cánovas del Castillo: todos corresponden a la misma variante del tipo 2 de Sagona y aparecieron en un único contexto muy bien definido, con una cronología no posterior a la primera mitad del siglo VIII a.C. En consecuencia, es poco probable, o al menos cuestionable, que llegaran directamente a la Península Ibérica cargamentos completos de ánforas orientales, sino que pudo tratarse más bien de lotes que formarían parte de una mercancía mucho más heterogénea, junto a otros productos de origen foráneo, como podría ser la vajilla de lujo griega, perfumes o telas (véase Martín Ruiz 2010).

La muestra dibuja, en cualquier caso, una distribución eminentemente litoral. Esta afirmación es válida también para los contenedores hallados en la Cruz del Negro, pues no hay que olvidar que tanto Carmona como el resto de los asentamientos de los Alcores se situaban a menos de un día de camino a pie de la antigua desembocadura del Guadalquivir. Los centros de arribada serían, en todos los casos, colonias fenicias o comunidades profundamente semitizadas, como ocurre con la propia Carmona, donde hay suficientes evidencias para pensar en la presencia estable de población de origen oriental al menos desde el siglo VII a.C. (Belén – Escacena 1997: 105)²². Todo parece apuntar, por tanto, a que la circulación de caldos orientales se encontraba restringida al ámbito colonial, donde su consumo jugaría un importante papel como elemento de prestigio entre las elites fenicias (Guerrero 1995: 91-92). En ningún momento creemos que constituya un bien de intercambio habitual con el mundo indígena, al que estarían destinadas las producciones locales, de menor calidad, envasadas las ánforas occidentales, especialmente las Ramon T-10.1.1.1 y T-10.1.2.1 (Jiménez – García – Camacho 2005: 685). Por otro lado, la escasez de envases importados en los

asentamientos fenicios permite suponer que buena parte de la demanda colonial quedaría también satisfecha a partir del vino autóctono producido en el hinterland costero (Guerrero 1989: 160)²³. Este carácter exclusivo de los caldos orientales se debe a los diversos valores que adquiere el vino en el mundo fenicio, no solo como alimento, sino también como elemento de distinción social y como bebida ritual, cargada de connotaciones simbólicas.

El vino, como objeto de prestigio, está cargado de significación social, de ahí que su consumo público sea habitual tanto en la vida, dentro de un contexto sacro o aristocrático, que tiende a traspasar con frecuencia las fronteras del mundo colonial, como en la muerte, ya sea a modo de ofrenda o a través de banquetes funerarios²⁴. Al mismo tiempo, el vino adquiere un valor excepcional desde el punto de vista ritual. Al igual que la leche, el agua o la sangre, el vino es para las culturas orientales un líquido sacrificial, mágico (Toussaint-Samat 1991: 87 ss). Por su color y textura el vino –tinto– se asemeja a la sangre pero, a diferencia de ésta, que es producto de un sacrificio, el vino es fruto de la naturaleza, surge de la vida (Jiménez – García – Camacho 2005: 686), por lo que se convierte, junto con el agua –símbolo de pureza y de vitalidad– en una ofrenda excepcional en el servicio funerario, así como también en otros ritos de paso (nacimientos, matrimonios, etc.). Por otra parte, su producción estacional y la necesidad de consumirlo dentro de un plazo temporal determinado tienden a incrementar sus valores ideológicos en el marco de una economía de prestigio (Jiménez – García – Camacho 2005: 686).

Dentro del concepto más amplio de ofrenda habría que distinguir diferentes procedimientos rituales, relacionados con distintos tipos de ceremonias pero realizados con instrumentos similares: la ofrenda propiamente dicha de comida y bebida, depositada en recipientes a tal efecto como parte del ajuar funerario; la libación de líquidos (vino, agua, aceite, etc.) sobre los restos incinerados, sobre la propia tumba o sobre un altar; y el banquete funerario en honor del difunto, en el que lógicamente participan también los asistentes al sepelio (véase Jiménez Flores 1995; Bernardini 2008). Las ánforas orientales (y locales) halladas en las necrópolis de Trayamar o Puente Noy, así como los numerosos casos documentados en otros lugares del Mediterráneo Central y Oriental, como las necrópolis de Cartago, Salamis o Akhziv, por poner solo algunos ejemplos, podrían haber formado parte tanto de las ofrendas de alimentos depositadas en la tumba como del ágape

realizado durante el entierro, acompañadas siempre de la vajilla apropiada para su servicio y consumo (Jiménez Flores 1995: 133-136; Delgado – Ferrer 2007). Sin embargo, puede ocurrir, como se advierte en algunas de las tumbas exhumadas en la Cruz del Negro, pero también en grandes centros coloniales, como Cartago o Mozia, que los recipientes vinarios se empleen además como urnas cinerarias. Algo que no resulta extraño en el ámbito fenicio metropolitano, pues se han registrado ánforas con la misma función en la necrópolis de Tiro al-Bass (Núñez 2014: *passim*; 2015: 238, fig. 4f)²⁵ cuyo set cerámico funerario, dicho sea de paso, guarda estrechos paralelismos con los de las necrópolis fenicias de la Península Ibérica (Núñez 2013). En estos casos, los valores simbólicos del vino trascienden al recipiente: el contenedor se convierte entonces en signo de prestigio y receptáculo del principio vital, como puede extraerse igualmente del engobe rojo que en ocasiones se utiliza como revestimiento (Jiménez – García – Camacho 2005: 686). Lo mismo sucede con las cráteras (Puech 1994) y los vasos de alabastro de origen egipcio –donde, por otra parte, se ha reconocido la posible inspiración de formas cerámicas de tradición fenicia, (Núñez 2013: 40-47)– asociados de igual modo al vino de calidad y reutilizados con frecuencia como contenedores cinerarios no solo en las necrópolis fenicias de la Península Ibérica (Padró 1986), sino también en Cartago (Redissi 1997).

Estos valores simbólicos asociados a las ánforas de vino no parecen ser asumidos, en cambio, por el mundo indígena, donde las ánforas (en ningún caso de origen oriental) y los vasos de alabastro se destinan de forma casi exclusiva a las ofrendas funerarias, ya sea por su contenido o por su valor intrínseco como bien de prestigio (López Castro 2006: 82). Salvo en el caso de la Tumba 9 de La Joya (Garrido 1970: 71-72), donde se elige por su especial tratamiento y decoración, y de los ejemplares documentados en la Tumba 19 de la misma necrópolis (Garrido – Orta 1978: 160-163), las ánforas no suelen emplearse como recipientes cinerarios en las necrópolis “tartésicas”; utilizándose para tal fin preferentemente las urnas globulares con decoración geométrica, por ejemplo *pithoi* y urnas del tipo “Cruz del Negro”, o bien formas abiertas hechas a mano o a torno, como ocurre con los vasos “a chardòn” (Jiménez Flores 2002: 99-100). De cualquier manera, la reutilización de ánforas como contenedores funerarios tampoco es muy habitual en el Mediterráneo Occidental y solo se documenta en necrópolis como Cortijo de San Isidro, en la costa de Málaga (Juzgado – Sánchez – Galindo

2016: 107), Rachgoun, cerca de Orán (Vuillemot 1955: 16-17), o la propia Cruz del Negro (Maier 1992: 109), precisamente lugares donde la presencia de contingentes de origen semita parece más evidente.

En estos casos, la frecuente aparición junto a las tumbas de servicios completos –jarras, copas y páteras– o parciales estaría indicando un consumo a la oriental de las ofrendas alimenticias (Jiménez Flores 2002: 137-139)²⁶, entre las que se encontraba lógicamente el vino; algo que no ocurre en las necrópolis “tartésicas”, donde no se adopta todo el repertorio cerámico fenicio ni aparece el servicio de vino asociado a la manera habitual (Jiménez Flores 2002: 196-197). Por un lado se depositan los recipientes más notables, realizados en metal o alabastro, de forma aislada en un lado de la tumba; mientras que, para la ofrenda de alimentos propiamente dicha, se incorporan algunas formas de la cerámica pintada y común junto a producciones de tradición indígena (copas bruñidas, cerámicas grises, etc.). Lo más llamativo, no obstante, es la total ausencia en estas necrópolis de vasos de servicio (enócoes de boca tribobulada y otros tipos de jarras), que suelen considerarse esenciales para los ritos de libaciones y ofrendas funerarias de líquidos en un ambiente semita (Debergh 1983: 757). Podría señalarse como excepción el Túmulo 1 de la necrópolis de Las Cumbres (El Puerto de Santa María), aunque en este caso su interpretación como un enterramiento netamente indígena presenta serias dudas, tanto por su vinculación a Castillo de Doña Blanca y, en general, al ámbito fenicio-púnico de la bahía gaditana, como por la composición de algunos ajuares, similares a los que podemos encontrar en las necrópolis consideradas fenicias (Ruiz Mata – Pérez 1995: 119-120; véase Belén 2001: *passim*). Por otra parte, no podemos dejar de advertir los claros paralelismos entre la estructura, organización y contenido entre el Túmulo 1 de Las Cumbres y los túmulos o círculos funerarios descritos en las necrópolis de Los Alcores y especialmente en la propia Cruz del Negro (Amores – Fernández 2000: 158).

Quedaría por preguntarse a qué responde esta diferencia entre las necrópolis del litoral malagueño (Trayamar, Puente Noy, Laurita, etc.), donde las ánforas, locales o de importación, se emplean casi siempre como ofrenda, y necrópolis como Rachgoun o la Cruz del Negro, para el Mediterráneo Occidental, donde estos recipientes se reutilizan fundamentalmente como contenedores cinerarios. Quizá este fenómeno pueda estar relacionado con la extracción social o el origen de la población inmigrante (González Wagner

– Alvar 1989: 93; Belén – Escacena 1995: 91; Delgado – Ferrer 2007: 46; con matices, Marín-Aguilera 2015: 194-197). Mientras que en los asentamientos coloniales nos encontramos con la rica clase comercial tiria (Pellicer 2007: 38), en cuyas manos se concentraba no solo el control de las importaciones y exportaciones sino también la producción de vino en el *hinterland* costero (Guerrero 1995: 93), las poblaciones asentadas inmediatamente al interior de Tarteso estarían formadas mayoritariamente por pequeños comerciantes, artesanos y campesinos de procedencia diversa, con un menor poder adquisitivo, como queda reflejado en la sobriedad de los ajuares. Ello explicaría también la frecuente aparición, en las proximidades de los establecimientos coloniales de la costa, de tumbas de cámara y tumbas de pozo, que son prácticamente inexistentes en el valle del Guadalquivir (Jiménez Flores 2002: 107 ss), si exceptuamos el supuesto hipogeo hallado cerca de Marchena, hoy desaparecido (Ferrer 1999: fig. 1), o los enterramientos excavados por Bonsor en el Alcázar de Arriba de Carmona (Bonsor 1899: 138, fig. 134), en ambos casos con cronologías claramente posteriores. En aquellas se observa una clara preferencia por los vasos de alabastro de origen egipcio como urna cineraria, dado su valor intrínseco y su función social, de elemento de prestigio e indicador de estatus (Pellicer 2002: 153-155), mientras que el resto del ajuar reproduce en esencia los patrones descritos en las necrópolis metropolitanas (Núñez 2013). Por el contrario, en Los Alcores y en la campiña de Sevilla, donde el tipo predominante de tumba es la fosa simple o el hoyo y cuyo ajuar no presenta la misma coherencia, la función de contenedor corresponde siempre a un recipiente cerámico, estableciéndose entonces la distinción a partir de la procedencia –local o importada– o la cualidad de su contenido, cuyo valor (real o simbólico) es asumido. En este sentido, el lañado del ánfora hallada en la Estructura 45.2 indica claramente que se trata de un bien singular, no de un producto habitual, que merece ser conservado y que es idóneo para ser reutilizado como destino final de los restos del difunto.

En la misma dirección parece apuntar el amuleto egiptizante hallado en la estructura 25, ya que lejos de interpretarse como un signo de prestigio –es aparentemente el único objeto que compone el ajuar– adquiere un gran sentido simbólico al aparecer asociado a un ánfora de procedencia oriental, donde había sido introducido intencionadamente junto con los restos del individuo. Ambos elementos, urna y colgante-amuleto, no fueron elegidos de forma

arbitraria por sus poseedores sino que constituirían producciones excepcionales cargadas de un enorme significado religioso, relacionados respectivamente con la vida y la protección en el más allá. Ello solo podría ser completamente comprensible para una persona educada en la matriz cultural oriental o muy vinculada a las poblaciones fenicias²⁷ a través, por ejemplo, de matrimonios mixtos. Esta última posibilidad resulta aún más plausible si tenemos en cuenta, como hemos podido ver, que los amuletos suelen estar vinculados preferentemente a enterramientos infantiles o a mujeres adultas. Su presencia en los ajuares plantea la cuestión de un posible significado étnico, para lo que no hay aún respuesta ante el escaso porcentaje de sepulturas de este periodo conocidas en territorio levantino, aunque es obvio que, en contexto fenicio, cumplen una función apotropaica esencial, asociada al mundo femenino y la infancia (Dixon 2013: 533-534 y 544-545).

Más compleja es, a nuestro entender, la interpretación de los dos broches de cinturón hallados en la estructura 45.2. Estos objetos de bronce parecen desentonar con un contexto ritual y con un ajuar –ánfora de importación, plato de barniz rojo y cuenta de collar– que nos remite directamente a prácticas orientales. Y decimos parece porque, en realidad, no se ha demostrado que se trate de un atributo exclusivo de las poblaciones indígenas y ni siquiera está claro que su origen sea local. Hace algunos años Jiménez Ávila advirtió del hallazgo de placas de similares características –tanto desde el punto de vista técnico como decorativo– en el Hereo de Argos, que pueden fecharse verosímilmente en época geométrica (Jiménez Ávila 2002: 315). Estos paralelos vendrían a demostrar, una vez más, la conexión comercial de la Península Ibérica con el Egeo en el siglo VIII a.C. y la introducción de técnicas y tipos mediterráneos en los talleres metalúrgicos atlánticos. Pero ello no responde, como a veces se ha pensado, a una etapa geométrica previa o contemporánea a los inicios de la colonización fenicia en Occidente (Bendala 1986: 531), sobre todo cuando los últimos descubrimientos arqueológicos llevados a cabo en Huelva, Cádiz o El Carambolo confirman la presencia estable de comunidades orientales en el sur de la Península a finales del siglo IX a.C., coincidiendo con el horizonte Ría de Huelva (Escacena 2008: 311). Los broches de cinturón “tartésicos” son el resultado del cruce de influencias atlánticas y mediterráneas surgidas al calor del proceso colonial y no un producto genuinamente indígena. No obstante, su presencia

en el Suroeste y el desarrollo de variantes propias que se extienden a su vez hacia la Meseta y Portugal sí lo convierten en un elemento característico de la cultura tartésica, entendida ésta como el fruto de una convergencia de influjos distintos y no exclusivamente como el componente étnico local más o menos aculturado. Como señalan Ferrer y Bandera (2014: 409-410), “se trataría de producciones originales del Suroeste, surgidas a expensas de la conjunción de diversas tradiciones, básicamente la fenicia y la atlántica, que atienden a una amplia demanda que podríamos denominar pluriétnica: no solo satisfacen las expectativas de ostentación de las aristocracias locales, los principales destinatarios de la producción, sino que también se constituyen en bienes preciados que pueden ser utilizados como regalos o como objetos de intercambio por los comerciantes semitas en áreas alejadas de Tarteso (Portugal, Extremadura, Meseta, Levante); e incluso podrían acompañar a sus portadoras si, como se ha propuesto en diversas ocasiones, fuera una costumbre consuetudinaria el intercambio de mujeres entre diversas comunidades”.

Esto último nos permite abordar una cuestión no menos importante, como es el género y estatus de los individuos enterrados. Como señalamos anteriormente, los broches de cinturón aparecen generalmente vinculados a enterramientos femeninos, y en muchos casos ni siquiera encontramos el broche completo, sino solo una de las dos piezas; además, cuando se asocian a inhumaciones, éstos no suelen hallarse junto a la cintura del cadáver, como cabría esperar, sino en distintos puntos de la fosa, con el resto del ajuar. Todo ello nos estaría sugiriendo un valor intrínseco, simbólico o identitario, más allá de su función práctica como parte de la vestimenta o como objeto de lujo (Ferrer – Bandera 2014: 408). El broche de cinturón parece convertirse, pues, en un símbolo de la mujer y, como tal, pudo ser seleccionado para formar parte de los enseres que la persona enterrada llevaría consigo “a la otra vida”. Sin embargo este significado, asociado al género, no puede separarse de otros valores, como es el rango o condición del individuo. En efecto, las últimas investigaciones vienen a coincidir en que la adopción del cinturón pudo estar relacionada con ritos de paso o con el acceso a un determinado estatus social, como es el matrimonio. La edad media de los individuos junto a los cuales se amortizan así parece confirmarlo, como también su ausencia en otros enterramientos femeninos de la misma época o incluso en las mismas necrópolis (Ferrer – Bandera 2014: 408).

Por todo ello, consideramos que quizá nos

encontramos ante las tumbas de colonas orientales que formaron parte de la primitiva comunidad asentada en Carmona, o más probablemente de mujeres indígenas que fueron asimiladas a través de matrimonios mixtos. La coherencia del ajuar indicaría la integración ideológica de estos nuevos elementos en la sociedad receptora, mientras que sus divergencias con las necrópolis fenicias conocidas de la costa andaluza serían el resultado lógico de un proceso de hibridación cuyas peculiaridades solo pueden comprenderse observando el fenómeno a escala local (Van Dommelen 2006: 136-138; Aranegui – Vives-Ferrándiz 2006: 90-02). Paralelamente, nuevas evidencias sobre la necrópolis arcaica de Cádiz y, sobre todo, la aparición de un contexto funerario coetáneo al de la Cruz del Negro, ha puesto de relieve esta problemática desde la otra óptica, la fenicia (Sáez – Belizón 2015). Su mayor proximidad, en lo que se refiere a tipo de enterramiento, rituales realizados y composición del ajuar, con algunas necrópolis consideradas indígenas, como el Túmulo 1 de Las Cumbres o los *busta* de la propia Cruz del Negro –y, en consecuencia, su mayor lejanía respecto a lo que hasta hace poco se tenía por “ortodoxo” entre las prácticas funerarias fenicias (Torres 1999)–, frente a lo que cabría esperar de las primeras generaciones de colonos de supuesta ascendencia tiria, revela la relativa variabilidad de las prácticas que se despliegan en momentos tempranos de la colonización, especialmente en áreas de intensa interacción cultural como probablemente fue la bahía de Cádiz, reabriendo con nuevos matices el debate sobre la introducción de las costumbres funerarias orientales en el interior de Tarteso.

Notas

⁵ - Hoy Casa-Museo Bonsor, si bien buena parte del legado documental y fotográfico se encuentra actualmente depositado en el Archivo General de Andalucía.

⁶ - Los análisis de las cremaciones fueron realizados en su momento por A. Czarnetzki, de la Universidad de Tübingen, y se mantienen aún inéditos.

⁷ - S. Geva propuso por esa misma época la existencia de dos estándares de tamaño y capacidad entre las ánforas de este tipo: una variante grande, de 24 litros, y una pequeña –o más bien estrecha– de unos 16 litros (Geva 1982: 71-72). Un estudio llevado a cabo recientemente a un amplio conjunto de ejemplares a partir de cálculos de capacidad, análisis volumétricos y reconstrucciones 3D ha determinado que una gran parte de ellas conformaban un grupo muy compacto con una capacidad estándar de 19.2 litros, equivalente a 4 *hekats* egipcios, la unidad comercial más utilizada

para líquidos en ese momento (Finkelstein *et al.* 2011: 256-258). Sin embargo nuestro ejemplar, al igual que los especímenes descritos para la forma 387 de Lehmann parecen corresponder a una variante aún menor, de unos 12 litros, como se ha podido comprobar recientemente (Guillén 2014).

⁸ - En general, pueden diferenciarse dos variantes en función del borde: la más frecuente presenta el labio engrosado al exterior, con un estrangulamiento que lo separa claramente de los hombros, o bien un perfil moldurado más o menos elaborado; mientras que en la segunda variante el labio es totalmente plano y de tendencia vertical, arrancando directamente de los hombros. Según Sagona (1982: 76-78), esta segunda variante suele aparecer en las ciudades costeras de Siria-Palestina con mayor frecuencia en los niveles correspondientes a la primera mitad del siglo VIII a.C., mientras que la variante con el labio desarrollado se extiende sobre todo a partir de mediados de esta centuria, siendo especialmente común en las últimas décadas. Gilboa (1995: 10-12), por su parte, distingue al menos cinco variantes a partir de la forma de resolver el borde; sin embargo, no parece que para Lehmann (1996: 433-435) este rasgo sea muy significativo, como sí lo es en cambio la tendencia de las paredes, que dejan de estrecharse en su tercio medio para dar paso a perfiles más acilindrados conforme avanza el siglo VIII a.C.

⁹ - Tampoco en Oriente se ha estudiado sistemáticamente la procedencia de estas vasijas, a lo que hay que sumar la escasez de contextos de producción seguros. En efecto, a excepción de Sarepta (Pritchard 1975; Anderson 1987), apenas se han documentado ejemplares asociados a instalaciones alfareras. Los análisis petrográficos realizados por C. Aznar a un amplio conjunto de muestras de distintos yacimientos (Horvat Rosh Zayit, Hazor, Meggido, Gezer, Akhziv o Ashkelon) apuntan a su fabricación en la costa libanesa, salvo algunas excepciones que podrían responder a imitaciones locales de la zona de Israel (Aznar 2005: 157-159); por su parte, los análisis llevados a cabo sobre los ejemplares extraídos de los pecios Tanit y Elissa (*vid. infra*) no parecen dejar lugar a dudas de su origen fenicio (Ballard *et al.* 2002: 160). Esta hipótesis se ha visto completada recientemente por los resultados obtenidos de las ánforas de Beersheba y Lachish, donde se vuelve a poner de manifiesto la existencia de especímenes de borde moldurado realizados con arcillas propias de la costa de Israel (Singer-Avitz 2010: 189-190).

¹⁰ - Un ejemplar de las mismas características procedente también de Morro de Mezquitilla, aunque mucho más completo, fue publicado posteriormente por Maass-Lindemann (1998: Abb. 1,1), si bien no se señala exactamente el contexto de aparición.

¹¹ - Aunque sus excavadores asocian esta forma al Tipo 5 de Byrsa (Lancel 1982: fig. 601), que se correspondería con el ánfora Cintas 280, por la forma del borde y sus paralelos pensamos que debe tratarse más bien de una variante clásica del Tipo 2 de Sagona.

¹² - C. Aznar (2005: 56), asumiendo la propuesta de Gal y Alexandre (2000: 49-50) sobre los ejemplares de Horbat Rosh Zayit, sitúa el origen de este tipo en el ánfora cilíndrica ancha (correspondiente al tipo 1 de Sagona), producida en la costa sirio-palestina durante el siglo X a.C. Una secuencia similar, aunque con matices, dibuja Pedrazzi (2005: *passim*), sobre todo a partir de los ejemplares de Hazor.

¹³ - La muestra de C14 obtenida en los niveles fundacionales del santuario ofrece una datación con el 95,4% de posibilidades entre 1020 y 810 A.C. Dentro de esta horquilla, el segmento temporal más probable está entre 980 y 830 A.C. con el 68,2% (Fernández Flores – Rodríguez Azogue 2007: 103-104).

¹⁴ - El motivo de las plumas flanqueando otros símbolos (*ḥnh*, *nfr*) o figuras, como el halcón, se documenta en la producción chipriota y levantina desde mediados del s. VII a.C., siendo adoptada posteriormente en los talleres sardos (Hölbl 1986: 195-196 y 234-235, Abb. 30-31, Taf. 136, 1 y 2 y 132, 1).

¹⁵ - Sagona distinguía dos grupos dentro de este tipo de ánforas a partir sobre todo del diámetro de los hombros, cada una con dos variantes respectivas en función de su tamaño (Sagona 1982: 83). El grupo “ancho” oscila entre los 26 y 29 cm de diámetro a la altura de la carena, con dos variantes: una más alargada y otra de cuerpo achatado. Por su parte, en los ejemplares del grupo “esbelto” los hombros no superan los 23 cm de diámetro. Este grupo cuenta también con dos variantes de acuerdo con sus dimensiones: la más alargada, que oscila entre los 45 y 48 cm de altura total, presenta un cuerpo de forma cilíndrica terminando en un fondo apuntado a partir de su tercio inferior; mientras que la variante más corta, también con cuerpo alargado y apuntado, nunca sobrepasa los 40 cm.

¹⁶ - Se encuentra en preparación un estudio monográfico con los resultados de los análisis de FRX realizados sobre estas ánforas, así como sobre el ejemplar de la campaña de 1902, con el fin de aportar nuevos datos sobre su posible procedencia y paralelos productivos.

¹⁷ - Los análisis petrográficos efectuados por C. Aznar a varios ejemplares de Tell Keisan, Tell Miqne y Ashdod remiten de nuevo al litoral libanés como origen probable del tipo Sagona 7, con una producción más especializada y localizada que las Sagona 2 (Aznar 2005: 161 y 209); sin embargo, un espécimen documentado en Tel Beersheba parece haber sido elaborado con arcillas originarias de la costa central de Israel, lo que de nuevo abre la puerta a la existencia de versiones locales (Singer-Avitz 2010: 190).

¹⁸ - Este reciente estudio, realizado a partir de un amplio repertorio de ánforas levantinas documentadas en Chipre entre la Edad del Bronce y el periodo helenístico, trata de identificar y ordenar secuencialmente los principales tipos en relación con sus contextos de amortización, avanzando algunas particularidades y patrones de uso de estos recipientes entre las comunidades insulares y proponiendo las líneas de investigación futuras, que pasan necesariamente por el estudio sistemático de todo el material inédito y la realización de análisis de pasta y de residuos orgánicos que permitan distinguir las producciones locales de las importadas, determinar su procedencia y los posibles contenidos.

¹⁹ - Tumbas 12 (Karageorghis 1970: pl. LXII, 2), 21 (Karageorghis 1970: pl. XCII, 9), 15 (Karageorghis 1970: pl. LXXIX, 15.1) y 30 (Karageorghis 1970: pl. CXIII, 5).

²⁰ - Jiménez Ávila atribuye este significado sobre todo a los ejemplares que presentan placas de ampliación, destinados a marcar los distintos pasos o grados en el desarrollo social del

individuo que lo porta (Jiménez Ávila 2002: 316).

²¹ - La aparición en Hazor de un almacén con más de veinte ejemplares completos correspondientes al tipo 2 de Sagona en las proximidades de una instalación destinada supuestamente al prensado de la uva, ha permitido establecer una relación directa entre este contenedor y la producción y comercialización de vino (Yarim 1960: 22-24). Esta hipótesis se ha visto recientemente confirmada gracias a los análisis efectuados sobre algunas de las ánforas extraídas del cargamento del *Tanit* y el *Elissa*, en las que se ha detectado la presencia de un ácido orgánico que se encuentra fundamentalmente en la uva o en sus derivados (Ballard et al. 2002: 160-161).

²² - De hecho, salvo el fragmento identificado –con bastantes reservas– en el poblado de San Bartolomé de Almonte, ningún envase oriental relacionado con el transporte de vino ha podido ser documentado en asentamientos indígenas (Guerrero 1995: 87).

²³ - La aparición de pepitas de *Vitis vinífera* en los primeros niveles de ocupación de Castillo de Doña Blanca se ha asociado con la temprana introducción de la vid cultivada en el entorno de la bahía de Cádiz (Ruiz Mata 1995: 171-173), mientras que su incremento en las fases posteriores podrían confirmar la extensión de estos cultivos en la región (Chamorro 1994). De hecho, en la costa occidental de El Puerto de Santa María se han registrado una serie de huellas en la arena interpretadas como antiguos viñedos que podrían haber sido coetáneos a algunas de las factorías documentadas en sus proximidades, como es el caso de Puerto 19, en cuya Fase II (siglos V-IV a.C.) se volvieron a documentar abundantes restos de *Vitis vinífera*, algunos en el interior de envases anfóricos, así como dos pequeñas “hoces” catalogadas como podaderas (López – Ruiz 2007: 14-15, lám. V-VIII). Sin embargo, son las excavaciones llevadas a cabo recientemente en yacimiento de La Orden-Seminario, en la ciudad de Huelva, las que han puesto al descubierto las evidencias más antiguas relacionables con el cultivo de la vid. Se trata de una serie de sistemas de fosas y zanjas superpuestas, documentadas en una extensión de 23 hectáreas, que en su conjunto dibujan para época protohistórica una secuencia de uso que se iniciaría en torno al siglo IX a.C. y continuaría, con distintas fases, a lo largo de toda la Edad del Hierro hasta los primeros compases del siglo II a.C. (Vera – Echevarría 2013; Echevarría – Vera 2015: 60-65).

²⁴ - Véase, en general, el reciente trabajo de P. Bernardini en relación con la institución del *marzeah* oriental y su perduración –o adaptación– en el mundo fenicio-púnico (Bernardini 2008).

²⁵ - En tal caso, “The presence of jars associated to inhumations in certain metropolitan and colonial cemeteries may indicate that those vessels played a role in the ritual, which was previous to their final use as cinerary urn. Most probably, these jars carried at least part of the ingredients needed for the funerary banquet, and also were used in their preparation and consumption” (Núñez 2015: 238).

²⁶ - Recordemos de nuevo el set cerámico básico descrito para la necrópolis tiria de al-Bass, compuesto por una o dos urnas, sus respectivos platos o tapaderas, una jarra de servicio, una jarra de boca de seta y, finalmente, un vaso o copa (Núñez 2015: 238), al que habría que añadir el resto de objetos personales.

²⁷ - Los ejemplos más próximos de esta práctica en las necrópolis levantinas se detectan, en especial, en Tiro Al-Bass, donde el ritual predominante es la cremación y los amuletos fueron depositados en el interior de la urna, sobre los huesos ya cremados (Aubet 2004: 23; 2006: 40). Cuando el ritual dominante es la inhumación se disponen en lugar destacado: junto a la cabeza, como en una tumba de 'Atlit, datada en periodo persa (Johns 1933: 48, L 23B) o sobre el pecho, en la tumba 2 de Khaldé (Saidah 1966: 59).

AGRADECIMIENTOS

Nos gustaría agradecer a la dirección y el personal del Museo Arqueológico de Sevilla todas las facilidades prestadas en el acceso y estudio del material depositado en sus fondos, en especial a la responsable del Departamento de Conservación e Investigación, Dña. Concepción San Martín Montilla, así como también a la directora de la Casa-Museo Bonsor de Mairena del Alcor, la Dra. Ana Gómez Díaz, cuya colaboración ha sido fundamental en la búsqueda y contextualización de los paralelos procedentes de las antiguas excavaciones realizadas en la necrópolis de la Cruz del Negro y conservados actualmente en la colección particular de G. Bonsor. Blanca del Espino Hidalgo ha llevado a cabo el montaje gráfico de las imágenes y Miriam Lucíañez Triviño nos ha facilitado las fotografías del amuleto de marfil, realizadas con ayuda de un microscopio. Por último, agradecemos a los Drs. A. Sáez Romero y E. Ferrer Albelda la lectura de este trabajo, así como sus comentarios y sugerencias constructivas. Los errores u omisiones son, en todo caso, responsabilidad de los autores.

5. REFERENCIAS

- ACQUARO, E. (1977) – *Amuleti egiziani ed egittizzanti del Museo Nazionale di Cagliari*. Roma.
- ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (2005) – *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*. Málaga.
- AMORES CARREDANO, F. - FERNÁNDEZ CANTOS, A. (2000) – La necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). En ARANEGUI, C. (ed.) - *Argantonio, rey de Tartessos*. Valencia: 157-163.
- AMORES, F. - AUBET, M^a.E. - GIL, M^a.S. - PUYA, M. (1997) – Cambio cultural y mecanismos de transformación de la sociedad tartésica durante el Bronce Final y el Orientalizante en el Bajo Guadalquivir: el caso de Carmona, Setefilla y El Carambolo. 2^a Campaña, 1992. Excavación sistemática en la necrópolis de Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1993 II: 154-158.
- AMORES, F. - FERNÁNDEZ, A. - GÓMEZ, T. - MARLASCA, R. - MONTERO, M.I. (1999) – Informe de la intervención de urgencia realizada en el yacimiento “La Cruz del Negro” (Carmona, Sevilla), 1995. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1995 III: 513-516.
- AMORES, F. - FERNÁNDEZ CANTOS, A. - GIL DE LOS REYES, S. (2000) – La Cruz del Negro, tumba 45, Carmona, Sevilla. En ARANEGUI, C. (ed.) - *Argantonio, rey de Tartessos*. Valencia: 298.
- AMORES, F. - FERNÁNDEZ, A. - MONTERO, M.I. - PÉREZ, P. (2001) – Informe de la intervención de urgencia realizada en el yacimiento “La Cruz del Negro” (Carmona, Sevilla), 1997. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1997 III: 540-544.
- ANDERSON, P.W. (1987) – The kilns and workshops of Sarepta (Safard, Lebanon): Remnants of a Phoenician ceramic industry. *Berytus* 35: 41-66.
- ANDERSON, P.W. (1988) – *Sarepta I. The Late Bronze and Iron Age Strata of Area II*, Y. Beirut.
- ARANEGUI GASCÓ, C. - VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, J. (2006) – Encuentros coloniales, respuestas plurales: los ibéricos antiguos en la fachada mediterránea central. En BELARTE, M.C. - SANMARTÍ, J. (eds.) - *De les comunitats locals als estats arcaics: la formació de les societats complexes a la costa del Mediterrani occidental, Homenatge a Miquel Cura*. Barcelona (*Arqueo Mediterrània* 9): 89-107.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (1976-78) – La cerámica a torno de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). *Ampurias* 38-40: 267-288.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (1978a) – Los marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir: I. Cruz del Negro. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 44: 15-88.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (1978b) – *La necrópolis de Setefilla en Lora del Río, Sevilla (Túmulo B)*. Barcelona.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (1995) – Nueva necrópolis fenicia de incineración en Lagos (Málaga). En FANTAR, M. - GHAKI, M. (eds.) - *Actes du IIIe Congrès International des Études Phéniciennes et Puniques I*. Túnez: 20-40.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (1999) – La secuencia arqueológica del Cerro del Villar. En GONZÁLEZ PRATS, A. (coord.), *Cerámica fenicia en occidente: centros de producción y áreas de comercio*. Alicante: 41-68.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (2004) – The Iron Age Cemetery. En AUBET, M^a.E. (ed.), *The Phoenician Cemetery of Tyre-Al Bass: Excavations 1997-1999 (BAAL Hors-Serie I)*. Beirut: 9-62.
- AUBET SEMMLER, M^a.E. (2006) – Burial, symbols and mortuary practices in a Phoenician tomb. En HERRING, E. et al. (eds.) - *Across Frontiers. Etruscans, Greeks, Phoenicians & Cypriots*. Londres: 37-47.
- AUBET, M^a.E. - CZARNETZKI, A. - DOMINGUEZ, C. -

- GAMER-WALLERT, I. - TRESILLÓ, L. (1991) – *Sepulturas fenicias en Lagos (Vélez-Málaga, Málaga)*. Sevilla.
- AZNAR SÁNCHEZ, C. (2005) – *Exchange networks in the Southern Levant during the Iron Age II: A study of pottery origin and distribution* (Ph.D. diss. Harvard University). Cambridge (Massachusetts).
- BALLARD, R.D. - STAGER, L.E. - MASTER, D. - YOERGER, D. - MINDELL, D. - WHITCOMB L.L. - SINGH, H. - PIECHOTA, D. (2002) – Iron Age Shipwrecks in Deep Water off Ashkelon, Israel. *American Journal of Archaeology* 106: 151-168.
- BELÉN DEAMOS, M^a. (2001) – La cremación en las necrópolis tartésicas. En GARCÍA R. - MORALES, J. (coord.), *Arqueología funeraria: las necrópolis de incineración*. Cuenca: 37-78.
- BELÉN DEAMOS, M^a. - ESCACENA CARRASCO, J.L. (1995) – Interacción cultural fenicios-indígenas en el Bajo Guadalquivir. *Kolaios* 4: 67-101.
- BELÉN DEAMOS, M^a. - ESCACENA CARRASCO, J.L. (1997) – Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía Occidental. *Spal* 6: 103-131.
- BELÉN DEAMOS, M^a. - ANGLADA, R. - ESCACENA, J.L. - JIMÉNEZ, A. - LINEROS, R. - RODRÍGUEZ, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla)*. Excavaciones en la casa-palacio del Marqués de Saltillo. Sevilla.
- BENDALA GALÁN, M. (1986) – La Baja Andalucía durante el Bronce Final. En *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*. Sevilla: 530-536.
- BERNARDINI, P. (2008) – La morte consacrata. Spazi, rituali e ideologia nella necropoli e nel tofet di Sulky fenicia e púnica. En DUPRÉ, X. - RIBICHINI, S. - VERGER, S. (eds.) - *Saturnia tellus. Definizioni dello spazio consacrato in ambiente etrusco, italico, fenicio-punico, iberico e céltico*. Roma: 639-658.
- BIKAI, P.M. (1978a) – The Late Phoenician Pottery Complex and Chronology. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 228: 47-56.
- BIKAI, P.M. (1978b) – *The Pottery of Tyre*. Warminster.
- BIKAI, P.M. (1987) – *The Phoenician Pottery of Cyprus*. Nicosia.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1960) – Orientalia II. *Archivo Español de Arqueología* 33: 3-25.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M^a. (1986) – La colonización fenicia en la Alta Andalucía (Oretania). S. VIII-VI a.C. *Rivista di Studi Fenici* XIV-1: 53-80.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.M^a. (2011) – Chipre y la Península Ibérica. En ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (coord.) - *Fenicios en Tartesos: nuevas perspectivas*. Oxford: 7-31.
- BONSOR, G.E. (1899) – *Les colonies agricoles pre-romaines de la Vallée du Bétis*. Paris.
- BUCHNER, G. (1982) – Die Beziehungen zwischen der euböischen Kolonie Pithekoussai auf der Insel Ischia un dem nordwestsemitischen Mittelmeerraum in der zweiten Hälfte des 8 Jhs. V. Chr. En NIEMEYER, H.G. (coord.) - *Phöinizier im Westen*. Mainz am Rhein (Madriider Beiträge 8): 277-306.
- CHAMORRO, J.G. (1994) – Flotation strategy: Method and Sampling Plant Dietary Resources of Tartessian Times at Doña Blanca. En ROSELLÓ IZQUIERDO, E. - MORALES MUÑIZ A. (coords.) - *Castillo de Doña Blanca. Archaeo-environmental investigations in the Bay of Cádiz, Spain (750-500 B.C.)*. Oxford: 2-34.
- CHAVES TRISTÁN, F. - BANDERA ROMERO, M^a.L. DE LA (1991) - Aspectos de la urbanística en Andalucía Occidental en los S. VII-VI a.C. a la luz del yacimiento de Montemolín (Marchena, Sevilla). En ACQUARO E. (ed.) - *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici* II. Roma: 691-714.
- CHAVES TRISTÁN, F. - BANDERA ROMERO, M^a.L. DE LA (1993) - Problemática de las cerámicas orientalizantes y su contexto. En UNTERMANN, J. - VILLAR F. (eds.) - *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: 49-89.
- CHELBI, F. (1991) – A propos des Amphores archaïques de Carthage. En ACQUARO, E. (ed.) - *Atti del II Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici* II. Roma: 715-732.
- CINTAS, P. - JULY, J.J. (1980) – Onze sépultures de la nécropole archaïque de Motyè. *Cuadernos de trabajos de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma* 14: 31-52.
- DEBERGH, J. (1983) – La libation funéraire dans l'Occident punique. Le témoignage des nécropoles. En *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici* III. Roma: 757-761.
- DELGADO, A. - FERRER, M. (2007) – Alimentos para los muertos: mujeres, rituales funerarios e identidades coloniales. *Treballs d'Arqueologia* 13: 26-68.
- DÍAZ-ANDREU, M. (1998) – Ethnicity and Iberians: The Archaeological Crossroads between Perception and Material Culture. *European Journal of Archaeology* 1-2: 199-218.
- DIXON, H.M. (2013) – *Phoenician Mortuary Practice in the Iron Age I – III (ca. 1200 – ca. 300 BCE) Levantine "Homeland"* (Ph.D. diss. University of Michigan). Ann Arbor (Michigan).
- ECHEVARRÍA SÁNCHEZ, A. - VERA RODRÍGUEZ, J.C. (2015) – Los inicios de la viticultura en la Península Ibérica a partir de las huellas de cultivo. En FRANCIA VERDE, R. (coord.) - *Historia y arqueología en la cultura del vino*. Logroño: 57-68.
- ERIKSEN, T.H. (1993) – *Ethnicity and Nationalism*.

Anthropological Perspectives. Londres.

ESCACENA CARRASCO, J.L. (2008) – Cantos de sirena: la precolonización fenicia de Tartessos. En CELESTINO, S. - RAFAEL, N. - ARMADA X.-L. (eds.) - *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII Ane)*. La precolonización a debate. Madrid: 301-322.

ESCACENA CARRASCO, J.L. - IZQUIERDO DE MONTES, R. (1999) – Proyecto Estuario. Intervención arqueológica de 1994. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1994 II*: 161-166.

ESCACENA CARRASCO, J.L. - IZQUIERDO DE MONTES, R. (2001) – Oriente en Occidente. Arquitectura civil y religiosa en un barrio fenicio de la Caura tartésica. En RUIZ MATA, D. - CELESTINO, S. (eds.) - *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: 123-157.

FERNÁNDEZ FLORES, A. - RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) – Tartessos desvelado. La colonización fenicia del suroeste peninsular y el origen y ocaso de Tartessos. Sevilla.

FERNÁNDEZ GÖTZ, M.A. (2008) – La construcción arqueológica de la etnicidad. Noia (A Coruña).

FERRER ALBELDA, E. (1999) – La olvidada “necrópolis fenicia” de Marchena (Sevilla). *Spal* 8: 101-114.

FERRER ALBELDA, E. - BANDERA ROMERO, M^a.L. DE LA (2014) – Los broches de cinturón. En FERNÁNDEZ FLORES, A. et al. (coords.) - *La necrópolis de época tartésica de La Angorilla, Alcalá del Río, Sevilla*. Sevilla: 403-428.

FINKELSTEIN, I. - ZAPASSKY, E. - GADOT, Y. - MASTER, D.E. - STAGER, L.E. - BENENSON, I. (2011) – Phoenician “torpedo” amphoras and Egypt: Standardization of volume based on linear dimensions. *Ägypten und Levante* 21: 249-259.

GAL, Z. (1992) – *Lower Galilee during the Iron Age (American Schools of Oriental Research Dissertation Series, 8)*. Eisenbrauns.

GAL, Z. - ALEXANDRE, Y. (2000) – *Horbat Rosh Zayit. An Iron Age Storage Fort and Village (IAA Reports 8)*. Jerusalem.

GAMER-WALLERT, I. (1978) – *Agyptische und ägyptisierende Funde von der Iberischen Halbinsel*. Wiesbaden.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2007) – Etnología y etnias de la Turdetania en época prerromana. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 33: 117-143.

GARRIDO ROIZ, J.P. (1970) – *Excavaciones en la necrópolis de La Joya, Huelva*. Madrid (Excavaciones Arqueológicas en España, 71).

GARRIDO ROIZ, J.P. - ORTA GARCÍA, M. (1978) – *Excavaciones en la necrópolis de La Joya, Huelva II*.

Madrid (Excavaciones Arqueológicas en España 96).

GAUCKLER, P. (1915) – *Nécropoles puniques de Carthage*. Paris, 2 vol.

GENER, J.M. - NAVARRO, M.Á. - PAJUELO, J.M. - TORRES, M. - DOMÍNGUEZ, S. (2012) – Las crétulas del siglo VIII a.C. de las excavaciones del solar del Cine Cómico (Cádiz). *Madrid Mitteilungen* 33: 134-185.

GENER, J.M. - NAVARRO, M.Á. - PAJUELO, J.M. - TORRES, M. - LÓPEZ ROSENDO, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. En BOTTO, M. (ed.) - *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones*. Pisa/Roma: 15-50.

GEVA, S. (1982) – Archaeological Evidence for the Trade Between Israel and Tyre. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 248: 69-72.

GIARDINO, S. (2017) – Phoenician ceramic tableware between East and West: some remarks on open forms and on their absolute chronology. *Cartagine. Studi e Recherche* 2: 1-21.

GIL DE LOS REYES, S. - PUYA GARCÍA DE LEÁNIZ, M. (1995) – Excavaciones en la necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). En FANTAR, M. - GHAKI, M. (eds.) - *Actes du IIIe Congrès International des Études Phéniciennes et Puniques I*. Túnez: 83-97.

GIL DE LOS REYES, S. - PUYA, M. - VIÑALES, O. - LUQUE, J.M. - MAIER, J. - FRANCO, C. - HUECAS, J.M. (1991) – Informe preliminar sobre el resultado de la excavación de emergencia de la necrópolis tartésica de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1989 III*: 611-612.

GILBOA, A. (1995) – Typology and chronology of the Iron Age pottery and the chronology of Iron Age assemblages. En STERN, E. (ed.) - *Excavations at Dor, final report. Volume IB. Areas A and C: the finds*. Jerusalem: 1-49.

GJERSTAD, E. - LINDROS, J. - SJÖQVIST, E. - WESTHOLM, A. (1935) – *The Swedish Cyprus Expedition, vol. II. Finds and results of the excavation in Cyprus 1927-1931*. Estocolmo.

GJERSTAD, E. (1948) – *The Swedish Cyprus Expedition, vol. II (2). The Cypro-Geometric, Cypro-Achaic and Cypro-Classical Periods*. Estocolmo.

GONZÁLEZ DE CANALES, F. - SERRANO, L. - LLOMPART, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva: (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid.

GONZÁLEZ PRATS, A. (2011) – Las ánforas. (Tipos 1 a 6). En GONZÁLEZ PRATS, A. (ed.) - *La Fonteta. Excavaciones de 1996-2002 en la colonia fenicia de la actual desembocadura del río Segura*. Alicante: 291-374.

GONZÁLEZ WAGNER, C. (1996) – Elementos

- cronológicos y consideraciones históricas para una periodización de la presencia fenicia en la Península Ibérica. En ACQUARO, E. (ed.) - *Alle soglie della classicità. Il Mediterraneo tra tradizione e innovazione. Studi in onore di S. Moscati*, vol. 1. Pisa/Roma: 423-440.
- GONZÁLEZ WAGNER, C. - ALVAR EZQUERRA, J. (1989) - Fenicios en Occidente: la colonización agrícola. *Rivista di Studi Fenici* XVIII-1: 61-102.
- GOSSELAIN, O.P. (2000) - Materializing identities. An African perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory* 7-3: 187-217.
- GUERRERO AYUSO, V.M. (1989) - Las ánforas Cintas 282/283 y el comercio de vino fenicio en Occidente. *Saguntum* 22: 147-164.
- GUERRERO AYUSO, V.M. (1995) - El vino en la protohistoria del Mediterráneo Occidental. En CELESTINO, S. (ed.) - *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera: 75-104.
- HADJISAVVAS, S. (2012) - *The Phoenician Period - Necropolis of Kition*, vol. I. Larnaka.
- HERRMANN, C. (2002) - *Ägyptische Amulette aus Palästina/Israel, Band II (Orbis Biblicus et Orientalis 184)*. Göttingen.
- HÖLBL, G. (1986) - *Ägyptische Kulturgut im Phönizischen und Punischen Sardinien*. Leiden.
- JAMES, S. (1999) - *The Atlantic Celts. Ancient people or modern invention?* Londres.
- JAMES, P. (2008) - The Alleged "Anchor Point" of 732 BC for the Destruction of Hazor V. *Antiguo Oriente* 6: 137-183.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) - *La toréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid.
- JIMÉNEZ BARRIENTOS, J.C. (1990) - Aspectos rituales funerarios de la necrópolis de La Cruz del Negro. Carmona (Sevilla). *Zephyrus* 43: 215-222.
- JIMÉNEZ FLORES, A.M^a. (1995) - Ritual funerario y sociedad: el banquete funerario en las necrópolis fenicias de la Península Ibérica. *Kolaios* 4: 123-140.
- JIMÉNEZ FLORES, A.M^a. (2002) - *Pueblos y tumbas. El impacto oriental en los rituales funerarios del Extremo Occidente*. Écija (Sevilla).
- JIMÉNEZ FLORES, A.M^a. (2007) - Escarabeos en el mundo fenicio-púnico: Magia y religiosidad. En COSTA, B. (ed.) - *Magia y superstición en el mundo fenicio-púnico. XXI Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*. Ibiza: 169-193.
- JIMÉNEZ FLORES, A.M^a. - GARCÍA, F.J. - CAMACHO, M. (2005) - In vino humanitas: el vino y su función socio-ideológica en el mundo orientalizante. En CELESTINO, S. - JIMÉNEZ, ÁVILA, J. (eds.) - *El periodo orientalizante*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XXXV), vol. I: 683-691.
- JOHNS, C.N. (1933) - Excavations at Atlit (1930-1931): The South-Eastern Cemetery. *Quarterly of the Department of Antiquities in Palestine* 2: 41-104.
- JUZGADO NAVARRO, M. - SÁNCHEZ, V. - GALINDO, L. (2016) - La Fase I de la necrópolis fenicia arcaica del Cortijo de San Isidro (Bahía de Málaga). Reflejos en Occidente del ritual fenicio de enterramiento a finales del s. IX a.C. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 42: 103-118.
- KARAGEORGHIS, V. (1970) - *Excavation in the Necropolis of Salamis*, vol. II. Nicosia.
- KNAPP, A.B. - DEMESTICHA, S. (2017) - *Mediterranean Connections. Maritime Transport Containers and Seaborne Trade in the Bronze and Early Iron Ages*. Nueva York.
- LANCEL, S. (1982) - *Byrsa II. Rapports préliminaires sur les fouilles 1977-1978: niveaux et vestiges puniques*. Roma.
- LEHMANN, G. (1996) - *Untersuchungen zur späten Eisenzeit in Syrien und Libanon. Stratigraphie und Keramikformen zwischen ca. 720 bis 300 v.Chr.* Münster.
- LEHMANN, G. (1998) - Trends in the Local Pottery Development of the Late Iron Age and Persian Period in Siria and Lebanon, ca. 700 to 300 B.C. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 311: 7-37.
- LEHMANN, G. (2002) - V. Iron Age. En KEMPINSKI, A. - SCHEFTELOWITZ, N. - OREN, R. (eds.), *Tel Kabri: The 1986-1993 Excavations*. Tel Aviv: 178-222.
- LEVY, T.E. - HIGHAM, T. (2005) - *The Bible and Radiocarbon Dating. Archaeology, Text and Science*. Londres-Oakville.
- LÓPEZ AMADOR, J.J. - RUIZ GIL, J.A. (2007) - Arqueología de la vid y el vino en El Puerto de Santa María. *Revista de Historia de El Puerto* 38: 11-36.
- LÓPEZ CASTRO, J.L. (2006) - Colonials, merchants and alabaster vases: the western Phoenician aristocracy. *Antiquity* 80-1: 74-88.
- LÓPEZ GRANDE, M^aJ. (2007) - Los amuletos y su función mágico-religiosa en el antiguo Egipto. En COSTA, B. (ed.) - *Magia y superstición en el mundo fenicio-púnico. XXI Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica*. Ibiza: 49-96.
- LÓPEZ GRANDE, M^aJ. - VELÁZQUEZ, F. - FERNÁNDEZ, J.H. - MEZQUIDA, A. (2014) - *Amuletos de iconografía egipcia procedentes de Ibiza*. Ibiza.
- MAASS-LINDEMANN, G. (1995) - Zur Gründungsphase der Phönikischen Niederlassung auf dem Morro de Mezquitilla. *Madridrer Mitteilungen* 36: 241-245.
- MAASS-LINDEMANN, G. (1998) - Die Zeitbestimmung der früher phönikischen Kolonien des 8. Jhs. v.Chr. in Spanien. En ROLLE, R. - SCHMIDT, K. - DOCTER, R.F. (eds.) - *Archäologische Studium in Kontaktzonen der*

Antiken Welt. Göttingen: 539-544.

MAIER ALLENDE, J. (1992) – La necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla): Excavaciones de 1900 a 1905. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 19: 95-119.

MAIER ALLENDE, J. (1999) – La necrópolis tartésica de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla) ayer y hoy. *Madrid Mitteilungen* 40: 97-114.

MARÍN-AGUILERA, B. (2015) – Borderlands in the Making: Deterritorialisation in South Iberia (9th-6th Centuries BC). *Complutum* 26-1: 189-203.

MARTÍN RUIZ, J.A. (2010) – Comercio cananeo y fenicio a través del cargamento transportado en los pecios hallados en el Mediterráneo. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social* 12: 127-138.

MONTEAGUDO, L. (1953) – “Album gráfico de Carmona”, por G. Bonsor. *Archivo Español de Arqueología* 26: 356-370.

MÜLLER WINKLER, C. (1987) – *Die ägyptischen Objekt-Amulette (OBO Series Archaeologica 5)*. Friburgo.

MUÑOZVICENTE, A. (1995-1996) – Secuencia histórica del asentamiento fenicio-púnico de Cádiz: un análisis crono-espacial tras quince años de investigación arqueológica. *Boletín del Museo de Cádiz* VII: 77-105.

NÚÑEZ CALVO, F.J. (2013) – De Tiro a Almuñécar. Conexiones metropolitanas de un contexto colonial fenicio. *Madrid Mitteilungen* 54: 27-88.

NÚÑEZ CALVO, F.J. (2014) – The ceramic repertoire of the Iron Age. En AUBET, M.E. -NÚÑEZ, F.J. - TRELISÓ, L. (eds.) - *The Phoenician Cemetery of Tyre-Al Bass II. Archaeological Seasons 2002-2005 (BAAL Hors Série IX)*. Beirut: 261-371.

NÚÑEZ CALVO, F.J. (2015) – The al-Bass funerary ceramic set. En FEICHE, A.-M. (ed.) - *Cult and ritual on the Levantine coast and its impact on the Eastern Mediterranean Realm (BAAL Hors Série X)*. Beirut: 235-254.

ORSINGHER, A. (en prensa) – Levantine-type transport amphorae in Cyprus during the Bronze and Iron Ages: Issues and Perspectives. En *1st Amphorae in the Phoenician-Punic World Congress - The State of the Art (Gante, 15-17 de diciembre de 2016)*.

PADRÓ, J. (1986) – Las importaciones egipcias en Almuñécar y los orígenes de la colonización fenicia en la península Ibérica. En *Homenaje a L. Siret (1934-1984)*. Sevilla: 526-529.

PEDRAZZI, T. (2005) – Riflessioni su alcuni tipi anforici fenici fra Oriente e Occidente. *Egitto e Vicino Oriente* XXVIII: 287-299.

PELLICER CATALÁN, M. (2002) – Necrópolis fenicias arcaicas de la Península Ibérica. *Boletín de la Real*

Academia de Bellas Artes de Santa Isabel de Hungría XXX: 147-167.

PELLICER CATALÁN, M. (2007) – *La necrópolis Lautira (Almuñécar, Granada) en el contexto de la colonización fenicia*. Barcelona (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea* 15).

PETRIE, W.M.FI. (1914) – *Amulets*. Londres.

PRITCHARD, J. (1975) – *Sarept: A Preliminary Report on the Iron Age*. Filadelfia.

PRITCHARD, J. (1988) – *Sarepta IV. The Objects from Area II, X*. Beirut.

PUECH, E. (1994) – Une cratère phénicien inscrit: rites et croyances. *Transeuphratène* 8: 47-73.

RAMÍREZ GOICOECHEA, E. (2011) – *Etnicidad, identidad, interculturalidad: teoría, conceptos y procesos de la relacionalidad grupal humana*. Madrid.

RAMONTORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona.

RAMON TORRES, J. (2010) – La cerámica fenicia del Mediterráneo Extremo-occidental y del Atlántico (S. VIII – 1R 1/3 del VI a.C.). En *Motya and the phoenician ceramic repertoire between the Levant and the West 9th – 6th century BC. Proceedings of the International Conference held in Tome, 26th February 2010*. Roma: 211-253.

REDISSI, T. (1997) – Les vases d’algâtre égyptiens de Carthage. *Revue du Centre d’Etudes de la Civilisation Phénicienne-Punique et des Antiquités Libyques* X: 115-131.

REGEV, D. (2004) – The phoenician amphora. En EIRING, J. - LUND, J. (eds.) - *Transport amphorae and trade in the Eastern Mediterranean. Acts of the International Colloquium held at the Danish Institute at Athens*. Aarhus: 337-352.

RUFETE TOMICO, P. (1989) – La cerámica con barniz rojo de Huelva. En AUBET, M^a.E. (ed.) - *Tartessos. Arqueología protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell: 375-394.

RUFETE TOMICO, P. (1999) – Las primeras cerámicas fenicias en los poblados tartésicos de Huelva. En GONZÁLEZ PRATS, A. (coord.) - *Cerámica fenicia en occidente: centros de producción y áreas de comercio*. Alicante: 215-240.

RUIZ MATA, D. (1993) – Los fenicios de época arcaica –s. VIII-VII a.C.– en la bahía de Cádiz. Estado de la cuestión. En TAVARES, A.A. (ed.) - *Os fenicios no território português (Estudos Orientais IV)*. Lisboa: 23-72.

RUIZ MATA, D. (1995) – El vino en época prerromana en Andalucía occidental. En CELESTINO, S. (ed.) - *Arqueología del vino. Los orígenes del vino en Occidente*. Jerez de la Frontera: 157-202.

- RUIZ MATA, D. - PÉREZ PÉREZ, C.J. (1995) – *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*. El Puerto de Santa María (Cádiz).
- RUIZ MATA, D. - CÓRDOBA ALONSO, I. (2005) – El asentamiento fenicio arcaico de la calle Cánovas del Castillo (Cádiz). Un análisis preliminar. En CELESTINO, S. - JIMÉNEZ, ÁVILA, J. (eds.) - *El periodo orientalizante*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XXXV), vol. I: 1269-1322.
- SÁEZ ROMERO, A.M. - BELIZÓN ARAGÓN, R. (2015) – Excavaciones en la calle Hércules, 12 de Cádiz. Avance de resultados y primeras propuestas acerca de la posible necrópolis púnica insular de Gadir. En BOTTO, M. (ed.) - *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones*. Pisa/Roma: 181-201.
- SAGONA, A. (1982) – Levantine storage jars of the 13th to 4th Century B.C. *Opuscula Atheniensia* XIV: 73-110.
- SAIDAH, R. (1966) – Fouilles de Khaldé. Rapport préliminaire sur la première et deuxième campagnes (1961-1962). *Bulletin du Musée de Beyrouth* 19: 51-90.
- SCHUBART, H. (1987) – Hallazgos fenicios y del Bronce Final en la desembocadura del río Guadiaro (Cádiz). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1986 II: 200-227.
- SCHUBART, H. - MAASS-LINDEMANN, G. (1984) – Toscanos. *Noticiario Arqueológico Hispánico* 18: 39-205.
- SHAW, J.W. (1989) – Phoenicians in Southern Crete. *American Journal of Archaeology* 93: 165-183.
- SHAW, J.W. (2000) – The Phoenician Shrine, ca. 800 a.C., at Kommos in Crete. En AUBET, M^a.E. - BARTHÉLEMY, M. (coords.) - *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, III. Cádiz: 1107-1119.
- SINGER-AVITZ, L. (2010) – A Group of Phoenician Vessels from Tel Beersheba. *Tel Aviv* 37: 188-199.
- TORRECILLAS GONZÁLEZ, J.F. (1985) – *La necropolis de época tartésica de «Cerrillo Blanco» (Porcuna, Jaén)*. Jaén.
- TORRES ORTIZ, M. (1999) – *Sociedad y mundo funerario en Tartessos*. Madrid.
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid.
- TORRES, M. - LÓPEZ, E. - GENER, J.M. - NAVARRO, M.Á. - PAJUELO, J.M. (2014) – El material cerámico de los contextos fenicios del “Teatro Cómico” de Cádiz: un análisis preliminar. En BOTTO, M. (ed.) - *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones*. Pisa/Roma: 51-82.
- TOUSSAINT-SAMAT, M. (1991) – *Historia natural y moral de los alimentos 3. El aceite, el pan y el vino*. Madrid.
- VAN DOMMELEN, P. (2006) – The Orientalizing Phenomenon: Hybridity and Material Culture in the Western Mediterranean. En RIVA, C. - VELLA, N.C. (eds.) - *Debating Orientalization. Multidisciplinary approaches to change in the ancient Mediterranean*. Londres: 135-152.
- VEGAS, M. (1998) – *Cartago fenicio-púnica. Las excavaciones alemanas en Cartago 1975-1997*. Barcelona (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea* 4).
- VEGAS, M. (1999) – Eine archaische Keramikfüllung aus einem Haus am Kardo XIII in Cartago. *Römische Mitteilungen* 106: 395-438.
- VERA RODRÍGUEZ, J.C. - ECHEVARRÍA SÁNCHEZ, A. (2013) – Sistemas agrícolas del I milenio a.C. en el yacimiento de La Orden-Seminario de Huelva. Viticultura protohistórica a partir del análisis arqueológico de las huellas de cultivo. En CELESTINO, S. - BLÁNQUEZ, J. (eds.) - *Patrimonio cultural de la vid y el vino*. Madrid: 95-106.
- VERCOUTTER, J. (1945) – *Les objets égyptiens et égyptisants du mobilier funéraire carthaginois*. Paris.
- VUILLEMOT, G. (1955) – La nécropole punique du Phare dans l’île Rachgoun (Orán). *Lybica* 3: 7-62.
- WARD, W.A. (1991) – The scarabs, scaraboid and amulets-plaque from Tyrian cinerary urns. *Berytus* 39: 89-100.
- WHITTAKER, C.R. (1974) – The western Phoenicians: colonisation and assimilation. *Proceedings of the Cambridge Philosophical Society* 200: 58-79.
- YADIN, Y. - AHARONI, Y. - AMIRAN, R. (1960) – *Hazor II: An Account of the Second Seasons of Excavations, 1956*. Jerusalén.
- ZEMMER, A. (1978) – *Storage Jars in Ancient Sea Trade*. Haifa.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 101-110. SUBMETIDO A 11.12.2017. ACEITE A 16.04.2018.

EQUIPAMENTOS DE CULTO NOS SANTUÁRIOS DA IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL: OS ALTARES

CULTIC FEATURES IN THE SOUTHERN PORTUGUESE IRON AGE SANCTUARIES: THE ALTARS

FRANCISCO B. GOMES¹

RESUMO

A presença de um conjunto de áreas de combustão estruturadas interpretáveis como altares em diversos espaços de culto da Idade do Ferro do Sul de Portugal encontra-se bem atestada. A variedade de contextos em que estas estruturas se enquadram implica, contudo, uma considerável diversidade morfológica, construtiva e mesmo funcional que traduz a adaptação destas estruturas às práticas sociais e rituais das comunidades que as utilizaram.

Palavras-chave: Altares; Santuários; Idade do Ferro; Ritual; Comensalidade.

ABSTRACT

The presence of a series of structured combustion areas that can be interpreted as altars in several cult spaces of the southern Portuguese Iron Age is currently well attested. The variety of contexts in which these structures were found implies, however, a considerable morphologic, constructive and even functional diversity which translates their adaptation to the concrete social and ritual practices of the communities which used them.

Keywords: Altars; Sanctuaries; Iron Age; Ritual; Commensality.

«(...) E logo aprontaram para o deus
a sagrada hecatombe em
torno do bem construído altar.
Lavaram as mãos e pegaram
nos grãos de cevada.»
Ilíada, I, 447-9
(trad. de Frederico Lourenço)

1. OS ALTARES DOS SANTUÁRIOS DA IDADE DO FERRO: OBSERVAÇÕES PRÉVIAS

Num trabalho recente dedicado aos espaços religiosos da Idade do Ferro no Sul do actual território português tive a oportunidade de assinalar a existência recorrente nesses espaços de um conjunto de equipamentos arquitectónicos que se podem relacionar funcionalmente com as actividades próprias do culto (Gomes 2012: 134-7).

Entre esses equipamentos chama particularmente a atenção um conjunto de áreas de combustão estruturadas cuja interpretação funcional como altares pode, em muitos casos, sustentar-se não apenas pelas marcas de utilização que apresentam como, sobretudo, pela análise contextual sistemática dos ambientes onde se implantam (Fig. 1).

Este tipo de estruturas foram contudo documentadas em âmbitos muito diversificados entre si (Figs. 1 e 2). Pode com efeito resenhar-se, em primeiro lugar, a sua presença numa série de ambientes enquadráveis em contextos de matriz oriental ou “orientalizante”, de que são exemplo os casos da Fase II de Abul A (Alcácer do Sal) (Mayet – Silva 2000: 144 e 167-8), dos sucessivos santuários de Castro Marim (Arruda *et al.* 2009; Gomes 2012) ou mesmo do hipotético altar do Castro dos Ratinhos (Moura) (Berrocal-Rangel – Silva 2010; Prados Martínez 2010: 269), de difícil caracterização.

Essa presença é, de resto, paralelizável com a documentação proveniente de um conjunto já avultado de espaços de culto documentado em território espanhol e cuja importância na estruturação

do território durante a I Idade do Ferro tem sido reiteradamente sublinhada (Celestino 1997; Belén 2000a; 2000b; 2001; Arruda – Celestino 2009).

A presença de altares em diversos desses espaços encontra-se bem atestada, merecendo destaque, neste contexto, as amplamente estudadas estruturas de Coría del Río (Escacena – Izquierdo 2000; Escacena 2002: 42-66), do Carambolo (Sevilha) (Fernández Flores – Rodríguez Azogue 2007) e de Cancho Roano (Badajoz) (Celestino 1994; 2008: 330-1), bem como as mais recentemente documentadas na região de Málaga (Arancibia Román – Escalante Aguilar 2006: 338 e Lám. I; Escalante Aguilar *et al.* 2012; Sánchez *et al.* 2012: 80-1) e em Casas del Turuñuelo (Badajoz) (Rodríguez González – Celestino Pérez 2017).

A documentação do território português não se esgota, contudo, nestes contextos de clara influência exógena, havendo também a resenhar a presença de áreas de combustão estruturadas de tipo altar noutros sítios onde o influxo mediterrâneo parece ter sido mais difuso, predominando rasgos de matriz claramente local (Arruda 2001).

Entre estes contamos com documentos do tipo que aqui se pretende analisar quer no Baixo Alentejo, concretamente na área de Castro Verde – Neves II e Corvo I (Maia – Correa 1985; Maia – Maia 1986; Maia 1987; 1988; 2008) – quer mesmo já no Alentejo Central, no sítio de Espinhaço de Cão (Alandroal) (Calado – Mataloto 2008: 196; Mataloto 2009).

Evidentemente, esta diversidade de contextos traduz-se em distintas características morfológicas e construtivas, havendo também algumas evidências de possíveis usos diferenciados, dados dos quais me ocuparei nas páginas que se seguem.

2. ASPECTOS CONSTRUTIVOS E MORFOLÓGICOS

Do ponto de vista da técnica construtiva as várias estruturas de tipo altar documentadas podem distribuir-se fundamentalmente em três grandes

Estrutura	Cronologia (a.n.e.)	Morfologia	Téc. Construtiva	Dim. (m)
C. dos Ratinhos - F.Ib	f. séc. IX - séc. VIII	Rectangular	Adobe	c. 1,6 x 0,63
Abul A - F.II	2ª m. séc. VII	Rectangular	Pedra+Pedra moída	1,35 x 1,25
C. Marim - F.III	2ª m. séc. VII	Quadrangular (c/ cabeceira)	Pedra+Argila	1 x 1
C. Marim - F.IV	séc. VI	Rectangular (c/ receptáculo)	Pedra+Argila	0,92 x 1,30
C. Marim - F.V	2ª m. séc. V	Rectangular	Pedra+Argila	0,88 x 0,69
Espinhaço de Cão	séc. VI	Quadrangular	Adobe	0,7 x 0,7
Neves II	f. séc. VI - séc. V	Quadrangular	Pedra+Seixos	1,32 x 1,45
Corvo I	2ª m. séc. V	Quadrangular	Pedra+Seixos	ND

Fig. 1 - Características gerais das áreas de combustão estruturadas de tipo “altar” referidas no texto.

grupos. O primeiro, representado pelos exemplos de Castro Marim (Fases III, IV e V) (Arruda – Freitas – Oliveira 2007: 471, 475; Arruda *et al.* 2009: 79-80) (Fig. 3) e de Abul A (Fase II) (Mayet – Silva 2000: 144, 167-8) (Fig. 4), caracteriza-se pela presença de uma moldura pétrea preenchida por argila ou, no caso de Abul A, pedra moída. O altar mais antigo de Castro Marim (Fase III) apresentava ainda a particularidade de incorporar fragmentos cerâmicos nesse enchimento central (Arruda – Freitas – Oliveira 2007: 475; Arruda *et al.* 2009: 79).

Um segundo grupo, circunscrito à área de Castro Verde (Fig. 5), caracteriza-se igualmente pela presença de uma moldura pétrea que aqui, contudo, envolvia uma área de combustão formada por seixos quartzíticos rolados argamassados com argila, que pelo menos no caso de Corvo I apresentava uma tendência circular (Maia – Correa 1985: 247-8; Maia – Maia 1996: 87-8).

Finalmente, haveria a assinalar um terceiro grupo representado por estruturas de combustão realizadas em adobe, documentadas quer no compartimento interior do Castro dos Ratinhos (Prados Martínez 2010: 269) (Fig. 6) quer ainda no hipotético compartimento de culto do complexo de Espinhaço de Cão (Calado – Mataloto 2008: 196) (Fig. 7).

Já no que diz respeito à sua morfologia, a variabilidade destas estruturas é algo mais substancial, ainda que predominem de forma geral as configurações quadrangulares ou rectangulares. Assim, um primeiro grupo formado por estruturas de configuração quadrangular ou sub-quadrangular simples inclui os casos de Abul A, datável da segunda metade do século VII a.n.e., de Espinhaço de Cão (século VI a.n.e.), de Neves II (finais do século VI – século V a.n.e.), de Corvo I (segunda metade do século V a.n.e.) e também da Fase V de Castro Marim (também da segunda metade do século V a.n.e.).

Quanto ao possível altar do santuário do Castro dos Ratinhos (final do século IX – início do VIII a.n.e.), a sua caracterização é, como se disse, difícil de precisar, mas parece ter assumido, também ele, uma morfologia *grosso modo* rectangular, sem que possa precisar-se se apresentava algum rasgo particular.

A difusão e perduração desta modalidade formal deverá ser interpretada como uma função directa da sua simplicidade morfológica que a torna particularmente fácil de adaptar a recursos e técnicas construtivas diversificadas bem como a usos e funções também eles distintos, como adiante terei oportunidade de comentar.

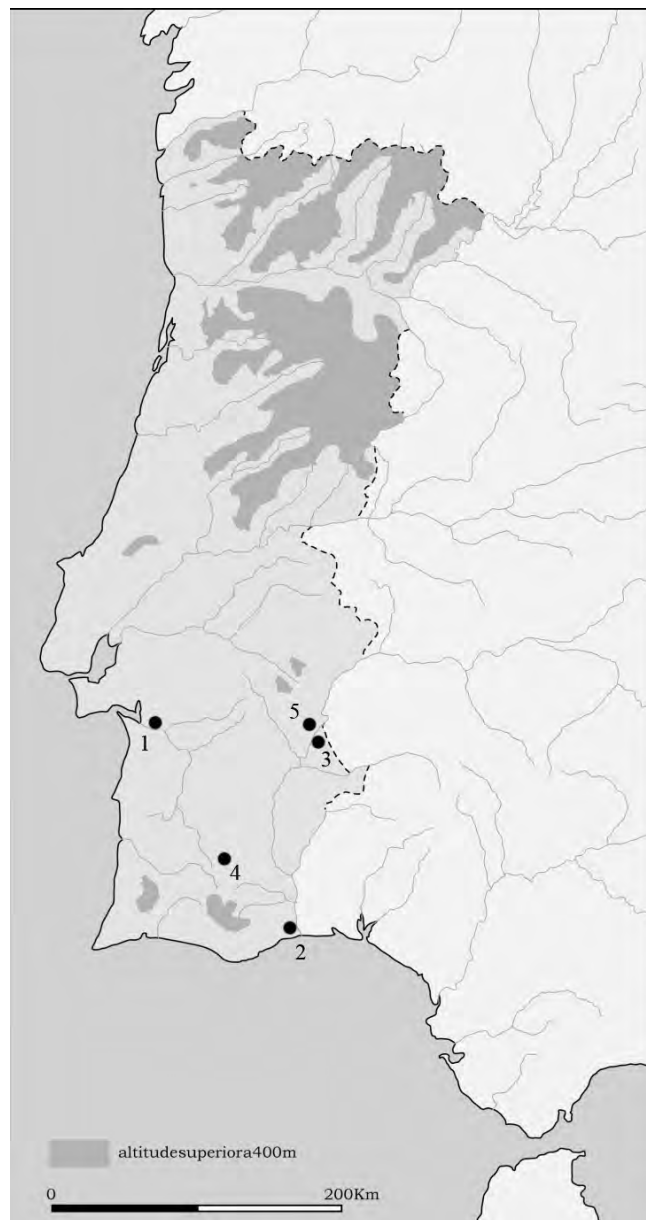


Fig. 2 - Distribuição dos sítios analisados no texto: 1. Abul A (Alcácer do Sal); 2. Castelo de Castro Marim; 3. Castro dos Ratinhos (Moura); 4. Sítios da área de Neves-Corvo (Castro Verde); 5. Espinhaço de Cão (Alandroal). Localização aproximada. Base cartográfica do Professor Doutor Victor S. Gonçalves.

De facto, as únicas estruturas que não se enquadram nesta morfologia de base são as dos santuários das fases mais antigas de Castro Marim que apresentam especificidades que os diferenciam dentro do conjunto em apreço. De facto, o altar da Fase III (segunda metade do século VII a.n.e.), embora de morfologia geral quadrangular, apresentava no seu lado Oeste a adição de uma plataforma sobrelevada composta por blocos pétreos formando

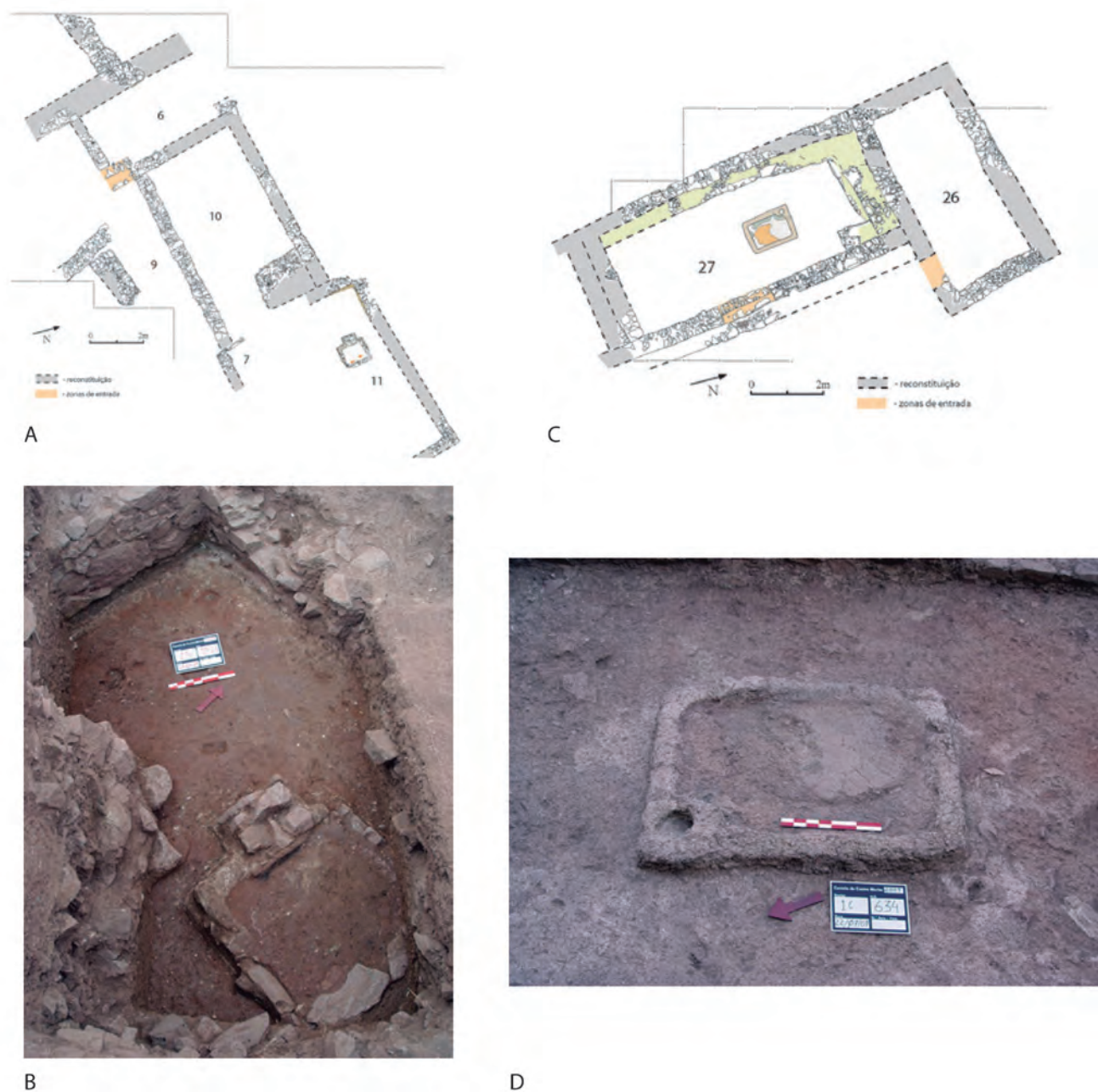


Fig. 3 - Santuários e altares do Castelo de Castro Marim: A. Santuário da Fase III (seg. Arruda *et al.* 2009); B. Altar da Fase III (foto cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda); C. Santuário da Fase IV (seg. Arruda *et al.* 2009); D. Altar da Fase IV (foto cedida pela Professora Doutora Ana Margarida Arruda).

uma espécie de cabeceira (Arruda – Freitas – Oliveira 2007: 475; Arruda *et al.* 2009: 79), o que o diferencia das restantes estruturas conhecidas.

De igual modo, o altar da Fase IV (século VI a.n.e.), de tendência genericamente rectangular com cantos arredondados, diferenciava-se dos demais pelo facto de a sua moldura pétrea apresentar, no seu canto Noroeste, um alargamento configurando uma

concaividade circular com cerca de 12cm de diâmetro, peculiaridade igualmente única no panorama das estruturas deste tipo aqui recolhidas (Arruda – Freitas – Oliveira 2007: 471; Arruda *et al.* 2009: 80).

Ainda ao nível do comentário à morfologia destas estruturas parece-me pertinente salientar a inexistência, até ao momento, de qualquer exemplo enquadrável nos chamados altares em

forma de pele de touro, ou de lingote cipriota. Este grupo formal, cuja origem oriental parece hoje plenamente demonstrada (Gómez Peña 2010; 2011; v. contudo Marín Ceballos 2006), encontra-se muito bem documentado no território espanhol e tem sido objecto de considerável atenção por parte da investigação recente (Celestino Pérez 1994; 2008; Escacena – Izquierdo 2000; Escacena 2002; Escacena – Coto 2010; Gómez Peña 2010; 2011; 2012; 2012-3; Almagro Gorbea *et al.* 2011-2), constituindo-se como um dos aspectos mais característicos dos ambientes de culto de matriz oriental ou “orientalizante”.

De facto, do ponto de vista formal, a morfologia taurodérmica é largamente predominante no conjunto dos altares documentados tanto na Andaluzia como mesmo na Extremadura, pelo que a sua inexistência em território português não deixa de ser peculiar. No entanto caberia assinalar neste apartado a interpretação que ultimamente se tem feito dos chamados *larnakes* do sítio de Neves I (Castro Verde) (Maia 1987) (Fig. 8) como altares (Celestino Pérez 2008: 331-2; Escacena – Coto 2010: 159-160; Almagro Gorbea *et al.* 2011-2: 242).

Originalmente, e no quadro de uma leitura do sítio como necrópole, foi atribuída a estas peças uma função funerária enquanto contentores cinerários (Maia 1987: 240). Esta interpretação de Neves I foi já objecto de um escrutínio sistemático (Arruda 2001: 281-2; Gomes 2012: 74-78), parecendo hoje de descartar uma funcionalidade funerária para o sítio, em substituição da qual se propôs a sua leitura como espaço de culto.

Em trabalho anterior tive já, por outro lado, oportunidade de me pronunciar sobre a interpretação funcional dos *larnakes*, tendo então rejeitado, porventura precipitadamente, a sua interpretação como altares, embora salientando a sua associação a restos de combustão e a eventuais rituais de fogo (Gomes 2012: 137). Hoje, contudo, vejo como mais plausível essa hipótese alternativa, por distintas razões.

Por um lado, em Neves I não se documentou qualquer estrutura edificada de tipo altar. É verdade que os altares não são rigorosamente indispensáveis nos ambientes de culto, mas o certo é que no conjunto de santuários que tive oportunidade de analisar a vasta maioria dispunha de estruturas deste tipo, sendo porventura o sítio baixo-alentejano a excepção mais notável (Gomes 2012: Fig. 67).

Por outro lado, as evidências da utilização daquilo que poderíamos designar como altares móveis em ambientes orientais/“orientalizantes”



Fig. 4 - Vistas do altar da Fase II de Abul A (seg. Mayet - Silva 2000).

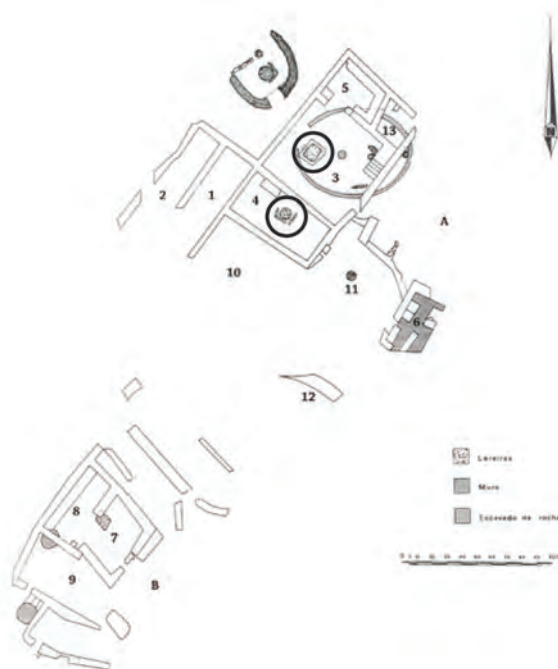


Fig. 5 - Complexo de Neves I (Castro Verde) (seg. Maia - Maia 1986, adaptado). Os círculos assinalam as áreas de combustão estruturadas eventualmente associadas a funções rituais.

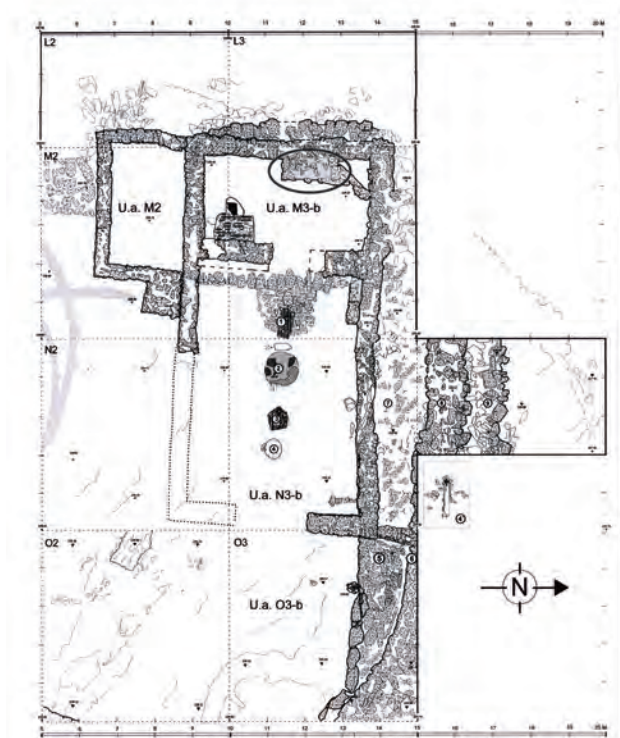


Fig. 6 - Santuário da Fase 1b do Castro dos Ratinhos (Moura) (seg. Berrocal-Rangel - Silva 2010, adaptado). O círculo assinala o possível altar do compartimento interior (M3).



Fig. 7 - Planta do complexo de Espinhaço de Cão (Alandroal) (seg. Calado - Mataloto 2008, adaptado). O círculo assinala o possível altar do Ambiente 2.

do Sul peninsular parece hoje, na esteira de um interessante trabalho de J. L. Escacena e M^a. Coto (2010), bastante bem documentada, algo que de resto se pode também assinalar para outros ambientes mediterrâneos (cf. Spagnoli 2012).

Finalmente, o próprio contexto das peças de Neves I poderia suportar uma interpretação deste tipo. A sua sobreposição num mesmo ponto no centro de um compartimento de características destacadas, por exemplo, parece-me sugestiva, recordando casos como os de Cancho Roano (Celestino Pérez 1994; 2001) ou de Coría del Río (Escacena – Izquierdo 2000) em que, embora os altares possam amortizar-se aquando de episódios de remodelação, a sua posição é posteriormente assinalada por novos altares que se lhes sobrepõem de forma geralmente rigorosa.

Insisto, contudo, que na ausência de estudos concretos sobre os restos osteológicos que aparentemente se recuperaram associados a estas peças (Maia 1987: 240), no sentido de confirmar se se tratam de restos humanos ou faunísticos, a interpretação destas peças não pode dar-se como caso encerrado.

3. USOS E FUNÇÕES

A questão da utilização dada às estruturas antes listadas não é fácil de abordar. De facto, o registo arqueológico é frequentemente deficitário no que diz respeito à informação relativa àquilo que poderíamos designar o *gesto ritual*, o que necessariamente dificulta a restituição das práticas concretas associadas ao culto. Não obstante existem alguns dados de interesse que permitem sustentar que o panorama foi, também a este nível, algo diversificado.

Desde logo, uma interpretação global de todas estas estruturas como altares sacrificiais, destinados à prática de oferendas cruentas (Almagro Gorbea *et al.* 2011-2: 243), embora pertinente à luz das evidências disponíveis sobre a importância dos sacrifícios de animais no culto durante o período em estudo (Bandera Romero 2002), corre o risco de reduzir e ocultar outro tipo de práticas e de gestos que poderão ter sido tão ou mais importantes nalguns contextos concretos.

A única constante nos casos portugueses aqui analisados parece ser a presença de evidências de combustão as quais, contudo, se podem facilmente relacionar com distintas actividades.

Entre estas merece menção a eventual prática de oferendas não cruentas, com particular destaque

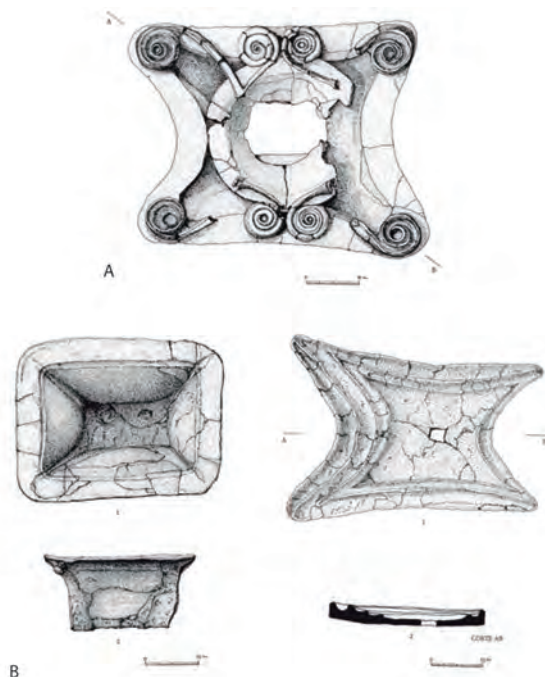


Fig. 8 - Larnakes de Neves II (seg. Maia 1987): A. Larnax B; B. Larnax A.

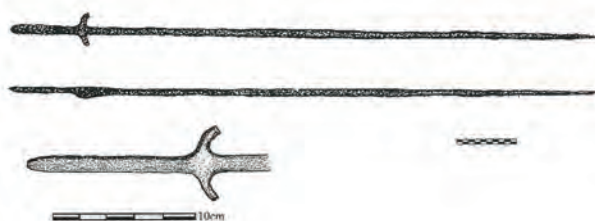


Fig. 9 - Espeto de ferro recolhido sobre o possível altar de Corvo 1 (seg. Maia 1986).

para a queima de essências aromáticas, interpretação que se propôs, por exemplo, para o altar de Abul A (Mayet – Silva 2000: 167-8). Devo salientar que a utilização de óleos e perfumes em ambientes rituais se encontra muito bem atestada quer nos contextos portugueses (Gomes 2012: 138; 2015) quer mais latamente nos âmbitos orientais e “orientalizantes” do Sul peninsular (López Rosendo 2005), o que confere uma particular verosimilitude à utilização dos altares para este fim, sem excluir a utilização, amplamente documentada, de outros equipamentos móveis, nomeadamente *thymiateria* metálicos e queimadores cerâmicos de várias tipologias (*idem*; cf. tb. Gomes 2015).

Por outro lado, e se é certo que a cabeceira do altar da Fase III de Castro Marim se poderia facilmente relacionar com uma funcionalidade sacrificial, o receptáculo que caracteriza o altar da Fase IV – e que pode aproximar-se funcionalmente (ainda que não morfológicamente) dos que se documentam nalguns dos altares de Coría del Río (Escacena – Izquierdo 2000; Escacena 2002), de Málaga (Arancibia Román – Escalante Aguilar 2006: Lám. I) ou de Cancho Roano (Celestino Pérez 1994; 2001) – poderia igualmente associar-se com outro tipo de libações (de água, vinho ou óleos, por exemplo) que não necessariamente de natureza sanguinolenta (Almagro Gorbea *et al.* 2011-2: 242), o que por outro lado não exclui de modo algum a bem atestada prática da combustão.

Uma outra evidência muito sugestiva das eventuais utilizações destas estruturas foi documentada em Corvo I, onde se recuperou, sobre a estrutura de combustão antes comentada, um espeto de ferro (Fig. 9), aparentemente *in situ* (Maia 1986; Maia – Maia 1996: 87-8), que pela sua identidade morfológica com os bem conhecidos *obeloi* de bronze (Almagro Gorbea 1974; Gamito 1988) deverá relacionar-se com a preparação e o consumo de carne.

Esta evidência sugere a existência de práticas, muito provavelmente ritualizadas, de consumo de alimentos, que podemos suspeitar terem-se revestido de um carácter comunitário e colectivo. De facto, se a este elemento de juízo somarmos a abundante presença, em espaço aparentemente contíguo, de recipientes áticos para beber, nomeadamente de Taças “Cástulo”, bem como de contentores anfóricos, aparentemente de importação (Maia – Maia 1996: 88), podemos considerar que existem fortes evidências de que neste complexo se tenham realizado cerimónias de natureza simposiástica nas quais a referida estrutura de tipo altar serviria de foco e ponto de congregação.

Foi já de resto salientada a forte possibilidade de que a comensalidade constituísse um aspecto relevante na estruturação social destas comunidades sidéricas do interior alentejano (Gomes 2014: 38-9), o que justificaria plenamente a sua transferência para uma esfera eminentemente ritualizada.

Podemos assim suspeitar que as restantes estruturas de tipo altar documentadas em contextos do interior alentejano – caso de Neves II ou de Espinhaço de Cão – poderiam responder a lógicas de utilização semelhantes, sobretudo na medida em que os mesmos se enquadram em complexos de natureza aparentemente polifuncional onde a componente

doméstica parece também bem evidenciada.

Nestes núcleos de natureza eminentemente rural as práticas de culto revestir-se-iam, com toda a probabilidade, de uma natureza eminentemente comunitária, estando provavelmente a cargo dos chefes das linhagens familiares que terão ocupado os numerosos polos de ocupação dispersa que se têm vindo a documentar (Arruda 2001; Mataloto 2004; 2009; Antunes *et al.* 2017), incorporando-se inevitavelmente nas estratégias de competição e afirmação social de cada comunidade num ambiente sociopolítico descentralizado e heterárquico (Gomes 2012: 144).

Pode assim defender-se que embora compartilhando um carácter eminentemente vinculado ao domínio do culto, as estruturas aqui comentadas e que, como tive oportunidade de salientar, se distribuem por âmbitos distintos, desempenharam funções diferenciadas, em conformidade com as práticas sociais e rituais concretas das comunidades que os utilizaram e que em torno delas estruturaram pelo menos parte das suas práticas religiosas.

Faltam-nos ainda dados contextuais mais finos para avaliar as eventuais relações entre estas diversas práticas rituais – sacrifícios cruentos, não cruentos, queima de perfumes/óleos, práticas comensais – que, como anteriormente referido, não têm porque ser mutuamente exclusivas e podem constituir distintos aspectos dentro das práticas rituais de uma mesma comunidade, ou inclusivamente distintos passos em rituais específicos de natureza complexa.

Ainda assim, creio que ficou demonstrada a existência de casos concretos que remetem de forma preferencial para facetas específicas dentro deste pacote de práticas rituais. O reconhecimento desta diversidade de rituais afigura-se-me de resto como um passo importante para implementar, de futuro, metodologias e estratégias de análise que permitam uma aproximação mais sustentada ao *gesto ritual* das comunidades sidéricas do Sudoeste peninsular.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão à Professora Doutora Ana Margarida Arruda pela cedência das fotografias de campo dos altares por si escavados e identificados no Castelo de Castro Marim, que se reproduzem na Figura 3.

Nota: o presente artigo não segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMAGRO GORBEA, M. (1974) – Los asadores de bronce del suroeste peninsular. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos* 77: 351-395.
- ALMAGRO GORBEA, M. - LORRIO ALVARADO, A. J. - MEDEROS MARTÍN, A. – TORRES ORTIZ, M. (2011-2) – El mito de Telepinu y el altar primordial en forma de piel de toro. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid* 37-38: 241-262.
- ANTUNES, A.S. – DEUS, M. – ESTRELA, S. – LARRAZABAL, J. – SOARES, A. M. – SALVADOR MATEOS, R. (2017) – Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: contextos de planície da I Idade do Ferro do Alentejo Interior. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Coord.) - *Sidereum Ana III. El Río Guadiana y Tartessos*. Mérida: 159-186.
- ARANCIBIA ROMÁN, A. – ESCALANTE AGUILAR, M. ^a del M. (2006) – La Málaga Fenicio-Púnica a la luz de los últimos hallazgos. *Mainake* 28: 333-360.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4-2: 207-291.
- ARRUDA, A. M. – CARRETERO POBLETE, P. A. – FREITAS, V. T. de – SOUSA, E. de – BARGÃO, P. – LOURENÇO, P. – OLIVEIRA, C. F. (2009) – Castro Marim: un santuario en la desembocadura del Guadiana. In MATEOS CRUZ, P. – CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) - *Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid: 79-88.
- ARRUDA, A. M. – CELESTINO PÉREZ, S. (2009) – Arquitectura Religiosa en Tartessos. In MATEOS CRUZ, P. – CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) - *Santuarios, oppida y ciudades. Arquitectura religiosa en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Madrid: 29-77.
- ARRUDA, A. M. – FREITAS, V. T. de – OLIVEIRA, C. F. (2007) – Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In LÓPEZ CASTRO, J. L. (ed.) - *Las ciudades fenicio-púnicas en el Mediterráneo Occidental*. Madrid: 459-482.
- BANDERA ROMERO, M. ^a L. (2002) – Rituales de origen oriental entre las comunidades tartesias: el sacrificio de animales. In FERRER ALBELDA, E. (Ed.) - *Ex Oriente Lux: Las Religiones Orientales Antiguas en la Península Ibérica*. Sevilla: 141-158.
- BELÉN, M. ^a (2000a) – Itinerarios arqueológicos por la geografía sagrada del Extremo Occidente. In FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. – COSTA RIBAS, B. (Coord.) - *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas*. Ibiza: 57-102.
- BELÉN, M. ^a (2000b) – Santuarios fenicios y comercio en Tartessos. In FERNÁNDEZ URIEL, P. – GONZÁLEZ

- WAGNER, C. – LÓPEZ PARDO, F. (eds.) - *Intercambio y Comercio Preclásico en el Mediterráneo*. Madrid: 293-312.
- BELÉN, M^a (2001) – Arquitectura Religiosa Orientalizante en el Bajo Guadalquivir. In RUIZ MATA, D. – CELESTINO PÉREZ, S. (Coords.) - *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Iberica*. Madrid: 1-16.
- BERROCAL-RANGEL, L. – SILVA, A. C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). *Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa.
- CALADO, M. – MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da Margem Direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) - *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 185-217.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1994) – Los altares en forma de «lingote chipriota» de los santuarios de Cancho Roano. *Revista de Estudios Ibéricos* 1: 291-309.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1997) – Santuarios, centros comerciales y paisajes sacros. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses* 18: 359-389.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – Los santuarios de Cancho Roano. Del Indigenismo al Orientalismo Arquitectónico. In RUIZ MATA, D. – CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) - *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Iberica*. Madrid: 17-56.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2008) – Los altares en forma de piel de toro de la Península Ibérica. In JUSTEL, J. J. – VITA, J. P. – ZAMORA, J. A. (eds.) - *Las culturas del Próximo Oriente Antiguo y su expansión mediterránea*. Madrid: 321-348.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2002): Dioses, toros y altares. Un templo para Baal en la antigua desembocadura del Guadalquivir. In FERRER, E. (ed.), - *Ex Oriente Lux: Las religiones orientales antiguas en la Península Ibérica*. Sevilla: 33-76.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. – COTO SARMIENTO, M. ^a (2010) – Altares para la eternidad. *SPAL* 19: 149-185.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. – IZQUIERDO, R. (2000) – Altares para Baal. *ARYS* 3: 11-40.
- ESCALANTE AGUILAR, M. ^a del M. – ARANCIBIA ROMÁN, A. – CISNEROS, M. ^a I. – MAYORGA MAYORGA, J. (2012) – El santuario fenicio de Malaka. In GARCÍA ALFONSO, E. (ed.) - *Diez Años de Arqueología Fenicia en la Provincia de Málaga (2001-2010)*. Málaga: 87-104.
- FERNÁNDEZ FLORES, A. – RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) – Tartessos desvelado. *La colonización Fenicia del Suroeste peninsular y el origen y ocaso de Tartessos*. Córdoba.
- GAMITO, T. J. (1988) – Os obeloi de bronze do Sudoeste peninsular: seu contexto e interpretação sócio-ideológica. In PEREIRA MENAUT, G. (ed.) - *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Santiago de Compostela, vol I: 329-339.
- GOMES, F. B. (2012) – *Aspectos do Sagrado na Colonização Fenícia*. Lisboa.
- GOMES, F. B. (2014) – Importações mediterrâneas em contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Onoba* 2: 27-44.
- GOMES, F. B. (2015) – As oil bottles de tipo fenício do território português e o consumo de substâncias aromáticas. *O Arqueólogo Português* V-3: 289-310.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2010) – Así en Oriente como en Occidente: el origen oriental de los altares taurodémicos de la Península Ibérica. *SPAL* 19: 129-148.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2011) – Nuevos datos sobre altares taurodémicos asirios y escitas y su simbología. *Lucentum* 30: 9-24.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2012) – Una mirada historiográfica a la identidad de los altares taurodémicos de la Protohistoria Peninsular Ibérica. In ALDEA CELADA, J. M. – ORTEGA MARTÍNEZ, P. – PÉREZ MIRANDA, I. – SOTO GARCÍA, M. ^a de los R. de (coords.) - *Historia, Identidad y Alteridad. Actas del III Congreso Interdisciplinar de Jóvenes Historiadores*. Salamanca: 735-761.
- GÓMEZ PEÑA, Á. (2012-3) – Historiografía y metodología taurodémica: nuevas consideraciones sobre su simbolismo en la protohistoria peninsular ibérica. *Anales de Arqueología Cordobesa* 23/24: 11-34.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2005) – El perfume en los rituales orientalizantes de la Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – CELESTINO PÉREZ, S. (coords.) - *El Período Orientalizante*. Madrid, vol. I: 669-681.
- MAIA, M. ^a (1987) – Dois *larnakes* da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Veleia* 2-3: 223-242.
- MAIA, M. ^a (1988) – Neves II e a facies cultural de Neves Corvo. *Arquivo de Beja* 2^a S. - 3: 23-42.
- MAIA, M. ^a (2008) – Reflexões sobre os Complexos Arquitectónicos de Neves-Corvo, na região central do Baixo Alentejo, em Portugal. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (coord.) - *Sidereum Ana I: El río Guadiana en Época Post-Orientalizante*. Madrid: 353-364.
- MAIA, M. – CORREA, J. A. (1985) – Inscripción en escritura tartéssica (o del SO) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico. *Habis* 16: 243-274.
- MAIA, M. ^a – MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Castro Verde.
- MAIA, M. ^a – MAIA, M. (1996) – Arqueologia do couto

mineiro de Neves-Corvo. In REGO, M. (ed.) - *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: 83-93.

MARÍN CEBALLOS, M. C. (2006) – De dioses, pieles y lingotes. *Habis* 37: 35-54.

MATALOTO, R. (2004) – *Um «monte» da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa.

MATALOTO, R. (2009) – Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. In BELARTE, M.ª C. (ed.) - *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier millenni aC)*. Barcelona: 279-298.

MAYET, F. – SILVA, C. T. da (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Portugal*. Paris.

PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) – La Arquitectura sagrada: Un santuario del siglo IX A.C. In BERROCAL-

RANGEL, L. – SILVA, A. C. - *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: 259-276.

RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. - CELESTINO PÉREZ, S. (2017) – Las estancias de los dioses: La habitación 100 del yacimiento de Casas del Turuñuelo (Guareña, Badajoz). *CuPAUAM* 43: 179-194.

SÁNCHEZ, V. M. – GALINDO SAN JOSÉ, L. – JUZGADO NAVARRO, M. – MAYORGA MAYORGA, J. (2012) – El asentamiento fenicio de La Rebanadilla a finales del siglo IX A.C.. In GARCÍA ALFONSO, E. (ed.) - *Diez Años de Arqueología Fenicia en la Provincia de Málaga (2001-2010)*. Málaga: 25-48.

SPAGNOLI, F. (2012) – Un altare bruciaprofumi punico dalla “Casa del sacello domestico” a Mozia. *Vicino Oriente* 16: 71-96.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 111-136. SUBMETIDO A 23.05.2018. ACEITE A 12.09.2018.

FORNOS / SILOS AÉREOS DA ARQUITECTURA SIDÉRICA PENINSULAR: A PROPÓSITO DE UNS “FUNDOS DE CABANA” E DE UMAS ESTRUTURAS CIRCULARES DA AZOUGADA

KILNS / STORAGE SILOS OF THE IRON AGE ARCHITECTURE OF THE IBERIAN PENINSULA: ABOUT SOME “PIT HOUSES” AND CIRCULAR STRUCTURES OF THE AZOUGADA

ANA SOFIA ANTUNES¹

RESUMO

Na documentação de campo das escavações realizadas na década de 40 do século XX na Azougada (Moura, Portugal) encontram-se registadas diversas estruturas de planta circular, com soco pétreo e paredes de adobe, por vezes com evidências de combustão e de sementes carbonizadas, cuja morfologia é semelhante a um conjunto de estruturas identificado sobretudo no segmento meridional da Península Ibérica, na Idade do Ferro, interpretadas como fornos ou silos aéreos.

Neste trabalho efectua-se uma sistematização dos dados relativos a estas estruturas e procura-se dar um contributo para o conhecimento da arquitectura da Azougada.

Palavras-chave: Azougada; fornos; silos; Idade do Ferro; arquitectura.

ABSTRACT

In the field documentation of the excavations carried out in the 40s of the 20th century in Azougada (Moura, Portugal) several circular structures were recorded. They had a foundation made with rocks and adobe walls and were sometimes associated with combustion evidence and carbonized seeds. They are morphologically similar to a set of structures identified mainly in the southern segment of the Iberian Peninsula, in the Iron Age, interpreted as kilns or storage silos.

In this work, a systematization of the data concerning these structures, as well as an intent to contribute to the knowledge of Azougada's architecture, are made.

Keywords: Azougada; kilns; storage silos; Iron Age; architecture.

1. INTRODUÇÃO

Constitui objectivo deste trabalho divulgar um conjunto de estruturas de planta circular, identificadas na Azougada durante as campanhas de escavação realizadas nos anos 40 do século passado, por vezes designadas à época pelos escavadores do sítio como “fundos de cabana”, problematizando-as com base no conhecimento actual sobre a arquitectura sidérica peninsular, nomeadamente o relativo às construções interpretadas como fornos ou silos aéreos, procurando de algum modo contribuir para a discussão que a temática suscita.

Não tem este trabalho, todavia, a veleidade de pretender concluir o debate em torno das questões que são levantadas por estas estruturas, até porque não dispomos de elementos contextuais pormenorizados para as evidências da Azougada. Preconiza-se, em alternativa, sistematizar os dados existentes sobre aquelas no segmento meridional da Península Ibérica, incluindo os novos (embora antigos) testemunhos da margem esquerda do Ardila e analisar alguns aspectos da arquitectura da Azougada, à luz dos dados peninsulares, procurando-se contribuir para uma leitura progressivamente mais fundamentada deste sítio arqueológico.

Embora os testemunhos contextuais sejam limitados e as leituras efectuadas sejam por isso necessariamente contidas, considera-se também fundamental desmistificar a existência de estruturas designadas pelos escavadores da Azougada como “fundos de cabana”, cuja morfologia, com base na descrição realizada nos registos de campo, se assemelha à das estruturas interpretadas hoje em dia como fornos ou silos aéreos e não à de construções de cariz usualmente habitacional.

A Azougada localiza-se no Baixo Alentejo, no concelho de Moura (fig. 1). Implanta-se numa pequena elevação à beira da margem esquerda do Ardila, um importante afluente do rio Guadiana, próximo da foz e tem pouco mais de um hectare de dimensão. O início da sua ocupação poderá ainda recuar à segunda metade do século VI a.C. e prolonga-se até ao primeiro quartel do século IV a.C. (Antunes 2008; 2009a; 2009b).

O sítio foi identificado em 18 de dezembro de 1941 por José Fragoso de Lima, aluno de Manuel Heleno e por António Duarte, durante prospecções efectuadas com o objectivo de recolher peças para o Museu Municipal de Moura, no âmbito da reorganização que a Câmara Municipal encarregou José Fragoso de Lima de realizar. De acordo com

Manuel Heleno, já anteriormente «O Castelo de Azougada foi reconhecido de valor arqueológico pelo Sr. Aragão e Visconde de Altas Moras» (1944a: fl. 16).

Entre 1941 e 1948 e 1952-1953 foram realizadas escavações na Azougada, com o apoio do então Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos, através do seu director, Manuel Heleno, que via no sítio um exemplo paradigmático da Idade do Ferro do Sul de Portugal, a par dos “campos de urnas” e da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires e que, como tal, teria lugar entre as colecções de âmbito nacional, conforme testemunha uma das suas anotações: «A época do ferro no sul. Pode-se reconstituir com o auxílio de três estações. a) Campos de Urnas; b) Necrópole de Alcácer; c) Crasto da Azougada. Conseguir que a Junta [Nacional de Educação] se interesse para que o material dê entrada no Etnol.[ógico]» (APMH/2/2/5/1-5/9).

As campanhas de 1942 e 1943, na qual ainda estavam envolvidos os agentes locais (Marcelino Fialho Gomes e António Duarte), foram financiadas pela Comissão Municipal de Turismo (Heleno 1944a: fl.17).

Os trabalhos de 1941, com a participação de José Fragoso Lima e António Duarte e de 1942, com a participação de José Fragoso Lima, Marcelino Fialho Gomes e António Duarte, duraram dois dias em cada ano e são apenas conhecidos por uma menção nas notas de Manuel Heleno (1944a: fl. 17). A escavação de 1943, iniciada por Marcelino Fialho Gomes e António Duarte, aos quais se juntou posteriormente José Fragoso de Lima, decorreu de forma conturbada, sem que se aplicassem métodos de trabalho criteriosos e realizando-se o desmonte de estruturas sem registo, o que acabou por alienar a maioria das relações entre a cultura material e o seu contexto original e limitar o conhecimento da componente arquitectónica, condicionando assim as interpretações que hoje possamos efectuar sobre o sítio (Antunes 2009a).

O desconhecimento sobre a arquitectura é agravado pela exploração das pedras utilizadas para construção no sítio para fabrico de cal, como informa Manuel Heleno na sequência da sua visita à escavação em 18 de novembro de 1947, aludindo a compartimentos identificados: «Infelizmente os forneiros de cal destruíram-nos para cal e estão levando a eito o Castro. É preciso acudir-lhe para o que se pediram providências ao Presidente da Câmara» (1947: fl. 2-3).

Nas campanhas posteriores a 1944 (inclusive), acompanhadas por José Fragoso de Lima e Manuel

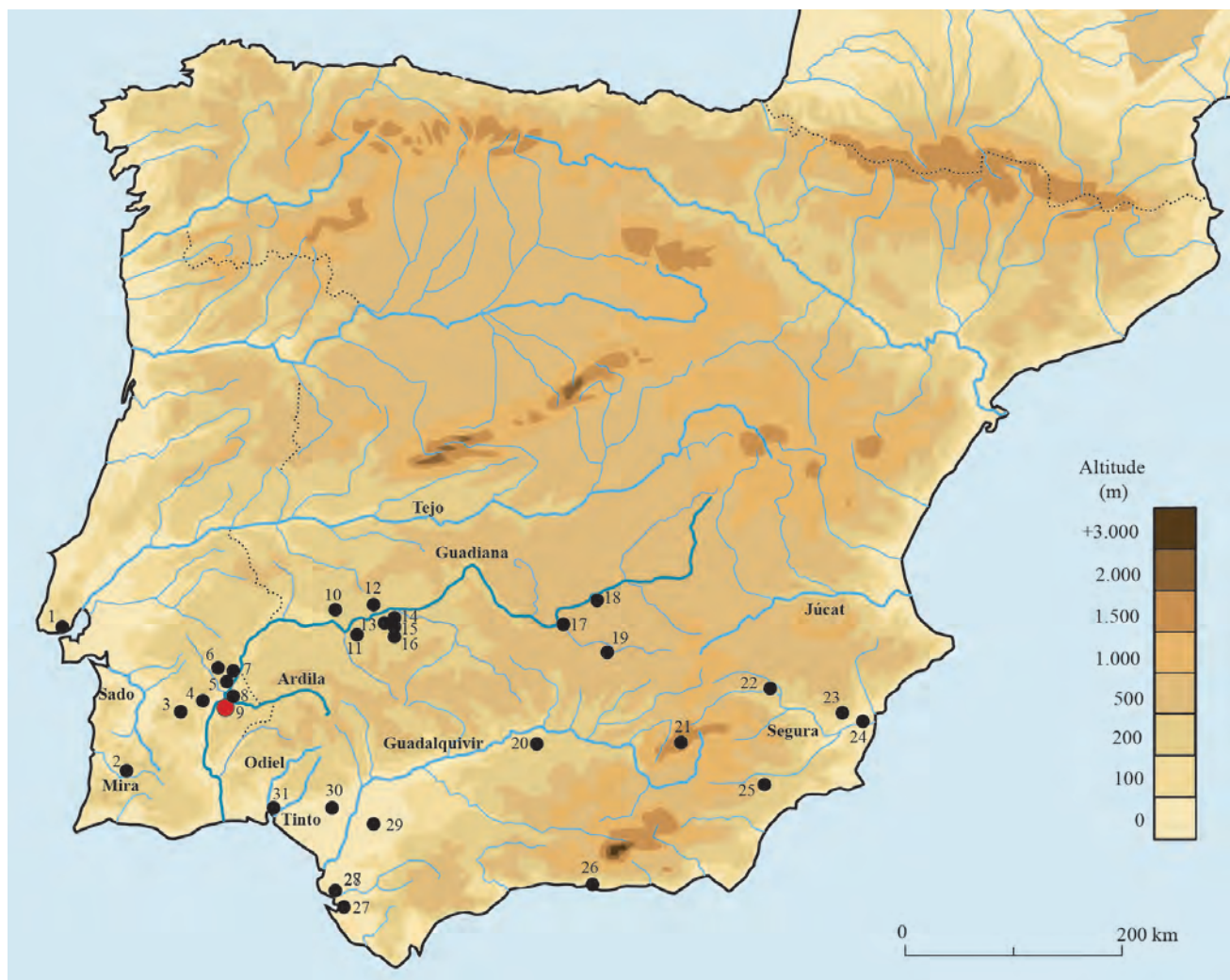


Fig. 1 - Mapa com a implantação dos sítios arqueológicos peninsulares relacionados com as estruturas circulares referidas no texto. 1. Lisboa; 2. Fernão Vaz e Porto das Lages; 3. Monte do Bolor 3; 4. Atalaia da Insuínha; 5. Espinhaço 9 e Monte do Roncão 11; 6. Herdade da Sapatoa e Sapatoa 3; 7. Espinhaço de Cão e Malhada das Taliscas; 8. Castro dos Ratinhos; 9. Azougada; 10. El Chaparral; 11. El Palomar; 12. Cerro Manzanillo; 13. "Media-Lengua-2"; 14. La Mata del Campanario; 15. La Carbonera; 16. Cancho Roano; 17. Alarcos; 18. Calatrava la Vieja; 19. Cerro de la Cabeza; 20. Calañas de Marmolejo; 21. Los Almadenes; 22. Turruñuelos; 23. La Peña Negra; 24. El Oral; 25. Fuente Amarga; 26. Morro de Mezquitilla e Chorreras; 27. Gadir; 28. Castillo de Doña Blanca e Las Cumbres; 29. El Carambolo; 30. Tejada la Vieja; 31. Huelva.

Pedro Madeira, ajudante de preparador de Museu, do Museu Etnológico, das quais conhecemos documentação de campo apenas até 1947, seguiu-se o "método estratigráfico" aplicado à época e ensinado por Manuel Heleno aos seus alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que pressupunha simplesmente que os objectos mais antigos eram os que se localizavam a maior profundidade, pelo que os registos de campo se baseiam na listagem das peças mais relevantes com a indicação da profundidade a que se encontravam, de acordo com camadas artificiais espaçadas por 25 cm, por vezes associados

às valas abertas, mas sem que efectue uma indicação espacial e muito menos contextual exata para todas as áreas intervencionadas. Recorde-se que imperava então uma abordagem histórico-culturalista e artefactualista da arqueologia (Antunes 2009a).

O conjunto artefactual recolhido foi dividido entre o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Municipal de Moura (Antunes 2009a). A vasta maioria dos dados não foi publicada nem foi elaborada uma interpretação desenvolvida sobre o sítio, tendo então merecido destaque apenas determinados elementos da cultura material, como as cerâmicas áticas e

algumas peças que surgiram nas campanhas de 1942 e 1943, divulgadas localmente no Jornal de Moura (Lima [1942] 1988; [1943] 1981a; [1943] 1981b; 1951).

2. AS ESTRUTURAS CIRCULARES E OS DESIGNADOS “FUNDOS DE CABANA” DA AZOUGADA

Na documentação de campo relativa às campanhas realizadas na Azougada nos anos 40 do século passado existem diversas referências, textuais, gráficas e fotográficas, a estruturas de planta circular e a outras, designadas pelos escavadores do sítio como “fundos de cabana”, que apresentam uma morfologia particular e cuja interpretação se torna hoje mais fundamentada, em função das evidências proporcionadas por diversos sítios sidéricos peninsulares.

Na primeira intervenção mais alargada no sítio, em 1943, José Fragoso de Lima refere em várias ocasiões “fundos de cabana”, dos quais, todavia, não foram efectuados outros registos. Neste ano, a escavação decorreu no que foi designado por “aterro II”, que se localizaria sensivelmente a meio da encosta, onde terão sido abertas várias valas e a equipa incluiu os mourenses António Duarte e Marcelino Fialho Gomes, cuja forma de actuar no campo desagradou a José Fragoso de Lima, por impedir a realização de registos e conduzir à destruição do sítio (Lima 1943: fl. 2; Antunes 2009a: 50-54), «[...] por causa da ansia do aparecimento dos objectos [...]» (Lima 1943: fl. 9) que os norteava.

A 18 de Abril José Fragoso de Lima alude a «Um fundo de cabana junto, com fusiolas [sic] na parte inferior [...]» (Lima 1943: fl. 2). No dia seguinte descreve: «Mais cacos e vasos quási completos, cinza. Fundo de cabana com fusiola [sic]» (1943: fl. 3). No dia 21 refere: «Fiquei indisposto com a atitude do [...] [sic] e do [...] [sic]². Não querem seguir as valas com método. Estão todas com várias profundidades e larguras. Impossível tirar apontamentos com mais método. [...] Um fundo de cabana à profundidade de 1,80m; como as outras; [...] Destruíram-na porque queriam fusiolas. Saíram 5 [fusiolas] [sic]. [...] O dr. Marcelino está a vigiar este ponto da vala» (1943: fl. 4-5). No dia seguinte menciona: «Cheguei na parte final. Alargaram a vala mais 4 m; [...] tem quási tanto de comprimento como de largura. Encontraram [...] 1 fundo de cabana. Ainda assisti ao aparecimento duma mó de granito [...]» (1943: fl. 5).

Adquire destaque a possível associação de uma mó a uma destas estruturas que, como veremos

no ponto seguinte deste trabalho, poderão ser interpretadas como fornos, modelo que é recorrente nos exemplos *infra* descritos e que pode sugerir a realização combinada de actividades de moagem e de tostagem de cereal ou de confecção.

Decorrem depois vários dias em que José Fragoso de Lima se lamenta da falta de metodologia de trabalho: «O [...] [sic] não quer seguir as normas e não me dá ouvidos. O [...] [sic]³ idem. Impossível tomar apontamentos» (dia 23, fl. 6); «Recomendei que cirandassem a terra; não fazem caso. Fiz ver que era um erro lançar terra sobre o aterro» (dia 24, fl. 6); «Escrevi de novo ao D.º Manuel [Heleno], com. do [contando] o que há; destruição. Hoje já deita[m] [sic] descaradamente terra sobre o aterro e não a cirandam [e] nem um nem outro me dão ouvidos [...] valas encontram-se a larguras e profundidades diferentes, por falta de orientação» (dia 25, fl. 7); «Impossível tirar apontamentos; vão obrigando as valas a fazer meandros» (dia 26, fl. 7); «Impossível seguir qualquer orientação. Parte-se cerâmica por falta de cuidado» (dia 27, fl. 7). A rapidez da escavação e da remoção de estruturas torna-se notória na seguinte passagem de dia 28: «As valas são díspares, sem feitio e variadíssimas dimensões. Comentaram o aparecimento de 1 fundo de cabana (?) [sic]; não o vi» (1943: fl. 8). Conclui em 5 de Maio: «Estado lamentável da estação» (1943: fl. 8).

Alguna informação adicional sobre estas estruturas encontra-se nas notas que Manuel Heleno tomou quando da sua visita à escavação no ano seguinte, tendo, entretanto, o Museu Etnográfico do Dr. Leite de Vasconcelos, de que era director e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde era professor, tomado as rédeas da intervenção: «Visitei pela 1.ª vez o Castelo da Azougada no dia 20 de Outubro de 1944. Notei que a escavação feita não obedecera a princípios científicos. Cavara-se, surribara-se, mas não se crivara a terra. No local a monte (?) muitos restos de vasilhas: bocas, asas, fundos. Mande abrir trincheiras para me aperceber de estruturas do Castro. [...]»

Na proposta da Sub-Secção de Antiguidades, aprovada pelo Ministério da Educação Nacional, foram as escavações da Azougada atribuídas ao Centro de Estudos Hist[óricos] e Arqueol[ógicos] da Faculd[ade] de Letras de Lisboa, tendo o Instituto para a Alta Cultura, a meu pedido, subsidiado essas escavações com 3 mil escudos.

Dada a exiguidade da verba e além disso a necessidade de determinar o âmbito arqueológico do Castro resolvi, e ainda para fazer o relatório –

proposta de classificação do mesmo como mon. [umento] Nacional, limitar a campanha a simples reconhecimentos ou sondagens» (1944a: fl. 27-28 e 30).

Nas suas notas, Manuel Heleno faz um ponto da situação dos trabalhos realizados até à data: «Depois e[m] 1943 de meados de Abril a meados de Maio fez-se a escavação principal. Tomaram parte os Srs. Dr. Marcelino, Fragoso e Duarte.

Nos 1.^{os} 8 dias Dr. Marcelino e Duarte; nos 8 dias seguintes os três; nos dois seguintes Fragoso e Duarte e depois por último nos três dias finais o Dr. Marcelino. Ao todo cerca de 25 dias. As despesas foram feitas pelo Turismo, mas foi o Dr. Marcelino que adiantou o dinheiro e incitou a fazerem-se esses trabalhos. [...]

Nestas escavações encontraram-se seis fundos de cabana, 5 da forma circular e 1 da forma rectangular (irregular). Nestes fundos de cabana existiam paredes de tijolos cru de cerca de 50 cm de alt.[ura] (informação do António Duarte). Nalgumas cabanas o pavimento era de tijolos crus e noutras de barro batido. Havia vestígios de lares [lareiras] e de dez cent.[ímetros] de cinzas. Alguns destes tijolos estão no Museu.

Os cinzeiros tapavam os fundos de cabana o que leva a admitir incêndio. Estavam a cerca de 1,80-2 m do nível actual. Nestes cinzeiros apareceu a maioria dos objectos» (Heleno 1944a: fl. 17-19).

Com base nestas descrições pode concluir-se, portanto, da existência de cinco estruturas de planta circular e de uma de planta irregular, de tendência subrectangular, com paredes de adobes preservadas até 50 cm de altura e pavimentos (ou bases) realizados no mesmo material ou em argila compactada, cobertos por 10 cm de cinzas, características comuns às estruturas peninsulares interpretadas como fornos desenvolvidas *infra*.

A estrutura de planta subrectangular poderá consistir num dos empedrados com esta configuração que funcionariam como áreas de apoio, nomeadamente para a realização de tarefas prévias ao armazenamento de cereal (para secar, malhar, debulhar, tostar- em ligação com os possíveis fornos-, etc.), tal como sugerem as plataformas P1 e P2 do Cerro Manzanillo (Rodríguez Díaz *et al.* 2009: 85 e 87).

A referência à presença de lares (lares) indicia a presença de concentrações de carvões e de áreas de combustão, que se presume estarem relacionados com a actividade desenvolvida nestas estruturas, embora, em rigor, perante a inexistência de um registo estratigráfico detalhado, não seja possível

afastar liminarmente a sua associação a fenómenos de desactivação daquelas. Estas estruturas localizavam-se a meia encosta, num dos taludes existentes no sítio, a uma profundidade de 1,80-2 m, contabilizados desde a cota coeva de superfície do terreno, não sendo possível determinar com maior precisão o seu enquadramento contextual e arquitectónico.

É possível que estas estruturas tivessem funcionado como fornos, atendendo à presença de vestígios de combustão concentrados no seu interior. Embora não tenhamos dados sobre a sua localização específica, não é de descartar a possibilidade de terem constituído uma bateria, mais ou menos espaçada, ou de se concentrarem numa área particular do sítio, funcionalmente dedicada à produção. Já o tipo de bem produzido é algo que porventura nunca poderemos conhecer, mas, sem prejuízo de outras valências, importa recordar a existência de testemunhos de produção oleira, traduzida num torno de oleiro (Lima 1988: 59; Soares *et al.* 2013) e metalúrgica, na Azougada (Antunes 2017), ainda que seja mais verosímil que este tipo de fornos, como se abordará no ponto seguinte, se destine ao processo de tratamento e processamento de cereal, da tostagem à panificação.

Infelizmente não foi efectuado qualquer registo gráfico destas estruturas, tendo sido desmontadas, tal como a totalidade ou a maioria dos vestígios identificados na campanha de 1943 por António Duarte e Marcelino Fialho Gomes, conforme informa Manuel Heleno: «Fui à Azougada logo no dia da minha chegada a Moura (20.X.44). O espectáculo que observei foi desolador: montes de vasos partidos [...], pedras das construções em desalinho, etc.. Cavara-se, surribara-se [...] na ancia do objecto, da raridade, embora na melhor das intenções. O que era partido que não fosse raro punha-se de lado. No Museu um núcleo importante de material; mas faltava o relatório das escavações, os objectos sem catálogo, tudo em risco de perder-se. As construções foram destruídas, sem que delas ficasse uma fotografia (não tiraram senão uma⁴) ou um desenho!» (Heleno 1944b: fl. 2).

Manuel Heleno também se deslocou ao Museu de Moura, onde lhe transmitiram informações sobre os artefactos recolhidos, sendo alguns associados aos “fundos de cabana”. Todavia, atendendo ao modo como decorreram os trabalhos, à inexistência de inventário dos materiais e de registos de campo e à presença de uma potência de 2 m na qual se negligenciou a estratigrafia, é preciso usar de muita cautela e até de cepticismo na aceitação das relações contextuais comunicadas verbalmente ao

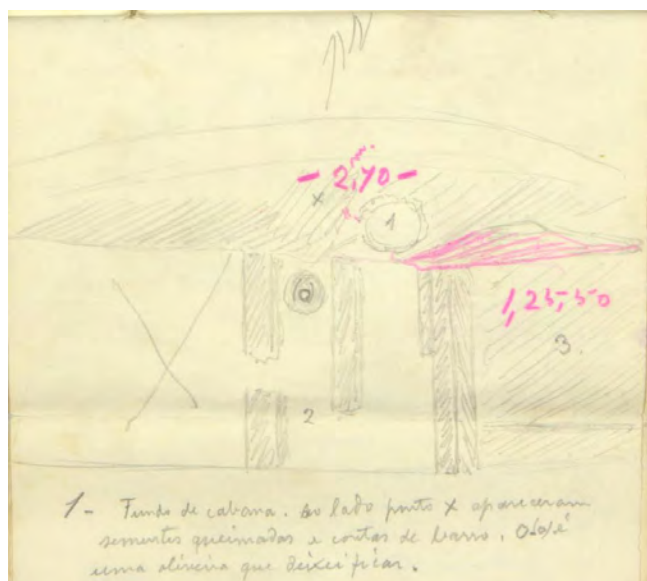


Fig. 2 - Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira, com a indicação de uma das estruturas circulares (n.º 1), designada como “fundo de cabana” (1946a, fl. 10v).

director do Museu Etnológico e mesmo das relatadas directamente por José Fragoso de Lima.

Mais tarde, é Manuel Pedro Madeira quem acrescenta novos dados durante a campanha de 1946 quando ilustra e descreve, no dia 21 de Maio, em jeito de conclusão dos trabalhos: «1-Fundo de cabana. Ao lado ponto X apareceram sementes queimadas e contas de barro. O (o) é uma oliveira que deixei ficar» (1946a: fl. 10v) – fig. 2. Esta estrutura circular é igualmente identificada na planta geral elaborada para o sítio pelo preparador de Museu do Museu Etnológico (fig. 3, n.º 1).

Manuel Heleno volta a fazer um ponto da situação quando visita os trabalhos em 1946, que nesse ano se desenrolaram em duas campanhas, uma de 17 de Abril a 29 de Maio e a outra de 26 de Agosto a 28 de Outubro: «Visitei-a no dia 31.X.46, depois de três campanhas de escavação (verão de 1945 com o Lima e Madeira, primavera de 1946 e verão de 1946 com o Madeira).

Larga construção com casas [por cima de casa redige *edificações*] quadradas, excepcionalmente construções redondas.

Do lado N alargou-se a sondagem feita em 1944. Nela apareceu uma construção redonda com paredes circulares, de largo 0,40m feita de pedras irregulares ligadas com terra. Mede de diametro [sic] N-S 2m (incluindo parede e E-W - o mesmo – (primeiras três fotografias dum rolo e as duas últimas do outro)» (Heleno 1946: fl. 2-3).

Esta construção de planta circular com 2 m de diâmetro, definida por um perímetro de 40 cm de espessura com pedras irregulares deverá ser a que surgem as fotografias tiradas em 31 de Outubro de 1946 por Manuel Heleno e catalogadas com as referências MH_ft_Az_32, MH_ft_Az_48, MH_ft_Az_52 e MH_ft_Az_53 (figs. 4 e 5). Na legenda das fotografias que anota no caderno de campo, Manuel Heleno elenca «30- Forninho» (1946: fl. 8), que corresponderá a uma destas imagens. É uma estrutura na sua morfologia e nas suas dimensões muito semelhante aos fornos / silos aéreos da arquitectura Pós-Orientalizante. Embora não o refira, talvez a interpretação como forno tenha sido sugerida a Manuel Heleno pela presença de carvões ou de outros indícios de combustão, que na revelação a preto e branco não são perceptíveis. É provável que esta estrutura seja o “fundo de cabana” já referido *supra* que Manuel Pedro Madeira desenha nos *croquis* (1946a: fl. 10v e 1946b: fl. 21) – fig. 2, n.º 1 e fig. 3, n.º 1.

Finalmente, Manuel Heleno assinala, no segmento oriental do sítio, outras duas estruturas circulares, com cinzas no interior, tendo aquela localizada a sudoeste 1,13 m de diâmetro interno, definindo-se por um anel pétreo com 35 cm de espessura. Implantavam-se nos cantos do que seria um grande compartimento ou edifício, detentor de uma parede robusta, com 95 cm de espessura e 5,45 m de comprimento preservado, tendo o restante sido desmontado na nefasta campanha de 1943. Tinha uma largura interna de 2,75 m e um piso de argila vermelha e pedras. O socalco que é referido na parte inferior da parede pode ser um banco ou poial, elemento comum na arquitectura Pós-Orientalizante peninsular.

Presumindo que se encontrava num castro dotado de muralhas, Manuel Heleno questiona-se se esta estrutura poderia ser uma torre, hipótese que consideramos de afastar, não só por não existirem evidências de um sistema defensivo na Azougada, como pela dimensão que a estrutura detinha. Outra possibilidade que coloca, sem justificar, é a ter constituído um templo, talvez pelo carácter aparentemente isolado da construção. Uma hipótese a considerar é que este edifício pudesse corresponder a um espaço de armazenagem, se considerarmos o exemplo de Alarcos, onde fornos se adossavam a um armazém (García Huerta - Morales Hervás 2009: 174-181).

Fica a passagem do caderno de campo: «Lado nascente [sublinhado no original] –

Uma construção curiosa de forma quadran-

gular, paredes espessas. Medem de espessura na parte superior 0,95, tem na parte inferior uma espécie de soco a reforça-la. O chão desta edificação tem uma camada de barro incarnado e pedras.

A largura do edifício tinha interiormente 2,75 m e o que resta do comprimento da parede é 5,45. A escavação dos de Moura destruiu o resto. Será uma torre?

Do lado poente encontrada a parede desta edificação e nos angulos [sic] havia uma construção redonda talvez um fornosinho visto nele haver cinzas. Havia dois um a cada angulo da torre ou templo? Mede o forno do angulo SW 0,90m e 1,13m de diâmetro interior. Mede esp. 0,35. É preciso escavar isto melhor.

Fot. 18 a 21» (Heleno 1946: fl. 5-6).

As estruturas descritas figuram num desenho esquemático elaborado por Manuel Heleno (1946: fl. 6) – fig. 6 – e nas fotografias por si tiradas em 1946, catalogadas com as referências MH_ft_Az_37 e MH_ft_Az_38 (fig. 7), a que pertence a legenda «33- fundo da casa com forno W» (Heleno 1946: fl. 8). Constan também da planta geral de Manuel Pedro Madeira (1946: fl. 21) – fig. 3, n.º 2.

Assinale-se que Manuel Heleno nunca aplica a designação “fundo de cabana” às estruturas circulares e quando a refere é somente para evocar uma descrição que lhe é feita por terceiros de uma realidade que não observou. Essa expressão é apenas utilizada pelos seus colaboradores, o ex-aluno José Fragoso de Lima e o ajudante de preparador de Museu Manuel Pedro Madeira, para além dos participantes de Moura, António Duarte e Marcelino Fialho Gomes, porventura menos conhecedores das particularidades dos elementos arquitectónicos.

A interpretação destas estruturas como “fundos de cabana” por aqueles deveu-se, essencialmente, à sua configuração circular, uma vez que seria esse o formato conhecido desse tipo de estruturas à época e atendendo a que os atributos concretos da arquitectura sidérica peninsular eram ainda desconhecidos.

Todavia, as características específicas destas construções, bem como o conhecimento actual sobre a arquitectura sidérica peninsular, sobretudo em época Pós-Orientalizante, mas também em momentos que a antecedem ou a sucedem imediatamente, conduzem a afastar a interpretação efectuada à data como “fundos de cabana”, apesar de não serem avançados nos registos de campo dados sobre a sua dimensão.

Não obstante, quando observamos a planta

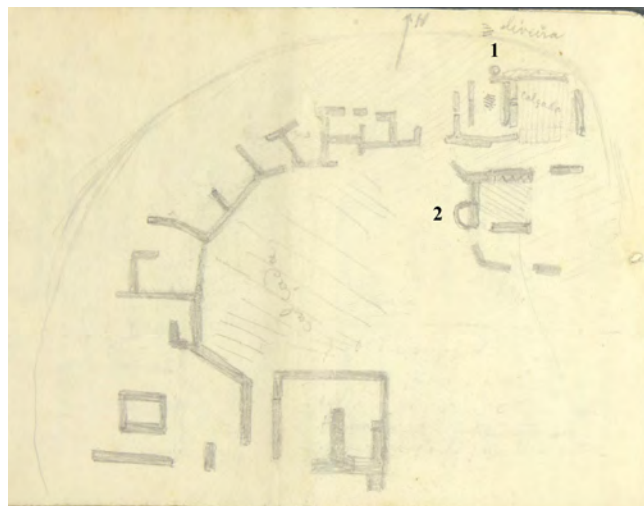


Fig. 3 - Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira, com a planta geral esquemática das evidências arquitectónicas documentadas até à data (1946b, fl. 21). 1- Estrutura circular designada como “fundo de cabana”, ilustrada nas figuras 2, n.º 1, 4 e 5. 2- Edifício quadrangular com duas estruturas circulares adossadas aos cantos exteriores, ilustrado nas figuras 6 e 7.

geral dos vestígios arquitectónicos identificados na Azougada até 1946 (onde estão ausentes os que foram, entretanto, desmontados pelos seus escavadores, nomeadamente os designados “fundos de cabana” da campanha de 1943), constatamos que as estruturas de planta circular têm sempre uma dimensão inferior à dos compartimentos registados, os quais, adicionalmente, apresentam plantas exclusivamente ortogonais (fig. 3), tal como sucede nos sítios coevos conhecidos, onde são, aliás, inexistentes, “fundos de cabana”.

Efectivamente, a construção de habitações de planta circular ou ovalada, às quais a investigação atribuiu usualmente a designação de “fundos de cabana”, comum no Bronze Final (para além de períodos anteriores), perdurou até cronologias associadas ao Período Orientalizante (e.g. Izquierdo de Montes 1998; Delgado Hervás 2005; Suárez Padilla - Márquez Romero 2014 para uma síntese), mas não se regista na arquitectura Pós-Orientalizante.

Um dos melhores exemplos situa-se próximo da Azougada, no Castro dos Ratinhos (Moura), onde, na fase 1b, datada entre 830-760 a.C. (Soares - Martins 2010), em simultâneo com a erecção de um edifício de planta rectangular, interpretado como santuário de influência fenícia, se constroem duas cabanas circulares com cerca de 10 m de diâmetro, as quais partilham com aquele a mesma métrica (*codo de Ezequiel*) e técnica construtiva (Berrocal-Rangel - Silva



Fig. 4 - Fotografia de Manuel Heleno, tirada em 31-10-1946 quando da visita à Azougada, observando-se uma perspectiva da estrutura circular intitulada “Forninho” localizada a Norte (Museu Nacional de Arqueologia / Fundo Manuel Heleno, ref.^a MH_ft_Az_32).



Fig. 5 - Fotografia de Manuel Heleno, tirada em 31-10-1946 quando da visita à Azougada, observando-se outra perspectiva a estrutura circular intitulada “Forninho” localizada a Norte (Museu Nacional de Arqueologia / Fundo Manuel Heleno, ref.^a MH_ft_Az_48).

2010: 249). Na fase de ocupação seguinte (1a), datada entre 730 e 760 a.C. (Soares - Martins 2010), após o abandono destes edifícios, são erguidas cabanas de planta oval recorrendo novamente aos parâmetros construtivos do Bronze Final (Berrocal-Rangel - Silva 2010: 244).

Por outro lado, a referência a “fundos de cabana” em sítios Orientalizantes e Pós-Orientalizantes tem sido desmistificada pela investigação, constituindo o caso mais paradigmático o de El Carambolo, onde a interpretação de uma estrutura negativa de planta oval como “fundo de cabana” (e.g. Mata Carriazo 1978), tem vindo a sofrer diversas revisões, num sentido cultural, do tipo *bothros* (e.g. Escacena Carrasco 2010

para uma síntese), configurando não apenas uma, mas duas fossas de despejo (Torres Ortiz 2016).

Destaca-se, pela afinidade cronológica e cultural com a Azougada, o caso de Cancho Roano, onde a estrutura pétrea de planta subcircular identificada no momento de ocupação mais antigo do sítio (fase D) – fig. 12 – foi interpretada como uma “cabana” (Celestino Pérez 2001a: 22-24) com um cariz religioso (Celestino Pérez 2001b: 21), numa lógica que será semelhante à que conduziu alguns dos escavadores da Azougada a atribuir a designação de “fundos de cabana” às estruturas circulares pétreas. Outra leitura foi avançada, associando a estrutura da fase D à estela de guerreiro reutilizada na entrada do edifício, da qual constituiria o embasamento, recuando a sua função original ao Bronze Final, quando ambos os elementos funcionariam em conjunto.

Por um lado, Sebastian Celestino Pérez considera que poderiam traduzir os vestígios de uma sepultura de guerreiro, sacralizado por esta via no Bronze Final, o que teria promovido a construção de sucessivos santuários pelos seus herdeiros no local (2001a: 22). Por outro lado, Javier Jiménez Ávila encara a estela, encaixada num montículo de pedras, como um ponto marcante do território no Bronze Final, exalando um simbolismo de que a elite Pós-Orientalizante inicial de Cancho Roano se apropriou intencionalmente quando erigiu o primeiro edifício, numa perspectiva de legitimação ancestral do seu poder, reflectindo uma linhagem emergente que, de acordo com o autor, procurava uma ruptura com as genealogias aristocráticas Orientalizantes dos séculos VII e VI a.C. (2009b: 71-73).

Arriscamos propor uma leitura alternativa para esta estrutura de Cancho Roano, que será desenvolvida no ponto seguinte. Embora não disponhamos da planta completa, a sua dimensão e a sua morfologia evocam as das estruturas circulares que são abordadas neste trabalho e que são interpretadas como fornos ou silos pela investigação peninsular, as quais passamos a descrever.

3. FORNOS / SILOS AÉREOS DA ARQUITECTURA SIDÉRICA DO SEGMENTO MERIDIONAL DA PENÍNSULA IBÉRICA

Na Península Ibérica, estruturas que se assemelham morfologicamente às descritas e ilustradas para a Azougada foram identificadas em diversos sítios da Idade do Ferro, não sendo unívoca nem, por vezes, consensual, a interpretação realizada

sobre aquelas, oscilando os autores genericamente entre considerá-las como fornos (com diversas particularidades ou vocações) ou como silos aéreos.

Efectua-se uma sistematização das estruturas que surgem em contextos genericamente coevos da Azougada, em época Pós-Orientalizante, embora se recorra também a exemplos conhecidos com cronologias imediatamente anteriores e posteriores, por fornecerem dados e interpretações funcionais relevantes. Neste ponto, atendendo a que, em muitos dos casos, não existem elementos que permitam arriscar uma proposta de funcionalidade concreta, optou-se por expor essas realidades numa perspectiva essencialmente descritiva, desenvolvendo-se uma abordagem comparativa na discussão.

Na Estremadura espanhola, em Época Orientalizante, na aldeia (ou urbe?) dos séculos VII-VI de El Palomar (Badajoz), dispersas por toda a área escavada, em associação a unidades habitacionais, identificaram-se oito estruturas com cerca de 2 m de diâmetro, definidas por um círculo exterior de pedra de maior dimensão, preenchido por camadas sucessivas de pedras pequenas e seixos, colmatadas por um depósito de argila fina compactada, ao qual se sobrepõe uma camada de fragmentos cerâmicos e, sobre esta, uma nova camada de argila fina compactada que revela evidências de fogo ou calor (Jiménez Ávila - Ortega Blanco 2001: 231-233; 2008: 254-257).

Estas estruturas têm sido interpretadas pelos investigadores que as publicaram como silos aéreos de cariz familiar para armazenamento de cereais, correspondendo as evidências preservadas ao seu embasamento pétreo, cuja matéria-prima, modo de construção e elevação do solo contribuiriam para o isolamento dos bens guardados, recaindo ainda a argumentação na sua pluralidade, na distribuição por áreas diversas do sítio, mas em relação com habitações e na ausência de restos de combustão ou de testemunhos relacionados com outras actividades produtivas, como escórias, separadores, detritos ou cinzas. Assinalam ainda a ausência de silos escavados na rocha, que seriam assim substituídos por estas estruturas. Adicionalmente são invocados paralelos arqueológicos de silos cupuliformes do Antigo Egipto e da Grécia (Período Geométrico) e etnográficos da Ásia e da África Ocidental. Os autores consideram que algumas das estruturas de idêntica tipologia do Alentejo e as de El Chaparral (referidas *infra*) se deverão interpretar funcionalmente como silos aéreos por não manifestarem evidências de actividades com combustão (Jiménez Ávila - Ortega

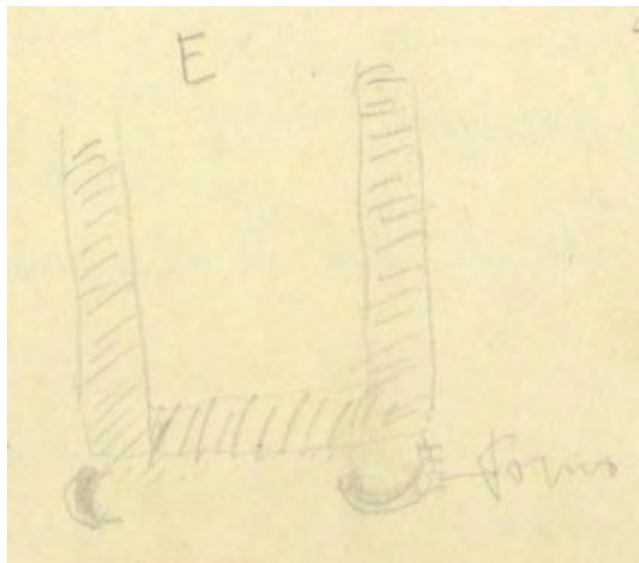


Fig. 6 - Excerto do caderno de campo de Manuel Heleno, com o *croquis* da grande construção quadrangular com duas estruturas circulares adossadas aos cantos exteriores, localizada a Este (1946, fl. 6).



Fig. 7 - Fotografia de Manuel Heleno, tirada em 31-10-1946 quando da visita à Azougada, observando-se parte das grande construção quadrangular com duas estruturas circulares adossadas aos cantos exteriores, localizada a Este (Museu Nacional de Arqueologia / Fundo Manuel Heleno, ref.ª MH_ft_Az_37).

Blanco 2001: 232; 2008: 272-273).

Em El Palomar, um pequeno forno para cozer pão ou outros alimentos em âmbito doméstico seria, segundo os autores, o que foi registado no Sector 2, associado a um edifício de planta simples e próximo de uma estrutura circular empedrada, dotado de câmara circular, com 75 cm de diâmetro e boca em rampa, com 60 cm de largura, orientada a Sul e dividida por um murete de 10 cm de largura e 45 cm de comprimento, que sustentaria a grelha (Jiménez

Ávila - Ortega Blanco 2001: 231 e 241, fig. 5).

A funcionalidade deste tipo de estruturas como silos tinha sido já ponderada em Tejada la Vieja (Huelva) onde surgiram, adossadas, num espaço exterior, duas construções circulares semelhantes às que descrevemos, com um soco de pedra e um preenchimento de fragmentos cerâmicos. Foi afastado o seu uso como fornos metalúrgicos ou cerâmicos devido à ausência de vestígios de produção ou de combustão (Fernández Jurado 1987: 83 e 112, fig. 25).

No Cerro Manzanillo (Badajoz), granja ocupada entre o último terço do século VII a.C. e inícios da centúria seguinte, foram registadas duas estruturas com um anel pétreo de planta subcircular, mas o seu deficiente grau de preservação e a inexistência de contextos relativos à sua utilização, impedem propor uma funcionalidade com segurança. H12 teria cerca de 1 metro de diâmetro e incluía-se numa fase de ocupação mais antiga do sítio. H16 funcionaria na última fase de ocupação, adossada pelo exterior a um compartimento e tinha 2,70 m x 1,80 m de dimensões internas, existindo ainda evidências de um piso avermelhado. Foi considerada uma construção de apoio à actividade siderúrgica realizada em E14 (Rodríguez Díaz *et al.* 2009: 60-61, 73 e 90).

Ainda em Época Orientalizante, mas na Andaluzia Ocidental, em Puerto-6 (Huelva), identificou-se um forno de planta circular, com 1,5 m de diâmetro interior, sobreposto parcialmente a outro (fig. 8), vinculando-os o responsável pela escavação ao processo de metalurgia da prata (Fernández Jurado 1988-1989, 3: 155, fig. 8; 183-186), o que suscitou reservas noutros autores, que advogam que não seriam estruturas adequadas para alcançar as elevadas temperaturas necessárias (Jiménez Ávila - Ortega Blanco 2001: 232).

Na Andaluzia Oriental, construções pétreas de planta circular interpretadas como fornos domésticos foram identificadas na fase II do povoado de La Peña Negra (Alicante), enquadrando-se na segunda metade do século VII a.C. (González Pratz - Ruiz Segura 1990-1991: 54-55).

No Sector II do povoado das Calañas de Marmolejo (Jaén), na fase III de ocupação, com uma cronologia balizada entre finais do século VII e o primeiro quartel do século VI a.C., registaram-se, próximas entre si, duas estruturas pétreas circulares, no que seria uma área exterior (Molinos Molinos *et al.* 1994: 19-22, fig. 9 e 11).

Uma tem 1,5 m de diâmetro e um acesso marcado por duas lajes de grande dimensão, junto

ao qual se depositavam cinzas em abundância e um amontoado de cerâmicas cinzentas de formas exclusivamente abertas e com um nível deficiente de cocção. Foi interpretada como forno de cerâmica pelos responsáveis pela escavação (Molinos Molinos *et al.* 1994: 21-22, fig. 9 e 11), tendo outros investigadores recentemente considerado, em alternativa, que constituía possivelmente um forno de pão, utilizado pelas unidades domésticas que o envolvem (Roldán Díaz - Adroher Auroux 2017: 49).

A outra, tem 2 m de diâmetro e é delimitada por um anel de pedras de média dimensão e preenchida por pequenos blocos pétreos, existindo no topo um sedimento argiloso, que conduziu os responsáveis pela intervenção a propor uma funcionalidade na decantação de argila (Molinos Molinos *et al.* 1994: 21-22, fig. 9 e 11).

Penso que o sedimento argiloso que cobre o empedrado traduzirá antes o piso da base da estrutura, com paralelo nos diversos exemplos aqui referidos e que estas duas construções circulares deveriam constituir um conjunto de fornos, eventualmente para pão e/ou tostagem de cereal, cujo acondicionamento poderia ser realizado num compartimento do Sector 3 considerado uma estrutura de apoio à produção oleira (Molinos Molinos *et al.* 1994: 22-23, fig. 12), mas cujo embasamento realizado com muros próximos e paralelos remete para a fórmula arquitectónica dos armazéns elevados.

Corroborar a revisão da funcionalidade destas estruturas a existência, no Sector 3, na mesma fase de ocupação, de um forno aparentemente destinado à produção cerâmica ou metalúrgica, de tipologia, diríamos, canónica, com uma câmara de combustão e um murete central para sustentação da grelha, revelando uma tradição industrial mais ancestral no sítio, já que no mesmo espaço se identificaram dois fornos de idêntica tipologia, de fases de ocupação anteriores, sequencialmente abandonados em momentos distintos, tendo cada um destes fornos substituído o mais antigo (Molinos Molinos *et al.* 1994: 20 e 23, fig. 12).

Na mesma região, no século VI a.C., assinala-se a estrutura circular pétreo localizada no interior de um compartimento, adossada a uma parede, do sítio de Los Almadenes (Sala-Sellés - López Precioso, 2000: 1886 e 1890, fig. 3), interpretado como uma residência aristocrática onde se armazenariam excedentes e que deteria o controlo sobre a transformação de produtos (Roldán Díaz - Adroher Auroux 2017: 49).

Finalmente, no Alentejo, na ocupação de planície dos séculos VII-VI a.C. do Monte do Bolor 3



Fig. 8 - Estrutura circular de Puerto-6 (Fernández Jurado 1988-1989, 3: 183, fig. 5).

(Beja), foram identificadas duas estruturas circulares que parecem corresponder às descritas neste trabalho. Uma, escavada na rocha, com 1,40 m de diâmetro, foi identificada amortizada no interior de uma depressão com 7 x 2 m, preenchida por diversos depósitos (fossa 9). Na sua base registaram-se vários níveis de seixos rolados e fragmentos cerâmicos, os quais eram cobertos por uma superfície de argila endurecida e a sul associavam-se-lhe diferentes camadas de cinzas, o que indicará uma função como forno. A segunda, idêntica à primeira, mas com cerca de 2 m de diâmetro e em pior estado de conservação, foi identificada igualmente desactivada no interior de outra grande depressão colmatada (fossa 101), com 13 x 11 m (Antunes *et al.* 2017: 162-164).

Avançando para o Período Pós-Orientalizante e iniciando o percurso pela Estremadura espanhola, em El Chaparral (Badajoz), pequeno sítio rural ocupado num momento avançado do século V a.C., documentaram-se quatro estruturas empedradas circulares com 2,5 m de diâmetro exterior, preenchidas de forma organizada com pedras e terra, com abundância de carvões e adobes. Próximo de uma delas, embora sem contexto preciso, registou-se um possível movente de gabro negro e um dormente

barquiforme de granito localizava-se em E-3. Estas estruturas são interpretadas como possíveis fornos de pão (fig. 9) por Sanabria Murillo (2008: 47-48, 67 e 95-97), mas são entendidas como bases de silos aéreos (fig. 10) por outros autores (Jiménez Ávila *et al.* 2002: 466-467).

No sítio rural do século V de “Media Legua-2” (Badajoz), a presença de carvões, adobes e argila queimados no interior de duas estruturas circulares de pedra com 2,5 m de diâmetro constitui um argumento a favor da sua interpretação como bases de forno (Sanabria Murillo 2008: 63).

Em Cancho Roano, numa das fases mais antigas, pontuava uma estrutura de planta circular com 2,2 m de diâmetro, com alicerce pétreo e uma base queimada (Sanabria Murillo 2008: 64, fig. 33-C) – fig. 11. Infelizmente não dispomos de outros dados contextuais e cronológicos relativos a este caso, podendo, eventualmente, as evidências de combustão denunciar uma funcionalidade produtiva.

Este não será, contudo, o único testemunho deste tipo de estruturas em Cancho Roano. Conforme aludi *supra*, considero que a estrutura que define a fase D de ocupação do sítio apresenta características ao nível da dimensão e da morfologia que a incluem

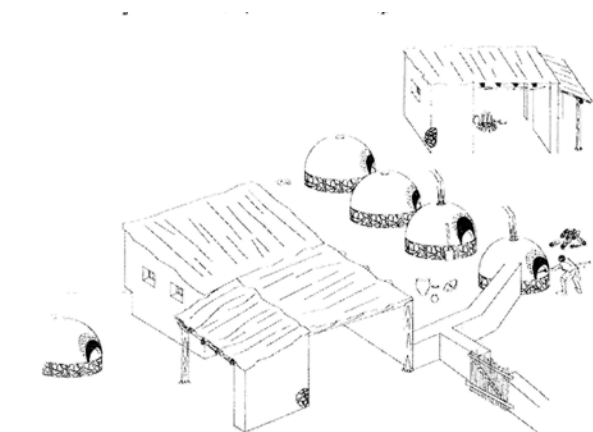


Fig. 9 - Proposta de reconstituição de El Chaparral interpretando as estruturas circulares como fornos (Sanabria Murillo 2008: 101, fig. 56).

neste tipo de elemento arquitectónico (fig. 12).

Constitui, de facto, uma construção de planta aparentemente circular (preservada de modo parcial), definida por um anel pétreo exterior compacto, de blocos de maior dimensão, cujo preenchimento é efectuado por pedras de menor dimensão, envolvidas por aquilo que nas fotografias parece ser sedimento. Embora lhe seja atribuído um tamanho de cerca de 3 m x 1,5 m (Celestino Pérez 2001a: 22 e 24, fig. 4), a escala da fotografia (Celestino Pérez 2001a: 25, fig. 5) parece definir uma dimensão mais pequena, com cerca de 1,50 m no seu eixo melhor preservado. Adicionalmente «[...] conservaba aún restos de enlucido rojo realizado con arcilla que cubrirían el alzado de la estructura» (Celestino Pérez 2001a: 22), à qual estaria ainda associada uma fina camada de cinzas (Celestino Pérez 2001a: 27).

O revestimento de adobe contraria o argumento de alguns autores, exposto no ponto anterior, de que esta estrutura constituiria o embasamento original da estela de guerreiro do Bronze Final reutilizada no sítio (Celestino Pérez 2001a: 22; Jiménez Avila 2009b: 71-73), identificando-a mais com o modo de construção dos possíveis fornos aqui descritos.

Do ponto de vista da cronologia, a presença de uma taça carenada do século VI a.C. entre o nível que cobria a estrutura e o solo da fase seguinte - Cancho Roano C - (Celestino Pérez 2001a: 27), funcionará como um *terminus ante quem* para aquela.

No pequeno sítio rural de La Carbonera identificou-se uma estrutura pétreo de planta circular (A9), com 2 m de diâmetro, isolada das restantes construções. O facto de não ter sido desmontada impede conhecer a sua configuração interna (Sánchez

Hidalgo *et al.* 2013: 1106), não sendo também avançados dados sobre os contextos associados que permitam propor uma funcionalidade.

Na Andaluzia Oriental, em El Oral (Alicante) importante povoado ibérico ocupado na primeira metade do século V a.C., registaram-se três estruturas de planta circular, que constituirão fornos. Uma estava implementada num pátio exterior, adossada ao canto da casa III-I e era delimitada por um anel exterior de pedras de maior dimensão do que as que o colmatavam, estando aquelas revestidas de cal, com uma espessura de 5 a 8 cm. Persistiam ainda ténues vestígios de um revestimento de adobe ou taipa e associava-se a esta construção uma espessa camada de cinzas com mescla de fragmentos de adobe (Abad Casal - Sala Sellés 1993: 151, fig. 138; 153, fig. 140; 174).

Outra, encontrava-se adossada ao canto do interior do compartimento da casa VIIIA. Era delimitada por pedras de maior tamanho do que as que a preenchiam, apresentando camadas, da base para o topo, de pedras de tamanho médio, de pedras de pequena dimensão e de fragmentos de cerâmica pintada. Sobrepunha-se uma camada de argila muito compacta, endurecida pelo fogo e a estrutura encontrava-se envolvida por um espesso depósito de cinza. Uma funcionalidade como forno é corroborada pelas estruturas que o circundam, com destaque para um apoio circular onde se amassaria o pão (Abad Casal - Sala Sellés 1993: 160, fig. 147; 174).

A última, apresentando vestígios de exposição ao fogo, localizava-se no canto interno do compartimento contíguo ao anterior (VIIC) e encontra-se mal preservada (Abad Casal - Sala Sellés 1993: 160, fig. 147; 174).

No Alentejo Central, na Herdade da Sapatoa (Redondo), ocupada entre finais do século VI-primeira metade do século V a.C., registou-se uma estrutura circular com 2 m de diâmetro definida por lajes de xisto e blocos de quartzo de maior dimensão do que aqueles que a preenchiam, adossada pelo exterior a um compartimento. Surgiram também fragmentos de dormentes de granito descontextualizados, espalhados pela superfície do terreno. Numa área exterior da Herdade da Sapatoa 3, com uma ocupação centrada entre finais do século VI a.C. e a primeira metade da centúria seguinte, identificou-se uma estrutura idêntica no Ambiente XI da Fase B, com evidências de derrubes da cobertura (fig. 13). Num compartimento próximo (Ambiente V), documentou-se um possível posto de moagem, denunciado por um pequeno poial, desactivado no

final da fase A ou no início da fase seguinte, pelo que não é certa a articulação funcional de ambos os contextos (Mataloto 2004; 2007; 2008: 234-235, 2009: 289-291; Mataloto - Matias 2013: 221).

Na mesma região, no Espinhaço de Cão, na Fase I de ocupação, no interior do que seria um alpendre a céu aberto (Ambiente 48), uma estrutura pétrea semelhante, maciça, com cerca de 2,5 m, apresentava um piso de pequenos seixos de quartzito e vestígios de uma cobertura de argila cozida, conformando possivelmente uma cúpula (Mataloto 2004; 2009: 285).

Em Reguengos de Monsaraz, no Espinhaço 9, no Ambiente 4, um segmento de uma estrutura circular com 2,5 m de diâmetro adossava-se a um canto de um compartimento (Marques *et al.* 2013: 27, fig. 2). No Monte do Roncão 11 destaca-se a estrutura circular A2, com 3,5 m de diâmetro, construída com blocos imbricados de xisto e quartzo, evidenciando os fragmentos cerâmicos que a preenchiam vestígios de exposição ao fogo. Localizava-se no canto do compartimento A1, ao qual se adossava pelo exterior, com ligação ao compartimento A3 (fig. 14). Assinale-se ainda que, no Ambiente 1, se recolheram fragmentos de mós de granito (Marques 2002: 151, fig. 4; Marques *et al.* 2013: 47-48, fig. 2, fot. 6), o que poderá eventualmente indiciar uma funcionalidade relacionada com a torrefacção e o processamento de cereais, sem prejuízo de outras.

No sítio Pós-Orientalizante da Atalaia da Insuínha (Pedrogão, Vidigueira), implantado junto ao Guadiana, duas estruturas idênticas foram documentadas, uma na Sondagem 4 (U.E. [404]), adossada a um muro e outra, na Sondagem 5 (U.E. [521]), no canto interior de um compartimento. A primeira tem planta circular, é maciça, apresentando um anel exterior com pedras de média dimensão e um preenchimento com uma camada de blocos pétreos no topo, sob a qual existia uma camada incluindo fragmentos cerâmicos dispostos de forma organizada e tinha uma cobertura de terra argilosa vermelha (fig. 15). O sedimento do exterior apresentava-se acinzentado e com cinzas. A segunda é definida por um anel pétreo, mas não são aduzidos elementos mais detalhados (Cosme 2008: 173-175, figs. 2, 4, 5 e 8).

No Baixo Alentejo, em Fernão Vaz, ocupado provavelmente entre meados / finais do século VI e meados da centúria seguinte (Arruda 2001: 220), no Sector Oeste da escavação realizada em 1978, assinala-se uma estrutura pétrea circular encostada a um muro da Idade do Ferro que subjaz a um muro

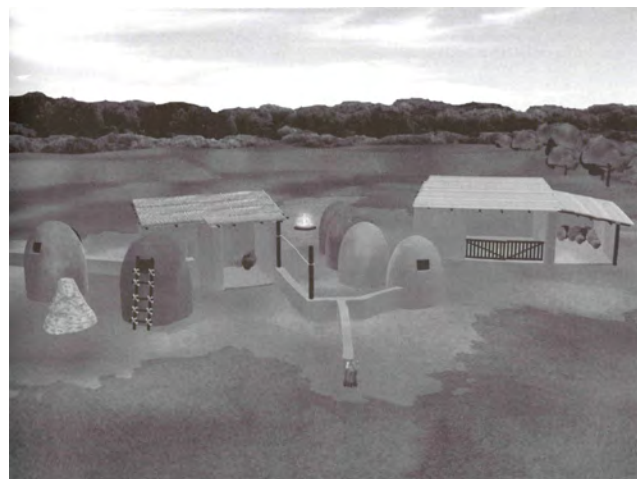


Fig. 10 - Proposta de reconstituição de El Chaparral interpretando as estruturas circulares como silos aéreos (Jiménez Ávila e Ortega Blanco 2008: 17, fig. 56, infografia de Elena Vega).



Fig. 11 - Estrutura circular de Cancho Roano (Sanabria Murillo 2008: 64, fig. 33-C).

de um compartimento medieval (Beirão 1986: 105-106, fig. 36) – fig. 16. Também no Sector Sudeste se identificou parcialmente uma estrutura de tendência circular, encostada a um muro, que o responsável pela escavação integra, contudo, na fase de ocupação medieval do sítio (Beirão 1986: 110-111, fig. 42).

Finalmente, no litoral atlântico, em Lisboa, assinalam-se outras construções tipologicamente afins das descritas neste trabalho. Na Rua dos Correeiros, uma estrutura de planta circular, com 1,5 m de diâmetro e acesso a Oeste, adossada a um muro mais antigo de um compartimento (07), preservada apenas pelo alicerce e composta por blocos calcários de pequena e média dimensão



Fig. 12 - Estrutura circular de Cancho Roano D (Celestino Pérez 2001a: 25, fig. 5).



Fig. 13 - Estrutura circular da Sapatoa 3 (Mataloto 2008: 235, fig. 9).

ligados por sedimento e piso de argila cozida foi interpretada, embora com reservas, como possível forno cerâmico, eventualmente de ânforas, porque um dos contextos associados (camada 12 G) continha

uma elevada quantidade de fragmentos cerâmicos, incluindo ânforas e nódulos de barro cozido, o que indicaria combustão. A sua cronologia baliza-se entre o século V a.C. e os inícios da centúria seguinte, devendo situar-se no final deste espectro temporal, já que consiste na fase de ocupação mais recente do sítio, anterior ao seu abandono (Sousa 2014: 69-70, estrutura L; 82; 84-86, fig. 52; e 214; Bugalhão 2001: 33-34).

Atendendo aos paralelos conhecidos, consideramos que os nódulos de barro cozido podem estar relacionados, não com a produção, mas com a construção da estrutura, nomeadamente com as suas paredes.

Ainda em Lisboa, no Convento do *Corpus Christi* identificaram-se duas estruturas circulares semelhantes às que descrevemos, cujo estudo está a ser desenvolvido pela signatária e pelos responsáveis pela intervenção arqueológica.

Importantes vestígios deste tipo de estruturas surgiram também em contextos imediatamente posteriores ao período Pós-Orientalizante. Na Oretania setentrional, incluída na Meseta espanhola, construções semelhantes foram identificadas nos níveis dos séculos IV e III a.C. de povoados de grande dimensão.

Em Alarcos (Ciudad Real), uma estrutura pétrea com cerca de 1,90 m de diâmetro e 25 cm de altura localizava-se no canto de um compartimento. O perímetro exterior estava delimitado por duas fiadas de pedras de maior dimensão e encontrava-se preenchida por pedras mais pequenas unidas por sedimento. A abundância de adobes sugere que a sua parede seria construída com este material e assinala-se a presença de uma espessa camada de cinzas e de restos de trigo e de cevada queimados. Próximo da estrutura, interpretada como forno para pão, sem prejuízo de ter sido utilizado para tostar cereal ou para processar outros alimentos, recolheu-se uma mó manual, considerando os autores que se tratava de um edifício onde se praticava em simultâneo a moagem (García Huerta *et al.* 2006: 159 e 164).

Em Calatrava la Vieja (Carrión de Calatrava) registaram-se duas estruturas circulares, com cerca de 2,40 m de diâmetro, afastadas entre si aproximadamente 3 m. A que foi alvo de escavação tinha cerca de 20 cm de altura, delimitando-se, tal como nos restantes casos descritos, por uma fiada de pedras exteriores de maior dimensão do que as que a preenchiam, sendo coberta por uma camada de argila com 7 cm de espessura. À sua volta existiam cinza e carvões em abundância, para além de sedimento



Fig. 14 - Planta do Monte Roncão 11 (Marques *et al.* 2013: 45, fig. 2).

solto acinzentado (Garcia Huerta *et al.* 2006: 160).

No Cerro de la Cabeza (Valdepeñas) registaram-se duas estruturas. Uma, partilhando o sistema construtivo descrito para as suas congéneres, embora com um diâmetro superior (3,05 m), com diversas camadas de preenchimento, incluindo uma de fragmentos cerâmicos e com a particularidade de conter uma boca de acesso ao seu interior, onde existia cinza em grande quantidade, com 40 cm de largura, localizava-se na zona exterior da muralha e associava-se a um pequeno armazém para cereais, incluindo cevada (Garcia Huerta *et al.* 2006: 160-162).

A segunda localiza-se numa das ruas interiores do povoado, estando adossada a um muro. Tem cerca de 3 m de diâmetro e uma altura de 40 cm, encontrando-se o anel pétreo preenchido por sedimento na camada inferior e por pequenas pedras na superior, a qual é coberta por um piso composto por argila compactada, cal e areia fina. A sua localização

na rua conduz os investigadores a ponderar um âmbito económico para o seu funcionamento (Garcia Huerta *et al.* 2006: 162-163).

Estas estruturas são aqui interpretadas como fornos comunitários de pão, apesar de os autores reconhecerem que a cozedura de pão ázimo, sem fermento, dispensa meios mais complexos, podendo ser efectuada em lareiras e fornos domésticos e de menores dimensões, constatados em diversos povoados (Garcia Huerta *et al.* 2006: 164), como o de Fondo del Roig, na Catalunha (García Targa - Morer de Llorens - Rigo Jovells 1996: 192).

Já em ambiente hispano-fenício, entre os séculos IX e VIII a.C., era essa uma das funções dos fornos de tipo *tannur* localizados nos cantos das unidades domésticas documentados no Teatro Cómico, em Gadir, com paralelos peninsulares na fase B1b do Morro de Mezquitilla e em Chorreras. Próximo dos fornos localizaram-se mós manuais com



Fig. 15 - Preenchimento da estrutura circular [404] da Atalaia da Insuinha (Cosme 2008: 174, fig. 4).



Fig. 16 - Planta do sector Oeste de Fernão Vaz (Beirão 1986: 106, fig. 36).

os respectivos moventes e existiam outras estruturas de combustão destinadas à confecção de alimentos (Gener Basallote *et al.* 2014: 28-31). Na área de Gadir, fornos idênticos, com uma cronologia centrada entre os séculos VIII e VII a.C., foram registados no Castillo de Doña Blanca (Ruiz Mata 2001: 263).

Na Andaluzia Oriental, um forno com a configuração das estruturas pétreas circulares que têm sido descritas, cronologicamente enquadrado nos séculos IV e III a.C., foi identificado no oppidum de *Turruñuelos* (Jaén), tendo-se registado no seu interior

vestígios de amendoeira, oliveira e trigo (Bellón Ruiz *et al.* 2015: 449-451) e, em Granada, uma estrutura similar assinala-se em Fuente Amarga (Rodríguez Ariza *et al.* 1999).

No Baixo Alentejo, num pequeno sítio rural ocupado entre os séculos IV-III a.C. (Arruda 2001: 212 e 222), uma estrutura morfologicamente idêntica às que são descritas neste trabalho, com 2,5 m de diâmetro, designada por Espaço A, surge adossada pelo exterior ao canto de dois compartimentos no Porto das Lages, em Ourique (fig. 17). Embora sem contexto específico, assinala-se também a recolha de um dormente de mó (Correia 1988-89: 83, fig. 5; 85).

No litoral atlântico, em Lisboa, conhecem-se dois fornos no local onde posteriormente foi implantado o Teatro Romano, sensivelmente a meia-encosta da colina do Castelo de São Jorge, escavados no substrato geológico e também apenas preservados pela câmara de combustão, enquadrados cronologicamente nos séculos IV-III a.C. (Fernandes 2017: 99), mas ainda não publicados com maior detalhe.

Embora mais tardias (século III a.C.) e sujeitos a distinta interpretação, refiram-se ainda as evidências de Las Cumbres, descritas como estruturas circulares delimitadas por um murete, com piso de argila vermelha e fragmentos de ânforas e uma possível estrutura abobadada de adobe ou taipa, escassamente preservada, cujo interior manifesta indícios de exposição ao fogo, embora de temperaturas pouco elevadas. Os autores consideram que não seriam fornos de pão nem de cerâmica, mas antes, atendendo ao grande número de ânforas que lhes estavam associadas e à sua relação com lagares, estruturas provavelmente destinadas à confecção do mosto, de acordo com o processo descrito por Columela. Distinguir-se-iam assim, para os autores, de outras estruturas identificadas neste sítio, no interior de habitações, associadas a moinhos barquiformes, por vezes de grande dimensão, interpretadas como fornos de pão (Niveau de Villedary - Ruiz Mata 2000: 896; Ruiz Mata - Niveau de Villedary 1999: 128).

4. DISCUSSÃO

Em diversos sítios arqueológicos sidéricos do segmento meridional da Península Ibérica têm sido identificadas estruturas de planta circular, com um diâmetro médio entre 1,5 e 3 m, dotadas de paredes de argila cozida e definidas no soco por um perímetro exterior pétreo, constituído por blocos de maior dimensão e uma colmatação de camadas

intercaladas de sedimento ou argila, fragmentos cerâmicos e/ou pedras de menor calibre, sobrepostas por uma camada de argila cozida ou compactada, que funciona como base.

Embora sejam frequentes em âmbitos rurais, em particular em pequenas instalações de planície de cariz familiar, caso dos sítios alentejanos e de alguns dos estremenhos (El Chaparral, Media-Lengua 2), estas estruturas surgem também em sítios de planície de feição aldeã / urbana (El Palomar) e em povoados de altura de índole já claramente proto-urbana ou urbana (El Oral, Peña Negra, Las Cumbres, Huelva, Tejada la Vieja, Lisboa, Alarcos, Calatrava la Vieja e Cerro de la Cabeza), para cujo desenvolvimento contribuirá a sua implantação favorável junto ao litoral atlântico (no caso dos sítios gaditano, da bacia hidrográfica dos rios Tinto e Odiel e da foz do Tejo) e a sua cronologia mais avançada (séculos IV-III a.C.), no caso dos sítios da Oretania e de Las Cumbres.

A investigação sobre estas estruturas tem-se dividido quanto à sua interpretação funcional, considerando-as, por um lado, silos aéreos para armazenamento de cereais, de cariz familiar, como em El Palomar, em El Chaparral (Jiménez Ávila - Ortega Blanco 2001: 231-233; 2008: 254-257 e 272-273) e em Tejada la Vieja (Fernández Jurado 1987: 112-113, fig. 25) ou como fornos, usualmente para pão, em El Chaparral (Sanabria Murillo 2008) - sítio que divide os autores e serve ambas as argumentações-, por vezes utilizados em ambiente comunitário, nomeadamente na Oretania Setentrional (García Huerta *et al.* 2006: 159 e 164), hipótese que não se pode aplicar aos pequenos sítios rurais alentejanos e estremenhos, de base familiar. Não são descartadas outras hipóteses, nomeadamente como fornos metalúrgicos, em Puerto-6, Huelva (Fernández Jurado 1988-1989, 3: 155, fig. 8; 183-186) ou cerâmicos, em Lisboa (Sousa 2014).

A proposta de utilização no âmbito da metalurgia da prata em Puerto-6 (Fernández Jurado, 1988-1989, 3, p. 155, fig. 8; 183-186) foi contestada com base na premissa de que as elevadas temperaturas que é necessário atingir nesta actividade não são compatíveis com a fragilidade destas estruturas, para além de que não se identificaram escórias (Jiménez Ávila - Ortega Blanco 2001: 232).

A funcionalidade genérica como fornos, que ganhou eco entre a investigação, não é sustentável para J. Jiménez Ávila e J. Ortega Blanco em todas as situações, pela ausência de restos de combustão ou de outro tipo de evidências indicadoras de actividades produtivas (como escórias, separadores,



Fig. 17 - Planta do Porto das Lages (Correia 1988-89: fig. 5).

detritos, cinzas, etc.) e pela existência de exemplos de agrupamento de estruturas (El Chaparral). Com base nos testemunhos de El Palomar e de El Chaparral e recorrendo a paralelos arqueológicos e etnográficos, estes autores advogam uma utilização como silos aéreos de cariz familiar, considerando adequada à preservação dos bens guardados, por via do seu isolamento, a base pétrea criada para a elevação destas estruturas do solo e a sua colmatação com camadas de cerâmicas fracturadas e de pedras e sublinhando, em El Palomar, a sua quantidade e a sua associação a habitações, bem como a ausência de silos subterrâneos, porventura substituídos por aquelas (2001: 232; 2008: 272-273), embora um armazém de grandes dimensões tenha sido identificado no sítio.

Alguns autores contrapõem relativamente à funcionalidade isoladora dos embasamentos pétreos que, nos casos melhor conhecidos de silos aéreos em contextos etnográficos africanos, aqueles encontram-se sempre elevados do solo por meio de postes de madeira ou de pedra, promovendo-se a circulação de ar (Rodríguez Díaz *et al.* 2007: 88). Por outro lado, é usual e reconhecida a utilização de blocos pétreos com uma função termoacumuladora.

Soluções arquitectónicas de armazenamento aéreo de cereais, do tipo *horrea*, são conhecidas na área ibérica, caso, por exemplo, de El Amarejo, em Albacete (García Huerta - Morales Hervás 2009:

171) ou das Calañas de Marmolejo (Molinos Molinos *et al.* 1994: 22-23, fig. 12). Na Meseta meridional, perspectivas construtivas idênticas são evidenciadas pelo Cerro de las Cabezas de Valdepeñas, cujo armazém Q se encontrava elevado por meio de adobes (García Huerta - Morales Hervás 2009: 183) e cujo designado bastião-armazém acondicionava o cereal num nível elevado do solo (Vélez Rivas - Pérez Avilés 2009: 253).

Na Estremadura espanhola, dois armazéns elevados registam-se no Cerro Manzanillo (Badajoz), ocupado entre o último terço do século VII a.C. e inícios da centúria seguinte, constituindo construções isoladas, de planta rectangular, com 2,70 x 2,30 m e 3,10 x 1,45 m (dimensões interiores), assentes em muretes paralelos próximos entre si (Rodríguez Díaz *et al.* 2009: 84-86).

No Alentejo, no século V, uma estrutura independente de planta rectangular, dotada de três muros paralelos próximos entre si, com cerca de 7 x 4 m, que poderá corresponder a um armazém elevado, foi identificada na Malhada das Taliscas 4 (Calado *et al.* 2007: 154-155, fig. 28; Calado - Mataloto 2008: 205-207).

Constata-se que a elevação destas soluções de armazenamento é fundamental, uma vez que cria uma caixa de ar entre o solo e o piso das estruturas, a qual fomenta a respiração dos víveres acondicionados, prevenindo a sua deterioração.

Não obstante, no caso de grandes armazéns, como o de El Palomar, o cereal seria colocado directamente no solo (possivelmente ensacado), sendo o espaço compartimentado por caixas de madeira (Duque Espino *et al.* 2009: 292).

No caso da proposta de uso das estruturas circulares como fornos de pão, alguns dos autores que assumem essa hipótese, reconhecem que a cozedura de pão ázimo, sem fermento, não requer meios complexos, podendo executar-se facilmente em lareiras e fornos domésticos de menores dimensões (García Huerta *et al.* 2006: 164), como os de tipo *tannur* identificados em época orientalizante em Gadir (Teatro Cómico), no Morro de Mezquitilla e Chorreras (Gener Basallote *et al.* 2014: 28-31) e no Castillo de Doña Blanca (Ruiz Mata 2001: 263) e os que se registam nas diversas ocupações domésticas Pós-Orientalizantes documentadas.

Relativamente a esta questão, exceptuando os pequenos sítios rurais de cariz familiar, talvez esteja subjacente uma questão de escala de produção, que extravase o ambiente doméstico e configure um contexto comunitário ou até de distribuição

extra-local, sobretudo quando em presença de baterias deste tipo de estruturas, como sucede em El Chaparral (onde se alinhavam quatro), possivelmente nas Calañas de Marmolejo (duas) e, porventura, na Azougada.

Ainda assim, mesmo nos pequenos sítios rurais, importa equacionar a quantidade de matéria-prima combustível necessária para o funcionamento destas estruturas, com um diâmetro mínimo de 1 m / 1,5 m, o que conduz a ponderar que, se efectivamente exclusivo daquele agregado familiar, o forno poderia ser polivalente e laborar com uma frequência que não fosse diária.

Muitas destas estruturas apresentam evidências de combustão, traduzidas em cinzas e carvões no seu interior ou no seu exterior imediato, caso das que surgiram nos povoados da Oretania, em El Oral, nas Calañas de Marmolejo, em Media Lengua 2, no Monte do Roncão 11, na Atalaia da Insuinha, no Monte do Bolor 3 e na Azougada, o que suporta uma função produtiva.

De facto, apesar da diferença de tamanho de algumas, os vestígios existentes destas estruturas aproximam-nas morfologicamente dos fornos de pão coevos, designados de tipo oriental, representados em terracotas de Chipre, Cartago e da Sicília (Megara Hyblaea, séculos VI-V a.C. – fig. 18) e documentados arqueologicamente na área sírio-palestiniana desde o Bronze Médio até à actualidade (Delgado Hervás 2010: 32), que terão sido introduzidos na Península Ibérica pelos agentes orientais, registando-se, por exemplo, em Chorreras (Martín Córdoba *et al.* 2005).

Estes poderão ter acompanhado outros elementos da arquitectura mediterrânica na sua difusão pela designada *periferia tartéssica* ao longo dos períodos Orientalizante e Pós-Orientalizante. Poderia ter-se concretizado na inspiração de modelos arquitectónicos um processo semelhante ao que se verifica na assimilação das morfologias oleiras pelas comunidades indígenas, que são adaptadas e reinterpretadas quando produzidas localmente.

Consistiam em estruturas de planta circular com um diâmetro que oscilava entre 0,5 m e 1,2 m de diâmetro. As paredes estavam elaboradas em argila e ostentavam um formato troncocónico. O topo era aberto e alcançava um diâmetro de 40-50 cm, constituindo o acesso através do qual se introduziam o combustível e o pão, que se dispunha, em algumas das representações, ao longo das paredes. Alguns fornos tinham, adicionalmente, uma abertura lateral na base para a colocação do combustível (Delgado Hervás 2010: 32).

De qualquer modo, o tipo de embasamento pétreo de planta circular que as construções descritas neste trabalho apresentam poderia ser polivalente no contexto da arquitectura sidérica peninsular, adequando-se a estruturas com funcionalidades distintas, sendo um critério diferenciador a presença ou ausência de indícios de combustão, tal como, aliás, já foi apontado por alguns investigadores, que consideram ainda como um elemento mais provavelmente associado a um silo as colmatagens com camadas de cerâmicas fracturadas e de pedras, por serem mais isoladoras do que conservadoras de calor (Jiménez Ávila - Ortega Blanco 2008: 272). É conhecida, no entanto, a utilidade e a utilização de blocos pétreos como termoclastos, apresentando diversas estruturas desta morfologia que incluem aqueles preenchimentos indícios de combustão, pelo que julgamos que este fenómeno deve ser matizado enquanto indicador de silos.

Importa sublinhar a proximidade de algumas destas estruturas com espaços de armazenamento e de moagem de cereais, como sucede em El Chaparral, nas Calañas de Marmolejo, no Monte Roncão 11, em Alarcos e no Cerro de la Cabeza, tendo nos últimos dois sido documentada a presença de trigo e de cevada queimados e de cevada, repectivamente. Destaca-se o grande edifício com mais de 400 m² do sector III de Alarcos, destinado ao armazenamento de trigo, ao qual se associavam fornos de pão e recipientes de grande dimensão (García Huerta - Morales Hervás 2009: 174-181) e onde se aprecia um dos maiores conjuntos conhecidos de moinhos *in situ* (Rodríguez González - López-Mencherro Bendicho 2009: 218).

Constata-se, com base na documentação antiga, a existência de diversas estruturas de planta circular na Azougada que são tipologicamente idênticas às que têm sido interpretadas pela investigação como fornos ou silos aéreos, embora não exista uma descrição suficientemente detalhada, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos construtivos ou ao preenchimento do seu interior. Não obstante, no caso da Azougada, a presença recorrente de cinzas em associação a estas estruturas parece indicar mais uma função produtiva do que de armazenamento.

Um dos testemunhos, com o registo de 6 estruturas na campanha de 1943, pode ter consistido uma bateria, conforme se documentou em El Chaparral e possivelmente nas Calañas de Marmolejo. Admitir-se-ia, pela sua concentração, uma funcionalidade como silos, mas as descrições

das notas de campo referem a presença de 10 cm de cinzas no seu interior.

Noutro caso, a sua localização nos cantos exteriores de um grande edifício (figs. 3, n.º 2; 6 e 7) pode sugerir um ambiente de armazenagem, eventualmente de cereais, em que se procedia no exterior, nestas estruturas, à tostagem, conforme se documentou em Alarcos.

Noutra situação, uma das estruturas parece encontrar-se isolada, a Norte, em possível associação, pelo exterior, a um compartimento (figs. 2; 3, n.º 1; 4 e 5). O posicionamento exterior deste tipo de estruturas circulares relativamente a compartimentos é uma circunstância comum na arquitectura Pós-Orientalizante.

Embora não saibamos se foram estritamente contemporâneas, trata-se de um número elevado de estruturas quando comparado com o identificado em sítios coevos, com excepção para El Palomar (oito), que é mais antigo e assume um cariz proto-urbano. A sua funcionalidade como fornos parece ser a mais plausível, mas é possível que tenham sido polivalentes ou que se tenham destinado a acções concretas, mesmo no âmbito do processo de preparação e transformação do cereal, da tostagem à panificação. A confirmar-se esta utilização, pelo menos em parte destes possíveis fornos, poder-se-á equacionar a presença de uma significativa comunidade no local, permanente ou em trânsito, ou a existência de uma produção que extravasasse o auto-consumo e se destinasse a um abastecimento local ou supra-local, revelando o controlo sobre a transformação de determinado tipo de produtos, conjectura que não será despidiende se atendermos à importância que a Azougada parece assumir no território onde se implanta.

Na campanha de 1943 verificou-se a possível associação de uma mó a uma destas estruturas, modelo que é recorrente nos exemplos descritos e que pode, uma vez mais, sugerir a realização combinada de actividades de moagem e de tostagem ou de confecção, destacando-se as sementes carbonizadas localizadas junto à estrutura isolada da vertente norte.

A tostagem do cereal cumpre diversos propósitos, facilitando a moagem do grão na obtenção de farinha, impedindo a sua germinação quando se pretende obter um produto líquido, como cerveja e reduzindo o seu tempo de cocção, ao mesmo tempo que potencia o seu sabor (Roldán Díaz - Adroher Auroux 2017: 38-39).

A moagem, tal como a confecção de alimentos,



Fig. 18 - Terracotas representando mulheres cozendo em fornos de pão de tipo oriental provenientes de Megara Hyblaea (Sicília), enquadradas nos séculos VI-V a.C. (Delgado Hervás 2010: 32, fig. 3).

muito embora, como seria expectável, largamente associada a hábitos comuns do quotidiano, domésticos ou comunitários, surge em alguns casos relacionada com espaços de culto, como o do santuário de entrada ibérico do Cerro de las Cabezas de Valdepeñas (Ciudad Real), onde se documentaram quatro fragmentos de moinhos giratórios adossados a um dos seus muros exteriores, associados a uma grande quantidade de cerâmica comum ibérica e a outros materiais num estrato de cinzas. Neste caso, a moagem relacionar-se-ia de algum modo com a natureza da divindade à qual se prestava devoção ou com um ritual associado ao culto aí ministrado, eventualmente concretizado no fabrico de alimentos para as oferendas (Moneo - Pérez - Vélez 2001: 125-126; Adroher Auroux - Molina Piernas 2014: 234).

Também no Castro dos Ratinhos (Moura), um grande dormente se localizava no interior de um compartimento do edifício de planta rectangular MN23, considerando os investigadores que estudaram este sítio que a mó, pela sua grande dimensão e pela qualidade do seu talhe, poderá estar associada ao espaço da fase 1b interpretado como santuário, enquadrado entre 830 e 760 a.C., sendo habitual a prática de actividades produtivas e comerciais no interior de santuários, como pequenas oficinas de coroplastia e metalúrgicas, fabrico de pão, entre outras (Berrocal-Rangel - Silva 2010: 247; Prados Martínez 2010: 269-270).

Em época púnica, existem também evidências de oferendas de cereais ou de bens comestíveis elaborados com cereais em santuários e em necrópoles, de que é testemunho, por exemplo, uma terracota feminina depositada numa sepultura de Puente de Noy, que transporta uma bandeja com

pães (Molina *et al.* 1982: fig. 36, 1, est. 29; Delgado Hervás 2010: 35, fig. 6).

Neste ponto, importa recordar a dimensão ritual ou votiva de alguns elementos da cultura material da Azougada, como o *smithing god*, os recipientes com asas de mãos, ambos de bronze, o cantil de engobe vermelho com duas mãos incisas sobre o bojo ou o molde para amuletos com touro sagrado pastando flores de lótus (Antunes 2009a; 2009b; no prelo a; no prelo b). Evoca-se, a título de hipótese de trabalho, a possibilidade de algumas das mós e alguns dos fornos da Azougada se poderem associar a actividades que não meramente domésticas.

O molde para amuletos com touro sagrado pastando flores de lótus adquire destaque nesta temática, uma vez que se destinaria a produzir placas votivas de cerâmica ou, atendendo à inexistência das placas obtidas no registo arqueológico, de outra matéria-prima, perecível, nomeadamente panificável (Antunes no prelo b), utilizando as farinhas trituradas nos moinhos de vaivém e giratórios também documentados (Antunes no prelo c), cuja cozedura seria feita localmente, porventura em alguns dos fornos aludidos neste trabalho.

Por outro lado, embora não existam evidências directas relacionadas com a produção cerâmica na Azougada no que respeita à sua cozedura, a sua manufactura está atestada por uma peça de torno de oleiro (Lima [1942] 1988: 59; Soares *et al.* 2013: 1143), podendo eventualmente os fornos (ou, pelo menos, alguns) ter sido utilizados nesse âmbito, embora se conheçam no território peninsular, desde o início da Idade do Ferro, fornos utilizados na produção cerâmica, cuja tipologia difere da das estruturas circulares desenvolvidas neste trabalho. Efectivamente, de um modo global e sem prejuízo de especificidades morfológicas, trata-se de estruturas com dupla câmara, destinando-se a inferior, usualmente subterrânea, à combustão e a superior à cozedura das peças, estando separadas por uma grelha, sustentada por um pilar central, cuja origem se rastreia na orla mediterrânica, particularmente na área semita.

Exemplares deste grupo lato de fornos identificaram-se, nos séculos VII e VI a.C., na Escola de Hotelaria de Mérida (Jiménez Ávila - Heras Mora 2016; Jiménez Ávila *et al.* 2013), no Cerro de los Infantes, em Granada (Contreras - Carrión - Jabaloy 1983), em Calañas de Marmolejo, em Jaén (Molinos *et al.* 1994) e em Castellar de Librilla e La Alberca, em Murcia (Ros Sala 1989: 144-145; Martínez Alcalde 1999: 239-244). Integrados num ambiente colonial, destacam-

se os fornos de Cerro del Villar, em Málaga, onde o forno mais recente data do século V a.C. (e.g. Delgado Hervás 2011), Camposoto (e.g. Sáez Romero 2013) e Torre Alta (e.g. de Frutos - Muñoz 1994), destinando-se os gaditanos à produção de ânforas, provavelmente contentoras de preparados piscícolas.

Para um horizonte cultural, territorial (Alentejo) e cronológico mais aproximado da Azougada, refira-se o forno da Malhada dos Gagos 13, enquadrado nos séculos V-IV a.C. (Calado *et al.* 2007: 160-162 e 168) e, ainda no Alentejo Central e de cronologia sidérica, os testemunhos de Currais 5, em São Manços (Nunes *et al.* 2008: 456-461) e, na Estremadura espanhola, os dois fornos de Los Caños, balizados nos séculos VI-V a.C. (Rodríguez Díaz - Chautón Pérez - Duque Espino 2010).

Mais tardios, por vezes já situados na transição para a Romanização, são os fornos de Cerro Macareno (Fernández Gómez - Chasco - Oliva 1979), em Sevilha, de Pajar de Artillo, em Itálica (Luzón 1973) e da Malhada de Biterres, em Beringel (Estrela *et al.* 2012).

Finalmente, a possibilidade da utilização das estruturas circulares como fornos no âmbito da metalurgia não poderá ser completamente afastada, pelo menos enquanto hipótese de trabalho, apesar da fragilidade da matéria-prima da sua cobertura parecer ser incompatível com as elevadas temperaturas necessárias, atendendo às evidências que indiciam a possibilidade de uma produção metálica na Azougada (punção de bronze, lingotes ou restos de produção, etc.).

Este tipo de estruturas circulares não parece estar associado à arquitectura Pós-Orientalizante do século V a.C., na sua fase e expressão monumental, já que estará ausente de La Mata del Campanario e que se documenta apenas nas fases mais antigas de Cancho Roano. Pelo contrário, no Alentejo e na Estremadura espanhola, surge em sítios rurais de pequena e de média dimensão, cuja morfologia arquitectónica antecederá aqueles, nomeadamente o Espinhaço de Cão, de acordo com o modelo proposto por Javier Jiménez Ávila para a evolução da arquitectura sidérica do Baixo e do Médio Guadiana (2001; 2009a; 2009b). Seria, portanto, nessa fase da arquitectura Pós-Orientalizante, prévia à monumentalização e fortificação, que se enquadrariam os possíveis fornos (bem como o restante urbanismo) da Azougada.

Noutro trabalho, defendi que, na Azougada, os compartimentos onde o unguentário de alabastro e o cantil de engobe vermelho foram encontrados, a par de outros elementos importantes, como o *smithing god* e a cabeça de felino de bronze, talvez

correspondam individualmente aos espaços de representação ou conviviais e de sacralidade do modelo referido (Antunes no prelo a).

Infelizmente a planta da Azougada está e estará para sempre incompleta, já que muitas das estruturas existentes foram desmontadas sem registo, o que condiciona a interpretação que se possa efectuar da sua arquitectura. No entanto, constata-se que a Azougada apresenta um cenário construtivo mais organizado do que o do Espinhaço de Cão, distribuindo-se os compartimentos de forma alinhada pelo contorno do cabeço e em torno de um pátio central calcetado, aparentemente de grandes dimensões (fig. 3), no que poderão residir questões cronológicas, entre outras, uma vez que o sítio do Alentejo Central não ultrapassa o século VI e a Azougada poderá recuar ao final dessa centúria, mas centra-se no século V (Antunes 2009a).

A Azougada reflectirá, assim, um tipo de arquitectura idêntico ao de alguns sítios do Alentejo Central e da Estremadura espanhola, como Espinhaço de Cão e possivelmente a fase inicial de Cancho Roano, prévio à implementação dos espaços de planta tripartida e à monumentalização e fortificação dos edifícios de tipo palaciano como Cancho Roano, La Mata e, próximo da Azougada, provavelmente o Cabeço Redondo.

Notas

² - Presume-se que se refere a António Duarte e a Marcelino Fialho Gomes.

³ - Continua a referir-se aos colaboradores de Moura.

⁴ - É a que se ilustra em Antunes 2009a: 47, fig. 11, onde apenas se observam os trabalhadores a escavar entusiasticamente com picareta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD CASAL, L. - SALA SELLÉS, F. (1991) - *El poblado ibérico de El Oral (San Fulgencio, Alicante)*. Valencia.
- ADROHER, A. - MOLINA, E. (2014) - La molienda en la Protohistoria del mediodía peninsular ibérico. In ALONSO, N. (ed.) - *Molins i molta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro*. *Revista d'Arqueologia de Ponent* 24: 215-237.
- ANTUNES, A. S (no prelo a) - Unguentários de alabastro, de vidro e de cerâmica da Azougada (Moura). Em torno da natureza do sítio e do papel dos perfumes na Idade do Ferro Pós-Orientalizante Peninsular. *O Arqueólogo Português* 6.

- ANTUNES, A. S. (no prelo b) – O molde para amuletos com touro sagrado pastando flores de lótus da Azougada (Moura, Portugal). In *X Coloquio Internacional del CEFYP. Homenaje al Profesor Jose María Blázquez: Mare Sacrum. Religión, cultos y rituales en el Mediterráneo*. Cádiz.
- ANTUNES, A. S. (no prelo c) – Moinhos de vaivém e giratórios da Azougada (Moura, Portugal). Um contributo para o estudo da moagem no Alentejo interior em meados do I milénio a.C. *CIRA – Arqueologia* 6.
- ANTUNES, A. S. (2008) – “Castro” da Azougada (Moura, Portugal): percursos do Pós-Orientalizante no Baixo Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana I: el río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XLVI): 327-351.
- ANTUNES, A. S. (2009 a) - *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa (Suplemento 5 de *O Arqueólogo Português*).
- ANTUNES, A. S. (2009 b) - “Castro” da Azougada (Moura, Portugal): sacralidade e dinamismo comercial no Baixo Guadiana durante o Pós-Orientalizante. In *IV Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Mérida: 131-142.
- ANTUNES, A. S. (2017) - A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro Pós-Orientalizante do Baixo e Médio Guadiana. In *II Encontro da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: 905-926.
- ANTUNES, A. S. - DEUS, M. - ESTRELA, S. - LARRAZABAL, J. - SOARES, A. M. - SALVADOR MATEOS, R. M. (2017) - Monte do Bolor 3, Monte do Pombal 2, Salsa 3 e Torre Velha 3: contextos de planície da I Idade do Ferro do Alentejo Interior. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed) - *Sidereum Ana III: El río Guadiana y Tartessos*. Mérida (*Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta 1*): 159-185.
- ARRUDA, A. M. (2001) - A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4-2: 207-291.
- BEIRÃO, C. M. (1986) - *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris.
- BELLÓN RUIZ, J. P. - RUEDA GALÁN, C. - RUIZ RODRÍGUEZ, A. - GÓMEZ CABEZA, F. - MOLINOS MOLINOS, M. (2015) - El “oppidum” de los Turruñuelos. In BELLÓN RUIZ, J. P. - RUIZ RODRÍGUEZ, A. - MOLINOS MOLINOS, M. - RUEDA GALÁN, C. - GÓMEZ CABEZA, F. (coords.) - *La Segunda Guerra Púnica en la península ibérica: Baecula: arqueología de una batalla*. Jaén: 427-456.
- BERROCAL-RANGEL, L. - SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa (*O Arqueólogo Português, Suplemento 6*).
- BUGALHÃO, J. (2001) - *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia* 15).
- CALADO, M. - MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana I: el río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XLVI): 185-217.
- CALADO, M. - MATALOTO, R. - ROCHA, A. (2007) - Povoamento proto-histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In *Arqueologia de la tierra: Paisajes rurales de la Protohistoria Peninsular*. Cáceres: 129-179.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001a) - Los santuarios de Cancho Roano: del indigenismo al orientalismo arquitectónico. In RUIZ MATA, D. - CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) - *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: 17-57.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001b) - *Cancho Roano*. Madrid.
- CONTRERAS, F. - CARRIÓN, F. - JABALOY, E. (1983) – Un horno de alfarero protohistórico en el Cerro de los Infantes (Pinos Puente, Granada). In *XVI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: 533-538.
- CORREIA, V. H. (1988-1989) - A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja). *Portugália* IX-X: 81-99.
- COSME, S. R. (2008) – O Povoado da Atalaia da Insuínha (Pedrógão, Vidigueira). In *III Encontro*

- de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Aljustrel (Vipasca. Arqueologia e História 2): 171-179.
- DE FRUTOS, G. e MUÑOZ, A. (1994) - Hornos Púnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana: I Encuentro de Arqueología del Suroeste*. Huelva/Niebla: 396-414.
- DELGADO HERVÁS, A. (2005) - La transformación de la arquitectura residencial en Andalucía Occidental durante el Orientalizante: una lectura social. In JIMÉNEZ ÁVILA, F.J. - CELESTINO PÉREZ, S. (eds.) - *El Periodo Orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida (Anejos del Archivo Español de Arqueología XXXV), vol. I: 585-594.
- DELGADO HERVÁS, A. (2010) - De las cocinas coloniales y otras historias silenciadas: domesticidad, subalternidad e hibridación en las colonias fenicias occidentales. In *De la Cuina a la Taula: IV Reunió d'Economia en el Primer Milennio a.C.* Valencia (Saguntum Extra 9): 27-42.
- DELGADO HERVÁS, A. (2011) - La producción de cerámica fenicia en el Extremo Occidente: hornos de alfar, talleres, e industrias domésticas en los enclaves coloniales de la Andalucía Mediterránea (siglos VIII-VI a.C.). In *Yöserim: la producción alfarera fenicio-púnica en Occidente*. Ibiza (XXV Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica): 9-48.
- DUQUE ESPINO, D. - PÉREZ, G. - PÁVON SOLDEVILLA, I. - RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2009) - El almacenamiento en la Protohistoria del Guadiana medio: continentes y contenido. In *Sistemas de almacenamiento entre los pueblos prerromanos peninsulares*. Cuenca: 283-302.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2010) - El Carambolo y la construcción de la arqueología tartésica. In DE LA BANDERA ROMERO, M. L. - FERRER ALBELDA, E. (eds.) - *El Carambolo. 50 años de un tesoro*. Sevilla: 99-148.
- ESTRELA, S. - COSTA, M. - PORFÍRIO, E. - SERRA, M. (2012) - Malhada de Biterres 2 (Mombaja, Beja): um forno da Idade do Ferro nos alvares da Romanização. In *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: 347-369.
- FERNANDES, L. (2017) - Teatro romano de Lisboa: as ruínas e o seu Museu ou como a arqueologia promove o diálogo educacional. *Revista Temporis [Ação]. Dossiê Práticas Arqueológicas e Educação Patrimonial*. Goiás 17-1: 88-123 (disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>).
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. - CHACO, R. - OLIVA, V. (1979) - Excavaciones en el Cerro Macareno. La Rinconada, Sevilla (cortes E, F, G. Campañas 1974). Madrid (Noticiario Arqueológico Hispánico 7): 7-93.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-1989) - Tartessos y Huelva. Huelva (Huelva Arqueológica X-XI).
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1989) - Tejada la Vieja: una ciudad protohistorica. Huelva (Huelva Arqueológica IX).
- GARCÍA HUERTA, R. - MORALES, F. J. - VÉLEZ, J. - SORIA, L. - RODRÍGUEZ, D. (2006) - Hornos de pan en la Oretania Septentrional. *Trabajos de Prehistoria* 63-1: 157-166.
- GARCIA HUERTA, M. - MORALES HERVÁS, J. (2009) - Almacenamiento, tratamiento y conservación de alimentos en los pueblos ibéricos de la meseta meridional. In *Sistemas de almacenamiento entre los pueblos prerromanos peninsulares*. Cuenca: 167-207.
- GARCIA TARGA, J. - MORER DE LLORENS, J. - RIGO JOVELLS, A. (1999) - El Fondo del Roig (Cunit). Un nucli camperol ibéric de la Cossetània. Miscelània Penesdesenca. *Calafell* XXIV: 179-196.
- GENER BASALLOTE, J. M. - NAVARRO GARCÍA, M. A. - PAJUELO SAÉZ, J. M. - TORRES ORTIZ, M. - LÓPEZ ROSENDO, E. (2014) - Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del "Teatro Cómico" de Cádiz. In BOTO, M. (ed.) - *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones*. Pisa-Roma (Colezione di Studi Fenici 46): 14- 50.
- GONZÁLEZ PRATZ, A. - RUIZ SEGURA, E. (1990-1991) - Nuevos datos sobre urbanística y cultura material en el Hierro Antiguo del Sudeste (Peña Negra, 1986). *Lucentum* IX-X: 51-75.
- HELENO, M. (1944a) - *Cad. n.º 1. 1944. Excursão a Moura. Out.* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. (1944b) - *Cad. n.º 2. Excursão a Moura. Out.* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. (1946) - *Azougada e Outeiro de São Bernardo (Moura). Out. de 1946* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. (1947) - *Castro da Azougada* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- IZQUIERDO DE MONTES, R. (1998) - La cabaña circular en el mundo tartésico. Consideraciones sobre su uso como indicador étnico. *Zephyrus* 51: 277-288.
- LUZÓN, J. M. (1973) - *Excavaciones en Italica. Estratigrafía en el Pajar de Artillo (campana 1970)*. Madrid (Excavaciones Arqueológicas en España 78).

- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) – Los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana y su integración en el panorama del Hierro Antiguo del Suroeste Peninsular. In *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: 193-226.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009a) – Modelos arquitectónicos en la Protohistoria de Suroeste Peninsular: edificios «en tridente». In *Santuários, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XLV): 89-100.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009b) – Arquitectura y modalidad: la construcción del poder en el mundo Post-Orientalizante. *Archivo Español de Arqueología* 82: 69-95.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. - HERAS MORA, J. (2016) – La ocupación orientalizante de la Escuela de Hostelería de Mérida. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., (ed.) - *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida (*Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta* 1): 107-130.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. - HERAS MORA, J. - SÁNCHEZ CAPOTE, N. - BEJARANO OSORIO, A. M. (2013) – Producción de cerámica orientalizante en Extremadura. Estudio preliminar de los hornos de la Escuela de Hostelería de Mérida (Badajoz). In *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de la SECAH* 1. Cádiz: 199-214.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. - ORTEGA BLANCO, J. (2001) – El poblado orientalizante de El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz). Noticia preliminar. In *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: 227-248.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. - ORTEGA BLANCO, J. (2008) – El poblamiento en llano del Guadiana Medio durante el Período Post-Orientalizante. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.), *Sidereum Ana I: el río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XLVI): 251-281.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. - ORTEGA BLANCO, J. - LÓPEZ, A. M. (2002) – El poblado de 'El Chaparral' (Aljucén) y el asentamiento del Hierro Antiguo en la comarca de Mérida. In *Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. Mérida (*Memoria* 8): 457-485.
- LIMA, J. F. ([1942] 1988) - *Monografia arqueológica do concelho de Moura*. Moura.
- LIMA, J. F. (1943) - Cópia das notas tomadas no Castro da Azougada (Abril de 1943). Diário das Escavações no Castro da Azougada em Abril de 1943 [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. (1944) – *Diário das escavações feitas no Castro da Azougada, (Moura) no ano de 1944* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. (1946a) – *Escavações no Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946. 1º semestre. 17 de 4 a 21 de 5/46. 3ª campanha* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. (1946b) – *Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946 de 26/8/46 a 28/10/46. 4ª campanha* [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- MARQUES, J. A. F. (2002) – Panorâmica dos Trabalhos Arqueológicos efectuados no Bloco 14. Medieval/Moderno, Bacia do Degebe e Reguengos a Sul do Álamo. *Al-Madan* 2-11: 145-151.
- MARQUES, J. M. - GÓMEZ MARTÍNEZ, S. - GRILO, C. - BATATA, C. (2013) – Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o Rio Degebe e a Ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos Medieval e Moderno): Bloco 14 – Intervenções e Estudos no Alqueva (*Memórias d'Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva* 2.ª S.). Évora.
- MARTÍN CÓRDOBA, E. - RAMÍREZ-SÁNCHEZ, J. D. - RECIO RUIZ, A. (2005) - Nuevo sector urbano fenicio en el yacimiento de las Chorreras (Vélez-Málaga, Málaga). *Ballix. Revista de Cultura de Vélez-Málaga* 2: 1-33.
- MARTÍNEZ ALCALDE, M. (1999) – Excavacion arqueológica en la zona de La Alberca (Lorca, Murcia). Un horno alfarero de los siglos VII-VI a.C. y un centro comercial y militar de época tardopúnica y romana. *Memorias de Arqueologia* 14: 213-260.
- MATA CARRIAZO, J. de (1978) - *El Carambolo*. Sevilha.
- MATALOTO, R. (2004) - *Um "monte" da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa. Ruralidade e povoamento no 1.º Milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa.
- MATALOTO, R. (2007) - Viver no campo: a Herdade da Sapatoa (Redondo) e o povoamento rural centro-alentejano em meados do I milénio a.C. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 10-2: 135-160.
- MATALOTO, R. (2008) - O Pós-Orientalizante que nunca foi. Uma comunidade camponesa na Herdade da Sapatoa. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) - *Sidereum Ana I: el río Guadiana en época post-orientalizante*. Mérida (*Anejos de Archivo Español de Arqueología* XLVI): 219-250.
- MATALOTO, R. (2009) – Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. In *L'espai domèstic i l'organització de*

la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier millenni a.C.): Actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell (ArqueoMediterrania 11). Barcelona: 279-298.

MATALOTO, R. - MATIAS, C. (2013) - Viver no Campo: o sítio da Herdade da Sapatoa 3 e o povoamento rural centro alentejano em meados do Iº milénio a.C. In *VI Congresso Internacional de Estudos Fenício Púnicos I*. Lisboa: 216-235.

MOLINA, F. - RUIZ, A. - HUERTAS, C. (1982) - *Almuñécar en la Antigüedad: la necrópolis fenicio-púnica de Puente de Noy*. Granada.

MOLINOS, M. - RISQUEZ, C. - SERRANO, J. L. - MONTILLA, S. (1994) - *Un problema de fronteras en la periferia de Tartessos: Las Calañas de Marmolejo (Jaén)*. Jaén.

MONEO, T.; PÉREZ, J.; VÉLEZ, J. (2001) - Un santuário de entrada ibérico en el Cerro de las Cabezas (Valdepeñas, Ciudad Real). *Complutum* 12: 123-136.

NIVEAU DE VILLEDARY, A. M.^a - RUIZ MATA, D. (2000) - El poblado de Las Cumbres (Castillo de Doña Blanca): urbanismo y materiales del s. III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz: 893-903.

NUNES, S. - CORGA, M. - ALMEIDA, M. - BASÍLIO, J. - NEVES, M. J. - DIAS, G. (2008) - Dados preliminares para a compreensão arqueoestratigráfica do sítio de Currais 5 (S. Manços, Évora). In *III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Vipasca. Arqueologia e História 2-2)*. Aljustrel: 454-462.

PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) - La arquitectura sagrada: Un santuário del siglo IX a.C.. In *BERROCAL-RANGEL, L. - SILVA, A. C., O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa (O Arqueólogo Português, Suplemento 6): 259-276.

RODRÍGUEZ ARIZA, M. O. - FRESNEDA PADILLA, E. - PEÑA RODRÍGUEZ, J. M. - LÓPEZ LÓPEZ, M. (1999) - Los niveles ibéricos de Fuente Amarga (Galera, Granada). In *XXIV Congreso Nacional de Arqueología*. Murcia: 283-292.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - CHAUTÓN PÉREZ, H. - DUQUE ESPINO, M. (2010) - Paisajes rurales protohistóricos en el Guadiana Medio: Los Caños (Zafra, Badajoz). *Revista Portuguesa de*

Arqueologia 9-1: 71-113.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - PAVÓN SOLDEVILA, I. - DUQUE ESPINO, D.-M. - DOMÍNGUEZ GARCÍA, A. - GIRÓN ABUMALHAM, M. - CRIADO VADILLO, A. (2009) - El asentamiento. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - DUQUE ESPINO, D.-M. - PAVÓN SOLDEVILA, I. (eds.), *El caserío de Cerro Manzanillo (Villar de Rena, Badajoz) y la colonización agrícola orientalizante en el Guadiana Medio*. Mérida (*Memorias de Arqueología Extremeña* 12): 11-135.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. - PAVÓN SOLDEVILA, I.; - DUQUE ESPINO, D. M. - ORTIZ ROMERO, P. (2007) - La "señorialización del campo" postartésica en el Guadiana Medio: el edificio proto-histórico de La Mata (Campanario, Badajoz) y su territorio. *Arqueologia de la tierra: Paisajes rurales de la Protohistoria Peninsular*. Cáceres: 71-101.

ROLDÁN DIAZ, A. - ADROHER AUROUX, A. M. (2017) - Utensilios y estructuras relacionados con el cultivo y transformación de cereal en la Protohistoria del Sur de la Península Ibérica. *Spal* 26: 33-57.

ROS SALA, M. M. (1989) - *Dinámica urbanística y cultura material del Hierro Antiguo en el valle del Guadalentín*. Murcia.

RUIZ MATA, D. (2001) - Arquitectura y urbanismo en la ciudad protohistórica del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz). In *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: 261-274.

RUIZ MATA, D. - NIVEAU DE VILLEDARY, A. M.^a (1999) - La zona industrial de Las Cumbres y la cerámica del siglo III a. n. e. (Castillo de Doña Blanca - el Puerto de Santa María, Cádiz). In *XXIV Congreso Nacional de Arqueología* 3. Cartagena: 125-131.

SÁEZ ROMERO, A. M. (2013) - Talleres cerámicos en Gadir en época postcolonial ¿un modelo alfarero excepcional?. In *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de la SECAH* 1. Cádiz: 215-249.

SALA-SELLÉS, F. - LÓPEZ PRECIOSO F. J. (2000) - Los Almadenes (Hellín, Albacete) un poblado orientalizante en la desembocadura del río Mundo. In BARTHÉLEMY, M. - AUBET SEMMLER, M. E. (coords.) - *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos* 4. Cádiz: 1885-1894.

- SANABRIA MURILLO, D. (2008) - *Paisajes rurales protohistóricos en el Guadiana Medio: "El Chaparral"* (Aljucén, Badajoz). Mérida (*Memorias de Arqueología Extremeña* 10).
- SÁNCHEZ HIDALGO, F. - SANABRIA MURILLO, D. - MÉNENDEZ MÉNENDEZ, A. - GIBELLO BRAVO, V. M. - JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2013) – Entre Cancho Roano y La Mata: La estación rural post-orientalizante de La Carbonera (La Guarda - Campanario, Badajoz). In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: 1097-1132.
- SOARES, A. M. M. - MARTINS, J. M. M. (2010) – A cronologia absoluta para o Castro dos Ratinhos. Datas de Radiocarbono. In BERROCAL-RANGEL, L. - SILVA, A. C., *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa (*O Arqueólogo Português. Suplemento* 6): 409-414.
- SOARES, R. (2012) – *Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa. Universidade de Lisboa.
- SOARES, R.M. - SOARES, A.M.M. (2017) – O Cabeço Redondo (Moura). Um edifício monumental e singular na margem esquerda do Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed) - *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida (*Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta* 1): 421-442.
- SOARES, R. M. - VALÉRIO, P. - SOARES, A. M. M. - ARAÚJO, F. (2013) - Rodas de oleiro no Pós-Orientalizante. Primeiros achados em território português no Cabeço Redondo (Sobral da Adiça, Moura). In *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: 1134-1155.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo (Estudos e Memórias* 7). Lisboa.
- SUARÉZ PADILLA, J. - MARQUEZ ROMERO, J. E. (2014) – La problemática de los fondos de cabaña en el marco de la arquitectura proto-histórica del Sur la Península Ibérica. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía* 5: 199-225.
- VÉLEZ RIVAS, J. - PÉREZ AVILÉS, J. J. (2009) - El "oppidum" del Cerro de las Cabezas (Valdepeñas, Ciudad Real). El bastión almacén de la muralla sur. In *Sistemas de almacenamiento entre los pueblos prerromanos peninsulares*. Cuenca: 241-256.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 137-165. SUBMETIDO A 19.06.2018. ACEITE A 17.09.2018.

PUCHEROS Y FOGONES. APROXIMACIÓN A LA EVOLUCIÓN DE LA PRODUCCIÓN DE «CERÁMICAS DE COCINA» PÚNICAS Y TARDOPÚNICAS EN GADIR

POTS AND HEARTHS. AN APPROACH TO THE EVOLUTION OF THE PRODUCTION OF 'COOKING WARES' IN PUNIC AND LATE PUNIC GADIR

ANTONIO M. SÁEZ ROMERO ¹

RESUMEN

A pesar de ser un indicador arqueológico de gran magnitud para el estudio de las tradiciones culinarias de las comunidades locales, así como la evolución de los cambios tecnológicos y en las influencias ("modas") recibidas por éstas en una materia tan vital como la gestión alimentaria, las cerámicas destinadas al fuego han sido hasta el momento poco estudiadas en el marco de la Bahía de Cádiz de época prerromana. Se propone ahora una sistematización de su evolución desde la fase fenicia arcaica hasta los primeros pasos de la "romanización" de la zona, atendiendo especialmente a los repertorios de los siglos VI-I a.C. El estudio tipológico permite plantear las líneas básicas de la evolución tecnológica de estos elementos esenciales para entender las cocinas coloniales y post-coloniales, e inferir la progresiva "helenización" formal de las piezas usadas para cocinar al fuego los alimentos y los posteriores cambios tras la anexión romana. Asimismo, constituye la base sobre la que se han desarrollado algunas experiencias iniciales de cálculo de capacidades y el rastreo de procedimientos de estandarización, así como ensayos de Arqueología Experimental (usando reproducciones de estas cerámicas) para determinar funcionalidades.

Palabras clave: Gadir; Fenicios; Púnicos; Cerámica; Cocina; Alimentación; Estandarización.

ABSTRACT

In spite of being an archaeological indicator of great magnitude for the study of the culinary traditions of the local communities, as well as the evolution of the technological changes and the influences received ("to be in style") in a matter as vital as the management of foodstuff, the ceramics used to cook have been little studied in the area of the Bay of Cadiz in the pre-Roman period. It is now proposed a typological categorization of its evolution from the the Phoenician period to the first steps of the "Romanization" of the bay, paying particular attention to the repertoires of the 6th-1st centuries BCE. The typological study allows us to present the basic lines of technological evolution of these items, a essential cluster to understand colonial and post-colonial cooking patterns, and to understand the progressive 'Hellenization' of the vessels used to cook and the subsequent changes after Roman annexation. Also, it is the basis on which have been developed some initial tests to calculate capacities and track standardization procedures, as well as to develop Experimental Archaeology testing (using reproductions of these ceramics) to determine functionalities.

Keywords: Gadir; Phoenicians; Punics; Pottery; Cooking; Food; Standardization.

¹ - Profesor Ayudante Doctor del Área de Arqueología - Universidad de Sevilla. Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Geografía e Historia. Calle Doña María de Padilla, s/n, 41004, Sevilla. Email: asaez1@us.es

1. INTRODUCCIÓN: OBJETIVOS, JUSTIFICACIÓN Y METODOLOGÍA

Hace ya más de una década dedicamos un primer trabajo a la sistematización de la “cerámica común” producida y consumida en Gadir en época púnica (Sáez 2005), incluyendo en dicha primera tentativa tipológica las consideradas como “cerámicas de cocina” o “de fuego”, probablemente con un criterio metodológico incorrecto al unir en un único artículo dos realidades diferentes tanto desde la perspectiva tecnológica como funcional. En obras posteriores (Sáez 2008 y 2010) refinamos dicha propuesta desde el punto de vista formal, afinando cronologías y sumando perfiles, sobre todo para las etapas más oscuras hasta entonces -como el siglo IV a.C.- pero sin aportar nuevos acercamientos alejados de la indudablemente necesaria necesidad de clasificar y datar. La información generada en los últimos años sobre todo a partir del estudio de nuevos contextos de ambientes productivos gadiritas permite ahora revisar estos puntos más débiles de la investigación de la cerámica local “de usos culinarios”, ofreciendo la posibilidad de completar los vacíos hasta aproximarnos a una secuencia de evolución completa desde la etapa tardoarcaica y a la elaboración de un catálogo de formas (y servicios) mucho más completo del hasta ahora disponible. Este nuevo escenario a su vez hace posible discriminar con más facilidad y precisión los elementos que formaron parte de la tradición heredada de la producción cerámica fenicia occidental arcaica de las adiciones en forma de imitaciones o interpretaciones de tipos/familias adquiridas por los repertorios locales a partir de prototipos foráneos de diverso origen, aspecto este que constituye el objeto central de estas páginas. De este modo, esta nueva propuesta viene a completar una revisión reciente de otras categorías cerámicas íntimamente conectadas con la cocina, como las vajillas de mesa barnizadas (Niveau – Sáez 2016) o sin barnizar (Sáez 2014), permitiendo una visión más global del panorama productivo y de consumo local entre los siglos VI y I a.C.

La estructura general del trabajo, más allá de esta formulación inicial de la cuestión, está orientada principalmente al abordaje directo de la documentación material disponible y su valoración intentando cubrir de forma íntegra el lapso temporal comprendido entre la transición urbana y la primera fase de asimilación romana, por lo que en buena medida no se abandona la línea tipológica ya iniciada en los trabajos precedentes.

El análisis de los datos gadiritas quedará dividido en varios bloques pretendidamente simétricos en cuanto a su planteamiento, aunque desiguales respecto a los tramos cronológicos cubiertos por cada uno de ellos (los cuales en ningún caso intentan reflejar compartimentos estancos o coyunturas claramente divididas por hechos históricos relevantes o traumáticos, aunque se apoyen en ellos). El primero de estos bloques quedará centrado en la etapa tardoarcaica (c. 525-425 a.C.), mientras que un segundo apartado fijará nuestra atención sobre la fase final del siglo V y su proyección hasta la primera mitad del siglo IV (c. 425-350 a.C.); un tercer epígrafe cubrirá el lapso desarrollado entre los últimos decenios de dicha centuria y las décadas centrales del III a.C., es decir, hasta un momento anterior al desembarco de Amílcar Barca en 237 a.C.; un cuarto bloque tratará de desmenuzar la documentación relativa a la políticamente convulsa segunda mitad del siglo III, finalizada con la anexión romana de la región (c. 237-206 a.C.), mientras que un quinto y último bloque se centrará en la etapa de reconversión de la producción cerámica local bajo los primeros pasos del dominio romano (c. 206-125 a.C.). Cada uno de estos apartados incluye unas pautas generales en las que insertar la evolución específica de los elementos relacionados con el cocinado de los alimentos, analizando las formas representativas de cada etapa y sus orígenes o influencias tipológicas.

Será objeto de nuestro interés el intentar trascender de este nivel de análisis tipológico para aportar algunas propuestas y resultados preliminares relacionados con el estudio de los cambios en las modas o pautas de procesado y consumo alimentario, un ámbito en el que la investigación ceramológica gadirita ha penetrado con extrema timidez hasta el momento (debido principalmente a la crónica carestía de datos procedentes de contextos habitacionales, vertederos domésticos o depósitos funerarios cerrados). Las «cerámicas de cocina» son un elemento indispensable para entender estos cambios en los hábitos culinarios y su reflejo en la irrupción de importaciones o imitaciones de vajillas exógenas, por lo que al final del trabajo se incluirán algunas notas de trabajos en curso destinados a esclarecer aspectos de funcionalidad o estandarización morfométrica (para los que se ha hecho uso de la Arqueología Experimental o de herramientas de digitalización específicas). Aunque otros elementos también vinculados a estos procesos de elaboración básica de los alimentos (como morteros, grandes recipientes tipo lebrillo, pequeñas ánforas domésticas, etc.)

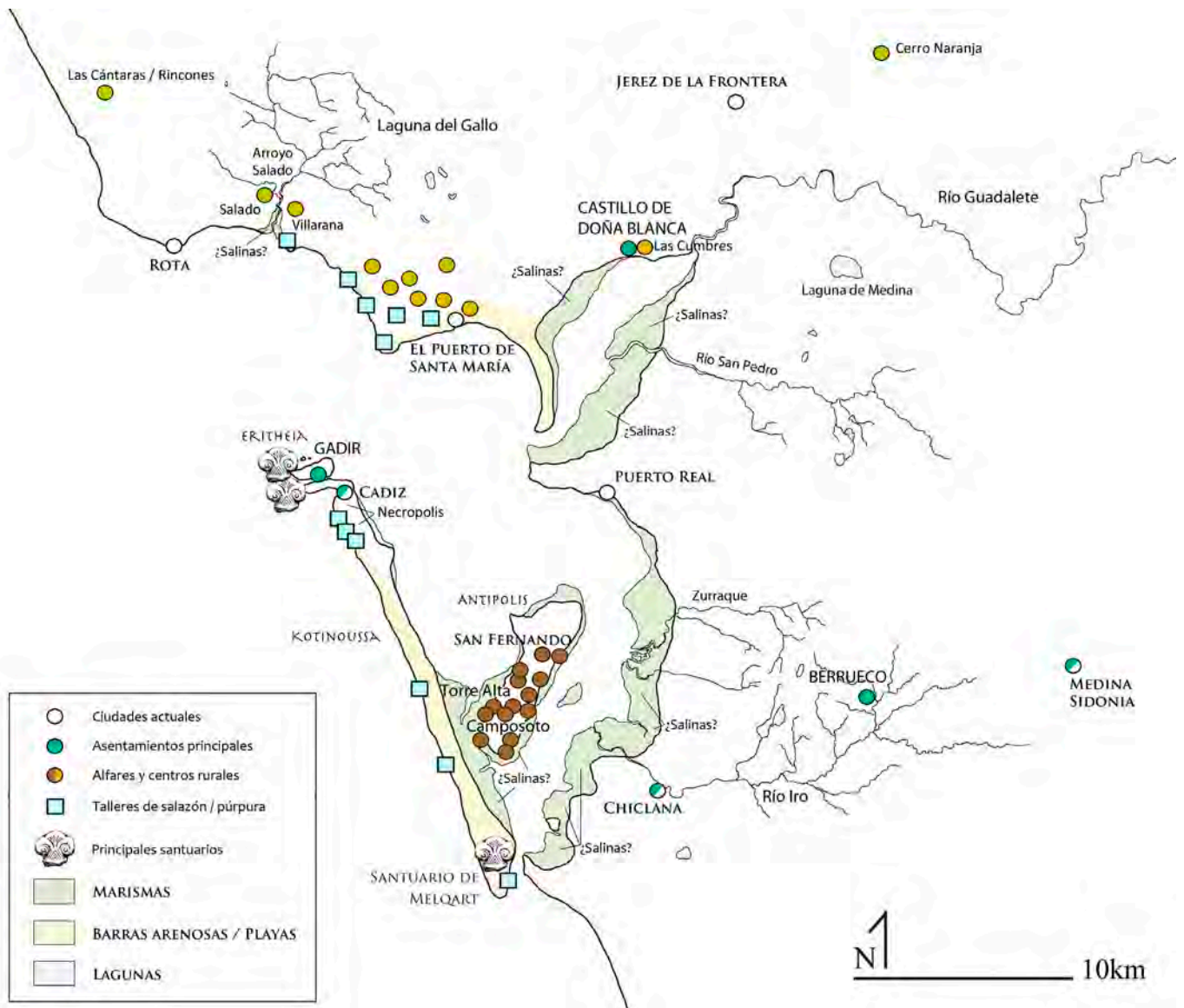


Fig. 1 - Plano con indicación de los principales hitos territoriales y paleogeográficos del modelo de poblamiento de la bahía gaditana durante los siglos VI-III a.C.

podrían cerrar el círculo de información, como ya adelantamos en esta ocasión no serán incluidos en el trabajo y quedan pendientes de un análisis específico, ya que su estudio multiplicaría el volumen de datos hasta rebasar extensamente los márgenes propuestos.

Además de estas limitaciones relacionadas con la deliberada exclusión de algunos grupos de materiales del cuerpo central de análisis, cabe apuntar que desafortunadamente la base material sobre la que deberemos cimentar nuestras propuestas es por el momento limitada (en cuanto a número de contextos analizables o publicados) y se encuentra casi desprovista de «conjuntos cerrados» que aporten instantáneas fiables sobre la evolución

de las cerámicas locales (al contrario de lo ocurrido en otros centros púnicos gracias, por ejemplo, a la aportación de los ajueres funerarios). A ello debemos sumar también la escasez de datos concretos con que contamos aún hoy sobre la tipología de las cerámicas arcaicas gaditanas (algunas notas en Sáez 2018), e incluso sobre la propia existencia virtual de actividades alfareras en la bahía en este periodo colonial, lo que no permite extender la mirada hacia los precedentes de esta época y así concretar aún más para la etapa tardoarcaica las innovaciones incorporadas tras la conversión urbana. En definitiva, una panorámica efímera aunque suficientemente sugerente para servir de esqueleto inicial sobre el que continuar caracterizando la evolución de los

repertorios de vajillas de mesa y “de cocina” de uno de los principales núcleos urbanos y portuarios del extremo occidente del mundo antiguo (Fig. 1), y uno de los principales productores de cerámicas de la región hasta más allá de la conquista romana (lo que, indirectamente, permite dar más valor a este caso de estudio gadirita al constituir la ciudad un referente fundamental para el resto de la región del Estrecho de Gibraltar y sus ramificaciones hacia el interior de Iberia y Mauritania occidental).

2. LOS DATOS MATERIALES: COCINAR EN GADIR EN ÉPOCA PÚNICA Y TARDOPÚNICA

Se ofrece en este segundo apartado una visión panorámica de la producción de recipientes destinados al fuego en los talleres alfareros gadiritas entre la etapa tardoarcaica y el inicio de la romanización de la ciudad. Como se apuntó en la introducción del trabajo, este repaso se verá inevitablemente limitado a la información aportada directamente por alfarerías insulares y ciertos centros de carácter industrial estudiados recientemente (Sáez 2014), con la adición de la escasa información disponible por el momento procedente de lugares de habitación principales o secundarios (Ruiz – Pérez 1995; Ruiz Mata 1997) y de la extensa necrópolis gadirita (Niveau 2009). Por ello, cabe tomar estas referencias como un primer ensayo de construcción del esquema básico de evolución de estos repertorios y no como una sistematización definitiva de los mismos, de igual modo que la ordenación cronológica propuesta no intentará definir cajones estancos sino que simplemente trata de ayudar a la mejor comprensión de las fases esenciales y de los momentos de cambio advertidos a través del análisis de los materiales.

2.1. LA ÉPOCA TARDOARCAICA (C. 525/425 A.C.)

La cerámica denominada «de cocina o de fuego» (es decir, la vinculada a la cocción o cocinado de los alimentos) es una de las categorías cerámicas que por el momento menos ha atraído la atención de los investigadores en el ámbito gadirita, estando apenas representada fuera del estudio de registros de los alfares locales (Sáez 2005; 2008 y 2010) y de las fases tardías de la necrópolis insular (Niveau 2009). Además de los ya mencionados déficits en torno a la determinación de asociaciones contextuales, funcionalidades concretas y análisis de paleocontenidos, cabe destacar que tampoco se han definido adecuadamente los elementos de cocina

importados coetáneos a los locales y que pudieran haber influido en los repertorios locales. Por ello no resulta viable establecer un “cuadro-tipo” que permita una aproximación global a la configuración del menaje de fuego de los gadiritas en toda la etapa post-colonial, por lo que como ya avanzamos se plantea aquí una síntesis centrada en los aspectos tipológicos de las cerámicas de cocina gadiritas, aportando una referencia contextualizada de la evolución de la producción local de ollas, cazuelas, sartenes, etc.

Sin embargo, antes de adentrarnos en dicha senda cabe plantear algunas cuestiones que podrán servir como guía general no sólo para este primer tramo cronológico sino para toda la secuencia tratada en estas páginas, dada la aparente estabilidad observada en lo referido a las fábricas (pastas y tratamientos externos) y tipos de cocciones que recibieron las diversas familias de esta clase (Fig. 2). En este sentido, como nota característica común podemos resaltar el empleo frecuente en su manufactura de pastas menos decantadas que para el resto de categorías, con una carga de desgrasante cuarcítico/silíceo (arena fundamentalmente) más elevada y una granulometría también de mayor grosor medio, características que dotaron a dichas producciones de mejores cualidades para su exposición al fuego¹. En general estas cerámicas de cocina locales se caracterizaron por ser recipientes con un torneado no demasiado cuidado, con escaso interés por disimular las estrías internas, pero de superficies externas normalmente regulares (aunque salpicadas de rugosidades por la alta concentración de desgrasantes) y, en el caso especialmente de las producciones tardías, cubiertas por engobados arcillosos que suelen adquirir tonalidades grisáceas o rojizas. Las cocciones, como en el resto de la producción gadirita, apuntan generalmente a procesos continuos oxidantes de tipo fuerte/medio, aunque no resulta infrecuente el que muchos ejemplares tengan una primera fase de cocción reductora (denunciada por filetes grisáceos o marrón oscuro en el interior de la sección), siendo la pauta dominante la obtención de pastas que oscilan entre el rojizo-anaranjado y el marrón oscuro.

Como señalamos en la introducción, la información disponible actualmente sobre los talleres alfareros gadiritas y sus producciones de época arcaica es verdaderamente reducida (apuntes de mucho interés en Gener *et al.* 2014; Johnston 2015), lo que no permite establecer los fundamentos evolutivos de las series locales “de cocina” más allá



Fig. 2 - Fotografías de la superficie y de la sección de cerámicas comunes (izq.) y de cocina de fabricación gaditana, mostrando las "recetas", coloraciones y acabados más habituales en estas producciones.

del momento de reconversión urbana desarrollado a partir de mediados/finales del siglo VI a.C., aunque en ciertos casos -como el grupo Camposoto DIVa1/2- sus orígenes pueden remontarse con seguridad al siglo VII a.C. avanzado (Torres *et al.* 2014). En cualquier caso, la documentación publicada hasta el momento permite intuir una primacía del menaje fabricado a mano durante los siglos VIII-VII a.C., siendo a partir del VI a.C. las producciones a torno locales las mayoritarias en los registros de todas las áreas de la bahía (Sáez 2018).

Para trazar la línea de evolución de la fase tardoarcaica nos servirán de principal apoyo los depósitos del alfar de Camposoto (Ramon *et al.* 2007) y de algunos de los saladeros de pescado gaditanos, a través de cuyos registros tenemos relativamente bien representado el panorama local para los momentos finales del siglo VI y dos primeros tercios del V a.C. (Sáez 2014). Con más amplitud cuantitativa, los contextos de Camposoto ponen de relieve además la coexistencia quizá desde los primeros compases de este periodo de formas derivadas del tronco de tradición fenicio-occidental junto a otras (helenizantes) tomadas de repertorios foráneos. En cualquier caso, es necesario subrayar que durante la mayor parte de esta etapa los productos del "grupo tradicional" parecen dominar las preferencias de

consumo locales, y sólo a partir de la mitad del siglo V a.C. parece advertirse una significativa expansión del papel cuantitativo de las interpretaciones gadiritas de ollas y cazuelas foráneas.

En este grupo "tradicional", proveniente de la práctica culinaria arcaica, debemos incluir las ollas de tendencia globular, base plana/indicada y labios engrosados ligeramente exvasados (tipos DIVa1, DIVa2, DIVb3 de Camposoto), caracterizadas en casi todas las variantes por la frecuente presencia de acanaladuras exteriores múltiples agrupadas bajo los bordes o sobre la mitad superior del cuerpo. Es probable que dichas ollas formasen pareja funcional habitualmente con tapaderas de pasta común del tipo Ela1/E1b1 (dotadas de un característico pomo y paredes con carenas suavizadas), una forma igualmente heredera de la producción arcaica regional con fuerte arraigo en relación a usos diversos (Fig. 3).

Entre las formas pertenecientes al segundo de los grupos antes citados, aparentemente producto de influencias externas, un caso muy interesante lo constituyen las ollas de tendencia globular o piriforme y bases indicadas o rehundidas incluidas en los tipos DIVb1-DIVb2 de Camposoto (Fig. 4, 2-3), que J. Ramon incluye junto al grupo anterior entre el conjunto de producciones derivadas de la

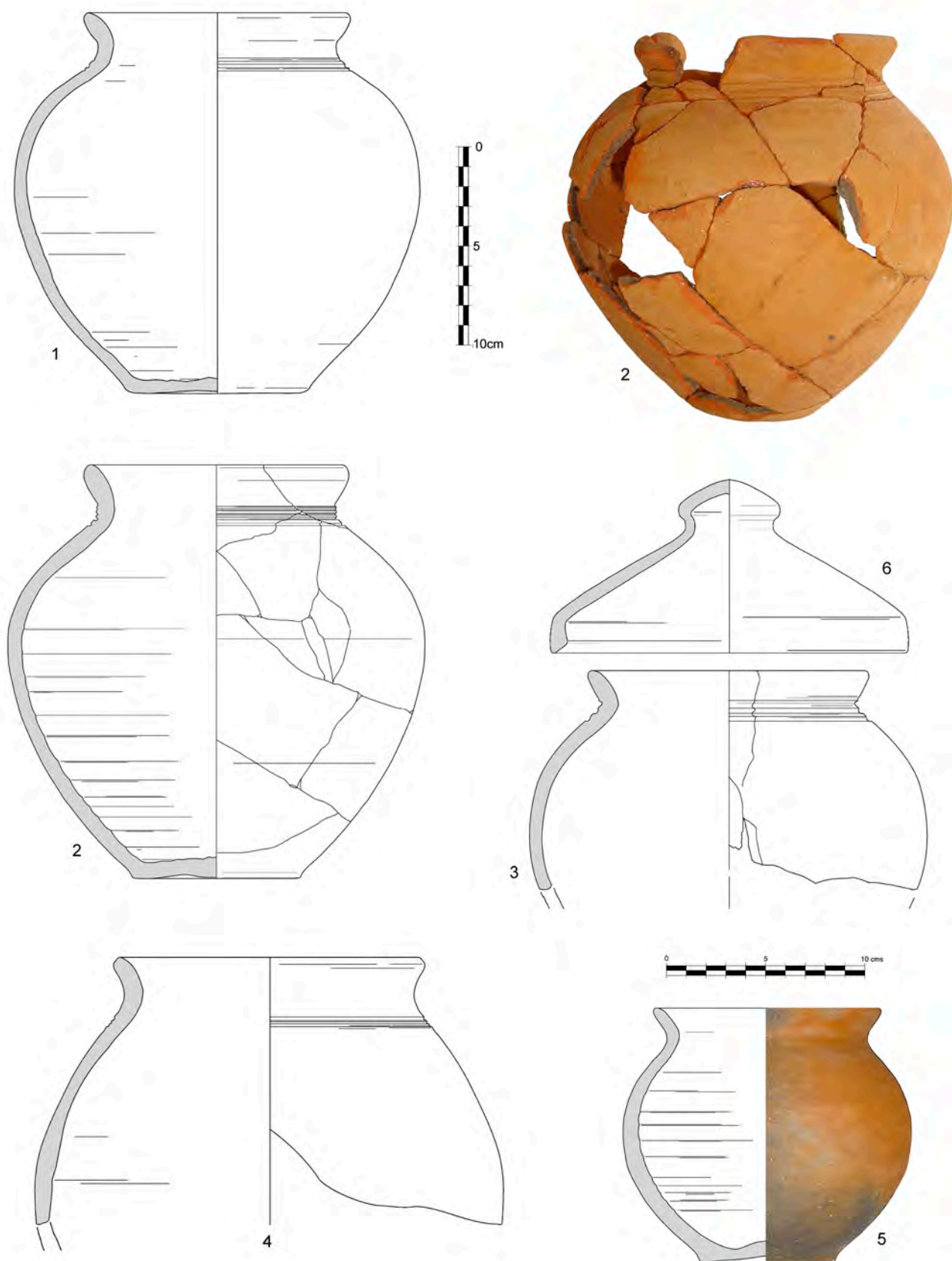


Fig. 3 - Cerámicas de la fase 525-425 a.C.: dibujos y fotografías de ollas tipo D1a1-2 (1-5), y tapadera de la forma Elb1 de Camposoto (a partir de Ramon *et al.* 2007).

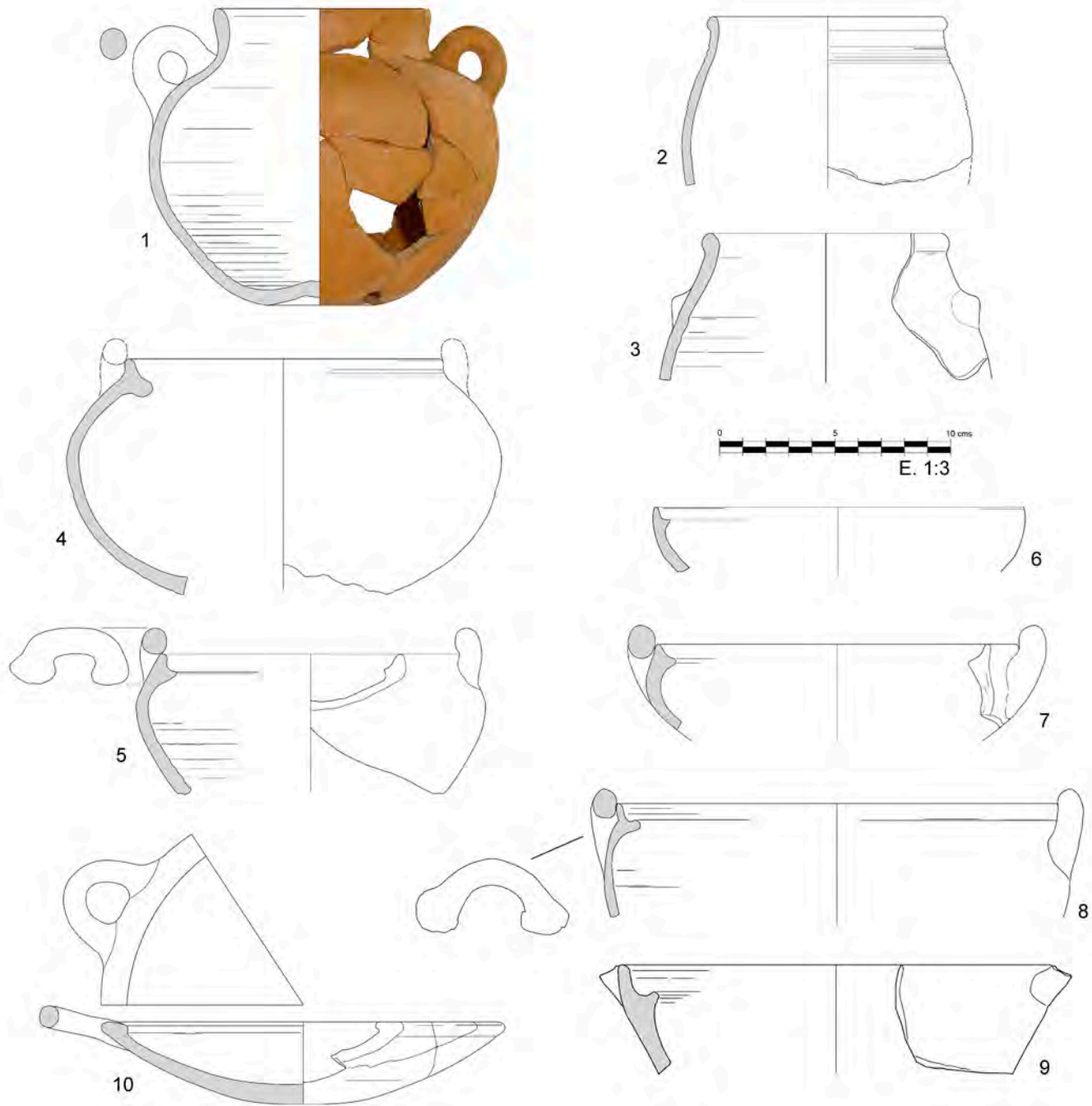


Fig. 4 - Cerámicas de la fase 525-425 a.C.: ollas tipo DIa1 (1), DIVb1-b2 (2-3) y DIIa1-b1 (4-5), cazuelas de las formas DIIb2-DIIc1-DIIId1 (6-9) y forma abierta con asa horizontal tipo DIIIa1 (10), procedentes de la alfarería de Camposoto (a partir de Ramon *et al.* 2007).

herencia arcaica precedente (Ramon 2012a: 229). Se trata de perfiles que definen vasos en general de bocas muy anchas, con labios apenas engrosados al exterior casi indiferenciados o formando un listón de escaso volumen, con ejemplares que parecen portar pequeñas asas o mamelones en la zona alta del

cuerpo, y mucho más frecuentemente agrupaciones (tres/cuatro) de incisiones practicadas bajo el borde y en la zona media del cuerpo. El origen de este grupo formal parece poder situarse cuando menos en la primera mitad del siglo V a.C. a tenor de la documentación de Camposoto, aunque parece

llegar a un desarrollo pleno a partir de mediados o segunda mitad de la centuria. Cabe preguntarse si estos tipos DIVb1-DIVb2 pudieran identificarse como derivaciones dotadas de asas de las propias ollas globulares tradicionales (DIVa1/2), y partiendo de ese supuesto, si pudo ser la influencia de recipientes de cocina griegos tipo *kados* o *chytrai* piriformes biansadas (Sparkes – Talcott 1970: figs. 17-18, pl. 71) la que llevó a los artesanos gadiritas a desgajar ambas familias hasta dar personalidad propia a este tipo. Sin embargo, la falta de datos respecto a otros repertorios centromediterráneos coetáneos como el ebusitano (Ramon 2011) o el cartaginés metropolitano (Bechtold 2010) respecto a la tipología de las ollas de esta fase impiden descartar una influencia púnica indirecta sobre la producción gaditana.

La temprana helenización de parte del elenco formal de las cerámicas “de cocina” locales encuentra un paralelismo evidente con el mismo proceso observado en Cartago (Vegas 2005), donde en los niveles EP/MP (530/480 a.C.) se documenta la presencia de cazuelas de borde bífido inspiradas en el repertorio típicamente heleno del momento (Bechtold 2010: 18-19; 2014). En el caso gadirita este proceso parece estar atestiguado por diversas evidencias de nuevo aportadas por los niveles tardoarcaicos de Camposoto: por una parte, versiones con ligeras variaciones formales de ollas de asas verticales y horizontales, cuerpos globulares y fondos rehundidos muy simples, normalmente de tamaños medios y labios simples verticales (tipos DIa1/DIa2 de Camposoto; Fig. 4, 1), las cuales parecen remitir directamente a prototipos helenos (quizá los ya aludidos recipientes tipo *kados*). En conjunción con lo mencionado para el caso de las ollas tipo DIVb1-DIVb2, no cabe duda de que esta influencia griega debió generar la evolución de formas tradicionales o su sustitución por versiones occidentalizadas, lo que a nuestro parecer refleja este conjunto de formas aún poco conocidas, pero que quizá encuentran una referencia exógena común en los mencionados recipientes tipo *kados* y otras formas de *chytrai* de la época.

Probablemente la familia de elementos tomados de los repertorios helenizados del momento que irrumpe con más fuerza en la producción local sean sin embargo variantes de ollas (*chytrai*) o cazuelas (*lopas*) dotadas de labios bífidos preparados para el apoyo de la tapadera y usualmente también de asas horizontales de tendencia vertical colocadas en la zona alta del cuerpo o junto al borde. En Camposoto (tipos DIa1/DIIb1 y DIIb2?; *vid.* Ramon *et*

al. 2007: 83-84) y en otros centros fueron fabricadas en esta fase tardoarcaica variantes del primer grupo de diversa profundidad con cuerpos incluso tendentes a perfiles globulares, normalmente con bordes no demasiado proyectados en vertical (Fig. 4, 4-5). En el segundo grupo (cazuelas), quizá cuantitativamente más numeroso, se encuentran presentes formas más abiertas y poco profundas de cazuelas también dotadas de bordes bífidos y asas horizontales pegadas al cuerpo (definidas como tipos DIc1/DIIc1 de Camposoto), alcanzando en ocasiones estas piezas dimensiones verdaderamente reducidas orientadas al cocinado de pocas raciones (Fig. 4, 6-9). Es posible que a este conjunto de formas desarrolladas a partir de tipos helenos debamos sumar también peculiares modelos (DIIIa1 de Camposoto; Fig. 4, 10) menos significativos cuantitativamente que se asemejan a las *griddle* o *bean-parchers* del ágora ateniense (Sparkes – Talcott, 1970: 228-229 y 375, fig. 17, pl. 96), es decir, fuentes poco profundas dotadas de una o dos asas que en el caso de los ejemplares gadiritas parecen ser siempre horizontales (como en los ejemplares tardoclásicos-helenísticos áticos; *vid.* Rotroff 2006: 187-188, fig. 86, pl. 70).

En definitiva, esta etapa parece configurarse como un momento de transición muy destacado de las formas de cocinar en Gadir por varias razones. La primera de ellas, por el dominio prácticamente absoluto de las fábricas a torno locales, imponiéndose definitivamente a la tradición a mano arcaica, y en consecuencia dotando de mayor homogeneidad a las cocinas de todos los núcleos de la bahía bajo un marco tecnológico-tipológico común y con un reconocible sabor local. Asimismo, por la constatación de la rápida adopción de modificaciones en el repertorio tomando como referencia formas netamente exógenas (“helenizantes”), que indirectamente parecen reflejar la profundidad de los cambios operados en los procesos y gustos culinarios de las comunidades locales tardoarcaicas. La perduración de algunas formas con larga tradición regional (DIVa1/2) indica no obstante la configuración de un escenario en el que el mestizaje técnico y cultural debió ser la nota dominante (incrementándose el “influjo helénico”, directo o indirecto, a partir de momentos plenos del siglo V a.C.), en un proceso similar al ya descrito para el caso de los elementos cerámicos usados en las mesas gadiritas (Sáez 2015) y que puede intuirse igualmente en la imitación local de ánforas corintias y “jonio-massaliotas” en esta misma fase (Ramon *et al.* 2007).

2.2. LA ETAPA PÚNICA I (425/350 A.C.)

Lo conocido hasta el momento respecto a la evolución del modelo territorial, de las infraestructuras industriales, de la necrópolis y de la propia tipología de los repertorios cerámicos sugiere que éste sería un periodo caracterizado por la continuidad general y consolidación de las pautas tipológicas desarrolladas en los decenios precedentes. Sin embargo, una mirada de detalle a los contextos disponibles permite igualmente advertir evoluciones formales en algunos tipos o familias, los cuales mayoritariamente se orientan a un incremento del carácter “helenizante” del menaje utilizado para cocinar entre los gadiritas. Así, la documentación disponible permite seguir hablando de un repertorio híbrido, conjugando tradición y “helenización” (o “mediterraneización”) de las formas, aunque probablemente con una mayor relevancia de esta segunda fuente si atendemos al peso cuantitativo de los hallazgos registrados en alfares y centros productivos. Será en este momento cuando terminen de configurarse algunos de los tipos de ollas que caracterizarán la producción gadirita de los siglos IV-III a.C., alcanzando ya desde estos primeros momentos de gestación/eclosión niveles de manufactura y comercialización bastante destacados.

En el grupo de los tipos tradicionales, parecen conservar cierto peso los perfiles básicos de la etapa anterior. De este modo, durante este periodo tardoclásico continuarían siendo elementos muy abundantes en las cocinas locales las ollas derivadas de los prototipos globulares arcaicos (tipos DIVa1-2/DIVb3 de Camposoto), con tamaños y detalles técnicos muy similares a los observados para el periodo precedente (aunque parecen desaparecer progresivamente rasgos como las acanaladuras bajo el borde). Sin embargo, uno de los hitos del periodo es el desarrollo de prototipos probablemente basados en las DIVb1-2 tardoarcaicas detectadas en Camposoto, emparentadas con las anteriores, y que evolucionarían con rapidez en estos decenios hasta dar lugar a un tipo de olla que se configuraría como el eje esencial de las cocinas locales durante las dos centurias siguientes. En un primer momento parece que la morfología originaria de este tipo se habría mantenido, con tamaños medianos, bordes con pestañas o resaltes al exterior, cuerpos pseudo-globulares y acanaladuras múltiples en la zona externa. Sin embargo, parece que incluso antes del final del siglo V a.C. estos perfiles habrían dado lugar a una nueva tendencia mayoritaria

determinada por la desaparición de las incisiones, la adopción de cuerpos de fondo rehundido y tramo central globular (con la parte superior muy vertical, levemente cerrada, formando una suerte de “cuello” indiferenciado del cuerpo o apenas indicado por una leve inflexión de la pared) y la fijación de bordes caracterizados por sólidas pestañas plegadas y proyectadas al exterior de sección normalmente tendente a triangular, raramente colgantes (Fig. 5, 1-2). Es decir, consideramos que en este momento tipos como el DIVb1-2 habrían evolucionado, acaso debido al influjo de ollas foráneas de tipo *kados* (aunque es apenas testimonial la presencia de asas en los ejemplares gadiritas), si bien no es posible definir por el momento el grado de importancia que una virtual influencia mediterránea pudo ejercer. Esta evolución cristalizaría en las precursoras iniciales del grupo de ollas definido para la etapa tardopúnica como GDR-12.3.0/12.4.0 (Sáez 2008: 133-136, fig. 41), cuya fabricación y uso continuaría a buen ritmo y sin alteraciones significativas del esquema básico al menos hasta los primeros decenios del siglo II a.C.

Junto a estos tipos, quizá en conexión con este grupo, también es necesario señalar la presencia en los contextos locales analizados de otros tipos o variantes formales, que por el momento apenas han podido ser definidos debido al alto grado de fragmentación de las piezas. Aparentemente en su mayoría se trata de ollas de gran formato (casi asimilable a un caldero) y cierta variabilidad de labios engrosados o simples emparentadas en algunos casos con las DIVa1-2 o DIVb1-2 anteriormente descritas. Es posible que en buena parte de los casos se trate simplemente de versiones de gran porte de ollas descendientes del tipo DIVb1-2, con perfiles superiores del cuerpo muy verticales y labios triangulares, aunque en otros casos cabe apuntar por ejemplo a ollas derivadas o emparentadas con el DIVa1 pero con diámetros de boca muy superiores a la media.

En cualquier caso, en paralelo a estas series tradicionales o en proceso de mestizaje, se fabricaron gran cantidad de variantes de ollas y cazuelas que versionaron con escaso disimulo perfiles griegos coetáneos, continuando la senda ya recorrida en la fase tardoarcaica por los artesanos locales. En este grupo quizá debamos incluir también ollas de asas verticales (de sección oval o pseudo-rectangular), cuerpos tendientes a globulares con diámetros de boca amplios y bordes verticales apenas diferenciados, fondos rehundidos toscos y con grupos de incisiones frecuentes tanto bajo el borde como en la zona media del cuerpo (posiblemente para facilitar su aprensión)



Fig. 5 - Cerámicas de la fase 425-350 a.C.: versión evolucionada de las ollas tipo DIVb2 (1), olla GDR-12.3.0 (2), olla de asas verticales evolución del DIa1-2 (3) y ollas con borde bífido helenizantes desarrolladas a partir del tipo DIa1-DIIb1 (4-5).

(Fig. 5, 3). Desde nuestra perspectiva actual, parece tratarse de ollas probablemente derivadas de los prototipos detectados en Camposoto (tipo DIa1-2), que como ya señalamos podrían haberse configurado al calor de la influencia de las ollas tipo kados helenas (*vid. supra*). Su presencia relativamente frecuente

tanto en contextos productivos (contextos de vertedero diversos del área de Villa Maruja) como de consumo (fosas de desecho de Puerto-19) sugieren que aunque no se trató de una forma principal en el menaje de cocina de este periodo, sí debió contar con una cierta aceptación al menos en el ámbito de

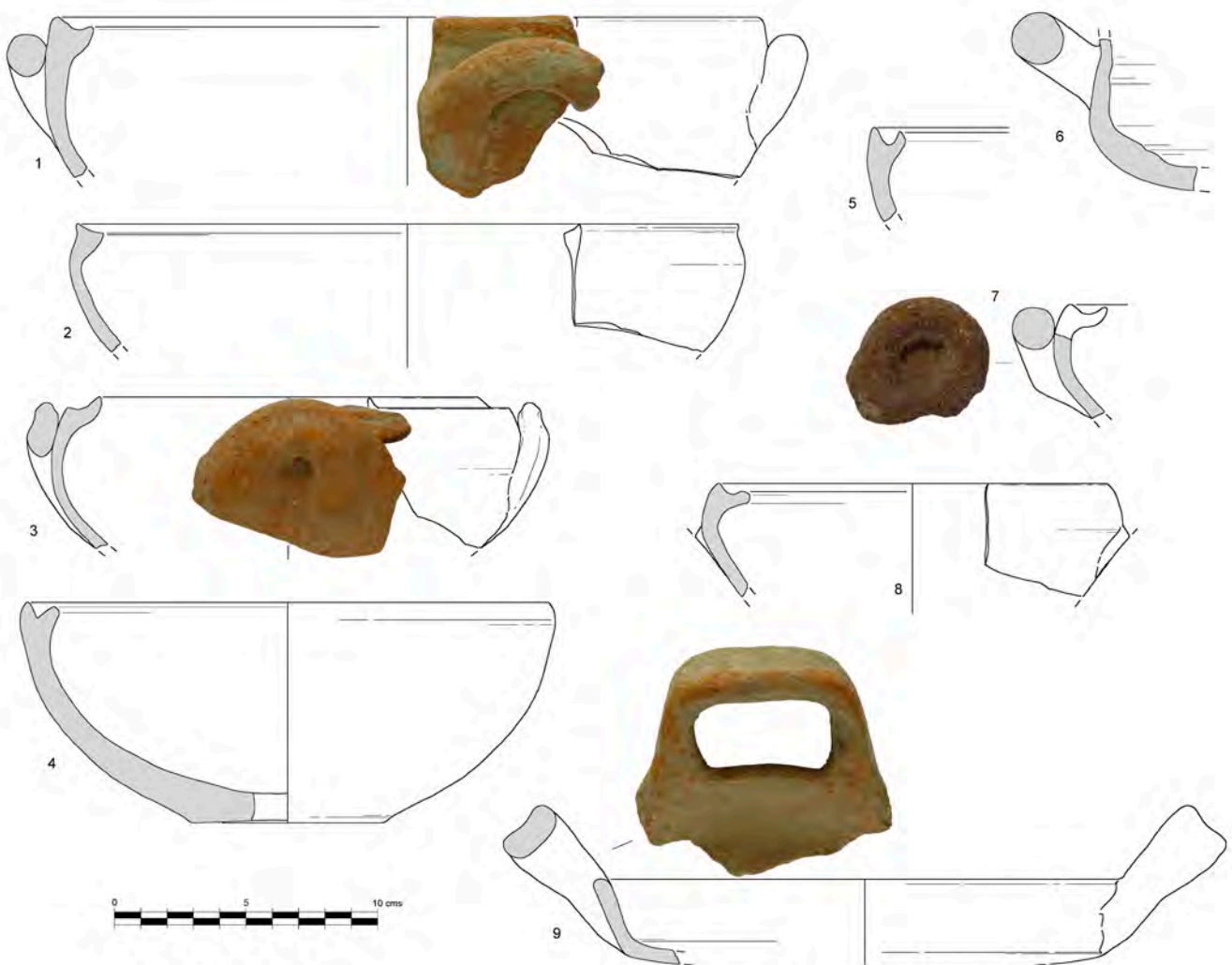


Fig. 6 - Cerámicas de la fase 425-350 a.C.: cazuelas de borde bífido con asas horizontales o apliques de sujeción derivadas de los tipos DIIc1-DIIId1 (1-8) y fuente-espuerta con asas sobreelevadas (9).

la bahía gaditana.

Por lo demás, el repertorio de interpretaciones gadiritas de *chytrai* y *lopades* parece que incrementó su importancia cuantitativa, añadiendo pequeñas variantes sobre los perfiles ya manufacturados en época tardoarcaica. Las ollas (DIIa1) (Fig. 5, 4-5) y cazuelas (DIIb1-2, DIIc1 y DIIId1) (Fig. 6, 1-8) de borde bífido y asas horizontales, derivadas directamente de los prototipos ya conocidos, también parecen haber pervivido durante este periodo con notable éxito, siendo significativa la aparición relativamente frecuente de individuos de pequeñas dimensiones normalmente dotados de elementos de aprehensión pegados a las paredes a modo de asas muy sólidas -o casi mamelones- dotados apenas de una digitación central (Fig. 6, 3). Sobre todo entre estos ejemplares más modestos no resulta infrecuente la presencia

en este periodo de bordes bífidos con la pestaña exterior escasamente proyectada, lo que sugiere que buena parte de esta producción debió salir de los talleres gadiritas con juegos de tapaderas ajustadas específicamente (hoy por hoy muy mal conocidas, predominando aparentemente las descendientes de líneas curvadas de las tradicionales Ela1/Elb1 de Camposoto). En casi todos los casos las características técnicas de estos elementos “helenizantes” habrían conservado la misma esencia de sus predecesores, con paredes gruesas y sólidas y un alisado de superficies y zonas de aplicación de las asas en general poco cuidado, distanciándose así de los prototipos griegos, e insinuando una transmisión de la influencia formal indirecta probablemente a través de otros repertorios púnicos (centromediterráneos) ya por entonces muy helenizados.

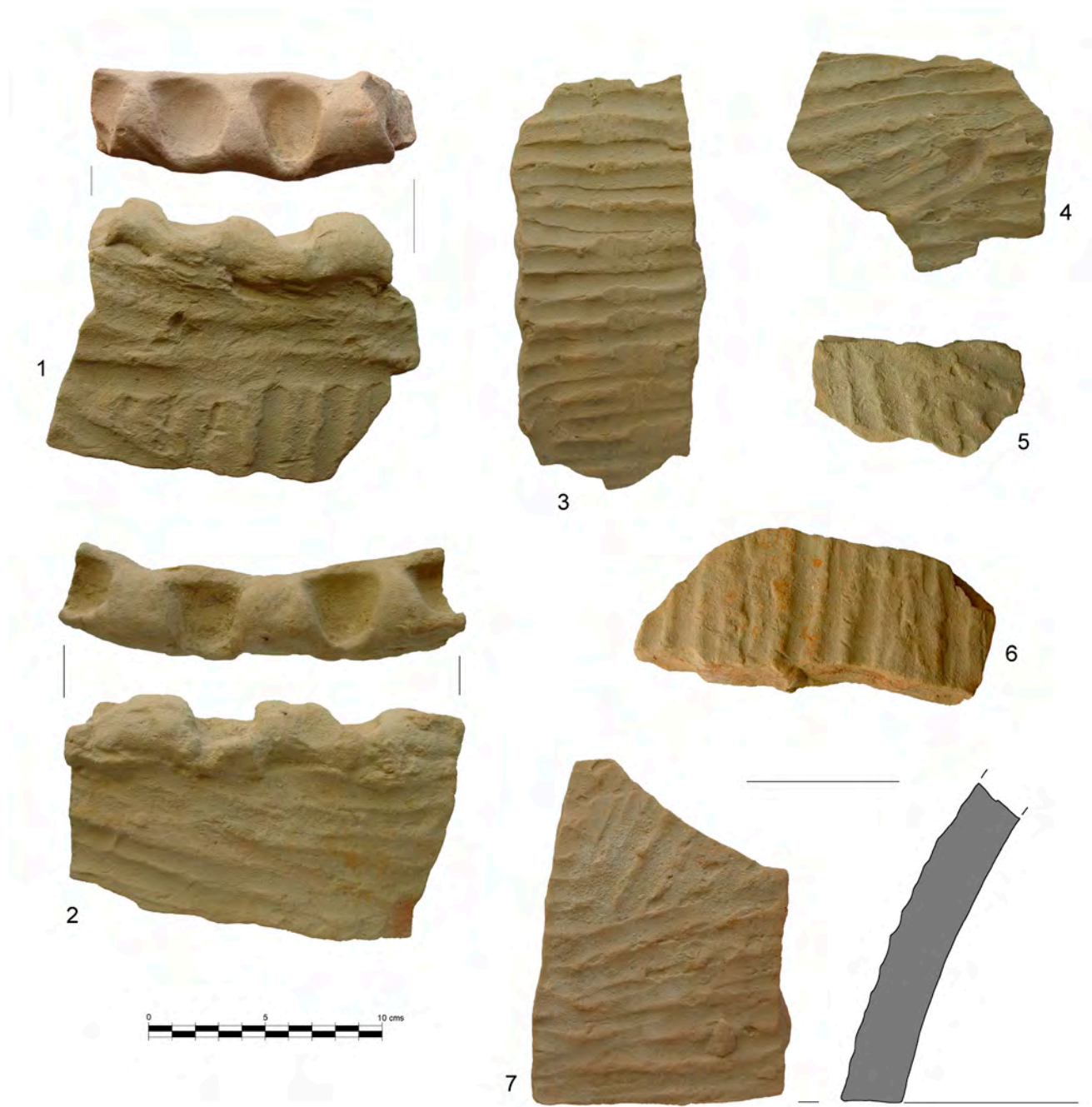


Fig. 7 - Fragmentos de hornos de tipo *tannur* portátiles fabricados y/o utilizados en el alfar gaditano de Villa Maruja-Janer: rebordes con digitaciones de la abertura superior (1-2), fragmentos de paredes con espatulado exterior (3-6) y pieza recortada precocción posiblemente correspondiente a la ventana de alimentación inferior (7).

Finalmente, a este grupo de influencia helena cabe sumar algunos escasos testimonios de la continuidad de la producción de fuentes o sartenes (quizá basadas en el tipo DIIIa1 de Camposoto), que en estos horizontes más avanzados parecen haber dado lugar a pequeñas formas carenadas con asas horizontales de tipo espuerta (Fig. 6, 9), no muy alejadas de los ejemplos ya citados de tipo *griddle* del ágora ateniense (Sparkes – Talcott 1970).

Una visión de conjunto permite así apreciar un repertorio “helenizado” ya plenamente inserto en las estructuras de producción locales, diversificado, que parece colocar a Gadir y a la bahía en una situación no muy distinta de la observable a través de los registros arqueológicos disponibles para casos como Cartago (Vegas 2005; Bechtold 2010), Mozia (Giardino 2013), otros puntos de Sicilia (Quercia 2015) o Ibiza (Ramon 2011: 182, fig. 11), es decir, en una tradición

culinaria plenamente conectada con la existente en los principales focos culturales mediterráneos de la época.

Aunque no pertenecientes al repertorio vascular en uso en el ámbito gadirita, otros elementos fabricados en sus talleres pueden contribuir a proporcionar una visión más ajustada de la evolución de los usos habituales en las cocinas locales. De este modo, debemos destacar que en este momento pueden datarse las evidencias más antiguas registradas por el momento en los talleres cerámicos gadiritas acerca de la fabricación de hornos domésticos de tipo *tannur* en formato portátil. Es decir, de hornos unicamerales realizados en cerámica, de paredes gruesas y diámetros en torno a 1 m, cuyo perfil no ha podido por ahora definirse dada la ausencia de ejemplares suficientemente completos. Se trata de piezas que a pesar de su peso y robustez contaron con un acabado espatulado irregular en la cara externa y con cordones digitados tanto en el cuerpo como en su remate superior, incluyendo quizá estas características para facilitar su manejo y transporte. La base parece normalmente plana, acaso cortada en fresco con una cuerda muy fina o simplemente fabricada a partir del apoyo de los rollos de arcilla iniciales sobre una superficie plana (no se observan huellas de torno, y sí parecen advertirse algunas zonas de unión de estos rollos superpuestos). Estos hornos contarían con una boca de alimentación amplia, practicada en la zona baja del cuerpo, mostrando en general una estructura semejante a los conocidos hornos domésticos fijos presentes en los ambientes domésticos de la bahía desde al menos el siglo VIII a.C. (con conocidos ejemplos en CDB o Teatro Cómico). Estos hornos portátiles fueron al menos usados en los contextos industriales de la bahía, como sugieren las huellas de combustión circulares documentadas en diversos saladeros, y también en los propios contextos del alfar de Villa Maruja (Fig. 7).

2.3. LA ETAPA PÚNICA II (C. 350/237 A.C.)

El menaje cerámico utilizado para cocinar por los gadiritas en este periodo no escapa a la tendencia general observada para fases precedentes, sin que se detecten indicios de una transformación tan evidente y profunda como la definida para el caso de las vajillas de mesa barnizadas, grises y comunes, ahora plenamente volcadas hacia una helenización prácticamente absoluta (Sáez 2015; Niveau – Sáez 2016). En el ámbito de las cerámicas de fuego la

documentación disponible sugiere una continuidad de la trayectoria ya definida para el tramo cronológico inmediatamente anterior, es decir, una perduración de las series procedentes del repertorio arcaico local/regional (aunque en franco retroceso) y en paralelo la fabricación de una creciente variedad de formas “helenizantes” que ya estarían plenamente asentadas en la tradición alfarera local y no parece que necesitasen de nuevos estímulos externos. No obstante, debemos señalar que dicho escenario de partida evolucionaría hasta desembocar en el siglo III a.C., si no algo antes, en otro en el cual el grupo “helenizante” dominaría prácticamente por completo los registros alfareros y de consumo analizados hasta el momento, poniendo el acento de nuevo en la capacidad de adaptación y adopción en Gadir de hábitos y modas culinarias mediterráneas casi en tiempo real.

Depósitos de vertedero de gran interés como los documentados en los cuadros C4 o C1/D1 del saladero de San Bartolomé o la UE 136 de la factoría de Puerto-19 (Sáez 2014), así como en menor medida testares de alfarerías como Villa Maruja (Sondeo B, PK 229) o Torre Alta (Sector II de 1995) ilustran con cierta amplitud estos horizontes, permitiendo una primera aproximación a sus componentes esenciales. Entre los elementos considerados de tipo “tradicional”, cabe citar la presencia sobre todo en la fase correspondiente a la segunda mitad del siglo IV a.C. de individuos aún derivados o variantes del tipo DIVa1-2 de Camposoto, incluso portando agrupaciones de incisiones bajo el borde. Sus características técnicas permanecerían invariables, al igual que la combinación de módulos medios y pequeños, tendiendo la forma a desaparecer a partir de inicios del siglo III a.C. o evolucionar en un segundo plano hacia formas más estilizadas identificables con las tardopúnicas GDR-12.1.0 y GDR-12.2.0 (Sáez 2008: 132-133, fig. 40).

El tipo de olla dominador de todo el periodo sería sin duda el GDR-12.3.0 (Fig. 8, 1-3), que con múltiples matices en cuanto a volumetría, morfología del borde o angulosidad de la inflexión de la pared superior del cuerpo, debió producirse en masa en la generalidad de talleres activos del momento. La desaparición absoluta en esta fase de las DIVb1-2, que proponíamos como precursoras de este tipo, parece reafirmar esta posibilidad, describiendo ya en estos decenios tardoclásicos una trayectoria completamente independiente. En este proceso así como en su evolución posterior no parece que debamos perder de vista los estrechos paralelismos

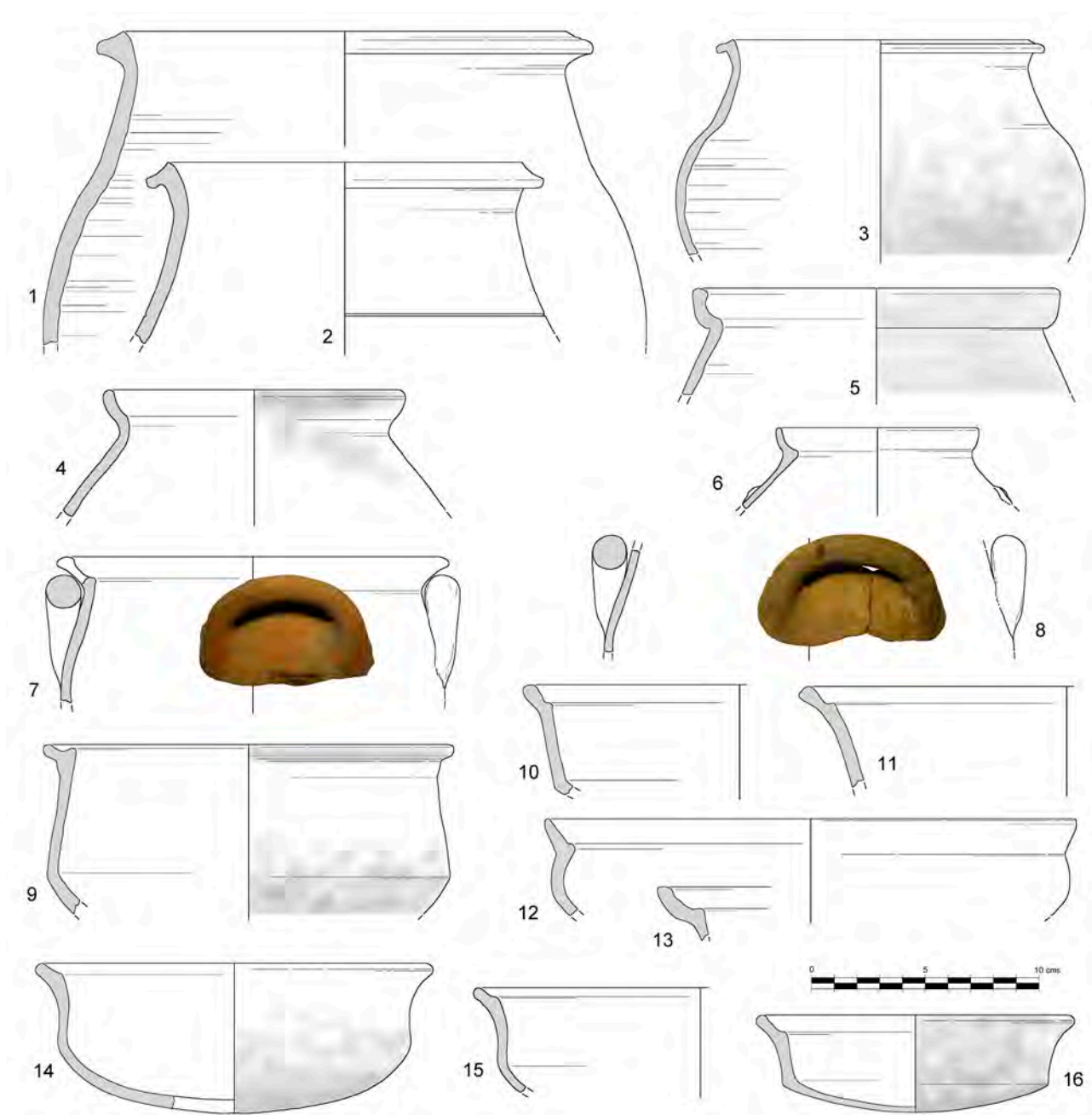


Fig. 8 - Cerámicas de la fase 350-237 a.C.: ollas del tipo GDR-12.3.0 (1-3), *chytrai* pseudo-globulares con asas (4-6) y diversas variantes de cazuelas (7-16).

entre estas ollas gadiritas y perfiles muy similares detectados en el ágora de Atenas y otros muchos centros griegos desde la etapa clásica avanzada (las ya citadas «*chytra*, common type» de Sparkes – Talcott 1970: 224, fig. 18, pl. 93). En especial, el análisis del material helenístico de los depósitos atenienses permite apreciar claras conexiones con las ollas mono/biansadas clasificadas como Formas 1 y 10 (en realidad probables estadios evolutivos de un mismo esquema), producidas profusamente entre estos momentos y el siglo I a.C. (Rotroff 2006: 167-

169 y 177-178, figs. 71-72 y 80-81). La dinámica de evolución formal observada por esta autora resulta sospechosamente similar a la definida en la bahía gaditana, detectándose en Atenas conforme avanza la etapa helenística un crecimiento en longitud de los ejemplares, una mayor frecuencia de bordes proyectados al exterior a modo de pestaña (aunque diferenciados de los anteriores, vinculados al apoyo de la tapadera) y sobre todo el predominio de ejemplares con *baggy profile* y “cuellos” algo más diferenciados del cuerpo redondeado desde avanzado el siglo III

a.C. (Rotroff 2006: 168). En las versiones gaditanas no se ha apreciado hasta el momento la presencia de asas verticales, si bien el resto de los patrones formales son plenamente coincidentes, lo que a nuestro juicio supone al menos un toque de atención sobre una probable vía de inspiración formal para actualizar los utensilios para cocinar a la griega en este rincón atlántico³.

Las formas netamente helenizadas ganarían en este periodo aún más terreno, diversificando el catálogo de variantes formales y adaptándose igualmente a la evolución técnica detectada en sus repertorios de referencia. Entre las ollas, destaca la evolución de las incluidas en el tipo DIIa1 de Camposoto hacia formas con cuerpos completamente convexos, más estilizados o en ocasiones también con *baggy profile*, normalmente dotadas de dos asas horizontales de sección redondeada (bien pegadas al cuerpo/borde o más potentes y separadas) y bordes bífidos con una pestaña exterior de notable desarrollo vertical (Fig. 8, 4-6). Por lo general, las paredes de estas ollas presentan grosores muy inferiores a los detectados en sus predecesoras, dando un aspecto más delicado y frágil a las piezas, siendo frecuentes también los ahumados o ennegrecidos en sus superficies externas. Los perfiles producidos en Gadir en estos momentos presentan una estrecha similitud morfométrica con las formas 5-7 definidas en el ágora de Atenas para la etapa helenística (Rotroff 2006: 173-175, figs. 75-77, pl. 64-65), pero no debemos perder de vista las conexiones tipológicas evidentes con productos análogos torneados en el ámbito griego y púnico centromediterráneo, destacando en este último caso los paralelismos con la bien definida cerámica “de fuego” ibicenca (Gómez – Gurrea 1985; Guerrero 1995 y 1999; Ramon 2011: 182, fig. 18). Otras variantes de mayor diámetro y bocas más anchas, dotadas también de asas horizontales externas, también se documentan en los talleres locales (Fig. 8, 7-9). De forma directa y/o indirecta, de lo que no cabe duda es que la fabricación de estas *chytrai* plenamente helenizadas en el ámbito de Gadir se adaptó con velocidad durante esta fase a los cambios marcados por sus prototipos griegos y púnicos, reproduciendo con fidelidad no solo las formas sino también los detalles técnicos (como paredes más finas que permitían aligerar el peso, pastas con más contenido de desgrasante refractario, asas de mayor tamaño, etc.).

Otro tanto cabe apuntar respecto a la manufactura local de cazuelas (Fig. 8, 10-16), cuya evolución siguió los parámetros generales ya

esbozados para el caso de las ollas, especialmente la tendencia al adelgazamiento de las paredes y la ejecución de líneas generales más estilizadas y bordes algo más desarrollados. La manufactura de *lopades* en Gadir a la manera griega en este periodo evolucionó sobre los esquemas tardoarcaicos (tipos DIIb1-2/DIIc1/DIIId1 de Camposoto) hasta dar lugar a un heterogéneo grupo de variantes con tamaños muy diversos y cuerpos de líneas redondeadas (con fondos convexos) o carenados, con inflexiones aristadas, ofreciendo un panorama muy similar al observado en el ágora ateniense (Rotroff 2006: 179-186). Los modelos desarrollados en estos momentos se configuran así como precedentes directos de la producción de época bárcida y de los primeros decenios de la presencia romana (*vid. infra*), identificándose con nitidez como precursores de tipos como las GDR-11.1.0, GDR-11.2.1, GDR-11.3.0, GDR-11.4.1 o GDR-11.5.1 (Sáez 2008: 129-132, figs. 38-39), señalando con claridad la existencia de un fuerte arraigo de estos repertorios helenizados en el seno de las cocinas gadiritas y en la oferta productiva de sus alfares.

Nuevamente la transmisión de estas morfologías a los alfares de la bahía gaditana pudo acontecer por vías indirectas si atendemos a la producción de estas formas de cazuelas “helenizadas” en múltiples centros púnicos del Mediterráneo central, con especial fuerza durante el siglo III a.C. (algunos casos significativos en Campanella 1999; Ramon 2012a: 237-238, fig. 4; o Quercia 2015), aunque parece más lógico pensar en que el grueso de la producción corresponde en realidad ya a derivaciones locales debidas a que los perfiles “a la griega” formaban parte de la propia tradición alfarera y culinaria local. De este modo, en conjunto con las *chytrai* antes descritas, parece que también en este periodo gran parte del repertorio de cocina local gadirita debió estar compuesto por formas netamente “helenizadas” y técnica y morfológicamente adaptadas a las modas mediterráneas del momento, subrayando de nuevo la conexión fluida de la ciudad con las principales redes comerciales y de transmisión cultural.

2.4. LA FASE DE OCUPACIÓN CARTAGINESA (C. 237/200 A.C.)

De forma análoga a lo advertido para el caso de la vajilla de mesa (Sáez 2015), este turbulento periodo en lo político no parece haber afectado en profundidad los esquemas productivos del menaje cerámico destinado al cocinado de los alimentos,

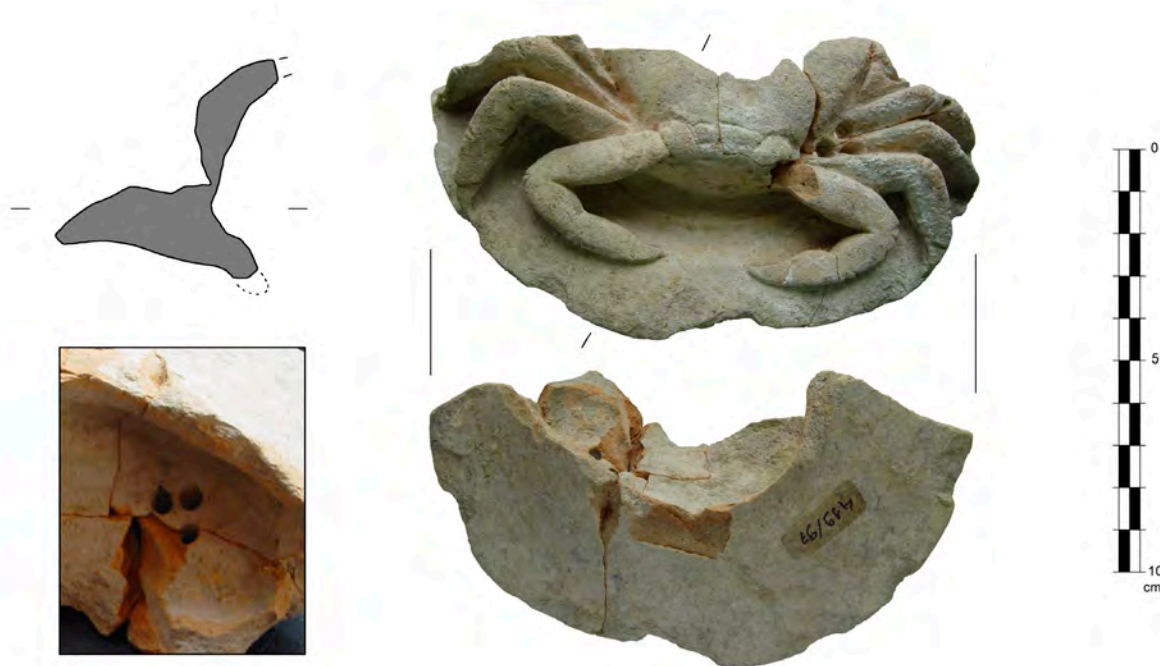


Fig. 9 - Fotografía y sección de tapadera en forma de cangrejo producida en el alfar insular de Torre Alta (a partir de Sáez y Sáez, 2004). En recuadro, detalle de los tres orificios practicados pre-cocción, probablemente destinados a facilitar la salida del vapor.

pudiendo advertirse a través del registro disponible una perduración del escenario inmediatamente precedente, incluso con escasas novedades formales sobre las tipologías preexistentes. En general tanto en la vertiente considerada “tradicional” como en los modelos íntegramente “helenizados”, es perceptible la continuidad técnica y estilística, continuando asimismo el retroceso del primer grupo frente al segundo y la diversificación de las variantes formales de las versiones locales de *chytrai* y *lopades*.

Los descendientes más evolucionados de las ollas globulares tardoarcaicas se encuentran representados en estos horizontes, en diversos módulos y variantes (definidos como GDR-12.1.0 y GDR-12.2.0 en Sáez 2005 y 2008), aunque carentes ya de las características acanaladuras bajo el borde. Estas ollas pseudo-globulares con labios simples vueltos al exterior parecen a partir de ahora minoritarias en la producción local, mostrando en muchos casos acabados toscos, con fondos planos o ligeramente cóncavos, correspondiendo gran parte de los ejemplares a piezas de gran capacidad (destinadas quizá a un uso colectivo). Es posible que una de estas ollas de diámetros de boca reducidos fuese la receptora de una pieza singular fabricada en el alfar de Torre Alta, una tapadera con la forma de un cangrejo dotada de varias perforaciones para la salida

del vapor que pudo ser realizada para formar parte de un juego funcional concreto, quizá no destinado a un uso práctico diario (Sáez – Sáez 2004) (Fig. 9).

No obstante, las ollas plenamente dominadoras del periodo serían de nuevo las descendientes de los precedentes tardoclásicos del grupo conformado por los tipos GDR-12.3.1 y variantes afines (Sáez 2008: 132-134, fig. 41), ahora masivamente dotadas de fondos cóncavos muy simplificados y cuerpos abombados (*baggy profile*) con labios dotados de salientes proyectados al exterior (Fig. 10, 1). Estas formas de *chytrai* sin asas fueron fabricadas en enormes volúmenes en los talleres activos en este periodo, lo que justifica sus infinitas variantes de labios y acabados en la transición de la “espalda” o parte alta del cuerpo, así como la coexistencia de morfometrías muy variadas que incluyeron ejemplares de gran capacidad y otros aparentemente reservados a raciones muy reducidas (Fig. 10, 2-4). A ello debemos sumar también algunos recipientes también de pequeñas dimensiones, aparentemente sin asas, cuyo encastre con la tradición anterior de ollas globulares es complejo de determinar (Fig. 10, 6).

El repertorio local de ollas (Fig. 10, 5) y cazuelas (Fig. 10, 7-16) “helenizadas” de borde bífido o con solero experimentarían en esta fase una expansión sostenida desde el periodo anterior,

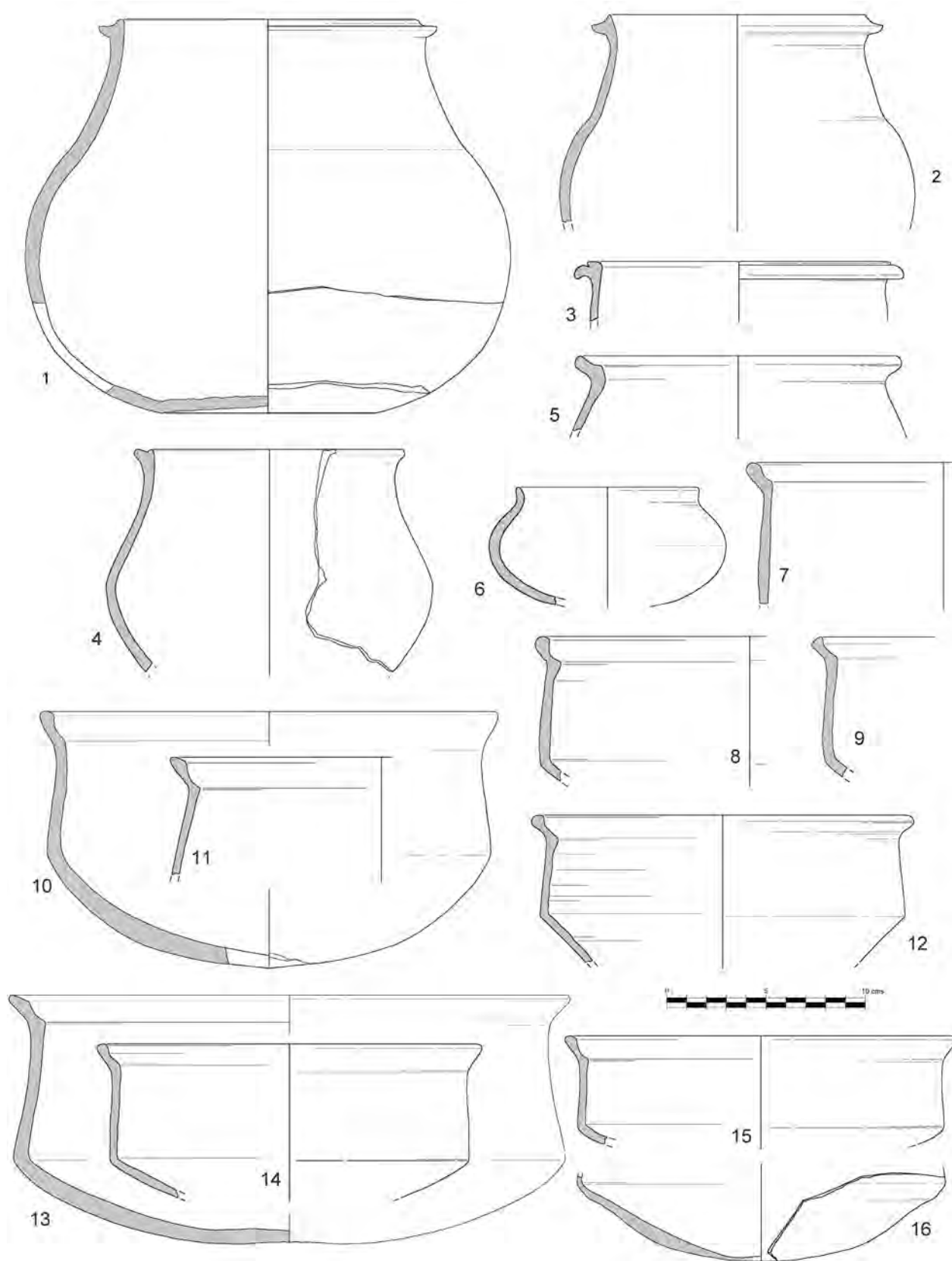


Fig. 10 - Cerámicas de la fase 237-206 a.C.: ollas de tipo tradicional GDR-12.3.0 (1-4), pequeña olla globular sin asas (6) y versiones locales de formas de tradición griega o helenizada de ollas (5) y cazuelas profundas de diversas dimensiones y perfiles (7-16).

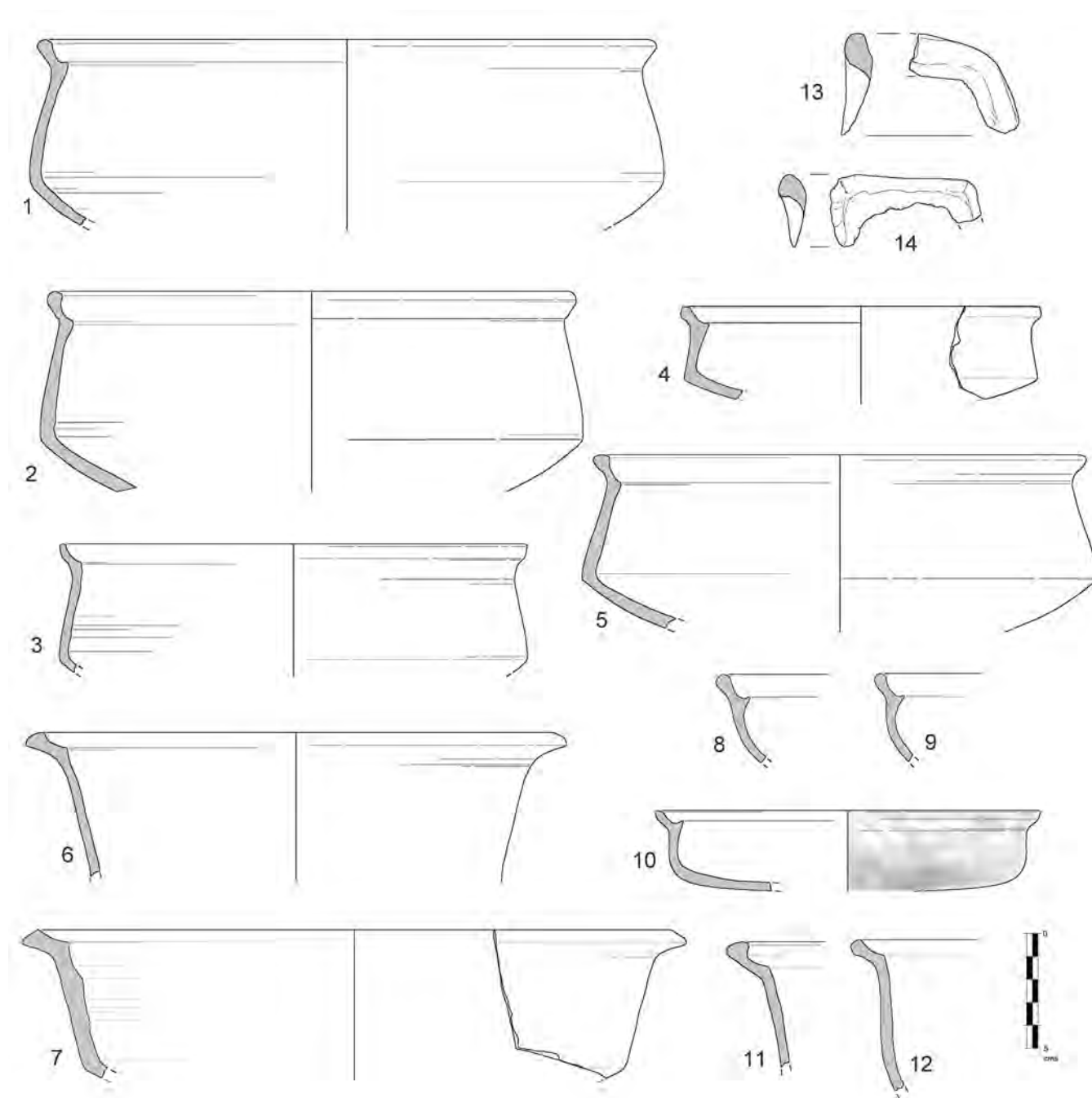


Fig. 11 - Cerámicas de la fase 237-206 a.C.: cazuelas de diversos tipos y apliques externos documentados sobre estas formas, que muestran la enorme diversidad de estos elementos durante esta fase (incluyendo al menos tres módulos principales).

contando con perfiles y tamaños muy variados, aunque evolucionando directamente sobre los modelos ya en producción en momentos prebárcidas (especialmente, GDR-11.1.0 a GDR-11.5.0 y GDR-12.6.0). En cuanto a las ollas, el esquema básico continuaría correspondiendo al grupo conformado por las formas 5-7 del ágora ateniense (Rotroff 2006: 173-175), es decir, individuos con paredes relativamente finas, labios con pestañas exteriores no

muy desarrolladas y cuerpos pseudo-globulares con fondos preferentemente convexos, normalmente dotados de asas verticales más o menos adosadas a la pared. Parece que en general este tipo de ollas fue fabricado en tamaños medios o pequeños, sin que haya sido posible caracterizar los tipos de tapaderas correspondientes a estas series de *chytrai* (ni desafortunadamente tampoco las vinculadas a las cazuelas coetáneas).

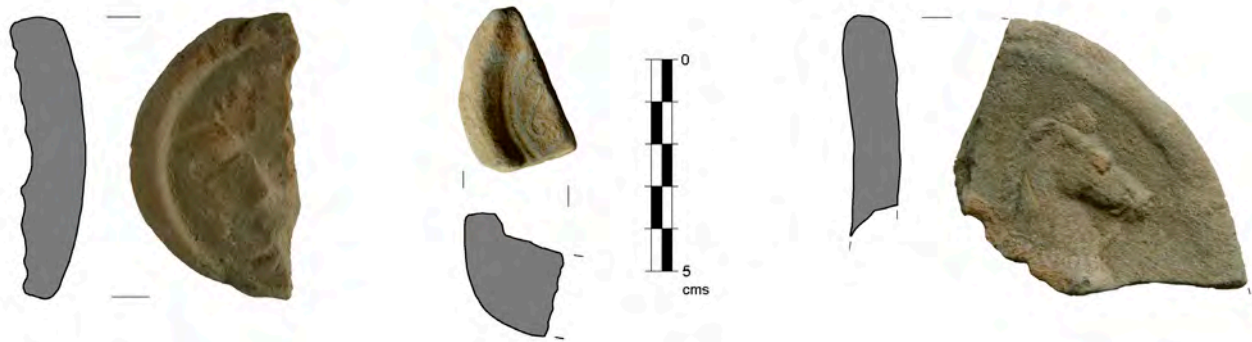


Fig. 12 - Fragmentos de discos para estampar pan/pasteles con motivos en relieve desechados en los vertederos del taller de Torre Alta, los cuales muestran motivos quizá geométricos y un jinete o hipocampo (dcha.).

La manufactura de *lopades* helenizadas (Fig. 10, 7-16; Fig. 11) alcanzaría en este periodo probablemente su punto álgido, desarrollándose infinitas variantes de bordes bífidos pero con dimensiones, profundidades y perfiles. Esta destacada variabilidad deriva de la tendencia iniciada en el periodo precedente, y parece plenamente inserta en la consolidación y expansión final de este tipo de recipientes abiertos en los repertorios de cocina tanto en el ámbito griego como en los centros púnicos del Mediterráneo centro-occidental (como ilustra por ejemplo la vajilla ebusitana del momento, ampliamente estudiada; *vid.* Ramon 2012b: 601-603, fig. 9). La mayoría de estas variantes de cazuelas debieron portar asas horizontales, normalmente ajustadas al cuerpo o debajo de la pestaña exterior del borde, no muy separadas del cuerpo, documentándose la presencia de apliques casi semejantes a mamelones que sustituirían funcionalmente a verdaderas asas (Fig. 11, 13-14). Es asimismo destacable de las *lopades* de este periodo la continuidad en la coexistencia en paralelo de individuos de tamaño medio y pequeño (quizá destinados a “raciones individuales”, identificados como GDR-11.3.2/3), abundantes tanto en los contextos alfareros como en los de consumo analizados hasta el momento. Como antes adelantamos, queda sin embargo aún mucho terreno por andar en lo referido a la identificación de las tapaderas relacionadas con estas cazuelas gadiritas, aún escasamente definidas (Niveau 2009: 135, fig. 102), sobre todo si consideramos que parece que ya en estos momentos habría finalizado la producción de las tradicionales Ela1-Elb1.

Finalmente, debemos señalar que no se han documentado por el momento -a pesar del amplio registro disponible- individuos evolucionados de ollas de asas verticales o “fuentes/sartenes” (las citadas *parcher* áticas), lo que quizá sugiere la extinción de esta rama durante este periodo, aunque se trata evidentemente de un aspecto que deberá ser verificado en el futuro a través del análisis de contextos domésticos en las principales áreas de habitación de la bahía.

A este interesante conjunto de formas vasculares dedicadas a la cocina debemos sumar la introducción en este periodo, aunque con continuidad en las fases posteriores, de la fabricación y uso de pequeñas matrices cerámicas circulares destinadas a estampar motivos iconográficos diversos sobre panes o pasteles. Por el momento la evidencia disponible es restringida, tanto en el ámbito de la zonas de habitación y funerarias (Niveau 2009) como entre los residuos de producción de estas matrices en los alfares locales. En este último grupo cabe incluir algunos ejemplares fragmentarios de discos con motivos en relieve, en diverso grado de conservación que muestran iconografías que incluyen un posible jinete (¿quizá un hipocampo?), y cenefas y motivos centrales geométricos, acaso pseudovegetales (Fig. 12). Los paralelos cercanos para esta práctica son por el momento escasos, documentándose el uso de estas matrices para estampar en Tamuda, en las proximidades de Tetuán (Fumadó 2006), en contextos de similar cronología o posteriores (Bernal *et al.* 2013). Se trata en todo caso de un tipo de instrumento para cocinar ampliamente conocido en el Mediterráneo

central púnico, y que por tanto parece configurarse como una innovación tomada quizá desde ese ámbito a partir de mediados del siglo III a.C.

2.5. LA ETAPA TARDOPÚNICA (C. 200/125 A.C.)

Como en el caso de los repertorios de vajilla de mesa barnizada o sin barnizar, resulta nítidamente perceptible en este periodo una progresiva intensificación de la influencia formal de los tipos y funcionalidades de la vajilla de cocina itálica, cuya importación hacia el extremo occidente atlántico crecerá pareja a este incremento de su protagonismo como referencia formal y comercial. Así, se aprecia con claridad como en este periodo, especialmente en la segunda mitad de la centuria, que la utilización en los contextos de consumo locales de piezas itálicas importadas es cada vez más numerosa (de igual modo que crece exponencialmente el uso del barniz negro itálico), debiendo adaptarse los talleres locales a este nuevo escenario, originándose con rapidez respuestas imitativas a esta llegada masiva de materiales itálicos. Como en todas las etapas anteriores, se nos escapa el hecho crucial de si estos cambios en la tipología se correspondieron con modificaciones de los procesos alimentarios locales, de la creciente presencia de colectivos itálicos o de una combinación de ambos factores, ni cómo afectaron exactamente a posibles cambios en el modo de cocinar y consumir los alimentos. En cualquier caso, son aún muy escasos los contextos de consumo analizados, y tampoco demasiado abundantes los estudiados en el ámbito de las alfarerías gaditanas del momento, por lo que cabe tomar estas pautas como un esquema provisional necesitado de ulteriores verificaciones.

A pesar de todo, es necesario resaltar como tanto contextos productivos como de consumo subrayan el hecho de que la producción de cazuelas y ollas de morfologías helenizadas (ya clasificables como tradicionales) continuó a buen ritmo durante buena parte de la centuria, sin que se advierta en absoluto una cesura o revolución tipológica significativa en los primeros compases del cambio de dominador. De este modo, probablemente la vigencia de muchos de estos «tipos tradicionales» (Sáez 2008 y 2010), al menos entendidos como familias morfológicas genéricas, habría perdurado hasta un momento incierto de la segunda mitad del siglo II a.C., si bien desde la mitad de dicha centuria los escasos contextos alfareros disponibles sugieren una progresiva pero marcada “italización” del repertorio de cocina local. Depósitos como el

conchero exhumado en Luis Milena en 2007 o el relleno del horno H-I de Torre Alta parecen apuntar a que en estos primeros decenios del siglo II a.C. el repertorio básico de cerámicas destinadas al fuego estaría dominado prácticamente en su totalidad por formas derivadas de las cazuelas y ollas de la etapa precedente, especialmente variantes del grupo GDR-11.1/5.0⁴, ollas del GDR-12.1.1, GDR-12.3.0, GDR-12.6.0 y en menor medida reducciones del GDR-12.2.3 (Sáez 2008: 127-137) (Fig. 13). Este argumento permite sospechar una romanización inicialmente lenta tanto de las costumbres y modas como de los propios mercados locales, y por consiguiente una continuidad de los modos de vida y productivos tradicionales al menos en los primeros momentos.

Sin embargo, como en el ámbito de la vajilla de mesa, los cambios no se harían esperar, fruto probablemente de una mayor presencia del comercio itálico a nivel regional, y sobre todo del papel del puerto gaditano como plataforma atlántica fundamental de la República. Ciertos contextos de producción ilustran en la medida de lo posible estas modificaciones, caso de depósitos como el «horno republicano» de Pery Junquera (González *et al.* 2001), el relleno del horno H-I y los H-1/H-2 de Torre Alta (Arteaga *et al.* 2001; Muñoz – Frutos 2006) o alguno de los vertederos localizados en la calle Asteroides (Sáez 2008: 391-400), a los que podemos sumar contextos de consumo como los estratos de abandono del saladero de calle San Bartolomé, todos ellos fechados en el transcurso de la segunda mitad del siglo II a.C.. Asimismo, en estos y otros puntos ha sido posible iniciar el rastreo e identificación de la *facies* de importaciones itálicas de cocina correspondiente, compuesta esencialmente por cazuelas del tipo Vegas 14 (más platos-tapadera acompañantes tipo Burriac 38,100), fuentes de engobe rojo al interior (especialmente tipos Luni 1 y 5) y ollas de tendencia piriforme tipo Vegas 2, como principales exponentes de un *pack* culinario que complementaría a la vajilla barnizada y los propios productos envasados en ánforas⁵.

Como decimos, los talleres locales incluyeron con regularidad entre sus cuadros productivos tradicionales las nuevas formas itálicas altamente demandadas, resultando en su mayor parte ensayos de imitación muy fieles a los prototipos originales, normalmente muy cercanos tanto en detalles formales como en dimensiones. Se dará a partir de la configuración de este nuevo escenario la convivencia de algunas series tradicionales de éxito con imitaciones gadiritas de los modelos itálicos que

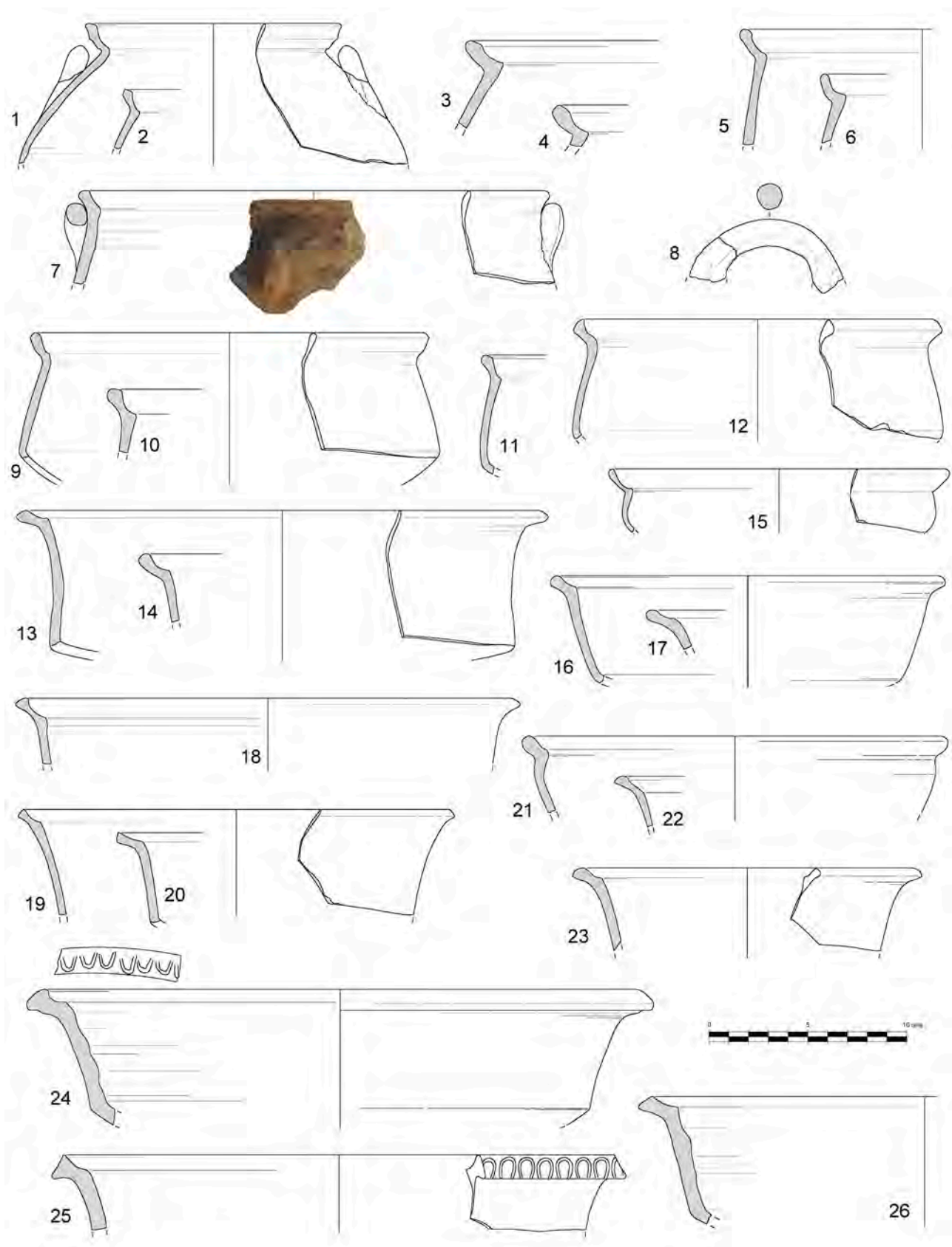


Fig. 13 - Cerámicas de la fase 206-125 a.C.: variedad tipológica de las ollas (1-4) y cazuelas (5-23) de tradición helenizante de este periodo; también, “cazuelas” del tipo GDR-11.1.1 con impronta de pseudo-ovas sobre el borde (24-26), una forma en realidad de cerámica común que no parece haber sido utilizada para el fuego.

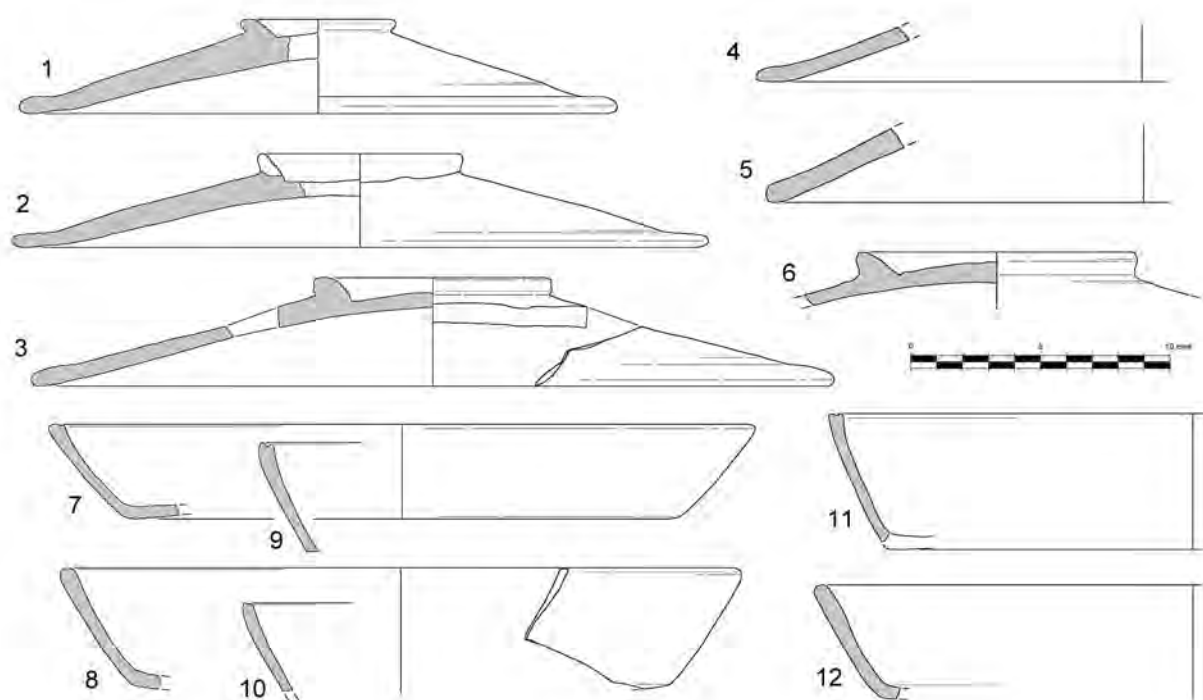


Fig. 14 - Cerámicas de la fase 206-125 a.C.: Platos tapadera locales tipo Burriac 38,100 (1-6) y versiones gaditanas de cazuelas de borde bífido Vegas 14 (7-12).

arribaban en mayores proporciones, destacando especialmente casos como el de las cazuelas de borde bífido del tipo Vegas 14 (Fig. 14, 7-12), fabricadas con seguridad en gran parte de los talleres conocidos por el momento desde al menos mediados del siglo II a.C. Otras formas que deben incluirse en esta renovación del repertorio local son los platos-tapadera del tipo Burriac 38,100 de Aguarod (1991: 107-120, fig. 21) (Fig. 14, 1-6), con posibles precedentes en tapaderas asociadas a las *lopades* de tipo púnico (*vid. supra*), fabricados también en cantidades apreciables sobre todo a partir de los años centrales de la centuria y aún con más intensidad -al igual que las Vegas 14- desde el tramo final del siglo. Ambas formas incluso podrían haber conformado en muchos casos complementos funcionales, aunque los platos-tapadera también pudieron combinarse con cazuelas de tipo púnico fabricadas coetáneamente. En ambos casos parece que se trató de formas con gran aceptación en los mercados locales, lo que conllevaría su rápida fosilización en el repertorio local y su continuidad en producción hasta más allá de la etapa republicana (un buen ejemplo de ello en el alfar de El Palomar; Cf. Sáez – Díaz 2014).

Respecto a las ollas, también se detecta la continuidad de formas de larga tradición local, caso de variantes del grupo GDR-12.3/4.0, las cuales

dominarían los mercados gaditanos conservando en gran medida su configuración básica. En paralelo apenas se detectan indicios de imitaciones de la forma Vegas 2 (Aguarod 1991: 103-106, fig. 20, 4-5), una forma de amplia tradición en los repertorios campanos desde al menos el siglo III a.C., que quizá pudo ser fácilmente asimilada a los usos locales dada su similitud formal con tipos de raíz púnica local como el GDR-12.2.1/3 (Sáez 2008: 132-134, fig. 40, situándose su manufactura local no antes del tramo central del siglo II a.C.). Junto a éstas, apenas puede citarse a la luz de la documentación disponible la emergencia en las décadas finales del siglo II a.C. de otras formas de ollas cuyo origen es actualmente difícil de rastrear, caso de la definida como GDR-12.7.1 (Sáez 2008: 134-137), una producción completamente ajena a los cánones de la tradición local que ha sido identificada incluso en varios tamaños, siempre dotadas de cuerpos aparentemente piriforme-globulares y labios triangulares.

Un caso merece una atención particular, pues a nuestro juicio puede servir -en el estado actual de la investigación- como paradigma de la dificultad de rastreo de los autores y cauces de influencia sobre los repertorios locales. Unos pocos fragmentos localizados en vertederos de alfar de la *Antipolis* sugieren la posibilidad de que a este elenco de

formas foráneas reproducido se sumasen cazuelas tradicionalmente clasificadas dentro del tipo Vegas 4.1-2, consideradas *communis opinio* dentro de las producciones romanas propias de la etapa republicana avanzada/final (Vegas 1973: 19-21, fig. 5, 1-2). Sin embargo, estudios más recientes han puesto el acento en el más que probable origen cartaginés de esta familia de *lopades*, relacionadas con otras formas de la cerámica de cocina itálica (Aguarod 1991: 99-103, fig. 18, 1), situando sus orígenes en el área tunecina en torno al tramo central del siglo III a.C. aunque alcanzando sus mayores cotas de fabricación y difusión exterior en la primera mitad del II a.C., fase en la que se muestran abundantísimas por ejemplo en los estratos de la última Cartago (una discusión más amplia sobre esta cuestión en Guerrero 1999: 58-59, fig. 112). De modo genérico, se trata de cazuelas sin asas caracterizadas por un cuerpo no demasiado profundo, con carenas muy marcadas, y sobre todo por un borde muy proyectado al exterior en forma aplanada, en ocasiones recubierto de una característica capa grisácea más o menos homogénea. En un buen número de contextos gaditanos de este horizonte a los que se ha tenido acceso estas cazuelas están presentes dentro del capítulo de importaciones, tanto con pastas/acabados que remiten a producciones itálicas (particularmente campanas) como tunecinas, estas últimas con arcillas muy rojizas y una muy frecuente presencia de engobados espesos cubriendo las superficies.

Considerando todo ello en conjunto, la posibilidad de que estas cazuelas fuesen imitadas por el repertorio local plantea serias dudas sobre si dicha reacción productiva pudo responder a una llegada/competición con versiones itálicas o cartaginesas, máxime si tenemos en cuenta que no es posible encuadrar cronológicamente con precisión ni el consumo de ejemplares foráneos ni sus posibles imitaciones. Así las cosas, y teniendo en cuenta que las evidencias más antiguas apuntan a un fenómeno ya vigente en la primera mitad del siglo II a.C., es posible contemplar un escenario en que ambas fuentes contribuyesen a la emergencia de las versiones locales, descansando a partir de mediados de la centuria más el peso de las importaciones en la producción itálica. En cualquier caso, a nuestro juicio este caso pone de relieve como la bahía gaditana se encontraba plenamente conectada con las dinámicas culinarias en boga en el foco centromediterráneo casi “en tiempo real”, participando activamente de la introducción de formas que podían considerarse en el momento como parte del *instrumentum*

internacionalizado para el procesado alimentario.

Lo expuesto en estas líneas es, probablemente, sólo un primer boceto de un proceso de asimilación cultural y económica mucho más complejo que debió cristalizar en su vertiente material en un abanico de imitaciones también más amplio del que el registro analizable actualmente permite concretar. La creciente influencia de modelos de *caccabus* y *patinae* itálicas, cuyo reflejo en la producción gadirita habrá de definirse con mayor detalle a través de la documentación de nuevos contextos alfareros y de consumo, parece haber continuado acentuándose durante la primera mitad del siglo I a.C., cristalizando hacia mediados de la centuria en un proceso de reconversión generalizada de las producciones y sistemas económicos gadiritas debida a la definitiva inmersión de la ciudad y su élites en las estructuras del mundo romano, algo que ha sido puesto de manifiesto reiteradamente a través de la lectura macroscópica-territorial-de la maquinaria productiva e igualmente del análisis de los repertorios anfóricos resultantes de este proceso (Sáez 2008).

Entre el último cuarto del siglo II a.C. y la fase augustea cabe por tanto hablar de un repertorio de cerámicas destinadas al fuego altamente romanizado, con pervivencias en franco retroceso, con claridad cada vez más dominado por versiones locales de cazuelas y tapaderas genuinamente itálicas, generándose así un repertorio híbrido que constituirá el germen que posibilitará la eclosión altoimperial de los repertorios provinciales béticos. El examen reciente de conjuntos materiales de los siglos I-II d.C. de alfarerías gaditanas (desafortunadamente, muy deficientemente estudiados aún para el caso de Gades; *vid.* Girón 2016), en la etapa de máximo esplendor económico de la bahía en la Antigüedad, permite constatar que formas como las Vegas 14 y platos-tapadera continuarían en este periodo fabricándose a buen ritmo, incluyendo aún el repertorio local derivados de cazuelas “de tipo púnico” a la vez que ollas emparentadas con las Celsa 79.28 (Vegas 4.5) y otros tipos globulares de asas verticales (Sáez – Díaz 2014).

3. VALORACIONES DE CONJUNTO Y PERSPECTIVAS DE INVESTIGACIÓN

No cabe duda de que el esquema planteado en estas páginas puede servir, como ya lo hiciese en su momento nuestra propuesta inicial (Sáez 2005), como un nuevo andamio transitorio que permita seguir refinando nuestro conocimiento de

la evolución de las pautas de fabricación y consumo de “cerámicas de cocina” en el ámbito de la bahía gaditana protohistórica. Las tendencias generales, en cualquier caso, parecen estar relativamente fijadas, al margen de que nuevos descubrimientos puntualmente permitan afinar detalles tipológicos o centros de producción, por lo que para concluir proponemos una breve síntesis de dicho trazo grueso y concluiremos presentando algunas líneas de investigación en curso de desarrollo que quizá hagan posible descender a mayor nivel de detalle arqueohistórico en el corto plazo.

Respecto a la evolución de la producción y consumo, poca duda cabe de que durante la etapa arcaica la mayor parte del utillaje cerámico de cocina usado fue realizado a mano, probablemente en un número elevado de pequeños talleres de potencial limitado y con unos criterios técnicos y decorativos bastante homogéneos (Torres *et al.* 2014). La localización de estos talleres es incierta (Johnston 2015), y estas cerámicas a mano pudieron ser realizadas tanto en la zona insular como en las campiñas que circundan la bahía y las cabeceras del Guadalete y el Iro, siendo la identidad de los fabricantes igualmente anónima. Si este fenómeno correspondió a la presencia de mujeres “indígenas” en el seno de las comunidades fenicias de la zona es un hecho que debe aún ser verificado adecuadamente. En cualquier caso, no cabe hablar de unos usos y técnicas autóctonas para las cocinas locales de época arcaica, puesto que ejemplos como el “barrio fenicio” de CDB o los espacios domésticos del Teatro Cómico evidencian la existencia de verdaderas “cocinas” dotadas de elementos tan orientales como hornos fijos de tipo *tannur* (Gener *et al.* 2014). Como ya se dijo en apartados anteriores, la mención a ollas a torno en los niveles más antiguos de CDB (Ruiz – Pérez 1995), así como su presencia en contextos coetáneos o anteriores de Huelva, evidencian que la aparente ausencia de *cooking pots* orientales (o de estilo oriental; Cf. González de Canales *et al.* 2004) en la bahía se debe únicamente a la casuística arqueológica y la falta de publicación de muchos de los contextos arcaicos exhumados en las últimas décadas. La primacía de la cerámica a mano iría progresivamente desapareciendo a partir sobre todo de mediados del siglo VII a.C., momento en el cual la industria alfarera a torno local parece cobrar un notable auge, desarrollando entre otros “productos” las ollas globulares de borde vuelto al exterior y fondo aplanado, dominadoras del panorama local a partir de finales del siglo VII y del VI a.C. (para CDB, Cf.

Johnston 2015; una visión general en Sáez 2018).

Desde este poco conocido siglo VI, el panorama se enriquece notoriamente con mucha más abundancia documental procedente de las instalaciones alfareras y conserveras púnicas locales (Ramon *et al.* 2007; Sáez 2014), lo que sin embargo dibuja un panorama mucho más diversificado formal y estilísticamente que hace que haya que mantener la desconfianza acerca de un siglo VI a.C. aún por caracterizar satisfactoriamente en la bahía. La cerámica a mano prácticamente desaparece tanto en las islas como en el continente, obteniendo la primacía de las cocinas las series de ollas y cazuelas a torno de producción local. Se observa en la fase tardoarcaica una clara influencia del mundo griego, quizá alentada y/o filtrada desde la esfera cartaginesa, dibujando una tendencia de reproducción de influjos mediterráneos que sería imperante hasta la anexión romana (y que puede vislumbrarse con idéntica nitidez en ánforas, vajillas de mesa, terracotas, etc., como en Ibiza y otros centros púnicos occidentales). La coexistencia de las ollas globulares tradicionales con estas nuevas series “helenizadas” se desarrollaría entre los siglos V-IV a.C., terminando de imponerse estas últimas de una forma abrumadora ya a partir de finales del IV y sobre todo a lo largo del III a.C.

Aunque desafortunadamente carecemos de datos arqueofaunísticos directos, no parece que pueda entenderse este proceso de otra manera sino como la adaptación de los gustos y modelos de consumo de las comunidades locales a las “tendencias” gastronómicas internacionales del resto del mundo mediterráneo del momento, del mismo modo que los cambios relatados en la cerámica “de cocina” arcaica sugieren una progresiva implantación de la dieta oriental en las mesas gadiritas, no exenta probablemente de una hibridación metodológica y de sabores que habría sido el germen de la cocina tardoarcaica. En suma, un panorama aparentemente abierto y flexible entre los siglos V-III a.C., con una personalidad propia gestada en la etapa arcaica y a la que se añadirían importantes matices greco-púnicos (si se permite el uso de esta terminología aplicada a la coroplastia centromediterránea) seguramente tamizados y adaptados a las costumbres y necesidades locales. A partir de 206 a.C., una tendencia similar, agudizada por la sumisión política y económica efectiva a otra potencia como Roma, que terminaría modelando cambios importantes en el repertorio “de cocina” desde al menos el segundo cuarto del siglo II a.C. (incluyendo la imitación local de modelos de éxito y la generación de nuevas asociaciones de

ítems para cocinar, procesar y consumir en la mesa).

A pesar de que el marco de evolución general de las cerámicas en el plano formal parece ya bastante aquilatado, son muchas las vías de análisis abiertas y que permiten sostener la necesidad de profundizar en la misma dirección a corto plazo. Obviamente, una prioridad será seguir sumando perfiles completos y variantes a la limitada cantidad de ellos disponible actualmente, lo que permitirá afinar aún más la propuesta tipológica, máxime si estas piezas completas provienen de contextos arqueológicos fiables cronológicamente. Otra cuestión capital será el prestar mucha más atención a la identificación y definición formal de las tapaderas que acompañaron a ollas y cazuelas, especialmente en los contextos que permitan una asociación directa de ambas series, puesto que si los perfiles de las vasijas son escasos aún lo son más los de sus cerramientos (como se ha expuesto a través de diversos ejemplos en el bloque anterior).

Sin embargo, quizá el principal déficit a atender sea la escasa información disponible acerca del uso y la funcionalidad específica de muchos de los tipos incluidos en esta sistematización, pues para la mayoría se presume una modalidad de manejo que en la mayor parte de ocasiones únicamente se fundamenta en su propia morfología. En este sentido, la publicación más exhaustiva de este tipo de cerámicas en los contextos prerromanos de la bahía podrá solventar en el futuro parte de estos problemas, ayudando sobre todo los conjuntos de materiales que puedan coligarse a actividades muy concretas (como rituales post-enterramiento, ajuars de tumbas, hogares o vertederos en espacios residenciales, etc.) y la asociación directa a macrorestos de contenidos aún *in situ* (lo que adicionalmente brindará la posibilidad de realizar muestreos para análisis químicos con la debida certeza de contar con posibilidades de identificar productos concretos, a pesar de la degradación y la acumulación de usos de los cacharros). Por clarificar suficientemente está aún también otro ingrediente clave para entender el modo de empleo de estos pucheros: si existieron al menos desde época clásica soportes a modo de anafres como los bien conocidos del mundo griego coetáneo (y probablemente en el Mediterráneo central púnico), lo que tendría sentido atendiendo a la adopción desde fechas tempranas de formas de ollas y cazuelas “a la griega”, pero que por ahora sólo cuenta con algunas referencias con cronologías que parecen remitir ya a la etapa romano-republicana (Bernal *et al.* 2017; Gener – Niveau *e.p.*).



Fig. 15 - Ensayo experimental de cocinado y consumo utilizando réplicas de una olla del tipo Camposoto Dlla1 y de cuencos simples (gachas) y carenados (vino). El soporte usado para sostener la olla corresponde a una producción tradicional de cerámica marroquí actual.

En esta misma línea, otro aspecto esencial a verificar será el modo de empleo habitual de estas ollas y cazuelas en los diversos contextos cotidianos de la bahía, tanto en escenarios funerarios o de habitación como en los centros industriales, y la vinculación de estas vasijas con el uso de hornos de tipo *tannur* fijos o móviles (por ejemplo, mediante la verificación de la opción de que algunos modelos de ollas pudiesen ajustarse al diámetro de la abertura superior de estos hornos, o si por el contrario se usaron las bocas de los hornos para suministrar el calor, como parece ser frecuente en los edificios fenicios del Teatro Cómico). Esta falta de certezas en aspectos esenciales difícilmente rastreables basándonos en la documentación arqueológica actualmente disponible están comenzando a ser investigados a través de ensayos de Arqueología Experimental, para los cuales se ha combinado el uso de la tipología (reproduciendo tanto vasos de mesa como ollas y cazuelas) con los datos útiles existentes sobre fauna terrestre y marina en contextos de consumo (no sólo atendiendo a las especies, sino también a su asociación y a la presencia de huellas de corte, degradación por exposición al fuego o altas temperaturas, etc.). Aún en sus primeros pasos, estas experiencias de cocinado usando réplicas de las cerámicas púnicas (Fig. 15) han permitido inferir características interesantes respecto a su proceso de fabricación, a los modos de empleo viables para cada



Fig. 16 - Recreación en 3D de cerámicas comunes y de cocina púnicas de los talleres gaditanos, mostrando algunos de los modelos usados para el cálculo de capacidades y modulaciones del repertorio local (diseño de Ricardo Belizón Aragón, ARQ-TECH).

tipo y adicionalmente el *timing* necesario para lograr guisos y frituras comestibles (una exposición más amplia de los primeros resultados en Sáez y Belizón, e.p. a).

Dentro de este capítulo final de las perspectivas de futuro de la investigación de estas cerámicas debemos finalmente hacer mención también a la cuantificación de las capacidades de las ollas/cazuelas. Los ensayos iniciales realizados para las producciones de los siglos V a III a.C., para los cuales se han usado tanto las ya citadas réplicas a escala real como modelos digitales en 3D (creados con Blender a partir de dibujos vectoriales), han permitido detectar indicios sugerentes de la existencia de módulos de capacidad estandarizados que en muchos casos se tradujeron en la producción de un “perfil-tipo” en varios formatos adaptados al número de raciones a obtener. Estos cálculos de capacidad, que se han extendido desde las propias infraestructuras productivas (Sáez – Moreno, 2017) hasta categorías del alcance económico de las ánforas (Sáez – Belizón e.p. b), han posibilitado así la comparativa de los resultados obtenidos en las ollas y cazuelas con los arrojados por la medición de cuencos contemporáneos a cada serie (que no casualmente también muestran tendencia a ordenarse en diversos módulos repetitivos). Así, se han podido establecer equivalencias verosímiles del número de raciones teóricas que se obtendrían a partir de una cocción en un determinado tipo de olla (Fig. 16), servidas en un módulo de cuenco concreto (Sáez – Belizón, e.p. a), lo

que abre un abanico de opciones de enorme interés si se traslada al análisis demográfico de contextos “cerrados” bien conservados, vertederos domésticos, etc. (al ser posible establecer una correlación entre la capacidad de las ollas y el número de servicios/habitantes potenciales de un espacio). En cualquier caso, aún moviéndonos en un terreno de notable provisionalidad, un panorama investigador activo y prometedor que asegura aportar significativas novedades prontamente.

Notas

² - Sólo en la etapa tardopúnica (vid. infra 2.4/2.5) encontramos producciones con morfologías de cocina pero elaboradas con pastas con “recetas” más parecidas a las de la cerámica común (sin un tratamiento refractario), más decantadas y mejor tratadas. Se trata de una excepción que, en realidad, se limita según los datos disponibles actualmente apenas a una porción reducida y concreta de la producción (las tradicionalmente denominadas “cazuelas” del tipo GDR-11.1.0), cuya inclusión dentro de las “cerámicas destinadas al fuego” es más que cuestionable no sólo por esta configuración de sus pastas sino también por haberse documentado recientemente un ejemplar con el perfil completo, dotado de un pie indicado plano (expuesto en el Museo de Cádiz entre los hallazgos de la zona de necrópolis de la “Ciudad de la Justicia” extramuros de Cádiz).

³ - Es posible que otros indicios más sutiles puedan estar también apuntando a esta capacidad de los talleres gadiritas de actualizar su oferta con rapidez, en función de la evolución de los repertorios de referencia de cada momento. En concreto, la aparente desaparición en esta fase de las ollas biansadas derivadas del tipo D1a1-2, probablemente emparentadas con el tipo kados griego también en declive en este periodo, nos hacen suponer que la injerencia de las vajillas de cocina griegas o helenizadas sería una constante vital importante en la conformación de las preferencias productivas de los artesanos locales.

⁴ - Incluso dentro de esta familia cabe incidir en el caso particular de las GDR-11.1.1 (Fig. 13, 24-26), una parte de las cuales presenta un característico estampillado en forma de cenefa continua de ovas o pseudo-ovas sobre la parte exterior del borde (Sáez 2008: 127, fig. 38; Niveau 2009: 130-131). Al margen del debate generado sobre su encuadre funcional, no cabe duda de que este tipo de decoración parece encontrar un marco de comparación amplio entre la producción cartaginesa coetánea (Lancel 1987), si bien su fabricación no parece haber sobrepasado el primer cuarto/tercio del siglo II a.C.

⁵ - A ello habría que añadir otros componentes circulantes en proporciones mucho más bajas, entre los cuales cabe destacar los característicos kalathoi y jarritas bicónicas grises producidos en la costa de la Citerior y que debieron fluir con asiduidad por las redes principales del comercio itálico del momento, incluyendo las rutas atlánticas que debían partir del puerto gaditano.

4. REFERENCIAS

- AGUAROD, C. (1991) – *Cerámica romana importada de cocina en la Tarraconense*. Zaragoza.
- ARTEAGA, O. – CASTAÑEDA, V. – HERRERO, N. – PÉREZ, M., (2001) – Los hornos tardopúnicos de Torre Alta (San Fernando, Cádiz). Excavación de urgencia de 1997. *Anuario Arqueológico de Andalucía/1997*, vol. III. Sevilla: 128-136.
- BECHTOLD, B. (2010) – *The pottery repertoire from late 6th-mid 2nd century BC Carthage. Observations based on the Bir Messaouda Excavations*. Ghent (*Carthage Studies* 4).
- BECHTOLD, B. (2013) – Il ruolo della Sicilia occidentale nella trasmissione di forme vascolari greche a Cartagine: il caso di Selinunte nella prima età ellenistica. In FREY, S. (ed.) – *La numismatique pour passion. Études d'histoire monétaire offertes à Suzanne Frey-Kupper par quelques-uns de ses amis à l'occasion de son anniversaire 2013*. Lausana: 9-31.
- BERNAL, D. – RAISSOUNI, B. – ZOUAK, M. – MOUJOURD, T. – BUSTAMANTE, M. – SÁEZ, A. M. – DÍAZ, J. J. – LARA, M. – VARGAS, J. M. – PARODI, M. – VERDUGO, J. (2014) – Economía y artesanado en Tamuda. Primeros resultados de un proyecto de investigación interdisciplinar. In MAKDOUN, M. – BENHARBIT, M. – OUAHIDI, A. – KAMEL, S. (eds.) – *Actes du Premier Colloque sur le Patrimoine Maure (Amazigh) du Maroc Antique (Fès, 29-31 marzo 2013)*. Fès: 181-235.
- BERNAL, D. – VARGAS, J. (2017) – El clíbano decorado del Olivillo: un posible brasero de tradición helenística en Gades. *Boletín de la SECAH* 08 (marzo_17): 36-41.
- CAMPANELLA, L. (1999) – *Ceramica punica di età ellenistica da Monte Sirai*. Roma (*Collezione di Studi Fenici* 39).
- FUMADÓ, I. (2006) – El caballero marino de Tamuda. In AKERRAZ, A. – RUGGERI, P. – SIRAJ, A. – VISMARA, C. (eds.) – *L'Africa Romana XVI. Mobilità delle persone e dei popoli, dinamiche migratorie, emigrazioni ed immigrazioni nelle province occidentali dell'Impero romano*. Roma: 2009-2018.
- GENER, J. M. – NAVARRO, M. A. – PAJUELO, J. M. – TORRES, M. – LÓPEZ, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del Teatro Cómico de Cádiz. In BOTTO, M. (Ed.) – *Los Fenicios en La Bahía de Cádiz. Nuevas investigaciones*. Roma (*Collezione di Studi Fenici* 46): 14-50.
- GONZÁLEZ DE CANALES CERISOLA, F. – SERRANO PICHARDO, L. – LLOMPART GÓMEZ, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900-770 a.C.)*. Madrid.
- GIARDINO, S. (2013) – La ceramica comune tra VI e V secolo a.C. dai recenti scavi a Mozia: dal repertorio originariamente fenicio all'influenza della tradizione greca. In GIRÓN, L. – LAZARICH, M. – LOPES, M. C. (eds.) – *Actas del I Congreso Internacional sobre Estudios Cerámicos: Homenaje a la Dra. Mercedes Vegas (Cádiz, 1-5 noviembre 2010)*. Cádiz: 835-859.
- GIRÓN ANGUIOZAR, L. (2016) – *La cerámica común romana en la bahía gaditana en época romana: Alfarería y centros de producción*. Oxford (*Archaeopress Roman Archaeology* 21).
- GÓMEZ BELLARD, C. – GURREA, R. (1985) – Algunas formas de la cerámica de cocina púnico-ebusitana. *Archivo Español de Arqueología* 58: 139-154.
- GUERRERO AYUSO, V. M. (1995) – La vajilla púnica de usos culinarios. *Rivista di Studi Fenici* XXIII-1: 61-99.
- GUERRERO AYUSO, V. M. (1999) – *La cerámica protohistórica a torno de Mallorca (s. VII a.C. a.C.)*. Oxford (*BAR International Series* 770).
- JOHNSTON, P. A. (2015) – *Pottery Production at the Phoenician Colony of El Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Spain) c. 750-550 BCE*. Tesis doctoral inédita, Harvard University, Cambridge.
- LANCEL, S. (1987) – La céramique punique d'époque hellénistique. In LEVEQUE, P. – MOREL, J. P. (eds.) – *Céramiques hellénistiques et romaines II*. París: 99-137.
- MUÑOZ, A. – DE FRUTOS, G. (2006) – El complejo alfarero de Torre Alta en San Fernando (Cádiz). Campaña de excavaciones de 1988. Una aportación al estudio de la industria pesquera en la Bahía de Cádiz en época tardopúnica. In *Conferencia Internacional Historia de la Pesca en el ámbito del Estrecho (1-5 junio de 2004, El Puerto de Santa María)*, II. Sevilla: 705-803.

- NIVEAU DE VILLEDARY, A.M. (2009) – *Ofrendas, banquetes y libaciones. El ritual funerario en la necrópolis púnica de Cádiz*. Sevilla (*Spal Monografías XII*).
- NIVEAU DEVILLEDARY, A. M. – GENERBASALLOTE, J. M. (en prensa) – Hellenistic braziers in the far West. Introduction, functionality and potential uses. In PEIGNARD-GIROS, A. (ed.) – *Daily life in a cosmopolitan world: Pottery and Culture during the Hellenistic Period. 2nd Conference of the International Association for Research on Pottery of the Hellenistic Period (IARPotHP) (Universidad de Lyon, 5-8 Noviembre de 2015)*.
- NIVEAU DE VILLEDARY, A. M. – SÁEZ ROMERO, A. M. (2016) – The red slip tableware of Punic and Early Roman Gadir/Gades (4th-1st c. BC): An updated assessment of the so-called Kuass Ware. In JAPP, S. – KÖGLER, P. (eds.) – *Traditions and Innovations: Tracking the development of pottery from the Late Classical to the Early Imperial periods. IARPotHP First International Conference (Berlín, 7-10 noviembre 2013)*. Viena: 55-68.
- QUERCIA, A. (2015) – The production and distribution of early Greek-style cooking wares in areas of cultural contact: The case of southern Italy and Sicily. In GAUSS, W. – KLEBINDER-GAUSS, G. – VON RÜDEN, C. (eds.) – *The distribution of technological knowledge in the production of Ancient Mediterranean Pottery (Atenas, 23-25 de noviembre 2012)*. Viena: 311-330.
- RAMON TORRES, J. (2011) – El barrio alfarero de la Ibiza púnica. In FERNÁNDEZ, J. H. (ed.) – *Yöserim: la producción alfarera fenicio-púnica en occidente. XXV Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica (Ibiza, 22-26 de noviembre de 2010)*. Ibiza: 165-221.
- RAMON TORRES, J., (2012a) – Perduraciones y cambios en las producciones cerámicas tardopúnicas en el Extremo Occidente mediterráneo. In MORA, B. – CRUZ, G. (Coords.) – *La etapa neopúnica en Hispania y el Mediterráneo centro occidental: identidades compartidas*. Sevilla (*Serie Historia y Geografía 246*): 223-257.
- RAMON TORRES, J. (2012b) – La cerámica púnico-ebusitana en época tardía (siglos IIII a.C. a.C.). In BERNAL, D. – RIBERA, A. (eds.) – *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Madrid: 583-617.
- RAMON TORRES, J. – SÁEZ, A. – SÁEZ, A.M. – MUÑOZ, A. (2007) – *El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto*. Sevilla (*Monografías de Arqueología 26*).
- ROTROFF, S. I. (2006) – *Hellenistic pottery: the plain wares. The Athenian Agora XXXII*. Princeton.
- RUIZ MATA, D. (1997) – Fenicios, tartesios y turdetanos. In FERNÁNDEZ, J. – GARCÍA, C. – RUFETE, P. (eds.) – *La Andalucía ibero-turdetana (siglos VI-IV a.C.)*. Huelva: 325-365.
- RUIZ MATA, D. – PÉREZ, C. J. (1995) – *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa María, Cádiz)*. El Puerto de Santa María.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2005) – Aproximación a la tipología de la cerámica común púnico-gadiritana de los ss. III-II a.C. *Spal 14*: 145-177.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2008) – *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos – III/I a.C.)*. Oxford (*BAR International Series 1812*, 2 vols.).
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2010) – Comercio, procesado y consumo. Análisis evolutivo de algunas familias cerámicas gadiritas de época púnica y tardopúnica. In MATA, C. – PÉREZ, G. – VIVES-FERRÁNDIZ, J. (eds.) – *De la cuina a la taula. IV Reunió d'Economia en el Primer Mil·lenni a.C. Valencia (Sagvntvm Extra 9)*: 303-312.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2014) – Fish processing and salted-fish trade in the Punic West: new archaeological data and historical evolution. In BOTTE, E. – LEITCH, V. (eds.) – *Fish & Ships: Production et commerce des salsamenta durant l'Antiquité (Actes de l'atelier doctoral, Rome 18-22 juin 2012)*. Aix-en-Provence (*Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17*): 159-174.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2015) – Imitaciones de vajillas de mesa en la Bahía de Cádiz desde la transición tardoarcaica hasta la época tardopúnica. Actualización de datos y nuevas propuestas. In GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. – GARCÍA VARGAS, E. (eds.) – *Comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en el Valle del Guadalquivir y sus vínculos atlánticos (s. VI a.C. - VI d.C.)*. Barcelona (*Col·lecció Instrumenta 46*): 33-77.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2018) – ¿Viejas vasijas rotas? Reflexiones sobre cultura material y

contacto cultural en la Bahía de Cádiz a partir de algunos casos de estudio (siglos VIII-VI a.C.). In MARÍN AGUILERA, B. (ed.) – *Iberia, de colonia a potencia colonial*. Cambridge: 7-58.

SÁEZ ROMERO, A.M. – BELIZÓN, R. (en prensa a) – ¿Qué se cuece? Propuesta de evolución morfométrica y ensayos de aplicación y capacidad de las cerámicas de cocina púnicas de Gadir (siglos VI-II a.C.). In *La alimentación en el mundo púnico: producciones, procesos y consumos. En recuerdo de Antonella Spanò Giammellaro (Universidad de Valencia, 15-16 de junio de 2017)*.

SÁEZ ROMERO, A.M. – BELIZÓN, R. (en prensa b) – Amphora capacities and standardization in the Phoenician and Punic West. Gadir-Gades and southwestern Iberia as test-case. In GONZÁLEZ, H. – LEIDWANGER, J. (Coords.) – *Symposium Regional Convergences: Mass production and the Development of Roman and Byzantine Amphora Standardization (Instituto Austríaco de Arqueología, Atenas, 16-18 de octubre de 2017)*.

SÁEZ ROMERO, A. M. – BERNAL, D. – GARCÍA, E. – DÍAZ, J. J. (2012) – Ramon T-7433 (costa de Baetica). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast>), [actualizada 10 julio 2016].

SÁEZ ROMERO, A. M. – DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2014) – El alfar gaditano de El Palomar (El Puerto de Santa María, Cádiz). Aportaciones a su secuencia de actividad y sus producciones. In MORAIS, R. – FERNÁNDEZ, A. – SOUSA, M. J. (eds.)

– *As produções ceramicas de imitação na Hispania. Actas del II Congreso Internacional de la SECAH-Ex Officina Hispana (Braga, Portugal, 3-6 de abril de 2013)*, tomo 2. Oporto: 179-197.

SÁEZ ROMERO, A. M. – MORENO, E. (2017) – Contando la historia. Experiencias de cuantificación y análisis volumétrico en centros artesanales púnicos de la Bahía de Cádiz. *Archivo Español de Arqueología* 90: 219-246.

SÁEZ ROMERO, A. M. – SÁEZ ESPLIGARES, A. (2004) – Opérculo zoomorfo, en ARÉVALO, A. – BERNAL, D. – TORREMOCHA, A. (Coords.) – *Garum y Salazones en el Círculo del Estrecho, Catálogo de la Exposición (Algeciras, mayo-septiembre 2004)*. Algeciras: 100-101.

SPARKES, B. A. – TALCOTT, L. (1970) – *Black and Plain Pottery of the 6th, 5th and 4th centuries B.C., The Athenian Agora, XII*. Princeton.

TORRES ORTIZ, M. – LÓPEZ ROSENDO, E. – GENER BASALLOTE, J. M. – NAVARRO GARCÍA, M. A. – PAJUELO SÁEZ, J. M. (2014) – El material cerámico de los contextos fenicios del Teatro Cómico de Cádiz: un análisis preliminar. In BOTTO, M. (ed.) – *Los Fenicios en La Bahía de Cádiz. Nuevas investigaciones*. Roma (Collezione di Studi Fenici 46): 51-82.

VEGAS, M. (1973) – *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*. Barcelona.

VEGAS, M. (2005) – L'influsso della ceramica greca sul vasellame di Cartagine. In SPANÒ, A. (ed.) – *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, vol. I. Palermo: 277-283.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 167-184. SUBMETIDO A 24.04.2018. ACEITE A 21.06.2018.

CONTRIBUTO PARA A NORMALIZAÇÃO DO REGISTO DE INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA A PARTIR DO ESTUDO DA VIA *EMERITA-OLISIPO POR EBORA*

CONTRIBUTION TO THE STANDARDIZATION OF ARCHAEOLOGICAL DATA BASED ON THE STUDY OF THE ROAD *EMERITA-OLISIPO BY EBORA*

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA¹

RESUMO

O processamento de dados no âmbito da arqueologia faz-se muitas vezes de uma forma pouco estruturada e normalizada que compromete a reutilização da informação para além dos projetos de investigação que lhes deram origem. Partilham-se os problemas encontrados na realização um trabalho académico que implicou o tratamento de informação muito heterogénea, discutindo as soluções encontradas, quer ao nível do modelo de dados (baseado na norma CIDOC-CRM), quer da utilização de vocabulários controlados internacionais que se traduziram e adaptaram à realidade em estudo. Esta discussão faz-se com a consciência da necessidade do debate relativo à construção de inventários estruturados de informação de âmbito arqueológico que possam ser interoperáveis e reutilizados pela comunidade científica.

Palavras-chave: Arqueologia; Processamento de dados; Normas; Vocabulários controlados; CIDOC-CRM.

ABSTRACT

Archaeological data processing often lacks a solid structure founded on recognizable standards. This compromises the re-use of data beyond its original research projects. We share the problems that arose in an academic study supported on heterogeneous information and data sources, discussing the adopted solutions for the data model (based on the CIDOC-CRM standard) and the use of international controlled vocabularies that were translated and adapted. This discussion is made with the awareness of the need for a debate regarding the construction of structured repositories of archaeological information that can be interoperable and reused by the scientific community.

Keywords: Archaeology; Data processing; Standards; Controlled vocabularies; CIDOC-CRM.

O trabalho que desenvolvi no âmbito do Programa de Doutoramento em Arqueologia e Pré-História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Almeida 2017) implicou a recolha e tratamento de uma quantidade significativa de informação relativa aos sítios arqueológicos relevantes para a caracterização do eixo viário romano que me propus estudar. Entre arqueólogos, é comum dizer que se começa sempre por procurar, registar e descrever. No entanto, as formas de o fazer estão longe de ser comuns. Se, no que diz respeito à pesquisa de informação, a diversidade na forma e nos métodos não só é natural como desejável no processo de produção de conhecimento, o mesmo já não se poderá dizer para as tarefas de registo e descrição. A falta de uniformidade, quer nos modelos de dados quer nas linguagens utilizadas, compromete muitas vezes a reutilização dos dados para além dos projetos de origem ou mesmo a simples comparação entre conjuntos compilados em circunstâncias diferentes.

O eixo viário entre a capital da província

romana da *Lusitania* e o porto marítimo de *Olisipo* (Figura 1) atravessa um território hoje administrado por dois países diferentes. Desde o final do séc. XIX que foi objeto de investigação arqueológica através de diversos programas de estudo com objetivos e resultados muito distintos. A heterogeneidade da informação arqueológica foi assim o ponto de partida da constituição da base documental para o trabalho de reconstituição e interpretação desta via romana, descrita no *Itinerário de Antonino* sob o título *Item ab Olisipone Emeritam* (Cuntz – Wirth 1990: 64). As dificuldades no tratamento integrado da informação disponível foram expressivas e implicaram um esforço de normalização de dados que parece pertinente discutir e partilhar, no intuito de contribuir para melhores práticas no âmbito da disciplina que possam garantir o acesso e reutilização da informação. A primeira tarefa para constituição da base documental foi a recolha de toda a informação julgada relevante numa ampla faixa de território definida a partir das estações viárias do itinerário cuja



Fig. 1 - Localização do itinerário estudado na *Hispânia* romana.

localização não coloca quaisquer dúvidas: os pontos de partida e chegada (*Olisipo* e *Emerita*, coincidentes com as atuais cidades de Lisboa e Mérida) e as estações intermédias *Catobrica*, *Salacia* e *Ebora* que correspondem, respetivamente, às cidades de Setúbal, Alcácer do Sal e Évora (Mantas 2014: 252–256).

Como a investigação contemporânea se encontra normalmente limitada às divisões administrativas atuais, as fronteiras dessa faixa foram definidas pelo desenho dos municípios (unidades administrativas de 3º nível em Espanha e de 2º nível em Portugal) atravessados por um vetor que unia grosseiramente as estações viárias de localização segura. Nos casos em que foi possível aceder a conjuntos estruturados de dados que ultrapassavam esses limites, foi considerada toda a informação neles incluída; refiro-me concretamente aos trabalhos de A. Carneiro (2011) e T. Cordero Ruiz (2012), a quem agradeço a disponibilização de informação em formato editável.

As fontes de informação utilizadas foram, preferencialmente, os dois inventários de sítios arqueológicos da responsabilidade entidades com a tutela do património cultural em Portugal e na província da Extremadura, em Espanha.

No caso do território atualmente português, a base de dados *Endovelico* constitui um repositório informação arqueológica resultante de “trabalhos de prevenção, salvaguarda, investigação e valorização patrimonial, desenvolvidos em Portugal Continental. A informação provém dos dados obtidos nos processos do arquivo histórico da arqueologia portuguesa e dos trabalhos de relocalização e identificação de novos sítios, realizados pelos serviços do Estado” (Direção Geral do Património Cultural 2015). Esta base de dados é de acesso público, com acesso condicionado a registo prévio do utilizador no caso da informação geográfica. Sendo de atualização diária, convém referir que os dados tratados são relativos a 08-05-2014, data da exportação solicitada à Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Em Espanha a inventariação de sítios arqueológicos é feita a nível autonómico, pelo que foi solicitado à então *Consejería de Educación y Cultura* do governo da Extremadura o acesso à *Carta Arqueológica de Extremadura* (Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural 2014), sendo os dados relativos a 11-07-2014. Ao contrário do que acontece com a base de dados *Endovelico*, este não se trata de um documento público, tendo

sido disponibilizado no âmbito específico do meu trabalho académico. Os dados fornecidos resultam de uma filtragem feita pelos serviços por unidade administrativa atual (*municipios* por mim indicados) e por cronologia (Época Romana e Tardo-Antiga). A informação é limitada à designação, descrição e bibliografia. A georreferenciação é expressa através de coordenadas geográficas correspondentes a um ponto ou, num reduzido número de casos, um conjunto de coordenadas que definem um polígono.

Além destes repositórios institucionais, foi também incluída a informação sobre sítios arqueológicos disponível em instrumentos de gestão territorial: Planos Diretores Municipais (PDM), em Portugal, e *Planos Generales Municipales* ou *Planos Generales de Ordenación Urbana*, em Espanha.

A informação publicada na bibliografia foi também considerada, sempre que incluía dados que permitissem a georreferenciação dos sítios arqueológicos. Neste conjunto destacam-se naturalmente os atlas e obras de síntese como o *Barrington Atlas of the Greek and Roman World* (Talbert 2000), *Tabula Imperii Romani* (TIR) (Alarcão et al. 1995), *Roman Portugal* (Alarcão 1988) ou *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (IRCP) (Encarnação 1984). Estudos realizados à escala regional que apresentam listagens de sítios arqueológicos (Carneiro 2011; Cordero Ruiz 2013; Almeida 2000; Faria 2002; Galamba 2012; Gorges – Rodríguez Martín 2000; Rodríguez Martín 1993) foram fontes privilegiadas de informação, assim como as cartas arqueológicas publicadas (Município de Palmela 2015; Ferreira et al. 1993) e ainda recursos eletrónicos estruturados e validados.

A projeção cartográfica desta informação revela uma nuvem de pontos (Figura 2) que é mais significativa da geografia da investigação e da gestão do património arqueológico do que da ocupação antiga do território: sem grande esforço ou pontos de referência, identifica-se claramente a área sujeita a trabalhos de avaliação de impacte ambiental da albufeira de Alqueva; a concentração de sítios em torno de Évora não só é expressiva da longa tradição de investigação arqueológica centrada na cidade, como também reflete os critérios de identificação de sítios arqueológicos da equipa responsável pelo PDM eborense; alguns elementos dessa equipa participaram também em trabalhos de investigação na área da Serra de Ossa, repetindo-se aí o mesmo padrão de concentração de sítios arqueológicos.

Nesta primeira fase de tratamento de informação ficou evidente a heterogeneidade dos

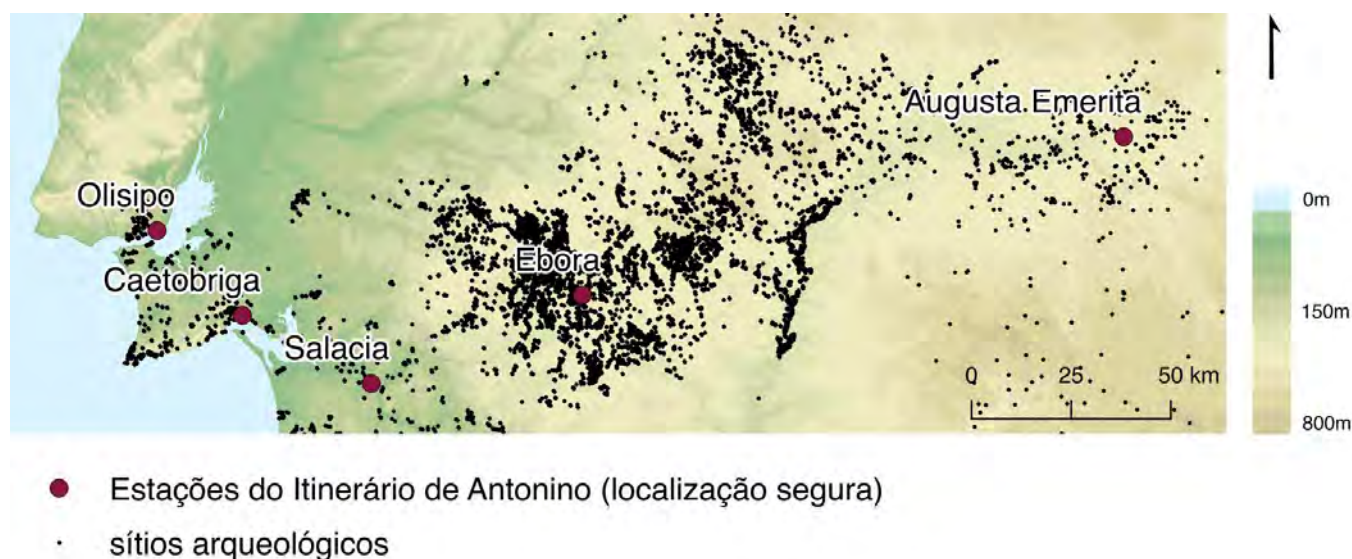


Fig. 2 - Sítios arqueológicos na faixa alargada correspondente ao itinerário em estudo.

dados, tanto no que diz respeito à utilização de diferentes esquemas de descrição, como ao grau de detalhe das descrições em esquemas semelhantes ou compatíveis. Por outro lado, salvo algumas notáveis exceções, verificou-se a total ausência de identificação ou justificação do uso dos esquemas de metadados, bem como das linguagens e terminologias empregues na descrição.

Os constrangimentos decorrentes do carácter académico do trabalho ditaram que fosse feita uma seleção da informação a tratar, cujas razões melhor se explicam na dissertação (Almeida 2017: 20–36). Foi definida uma área de estudo em torno do eixo da via (Figura 3) e apenas os sítios arqueológicos coincidentes com a área de estudo tiveram a informação tratada conforme se vai descrever. Ao longo do processo de análise de dados foram feitos alguns ajustes ao desenho inicial do vetor que representa a via com a consequente alteração da área de estudo e, pontualmente, a inclusão ou exclusão de sítios na amostra, que se fixou num total de 214 sítios arqueológicos.

A representação cartográfica dos sítios arqueológicos coloca algumas questões que importa discutir. Se o itinerário, por definição, é sempre representado por uma linha, os sítios arqueológicos deveriam preferencialmente ser representados por polígonos, já que é esse o tipo de geometria que corresponde à sua existência material no território.

O desenho do polígono relativo a um sítio é sempre um exercício de interpretação com base

na informação arqueológica disponível: a área de dispersão de vestígios visíveis à superfície, a área escavada integralmente ou a área compreendida entre sondagens de diagnóstico, por exemplo. Por essa razão, o desenho resultante dessa interpretação é sempre comprometido por fatores externos à materialidade do que seria o sítio arqueológico num determinado momento temporal. Considerando um âmbito cronológico vasto, há ainda que ter em conta que a área do sítio pode ter significativas variações na diacronia de ocupação. Por outro lado, sobretudo nas ocupações rurais do território, há que decidir se o que queremos representar é a área efetivamente ocupada por estruturas construídas ou aquilo que julgamos ser a unidade territorial (cadastral, de propriedade, de influência) afeta ao sítio em causa.

Se todos estes constrangimentos se aplicam a sítios arqueológicos bem conhecidos e estudados, a representação cartográfica torna-se ainda mais delicada quando tratamos dados incompletos ou insuficientemente caracterizados. Na maior parte dos casos, a informação disponível para a amostra em estudo não permite qualquer representação poligonal: maioritariamente os produtores desta informação representam os sítios arqueológicos como pontos, sem que sejam esclarecidos quais os pressupostos da escolha daquele par de coordenadas e não outro. Considerando todas estas dificuldades, e por razões fundamentalmente pragmáticas, optei por representar os sítios em análise como pontos. De modo a uniformizar a amostra, nos poucos casos em



Fig. 3 - Área de estudo definida em torno do itinerário.

que a fonte de informação usa a geometria poligonal, foi extraído o centróide do polígono original, passando a ser essa a localização considerada.

O mesmo método foi usado quando identifiquei localizações diferentes para aquilo que interpreto como sendo o mesmo sítio arqueológico. Esta situação decorre da existência de registo de diferentes localizações para o mesmo sítio consoante a fonte de informação, mas também do facto de serem identificados como sítios diferentes realidades arqueológicas muito próximas, cuja descrição é semelhante ou complementar. Isto é muito frequente na base de dados *Endovelico* fruto da metodologia de incremento de dados: a criação de registos de sítio é centrada no mecanismo administrativo da autorização de trabalhos arqueológicos e subsequente avaliação de relatórios, bem como na revisão bibliográfica (Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia 2002; Bugalhão – Lucena 2006). Parece nem sempre haver, no âmbito desse processo, a necessária verificação se os trabalhos arqueológicos em tratamento administrativo, ou as referências bibliográficas, se reportam a um objeto já registado na base de dados (o mesmo sítio arqueológico com designação ou localização diferente, por exemplo). Se essa situação não é identificada, é criado um novo registo de informação para algo que já está descrito de outra forma dentro do mesmo sistema, com as óbvias dificuldades subseqüentes na compreensão e interpretação de informação arqueológica duplicada

e/ou dispersa por diferentes registos.

Por outro lado, existem questões de âmbito conceptual que, também aparentemente, não estão definidas e que concorrem para esta situação: o achado isolado de uma peça notável, presumivelmente deslocada do contexto original, nas imediações de um sítio arqueológico contemporâneo, e de funcionalidade compatível, deve ser registado como um sítio diferente? E, caso contrário, que critérios seguir para definir o ponto ou polígono que representa o sítio? As diferentes intervenções arqueológicas em solo urbano devem ser registadas como sítios diferentes, ainda que se tenham levado a cabo em lotes contíguos e façam parte da mesma realidade histórico-cultural? Estes são só alguns exemplos das perguntas para as quais não consegui encontrar resposta na interpretação da informação registada na base de dados *Endovelico*. A mesma dificuldade em perceber critérios de introdução de dados foi encontrada na *Carta Arqueológica de Extremadura* (Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural 2014) e em muita da bibliografia consultada.

É importante referir que a representação espacial dos sítios arqueológicos é complexa e, como tal, é necessário uniformizar critérios de modo a que os dados possam ser comparáveis entre diferentes produtores de informação. Mais do que uma crítica às instituições ou à comunidade científica, que não pode ser isolada da crónica falta de meios que ambas

sofrem nos dois estados ibéricos, esta chamada de atenção pretende abrir a discussão desta questão no plano metodológico.

Foram muitas as situações em que identifiquei mais do que uma referência ao que identifiquei como o mesmo sítio arqueológico, com localizações diferentes, normalmente representadas como pontos. Sempre que mais do que dois pontos correspondiam ao mesmo sítio foi criado um polígono convexo cujos vértices correspondiam às diferentes localizações registadas. O centróide desse polígono passou a ser considerado a localização do sítio, assumindo a artificialidade da mesma. Quando se tratavam apenas de dois pontos, o princípio foi semelhante mas aplicado a um segmento de reta: a localização escolhida passou a corresponder ao ponto central. A fundamentação da aglutinação das diferentes localizações é apresentada no campo de descrição do sítio na base de dados.

Excetua-se deste procedimento as diferentes localizações de sítios registadas nas áreas urbanas das cidades romanas incluídas na base de dados. Nestes casos, o ponto que representa a cidade foi localizado no centro do *forum*, sempre que este é conhecido ou a sua localização é presumida e fundamentada em trabalhos publicados que se citam. Considerando as particularidades das intervenções arqueológicas nas cidades atuais que se sobrepõem às romanas, bem como a dificuldade de delimitar um perímetro da área urbana de cada uma delas durante a larga diacronia do “império”, pareceu-me ser esta uma opção razoável e coerente com o conceito de cidade em Época Romana.

Os achados descontextualizados que não podem ser associados a um sítio arqueológico concreto foram representados por um ponto correspondente ao local de achamento referido na fonte de informação original. Quando essa localização é apenas indicada pela toponímia atual, o ponto foi escolhido de acordo com a localização toponímica na cartografia disponibilizada nas páginas da DGT (Portugal) e do IGN (Espanha).

Os dados geoespaciais cumpriram ao nível dos metadados as especificações da diretiva *Infrastructure for Spatial Information in the European Community* (INSPIRE) (Parlamento Europeu e Conselho Europeu 2007). Considerando a natureza dos dados tratados, o registo do grau de fiabilidade da informação geográfica é fundamental para a aferição das leituras e interpretações propostas. Esta questão na norma INSPIRE é remetida para o conceito de “resolução espacial”, definida como nível de detalhe

do conjunto. Trata-se de informação expressa em valores numéricos relativos à distância de resolução ou escala equivalente.

A resolução espacial está associada sobretudo à transposição de informação já registada cartograficamente na origem: expressa assim erros e desvios decorrentes de métodos de transformação de coordenadas entre diferentes sistemas, distorção de imagens digitais no processo de georreferenciação e outras situações similares. Ora, no caso do conjunto de dados em análise, muitas das localizações são inferidas a partir de informação que não tem nenhuma base de referência geográfica absoluta.

Na bibliografia, incluindo alguma mais recente, a localização de sítios e monumentos arqueológicos frequentemente é feita a partir de descrições textuais ou de imagens (desenhos ou fotos) sem qualquer tipo de georreferenciação. Acresce o facto de nem sempre ser possível confirmar no terreno a existência de um sítio arqueológico que é referido em fontes antigas, seja porque se encontra destruído ou porque é invisível numa paisagem significativamente alterada. Muitos desses sítios são identificados através de notícias que apenas referem a toponímia. A referência toponímica é válida para a data da notícia e nem sempre é possível encontrar a sua correspondência direta na toponímia atual expressa na cartografia disponível para a área em causa. Por outro lado, quando não há coincidência do sítio arqueológico com um local de ocupação contemporâneo de quem o identifica, o hábito entre arqueólogos é usar como referência o topónimo “mais próximo”, com todo o grau de subjetividade que isso acarreta. Também se pode usar a toponímia da propriedade ou parcela de terreno em que o sítio arqueológico foi identificado, sendo necessário conhecer com rigor os seus limites (e evolução ao longo do tempo) para que essa informação seja georreferenciada numa área precisa.

Assim, foi introduzido um atributo a que chamei “grau de confiança”, que pretende registar a fiabilidade da georreferenciação correspondente ao sítio arqueológico descrito. Na base de dados *Endovelico* existe um atributo com objetivo similar a que foi dada a designação “precisão”; a opção por não usar este termo prende-se com o facto de este ser usado, na terminologia de sistemas de informação geográfica, no mesmo sentido que “resolução espacial” e ser expresso através de um valor numérico; os termos usados no preenchimento desse atributo no sistema *Endovelico* não reúnem condições (nomeadamente a definição dos conceitos) para que possam ser utilizados como terminologia controlada.

Tabela	Atributo	Fonte	Termo (pt)	Termo (en)	Nota
MapDepict	PosAcc	Pleiades (adaptado)	confiável	<i>confident</i>	todos os autores estão confiantes na associação desta localização ao sítio arqueológico, baseados em fontes textuais e/ou arqueológicas, confirmadas no terreno e/ou georreferenciadas
MapDepict	PosAcc	Pleiades (adaptado)	confiável mas inferida	<i>confident, but inferred</i>	todos os autores estão confiantes na associação desta localização ao sítio arqueológico, embora essa presunção seja baseada na dedução a partir de fontes textuais e/ ou arqueológicas que não se encontram confirmadas no terreno e/ou não estão rigorosamente georreferenciadas
MapDepict	PosAcc	Pleiades (adaptado)	pouco confiável e inferida	<i>less confident and inferred</i>	a maioria dos autores está confiante na associação desta localização com o sítio arqueológico, embora essa presunção seja baseada na dedução a partir de fontes textuais e/ ou arqueológicas que não se encontram confirmadas no terreno e/ou não estão rigorosamente georreferenciadas
MapDepict	PosAcc	Pleiades (adaptado)	pouco confiável	<i>less confident</i>	a maioria dos autores está confiante, ou relativamente confiante, que esta localização pode ser associada ao sítio arqueológico, baseada em fontes textuais e/ou arqueológicas; no entanto regista-se hesitação ou falta de consenso na interpretação dessas fontes ou existe alguma insegurança no que diz respeito à cronologia e localização do sítio arqueológico

Fig. 4 - Grau de confiança na fonte de georreferenciação.

Tabela	Atributo	Fonte	Termo (pt)	Termo (en)
HistoricalLocation	AssocCertainty	Pleiades	segura	<i>Certain</i>
HistoricalLocation	AssocCertainty	Pleiades	pouco segura	<i>Less certain</i>
HistoricalLocation	AssocCertainty	Pleiades	insegura	<i>Uncertain</i>

Fig. 5 - Grau de confiança na associação do topónimo antigo ao sítio arqueológico descrito.

Também o *Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico Concelhio* que integra o PDM de Évora regista o “Rigor da Localização” mas não apresenta qualquer definição para os termos empregues (Câmara Municipal de Évora 2005).

Tentando eliminar alguma subjetividade no conteúdo deste campo, recorri à utilização de um vocabulário controlado. A escolha recaiu sobre um dos vocabulários do reportório *Pleiades* (Bagnall *et al.* 2006), um dos índices de informação geográfica do mundo antigo mais utilizado pela comunidade científica. Embora o vocabulário *Attestation Confidence* seja utilizado para o grau de fiabilidade da atribuição temporal dos topónimos antigos, a transposição para a fiabilidade da georreferenciação é simples, sendo a tradução e adaptação dos termos (e respetivas definições) apresentadas na figura 4.

No caso do grau de certeza da associação do topónimo antigo ao sítio arqueológico descrito foi usado o vocabulário *Association Certainty*, traduzido sem necessidade de adaptação de conteúdos, pelo que se remete a definição dos termos para a fonte original em língua inglesa (figura 5).

A utilização de vocabulários controlados foi

uma preocupação na tentativa de contribuir para a normalização do registo de sítios arqueológicos em língua portuguesa. No caso da tipologia de sítios a necessidade de uniformização é evidente, nunca tendo havido consenso entre os arqueólogos portugueses sobre os termos e respetiva definição a usar. Acresce a isto o facto da maioria dos autores não definir (ou remeter para uma definição externa) o significado dos termos que usa, causando alguma confusão na altura de comparar dados provenientes de diferentes fontes. O glossário usado no campo “tipo de sítio” da base de dados *Endovelico* é um bom exemplo destes problemas, verificando-se uma série de redundâncias entre termos, sem que haja uma definição clara do que se entende por cada um deles.

Na ausência de um tesouro ou de um vocabulário controlado em língua portuguesa que pudesse ser usado para a classificação de tipos de sítio arqueológico, pareceu-me lógico adaptar uma proposta já existente que pudesse ser facilmente traduzida. A escolha recaiu sobre o *Art & Architecture Thesaurus* desenvolvido pelo *Getty Research Institute* (AAT) (The J. Paul Getty Trust 2015). A vantagem da adaptação deste thesaurus à

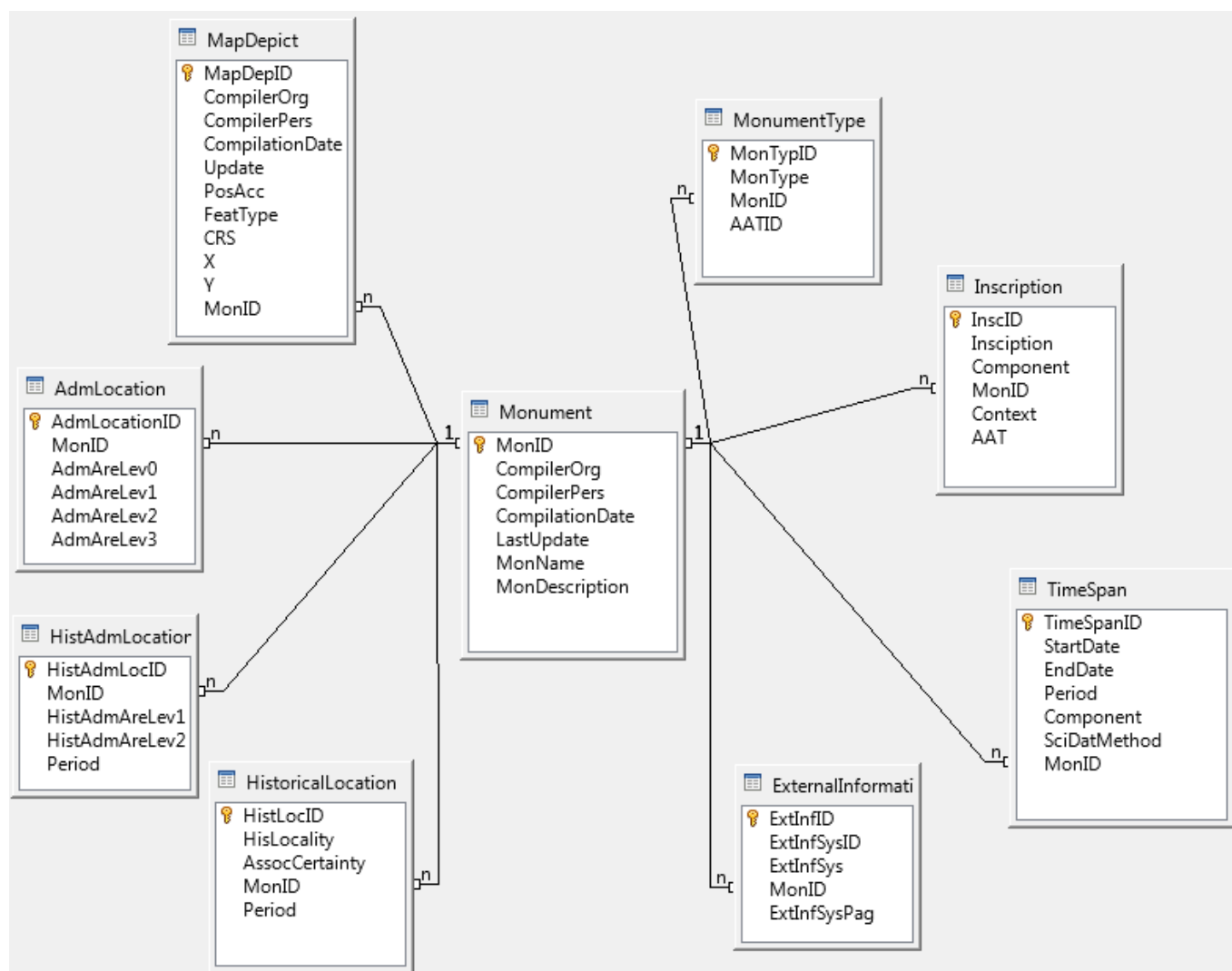


Fig. 6 - Estrutura de relações da base de dados.

realidade portuguesa tem sido bem fundamentada por N. Jorge (2011, 2012), remetendo-se para os seus trabalhos a justificação da escolha. Neste caso foram traduzidos para português os termos necessários à descrição da amostra em estudo mas, porque neste caso não houve necessidade de adaptar conteúdos, não se apresentam as traduções das respetivas notas. O termo é sempre acompanhado pelo identificador único (ID) do tesauro original, sendo assim mais fácil aceder à respetiva definição e posição hierárquica (figura 8). Apesar desta ser uma tradução parcial, se os arqueólogos de língua portuguesa passarem a usar sistematicamente esta metodologia, progressivamente será construído um *corpus* de termos traduzidos que pode aplicar-se a um conjunto vasto de realidades arqueológicas. É importante, contudo, que essa metodologia seja expressa e que o termo traduzido seja claramente

associado ao identificador único do AAT, sob pena do esforço de tradução ser contraproducente para a interoperabilidade dos dados descritos.

Outra questão que não se encontra estabilizada em língua portuguesa é a nomenclatura dos períodos históricos aplicados ao registo arqueológico. Mais uma vez, o glossário usado na base de dados *Endovelico* é o reflexo dessa indefinição, apresentando termos com grau de precisão cronológica muito diferentes entre si, ambíguos ou que se sobrepõem, sem que seja feita qualquer correspondência a datas concretas. Esta questão merece uma discussão ampla que deve congrega a comunidade de investigadores ibéricos, já que faz sentido considerar a península como uma unidade na definição dos períodos históricos que se aplicam a este espaço geográfico.

Na ausência dessa discussão e de um quadro de referência específico para a realidade espácio-

ID 0 **Designação** Mérida **PhD**

A capital da Lusitania desempenha um importante papel na rede viária da Hispania. Tradicionalmente considera-se que esta posição central na rede viária deriva da preexistência de uma passagem do Guadiana a vau e de um caminho ancestral que o cruzava de N-S, que se materializará em época romana naquilo a que hoje chamamos Via da Prata. No entanto, sendo a cidade uma criação ex novo, a sua localização poderá exatamente refletir a intenção de alterar a antiga estrutura do território, fazendo convergir as rotas entre a comunidade de cáceres e a de Mérida.

Tipo	AAT®
cidades capital:	300008410
pontes	300007836
miliários	300006973
estradas principais	300008283
epígrafes	300028719

Record 1 of 5 **Termo original** capital cities [www](#)

Localização País: Espanha Grau de confiança: confiável
Comunidade Autónoma / Distrito: Extremadura Provincia / Município: Badajoz
Município / Freguesia: Mérida

Localização Histórica
Provincia: Lusitania Conventus: Emeritensis
Topónimo: Augusta Emerita Associação: segura

Cronologia

Data inicial	Data final	Período histórico	Parte Descrita	Método de datação
		Época romana		Contexto histórico
		Antiquidade tardia		Contexto histórico
0061-01-01	0062-12-31	reinado de Nero (VII milário)		Texto

Record 1 of 3

Inscrição

Referência	Contexto de achamento
HAE2056	reutilização

Record 1 of 1

Texto
[N]eron[i • Claudio] / [Cae]seri • Aug(usto) [• Germ(anico) / ponti(ici) • ma[x(imo) / trib(unicia) pot]est[are] VIII im[p(eratori) VIII] / II

Nota

Outros inventários

Referência	Inventário	Pág.
256155	Pleiades	
HAE 2056	Hispania Epigraphica	
37-39	Tabula Imperii Romani	

Record 1 of 3

Alteração 2016-02-23 11:01:38
Criação 2012-03-15 15:44:25

Fig. 7 - Base de dados: formulário de introdução de dados.

temporal que me propus estudar, optei também pela adaptação de uma solução já existente, mais concretamente a do reportório *PeriodO* («PeriodO – Periods, Organized» sem data). A utilização destes termos (figura 9), associados a datas concretas do calendário gregoriano (expressas no formato ISO 8601) que nem sempre são aplicáveis especificamente à Península Ibérica, implica necessariamente a simplificação de uma realidade que é complexa. No entanto, parece-me contribuir positivamente para o necessário esforço de normalização na utilização de conceitos cronológicos, remetendo a sua definição para a autoridade da comunidade científica internacional. Aliás, é esse o objetivo expresso deste repositório: afirmar-se como um conjunto de referências estáveis que refletem o discurso sobre cronologias, mais do que impor o consenso – por definição inatingível – sobre a cronologia dos períodos históricos (Rabinowitz 2014). Numa situação ideal, a comunidade arqueológica ibérica deveria produzir uma proposta de periodização estável que pudesse ser incorporada neste reportório e constituir-se como quadro de referência para a descrição da informação recolhida neste contexto. Ainda que os limites temporais dos períodos cronológicos sejam necessariamente convencionais, a associação dos mesmos a datas de calendário permite todas as opções de pesquisa e ordenação de resultados que o formato “data” possibilita: anterior ou posterior a..., entre a datas... e ..., ordenar resultados do mais antigo

ao mais recente, etc.

No caso de dois atributos preenchidos com listas de termos não foi possível encontrar tesouros ou vocabulários controlados adequados à descrição da entidade em causa. Ambos dizem respeito aos métodos próprios da disciplina arqueológica, mais precisamente à condição do monumento no momento da identificação (Contexto de achamento) e do método usado para atribuir a cronologia ao monumento ou sítio (Método de datação). O primeiro é sobretudo relevante para os monumentos epigráficos pelo que foi incluído na tabela relativa às inscrições. Tanto um como outro poderiam recorrer, por exemplo, aos termos do *FISH Archaeological Sciences Thesaurus* ou *FISH Event Types Thesaurus* (Heritage Data 2018) mas, infelizmente, a informação disponível, quer sobre as condições da identificação do monumento, quer sobre a metodologia de datação usada, é demasiado vaga para que esses tesouros possam ser operativos. Ainda assim, pareceu-me relevante distinguir de uma forma genérica os contextos de achamento e métodos de atribuição cronológica às entidades descritas, pelo que são definidos os respetivos termos usados como vocabulários controlados na descrição dos dados em estudo. A necessidade de criar estes vocabulários (figura 10 e figura 11) decorreu das características da amostra mas, sempre que os dados possam ser descritos com recurso à tradução e/ou adaptação de listas de termos ou tesouros existentes, essa deve ser

Atributo	Fonte	Termo (pt)	Termo (en)	AAT ID
MonType	AAT®	aglomerados populacionais	<i>inhabited places</i>	300008347
MonType	AAT®	aquedutos	<i>aqueducts</i>	300006165
MonType	AAT®	aras	<i>arae</i>	300007633
MonType	AAT®	armazéns	<i>warehouses</i>	300007722
MonType	AAT®	atalaias	<i>watchtowers</i>	300134522
MonType	AAT®	barragens	<i>dams</i>	300006084
MonType	AAT®	basílicas	<i>basilicas</i>	300170443
MonType	AAT®	canais artificiais	<i>artificial water channels</i>	300133792
MonType	AAT®	cenotáfios	<i>cenotaphs</i>	300007027
MonType	AAT®	cetárias (tanques)	<i>tanks (containers)</i>	300198941
MonType	AAT®	idades	<i>cities</i>	300008389
MonType	AAT®	idades capitais	<i>capital cities</i>	300008410
MonType	AAT®	cisternas	<i>cisterns</i>	300052558
MonType	AAT®	complexos edificados	<i>complexes (buildings)</i>	300000202
MonType	AAT®	complexos mineiros	<i>mines (extracting complexes)</i>	300000390
MonType	AAT®	contrapesos	<i>counterweights</i>	300051285
MonType	AAT®	edifícios	<i>buildings (structures)</i>	300004792
MonType	AAT®	edifícios religiosos	<i>religious buildings</i>	300007391
MonType	AAT®	elementos arquitectónicos	<i>architectural elements</i>	300000885
MonType	AAT®	entulheiras	<i>dumps (refuse areas)</i>	300000824
MonType	AAT®	epígrafes	<i>epigraphs</i>	300028719
MonType	AAT®	epitáfios	<i>epitaphs</i>	300028729
MonType	AAT®	estátuas	<i>statues</i>	300047600
MonType	AAT®	estatuetas	<i>figurines</i>	300047455
MonType	AAT®	estradas	<i>roads</i>	300008217
MonType	AAT®	estradas principais	<i>primary roads</i>	300008283
MonType	AAT®	estruturas hidráulicas	<i>hydraulic structures</i>	300006073
MonType	AAT®	estruturas industriais	<i>industrial structures</i>	300121918
MonType	AAT®	estruturas religiosas	<i>religious structures</i>	300120364
MonType	AAT®	estruturas residenciais	<i>residential structures</i>	300257729
MonType	AAT®	fábricas de salga	<i>food processing plants</i>	300006335
MonType	AAT®	fontes	<i>fountains</i>	300006179
MonType	AAT®	fornos	<i>kilns</i>	300022798
MonType	AAT®	fortins	<i>castelli</i>	300008450
MonType	AAT®	imbrices	<i>imbrex</i>	300010682
MonType	AAT®	mausoléus	<i>mausoleums</i>	300005891
MonType	AAT®	miliários	<i>milestones</i>	300006973
MonType	AAT®	necrópoles	<i>necropolises</i>	300000372
MonType	AAT®	olarias	<i>potteries (manufactories)</i>	300006310
MonType	AAT®	pavimentos rígidos (calçadas)	<i>rigid pavements</i>	300002097
MonType	AAT®	pontes	<i>bridges</i>	300007836
MonType	AAT®	portos	<i>ports</i>	300120599
MonType	AAT®	povoados fortificados	<i>fortified settlements</i>	300387238
MonType	AAT®	sarcófagos	<i>sarcophagi (coffins)</i>	300005947
MonType	AAT®	sítios arqueológicos	<i>archaeological sites</i>	300000810
MonType	AAT®	tanques (água)	<i>water tanks</i>	300006203
MonType	AAT®	termas	<i>balnea</i>	300120377
MonType	AAT®	uillae	<i>villas</i>	300005517

Fig. 8 - Tipo de sítio arqueológico.

Tabela	Atributo	Fonte	Termo (pt)	Termo	Data Inicial	Data final	Nota (Pemalink)
TimeSpan	Period	PeriodO	Calcolítico	Calcolítico (es)	-2399	-2300	http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4pmpv
TimeSpan	Period	PeriodO	Idade do Bronze	Edad del Bronze (es)	-2299	-1000	http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4q5mm
TimeSpan	Period	PeriodO	Idade do Ferro	Edad del Hierro (es)	-999	0	http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4s9pz
TimeSpan	Period	PeriodO	Época romana	Roman Early Empire-Late Antique (en)	-30	640	http://n2t.net/ark:/99152/p03wskdcctk
TimeSpan	Period	PeriodO	Antiguidade tardia	Late Antique (en)	300	640	http://n2t.net/ark:/99152/p03wskd6psm
TimeSpan	Period	PeriodO	Época medieval	Medieval (en)	400	1500	http://n2t.net/ark:/99152/p08m57h8zmq
TimeSpan	Period	PeriodO	Época moderna	Moderno (es)	1480	1789	http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4j58z
TimeSpan	Period	PeriodO	Época contemporânea	Contemporáneo (es)	1790	2000	http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w43r5n

Fig. 9 - Período cronológico.

Tabela	Atributo	Termo	Nota
Inscription	Context	<i>In situ</i>	o monumento encontra-se no local destinado à sua função original
Inscription	Context	<i>In situ</i> (inferido)	o monumento não se encontra no local destinado à sua função original mas existe documentação que permite inferi-lo com segurança; a representação geoespacial do monumento é relativa à localização inferida
Inscription	Context	Reutilização	o monumento foi reutilizado com uma função diferente da original, sendo deslocado da posição inicial; a representação geoespacial é relativa à localização do monumento reutilizado

Fig. 10 - Contexto de achamento.

Tabela	Atributo	Termo	Nota
Time_Span	SciDatMethod	Contexto arqueológico	a cronologia é determinada pelo contexto arqueológico observado, seja através de trabalhos de escavação ou de recolhas de materiais arqueológicos à superfície
Time_Span	SciDatMethod	Contexto histórico	a cronologia é determinada pelo contexto definido por fontes históricas documentais e/ou estudos de âmbito histórico que se citam
Time_Span	SciDatMethod	Estilo / iconografia	a cronologia é determinada pelo estilo e/ou iconografia do monumento, de acordo com a bibliografia que se cita
Time_Span	SciDatMethod	Morfologia	a cronologia é determinada pelas características morfológicas do monumento ou objeto, de acordo com tipologias estabelecidas e referidas na bibliografia que se cita; no caso das ânforas, usam-se preferencialmente os intervalos de tempo definidos para as respetivas produções no âmbito do projeto <i>Amphorae ex Hispania</i> (2014)
Time_Span	SciDatMethod	Numismática	a cronologia é determinada por métodos e técnicas próprias da numismática, de acordo com a bibliografia que se cita
Time_Span	SciDatMethod	Paleografia	a cronologia é determinada por métodos e técnicas próprias da paleografia, de acordo com a bibliografia que se cita
Time_Span	SciDatMethod	Texto	a cronologia é determinada pelas fórmulas e tipos de texto usados, de acordo com a bibliografia que se cita

Fig. 11 - Método de datação.

a opção preferencial.

Além da normalização de terminologias, outra das principais preocupações no registo de informação foi a estrutura de dados. Não existindo nenhuma norma nacional para o registo de informação relativa ao património histórico-cultural, a opção

foi a adoção de uma estrutura que respeitasse a norma do *International Council of Museums* (ICOM), o *International Committee for Documentation - Conceptual Reference Model* (CIDOC-CRM) (ICOM-CIDOC 2015) que, desde 2006, tem o estatuto de norma internacional 201127:2014 (International

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CIDOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
Monument	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
Monument	Compiler-Org	VARCHAR	4.1	E39	Sim	Sim	Universidade de Lisboa			Designação da organização responsável pela compilação do conjunto de dados
Monument	Compiler-Pers	VARCHAR	4.1	E21	Sim	Sim	Maria José de Almeida			Nome do indivíduo responsável pelo registo
Monument	CompilationDate	TIMESTAMP	4.1	E52	Sim	Sim				Data e hora da criação do registo
Monument	LastUpdate	TIMESTAMP	4.1	E52	Sim	Sim				Data e hora da última alteração ou revisão
Monument	MonName	VARCHAR	4.1	E41	Sim	Não				Designação pela qual o monumento é habitualmente referido
Monument	MonDescription	LONG-VARCHAR	4.1	E62	Não	Não				Texto livre relativo à descrição do monumento

Fig. 12 - Tabela 'Monument': sítio / monumento (registo-pai).

Organization for Standardization 2014).

A forma mais simples de respeitar esta norma e, simultaneamente, garantir mais interoperabilidade dos dados registados, pareceu-me ser a utilização de uma estrutura de dados pré-existente que cumprisse o CIDOC-CRM. Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito do *English Heritage Trust* e a ampla discussão das normas de registo de património histórico-cultural que tem dinamizado, em colaboração com outras entidades não governamentais e académicas, a escolha recaiu sobre a norma *A Manual and Data Standard for Monument Inventories* (MIDAS) (English Heritage 2012).

Foi construída uma base de dados relacional em que a tabela que descreve o monumento se assume como registo principal ou registo-pai, sendo as restantes tabelas relativas os atributos do monumento, em relações de 1 para n (Figura 6). O termo monumento é utilizado na definição do artigo 1º da chamada *Convenção de la Valetta*, cujo texto em língua portuguesa se encontra publicado na respetiva ratificação por Portugal (Assembleia da República 1997), independentemente da sua natureza material. Os monumentos considerados no conjunto estudado são assim sítios arqueológicos e monumentos epigráficos que se integram na classe do CIDOC-CRM

E24 (*Physical Man-Made Thing*), tratados da mesma forma quer façam parte da subclasse E22 (*Man-Made Object*) ou E25 (*Man-Made Feature*).

Apenas foram usados alguns dos grupos de informação da norma MIDAS. As razões da escolha foram determinadas pela informação disponível mas também, e sobretudo, pelos objetivos que pretendiam atingir com a análise de dados. A listagem de atributos consideradas, assim como a definição dos respetivos campos e correspondência com o sistema MIDAS e as classes do CIDOC-CRM encontram-se nas figuras 12 a 20.

A única diferença significativa na adaptação que fiz na estrutura de dados foi a inclusão de dois grupos de informação relativos à "localização histórica", onde incluí informação referente à toponímia e unidade(s) administrativa(s) dos sítios identificados em Época Romana e Tardo-Antiga, sempre que essa correspondência é possível. Na realidade, para ser rigorosa no cumprimento das normas adotadas, essa informação deveria fazer parte da mesma tabela destinada a registar a informação espacial com referência ao período histórico, e/ou a uma data inicial e final, no qual os topónimos e unidades administrativas antigas foram vigentes. No entanto, considerando que o estudo se centra num período

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
Map-Depict	MapDepID	INTEGER	4.4	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
Map-Depict	Compiler-Org	VARCHAR	4.4	E39	Sim	Sim	Universidade de Lisboa			Designação da organização responsável pela compilação do conjunto de dados
Map-Depict	Compiler-Pers	VARCHAR	4.4	E21	Sim	Sim	Maria José de Almeida			Nome do indivíduo responsável pelo registo
Map-Depict	CompilationDate	TIME-STAMP	4.4	E52	Sim	Sim				Data e hora da criação do registo
Map-Depict	Update	TIME-STAMP	4.4	E52	Sim	Sim				Data e hora da última alteração ou revisão
Map-Depict	PosAcc	VARCHAR	4.4	E55	Sim				Pleiades	Grau de confiança da fonte de informação usada para a georreferenciação
Map-Depict	FeatType	VARCHAR	4.4	E55	Sim	Sim	Ponto		INSPIRE	Tipo de geometria usada na representação cartográfica
Map-Depict	CRS	VARCHAR	4.4	E32	Sim	Sim	ETRS89 / Portugal TM06			Sistema de referência de coordenadas
Map-Depict	X	VARCHAR	4.4	E47	Sim					Valor que expressa a longitude no sistema de referência de coordenadas em uso
Map-Depict	Y	VARCHAR	4.4	E47	Sim					Valor que expressa a latitude no sistema de referência de coordenadas em uso
Map-Depict	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)

Fig. 13 - Tabela 'MapDepict': representação cartográfica.

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
AdmLocation	AdmLocationID	INTEGER	4.4	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
AdmLocation	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)
AdmLocation	AdmAreLev0	VARCHAR	4.4	E48	Sim			País	ISO 3166	Região legalmente identificada como entidade independente na geografia política
AdmLocation	AdmAreLev1	VARCHAR	4.4	E48	Sim			Distrito (PT) / Autonomia (ES)	DGT (PT) / IGN (ES)	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 1º nível
AdmLocation	AdmAreLev2	VARCHAR	4.4	E48	Sim			Município (PT) / Província (ES)	DGT (PT) / IGN (ES)	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 2º nível
AdmLocation	AdmAreLev3	VARCHAR	4.4	E48	Sim			Freguesia (PT) / Município (ES)	DGT (PT) / IGN (ES)	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 3º nível

Fig. 14 - Tabela 'AdmLocation': localização administrativa (atual).

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
HistAdm-Location	HistAdm-LocID	INTEGER	4.4	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
HistAdm-Location	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)
HistAdm-Location	HistAdmAreLev0	VARCHAR	4.4	E48	Sim			Provincia	Pleiades	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 1º nível
HistAdm-Location	HistAdmAreLev2	VARCHAR	4.4	E48	Sim			Conventus	Pleiades	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 2º nível
HistAdm-Location	Period	VARCHAR	4.5	E4	Sim	Sim	Império Romano	Período histórico	Perio.do	Designação dada a um conjunto de acontecimentos, eventos ou realizações socio-culturais limitadas no espaço e tempo

Fig. 15 - Tabela 'HistAdmLocation': localização administrativa (antiga).

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
Historical-Location	HistLocID	INTEGER	4.4	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
Historical-Location	HisLocality	VARCHAR	4.4	E48	Sim			Topónimo	Pleiades	Designação do local onde se encontra o monumento, no momento do seu contexto histórico
Historical-Location	AssocCertainty	VARCHAR	4.4	E55	Sim			Associação	Pleiades	Grau de certeza na associação entre o local e o topónimo histórico
Historical-Location	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)
Historical-Location	Period	VARCHAR	4.5	E4	Sim	Sim	Época romana	Período histórico	Perio.do	Designação dada a um conjunto de acontecimentos, eventos ou realizações socio-culturais limitadas no espaço e tempo

Fig. 16 - Tabela 'HistoricalLocation': Toponímia antiga.

histórico único e as vantagens de análise destes dados (sobretudo na sua projeção espacial) como um conjunto autónomo, foi mantida essa distinção. Separar os topónimos e unidades administrativas por duas tabelas diferentes teve também razões muito pragmáticas. Em todos os sítios arqueológicos foi registada a pertença a uma *provincia* e um *conventus* porque isso, não só era fundamental para a justificação da tese defendida, como porque foi determinado pela proposta de definição de limites das unidades territoriais atravessadas pelo eixo viário em estudo (sobreposição dos pontos aos respetivos

polígonos). Já no que diz respeito à associação dos sítios arqueológicos a toponímia do *Itinerário de Antonino*, isso apenas foi possível determinar num número de casos muito reduzido. Manter a toponímia na mesma tabela que a organização administrativa implicaria a existência de registos com muitos campos vazios, o que pareceu contraproducente no tipo de análise a realizar. Esta opção foi mantida com a consciência simultânea do desrespeito da norma e da simplicidade de reversão desta informação numa tabela única, se tal vier a ser necessário em subseqüentes análises a que este conjunto de dados

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
MonumentType	MonTypeID	INTEGER	4.1	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
MonumentType	MonType	VARCHAR	4.1	E55	Sim			Tipo de sítio	AAT®	Tradução portuguesa do termo do AAT®
MonumentType	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)
MonumentType	AATID	VARCHAR	4.3	E42	Sim			AAT®	AAT®	Identificador único do registo no AAT®

Fig. 17 - Tabela 'MonumentType': tipo de sítio / monumento.

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
TimeSpan	TimeSpan-ID	INTEGER	4.5	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
TimeSpan	StartDate	VARCHAR	4.5	E52	Não			Data inicial		A data mais antiga no intervalo de tempo da existência da entidade a que se refere
TimeSpan	EndDate	VARCHAR	4.5	E52	Não			Data final		A data mais recente no intervalo de tempo da existência da entidade a que se refere
TimeSpan	Period	VARCHAR	4.5	E4	Sim			Período histórico	Perio.do	Designação dada a um conjunto de acontecimentos, eventos ou realizações socio-culturais limitadas no espaço e tempo
TimeSpan	Component	VARCHAR	4.5	E24	Não			Parte descrita		Parte do monumento à qual se refere a cronologia atribuída
TimeSpan	SciDat-Method	VARCHAR	4.5	E17	Não			Método de datação	Lista de termos	Método usado para atribuir a cronologia ao monumento
TimeSpan	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)

Fig. 18 - Tabela 'TimeSpan': informação temporal.

venha a ser sujeito.

A organização dos dados de acordo com este modelo permitiu analisar a informação recolhida com o objetivo de fundamentar a proposta de traçado da via que ligava a capital da *Lusitania* ao seu porto marítimo de *Olisipo*. Além de servir o propósito do meu trabalho académico, o esforço de estruturação e normalização da informação nestes moldes fez-se com o objetivo de garantir a disponibilidade e interoperabilidade dos dados à comunidade de interessados. Além da apresentação tradicional das “fichas de sítio”, em versão formatada para impressão, foram incluídos, na documentação digital

entregue com a dissertação, os ficheiros de dados em formatos editáveis, que podem ser facilmente lidos e manipulados com recurso a diferentes ferramentas. A disponibilização desses dados no repositório da Universidade de Lisboa teve que cumprir as normas relativas aos formatos suportados pela tecnologia usada (Dspace), o que implicou a conversão de formatos (nomeadamente dos dados geográficos): a inclusão de notas e instruções de conversão na descrição dos ficheiros anexos à dissertação foi a solução encontrada que me parece garantir o acesso aos dados e posterior manipulação (Almeida 2017)².

O detalhe na descrição do modelo de dados,

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
Inscription	InscID	INTEGER	4.1	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
Inscription	Inscription	VARCHAR	4.1	E34	Sim			Texto		Texto inscrito como parte da decoração ou conteúdo do monumento
Inscription	Component	VARCHAR	4.1	E19	Não			Referência		Parte do monumento na qual foi inscrito o texto
Inscription	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)
Inscription	Context	VARCHAR	4.1	E55	Sim			Contexto de achamento		Condição do monumento no momento da identificação
Inscription	AAT	VARCHAR	4.1	E55	Não			AAT®		Classificação do monumento através do identificador único e termo do AAT®

Fig. 19 - Tabela 'Inscription': Epigrafia.

Tabela	Nome do campo	Tipo de campo	MIDAS	CI-DOC-CRM	Requer entrada	Valor automático	Valor padrão	Rótulo (formulário)	Vocabulário	Nota
ExternalInformation	ExtInfID	INTEGER	4.3	E42	Sim	Sim				Identificador único do registo (chave primária)
ExternalInformation	ExtInfSysID	VARCHAR	4.3	E42	Não			Referência		Identificador único conforme usado no sistema de informação externo em que o registo-pai é referenciado
ExternalInformation	ExtInfSys	VARCHAR	4.3	E32	Sim			Inventário	Lista de termos	Designação do inventário ou outro sistema de informação em que o registo-pai é referenciado
ExternalInformation	MonID	INTEGER	4.1	E42	Sim					Identificador único do registo-pai (monument)

Fig. 20 - Tabela 'ExternalInformation': referências (bibliografia e outros inventários).

talvez excessivo numa dissertação que não teve as ciências da informação como área de especialidade, fez-se com a consciência da necessidade do debate relativo à construção de inventários estruturados de informação de âmbito arqueológico. Este tema é muitas vezes negligenciado no discurso científico e na gestão do património arqueológico em Portugal e Espanha, embora nos últimos anos se tenha assistido a um crescente interesse na matéria.

Sabendo que o objeto de estudo da arqueologia enquanto disciplina é irremediavelmente fragmentário e corresponde a uma pequeníssima parte da realidade histórica que representa, a nossa obrigação como oficiais deste ofício é garantir a solidez da argumentação na qual baseamos as nossas hipóteses. Essa solidez só é possível se a informação que tratamos estiver devidamente estruturada e,

sobretudo, se os dados poderem ser reutilizados sem grande esforço por outros investigadores dispostos a testar, validar e contradizer as nossas propostas.

Notas

² - Na plataforma eletrónica da presente revista, as tabelas correspondentes às figuras 4, 5 e 7 a 20 também podem ser encontradas em formato editável com hiperligações para as respetivas fontes de informação citadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, J. (1988) - *Roman Portugal*. Londres.
 ALARCÃO, J. – ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. - CEPAS
 PALANCA, A. – CORSO SANCHEZ, R. (1995)
 – *Tabula Imperii Romani*: hoja J-29, Lisboa:

Emerita, Scallabis, Pax Iulia, Gades : sobre la base cartográfica del mapa a escala 1:1.000.000 del IGN. Madrid.

ALMEIDA, M. J. (2000) – *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas (MA)*. Coimbra (<http://hdl.handle.net/10316/9786>).

ALMEIDA, M. J. (2017) – *De Augusta Emerita a Olisipo por Ebora : uma leitura do território a partir da rede viária*. Lisboa (<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/29682>).

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1997) – Convenção Europeia para a protecção do Património Arqueológico (revista), Pub. L. No. Resolução da Assembleia da República n.º 71/97, § Série I-A, 289/1997 Diário da República 6624

BAGNALL, R. – TALBERT, R. J. A. – BOND, S. – BECKER, J. – ELLIOTT, T. – GILLIES, S. – ... TWELE, R. (2006) - *Pleiades: A community-built gazetteer and graph of ancient places [Collection]*. (obtido de <http://pleiades.stoa.org>).

BUGALHÃO, J. – LUCENA, A. (2006) – As novas tecnologias como instrumento de gestão e de divulgação do património: o exemplo do Endovélico - Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. In STOCKLER, C. (ed.) - *Encontros Culturais do Baixo Tâmega: património actas* (1.a ed.) Baião.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (2005, Julho) – Plano Director Municipal - Estudos de Caracterização do Território: Anexo IV Inventário do património arquitectónico e arqueológico concelho. Évora.

CARNEIRO, A. (2011) – *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia*. Évora (<http://hdl.handle.net/10174/12331>).

CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN Y CULTURA - DIRECCIÓN GENERAL DE PATRIMONIO CULTURAL(2014) – *Carta Arqueológica de Extremadura*. Badajoz.

CORDERO RUIZ, T. (2013) – *El territorio emeritense durante la antigüedad tardía (siglos IV-VIII): génesis y evolución del mundo rural lusitano*. Mérida.

CORDERO RUIZ, T. – FRANCO MORENO, B. (2012) – El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media. In CABALLERO ZOREDA, L. – MATEOS CRUZ, P. – CORDERO RUIZ,

T. (eds.) - *Visigodos y omeyas: el territorio*. Mérida: 147–169.

CUNTZ, O. – WIRTH, G. (eds.) (1990) – *Itineraria Antonini Augusti Et Burdigalense: Accedit Tabula Geographica. Editio stereotypa editionis primae* 1929. Berlin.

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL(2015) – Endovelico: base de dados da DGPC. Obtido 6 de Novembro de 2015, de <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (2002) – Endovelico: Sistema de gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5-1: 277–283.

ENCARNAÇÃO, J. d'. (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra.

ENGLISH HERITAGE (2012) – MIDAS Heritage: the UK Historic Environment Data Standard, v1.1. Londres.

FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Alcácer do Sal.

FERREIRA, C. J. – TAVARES DA SILVA, C. – LOURENÇO, F. S. – SOUSA, P. (1993) – *O património arqueológico do Distrito de Setúbal: Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal.

GALAMBA, U. (2012) – *O património arqueológico do Concelho de Viana do Alentejo, Estado do Conhecimento*. Évora.

GORGES, J.-G. – RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2000) – Voies romaines, propriétés et propriétaires à l'ouest de Mérida: problèmes d'occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous l'Haut-Empire. In GORGES, J.-G. – NOGALES BASARRATE, T. (eds.) - *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. Mérida: 101–153.

HERITAGE DATA (2018) – Linked Data Vocabularies for Cultural Heritage (obtido 18 de Abril de 2018, <http://www.heritagedata.org/blog/>).

ICOM-CIDOC (2015, Janeiro) – Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model: Version 6.0. (http://cidoc-crm.org/official_release_cidoc.html).

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (2014) – Information and

documentation: a reference ontology for the interchange of cultural heritage information (ISO 21127:2014). (<https://www.iso.org/standard/57832.html>).

JÀRREGA, R. (2014) – *Amphorae ex Hispania*. (obtido 15 de Junho de 2016, de <http://amphorae.icac.cat/portal>).

JORGE, N. M. da C. (2011) – Ensaio sobre o AAT-Art & Architecture Thesaurus: proposta terminológica de adaptação à realidade portuguesa. Porto (<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57042>).

JORGE, N. M. da C. (2012) – Ensaio sobre o AAT - Art & Architecture Thesaurus. In SEMEDO, A. – MACHADO, C. – TEIXEIRA, M. J. (eds.) - *Ensaio e práticas em museologia*. Porto.

MANTAS, V. G. (2014) – As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da antiguidade. *Humanitas* 66: 231–256.

MUNICÍPIO DE PALMELA (2015) – CM Palmela / Carta Arqueológica (atualização 2007). Obtido 22 de Junho de 2016, de <http://www.cm-palmela.pt/pages/1434>

PARLAMENTO EUROPEU – CONSELHO EUROPEU – Directiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março de 2007 ,que estabelece uma infra-estrutura de informação geográfica na Comunidade Europeia (Inspire), Pub. L. No. 102/2011, § L, L (2007) Obtido de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:108:0001:0014:PT:PDF>

PERÍODO (sem data) – Periods, Organized. Obtido 18 de Agosto de 2016, de <http://perio.do/>

RABINOWITZ, A. (2014) – *It's about time: historical periodization and Linked Ancient World Data*. ISAW Papers 7.

RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (1993) – *Arqueología de la villa romana de Torre Águila*. Cáceres.

TALBERT, R. (2000) – *Barrington Atlas of the Greek and Roman World*. Princeton.

THE J. PAUL GETTY TRUST (2015) – Art & Architecture Thesaurus (Getty Research Institute) Obtido 9 de Fevereiro de 2012, de <http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/index.html>

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 185-194. SUBMETIDO A 26.03.2018. ACEITE A 11.06.2018.

FRAGMENTOS DO ORIENTE EM LEITE DE VASCONCELOS

FRAGMENTS OF THE ORIENT IN LEITE DE VASCONCELOS

ALEXANDRA NEPOMUCENO¹

RESUMO

Pretende-se averiguar o interesse de José Leite de Vasconcelos (1858-1941) pelo Oriente como área ou tema de investigação através da sua participação em encontros científicos, nomeadamente o Congresso Internacional de Orientalistas e o Congresso de Arqueologia do Cairo. O intelectual surge associado à organização do X Congresso Internacional de Orientalistas, previsto para ter lugar em Lisboa no ano de 1892, publicando três ensaios no âmbito desse encontro. Analisam-se esses ensaios, e indaga-se a respeito da presença do Oriente na sua obra, de que forma e com que relevância. Através da sua participação em duas sessões do Congresso de Arqueologia do Cairo, em 1905 e em 1909, tentar-se-á clarificar como as suas investigações, etnográficas e/ou arqueológicas, reforçam o seu papel de colecionador de fragmentos do Oriente.

Palavras-chave: Leite de Vasconcelos; Congresso Internacional de Orientalistas; Oriente; Arqueologia; Etnografia.

ABSTRACT

It is intended to investigate the interest of José Leite de Vasconcelos (1858-1941) in the Orient as an area or subject of research through his participation in scientific meetings, namely the International Congress of Orientalists and the Cairo Archeology Congress. The intellectual is associated with the X International Congress of Orientalists, which was supposed to be held in Lisbon in the year of 1892, publishing three essays in the framework of this meeting. These essays are analyzed, and the presence of the Orient in his work is investigated, in what form and with what relevance. Through his participation in two sessions of the Cairo Congress of Archeology in 1905 and 1909, he will try to clarify how his ethnographic and / or archaeological investigations reinforce his role as a collector of Orient fragments.

Keywords: Leite de Vasconcelos; International Congress of Orientalists; Orient; Archeology; Ethnography.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo insere-se num projeto de investigação em curso, titulado por *Textos e Contextos do Orientalismo Português – Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973)*, (PTDC/CPC-CMP/0398/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do Projeto 3599 – Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação – Não Cofinanciada.

Através da análise da participação portuguesa nestes congressos pretende-se colocar Portugal num contexto amplo de produção de conhecimento, quer académico quer científico, sobre o Oriente. Investiga, assim, o que Edward Said designou como a aceção mais académica do termo «orientalismo»: «Quem ensine, escreva ou investigue sobre o Oriente – quer se trate de um antropólogo, um sociólogo, um historiador ou um filólogo –, tanto nos seus aspectos específicos como gerais» (2004: 2); se quem ensina, escreve ou investiga sobre o Oriente no final do século XIX é um orientalista, «aquilo que ele ou ela fazem é orientalismo» (Said 2004: 2).

Da lista de participantes nos vários Congressos de Orientalistas que decorreram entre 1873 e 1973 consta o nome de José Leite de Vasconcelos (1858-1941). Linguista, filólogo, etnógrafo, arqueólogo, este académico polifacetado surge associado apenas a um Congresso Internacional de Orientalistas, mais precisamente ao que iria realizar-se em Lisboa, em 1892. Centrando-se nessa participação, que se traduziu na publicação de três breves ensaios sob a chancela da Sociedade de Geografia de Lisboa, assim como em duas outras participações no Congresso de Arqueologia do Cairo, em 1905 e em 1909, o presente trabalho assume-se como um estudo de caso sobre a presença do Oriente na obra de Leite de Vasconcelos, tendo por base essas participações.

Já muito se escreveu sobre o autor. O seu espólio tem sido dissecado, analisado e divulgado por numerosos investigadores. Uns têm versado a sua prática etnográfica e arqueológica (por exemplo, Lira 1960; Fabião 2008); outros analisam as suas contribuições para a epigrafia e a dialetologia (por exemplo, Cabral 2000; Guimarães 2009). Outros ainda estudam a sua poesia (por exemplo, Barroso 2008). Mas quanto à presença do Oriente na sua obra a literatura é escassa, resumindo-se ao trabalho *Impressões do Oriente: de Eça de Queiroz a Leite de Vasconcelos* (2008), da autoria de Luís Raposo, com o apoio do Museu Nacional de Arqueologia.

Para cumprir o objetivo proposto, dividirei o

presente trabalho em quatro partes: na primeira, traçarei uma breve biografia do autor; na segunda, introduzirei os Congressos Internacionais de Orientalistas, apresentando sucintamente o Congresso de Lisboa; de seguida, identificarei as três contribuições do autor para este congresso, com base numa leitura sistematizada desses textos; na quarta parte abordarei a importância das suas viagens ao Egito, no âmbito do Congresso de Arqueologia em 1905 e em 1909, para apreciar o colecionismo de Leite de Vasconcelos de fragmentos do Oriente.

Para a realização deste trabalho foram feitas diversas visitas a bibliotecas nacionais, como a da Sociedade de Geografia de Lisboa, a do Museu Nacional de Arqueologia e a da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2. PERFIL BIOGRÁFICO DE LEITE DE VASCONCELOS

José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo nasceu na aldeia de Ucanha, do atual concelho de Tarouca, a 7 de julho de 1858. Em 1876, com 18 anos de idade, mudou-se para o Porto. Foi aqui que iniciou os seus estudos no Colégio de S. Carlos, terminando em 1879. Entre 1879 e 1881, tirou o curso de Ciências Naturais na Academia Politécnica do Porto. No mesmo ano de 1881, a 26 de setembro, matriculou-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. A 20 de dezembro de 1886 recebeu o prémio Macedo Pinto por ter sido o melhor aluno do curso de Medicina, concluindo os seus estudos em 1887, com a dissertação *A Evolução da Linguagem*, e recebendo o seu diploma a 15 de abril. Chegou a exercer medicina durante seis meses, no Porto e na vila do Cadaval, na qualidade de subdelegado de saúde.

Ainda em 1887, Leite de Vasconcelos foi nomeado conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa, mantendo-se neste cargo até 1911. A partir de 1888, abandonando a sua atividade médica, dedicou-se à área do ensino, tornando-se professor de Numismática naquela instituição. Para além da Biblioteca Nacional, também exerceu funções de docência no Liceu do Carmo em Lisboa (como professor interino de Português, Latim e Francês).

Em 1893 propôs a criação o Museu Etnológico (hoje Museu Nacional de Arqueologia) com o objetivo de divulgar as origens e as tradições do povo português. O acervo deste museu constituiu-se, inicialmente, do resultado de escavações arqueológicas que realizou um pouco por todo o país e não só.

Entre 1899 e 1901, doutorou-se em Filologia Românica pela Universidade de Paris – Sorbonne –, apresentando a tese *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Frequentou ainda outros cursos no Collège de France, estudando Filologia e Arqueologia, e na École Pratique des Hautes Études de Paris, onde cursou História da Filologia, obtendo o diploma de aluno titular.

A 22 de agosto de 1911, Leite de Vasconcelos foi nomeado professor extraordinário da recém-criada Faculdade de Letras da Universidade Lisboa, onde lecionou diferentes disciplinas até 1928: Língua e Literatura Latinas, Filologia Portuguesa, Filologia Românica (depois Gramática Comparada das Línguas Românicas, Linguística Românica), Língua e Literatura Francesas, Epigrafia, Numismática e Esfragística, e ainda Arqueologia. A propósito desta última, é de salientar que, a 17 de abril de 1914, recorreu a Bernardino Machado (1851-1944), então ministro dos Negócios Estrangeiros e do Interior, a solicitar que lhe fosse atribuída a categoria de professor titular dessa cadeira, em virtude da sua formação académica e científica naquela área.

Com o propósito de divulgar as suas pesquisas e reflexões, e as de outros investigadores seus contemporâneos, surgiram, de sua iniciativa, diversos periódicos, nomeadamente: *O Pantheon: revista de ciencias e letras* (1880); *o Anuario para o estudo das tradições populares portuguezas* (1882); *a Revista Lusitana: archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal* (1887); *O Archeólogo Português: collecção illustrada de materiaes e noticias* (1895); e *o Boletim de Etnografia* (1920).

Foi agraciado com diversos títulos e condecorações, como o de Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Filosofia Rheinischen Friedrich Wilhelms da Universidade de Bona (a 20 de julho de 1925); o grau de Grã-cruz da Ordem da Instrução Pública e Benemerência (a 22 de outubro de 1930); o de comendador da Legião de Honra de França (a 9 de novembro de 1930); a medalha de ouro de Mérito Municipal atribuída por iniciativa administrativa do município de Lisboa (a 18 de junho de 1936); o grau de Grã-cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada (a 7 de março de 1937); e o de Doutor *Honoris Causa* pela Universitatea Regele Carol II na Roménia (a 30 de junho de 1938). Leite de Vasconcelos faleceu no dia 17 de maio de 1941, com 82 anos de idade.

Como se vê por este breve percurso pela sua vida, Leite de Vasconcelos movimentou-se sobretudo por espaços e círculos de discussão em território europeu, preferencialmente entre Portugal e França.

O seu espólio encontra-se repartido entre o Museu Nacional de Arqueologia (nomeadamente documentação referente a ciências históricas e etnográficas, manuscritos, compreendendo anotações das suas aulas, esboços e plantas de monumentos, desenhos de objetos e artefactos de índole arqueológica e etnográfica, correspondência e objetos pessoais), a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (sobretudo documentação nas áreas da linguística e da literatura), a Fundação Mário Soares, a Fundação Manuel Viegas Guerreiro e por outras instituições de colecionadores particulares. Uma parte significativa dos materiais arqueológicos que encontrou está também hoje patente no Museu da Sociedade Martins Sarmento.

3. CONGRESSO INTERNACIONAL DE ORIENTALISTAS EM 1892 – LISBOA

O século XIX, marcado pelas ideias de progresso, ciência e tecnologia, assistiu à emergência de inúmeros encontros internacionais de debate científico. Enquanto homem da ciência e académico, Leite de Vasconcelos participou em diversos congressos nacionais e internacionais. Podemos mencionar, a título de exemplo, a sua participação no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas em 1880 em Lisboa, ou em setembro de 1930 em Coimbra, assim como na primeira e na segunda sessões do Congresso Arqueológico do Cairo, em 1905 e 1909, ou no Congresso Internacional de Arqueologia em Roma, em 1912, onde presidiu à secção de Arqueologia Pré-histórica, ou ainda no Congresso de Escritores Galegos e Portugueses, em agosto de 1924 na Corunha. A sua presença era nítida, sobretudo em congressos de arqueologia e antropologia, não sendo totalmente estranha a sua associação, em 1892, a um Congresso Internacional de Orientalistas, para mais a ter lugar em Portugal.

A ideia de criar um Congresso Internacional de Orientalistas partiu da iniciativa de Léon de Rosny (1837-1914), professor na École Impériale et Spéciale des Langues Orientales e presidente da Sociedade de Etnografia de Paris. Fundado na capital francesa, o congresso foi constituído, em 1873, com base em estatutos e em comissões internacionais e nacionais de apoio ao comité central.

Reunindo investigadores e intelectuais oriundos dos vários continentes, mas sobretudo da Europa, este tipo de evento visava contribuir para a consolidação dos Estudos Orientais como área

disciplinar. O sucesso do primeiro congresso foi tal que levou à sua continuação em diferentes cidades: Londres (1874); São Petersburgo (1876); Florença (1878); Berlim (1881); Leiden (1883); Viena (1886); Estocolmo e Cristiania (1889); Londres (1891 e 1892); Lisboa (1892 – cancelado); Genebra (1894); Paris (1897); Roma (1899); Hamburgo (1902); Argel (1905); Copenhaga (1908); Atenas (1912); Oxford (1928); Leiden (1931); Roma (1935); Bruxelas (1938); Paris (1948); Istambul (1951); Cambridge (1954); Munique (1957); Moscovo (1960); Nova Deli (1964); Ann Arbor (1967); Camberra (1971); e Paris (1973).

Entre 1873 e 1973 realizaram-se trinta congressos, e as temáticas neles debatidas privilegiaram, sobretudo, as línguas, literaturas e religiões orientais, bem como a história do relacionamento entre culturas (Este-Oeste), abordadas a partir de uma perspetiva preferencialmente filológica, antropológica, etnográfica ou arqueológica. Na sequência do congresso que se realizou em Estocolmo e Cristiania em 1889, agudizou-se uma divisão entre orientalistas, que esteve na origem de um cisma temporário no seio da comunidade, que se debatia sobre a autoridade dos estatutos criados aquando da inauguração do evento em Paris (1873), por sua vez interligada com questões de reconhecimento de legitimidade científica para falar sobre o Oriente, sendo notória a vontade de excluir participantes ditos amadores, isto é, que não fossem académicos. Fruto desse cisma foi a realização de dois congressos consecutivos na cidade de Londres, em 1891 e 1892, o que os estatutos não permitiam, sob lideranças diferentes e com visões distintas sobre quem deveria participar neste tipo de evento (Rabault-Feuerhahn 2012).

Foi neste ambiente de discórdia que, na sequência do encontro de Londres de 1891, se agendou o X Congresso Internacional de Orientalistas em Lisboa, a ter lugar de 23 de setembro a 1 de outubro de 1892 e seguindo os estatutos e princípios do congresso fundador de Paris. Este evento, que começou a ser preparado a partir de abril, teria como instituição organizadora a Sociedade de Geografia de Lisboa e o patrocínio régio de D. Carlos I, e seria presidido por António do Nascimento Pereira Sampaio, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa na altura.

O programa científico do evento estava dividido em vinte e quatro secções: a) sumário das investigações orientais desde 1891; b) 1.º línguas semíticas, exceto o árabe; 2.º o árabe e o Islão; 3.º assiriologia; 4.º palestinologia; c) línguas arianas (1.º

sânscrito e hinduísmo, 2.º o páli e o budismo, 3.º o iraniano e o zoroastrianismo); d) a África à exceção do Egito; e) egiptologia; f) Ásia Central e Dardistão; g) religiões comparadas (mitologia, filosofia, história); h) línguas comparadas; i) incitamento aos estudos orientais; j) estudos indo-chineses; k) sinologia; l) estudos japoneses; m) estudos dravinianos; n) Malásia e Polinésia; o) questionários para exploradores; p) filologia etnográfica; q) arte, arqueologia, numismática e a arte industrial do Oriente; r) relações com os sábios e povos do Oriente; s) linguística oriental, comercial, etc.; t) antropologia, a ciência e os produtos naturais e artificiais do Oriente; u) o Oriente e a América; v) o Oriente e Portugal; x) secção especial sobre as Filipinas; y) exposição de livros e objetos (doados essencialmente pelo Leal Senado de Macau e pela Académie d'Hippone, da Argélia).

Para este evento contava-se com a presença de, pelo menos, vinte e cinco participantes estrangeiros e vinte participantes portugueses de diversas áreas do saber – incluindo Leite de Vasconcelos –, nomeadamente: André Paulo de Andrade (?-1908), Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914), António Cândido de Figueiredo (1846-1925), António Lopes Mendes (1835-1894), António Pereira de Paiva e Pona (1849-1899), Constâncio Roque da Costa (1858-1934), David Lopes (1867-1942), Demétrio Cinatti (1851-1921), F. de Assis Clemente (184[?]-1902), Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), Francisco M. Esteves Pereira (1854-1924), Guilherme de Vasconcelos Abreu, Jerónimo P. de A. da Câmara Manuel (?-1905), José Daniel Colaço (1831-1907) e Júlio Rey Colaço, (1844-1900), José M. Bénoliel (1857-1942), Luciano Cordeiro, (1844-1900), Sebastião Dalgado (1855-1922) e Tomás de Aquino Morão Garcez Palha (1842-1904).

Muitos destes participantes portugueses mantinham ligações diretas com Leite de Vasconcelos, com quem debatiam questões relacionadas, sobretudo, com linguística, em particular dialetologia e etimologia, e arqueologia. No Museu Nacional de Arqueologia, para além de se encontrarem diplomas e programas dos vários congressos a que assistiu, de entre cerca de 24.101 cartas endereçadas a Leite de Vasconcelos por cerca de 3.686 personalidades (Coito 2011), tanto portuguesas quanto estrangeiras, sobressai uma correspondência intensa com alguns destes estudiosos (como Vasconcelos Abreu, Luciano Cordeiro, Gonçalves Viana ou Adolfo Coelho) e outros como o linguista alemão Hugo Schuchardt (1842-1927) ou o egiptólogo francês Gaston Maspero (1846-1916), também eles participantes noutras sessões do

Congresso Internacional de Orientalistas.

Para além da Sociedade de Geografia de Lisboa, Leite de Vasconcelos era membro de grande parte das instituições que se associaram ao Congresso de 1892, como é o caso da Associação Real dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, da Academia das Ciências de Lisboa, da Sociedade Martins Sarmento, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano ou da Academia Real da História de Madrid.

Apesar dos esforços envidados para acolher o evento em Lisboa, a 10 de setembro de 1892, Luciano Cordeiro, secretário organizador do décimo congresso e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, expedia o seguinte telegrama: "Lisbonne, 10 septembre 1892. Congrès Orientalistes ajourné par arrêté Gouvernement cause précautions sanitaires" (Ramos 1996: 125). O evento foi cancelado de véspera por iniciativa portuguesa, ficando conhecido como «malogrado» e sobrepondo-se-lhe o Congresso de Londres, que estava a ser organizado em simultâneo. Porém, ficaram impressas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, na Imprensa Nacional, as contribuições da maioria dos participantes, em memória ao congresso que nunca viria a ter lugar em Lisboa.

4. A PARTICIPAÇÃO DE LEITE DE VASCONCELOS NO CONGRESSO DE LISBOA

Leite de Vasconcelos tornou-se sócio ordinário da Sociedade de Geografia de Lisboa a 3 de março de 1890, com o número de registo 1674, desenvolvendo, nesse âmbito, uma vasta atividade científica e cultural. Desempenhou na Sociedade os cargos de secretário (1891), vice-presidente (1894 e 1898) e, de novo, presidente (1900) da Secção de Viagens e Etnografia, tornando-se presidente da Secção de Etnografia em 1916. Sendo Lisboa o palco de acolhimento previsto para o Congresso Internacional de Orientalistas em 1892 e a Sociedade de Geografia a instituição organizadora, esperava-se uma grande afluência de participantes portugueses e, em particular, de membros desta instituição, mesmo que os seus trabalhos ou áreas de interesse científico não estivessem diretamente relacionados com o tema abrangente do Oriente, como era o caso de Leite de Vasconcelos.

No âmbito deste evento, foi-lhe incumbida a tarefa de secretariar a comissão executiva, presidida pelo conde de Ficalho, juntamente com outros especialistas em diversas áreas do saber,

alguns dos quais tinham já acumulado experiência de participação em sessões anteriores deste congresso, como é o caso de Gonçalves Viana. Leite de Vasconcelos preparou três breves trabalhos em memória do congresso de Lisboa, em francês, que foram impressos pela Imprensa Nacional ainda em 1892: *Sur le dialecte portugais de Macao*; *Sur les amulettes portugaises*; e *Sur les religions de la Lusitanie*. Os dois últimos textos estão tematicamente interligados e são acompanhados de subtítulos, *Résumé d'un mémoire* e *Abrégé d'un mémoire* respetivamente, que dão conta de que estudos mais aprofundados estariam a ser preparados.

O texto *Sur le dialecte portugais de Macao* consiste, como o título indica, num contributo para a dialetologia portuguesa a partir do estudo de caso de Macau, embora este não seja, na verdade, o ponto de partida, mas antes um dos vários pontos de chegada. De acordo com Leite de Vasconcelos, a língua portuguesa atravessou diversas fases, podendo falar-se, em primeiro lugar, da transição de um português pré-histórico para um português proto-histórico, seguindo-se um estágio que Leite de Vasconcelos descreve como português antigo ou arcaico, antecessor do português moderno. Centrando-se na dialetologia moderna, o autor propõe subdividir os dialetos populares em categorias, como codialetos, dialetos ou subdialetos. Exemplos de codialetos são o galego, o mirandês, o quadramilês e o riodonorês. No caso da língua portuguesa, o autor refere os dialetos interamnenso, transmontano, beirão, meridional (na zona continental); açoriano e madeirense (na zona insular); e brasileiro e crioulo (nas ex-colónias), em que insere o português de Macau. Leite de Vasconcelos cita ainda autores, seus contemporâneos e também participantes nos Congressos Internacionais de Orientalistas, nomeadamente Adolfo Coelho, Lucien Adam (1833-1918) e Hugo Schuchardt, por terem sublinhado a importância de estudar crioulos e sendo por ele considerados pioneiros.

Enquanto filólogo, Leite de Vasconcelos desenvolveu vários trabalhos tomando como objeto de estudo a dialetologia portuguesa, como é o caso do polémico *Dialecto Mirandez* (1882) ou de *Sub-Dialecto Alemtejanos* (1883), *Dialectos Beirões* (1884), *Dialectos Extremenhos* (1885), *Dialectos Interamnenso* (1885), *Dialectos Algarvios* (1886), *Dialectos Transmontanos* (1890-1893) e *Dialectos Açoreanos* (1890-1893). Leite de Vasconcelos continuaria o seu estudo sobre crioulos, publicando, quatro anos mais tarde, *Dialectos Crioulos Portugueses de África* (1897-1899).

Já o texto *Sur les amulettes portugaises*, preparado para ser apresentado na secção de Religiões Comparadas (Mitologia, Filosofia, Leis, Ciências Orientais, História) do congresso, é sobre amuletos usados em território nacional. Segundo o autor, o amuleto é um objeto portátil, inconsciente e impessoal, pequeno e quase sempre com uma forma particular, natural ou artificial, que se associa à magia e a que se atribuem propriedades singulares de proteção contra o mal. Neste texto, e seguindo a sua tendência para a categorização, Leite de Vasconcelos estabelece quatro categorias de amuletos: amuletos cuja virtude dependeria do aspeto externo, forma e cor; amuletos cuja virtude dependeria da natureza da sua substância; amuletos cuja virtude adviria ao mesmo tempo do aspeto externo e da natureza da substância, dando origem a amuletos mistos; e ainda amuletos que quanto maior o número de substâncias compoem a sua natureza, mais eficazes seriam as suas virtudes.

Os amuletos portugueses são, segundo o autor, vestígios das religiões dos povos que ao longo dos séculos ocuparam o território. A sua origem é, por isso, diversa, podendo ser associada aos tempos primitivos, a uma origem romana ou a uma origem semítica. Neste sentido, o autor salienta a necessidade de observar cada caso isoladamente e de realizar estudos comparativos. É apenas neste ponto do texto que Leite de Vasconcelos se aproxima do Oriente, ao sugerir uma possível proveniência oriental (semítica) dos amuletos em uso no território português. Comparado com o texto anterior, a adequação deste breve ensaio a um Congresso Internacional de Orientalistas é ténue, mostrando que o tema do Oriente não foi tomado como central à sua investigação, mas como complementar ou auxiliar à compreensão de comportamentos culturais simbólicos.

Antes do «malogrado» congresso de 1892, Leite de Vasconcelos já tinha escrito sobre amuletos portugueses em diversos periódicos, como «Amuletos italianos e portugueses» (*Boletim Folklorico*, 1882) ou «Amuletos populares portugueses» (*Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 1882). Após o ano de 1892, Leite de Vasconcelos continuou a publicar outros artigos sobre os amuletos. Exemplo disso são «Amuletos (plano dum estudo)» (*O Arqueólogo Português*, 1900) e «Amuleto de coral» (*Boletim de Etnografia*, 1929).

Por fim, *Sur les religions de la Lusitanie* será porventura o trabalho mais importante dos três textos preparados para o congresso, não por abordar

o tema do Oriente de forma direta ou exaustiva, até porque não o faz, mas antes porque consiste num estudo preliminar de um trabalho de maior fôlego que viria a publicar anos depois, em português, sob o mesmo título. *Religiões da Lusitânia* compreende três volumes, também publicados pela Imprensa Nacional, que saíram em 1897, por ocasião da celebração do IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia (promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa), em 1905 e em 1913, respetivamente.

Este estudo das religiões da Lusitânia destinava-se inicialmente para publicação na *Revista de Portugal*², tendo como título provisório «*Notícia das religiões da Lusitânia*». Acabaria por ser apresentado, de forma bastante sucinta, ao Congresso de Orientalistas e só mais tarde desenvolvido e acrescido de novas informações. O próprio Leite de Vasconcelos dá conta da história desta que é consensualmente aceite como uma das suas obras mais importantes: «E tem a seguinte singela historia: começou por ser um artigo pequeno para um periódico litterario, artigo que não chegou a publicar-se; depois esteve para formar uma dissertação ou memoria destinada a um congresso; por fim, como o assunto augmentava cada vez mais, passou de opúsculo a volume, e successivamente a 2.º e 3.º.» (Vasconcelos 1913: VII).

Alegando falta de tempo para compor um trabalho mais aprofundado e carência de imagens para ilustrar certos dados, o autor acabou por redigir para o congresso, em cerca de nove páginas, apenas um esboço do trabalho que gostaria de vir a desenvolver, com vista a «projectar alguma pouca luz numa das matérias mais obscuras e mais desconhecidas da nossa historia – as religiões da Lusitânia» (Vasconcelos 1897: VIII).

Na memória, utilizando o termo *Lusitânia* «(...) comme significant l'époque ancienne de l'Occident de l'Ibérie, à peu près jusqu'au temps des Arabes» (Vasconcelos 1892: 3), Leite de Vasconcelos subdivide a história da Lusitânia em três períodos: a Lusitânia pré-histórica ou primitiva; a Lusitânia proto-histórica ou pré-romana; e a Lusitânia romana. Em relação ao primeiro período, o da Lusitânia pré-histórica, o autor refere que a religião seria algo elementar, sendo possível reconhecer o culto dos mortos, o uso de amuletos (identificados no texto anterior) e ainda a adoração das estrelas. Considera que estas práticas estariam enraizadas na fisiolatria e na necrolatria. Para o segundo período, a Lusitânia proto-histórica, o autor menciona que, através de monumentos arqueológicos – usados, portanto, como documentos históricos –, é possível inferir a

respeito dos hábitos religiosos desse tempo, que assentariam sobretudo no animismo e no naturismo. Por fim, para o terceiro período, a época luso-romana, o autor evidencia a forte influência do culto romano. A religião romana está patente na paisagem arqueológica de Portugal através de templos, altares, estátuas, estatuetas, amuletos, como o santuário de Endovéllico³, o Templo de Évora, divindades no Algarve ou túmulos de mármore esculpido, que, no entanto, o autor não nomeia.

Refira-se apenas que, em 1890, e no seguimento do trabalho publicado por Gabriel Pereira⁴ sobre *O Santuario de Endovellico*, em 1889, Leite de Vasconcelos procedeu à realização de “escavações arqueológicas” nas ruínas da velha ermida do santuário, com o intuito de recuperar no local elementos escultóricos e epigráficos. Esta intervenção seria o seu primeiro trabalho arqueológico, desencadeando um interesse pelo passado, e estaria na origem do projeto de organização de uma coleção de apontamentos sobre as religiões primitivas de Portugal. É, por isso, em 1890 que situamos o início do projeto de escrita sobre as *Religiões da Lusitânia*.

Destinando-se *Sur les religions de la Lusitanie* a um congresso de orientistas, Leite de Vasconcelos salientou os deuses romanos de origem oriental mencionados em monumentos epigráficos, que testemunham a riqueza da religião romana. Dos deuses romanos de origem oriental, o autor destaca: de origem egípcia, Ísis e o sincrético Serápis; de origem persa, Mitra; de origem frígia, *Mater Deum*; e por fim, de origem síria, Sol Invicto. Esta enumeração não é, porém, desenvolvida na memória.

Para tentar agilizar o processo de escrita quer de *Sur les amulettes portugaises* quer *Sur les religions de la Lusitanie*, ou eventualmente atenuar falhas decorrentes do curto prazo para a produção dos textos, recorreu a Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), como comprova o conjunto de cerca de 73 cartas que lhe endereçou, depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, nas quais Leite de Vasconcelos apela a esclarecimentos sobre materiais, partilha as suas novas aquisições arqueológicas ou solicita o envio de bibliografia.

Numa carta datada de 18 de maio de 1892, Leite de Vasconcelos pede a Sarmiento desde desenhos a estampas ou objetos inéditos que pudessem ser relevantes para o Congresso de Orientalistas: «Desejava, porém, apresentar o maior n.º de factos, e de dar sobretudo estampas inéditas. Pedia eu a V. Ex.^a o obséquio de me mandar, não tendo nisso dúvida, e

podendo, desenhos do que tiver, quer no Museu quer em casa, que veja que me interessa» (Vasconcelos - Sarmiento 1958: 136). Após uma intensa atividade epistolar dando conta sobretudo da importância de incluir estampas que documentassem as práticas cultuais e religiosas patentes em território nacional desde a pré-história, no dia 11 de junho de 1892, Leite de Vasconcelos recebe da parte de Martins Sarmiento os desenhos pedidos: «Estão magnificamente feitos (...)» (Vasconcelos - Sarmiento 1958: 142). Esses desenhos não foram, porém, incluídos na memória ao Congresso.

5. PARTICIPAÇÃO DE LEITE DE VASCONCELOS NO CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA DO CAIRO, EM 1905 E EM 1909

Após o rumo ao «malogrado» congresso de 1892, registaram-se duas viagens de Leite de Vasconcelos para fora de território europeu, o Egito, em 1905 e em 1909, proporcionadas pela sua participação em duas reuniões de um evento de divulgação científica internacional: a primeira e a segunda sessões do Congresso de Arqueologia do Cairo. Este evento tinha por objetivo divulgar e evidenciar a importância das campanhas de escavação no Egito, que começaram a proliferar no início do século XIX após a campanha napoleónica de 1798-1801.

A primeira sessão do congresso, organizada e presidida pelo estudioso da cultura egípcia Gaston Maspero (1846-1916), realizou-se entre os dias 7 e 14 de abril de 1905. O programa do evento continha seis secções: 1) Arqueologia clássica; 2) Arqueologia pré-histórica e oriental; 3) Escavações e museus, conservação e monumentos; 4) Epigrafia e numismática; 5) Arqueologia bizantina; 6) Formação em arqueologia. Leite de Vasconcelos, afiliado à Biblioteca Nacional de Lisboa, participou na quarta secção, no dia 10 de abril, com a comunicação em francês «La signification religieuse, en Lusitanie, de quelques monnaies percées d'un trou» (1905), que veio a ser publicada no periódico *O Arqueólogo Português*. Como o próprio título indica, este texto pretendia expor o significado religioso de moedas usadas na Lusitânia patenteando imagens de divindades ou símbolos religiosos. Segundo Leite de Vasconcelos, essas moedas seriam, muitas vezes, oferecidas aos templos por serem consideradas como amuletos. Reforça a ideia de que, com o trabalho arqueológico, seria possível determinar os cultos que diversas moedas documentam.

A segunda sessão do congresso foi agendada para abril de 1909, mais propriamente entre os dias 10 e 15. O programa era constituído também por seis secções com as seguintes temáticas: 1) Arqueologia pré-clássica; 2) Arqueologia clássica; 3) Papirologia; 4) Arqueologia religiosa; 5) Arqueologia bizantina; 6) Numismática e geografia. Na qualidade de representante da Academia das Ciências de Lisboa, José Leite de Vasconcelos presidiu à secção de Arqueologia Pré-Histórica, onde participou com a comunicação «Présentation d'une palette égyptienne ovoïde» (1909), publicada nas atas do Congresso Internacional de Arqueologia.

Por conta da sua participação neste evento, visitou museus e monumentos na capital egípcia, e ainda em Alexandria e em Luxor, bem como outros locais com interesse arqueológico na Europa, como Espanha, França e Itália. Regressou a Portugal a 20 de junho do mesmo ano.

Foi desta segunda visita ao Egito que Leite de Vasconcelos trouxe cerca de 70 objetos: «comprei alguns objectos para o Museu, e obtive outros de graça» (Vasconcelos 1915: 134). Inicialmente, foram agrupados numa coleção de objetos estrangeiros antigos e modernos, que continha: «machados de pedra polida, semelhantes aos da Europa; chapas de lousa; tabulas de oferendas aos deuses, figurinhas, fragmentos de papiros, uma mumia, almofariz de pedra, esculturas várias, lucernas de diversos tipos, amuletos, loiças, anel magico, calamo, etc.» (Vasconcelos 1915: 261). Estes achados, aquisições e oferendas foram depositados na Sala Egípcia do Museu Nacional de Arqueologia e agrupados na coleção de antiguidades egípcias, atualmente patente na exposição permanente. Esta coleção consiste nas poucas apropriações (materiais) do Oriente por parte de Leite de Vasconcelos.

Se, para o Congresso Internacional de Orientalistas, envidou esforços no sentido de obter registos visuais de um património nacional que estava em ruína e que testemunhariam lugares de memória histórica e coletiva, no âmbito da sua participação nos Congressos de Arqueologia do Cairo procurou sobretudo objetos que ajudassem a materializar o seu Museu Etnológico num lugar de memória, num espaço simbólico que seria necessário conservar e (re)visitar tanto quanto a própria memória histórica (Nora 2016).

Através do texto «Acquisições do Museu Etnológico Português», de José Carvalhaes (1911), foi possível fazer um levantamento de todo o material doado a Leite de Vasconcelos ou por ele adquirido

e comprado no ano de 1909, no desenrolar das suas andanças pelo Egito.

No Cairo, adquiriu vários amuletos de prata egípcios, três cálamos para escrever árabe, um fuso moderno com cossoiro de barro e maçaroca, quatro facas de sílex pré-históricas, contas de vidro vindas da Síria, figuras egípcias patentes em túmulos, uma conta de vidro embutida e duas tabuletas egípcias com inscrições em grego e em egípcio, ou seja, «(...) etiquetas de madeira para identificação de múmias, uma com inscrição em demótico, outra com inscrição copta» (Araújo 1993: 58; 2008: 12).

Em Alexandria, visitou o Museu Greco-romano cujo diretor E. Breccia lhe ofereceu alguns objetos das épocas helenística e romana, por exemplo vasos e candeias. No mesmo local, o presidente do Tribunal Misto de Alexandria, A. de Sousa Larcher, ofereceu-lhe dois unguentários (um de barro e outro de vidro) e uma candeia de barro do século III a.C. Em Lucsor, adquiriu outros objetos como um disco de barro, três machados de pedra do Alto Egito, uma bracelete de pedra pré-histórica, três óstracos de Tebas (grego e copta) e vários fragmentos papiráceos.

Para além destes materiais claramente ligados a práticas ritualísticas e cerimoniais, Leite de Vasconcelos adquiriu outros, desconhecendo-se, porém, as circunstâncias em que foram obtidos: no Alto Egito adquiriu sete pontas de seta, um pires de alabastro de Armant (Egito) datado de um período entre a IV e a XII dinastias, um anel de prata e oito placas de bronze pré-históricas do Alto Egito de 5000 a 4000 anos a.C., com semelhanças com as placas lusitanas: «Entre os objectos adquiridos figura uma colecção de placas de lousa prehistoricas, de grande importância, pela semelhança que ha esses objectos egipcios e os nossos da mesma época» (Vasconcelos 1915: 134).

6. CONCLUSÕES

«(...) fui levado, pela successiva complexidade do trabalho, a occupar-me das cousas antigas, quando ellas serviao, no circulo dos meus estudos, para aclarar os factos da actualidade.» (Vasconcelos 1897: XXVII)

José Leite de Vasconcelos passou anos a registar, observar e descrever tudo aquilo que fosse pertinente para clarificar a compreensão do património cultural português. O seu método de trabalho apoiou-se numa importante rede de contactos e de trabalho colaborativo, de que Martins

Sarmiento é apenas um exemplo. Com efeito, o espólio de Leite de Vasconcelos dá bem conta da importância dessa rede na atualização e disseminação do conhecimento científico assim como do trabalho de campo, aproveitando ao máximo as suas viagens para recolher os elementos necessários aos seus trabalhos, e do registo visual dos materiais levantados.

Neste artigo estabeleci três datas como marcos emblemáticos da apropriação do Oriente por parte de Leite de Vasconcelos: aquando do não realizado Congresso Internacional de Orientalistas em 1892, na cidade de Lisboa, para o qual escreveu três breves ensaios, incidindo não apenas sobre o dialeto de Macau, mas também sobre os amuletos ou os deuses romanos de origem oriental, e aquando do Congresso de Arqueologia do Cairo, em 1905 e em 1909, em que, para além de ter apresentado comunicações, recolheu inúmeros objetos evocatórios das civilizações do Próximo Oriente e os trouxe para Portugal.

Se, por um lado, o Congresso Internacional de Orientalistas, em 1892, serviu para Leite de Vasconcelos maturar reflexões e linhas de investigação mais de ordem filológica, etnolinguística e das religiões comparadas, que estiveram na origem de obras maiores, por outro lado, a viagem ao Egito, para além de permitir uma aproximação geográfica e empírica a um espaço dito oriental, foi crucial para o seu trabalho arqueológico.

Os espaços orientais que versou – resumindo-se sobretudo a breves incursões sobre o dialeto de Macau ou o panteão romano de origem oriental patente na paisagem histórica nacional – e de que se apropriou – diretamente em solo egípcio – confirmam-no como um colecionador de fragmentos dispersos do Oriente.

Notas

² - A Revista de Portugal foi editada pela primeira vez no Porto em 1889; dirigida por Eça de Queirós, contou com a colaboração de Antero de Quental, António Feijó, Fialho de Almeida, José Leite de Vasconcelos, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Raúl Brandão.

³ - O Santuário de Endovélico situa-se em S. Miguel da Mota, Alandroal, no distrito de Évora.

⁴ - Gabriel Pereira (1847-1911) trabalhou com José Leite de Vasconcelos na Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo sido conservador na mesma instituição entre 1888 e 1902.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. (1905) – *Comptes rendus du Congrès International d'Archéologie. 1er Session, Athènes 1905*. Athènes.
- ARAÚJO, L. M. (1987) – A colecção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português* IV-5: 241-257.
- ARAÚJO, L. M. (2008) – *Impressões do Oriente: de Eça de Queiroz a Leite de Vasconcelos. Impressões do Oriente*. Lisboa.
- BABELON, E. (1909) – Le Congrès international d'archéologie classique, 2e session. Le Caire, avril 1909. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions* 53e année - 5: 355-366.
- BARROSO, M. S. (2008) – A lira, a pedra, a formosa fonte: tópicos para uma leitura da poesia de José Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português* IV-26: 433-450.
- CABRAL, C. S. (2000) – *Filologia Portuguesa, pelo Ex.mo Sr. Doutor J. Leite de Vasconcelos*. Dissertação de mestrado em Linguística Histórica, Românica e Crítica Textual (Universidade de Lisboa).
- CARVALHAES, J. (1911) – Acquisições do Museu Ethnologico Português. *O Arqueólogo Português* XVI: 103-125.
- FABIÃO, C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Um archeólogo português. *O Arqueólogo Português* IV-26: 91-126.
- GUIMARÃES, R. D. (2009) – *José Leite de Vasconcelos e o percurso da dialetologia portuguesa*. Trás-os-Montes e Alto Douro.
- LIRA, M. (1960) – *Leite de Vasconcelos e a cultura etnográfica em língua portuguesa*. Porto, vol. III.
- NORA, P. (2016) – Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. In ALVES, F. M. - SOARES, L. A. - RODRIGUES, C. V. (org.), *Estudos de memória. Teoria e análise cultural*. V.N. Famalicão: 51-73.
- RABAUULT-FEUERHAHN, P. (2012) – «La science la robe au vent». Le congrès international des orientalistes et la disciplinarisation des études orientales. *Dossiers d'HEL* 5: 1-16.
- RAMOS, J. D. (1996) – *Estudos luso-orientais: séculos XII-XIX*. Lisboa.
- SAID, E. W. (2004) – *Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente* (tradução de Pedro Serra). Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1892) – *Sur le Dialecte Portugais de Macao: exposé d'un mémoire destine à la 10ème Session du Congrès International des Orientalistes*. Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1892) – *Sur les amulettes*

portugaises. Résumé d'un mémoire destiné à la 10ème Session du Congrès International des Orientalistes. Lisboa.

VASCONCELOS, J. L. (1892) – *Sur les Religions de la Lusitanie. Abrégé d'un mémoire destiné à la 10ème Session du Congrès International des Orientalistes.* Lisboa.

VASCONCELOS, J. L. (1897-1905-1913) – *Religiões da Lusitânia* (vol. I, II e III). Lisboa.

VASCONCELOS, J. L. (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português (1893-1914)*. Lisboa.

VASCONCELOS, J. L.; SARMENTO, F. M. (1958) – *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento: arqueologia e etnografia 1879-1899*. Guimarães.

OPHIUSSA

VOLUME 2, 2018, PÁGINAS 195-204. SUBMETIDO A 30.03.2018. ACEITE A 19.06.2018.

A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO NOVO MILÉNIO: DIMENSÕES, MÉTODOS E PERSPECTIVAS PARA O CASO PORTUGUÊS

THE HISTORY OF ARCHAEOLOGY IN THE NEW MILLENNIUM: DIMENSIONS, METHODS AND PERSPECTIVES FOR THE PORTUGUESE CASE

DANIEL CARVALHO¹

RESUMO

A História da Arqueologia veio a conhecer, com o novo milénio, um crescimento em termos de investigação nunca antes visto para a comunidade arqueológica internacional. Para compreender a sua evolução no caso português, de modo a fomentar igualmente a sistematização de estudos sobre a temática, realizou-se uma reflexão assente em quatro parâmetros considerados fundamentais: História, dimensões, métodos e perspectivas. Espera-se contribuir para a visualização da História da Arqueologia como uma área de grande potencial para as práticas contemporâneas da disciplina, congregando períodos cronológicos, arqueólogos e problemáticas, abonando a uma visão de conjunto e multidisciplinar, crucial para entender o lugar da Arqueologia quer na ciência quer na sociedade.

Palavras-chave: História da Arqueologia; Teoria e Métodos da Arqueologia; Portugal; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

In recent years, History of Archaeology has been growing internationally as a field of study. This paper seeks to analyze its development in Portugal according to four different frames: history, dimensions, methods and perspectives. Our goal is to present History of Archaeology as a field of great potential to critically examine the practice of archaeology. In order to do so, we will provide a holistic and interdisciplinary perspective that accounts for chronological periods, archaeologists and questions. We argue that this exercise is crucial to understand the place of archaeology within the sciences and society.

Keywords: History of Archaeology; Theory and Methods of Archaeology; Portugal; Interdisciplinarity.

1. INTRODUÇÃO

A História da Arqueologia adquiriu, na transição do milénio, uma manifesta atenção pela parte da comunidade científica internacional. Com a produção bibliográfica sobre o tema a crescer significativamente, a sua profissionalização (Moro Abadía 2012:1) e a consequente especialização, visível na criação de plataformas e grupos de trabalho internacionais sobre o tema, a historiografia adquiriu um lugar de destaque na disciplina. Contudo, não obstante a gradual atenção pela parte da comunidade arqueológica, poucas obras se debruçam efectivamente sobre *como* escrever a História da Arqueologia, nem as suas características intrínsecas. Algo que se pode justificar com a liberdade de escolha dentro das ciências sociais, origina por vezes, pela parte do leitor, algumas dificuldades em identificar concretamente um trabalho de índole historiográfica. Por outro lado, ao descurar-se a própria evolução da historiografia da Arqueologia, não se abonam aos particularismos, levando, em última instância, a considerar esta como sendo um puro trajecto teleológico, o que suscita, nas gerações mais jovens, um manifesto desinteresse. Assim, considerou-se necessário estabelecer um estado da arte: apresentando uma síntese dos processos que marcaram a História da Arqueologia enquanto construtora de conhecimento; um ensaio sobre os seus aspectos teóricos e a apresentação de metodologias, algumas destas relativamente recentes. Finalmente, as perspectivas de futuro encerram a esperança de contribuir para um novo olhar para a História da Arqueologia portuguesa, com uma renovada gama de futuras linhas de investigação.

2. UMA HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA

A mutabilidade de uma disciplina científica, permeável não só aos seus desenvolvimentos internos, de aplicação metodológica e teórica, mas igualmente ao contexto em que se insere, não sendo nunca integralmente hermética a este, reflete-se na construção da sua historiografia. A Arqueologia não se assume como excepção, caminhando a par da contemporaneidade, contaminando as perspectivas do Passado com as idiossincrasias do presente, construindo e reconstruindo narrativas, desafiando-se, na actualidade, a própria noção de escalonamento cronológico com uma concepção heideggeriana do

Tempo, de imiscuição das dimensões temporais, ou seja, de um ponto de vista meramente humano, onde os conceitos de passado, presente e futuro tendem a fundir-se na nossa percepção (Lucas 2005: 36). Pois se, de facto, a Arqueologia trata de realidades pretéritas, o registo arqueológico constitui-se como o produto final de um conjunto de acções e intenções cujo significado cabe ao arqueólogo interpretar, no presente (Hodder - Hudson 2002:144). Estas premissas, aqui genericamente apresentadas, representam aspectos basilares para a compreensão do que a História da Arqueologia pretende efectivamente alcançar. Por um lado, a problemática de como é percebido o Passado pelas sociedades humanas, cujas interacções e experiências diferenciadas resultam em comportamentos e conceptualizações distintas do fenómeno, questão genericamente ensaiada para épocas históricas que tende a expandir-se para a Pré-História, através de metodologia concreta (Bradley 2002: 8; Fabião 1989: 11). Por outro, um acto de auto-reflexão, no que toca à Arqueologia enquanto ciência, dos princípios que orientaram a consolidação da disciplina, sendo estes da mais variada índole. Poder-se-ia anexar ainda um outro aspecto: a necessidade da conservação da memória de intervenções arqueológicas do passado recente e da sua consequente re-interpretação, face a uma volumetria de dados que por muitas vezes se descontextualizam. Esta componente, que se poderia considerar como uma meta-Arqueologia - de “escavar a escavação” ou “interpretar a interpretação” - permite que a historiografia, quando deparada com fontes que proporcionem este tipo de análise, se destaque enquanto ferramenta indispensável para este propósito.

Inequivoco, não obstante os seus objectivos gerais permanecerem relativamente inalterados, é o facto da História da Arqueologia se produzir de acordo não só dentro do paradigma vigente à época, mas a todo um contexto geográfico, social e político que a permeia.

No entanto, esta é a visão contemporânea no contexto da Arqueologia europeia, dado que, para entender a produção historiográfica da disciplina torna-se necessário demarcar, em linhas gerais, dois períodos-chave distintos: do nascimento da Arqueologia enquanto ciência até à década de 1980 e desse momento em diante, até à actualidade.

O primeiro período caracteriza-se como uma fase de intelectualismo, ou seja, da escrita da História da Arqueologia para arqueólogos sobre arqueólogos. Destacam-se as grandes descobertas, o

artefacto mais esteticamente apazível, o investigador de maior cunho científico: um quadro conectado com a objectividade da escola positivista, de relato com cariz de “whig history” (Moro-Abadía 2012: 179). Esta última particularidade conecta-se com a legitimação de uma disciplina que, no século XIX, lança as suas bases científicas, assumindo-se como o verdadeiro – e único – discurso capaz de explicar o percurso da Humanidade, coerente com a noção teleológica do mesmo (Moro-Abadía 2012: 179; Murray 2005: 27). Imanente a esta questão encontra-se igualmente uma necessidade de ultrapassar um problema de identidade, de pretensão corte com o antiquário, afirmando-se, num plano que se pretende dicotómico, o arqueólogo. Esta oposição prolongar-se-á, de modo mais ou menos assertivo, na tradição historiográfica.

O segundo período materializa-se a partir da década de 1980, marcada por uma intensa transformação da disciplina. De facto, da semente da pós-modernidade surgiria uma pletora de ramificações que levou a que a Arqueologia considerasse a existência de novas questões que pudesse incorporar no seu discurso, o que originou a génese de várias “Arqueologias”, cada qual com uma temática concreta. Paralelamente, o relativismo viria a refutar a existência de uma verdade absoluta, assim como levaria à desconstrução das meta-narrativas da modernidade, assumindo-se a formulação de vários passados distintos, dependentes de um fundamento basilar deste novo paradigma: o contexto (Hodder - Hudson 2002: 170). As implicações decorrentes destas novas perspectivas iriam alargar em grande medida o leque de temáticas que a História da Arqueologia passaria a procurar tratar, criticando, por um lado o pretensão hermetismo do paradigma anterior (Moro-Abadía 2012: 183), argumentando a necessidade de resgatar ao esquecimento sítios, indivíduos e artefactos que, pela sua aparente falta de monumental ou importância, haveriam sido relevados para a irrelevância. Escrevem-se agora Histórias da Arqueologia para o Mundo sobre o Mundo, numa lógica de abrangência e permeabilidade que a disciplina pressupõe, explorando espaços geográficos, vicissitudes socio-políticas, concepções e práticas culturais, incorporando todos estes aspectos nos seus discursos. De igual modo, afigura-se incontornável a menção do papel pioneiro de Bruce Trigger para o desenvolvimento da historiografia da Arqueologia, com a sua obra *A History of Archaeological Thought*. Embora a esta última ainda seja possível associar elementos da tradição anterior, representa um ponto de viragem fundamental, servindo não apenas de elo de paradigmas como uma base para futuros

estudos.

Através destas linhas gerais, é possível compreender a existência de dois momentos distintos, paradigmáticos e sintomáticos do dinamismo que as próprias ciências sociais e humanas atravessaram. Contudo, estas são apenas guias: a História da Arqueologia não se desenrola numa lógica abrupta e impreterivelmente linear, dado que a disciplina em cada país se desenrola em ritmos distintos entre si (Moro-Abadía 2012: 182; Murray 2005: 28). Deste modo, extrapolar estes dois períodos para o caso português – embora indubitavelmente úteis para compreender o panorama internacional – seria limitativo na medida em que se descurariam as particularidades da Arqueologia nacional. Não pretendendo analisar exaustivamente esta questão, mas antes formular um esboço preliminar, uma recolha bibliográfica na base de dados da *Biblioteca de Arqueologia da Direcção Geral do Património Cultural* permitiu lançar alguma luz sobre esta problemática. A pesquisa efectuada através do assunto *História e/ou Teoria da Arqueologia*, originou um volume considerável de entradas (n=1317), do que poderia antecipar-se um panorama relativamente rico. Contudo, a esmagadora maioria destas entradas refere-se principalmente a bibliografia espanhola, que investe sobremaneira na sua produção historiográfica e, em algumas ocasiões, no debate teórico (Moro-Abadía 2012: 182). Por outro lado, a junção entre História e teoria da Arqueologia neste âmbito, não obstante profícua em todos os demais contextos (Murray 2013: 24), não abona a uma pesquisa concreta, dado que o estatuto unitário de cada uma destas vertentes não é privilegiado.

Assim, reportando ao valor real desta amostra, esta rondaria cerca de 9% das entradas originais (n=128), o que permite compreender que a dimensão dos estudos sobre a História da Arqueologia portuguesa representa apenas uma pequena fatia. O facto de não aparentarem existir artigos sobre esta temática durante a década de 1970 poderá corresponder a uma fase de transição geracional, onde às preocupações teórico-metodológicas juntar-se-iam outras que justificassem este vazio (Carvalho - Diniz 2017: 56).

Há que ressaltar, contudo, três aspectos fulcrais: a existência de estudos desta índole já na primeira metade do século XX; a década de 1980 e o *boom* a partir da viragem do milénio. Dos primeiros, de matriz intrinsecamente positivista e de cunho biográfico, a relação com datas comemorativas é inequívoca, originando estudos historiográficos sobre personagens em concreto, da sua obra e legado. A década de 1980 representaria um momento de viragem, no sentido

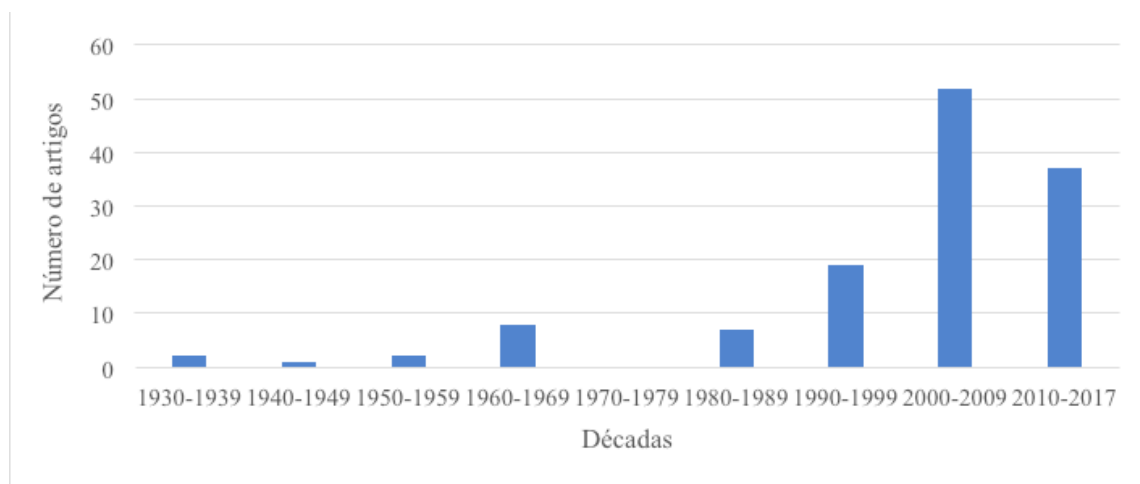


Fig. 1 - Artigos sobre a temática da História da Arqueologia portuguesa. Dada a componente preliminar desta recolha, estes números não devem ser tomados como inflexivelmente finais, mas como meras directrizes. Dados da base de dados da *Biblioteca de Arqueologia da Direcção Geral do Património Cultural*.

Décadas	Número de artigos
1930-1939	2
1940-1949	1
1950-1959	2
1960-1969	8
1970-1979	0
1980-1989	7
1990-1999	19
2000-2009	52
2010-2017	37
Total	128

Fig. 2 - Expressão dos valores totais presentes na Fig.1, sobre o número de artigos de temática historiográfica por década.

em que a historiografia pretende agora explicar e interpretar as investigações e episódios da Arqueologia portuguesa de uma visão crítica, não se focando apenas no indivíduo, mas no colectivo e contextos em que se inserem. Com o novo milénio surgem não só uma quantidade considerável de estudos, mas de diversidade temática e de conteúdo: ensaiam-se agora sínteses sobre períodos de tempo específicos, exploram-se os associativismos e até paralelismos na Europa. Os picos correspondentes a uma quantidade superior de estudos historiográficos relacionam-se, numa tradição já corrente, com

datas comemorativas, culminando em balanços ou perspectivas sobre determinados(as) arqueólogos(as)/sociedades/comunidades. É notória aqui a importância da História da Arqueologia: nestes momentos-chave, entre a celebração da vida ou na consolação da morte, a produção historiográfica imiscui-se com a necessidade de salvaguardar e enaltecer a memória. Dentro destes a existência de contributos pontuais ajuda a compreender a presença de um conjunto de investigadores que se debruçam na História da Arqueologia de maneira sistemática, numa lógica de continuidade, embora o seu número seja manifestamente reduzido.

Duas questões surgem no seguimento desta recolha: o porquê do reduzido impacto que a História da Arqueologia portuguesa possuiu entre a comunidade arqueológica até à actualidade e o aparente desinteresse pelas gerações mais novas na produção historiográfica. Não existirá apenas uma razão explicativa para estas, dado que a sua complexidade não dependerá apenas da Arqueologia em si, mas da própria História, com o destaque na influência da escola dos Annales, da concepção de paradigmas propostos por Thomas Kuhn e das próprias correntes pós-modernas. Da primeira, escola francesa de escrita da História, reconhecem-se diferentes fases impactantes na historiografia europeia, com o romper da tradição anterior para dar lugar a uma História composta por aspectos económicos e sociais, pretensamente a mais completa via de estabelecer uma narrativa da verdade dos factos, pela extensa crítica das fontes. Para atestar o impacto que obteve para a Arqueologia, consulte-se

Bintliff (1991). Do segundo, com a sua obra basilar para a epistemologia da ciência *The Structure of Scientific Revolutions*, Kuhn explora as condições pelas quais o avanço científico se molda, sob a forma de paradigmas, ou seja, um corpo de ideias, metodologias e teorias que seja manifestamente aceite pela comunidade científica, transformando-se no novo *status quo*, até ser substituído pelo seguinte (Kuhn 1996: 10).

Todavia a inexistência de directrizes – dos moldes gerais da escrita da História da Arqueologia – e por outro lado, do desconhecimento dos seus avanços no panorama europeu, consideram-se aqui pontos fundamentais que justificam parcialmente esta tendência. É precisamente visando a inversão esta última que se ensaia, por um lado, a breve síntese já exposta e se exploram questões de âmbito metodológico.

3. DIMENSÕES E MÉTODOS DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA

3.1. DIMENSÕES

Definida enquanto conceito, a História da Arqueologia pressupõe um conjunto de leituras sobre as relações dos arqueólogos e do pensamento arqueológico, quer em diacronia ou sincronia. A cobertura destas é por vezes concebida como um autêntico universo, no sentido em que atravessa não só o plano material, mas o intangível, suscitando dificuldades, ou impossibilidades em certos casos, de estabelecer uma narrativa cuja validade se adegue aos cânones da produção de conhecimento histórico. Tendo em conta esta problemática, afigura-se necessário reflectir sobre quais as dimensões o Arqueólogo se debruça em concreto, quando trata da historiografia da sua disciplina.

Existiriam assim várias dimensões trabalhadas pela História da Arqueologia:

1 – O Passado ou os Passados, no sentido de uma existência pretérita, seja ela material ou imaterial;

2- O Arqueólogo, enquanto indivíduo que se debruça, de acordo com os postulados científicos, sobre o estudo do Passado.

3- A Comunidade Arqueológica, enquanto organismos plurais compostos pelos Arqueólogos, onde em conjunto se determinam as direcções do estudo do Passado.

4 – A Sociedade, enquanto meio onde se inserem várias de distintas Comunidades humanas

cujas partilha de factores comuns conduz à criação de uma única que englobe estes últimos.

5 – O Mundo, enquanto o meio que se compõe de todas as Sociedades humanas.

Embora de carácter generalista, a exposição esquemática permite tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, a existência de um problema conceptual, ou seja, como definir à partida cada uma destas denominadas dimensões – Passado, Arqueólogo, Comunidade(s), Sociedade(s), Mundo – dado que a sua relatividade, quer em termos espaciais e temporais, é expressiva. Com a pós-modernidade surgiu a solução parcial de criar as Histórias da Arqueologia, proporcionando a concomitância sem o descurar das especificidades do percurso da disciplina em cada meio geográfico. Deste modo, a conceptualização pressupõe que este modelo seja fechado, ou seja, que funcione internamente sem necessidades externas, não estando, contudo, isolado, hermético a influências. Para a historiografia da Arqueologia portuguesa, as definições seriam as estabelecidas concretamente para o período em estudo, cuja aceitação seja o mais pacífica possível, algo passível de extrapolar para outros casos. Em segundo lugar, e no seguimento do primeiro ponto, a delimitação espaço-temporal, subentendida para qualquer análise e que se imiscui nas diversas dimensões. Em terceiro lugar, uma lógica de conjunto, de existência compósita, não se podendo tomar uma dimensão *per si* e isolá-la: para uma maior compreensão da unidade pressupõe-se que o seu processo de construção passa pela interação com as demais, numa visão holística. Finalmente, a componente inter-relacional, de contacto recíproco entre todas estas dimensões.

Este modelo reforça a inclusão da componente teórica para a História da Arqueologia, algo fundamental para a identificação das estruturas epistemológicas que a disciplina possui (Murray 2013: 26). Na transposição para a vertente prática, é possível estabelecer questionários da mais variada índole. Tomem-se os seguintes exemplos:

1 – Como se relacionou um arqueólogo com a comunidade arqueológica do seu tempo?

2 - Qual era percepção de determinada sociedade sobre o Passado?

3 – Quais foram as narrativas dominantes da produção de conhecimento arqueológico?

4 – Que lugar possuiu o arqueólogo na Sociedade?

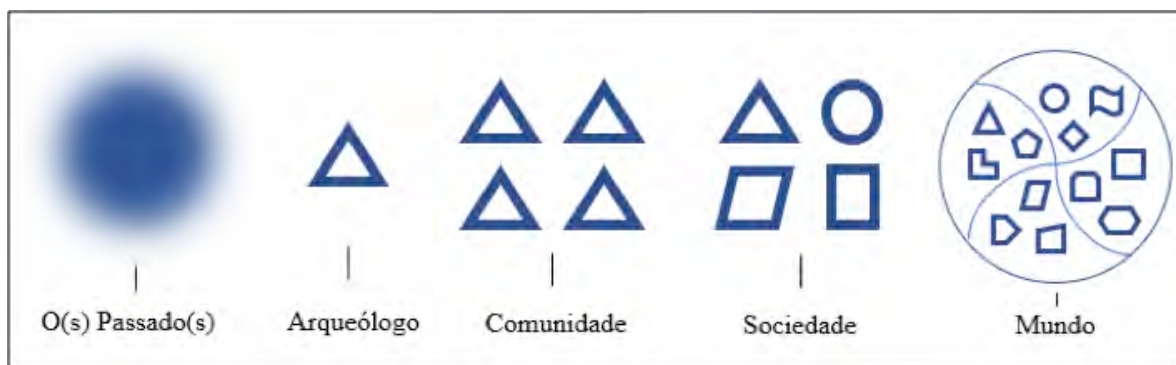


Fig. 3 - Proposta de formulação das dimensões exploradas na História da Arqueologia.

Todas estas questões surgem na combinatória dimensional atrás explicitada, podendo o investigador, se assim o pretender, alargar o espectro das suas questões e particularizar de acordo com a problemática a que pretende dar resposta.

No entanto, o estabelecimento de critérios de objectividade e validade dependem intrinsecamente de competências heurísticas, no sentido da pesquisa quer de fontes e de bibliografia.

As primeiras, de cariz original, dividem-se em múltiplas categorias, das quais se destacariam, para a Arqueologia, as fontes manuscritas, impressas, cartográficas, fotográficas e orais. Cadernos de campo, cartas, mapas e fotografias de sítios arqueológicos e testemunhos de intervenientes em trabalhos arqueológicos são, entre outras, exemplos destas realidades. Ressalve-se igualmente as homenagens, necrologias e textos de teor comemorativo, dada à sua tendência para produzir contribuições historiográficas. A relevância dos arquivos e do reconhecimento do seu potencial apresentam-se como necessidades significativas.

As segundas, produtos de análise das fontes, partilham da mesma diversidade: obra gerais e específicas. Desde dicionários, corografias, enciclopédias a monografias e artigos, a bibliografia inclui um reportório de informação que, embora manifestamente familiar a qualquer investigação científica, deve permanecer valorizada. Como tal, a compreensão da biblioteconomia e de princípios de indexação temática das obras consistem em mais-valias para a utilização eficaz das mesmas.

Há que sublinhar a componente simbiótica entre os questionários e a heurística: tanto a problemática se alicerça nos dados que possui como os dados influenciam a resolução de uma problemática. Assim, à comunicação e adaptação constantes entre estes dois aspectos deve juntar-se

um outro, de modo a atingir a fase interpretativa dos factos históricos: a metodologia.

3.2. MÉTODOS

Do conjunto de métodos que genericamente se utilizam para a História da Arqueologia, a primazia de uma narrativa intelectual, ou uma História das investigações de um determinado sítio arqueológico, exposta por ordem cronológica, são as fundamentalmente utilizadas durante o seu primeiro período, prolongando-se até à actualidade. Não obstante a sua importância – a História das investigações tornou-se, dada a sua indispensabilidade para qualquer trabalho académico, num sinónimo de História da Arqueologia – a metodologia passível de ser utilizada adquire contornos muito mais vastos. Expõem-se alguns exemplos que, pela sua articulação com os pontos anteriores, demonstram, quando utilizados em conjunto, uma manifesta consonância.

3.2.1. BIOGRAFIA

A constituição de biografias, dos percursos de vida de arqueólogos, consolidou-se como prática recorrente nos primórdios da investigação em História da ciência. A formulação de questionários que permitissem conhecer, cronologicamente, os aspectos biográficos de um determinado/a cientista – nome completo, idade, filiação, habilitações académicas, percurso de carreira, entre outras – constituiu-se como um método canónico da historiografia, desde os seus primórdios. Consulte-se a este propósito a título de exemplo, para o caso português, Cardoso (1999) e Diniz (2008).

Utilizar a biografia, na actualidade, não dispensa a noção do criticismo que atravessaram

com a pós-modernidade: a evocação de autores “importantes” em detrimento de outrem ou questões de legitimação e de “posse” do conhecimento são alguns dos exemplos mais significativos (Kaeser 2013: 102). De facto, à biografia é por vezes associado um carácter “arcaico”, no sentido em que não se adequaria à investigação histórica devido a problemas de neutralidade em termos de produção científica. No entanto, esta componente pejorativa tem vindo a mitigar-se, dando azo a uma renovação dos objectivos dos estudos biográficos. Estes passariam a contemplar questões de outra índole, abandonando a exclusiva via da intelectualidade do arqueólogo e de uma narrativa unilinear, teleológica. Se o prenúncio da morte do autor ditou, por um lado, o fim de uma fase no que concerne à biografia, praticamente eclipsando-a até à última década do século passado, por outro viria a transformar as abordagens da mesma. Deste modo, a ligação da biografia com a micro-História apresenta-se como frutuosa. Percepcionar o autor de acordo com as suas características particulares, sobrelevando o indivíduo e a sua própria humanidade, no sentido de que não só pensa como também se rege pela via das emoções, confere ao investigador uma compreensão superior do registo arqueológico e da Arqueologia praticada pelo primeiro. Por outro lado, viabiliza um constante diálogo entre as práticas científicas contemporâneas e as passadas, destacando vicissitudes e transformações que, de um ponto de vista historiográfico, revestem-se de importância (Kaeser 2008: 12). Conceitos como interdisciplinaridade e multicontextualização emergem, com o percurso do indivíduo a imiscuir-se em diferentes áreas do saber, opiniões, espaços e temporalidades: em suma, estudam-se tanto as dimensões inerentes ao autor.

Às dualidades profícuas que os estudos biográficos originam podem associar-se questões de âmbito prático e teórico. Das primeiras incluem-se aspectos de trabalhos arqueológicos – onde e como se procederam a escavações; como se constituem os cadernos de campo; que metodologia emprega na sua produção escrita – enquanto que nas segundas se explora os campos do pensamento – porque interpreta deste modo; o que originou determinada decisão/reação; porque usa esta específica metodologia. É precisamente no pensar – na reflexão de temas arqueológicos – que as valências da biografia ainda se encontram parcialmente inexploradas, não obstante a obra pioneira de Bruce Trigger.

3.2.2. PROSOPOGRAFIA

A prosopografia revela-se como a comparação de aspectos biográficos dentro de uma amostra de indivíduos, visando a obtenção de dados quantitativos que permitam estabelecer algum tipo de relação entre a amostra observada (Keats-Rohan 2007: 141). O individualismo inerente à biografia não se perde – é, no entanto, contraposto, numa lógica holística, com um conjunto de fenómenos que ultrapassam o autor, não deixando de o tomar como figura central. Não deixando de se complementarem, a prosopografia procura encontrar quer semelhanças ou diferenças numa população em concreto (Keats-Rohan 2007: 143). Constitui-se como uma ferramenta particularmente eficaz para a historiografia científica dado que pretende viabilizar um estudo que se afasta da fase presentista, no sentido em que não se procuram introduzir conceitos do Presente na análise do Passado, tratando este último com a cautela necessária para o definir de acordo com parâmetros específicos ao período cronológico em questão (Shapin - Thackray 1974: 3). Por outro lado, permite atingir dimensões distintas da biografia – a génese de ideias, os movimentos sociais, a estrutura económica – visto que se rege pela recorrente comparação e contraposição entre indivíduos de um grupo bem delimitado e o que têm em comum (Shapin - Thackray 1974: 3). Todavia, permite igualmente percepcionar uma realidade muitas vezes relegada para a inexistência: a falha. Esta, de intenso carácter pejorativo, muitas vezes associada a questões emocionais e de legitimação intelectual, não figura habitualmente na produção historiográfica. Contudo, não só sendo praticamente inevitável a sua existência em qualquer actividade humana, quando analisada com o rigor e a objectividade que a História da Ciência pressupõe, pode conduzir a informações de elevado interesse: porque se abandona determinada interpretação? Porque é que existe incorrespondência entre o registo e o depósito de artefactos provenientes de trabalhos arqueológicos? Porque é que determinado grupo não é bem-sucedido numa actividade concreta? Com a pretensa neutralidade intrínseca, origina-se um exercício de compreensão de escolhas, equilibrando a importância da falha com a do sucesso, ambas vertentes indispensáveis à construção de conhecimento científico.

Finalmente, a prosopografia conecta-se intimamente com a estatística, abonando da utilização das já funcionalmente generalizadas bases de dados, uma componente que tem vindo a ser

ênfatisada no caso português – a esse título consulte-se Bugalhão (2014).

3.2.3. REDES

As denominadas *networks analyses* apresentam-se como o apanágio da viragem do milénio no que toca à metodologia, quer nas Ciências Naturais como nas Ciências Sociais, facto indissociável da própria essência da sociedade contemporânea (Castells 2007).

Não obstante a sua utilização na Arqueologia não se possa considerar como particularmente inovadora (Knappett 2014: 179), a disciplina veio a incorporá-las cada vez mais no seu discurso, dado os avanços tecnológicos que permitiram o seu facilitado uso. O artefacto funciona como mediador neste âmbito, estabelecendo-se um conjunto de relações que permitam reconstituir as redes humanas do Passado (Fulminante 2014: 170), sendo a canónica adaptação deste método à Arqueologia. Por redes entendam-se todo um conjunto de interações entre agentes, sejam estes objectos, seres vivos ou ecossistemas, que contribuem para a visualização de um conjunto de relações complexa, aliada a uma massa de dados que, antes desta metodologia, seria muito mais difícil de analisar. Há que distinguir, no entanto, duas posições concretas que originam debate: devem as redes constituir-se apenas como método ou devem ser percebidas como uma formulação teórica, um novo paradigma emergente? Independentemente da resolução desta questão, embora se considere aqui a ruptura paradigmática como uma hipérbole, a viabilidade do estudo de redes, seja como metodologia ou estrutura epistemológica, não deixa de ser profícua. E não apenas na agência do artefacto, mas na componente social, o que permite à História da Arqueologia lidar com uma massa imensa de dados que, à primeira vista, poderiam aparentar o caos quando, na realidade, possuem ligações concretas e uma lógica de conjunto que de outra forma dificilmente seriam perceptíveis. Estas análises das redes sociais estão ainda parcamente exploradas no âmbito da historiografia da disciplina, não obstante serem reconhecidas como manifestamente úteis (Thornton 2015: 72). O que liga o arqueólogo a uma comunidade, a um sítio arqueológico, a um espaço e a uma ideia pode ser delineado de acordo com critérios especificados, conduzindo à construção de um esquema que ilustre todas estas relações, introduzindo possibilidades de interpretação que dependem intrinsecamente das capacidades de

identificação do investigador (Thornton 2015: 73).

3.2.4. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Os SIG, tal como as análises de redes, adquiriram um estatuto de relevância no seio da Arqueologia. Quer a possibilidade de conferir espacialidade aos dados arqueológicos, a micro-escala – no próprio sítio arqueológico – ou a macro-escala – na sua incorporação no território – quer a sua componente preditiva, deram origem à sua intensa apropriação na investigação arqueológica, independentemente do período cronológico em questão (Verhagen 2007: 15-16). Se a sua aplicação na História da Arqueologia não é manifestamente conhecida *per se*, o que dificulta a própria explanação das valências deste método, não deixa de se imiscuir na metodologia anterior. Um arqueólogo trabalha, por vezes, num conjunto de espaços distintos, abordando-os conforme as suas características particulares – a compreensão desses processos é vital para a historiografia crítica das investigações realizadas a um sítio arqueológico. Por outro lado, a movimentação do mesmo, dentro de uma área geográfica em concreto, pode elucidar as buscas que procurou realizar no âmbito de trabalhos arqueológicos; visitas a outros arqueólogos para comentar/estudar determinados artefactos; a sua ligação afectiva com um território, que cria “vácuos” ou “saturações” à investigação de uma determinada realidade geográfica. Em suma, os SIG podem funcionar como complemento à biografia, prosopografia e fundamentalmente à análise de redes, adicionando o imprescindível espaço e componente visual, pela via digital, proporcionando uma análise holística.

A metodologia não se fecha naturalmente nos exemplos explicitados, o que possibilita porventura a incorporação de muitas mais ferramentas que auxiliem a produção historiográfica. A biografia, prosopografia, análise de redes e SIG's distinguem-se pela sua complementaridade intrínseca: podendo funcionar por si mesmos, a sua relação origina um aparelho metodológico robusto, propício a interpretações de renovada objectividade, quando devidamente sustentadas.

4. PERSPECTIVAS

Resta reflectir sobre as direcções que a História da Arqueologia pode vir a tomar num futuro próximo, para o caso português. Imperativamente, há que lançar a seguinte questão, face aos dados obtidos

preliminarmente no início deste artigo: é a História da Arqueologia importante e de justificado lugar na educação do arqueólogo em Portugal? A pergunta pode parecer paradoxal, dada a tradição europeia em fomentar o binómio História/Arqueologia mas não deixa de ser premente, num estado da arte. Argumenta-se que não é apenas importante, mas completamente crucial para o percurso de qualquer profissional da área, com as ideias que se seguem.

Em primeiro lugar, a História da Arqueologia hoje não busca apenas a descrição de grandes vultos da disciplina, mas tudo o que a compôs ao longo dos tempos, numa atitude eminentemente crítica. Prepara, portanto, o arqueólogo a tomar conhecimento dos processos que geraram a Arqueologia em que trabalha, do Património que valoriza e da realidade em que se insere: se é consciente da importância de conhecer o Passado será tanto ou quanto mais consciente do quão importante é compreender o seu.

Em segundo lugar, traz benefícios imediatos a uma comunidade arqueológica. O acto da escrita de um elemento que é comum a um grupo é totalmente passível de propiciar a coesão e a polivalência entre distintos agentes. Como a historiografia só ocorre pela via colectiva, a contraposição e inter-relação de ideias entre quem a pratica, gerando igualmente informação profícua passível de ser utilizada para todos aqueles que assim o necessitem.

Em terceiro lugar, fomenta o pensamento crítico, a re-interpretação de modelos constante e uma visão holística da disciplina, visto ser fundamental a resolução de problemas decorrentes da análise das fontes; o debate epistemológico que origina a desconstrução ou esmiuçamento de uma realidade em concreto e a flexibilidade de percorrer vários períodos cronológicos, dado que a História da Arqueologia incorpora todos eles.

Finalmente, permite vias de resolução de problemas eminentemente práticos, como a questão da sobrelocação dos depósitos nas instituições museológicas – recontextualizando colecções, dando-lhes a necessária “vida” para que possam ser incorporadas num novo discurso científico, adaptado à exposição ao público – o “ressuscitamento” de sítios arqueológicos ao abandono – com a revisão da bibliografia e o enquadramento artefactual de trabalhos arqueológicos anteriores – a produção e readaptação de aparelhos legais – percebendo a evolução da legislação em diacronia, compreendendo o que funcionou e o que falhou e as suas razões. São estes alguns exemplos a que se poderão juntar

certamente outros, demonstrando a polivalência que a História da Arqueologia dispõe.

Como ponto final, o que encerra potencialmente o futuro? A ilusão de que a historiografia é um assunto esgotado em si mesmo não permite conceber que a Arqueologia portuguesa se depara, como é o caso de outros países, com uma *terra incognita*: há que fomentar as visões em conjunto do mesmo período cronológico; diversificar a componente temática dentro da historiografia, trabalhando o género, o indivíduo e o colectivo; reforçar a componente social da História da Arqueologia – como proposto em Fabião (1999: 106), procurando ainda mais os associativismos – destaque-se Martins (2014) – especialmente os não oficiais, os amadores, os entusiastas e contextualizá-los numa época e num espaço e estudar períodos em que a Arqueologia não é ainda ciência, desvendando os caminhos do pensamento e como o Passado é concebido ao longo dos tempos. Cabe igualmente aos arqueólogos mais jovens reverter a tendência, incorporando no seu discurso abordagens historiográficas e abandonando a ideia de que estas serão apenas uma repetição cíclica e acrítica de conteúdos, reforçando o carácter relevante e potencialmente útil que a História da Arqueologia possui. Há que torná-la cada vez mais apetecível, multifacetada e pluralista, adequada à realidade actual, pertinente nos debates da contemporaneidade e enfatizando a sua componente pedagógica, aproximando duas áreas – a História e a Arqueologia – que, embora distintas na sua índole, possuem um objectivo em comum: a produção de conhecimento sobre o Passado.

5. CONCLUSÃO

Com este contributo, pretendeu-se relançar o debate em torno da História da Arqueologia Portuguesa, munindo-a de ferramentas concretas, embora não fechadas em si mesmas, que proporcionassem uma reflexão das vicissitudes da sua escrita. Apresentando aspectos teóricos e metodológicos numa lógica complementar, demonstrando que a historiografia não deixa de acompanhar os desenvolvimentos inerentes à própria disciplina, o ponto final encerra a ideia de que muito ainda se encontra por fazer. Este artigo pretendeu, embora em alguns momentos vocacionado para a consciencialização de uma nova geração de arqueólogos, ser um discurso que englobasse a comunidade contemporânea: pois se é de facto uma realidade em aberto, o seu potencial encerra futuras

linhas de investigação que, como objectivo último, passam por trazer à luz frases, páginas e capítulos a adicionar ao infinito livro que é a História da Arqueologia portuguesa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BINTLIFF, J. (eds.) (1991) - *The "Annales" School and Archaeology*. New York.
- BRADLEY, R. (2002) - *The Past in Prehistoric Societies*. New York.
- BUGALHÃO, J. (2014) - Arqueologia de Lisboa: balanço e perspectivas. Conferência apresentada no Seminário "Lisboa Subterrânea – Trajectos na Arqueologia Lisboaeta Contemporânea" (Lisboa, Sociedade Portuguesa de Geografia, Lisboa, em 21 de Maio de 2014).
- CARDOSO, J. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. *Al-madan* II-8: 148-157.
- CARVALHO, D. - DINIZ, M. (2017) – A emergência da Arqueologia Processual em Portugal: a teoria e o método (1968-2000). Uma introdução. In ARNAUD, J. - MARTINS, A. (coord.), *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: 51-62.
- CASTELLS, M. (2007) – *A Sociedade em Rede* (3ª Edição). Lisboa.
- DINIZ, M. (2008) – José Leite de Vasconcelos entre o Folklore e a Ciência (ou a Ambiguidade de uma Agenda). *O Arqueólogo Português* IV-26: 127-144.
- FABIÃO, C. (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope* 2: 10-26.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal I. *Al-madan* II-8: 104-127.
- FULMINANTE, F. (2014) – The network approach: tool or paradigm? *Archaeological Review from Cambridge* 29-1: 167-178.
- HODDER, I. - HUDSON, S. (2003) – *Reading the Past: Current Approaches to interpretation in archaeology* (3rd edition). Cambridge.
- KAESER, M. (2008) - Biography as Microhistory. the relevance of private Archives for Writing of the History of Archaeology. In SCHLANGER, N. - NORDBLADH, J. (eds.), *Archives, Ancestors, Practices. Archaeology in the Light of its History*. Oxford: 9-20.
- KAESER, M. (2013) - Biography, science studies and the historiography of archaeological research: Managing personal archives. *Complutum* 24-2: 101-108.
- KEATS-ROHAN, K. (2007) - Biography, identity and names: understanding the pursuit of the individual in prosopography. In KEATS-ROHAN, K. (ed.), *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*. Oxford: 139-181.
- KNAPPETT, C. (2014) - What are social network perspectives in archaeology? *Archaeological Review from Cambridge* 29-1: 179-184.
- KUHN, T. (1996) – *The structure of scientific revolutions* (3rd edition). London.
- LUCAS, G. (2005) – *The Archaeology of Time*. New York.
- MARTINS, A. (2014) – A Sociedade Archeologica Lusitana no contexto da Arqueologia de Oitocentos. *Setúbal Arqueológica* 15: 203-216.
- MORO ABADÍA, O. (2013) – La nueva historia de la Arqueologia: un balance crítico. *Complutum* 23-2: 177-190.
- MURRAY, T. (2005) - The Historiography of Archaeology and Canon Greenwell. *Bulletin of the History of Archaeology* 15-2: 26-37.
- MURRAY, T. (2013) – Why the history of archaeology is essential to theoretical archaeology. *Complutum* 24-2: 21-31.
- SHAPIN, S. - THACKRAY, A. (1974) - Prosopography as a research tool in history of science: The British scientific community, 1700-1900. *History of Science* 12: 1-28.
- THORNTON, A. (2015) – Social Networks in the History of Archaeology. Placing Archaeology in its Context. In EBERHARDT, G. - LINK, F. (eds.), *Historiographical Approaches to Past Archaeological Research* (Berlin Studies of the Ancient World 32). Berlin: 69-94.
- VERHAGEN, P. (2007) - *Case Studies In Archaeological Predictive Modelling*. Leiden.

EDER, B. - PRUZSINSZKY, R. (EDS.), 2015, *POLICIES OF EXCHANGE. POLITICAL SYSTEMS AND MODES OF INTERACTION IN THE AEGEAN AND THE NEAR EAST IN THE 2ND MILLENNIUM B.C.E. PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL SYMPOSIUM AT THE UNIVERSITY OF FREIBURG INSTITUTE FOR ARCHAEOLOGICAL STUDIES, 30TH MAY – 2ND JUNE 2012. VIENNA: AUSTRIAN ACADEMY OF SCIENCES PRESS (ORIENTAL AND EUROPEAN ARCHAEOLOGY, VOL. 2), 357 PP. WITH FIGURES [ISBN 978-3-7001-7661-9].*

JUAN ÁLVAREZ GARCÍA *

This work is the result of communications presented in the International Symposium held at University of Freiburg (Institute of Archaeological Studies) around the topic of international and interregional relationships in the Late Bronze Age of Eastern Mediterranean. These conference proceedings constitute the second volume of the publication series of the Institute of Oriental and European Archaeology (OREA). This branch of the Austrian Academy of Sciences was born, just like the Institute of Archaeological studies of Freiburg, under the idea of integrating scholars from different specializations in the study of the archaeology and cultures of Europe and the Near Eastern in a common scientific environment.

In fact, the two editors represent the collaboration between archaeologists specialized in European and Near Eastern History and Archaeology. Birgitta Eder is Faculty Member in the Austrian Academy of Sciences (Department Aegean & Anatolia) and Senior Research Fellow at the Institute of Oriental and European Archaeology; specialised in Bronze Age and Early Iron Age Aegean Archaeology. On her behalf, Regine Pruzsinszky is Faculty Member at Albert-Ludwigs-Universität Freiburg where she is professor in Assyriology, her research interests cover from the Near Eastern Archaeology to Late Bronze Age Syrian History.

Both editors assure that the attractive of this epoch is, precisely, the international character of the period. The peculiarity of the Late Bronze Age is the interconnected character of the events and processes which were developed in the Eastern Mediterranean along these centuries. So, in this line, the aim of the symposium was to assess the mechanisms, routes and agents by whom it was carried out the exchange of commodities, raw materials and knowledges in order to understand the interaction between

different political systems in the Ancient Near East and the Aegean in the Late Bronze Age.

The first communication is carried out by Professor Mario Liverani who makes a historiographical review about the perspectives and trends which have defined the study of interregional interactions and exchange relationships in the Ancient Near East. Beginning by the contributions of Italian masters Carlo Zaccagnini, Franco Pintore and Mario Liverani himself, he explains how they were inspired by the ideas of the anthropologist Lévi-Strauss and the economic anthropologist Karl Polanyi whose concepts like redistribution and reciprocity they updated in order to use them as powerful analytic tools. Also, he thinks about new concepts and methodologies like new interaction studies which are broadening our knowledge horizons.

After of the keynote presented by Professor Liverani, the contributions to the book are gathered attending to different regions. So, the first section, "Syria and the Levant", starts with the article of Valerie Matoian about the study of Egyptian luxury objects found at Ugarit. As head director of Ras Shamra Project, she explains the actual labour developed by the archaeological mission in the identification of *aegyptiaca* and their context and function. The second chapter in this section deals with Ugarit as well, but now Kevin McGeough offers an interesting reflection about the relationships between private and institutional agents in the exchange process. On her behalf, Elisa Roßberger, focuses her study about luxury objects found at Qatna which reveal the combination of different styles, local and foreign. Here, Professor Roßberger connects these objects with international political networks of exchange. The last contribution to this section is carried out by Elena Devecchi, whose communication deals with the topic of international relations among Hittite Syrian vassals. Among scholars it is extended the opinion that Hittite authorities forbade their vassals foreign contacts. However, professor Devecchi has demonstrated that these vassals held foreign relationships with other political entities despite Hittite control.

The next section gathers communications about "Egypt and its External Relations" and all of them deal with the relationships between Egyptian New Kingdom and the Levant from different perspectives. Laurent Bavy begins this section with the presentation of his project about Canaanite jars and jar sealing from Deir el-Medina. From the scientific study of these jars, the places of production can be identified as well as what commodities were

stored inside and exchanged with Egypt. On the other hand, seals and inscriptions in the surface of these pieces, shed light on possible fabricants, producers or traders. Alexander Ahrens, in the next chapter, studies the other side of the coin, the Egyptian imports in the Levant. Also, he considers the political and social dimension of these imports, because they were considered signs of prestige and power by local elites. On the other hand, Jana Mynářová presents a study about Amarna correspondence where she studies Egyptian economic interests in the Levant besides political ones. Ellen Morris also takes as her object of study the Egyptian economic administration of the Levant. She develops her work around local temples as places of extraction and exchange of goods with their vassals. The last contribution to this section is made by Felix Höflmayer, who makes a re-evaluation of sources around the beginning of Egyptian domination of the Levant by contrasting written sources with archaeological remains little before and along the reign of Tutmosis III.

The communications which deal with the west side of the Eastern Mediterranean, the Aegean and its relationships with the Levant, begin with the preliminary study of Eric H. Cline where the author thinks about some factors that could affect the Aegean trade in the Eastern Mediterranean. Professor Cline claims that nowadays we are in position of making more penetrating questions to archaeological and written sources to explain different processes for the study of interregional contacts. This chapter is a perfect complement to M. Liverani's one, dealing with concepts and methodologies applied to the evaluation of exchange processes in the Ancient Mediterranean. The next communication is written by one of the editors of the book, Birgitta Eder, whose work shows us the topic of the materiality and its relationship with the political power and the social prestige in the Mycenaean culture. If professor Eder talks about oriental importations in the Aegean, Reinhard Jung's chapter deals with the Aegean ceramic imports in the Levant. Here, Professor Jung offers a well picture of the production and exchange processes between Greece and Eastern Mediterranean. Following in this line of studies about Aegean commerce, Diamantis Panagiotopoulos presents his study in relation to sealing practices and standardization of goods in the Ancient Near Eastern Mediterranean trade. Finally, Hartmut Matthäus closes this section with an article where he explains the production process of Cypriote metal workshops and how copper and bronze ingots were exchanged

throughout the Eastern Mediterranean and beyond.

The last section of the book deals with "The Hittites and their neighbours", which gathers the two last contributions to the book. The first one is made jointly by Regine Pruzsinszky and Bárbara E. Solans who talks about the Emar's role in the international trade in the Ancient Near East during the Late Bronze Age. Closing the book, the last chapter belongs to Mirko Novák who describes some peculiarities of Hittite exchange relationships. The author realises of the contradiction between intense international relationships between the Hittite empire and other Great Empires or Levantine vassals proved in written sources and the scarcity of material remains of those contacts.

In conclusion, this book reflects an interesting collaboration between archaeologists and historians from different areas of research and it offers a complete picture of exchange relationships in the Aegean and the Near East in the Late Bronze Age. In their contributions, the authors have analysed the most important agents, factors and ways that ruled trade and diplomacy in this period. Throughout the book, the reader realises the special interrelation among all the areas of the Eastern Mediterranean. On the other hand, it is visible in the different chapters the special relationship between exchange of goods and the exchange of ideas and how these were integrated in new social and cultural contexts. For these reasons, this book constitutes a work with an extraordinary depth in the study of different topics related to the History of international, commercial and intercultural relations in the Eastern Mediterranean.

* - PDIF-UAM - Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia Antigua, Medieval, Paleografía y Diplomática; juan.alvarez@uam.es

GRAELLS, R. – LORRIO, ALBERTO J. – CAMACHO, P., 2018, LA COLECCIÓN DE OBJETOS PROTOHISTÓRICOS DE LA PENÍNSULA IBÉRICA. 1. BROCHES DE CINTURÓN, PLACAS Y FÍBULAS. MAINZ: RÖMISCH-GERMANISCHES ZENTRALMUSEUM. 184 PP. COM FIGURAS E 7 LÂMINAS [ISBN 978-3-88467-302-7]

FRANCISCO B. GOMES *

A publicação de materiais pouco conhecidos depositados em fundos museológicos é sempre uma boa notícia em si mesma, não só para a comunidade investigadora mas, sobretudo, para a sociedade que assim recupera a memória de um património muitas vezes mutilado pelo tempo, pelas vicissitudes da *praxis* investigadora e museológica ou, pior, do antiquarismo menos escrupuloso.

No entanto, quando essa publicação é assumida e levada a cabo por uma equipa de investigadores de grande craveira, detentores de um profundo conhecimento do seu objecto de estudo, o resultado não pode ser outro senão a produção de um volume de referência. É este sem dúvida o caso do primeiro volume do catálogo dos objectos proto-históricos peninsulares do *Römisch-Germanisches Zentralmuseum* (RGZM), coordenado por Raimon Graells, Alberto Lorrio e Pablo Camacho e recentemente dado à estampa pela prestigiosa editorial daquele museu, com o apoio da Universidade de Alicante.

Dando continuidade a um amplo projecto centrado na sistematização da cultura material das sociedades pré-romanas peninsulares, que nos brindou já uma série de estudos hoje absolutamente incontornáveis (Graells 2012; 2014; Graells – Lorrio – Quesada 2014; Graells – Lorrio 2017), este volume dá a conhecer em profundidade um conjunto diverso de elementos de indumentária adquiridos pelo RGZM no mercado antiquário em diversos momentos do século XX e cuja tipologia claramente delata uma proveniência peninsular.

O primeiro apartado deste trabalho dá-nos conta da história dessas aquisições, relacionando-as na medida do possível com a evolução da política e da filosofia de aquisições do museu. Serve o mesmo igualmente de advertência metodológica, assinalando a ausência de coordenadas contextuais para os materiais estudados, que naturalmente limita o potencial informativo dos mesmos.

Assim, e com vista a uma correcta valorização desta colecção, restava aos autores apenas uma via:

a da leitura e análise tipológica. Não obstante, os responsáveis deste catálogo fazem da necessidade virtude: a partir de peças isoladas, desenvolvem neste trabalho um modelo expositivo baseado na análise aprofundada das distintas tipologias representadas na colecção, das características tecnológicas, formais e decorativas de cada peça (descritas seguindo um modelo normalizado que bem poderá converter-se no padrão a seguir em estudos deste tipo), e bem assim numa séria, ponderada e exaustiva busca de paralelos que permite restituir de forma frequentemente muito aproximada o contexto cultural original dos materiais.

No caso do único fecho de cinturão de placa romboidal com decoração prevista no molde da colecção, os resultados obtidos não são surpreendentes, considerando a revisão exaustiva deste tipo de peças ainda recentemente apresentada por dois dos autores deste catálogo (Graells – Lorrio 2017). No caso dos chamados fechos de “tipo Bureba”, igualmente já estudado em detalhe (Sanz Minguez 1991), os autores procedem a uma actualização do panorama disponível para este tipo de objecto, de dispersão muito restrita.

Um dos principais contributos deste volume – que expectavelmente precede estudos mais detalhados num futuro próximo – diz contudo respeito à análise dos fechos de cinturão de placa quadrangular, vulgarmente designados como de “tipo ibérico”.

Como bem assinalam os autores, e apesar da existência de estudos parciais e regionais mais recentes, este tipo de fecho, que apresenta uma ampla dispersão no território peninsular acoplada a uma significativa variabilidade técnico-estilística, não foi objecto de nenhum estudo global sistemático desde os anos 1930. A referência a este respeito – sobretudo do ponto de vista do estudo das ricas séries decorativas destas peças – continua a ser, oitenta anos mais tarde, um pioneiro estudo de Juan Cabré (1937), o que diz bem da necessidade de completar o *corpus* destas peças e de rever a sua seriação formal e decorativa segundo critérios metodologicamente actualizados.

Este catálogo da colecção do RGZM, que inclui um nutrido conjunto de peças deste tipo, oferece-nos justamente uma utilíssima síntese sobre estes fechos que, adiantando os possíveis resultados de futuros estudos de conjunto, estabelece uma breve história da investigação, uma importante visão panorâmica da distribuição geográfica e da repartição destas peças no território peninsular, bem como uma

súmula dos quadros tipológicos mais recentemente estabelecidos para estes elementos.

As fichas de catálogo dedicadas aos vários exemplares, muito bem documentadas, ilustram bem o enorme potencial de uma leitura global deste tipo de fechos, única forma de destrinçar as diferentes tradições formais, tecnológicas e decorativas contidas neste amplo grupo formal, de cariz transregional e transcultural. O grau de aproximação com que se logra restituir estas peças a âmbitos culturais e cronológicos concretos é um fiel barómetro das virtualidades de uma abordagem tipológica repensada, actualizada e, sobretudo, assente numa base de dados ampla e fiável.

O apartado seguinte aborda um conjunto de placas, possíveis elementos decorativos de vestimenta, característicos da área celtibérica. Trata-se de um tipo de peças comparativamente raro – ainda que se registem conjuntos extensos nalgumas necrópoles concretas – pelo que o estudo das peças do RGZM, mesmo desprovidas de contexto, se revela de um inegável interesse.

O outro núcleo principal da colecção estudada neste volume engloba um conjunto significativo de fíbulas de tipos tardios. O estudo das mesmas é precedido por uma interessante síntese sobre o estado global da investigação sobre as fíbulas pré-romanas peninsulares que permite igualmente aos autores tecer uma série de considerações metodológicas para trabalhos futuros, nomeadamente sobre a necessidade de trabalhar sobre catálogos abrangentes e exaustivos e de ultrapassar visões regionais restritas no sentido de obter uma panorâmica global das distintas tradições artesanais e das lógicas de uso destas peças.

A componente historiográfica exposta neste apartado apresenta contudo uma omissão que não pode deixar de se assinalar, concretamente a total ausência (neste ponto e na bibliografia em geral) do “*Corpus signorum* das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal” (Ponte 2006). O *magnum opus* de S. da Ponte apresenta, é certo, pontos contenciosos e considerações que hoje se consideram ultrapassadas, mas continua ainda assim a ser uma referência obrigatória pelo extenso catálogo que contém, pela tipologia operativa que desenvolve, mas também pelo considerável esforço feito para cartografar e analisar a dispersão dos vários tipos comentados a nível peninsular, e que de certo modo vai de encontro a alguns dos preceitos metodológicos defendidos pelos autores.

Finalmente, este catálogo conta ainda com

um estudo da autoria de M. Almagro Gorbea dedicado ao chamado “fecho das cabras” do RGZM, uma excepcional peça cujo enquadramento cronocultural tem sido objecto de discussão. Este estudo aprofundado da tipologia e, sobretudo, da particular iconografia deste peça, muito bem fundamentado, permite situá-la de forma bastante conclusiva no âmbito do artesanato “orientalizante” peninsular, recuperando assim não apenas a memória de uma peça pouco considerada na bibliografia ibérica mas também um documento de grande interesse para o estudo do rico ciclo iconográfico da Idade do Ferro do Sul peninsular.

O apartado final deste catálogo, dedicado à valorização global da colecção, reparte-se por três temas fundamentais: em primeiro lugar, sintetizam-se os vários grupos tipológicos presentes no conjunto, abordando a representatividade geral da colecção.

Neste ponto assinala-se a intenção subjacente à formação desta colecção, que procura representar a diversidade das culturas pré-romanas peninsulares. Ainda assim, fica uma impressão de uma forte sobre-representação da área mais interior e setentrional da Península Ibérica. Esta situação poderá resultar de dinâmicas próprias do antiquarismo e das actividades de expoliação que em muitos casos o terão alimentado. No entanto, creio que não pode excluir-se que este maior peso da cultura material mesetenha e cantábrica resulte da posição do próprio RGZM, um museu centro-europeu e portanto, porventura, mais directamente interessado em representar as culturas peninsulares que de alguma forma se relacionam com a Europa continental e setentrional.

O segundo ponto deste apartado dedica-se ao estudo das reparações antigas documentadas nos objectos estudados, tema de grande interesse para cujo estudo os autores contribuíram já com achegas importantes (Graells – Lorrio 2017: 127-131), mas também à análise das reparações modernas, realizadas por antiquários menos escrupulosos que buscam, através da reparação e mesmo da “invenção de peças”, maximizar o valor comercial dos objectos. Tanto quanto sei, é um tema pouco tratado na literatura arqueológica e constitui um interessante caso de estudo para a história das práticas antiquaristas.

Finalmente, o terceiro ponto destas conclusões recuperam a memória de um conjunto de peças oferecidas para compra ao RGZM mas rejeitadas pela instituição, incluindo um fecho de cinturão *sui generis* e um conjunto de fíbulas, também elas de tipos tardios. Os registos existentes nos arquivos do museu

podem bem constituir os únicos testemunhos sobre estas peças, hoje em paradeiro incerto, e o seu estudo constitui outro contributo mais deste volume para a recuperação da memória de um património que de outra forma permaneceria inteiramente perdido.

Este volume inclui ainda um apêndice contendo os resultados das análises realizadas a várias das peças estudadas, revelador do compromisso dos coordenadores com a abordagem exaustiva e interdisciplinar aos elementos de cultura material, exemplo que caberia cada vez mais seguir e emular.

Restaria ainda assinalar que ao longo de todo o volume o sólido trabalho descritivo, classificativo e analítico vem sistematicamente acompanhado por um invejável aparato gráfico – e cartográfico – que apoia e complementa de forma expressiva o discurso, bem como por uma bibliografia que constitui em si mesma um importante recurso para qualquer investigador que deseje adentrar-se no estudo dos elementos de indumentária pré-romanos peninsulares.

Muito para lá de um mero catálogo, este volume representa assim um contributo destacado para o conhecimento da cultura material da Iberia pré-romana mas também um excelente modelo para futuros trabalhos dedicados a fundos museológicos descontextualizados e uma bússula metodológica para a recuperação da sua memória. Cabe portanto aguardar com expectativa a publicação do segundo volume deste catálogo dos objectos protohistóricos peninsulares do RGZM, dedicado às armas, e bem assim dos futuros estudos monográficos com que os autores certamente nos brindarão.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa/FCT. franciscojbgomes@gmail.com

Referências:

CABRÉ, J. (1937) – Decoraciones Hispánicas II. Broches de cinturón de bronce damasquinados con oro y plata. *Archivo Español de Arte y Arqueología* 13: 93-126.
 GRAELLS, R. (2012) – Discos-coraza de la Península Ibérica (s. VI-IV a.C.). *Jahrbuch des Römisch-Germanisches Zentralmuseum* 59: 85-244.
 GRAELLS, R. (2014) – Problemas de cultura material: Las fíbulas itálicas de la Primera Edad del Hierro en el Golfo de León. *Madrid der Mitteilungen* 55: 212-315.
 GRAELLS, R. – LORRIO, A. J. (2017) – *Problemas de cultura material. Broches de cinturón decorados a molde de la Península Ibérica* (s. VII-IV a. C.). Alicante.

GRAELLS, R. – LORRIO, A. J. – QUESADA, F. (2014) – *Cascos Hispano-calcídicos. Símbolo de las élites celtibéricas*. Mainz.

PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Porto.

SANZ MINGUEZ, C. (1991) – Broches tipo Bureba. Tipología, cronología y dispersión. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología* 57: 93-130.

MORENO MEGÍAS, V., 2016, LA INFLUENCIA PÚNICA EN LAS MESAS TURDETANAS: CERÁMICA DE TIPO KUASS EN EL BAJO VALLE DEL GUADALQUIVIR. SEVILLA: DIPUTACIÓN DE SEVILLA. 274 PP. COM FIGURAS [ISBN 978-84-7798-383-5]

ELISA DE SOUSA *

O estudo das produções comumente designadas de cerâmicas de tipo Kuass tem crescido exponencialmente durante as últimas duas décadas. A publicação da dissertação de doutoramento de A. M. Niveau de Villedary y Mariñas, em 2003, intitulada *Las cerámicas gaditanas tipo Kuass: bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica*, constituiu um marco incontornável neste processo, uma vez que permitiu, pela primeira vez, sistematizar e caracterizar os aspectos principais destas produções, sobretudo ao nível da sua cronologia, funcionalidade, e do peso que as influências exógenas e tradições locais tiveram na configuração do respectivo repertório.

Na sequência deste e de outros trabalhos, e focando agora de forma particular o Ocidente Peninsular, a importância das cerâmicas de tipo Kuass foi crescendo à medida que o sul do território português proporcionava cada vez mais materiais integráveis nestas produções, revelando o seu papel incontornável enquanto fóssil director para a caracterização dos momentos finais da Idade do Ferro, e também do período romano republicano, nesta área (Sousa 2009, 2010; Sousa - Arruda 2013).

No entanto, e apesar destes contributos, o estudo das produções de tipo Kuass no ocidente do território peninsular enfrentava ainda alguns obstáculos significativos no que diz respeito a três tópicos principais:

- o preenchimento de certos vazios geográficos no âmbito dos seus circuitos de distribuição;
- a definição das características das várias áreas de produção;
- a determinação da sua fase final de utilização.

O trabalho exemplar desenvolvido por Violeta Moreno Megías foi, sem qualquer dúvida, essencial para a resolução de várias destas problemáticas, abrindo, simultaneamente, novas perspectivas de análise no quadro das implicações que a adopção destas produções terá tido no tecido cultural das

comunidades que habitaram, durante o final do 1º milénio a.C., o Baixo Guadalquivir.

Em relação ao primeiro tópico, deve referir-se que, considerando a abundância dos dados então existentes sobre o consumo de cerâmicas de tipo Kuass na área de Cádiz e na costa algarvia, já para não referir o litoral norte atlântico do continente africano (Ponsich 1969; Aranegui Gascó 2001, 2005; Kbiri Alaoui 2007), não deixava de causar alguma estranheza o facto dos espaços intermédios, especificamente a área de Huelva e o Baixo Guadalquivir, disporem de informações tão parcas sobre a presença destas produções. A contribuição da obra de Violeta Moreno Megías foi, indiscutivelmente, essencial para colmatar parte deste lapso de informação, que está mais directamente relacionado com as incidências da investigação arqueológica do que com processos históricos e económico-comerciais do sul Peninsular. O estudo exaustivo desenvolvido pela investigadora permitiu reconhecer que as produções de tipo Kuass foram também consumidas, de forma significativa, em vários sítios arqueológicos localizados na área do Baixo Guadalquivir, permitindo matizar e complementar os diferentes círculos de produção e distribuição propostos anteriormente (Niveau 2003). Neste sentido, cabe destacar a publicação de conjuntos praticamente inéditos e bastante significativos, como é o caso de Coria del Río, Itálica, Carmona e Mesas de El Gandul, que revelaram algumas características específicas em termos do repertório morfológico, e que se podem relacionar com uma certa individualidade, no âmbito cultural, dessas mesmas comunidades.

Os contributos do seu trabalho não se limitaram, contudo, meramente à identificação de novos locais de consumo de cerâmica de tipo Kuass no Baixo Guadalquivir. A inclusão de dados arqueométricos referentes a estas produções, conjugados com caracterizações macroscópicas dos diferentes grupos de fabrico definidos no âmbito dos conjuntos analisados, permitiram definir as principais características de distintas áreas de produção de cerâmicas de tipo Kuass. A conexão destes dados com um apartado gráfico de boa qualidade é um outro aspecto que deve ser valorizado, uma vez que proporciona a outros investigadores uma base de dados fundamental para o estabelecimento de análises comparativas. Com efeito, trata-se de uma contribuição inestimável que colmata uma falha existente no âmbito do estudo destas produções, possibilitando agora definir critérios mais coerentes para a distinção de centros de fabrico. Igualmente

importante foi a determinação que a própria área do Baixo Guadalquivir englobou centros de produção de cerâmicas de tipo Kuass, com características técnicas, morfológicas e decorativas específicas e diferenciáveis. Este aspecto permite, por um lado, compreender a complexidade dos circuitos de produção e abastecimento dos principais elementos que constituem o serviço de mesa durante a fase final da Idade do Ferro, e que se mantém ainda significativos durante o período romano republicano. Por outro, possibilitam a avaliação do peso que certas tradições estéticas difundidas pela área de Cádiz tiveram em áreas geograficamente próximas.

Por último, cabe destacar a valorização, por parte da autora, da produção e consumo ainda francamente significativo de cerâmicas de tipo Kuass durante as fases tardias do período romano-republicano (séculos II e I a.C.). Ainda que esta realidade tivesse sido verificada de forma sistemática no sul do território português (Sousa 2009, 2010; Sousa – Arruda 2013), a ausência de dados similares na área da baía de Cádiz, com a exceção dos elementos recuperados nos fornos de Pery Junquera (Niveau de Villedary y Mariñas 2004) parecia indicar que esta fase mais tardia corresponderia a um momento de franco declínio destas produções (Niveau de Villedary y Mariñas 2003). Violeta Moreno Megías proporciona um contributo fundamental para esta discussão, uma vez que em vários dos sítios que analisa constata a importância quantitativa das cerâmicas de tipo Kuass em contextos do século II e inícios do século I a.C. Estes elementos permitem a caracterização e contextualização deste fenómeno num espaço geográfico mais amplo, que engloba agora não só a costa algarvia mas que se estende também a outras áreas do ocidente da costa atlântica da Península Ibérica.

Em suma, a obra *La influencia púnica en las mesas turdetanas: Cerámica de tipo Kuass en el Bajo Valle del Guadalquivir* proporcionou uma série de elementos inestimáveis para uma melhor compreensão das várias dinâmicas relacionadas com a produção e consumo da cerâmica de tipo Kuass do Ocidente Atlântico, sendo seguramente um trabalho incontornável para futuras investigações sobre o tema.

* - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Uniarq – Centro de Arqueologia da Univ. de Lisboa. e.sousa@campus.ul.pt

Referências:

- ARANEGUI GASCÓ, C. (ed. cient.) (2001) – *Lixus – Colonia Fenicia y Ciudad Púnico-Mauritana; Anotaciones sobre su ocupación medieval*. Valência (Saguntum Extra. Papeles del Laboratorio de Valencia 4).
- ARANEGUI GASCÓ, C. (ed. cient.) (2005) – *Lixus – 2 Ladera Sur. Excavaciones Arqueológicas Marroco-Españolas en la colonia fenicia. Campañas 2000-2003*. Valência (Saguntum Extra. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia 6).
- KBIRI ALAOUI, M. (2007) – *Revisando Kuass (Asilah, Marruecos). Talleres cerámicos en un enclave fenicio, púnico y mauritano*. Valência (Saguntum Extra. Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia 7).
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2003) - *Las Cerámicas Gaditanas “Tipo Kuass”. Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica*. Cádiz.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. (2004) - La producción de barniz púnico-gaditano en el s. II a.C. Nuevos datos aportados por el conjunto alfarero de Pery Junquera (San Fernando, Cádiz). In BERNAL CASASOLA, D. - LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.), *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones producciones cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*. Oxford: 677-690.
- PONSICH, M. (1969) – Les ceramiques d’imitation: la campanienne de Kouass. Région d’ Arcila-Maroc. *Archivo Español de Arqueología* 42: 56-80.
- SOUSA, E. (2009) - *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve*. Lisboa (Cadernos da Uniarq 4).
- SOUSA, E. (2010) - The use of “Kouass ware” during the republican period in Algarve (Portugal)”. In *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 41: 523-528.
- SOUSA, E. - ARRUDA, A. M. (2013) - A cerâmica de tipo Kuass de Monte Molião (Lagos). In ARNAUD, J. M. - MARTINS, A. - NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: 651-659.

OPHIUSSA

JEAN GUILAINE

DOUTOR *HONORIS CAUSA* PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA

2018.10.22



Diário da República, 2.ª série — N.º 167 — 1 de setembro de 2014

Regulamento de Atribuição do Título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa

Despacho n.º 11079/2014

Artigo 2.º

1 — A Universidade de Lisboa atribui o título de Doutor *Honoris Causa* a personalidades eminentes, nacionais ou estrangeiras, que se hajam distinguido na atividade académica, científica, profissional, cultural, artística, cívica ou política, ou que hajam prestado altos serviços à Universidade, ao País ou à Humanidade.

RAZÕES PARA UMA HOMENAGEM

MARIANA DINIZ

A atribuição do título de Doutor *Honoris Causa*, distinção que, desde 1922, a Universidade de Lisboa confere a personalidades eminentes em diferentes campos, foi em 2018, e 76 anos depois de Henri Breuil, atribuído, pela segunda vez a um Pré-historiador, Jean Guilaine, por proposta apresentada pela Faculdade de Letras, promovida pelo grupo de Arqueologia da Área de História.

A obra deste arqueólogo francês justificou a absoluta unanimidade que esta candidatura, apresentada em Março de 2017, conheceu nas diferentes instâncias que percorrem estes projectos, dirigidos ao Director da FLUL, aprovados em primeira instância pelo Conselho Científico desta instituição e depois pelo Reitor da ULisboa, em função de Parecer emitido pela Comissão para os Assuntos Científico do Senado.

Este trajecto culmina na cerimónia realizada no Salão Nobre da Reitoria, no passado dia 22 de Outubro, que homenageia para além do Arqueólogo, uma disciplina científica cuja prática é fundamental, como o demonstra a obra de Jean Guilaine, para a reflexão sobre o trajecto longo das sociedades humanas, em particular daquelas que em diferentes momentos e direcções percorrem os espaços azuis do Mediterrâneo, num “passado eternamente presente”, como escreve o próprio prefaciando Braudel.

O significado do acto, uma demonstração pública da maturidade científica da Arqueologia, justificava a associação de outras instituições a este evento, articulado desde o primeiro momento com o Circulo de Estudos Arqueológicos de Oeiras, da Câmara Municipal de Oeiras, que também nesta data comemorava os seus 20 anos de existência e parceiro fundamental desta estada de Jean Guilaine em Portugal, a quem, se deve na pessoa do seu Director, Professor Doutor João Luís Cardoso, um vivo agradecimento. A Direcção Geral do Património Cultural foi também convidada a participar neste programa através de uma mostra bio-bibliográfica da obra de Jean Guilaine, realizada na Biblioteca de Arqueologia da Ajuda, com a colaboração decisiva da Dr.ª Fernanda Torcato (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/agenda/exhibitions/mostra-dedicada-jean-guilaine/>).

Para além da comunidade arqueológica, e tendo em vista a divulgação da obra de Jean Guilaine a públicos alargados, o Museu Nacional

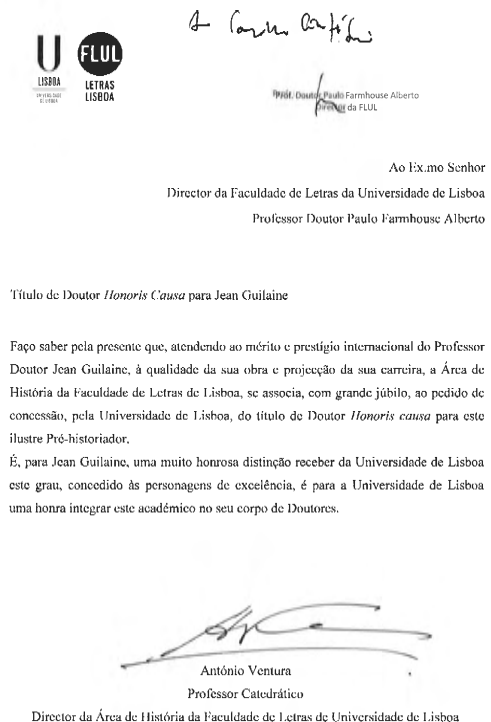


Fig. 1 - Carta enviada à Direcção da FLUL em Março de 2017.

de Arqueologia representava um outro parceiro fundamental nesta iniciativa, acolhida com entusiasmo pelo seu Director, Dr. António Carvalho, pelo Dr. Luís Raposo e Dr.ª Livia Coito, com quem, em conjunto, se construiu uma pequena mostra de vasos cerâmicos do Neolítico antigo, em Portugal, mote para destacar alguns aspectos fundamentais da obra de Jean Guilaine (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/agenda/exhibitions/exposicao-dedicada-obra-de-jean-guilaine/>).

Era ainda decisivo dar a conhecer a vida e obra de Jean Guilaine à *Escola*, aos alunos e professores das diferentes áreas que se combinam na Faculdade de Letras, com destaque particular para os estudantes de Arqueologia – para quem a Arqueologia de língua francesa é uma realidade distante – através de uma amostra bio-bibliográfica que só podia ser uma síntese – que como todas reflecte escolhas e perspectivas de análise particulares – que abaixo se apresenta. A personalidade, os mais significativos aspectos da sua obra, a relação particular com a Pré-história portuguesa e em particular o papel de Jean Guilaine na identificação do Neolítico antigo, em



Ao Ex.mo Senhor
Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Professor Doutor Paulo Farmhouse Alberto

É com uma imensa honra que, por esta carta, se faz chegar a V.Ex. o pedido de atribuição do título *Doutor Honoris Causa*, pela Universidade de Lisboa, ao Professor Doutor Jean Guilaine, eminente pré-historiador francês, cuja vastíssima obra em muito concorre para o conhecimento das sociedades pré-históricas da bacia do Mediterrâneo, da Península Ibérica e do actual território português.

Personagem de renome, com títulos, cargos e bibliografia publicada que são suficiente demonstração da excelência de uma carreira dedicada às origens distantes das sociedades agro-pastoris, o Professor Doutor Jean Guilaine cruza, já no ano de 1969, a sua rota científica com os problemas da Arqueologia portuguesa e contribui, à época, para uma renovação decisiva dos estudos da Pré-História recente, em Portugal, re-classificando sítios, contextos e materiais, inaugurando assim uma nova etapa na análise das sociedades neolíticas no Ocidente peninsular, e na definição das conexões mediterrâneas que marcam os trajectos históricos das antigas populações do actual território português.

Esta sua visita, diríamos hoje estância científica, realiza um corte definitivo com os cenários anteriormente definidos – a sua presença permitirá, em simultâneo, a correcta integração cronológica e cultural do *Neolítico em Portugal* e a abertura da comunidade arqueológica portuguesa a uma agenda global.

Sempre atento à ampla dimensão geográfica das dinâmicas sociais dos grupos pré-históricos, o Professor Doutor Jean Guilaine incluirá, de forma sistemática, nas suas obras-síntese sítios e materiais arqueológicos, problemáticas e debates da Pré-história portuguesa – tantas vezes

esquecidos na produção científica de além-Pirinéus – demonstrando sempre, no seu inquérito de escala alargada, as constantes dos trajectos passados, mas também as especificidades locais e regionais que o registo arqueológico materializa.

Esta atenção, constante sobre a Pré-História portuguesa, justifica o seu retorno, em múltiplas ocasiões, a Portugal. Nas décadas de 70/80/90, a estreita colaboração com a Universidade de Lisboa, reflecte-se na diversidade de trabalhos de terreno, publicações e artigos, presença em Colóquios e Congressos que o Professor Doutor Jean Guilaine realizará, em cooperação com a equipa de Arqueologia Pré-histórica da FLUL, então coordenada, pelo hoje professor Catedrático Jubilado, Victor S. Gonçalves, primeiro subscritor desta carta.

Do percurso realizado pelo Professor Doutor Jean Guilaine, e da curiosidade constante que anima uma vida, já longa de 81 anos, dará conta o *Curriculum Vitae*, resumido, que se anexa a esta carta. A extensão, a qualidade, a actualidade deste *Curriculum Vitae* que integra, no decorrer dos anos, as novas questões que organizam o inquérito arqueológico, os novos problemas que novas metodologias levantaram – e os trabalhos pioneiros sobre a guerra e a violência, sobre as desigualdades e a complexificação social, isso reflectem, são tradução das melhores virtudes humanistas de que a Universidade de Lisboa se sente, também, herdeira.

Honrar a figura, concedendo-lho o grau *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa, Universidade com a qual manteve sempre uma estreita relação, honrar a Universidade de Lisboa integrando Jean Guilaine, figura de máximo prestígio internacional, no seu corpo de Doutores, parece-nos, por isso, um acto, para todos os nele envolvidos, da mais elementar justiça.

Lisboa, 23 de Março de 2017

[Handwritten signatures: Victor S. Gonçalves, António Luís Gonçalves, António Luís Gonçalves, António Luís Gonçalves, António Luís Gonçalves]

Fig. 2 - Carta enviada à Direcção da FLUL em Março de 2017.

Portugal são os elementos aqui destacados que integraram os posters construídos para este momento.

Algumas datas chave de um percurso longo:

Jean Guilaine – um dos mais notáveis pré-historiadores da actualidade, nasce em França, Carcassonne, Aude, a 24 Dezembro de 1936.

1972 – Doutor em Letras pela Universidade d'Aix en Provence

1974-1994 – Director de Investigação do *Centre National de la Recherche Scientifique (Directeur de recherche au CNRS)*

A partir de 1978 – Director de Estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais - *Directeur d'Études à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

1978-1994 – Fundador e Director do Centro de Antropologia (Toulouse)

1986-1990. Encarregado da Inspeção Geral do Ministério da Cultura.

1994-2007 - Professor no Colégio de França

2006 – Correspondente francês de l'*Académie des Inscriptions et Belles Lettres*

2006 – Doutor *honoris causa* pela Universidade de Barcelona

2011 – Membro efectivo de l'*Académie des Inscriptions et Belles Lettres*

2017/2018 – Criação da Fundação Christiane e Jean Guilaine de l'*Académie des Inscriptions et Belles Lettres*

2018 – Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa

Autor de inúmeros livros e de centenas de artigos sobre as sociedades pré-históricas da bacia do Mediterrâneo, assina alguns dos mais decisivos estudos sobre o Neolítico antigo em Portugal.

Jean Guilaine tem tido, ao longo da sua carreira, como tema de estudo fundamental a Proto-História do Mediterrâneo, da expansão das economias neolíticas ao aparecimento da escrita, numa periodização que re-elabora para um percurso de sete milénios decisivos para a construção do Mundo como hoje o conhecemos. Dirigiu escavações ao longo deste vasto território e deste tempo alargado, produzindo uma obra marcada pela construção de grandes sínteses – na tradição da maior historiografia francesa – que se conjuga com a atenção ao sítio, aos materiais, em particular aos materiais cerâmicos, ao estilos decorativos e às tipologias como manifestação de identidades culturais, que se expressam num Tempo e sobre um Espaço.



Fig. 3 - Algumas monografias fundamentais.

Escavações Arqueológicas:

As escavações arqueológicas que dirigiu, ao longo de décadas, em diversos pontos do Mediterrâneo, coordenando vastas equipas multidisciplinares permitem-lhe, a partir das monografias de sítio – Leucate-Corregge (1984), Balma Margineda (1995), Torre Sabea (2003), Pont de Roque-Haute (2007), Shillourokambos (2012), entre outras - construir uma visão global sobre a dispersão e os trajectos específicos das primeiras sociedades neolíticas. Os elementos da cultura material, em particular, os recipientes cerâmicos, as suas técnicas e motivos decorativos são usados como um elemento decisivo na identificação da identidade cultural dos grupos neolíticos. A identificação de um Mediterrâneo partilhado, onde os elementos comuns – os cereais e os animais domésticos, a tecnologia cerâmica e do polimento da pedra – são depois recombinaados numa imensa diversidade de soluções regionais constitui uma das linhas essenciais da sua análise.

Focos Primários de Neolitização - Cronologias, espécies domesticadas e áreas fundamentais de expansão:

Na década de 70, e no quadro de uma renovação profunda sobre o debate em torno da Revolução Neolítica, designação atribuída por Gordon Childe (1923), ao momento fundamental de domesticação de plantas e animais acontecido no Crescente Fértil, Jean Guilaine apresenta uma outra leitura para este fenómeno complexo. O conceito de Revolução substituí-se pelo de Neolitização sublinhando-se

agora o Tempo longo deste processo. Em simultâneo, esta transformação decisiva para a História da Humanidade e que transforma sociedades de caçadores-recolectores em sociedades agro-pastoris é percebida como um fenómeno planetário que, em diferentes cronologias e partindo de diferentes recursos vegetais e animais, marca o trajecto dos grupo humanos, nos últimos 10 000 anos. Ao mesmo tempo, o papel das comunidades indígenas é sublinhado como elemento decisivo para a compreensão da difusão dos elementos neolítico no espaço amplo da Europa e do Magrebe.

Expansão Arritmica das Economias Neolíticas pela Europa:

A dispersão das economias neolíticas pelo espaço europeu, mas também com uma atenção continuada ao Magrebe, constitui um dos temas

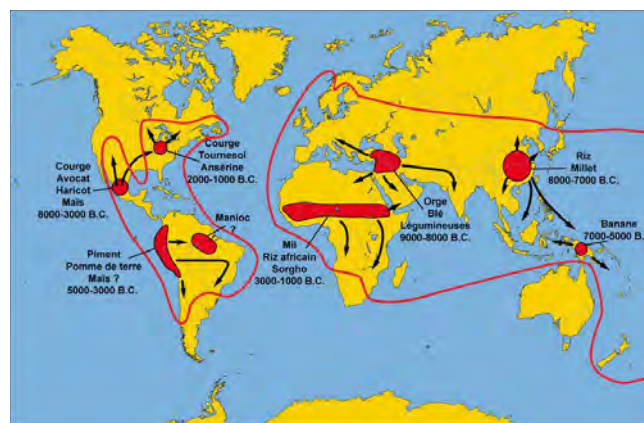


Fig. 4 - Focos primários de Neolitização (a partir de J. Guilaine 1986).

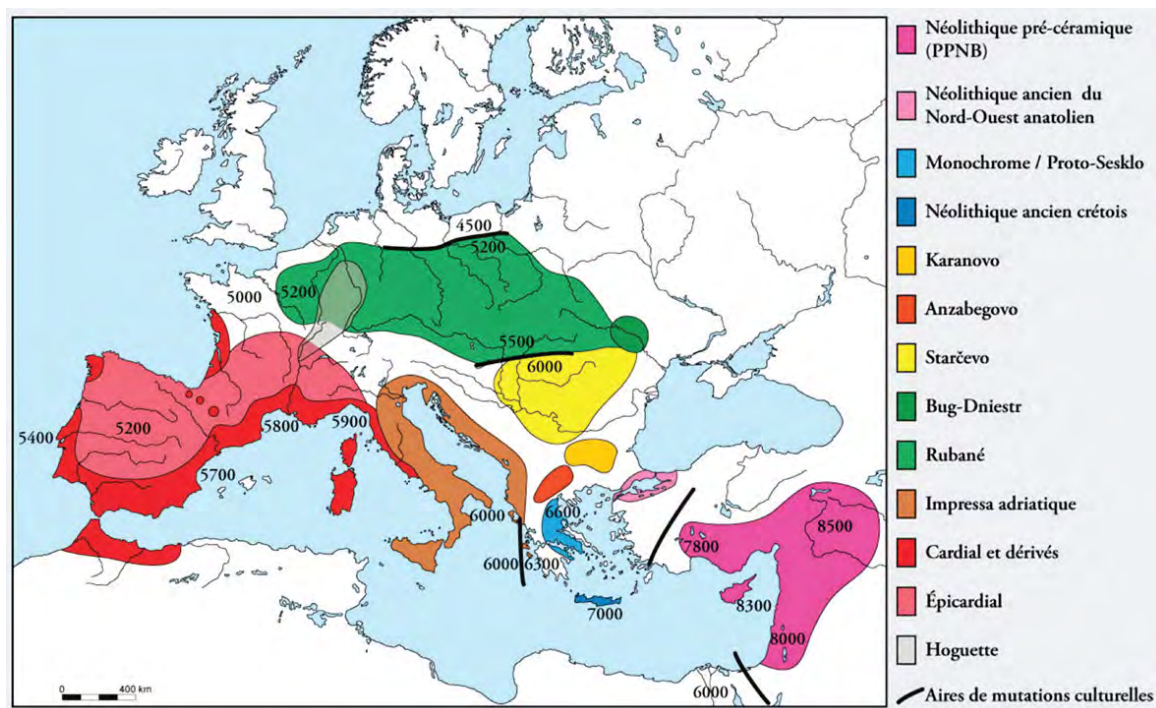


Fig. 5 - Expansão arritmica dos sistemas neolíticos (a partir de J. Guilaine 2003).

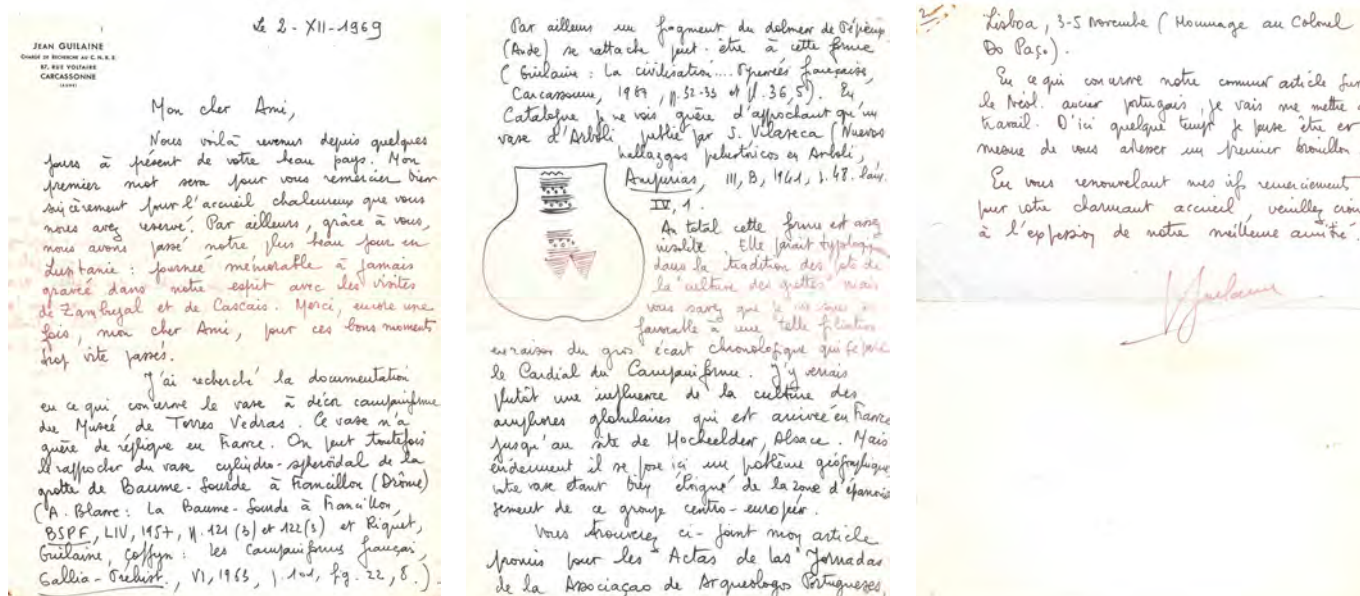


Fig. 6 - Carta de Jean Guilaine a O. Da Veiga Ferreira – arquivo pessoal O. Da Veiga Ferreira. Documento cedido por João Luís Cardoso – a quem vivamente se agradece.

nucleares da obra de Jean Guilaine. Num debate, muitas vezes pautado por uma excessiva dualidade entre difusionistas e indigenistas, como é o dos modelos de neolitização a perspectiva humanista de Jean Guilaine reconhecerá os mecanismos particulares da História no quadro de uma expansão

global das sociedades agro-pastoris pela bacia do Mediterrâneo e pela Europa Central. A cronologia – arritmada - desta expansão, com áreas de rápida dispersão dos elementos domésticos e depois interrupções bruscas desse processo; a recomposição dos elementos do pacote neolítico, no campo da

cultura material, mas também dos sus-sistemas económicos, nas arquiteturas domésticas e nas práticas simbólicas, constituirá um dos mecanismos da História que identifica como decisivo na leitura do registo arqueológico.

A Guerra:

No quadro das novas temáticas que marcam as agendas da Pré-História neste novo milénio, a obra de Jean Guilaine aborda tópicos essenciais: a Guerra, tema banido do discurso científico nas décadas de 60/80, mas que a Guerra das Balcãs também faz regressar, como elemento próprio das sociedades pré-históricas. As marcas de violência no registo arqueológico, procuradas nas expressões artísticas, nos contextos funerários e sobre os esqueletos traduzem os cenários de conflito onde se opõem indivíduos e grupos. A cronologia antiga do conflito e a intensificação ao longo do Tempo da Proto-história da imagem e do papel do Guerreiro, num cenário de confrontação crescente que algumas arquiteturas do Calcolítico do SW europeu demonstram.

Megalitismo e Idade do Cobre:

Como outro tema fundamental, a Europa dos construtores de Megálitos, onde se acentua a diversidade Atlântico/Mediterrâneo, esses territórios por onde circulam matérias-primas, ideias e pessoas, territórios onde se define o papel fundamental dos Antepassados na organização das paisagens sociais. As arquiteturas particulares e os seus quadros evolutivos, a colectivização da morte, os espólios e os rituais de enterramento lidos numa dupla perspectiva: como reflexo de um mundo simbólico por onde circulam os mortos, como mecanismo de agregação social nas paisagens dos vivos. Estes mortos-Antepassados representados nas estátuas-menires, que acompanham na Europa os monumentos megalíticos funerários, são igualmente um dos tópicos decisivos na obra de Guilaine.

O registo arqueológico da Idade do Cobre, as arquiteturas “militares” e a emergência da imagem do Guerreiro, a circulação de longa distância e os recipientes campaniformes são alguns dos testemunhos de uma paisagem social, em mudança abrupta. As hierarquias emergentes e as relações de domínio social, que os artefactos de excepção do 3º milénio documentam e de que o punhal de quartzo hialino e marfim asiático de Montelirio (Valencina de la Concepcion) constitui uma extraordinária metáfora são alguns dos elementos das paisagens sociais da Proto-história sobre as quais Jean Guilaine reflecte

Bulletin de la Société archéologique toulousaine, tome 67, 1976, Etudes et Travaux, fasc. 1

Le Néolithique ancien au Portugal

par JEAN GUILAINE et Orlayio DA VEIGA FERREIRA

Résumé. — Les auteurs font un tour d'horizon des problèmes du Néolithique ancien au Portugal. Ils présentent d'abord une série de documents inédits ou peu connus, appartenant au Néolithique ancien dont la répartition en Lusitanie présente un caractère maritime et s'étend sur l'Atlantique depuis la Péninsule de Sagres jusqu'à hauteur du Cabo Mendocino.

Le matériel céramique de la grotte Figueira à Pessegueiro est ensuite considéré comme un ensemble type de la culture des grottes post-cardiale, horizon dont la longévité au Portugal ne semble pas faire de doute. Sont ensuite brièvement examinés les problèmes posés par les sites néolithiques du Nord du pays, à chronologie peu claire, ainsi que les recoupements entre les données paléolithiques à céramiques imprimées et les premiers groupes néolithiques « occidentaux ».

Le but de cette étude est d'attirer l'attention sur un certain nombre de documents relevant d'une phase encore mal connue de la Préhistoire portugaise : le Néolithique ancien (1).

Cette période a été encore fort peu étudiée à ce jour si l'on compare les recherches dont elle a fait l'objet aux importants travaux consacrés au Mésolithique (escargotières de Muge) ou aux cultures mégalithiques. Aussi la présente note voudrait-elle avant tout faire prendre conscience de l'intérêt qu'il y aurait à reprendre la prospection des sites de cette phase et à consacrer à quelques-uns d'entre eux des fouilles méthodiques comme cela s'est fait, ces dernières années, dans le Midi de la France ou en Espagne. Certes, comme on le verra ci-après, les préhistoriens disposent déjà d'un certain nombre de documents, principalement céramiques, qui relèvent du Néolithique primitif. Mais ils sont encore quantitativement peu nombreux. De plus, dans le domaine de l'interprétation ils ont souvent été confondus par les archéologues portugais ou étrangers avec les vestiges de cultures postérieures, précisément par manque de grands

sites de référence ou de comparaison. Enfin le grand nombre et l'importance de sites et de documents du Néolithique récent et du Chalcolithique ont souvent fait douter de l'existence de civilisations à céramiques plus anciennes. Aussi s'est-on longuement cantonné, comme en bien d'autres pays, dans des chronologies basses, sans admettre la présence d'un Néolithique inférieur bien personnalisé et dont l'apparition précoce, par rapport aux autres groupes néolithiques, un caractère primaire non équivoque.

Nous ne referons pas ici l'histoire de ce Néolithique ancien à céramique cardiale ou imprimée dans l'orbite duquel le Portugal se trouve, tout au moins en ce qui concerne sa moitié sud. Nous renvoyons à ce sujet aux quelques monographies fondamentales ou aux études de synthèse qui ont démontré, en Méditerranée occidentale, son caractère primaire par rapport à d'autres groupes du Néolithique. Cette anteriorité, déjà fixée depuis de longues années par la méthode stratigraphique, a été confirmée avec brio ces dernières années par toute une série de datations absolues : ces dernières paraissent indiquer une néolithisation en marche dès le VI^e millénaire (Sud de l'Italie, Corse, Provence), un grand développement marqué par une forte évolution interne selon les groupes géographiques, au cours du V^e millénaire, enfin au IV^e millénaire une phase de décadence marquée soit

(1) Les auteurs adressent leurs plus vifs remerciements aux personnes citées à mi-voix dans le texte : Monsieur Pharaud, Directeur de l'Institut National des Recherches Préhistoriques, Monsieur le Professeur F. de Almeida, Directeur du Musée Archéologique National et Président de la Société des Archéologues portugais, Monsieur le Professeur M. Figueira, Directeur du Musée de l'Université de Coimbra, Monsieur le Professeur Victor Guerra, Directeur du Musée de l'Université de Coimbra, Monsieur le Professeur Vitor Gonçalves, à Guimarães ; Monsieur le Directeur António Luís, au Laboratoire de Méthodes de l'Université de Porto.

304

Fig. 7 - Página de rosto do artigo Le Neolithique Ancien au Portugal - BSPH 1970.



Fig. 8 - Victor Gonçalves entrevista Jean Guilaine. Toulouse, 1982. Arquivo pessoal de Victor Gonçalves – a quem vivamente se agradece.

de forma continuada.

Para além da Ciência:

As obras de divulgação e romance, a participação em eventos e a presença nos meios de

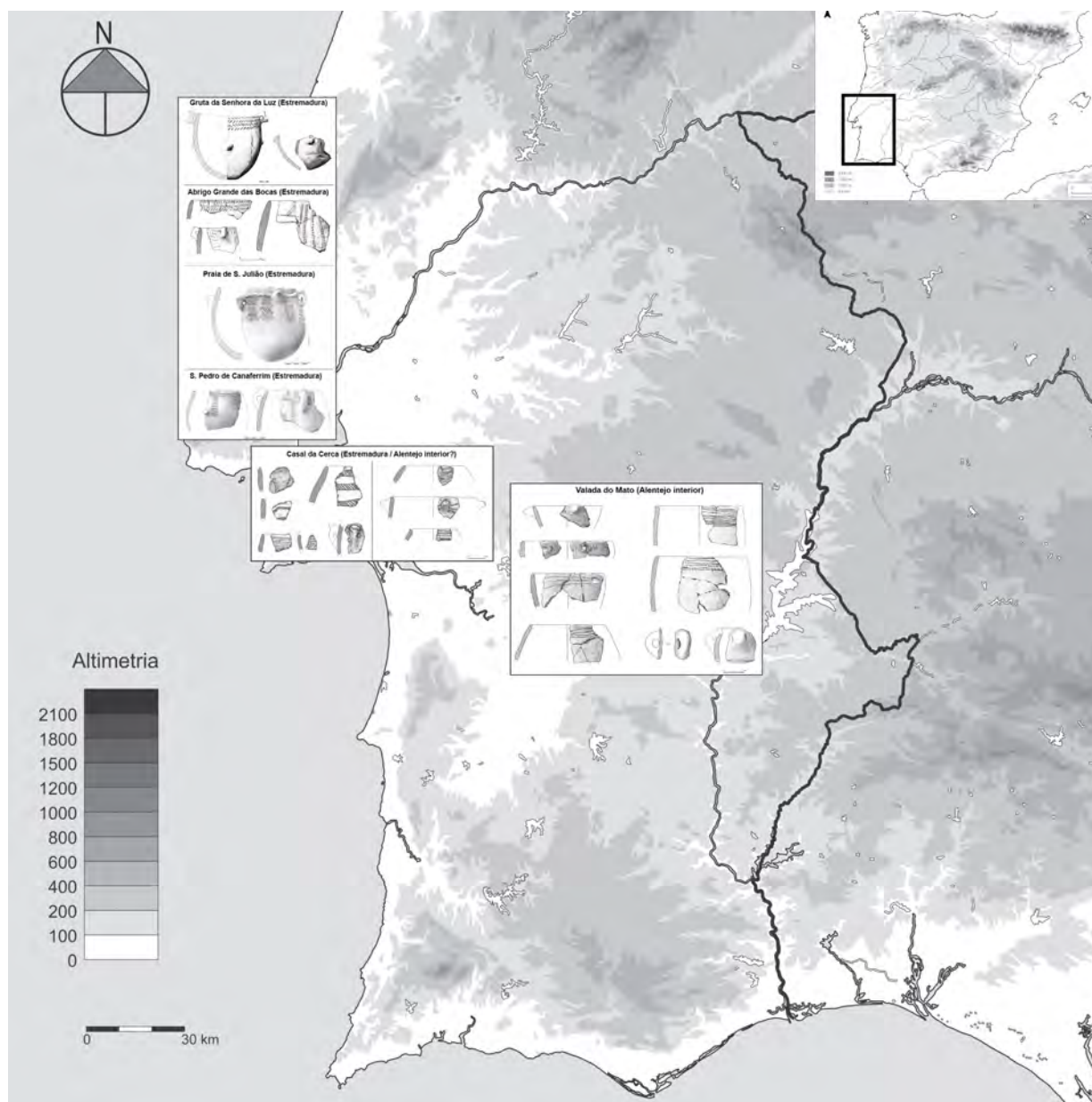


Fig. 9 - Estilos cerâmicos do Neolítico Antigo, em Portugal. Mapa de César Neves (2018) – a quem vivamente se agradece.

comunicação social constituem outro dos aspectos da obra de Jean Guilaine. O Neolítico e a emergência das sociedades agro-pastoris descritas como uma caixa de Pandora, abrem as portas do mundo contemporâneo: do armazenamento incessante, do crescimento demográfico, do desequilíbrio ecológico e das desigualdades sociais.

Em Portugal:

No ano de 1969, pela primeira vez, Jean Guilaine visita Portugal. O estudo de materiais em museus – como acontece, em particular no Museu dos Serviços Geológicos, no Museu Arqueológico do

Carmo ou no Museu da Figueira da Foz - bem como a visita a sítios arqueológicos, entre os quais se pode destacar o povoado do Zambujal, fazem parte do plano de trabalhos. Desta visita resulta, e como a mais significativa consequência para o estudo da Pré-história recente em Portugal, a identificação de uma etapa antiga na cronologia do Neolítico, etapa até então caracterizada, de forma quase exclusiva, pelo fenómeno megalítico.

Um outro tópico que ainda se discutia, em Portugal, nos finais da década de 60, é abordado nesta carta. A admitida filiação do Campaniforme no Cardial, que Veiga Ferreira propõe, é afastada por

Guilaine atendendo à diferente cronologia destes estilos cerâmicos.

Desta estadia resulta o artigo *Le Néolithique Ancien au Portugal*, publicado em 1970, no BSPHF, em parceria com Veiga Ferreira, e onde pela primeira vez se reconhece, em Portugal, a presença de cerâmica cardial nos conjuntos da Gruta do Almonda, nos povoados ao ar livre da Figueira da Foz, no vaso do Cartaxo e de Santarém. O uso da concha de berbigão (então *Cardium edule*), como gesto comum aos primeiros grupos neolíticos do Mediterrâneo Central e Ocidental identifica-se agora nos conjuntos cerâmicos para além do estreito de Gibraltar e o actual território português integra-se, de forma definitiva, no quadro dos processos de neolitização que se estendem pela bacia do Mediterrâneo.

Ao longo dos anos 70 e 80, as relações de Jean Guilaine com Portugal adensam-se, em particular com a Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A partir deste momento, O Neolítico antigo será objecto de um interesse efectivo por parte da comunidade arqueológica nacional. Os trabalhos do Gabinete da Área de Sines, com a identificação de habitats como Vale Pincel ou da Salema, o estudo de sítios e espólios que Manuel Heleno deixara inéditos como o do Abrigo das Bocas (Rio Maior), a identificação do povoado da Cabranosa consolidam esta etapa e permitirão construir os primeiros modelos para a neolitização do Sul de Portugal.

Nas últimas décadas, a investigação em torno

do Neolítico antigo tem vindo a revelar um quadro de crescente complexidade cultural, marcado por uma estreita conexão com o Mediterrâneo, lugar de origem dos grupos que transportam consigo cereais e animais domésticos, tecnologia cerâmica e do polimento da pedra.

A partir de cerca de 5400 AC, em povoados ao ar livre como o do Lapiás das Lameiras (Sintra), ou em grutas que funcionarão como necrópoles, como acontece na gruta do Almonda (Torres Novas) ou na gruta do Caldeirão (Tomar), as primeiras comunidades neolíticas deixam sinais da sua presença no território. A partir da fachada litoral assiste-se a um mecanismo de progressão rápida para o interior, sustentado por um crescimento demográfico (?) que a produção de alimento permite. O vale dos rios – caminhos naturais de passagem – apresentam vestígios desse movimento, que parece definir o sítio de Casas Novas (Coruche). Nos finais do 6º milénio, e ainda antes de um segundo momento do trajecto do Neolítico antigo que ocupações como as da gruta da Furninha podem testemunhar, o Interior do território está densamente ocupado. O povoado da Valada do Mato (Évora) apresenta para além das componentes técnicas e económicas da Neolitização, a transferência de quadros simbólicos de origem mediterrânea, que se organizam em torno de figuras antropomórficas de difícil interpretação.

Lisboa, Novembro de 2018

JEAN GUILAINE, ESCAVAR A TERRA, OLHAR O MAR

VICTOR S. GONÇALVES

[alocução de Victor S. Gonçalves, Professor Catedrático jubilado, Padrinho do nomeado para Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa, 2018.10.22, Salão Nobre da Reitoria, 15:00 h. Versão integral original acrescida de uma bibliografia escolhida]

Magnífico Reitor,

Senhora Presidente do Conselho Geral da
Universidade de Lisboa,

Senhor Director da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa,

Senhor representante de l' *Ambassadeur* de
France au Portugal,

Senhores Professores,

Senhores Funcionários,

Caros Colegas ,

Caros Alunos,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Montesquieu, cuja respeitável prosa não se inclui entre os meus livros de cabeceira, por não haver espaço, escreveu um dia «Comment peut-on être persan?».

Fazendo minha, mas numa direcção diferente, a perplexidade apontada, eu diria antes «Comment peut-on être Jean Guilaine?»

Não havendo tempo para definir aqui detalhadamente a sua bio-bibliografia, que me seja permitido manter um tom pessoal.

A minha formação como arqueólogo começou nos bancos do Liceu com Vere Gordon Childe, editado pelas Edições Cosmos e na Colecção Saber, da Europa América. Continuou, na Faculdade, com André Leroi-Gourhan. E, enquanto escrevia a tese de licenciatura, com Jean Guilaine e o seu livro sobre o Campaniforme dos Pirenéus.

Naturalmente, foram estes Autores que

comecei a ensinar aos meus alunos e, se criei em 1975, na Faculdade de Letras de Lisboa, o Seminário «Neolitização do Mediterrâneo Ocidental», faltava bibliografia e observação directa dos materiais «portugueses», com honrosa excepção para os obtidos na área de Sines por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares. Quanto à inexistência de bibliografia específica sobre a Europa neolítica, a situação viria a ser resolvida no ano seguinte, com o livro de Jean Guilaine «Les premiers bergers et paysans de l' Occident Méditerranéen».

O ocidente mediterrânico: Jean Guilaine olhou desde cedo a Europa como um todo, a Norte do Mediterrâneo, mas também em volta dele. Por todo o lado, cresciam indícios da complexidade do processo de neolitização. E, também por todo o lado, multiplicavam-se as publicações. A este tempo, Portugal estava ainda num período de trevas científicas no domínio da Arqueologia. E de Neolítico antigo muito poucos falavam. O silêncio em que se mantinha o Museu fundado por José Leite de Vasconcellos era ensurdecador, a tal ponto contrastava com os extraordinários resultados de campo obtidos, a maior parte ainda hoje por publicar. Jean Guilaine vira-se para os prestigiados Serviços Geológicos, pioneiros da Arqueologia em Portugal, e associa-se a um dos seus investigadores para produzir a primeira grande síntese prévia sobre o até então virtualmente inexistente Neolítico antigo «português»: *Le Néolithique ancien au Portugal*. No Bulletin de la Société préhistorique française (1970). Curiosamente, foi um texto pouco citado pelas academias, desconhecido em Coimbra e pouco referido em Lisboa.

Nele se escrevia literalmente, no Resumo, todo um programa:

Les auteurs font un tour d'horizon des problèmes du Néolithique ancien au Portugal. Ils présentent d'abord une série de documents inédits ou peu connus, appartenant au Néolithique cardial dont la répartition en Lusitanie présente un caractère maritime et s'étend sur l'Atlantique depuis la Pointe de Sagres jusqu'à hauteur du Cabo Mondego. Le matériel céramique de la grotte Furninha à Péniche est ensuite considéré comme un ensemble type de la culture des grottes postcardiale, horizon dont la longévité au Portugal ne semble pas faire de doute. Sont ensuite brièvement examinés les problèmes posés par les stations néolithiques du Nord du pays, à chronologie peu claire, ainsi que les recoupements entre les dernières peuplades à céramiques

imprimées et les premiers groupes mégalithiques «occidentaux».

Uma sólida informação bibliográfica apoiava este texto, um verdadeiro marco, balanço de um conhecimento disperso e pouco aproveitado, agora posto junto e abrindo caminho para futuras reflexões. E nele se exprime uma das três preocupações de sempre de Jean Guilaine:

quais as ligações de sequência, se é que existiram, entre estas sociedades camponesas e os construtores de megálitos que lhes sucedem, talvez um dos pontos em que menos se avançou em Portugal, apesar da abundância e diversidade dos «nossos» monumentos megalíticos. As outras duas preocupações atravessaram toda a sua vida: o Campaniforme e a posição crono-cultural das cerâmicas decoradas com *cardium*.

Em 1976, com uma cópia do artigo no bolso, visitei Toulouse, falei com Jean Guilaine pela primeira vez ao vivo, nas instalações da *Rue du Taur*. Procurava uma orientação para doutoramento que, em Portugal, então não existia.

E avançou um projecto de cooperação: a 6 de Dezembro de 1978, foi aprovado o *Projet de convention entre le Centre d'Anthropologie des Sociétés rurales de l'École des Hautes études en Sciences Sociales et le Centre d'Histoire*, assinado por Jean Guilaine, por Joaquim Barradas de Carvalho, então Director do Centro de História, e por mim (*CLIO* 1: 190).

Nessa altura, Jean Guilaine fez uma memorável conferência no Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras de Lisboa sobre a neolitização do Mediterrâneo...

Em 1980, Jean Guilaine e Françoise Treinen-Claustre visitam o Cerro do Castelo de Santa Justa, em escavação. Avança-se para o estudo do Neolítico antigo, com os materiais do nível 2 do Abrigo 1 das Bocas de Rio Maior e a escavação da Anta dos Penedos de S. Miguel, no Crato.

Em Dezembro de 1982, de novo nas instalações da *Rue du Taur*, tem lugar a entrevista Jean Guilaine responde a Victor Gonçalves. Fotografada por Françoise Treinen-Claustre (in *CLIO/ARQUEOLOGIA* 1, 1983-84: 156-166).

A 7 de Janeiro de 1989, Jean Guilaine participa como arguente nas minhas provas de doutoramento, doutoramento que aceitara dirigir, arrancando Jean Guilaine ao severo Professor Jorge Borges de Macedo o mais rasgado elogio, pessoal e científico, que lhe ouvi fazer a alguém tão longe do seu campo.

Quando avançamos no tempo de vida que temos, o que dissemos fazer, e mesmo o que efectivamente fizemos, não chega.

Os colaboradores e amigos têm importância por resultarem de escolhas deliberadas ou da construção aleatória de percursos que foram convergentes ou tangenciais. Jean Guilaine fundou em 1978, com Daniel Fabre, o *Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales de l'EHESS et du CNRS*, reunindo arqueólogos e antropólogos e polarizando, até 2005, investigadores de diversas filiações. Entre eles e outros, referem-se Jean Vaquer, Jean Zammit, David Geddes, Michel Barbaza, Françoise Treinen-Claustre, Claire Manen, com os quais trabalhou no terreno e assinou obras chave.

Jean Guilaine publicou livros que, sendo diferentes uns dos outros, nos mostram os seus itinerários e as opções que subjazem a uma escolha de monumentos e sítios. Ao longo da sua vida, alguns de esses livros são marcos que definem a sua própria origem, as posições éticas e as escolhas de Henri Berr, Lucien Febvre e Fernand Braudel, o primeiro pelo seu amor às sínteses, o segundo pelo brilho da escrita e clareza de pensamento, o terceiro pela sua paixão pelo Mediterrâneo. As sínteses multiplicaram-se ao longo dos anos: a excelente participação na monumental série *Préhistoire de France* é um ponto alto.

De Chipre a Portugal, mas também nas terras do seu Languedoc, e em toda a Europa, o caminho de Jean Guilaine é um exemplo de coerência e é um percurso irrepreensível, como diria Homero.

Escreveu textos monográficos, de referência, sozinho ou em colaboração, editou uma colecção notável, a *Collection des Hespérides*, nas Éditions Errance, em que colaborou assiduamente. Escreveu um romance inesperado, *Pourquoi j'ai construit une maison carrée* e outros, surpreendentes. Elaborou textos curtos de síntese, retomando o Campaniforme e a Neolitização. O seu livro *Pour une Archéologie agraire* inclui textos excelentes que representam uma alternativa europeia à arqueologia agrária de Higgs e Jarman.

Em 2010, publica a história da sua infância, *Un désir d'histoire*, um texto intimista que ajuda a compreender como tudo começou.

A propósito do seu trabalho no Collège de France, não hesita em escrever : «...je tente de faire revivre ces cultures pré-classiques, ces fondements du monde moderne. Je deviens a mon tour un passeur de mémoire, soucieux de faire pleinement partager

au public ce désir d'histoire de mon enfance.».

A 26 de Março de 2007, no Collège de France, a sua lição intitulava-se significativamente *Les racines de la Méditerranée et de l'Europe*. E, quase no seu fim, uma passagem fundamental:

«On le voit, le Néolithique, puis l'Âge du bronze, nourrissent une histoire dont les fondements n'auront de cesse de resurgir périodiquement, en des sortes de permanences braudéliennes. Il est certain que nous ne pouvons plus aborder l'histoire de l'Europe, à compter du Néolithique, comme une juxtaposition de cultures peu imbriquées, mais travailler à deux niveaux au moins: l'échelle régionale productrice de spécificités, de différences, d'autochotonismes, et une perspective en macro-analyse, décryptant interactions, dénominateurs comuns, parallélismes dans l'organisation sociale».

Concluindo estas referências soltas à bibliografia de Jean Guilaine, nela gostaria de registar uma característica fundamental, que a atravessa, desde os Pirenéus até Chipre, e não só. O seu fascínio pela novidade, e correspondente reatualização do seu pensamento, alterando, sem qualquer hesitação, convicções anteriores, o que é próprio dos grandes arqueólogos e cientistas, de Émile Cartailhac a Gordon Childe e André Leroi-Gourhan.

Impressiona também a coerência com que seguiu o seu próprio caminho, imperturbável ao fútil e ao modernismo de ocasião, como no caso da violência na Pré-História, objecto do excelente livro que assinou com Jean Zammit, *Le sentier de la Guerre*.

A Universidade de Lisboa, e a Faculdade de Letras em particular, saúdam-no e propõem a sua distinção máxima, por ela nunca antes atribuída a um arqueólogo especialista nas antigas sociedades camponesas.

Poderia terminar esta intervenção dizendo simplesmente *Merci, mon ami*. Mas, de acordo com o protocolo, finalizo com a fórmula prevista pela etiqueta:

Peço que seja concedido o Título de Doutor «Honoris Causa» pela Universidade de Lisboa a Jean Guilaine, como reconhecimento do mérito e culto de valores fundamentais da História, da Arqueologia e da Universidade.

Textos citados ou referidos ou de leitura indispensável:

- GONÇALVES, V. S. - SOUSA, A. C. (2018) – *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6º milénio e a seguir)*. Lisboa (Monografia dedicada a Jean Guilaine pelos seus autores). Lisboa: UNIARQ/WAPS. 280 p.
- GUILAINE, J. (1967) – *La civilization du vase Campaniforme dans les Pyrénées françaises*. Carcassonne: Gabelle. 240 p.
- GUILAINE, J. (1976) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: La Haye. 286 p.
- GUILAINE, J. (1976) – *La Préhistoire Française 2*. Paris: CNRS. 2 vol.
- GUILAINE, J. (1991) – *Pour une archéologie agraire*. Paris: Armand Colin. 576 p.
- GUILAINE, J. (1998) – *Au temps des dolmens*. Toulouse: Éditions Privat. 167 p.
- GUILAINE, J. (2003) – *De la vague à la Tombe*. Paris: Seuil. 379 p.
- GUILAINE, J. (2006) – *Pourquoi j'ai construit une maison carrée*. Paris: Actes Sud. 336 p.
- GUILAINE, J. (2007) – *Les racines de la Méditerranée et de l'Europe*. Paris: Collège de France. 93 p.
- GUILAINE, J. (2010) – *Cain, Abel, Ötzi. L'héritage néolithique*. Paris: Gallimard. 284 p.
- GUILAINE, J. (2009) – *La Sicile et l'Europe campaniforme*. Toulouse: Archives d'Écologie Préhistorique. 215 p.
- GUILAINE, J. (2010) – *Un désir d'Histoire. L'enfance d'un archéologue*. Carcassonne: Garae Hésiode. 272 p.
- GUILAINE, J. (2015) – *Grottes sépulcrales préhistoriques des Hautes Corbières*. Toulouse: Archives d'Écologie Préhistorique. 364 p.
- GUILAINE, J. (2015) – *Les hypogées protohistoriques de la Méditerranée*. Arles et Fontvieille. Arles: Éditions Errance. 335 p.
- GUILAINE, J. (2016) – *L'Ermite du Paradis*. Totem. 320 pp.
- GUILAINE, J. - BRIOIS, F. - VIGNE, J.-D. (2011) – *Shillourokambos, un établissement néolithique pré-céramique à Chypre*. Paris: Éditions Errance – École Française d'Athènes. 1248 p.
- GUILAINE, J. - CREMONESI, G. (2003) – *Torre Sabea*. Roma: École Française de Rome. 396 p.
- GUILAINE, J. - ESCALLON, G. (2003) – *Les Vautes (Saint-Gély du Fesc, Hérault) et la fin du Néolithique en Languedoc oriental*. Toulouse: Archives d'Écologie Préhistorique. 346 p.
- GUILAINE J. - FERREIRA O. V. (1970) – *Le Néolithique ancien au Portugal*. *Bulletin de la Société préhistorique française. Études et travaux* 67-1: 304-322. doi : <https://>

doi.org/10.3406/bspf.1970.4199

GUILAINE, J. - GARCIA, D. (dir.) (2018) – *La protohistoire de la France*. Paris: Hermann. 538 p.

GUILAINE, J. - MANEN, C. - VIGNE, J. D. (2007) – *Pont de Roque-Haute. Nouveaux regards sur la néolithisation de la France méditerranéenne*. Toulouse: Centre de recherche sur la Préhistoire et la protohistoire de la Méditerranée. 332 p.

GUILAINE, J. - ZAMMIT, J. (2001) – *Le sentier de la Guerre : Visages de la violence préhistorique*. Paris: Seuil. 379 p. https://www.persee.fr/doc/bspf_0249-7638_1970_hos_67_1_4199

MANEN, C. - PERRIN, T. - GUILAINE, J. (2014) – *La transition néolithique en Méditerranée*. Paris: Éditions Errance. 464 p.

MONTESQUIEU, C.-L. (1721) [1948] – *Lettres persannes*. Paris, 2 vols.

VVAA (2013) – *Une Épée de bronze pour Jean Guilaïne*. Arles. 79 p.

E ainda os numerosos volumes da *Collection des Hespérides*, das *Éditions Errance*, Paris, coordenada por Jean Guilaïne e as dezenas de artigos de síntese dispersos pelas mais prestigiadas Revistas científicas..

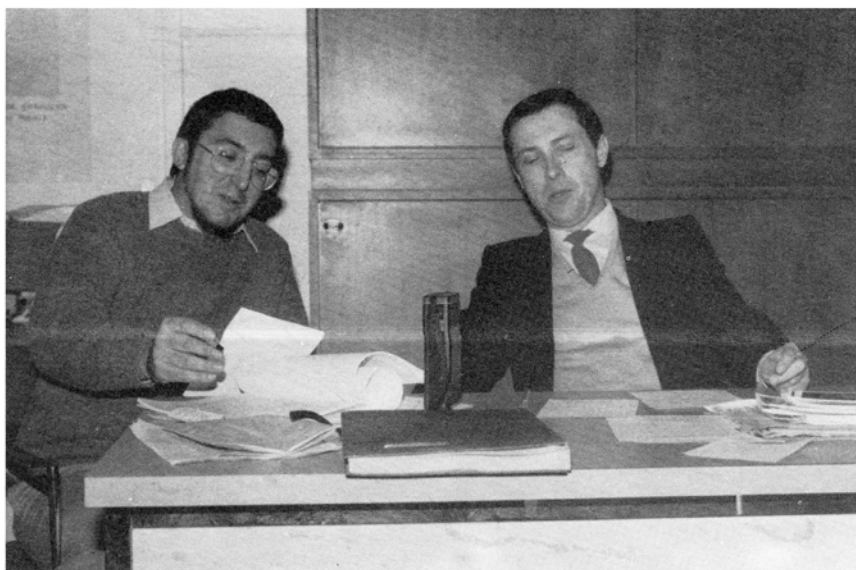
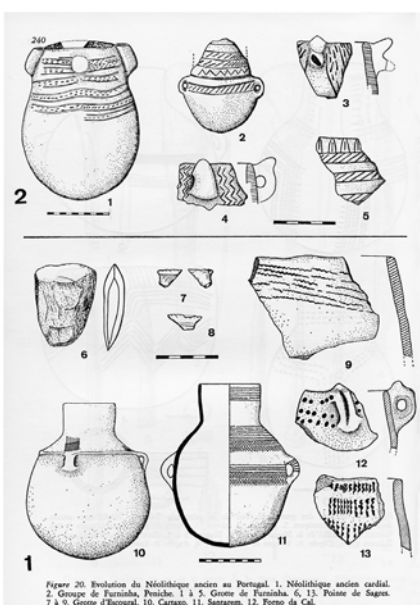


Fig. 1 - (em cima) Jean Guilaïne em Toulouse, 1982. Foto Victor S. Gonçalves. (ao lado) materiais do Neolítico antigo em Portugal publicados por Jean Guilaïne 1976. Em baixo, 1982, Toulouse. Entrevista por VSG a Jean Guilaïne, publicada em *Clio/ Arqueologia* (1982-1983: 185-166). Foto Françoise Treinen-Claustre (1937-2006).

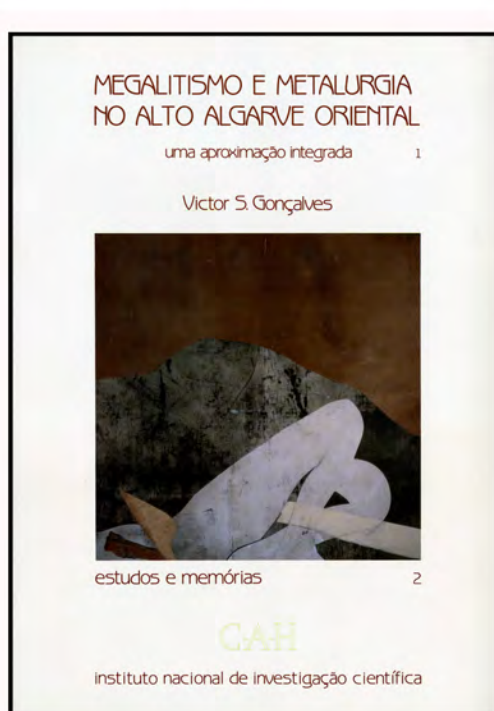


Fig. 2 - (em cima) Lisboa, Faculdade de Letras, Anfiteatro 2, 6 de Dezembro de 1978. Jean Guilaïne faz uma conferência sobre o Neolítico antigo no Mediterrâneo e é aprovado o projecto de acordo entre o Centro de História e o Centro de Antropologia das Sociedades Rurais. Na mesa, Joaquim Barradas de Carvalho, então Secretário do Centro de História. (em baixo) A 7 de Janeiro de 1989, um Sábado... Jean Guilaïne é um dos arguentes das provas de doutoramento de Victor S. Gonçalves.



Fig. 3 - (em cima) Átrio da Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. Foto FLUL-DRE, Luísa Santos. (em baixo) Antes do Acto Solene, Jean Guilaine com Victor S. Gonçalves. Fotos Daniel van Calker.



Fig. 4 - (em cima) Boas-vindas do Magnífico Reitor Professor Doutor António Cruz Serra. (em baixo), alocução do «Padrinho» do agraciado, Professor Doutor Victor S. Gonçalves. Fotos Daniel van Calker.



Fig. 5 - (em cima). Jean Guilaïne assina o livro de actas, tendo à sua esquerda o Director da Faculdade de Letras de Lisboa, Professor Miguel Tamen. (em baixo), o Magnífico Reitor e Jean Guilaïne. Fotos Daniel van Calker.



Fig. 6 - (em cima) Mesa de honra durante a breve conferência proferida por Jean Guilaine. (em baixo) aspecto dos cadeirões do Salão Nobre. Fotos FLUL-DRE, Luísa Santos.



Fig. 7 - Em cima, Jean Guilaine e Mariana Diniz. Foto Ana Catarina Sousa. Em baixo, os professores Vítor S. Gonçalves, Carlos Fabião e Miguel Tamen. Foto FLUL-DRE, Luísa Santos.



Fig. 8 - Em cima, e da esquerda para a direita, os Professores Pablo Arias Cabal, Mariana Diniz, Jean Guilaine e Victor S. Gonçalves. Foto Ana Catarina Sousa. Em baixo, a Professora Ana Catarina Sousa e Jean Guilaine no Museu Nacional de Arqueologia. Foto Andrea Martins.



Fig. 9 - Diferentes olhares sobre o Neolítico em Portugal reunidos. Em cima, Joaquina Soares, Jean Guilaïne, João Zilhão e João Luís Cardoso. Em baixo, Jean Guilaïne com Carlos Tavares da Silva. Fotos Ana Catarina Sousa.

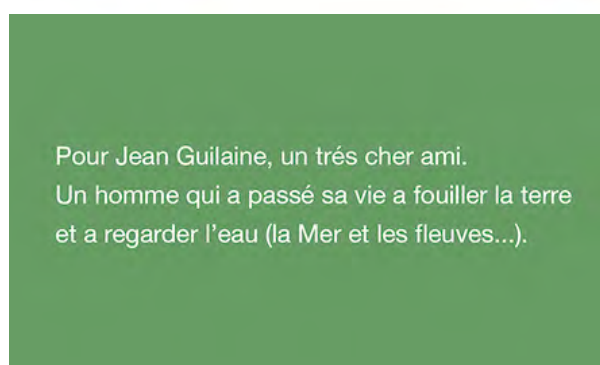
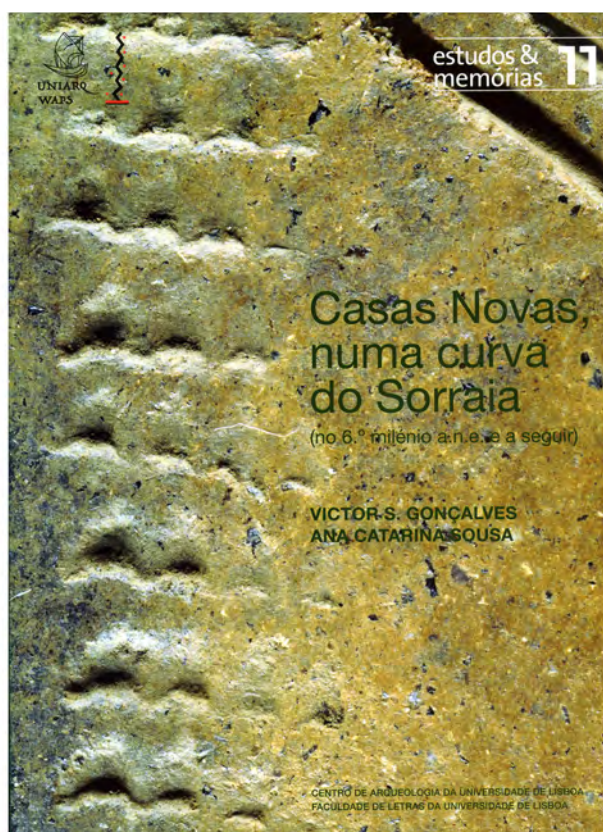


Fig. 10- Monografia de *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a.n.e. e a seguir)* de Victor S. Gonçalves e Ana Catarina Sousa, 2018. Capa, contracapa e dedicatória pelos autores a Jean Guilaïne.

DISCOURS PRONONCÉ LORS DE LA REMISE DU DOCTORAT HONORIS CAUSA PRÈS L'UNIVERSITÉ DE LISBONNE

JEAN GUILAINE

Magnifique Recteur,

Monsieur le Doyen de la Faculté des Lettres,

Madame la Présidente du Conseil Général de
l'Université de Lisbonne,

Monsieur le Professeur Victor Gonçalves,

Monsieur le Représentant de l'Ambassade de
France,

Monsieur le représentant de la Municipalité
d'Oeiras,

Monsieur le Directeur du Musée
archéologique National, représentant la Direction
Générale du Patrimoine Culturel,

Monsieur le Président de l'Association des
Archéologues Portugais,

Monsieur le Directeur du Musée des Services
Géologiques,

Monsieur le Représentant de l'Union
Internationale des Sciences Préhistoriques et
Protohistoriques,

Messieurs les Professeurs de l'Université
de Lisbonne et d'autres universités ibériques ou
étrangères,

Mesdames et Messieurs les Fonctionnaires de
l'Université de Lisbonne,

Chers Etudiant(e)s,

Mesdames, Messieurs,

Je voudrais tout d'abord exprimer ma reconnaissance aux instances de l'Université de Lisbonne pour l'honneur qui m'échoit. Ma gratitude va, plus particulièrement, à tous ceux qui ont été les chevilles ouvrières de cette initiative qui me vaut, aujourd'hui d'être reconnu comme l'un des

pairs de cette noble institution. Je suis d'autant plus sensible à cet hommage que cette université est emblématique d'une ville - et, au-delà, d'une nation – qui fut pionnière en matière d'archéologie pré et protohistorique, la discipline à laquelle, j'ai voué, aussi bien que j'ai pu, ma vie professionnelle.

En cette seconde moitié du XIX^e siècle au cours de laquelle la Préhistoire se construisait et avait entrepris de s'institutionnaliser, dix métropoles européennes ont répondu positivement pour forcer le destin, pour imposer, et parfois difficilement en raisons des résistances idéologiques de tous ordres, une histoire de nos origines en rupture avec les visions traditionnelles que les découvertes, toujours plus nombreuses, rendaient obsolètes. Lisbonne était du nombre puisqu'en 1880 elle accueillit le Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique, se rangeant ainsi aux côtés de Neuchâtel, Paris, Londres, Copenhague, Bruxelles, Stockholm, Budapest et Moscou dans un internationalisme militant en faveur d'une discipline porteuse d'un nouveau message intellectuel. Et c'est encore Lisbonne qui, 126 ans après ces années pionnières, accueillit à nouveau le XVe Congrès de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques: c'était en 2006 et ce que la planète archéologique compte de meilleur s'est retrouvé dans ces murs en un forum admirablement organisé par la communauté portugaise des préhistoriens.

1880-2006: le temps qu'il a fallu pour, progressivement et selon le rythme propre à chaque nation, prendre conscience de l'importance et de la préservation d'un très ancien patrimoine, mettre en place des structures scientifiques assurant le nécessaire et permanent dépassement de la documentation, favoriser la remise en question des connaissances et des concepts, assurer le renouvellement d'un enseignement universitaire destiné à transmettre un savoir en perpétuel devenir.

L'ambition d'une discipline qui envisage d'explorer l'histoire de l'homme depuis ses plus lointaines origines, considérées comme africaines, jusqu'au moment où nos semblables se dotèrent d'un moyen de communication alors révolutionnaire - l'écriture -, cette ambition est gigantesque puisqu'elle couvre environ 98% de la très longue existence de notre espèce. Très vite, et fort heureusement, des spécialités sont apparues en son sein. Comme vous l'avez signalé, Professeur Gonçalves, j'ai fait du Néolithique et de ce que l'on nomme d'une façon très (trop) traditionnelle les «Âges de Métaux» le cœur de

mes recherches. N' imaginez pas que tout a été simple car dans un pays qui se flatte d'avoir été l'un des berceaux de la Préhistoire, la France, la discipline a très tôt favorisé la question des origines de l'homme et de ses industries, puis avec la découverte de l'art quaternaire, l'étude du Paléolithique Supérieur. Le Néolithique a trop longtemps été minoré. Annexé à la préhistoire et conçu, avec l'Âge du Bronze, comme son étape ultime, il a, dans l'échelle des valeurs, fait longtemps figure d'épiphénomène, de période de moindre intérêt en raison de l'introduction du facteur humain dans une évolution qui, jusque-là, n'obéissait qu'aux seules lois naturelles. La persistance au Néolithique d'objets de pierre, pré-carré des lithiciens, semblait l'inscrire dans le droit fil des cultures de chasseurs alors que ces instruments, dans la sphère des premiers paysans, n'ont désormais plus d'identiques objectifs.

Or, c'était là une erreur conceptuelle. Le Néolithique n'est pas une fin, la fin de la Préhistoire mais un commencement, l'aurore d'un monde nouveau, le socle des civilisations historiques à venir. La relation à l'environnement n'est désormais plus la même. Avec les mutations que l'homme est désormais à même de lui faire subir, de l'artificialiser, le paysage devient une construction sociale. Les perspectives économiques, les organisations en communautés, les systèmes de valeurs sont désormais élaborés sur des bases entièrement différentes. Le Néolithique c'est déjà les débuts de l'Histoire, en tout cas de ce que les historiens nomment l'Histoire rurale. Et c'est pourquoi, lorsque j'examine avec quelque recul la trajectoire de l'humanité, j'ai tendance à percevoir un découpage qui a peu à voir avec les classifications habituelles. Pour moi la seule vraie Préhistoire est celle des chasseurs-cueilleurs des temps paléolithiques et mésolithiques. A partir du moment où surviennent l'agriculture, les villages, la métallurgie du cuivre, du bronze et du fer, on est dans une autre étape de l'histoire humaine, forte de quelques millénaires et que l'on peut appeler «Protohistoire». Une troisième étape s'amorce dès lors que se constituent la ville, l'écriture, l'état, les empires. Il existe certes des chevauchements en fonction du temps et des lieux entre ces grands découpages mais ils procèdent, à mon sens, d'une logique globale que les césures institutionnelles ont parfois du mal à intégrer.

Ces considérations globales posées, j'ai tenté d'aborder l'étude de la transition mésolithique/néolithique à l'échelle méditerranéenne et, surtout, en ne me coupant jamais de l'expérience du terrain. Je n'ai pas été un archéologue «hors sol» mais j'ai

voulu, le plus possible, confronter les théories qui couraient dans ma tête aux réalités de la fouille, à ses données, à ses ambiguïtés. On n'oubliera jamais en effet que le site idéal n'existe pas. Nous sommes seulement face à des gisements, très largement perturbés par une taphonomie permanente, et qui ne cessent de nous braver, de nous défier, de nous tendre des guets-apens, d'être des miroirs aux alouettes qui, en nous séduisant pour mieux nous tromper, nous laissent croire qu'ils vont enfin nous remettre les clés d'un problème passionnément débattu. Nous nous laissons d'abord prendre au jeu. Et puis nous découvrons les limites, les imperfections de tel site sur lequel nous avons tant investi en rêve conceptuel et en sueur physique. L'archéologue face à ses gisements est pris au piège de ses propres contradictions. D'un côté, il veut leur faire dire plus qu'ils ne peuvent, il veut les propulser au rang de localités majeures, pourquoi pas éponymes, de sites désormais incontournables dans la solution d'une question donnée. De l'autre, le chantier le ramène à plus de modestie, lui inculque des doutes, lui rappelle qu'il n'est pas aussi satisfaisant qu'il y paraît, bref prend plaisir à le torturer et à lui enlever ses illusions. En un mot, l'archéologue n'est autre qu'un historien sans cesse en butte à la critique de ses propres sources.

Ceci étant et en ayant bien en tête la relativité de la documentation que m'offraient mes investigations, j'ai fait du terrain, beaucoup de terrain et j'y ai trouvé bien des satisfactions tout en gardant sur ces personnelles tentatives l'œil de la suspicion, disons une honnête vigilance.

Evidemment, j'ai entamé mes épreuves dans des contrées qui m'étaient familières ou proches : mon Languedoc natal puis les Pyrénées françaises, l'Andorre et la Catalogne. J'ai voulu ensuite confronter le Cardial ouest-méditerranéen aux cultures italiennes à *ceramica impressa* et pendant une quinzaine d'années, j'ai œuvré sur deux sites d'Italie du Sud-Est, là où les premiers agriculteurs s'implantèrent d'abord dans la longue péninsule. Or ces paléopaysans venaient de l'Est, en franchissant le canal d'Otrante et je me suis donc intégré à un programme de recherche sur le site grec de Sidari, sur l'île de Corfou. Mais, pour être tout à fait logique, il me fallait aller travailler au cœur même des lieux où s'était déroulée ce que l'on nomme depuis Childe, et avant lui, depuis Cartailhac, la «révolution néolithique». C'est donc à Chypre que pendant un quart de siècle, j'ai posé mes valises. Bien m'en a pris car l'île, en prise directe avec le continent peu distant, subit immédiatement toutes les pulsions de la néolithisation en marche et

les reflète instantanément. Mieux, comme elle est, à ces époques, le réceptacle permanent des avancées qui se déroulent sur les terres voisines et qu'elle-même n'a ni céréales ni animaux à domestiquer, elle est un fabuleux miroir de la graduelle évolution qui, partant des ultimes temps épipaléolithiques conduit insensiblement aux communautés pleinement agricoles, le tout entre le Xe et le VIII^e millénaire avant notre ère. Et c'est ainsi qu'avec mon équipe, j'ai pu non seulement vieillir de 2000 ans la néolithisation de l'île mais aussi, grâce à la fouille des localités de Klimonas et de Shillourokambos, décortiquer les étapes de la mise en place du Néolithique précéramique proche-oriental, entre -9000 et -7000 c'est-à-dire tout au long de ce Kathleen Kenyon avait, à Jéricho, défini comme les PPNA et PPNB. J'ai donc, au fil de ma carrière, fait le chemin inverse des colons néolithiques qui allaient à la conquête de l'Ouest: parti du grand arc méditerranéen occidental, j'ai gagné l'Orient chypriote par des étapes italienne et grecque.

A chaque fois, j'ai pris soin de ne pas m'enfermer dans un modèle de site qui eut pu me donner quelque idée trompeuse des réalités écologiques. J'ai œuvré dans des grottes, des abris, des sites «de plein air». J'ai travaillé sur les gisements de bord de mer, des sites collinéens, des auvents de moyenne et haute montagne, tâchant de percer, à travers une telle déclinaison, la façon dont les paléoagriculteurs tiraient parti, avec opportunisme, des biotopes variés qu'ils investissaient depuis les littoraux jusqu'aux terres d'altitude.

Je n'ai pas fait porter mes efforts sur le seul Néolithique ancien. A la suite de travaux dans le Sud de la France, j'ai enrichi la nomenclature en définissant plusieurs groupes culturels: l'Epicardial languedocien, le Jubérien, le Montbolo, le Bizien, le Vérazien qui ont enrichi la problématique du Néolithique sur les deux versants des Pyrénées. J'ignore ce que l'avenir fera de ces termes. Tout au moins auront-ils eu leur part de dynamisme dans le déroulement historiographique de la discipline. Mes centres d'intérêt sur le terrain ont donc concerné à peu près toutes les phases du Néolithique avec les stratigraphies de la grotte Gazel et de l'abri de Font Juvénal, mais aussi les grands monuments mégalithiques de St Eugène, de Pépieux, le plus long dolmen du Sud de la France, et aussi les incontournables hypogées d'Arles dont l'incroyable «Grotte des Fées», cavité artificielle unique par son architecture dans tout l'orbe méditerranéen. D'autres expériences m'ont conduit en Sicile où j'ai pu reprendre la problématique du campaniforme, le rôle de l'île sur cette question ayant été jusque-là sous-

estimé. En Italie du Sud, j'ai pu fouiller à Trasano II un village Laterza de la seconde moitié du III^e millénaire, teinté d'influences Cetina, une culture qui fleurit alors en Adriatique aux frontières du Bronze ancien égéen à l'Est, du monde campaniforme à l'Ouest.

Et mon intérêt s'est porté aussi sur les II^e et I^e millénaires à travers ma thèse sur l'Âge du Bronze mais surtout en publiant, à la tête d'une équipe de spécialistes, les fameux dépôts launaciens, sortes de bric à brac d'objets de bronze enfouis aux 6^{ème} et 7^{ème} siècles avant l'ère entre les Pyrénées et le Rhône: des pièces récupérées à travers toute la Gaule et qui sont mises en terre avant, pour certaines, d'être transférées dans certains sanctuaires hellènes de Sicile ou même de Grèce. Un bel exemple des grands réseaux de circulation qui caractérisaient alors les navigations au sein de la Méditerranée archaïque et des objets qui alimentaient de tels circuits.

Ces divers investissements, qui m'ont fait brasser d'assez larges problématiques étirées depuis le X^e millénaire (le précéramique de Chypre ou l'Azilien de la Balma Margineda en Andorre) jusqu'à la fondation des colonies grecques d'Occident, dont Marseille et Ampurias, ne m'ont pas pour autant détourné de questions plus théoriques. Permettez-moi d'en évoquer quelques-unes.

Et d'abord les rythmes de la dispersion même des premières communautés paysannes à travers le continent européen. En me basant sur les séquences du radiocarbone et sur les changements culturels qui balisent la progression néolithique, j'ai, à l'inverse du modèle de propagation régulière avancé par Luca Cavalli Sforza et Albert Ammerman, proposé un système de diffusion «arythmique» avec, successivement, des phases d'expansion rapide, de pulsion, suivies d'arrêts, de pauses au cours desquelles s'élaborent de nouvelles entités culturelles. On observe ainsi des haltes dans la progression en Anatolie, sur le moyen-Danube, à l'orée de la grande plaine de Nord du continent, sur l'Adriatique inférieure. Les raisons de ces pauses ont pu être diverses: environnementales, climatiques, sociales, idéologiques ou autres. Le grignotage de l'espace par les producteurs a dû répondre à des mécanismes complexes et non à des expansions «huilées» par le jeu équilibré et combiné des facteurs à l'œuvre. De multiples causes ont pu gripper la diffusion et la contraindre périodiquement à se reformuler. L'un des épiphénomènes de cette recherche a été la relégation du Néolithique cardial ouest-méditerranéen, longtemps considéré comme le vecteur de la néolithisation occidentale, au rang

de manifestation secondaire, les vrais pionniers étant des migrants a *ceramica impressa* de souche italique qui l'auraient précédé de trois à quatre siècles.

La guerre a été un autre de mes centres d'intérêt. Non par goût des confrontations mais dans le souci de ne plus idéaliser, mythifier les sociétés anciennes trop perçues dans une perspective rousseauiste. Et d'abord déconstruire l'Âge d'Or des temps immémoriaux et l'idée que les conflits n'auraient vu le jour qu'à compter du Néolithique, créateur de richesses et de surplus. Divers exemples au Soudan, au Kenya ou dans le Mésolithique européen, ont montré que les chasseurs se battaient et que des objectifs matériels n'étaient pas systématiquement des causes d'affrontement: des contraintes environnementales, démographiques, sociales, psychologiques y sont aussi à l'œuvre. Certes le Néolithique n'a pas arrangé les choses et les divers massacres reconnus dans le Néolithique à céramique rubanée ont montré que des confrontations pouvaient survenir au sein d'une même culture archéologique, entité conceptuelle recouvrant en fait des populations d'origines diverses et potentiellement concurrentes.

Ceci m'a tout naturellement amené à me pencher sur les origines du guerrier et plus particulièrement sont ce que j'ai appelé le «proto-guerrier d'Occident» tel que nous le campent les statues-menhirs masculines avec leurs armes (arc, flèche, hache, poignard) et dont on peut identifier plusieurs écoles de la Crimée jusqu'à la péninsule Ibérique. Or si, à ces époques des IV^e et III^e millénaires, les premières armées sont à l'œuvre sur les champs de bataille mésopotamiens, il n'existe pas en Occident de guerriers à plein temps: celui-ci n'apparaîtra en Europe de l'Ouest que vers la fin de l'Âge du Bronze ou lors du Premier Âge du Fer: on en débat. Pour autant les statues-menhirs mais aussi les tombes masculines des cultures chalcolithiques européennes nous montrent que l'idéologie du guerrier est déjà bien présente et émerge quelque deux millénaires avant l'apparition du professionnel de la guerre. L'idée a donc largement précédé le statut et l'arme a très tôt connoté le mâle, l'élite, le combattant potentiel même si celui-ci n'est longtemps qu'un belligérant occasionnel.

Ceci introduit au thème de la domination. Et celui-ci est d'autant plus excitant pour l'archéologue qu'à compter des IV^e et III^e millénaires, la pratique à peu près générale en Méditerranée de l'Ouest de la tombe collective (hypogées, mégalithes, cavernes naturelles) rend particulièrement délicate la lecture de la différence sociale. Si la hiérarchie s'affiche

clairement dans la mort lorsque les communautés édifient des tombeaux d'envergure, à forte mobilisation d'individus pour les bâtir et destinés à un ou quelques sujets - ainsi au V^e millénaire les grands tumulus néolithiques de la région de Carnac ou les tumuli des «princes» du Bronze ancien du Wessex, de Saxe ou d'Armorique -, il n'en va pas de même lorsque les sociétés ont recours à des tombes-réceptacles de plus ou moins nombreux destinataires. Comment alors déceler la hiérarchie à partir de cellules mortuaires dans lesquelles s'entremêlent de nombreux squelettes? Et d'abord cette hiérarchie existait-elle, plusieurs auteurs en doutant et considérant par exemple le Chalcolithique comme une phase de tassement «démocratique». Je pense personnellement que les dénivelés sociaux existaient bel et bien et j'ai tenté de déceler, de l'Adriatique au Sud ibérique, quels marqueurs archéologiques pouvaient signer, à l'intérieur de ces caveaux funéraires, les dominants à partir d'objets spécifiques et même si la collectivisation des dépouilles avait réduit ces privilégiés à une forme d'anonymat. En Andalousie, certaines de ces élites furent même les commanditaires d'un trafic d'ivoire asiatique qui prenait naissance à l'extrémité orientale de la Méditerranée pour aboutir à Gibraltar.

Bien évidemment, dans la foulée de ces cultures du Néolithique final, je me suis intéressé à la question du campaniforme. Soudain, vers 2500 avant notre ère, tout change d'échelle, les frontières craquent. L'idéologie individualiste qui encadre la diffusion de ce gobelet au décor si particulier crée une sorte de *Koiné* jusque-là jamais observée à l'échelle du continent. Dans le même temps, cette internationalisation sonne le glas des belles cultures autochtones du Chalcolithique, entraîne leur plus ou moins rapide déconstruction en remettant en cause leur système de valeurs.

Plus largement, ce sont précisément, à l'échelle de la Méditerranée entière, ces phénomènes d'ascension et de déprise, ces montées en puissance et ces creux de vague qui peuvent être lus en macro-analyse, qui autorisent à esquisser les grandes lignes d'une géo-histoire envisagée sur quelques millénaires. Ces lames de fond, ces larges flexures braudéliennes m'ont toujours fasciné et c'est à l'échelle de la Méditerranée protohistorique qu'on peut tenter de les saisir dans le temps long, comme s'il existait une sorte de destin global de la Mer intérieure. Tâchons d'observer de plus près ces grands mouvements pendulaires.

Entre 3000 et 2500 avant l'ère, nous sommes

dans un moment d'apogée, de haute conjoncture autour de sites emblématiques: Egypte des premières dynasties et de l'Ancien Europe, cités palestiniennes, royaume d'Ebla, deuxième ville de Troie, réseaux maritimes cycladiques, temples de Malte, cultures chalcolithiques de la Sicile à Valencia, sites andalous surdimensionnés, rayonnement de l'Age du Cuivre portugais.

Lors du demi-millénaire suivant (2500-2000 BC), les choses se gâtent: déstructurations, tensions, repliements; décomposition du pouvoir central en Egypte, disparition d'Ebla, destruction des cités anatoliennes et levantines, fin de «l'esprit international» en Egée, abandon des temples de Malte, déclin des cultures chalcolithiques d'Occident face à la montée des individualismes qu'incarne l'idéologie campaniforme.

Une phase d'ascension marquera la période 2000-1500 BC: reprise du développement urbain en Syrie-Palestine, montée en puissance de l'Empire hittite, floraisons crétoises, émergence d'une aristocratie locale en Péloponnèse avec les richesses des tombes cercles A et B de Mycènes, nouveaux épanouissement occidentaux parmi lesquels Castelluccio, Polada, El Argar.

C'est entre 1500 et 1200 BC que la Méditerranée atteint un acmé. A l'Est, dans un contexte désormais urbanisé, un commerce (qui n'empêche pas quelques frictions) unit certains pôles majeurs: Nouvel Empire égyptien, Empire hittite, royaumes mycéniens. A l'Ouest où on ne connaît encore ni l'écriture, ni ville, ni Etat, un monde de villages secrète des cultures originales: Nouraghes de Sardaigne, Terramares de la plaine du Pô, Motillas et zénith argarique de l'Espagne sud-orientale. Cette période de trois siècles ressemble déjà beaucoup à ce que Braudel appelait une «économie-monde» avec un centre moteur, l'Orient des Palais, et des périphéries qui, tout en conservant leur spécificité, s'intégraient à des degrés divers dans la mouvance de ce dynamisme est-méditerranéen.

Nouvelle crise vers -1200 et qui va affecter l'ensemble de la Méditerranée: déclin égyptien, chute de l'Empire hittite, disparition des royaumes mycéniens et, en Occident, des cultures du Bronze moyen-récent.

Lors des siècles obscurs qui suivront, chypriotes et levantins vont s'affirmer comme les agents du commerce méditerranéen, tandis que les cultures centro-européennes qui pratiquent l'incinération ne cesseront de s'étendre vers le Sud, jusqu'aux portes de la Méditerranée.

Ces quelques exemples, trop rapides, montrent comment la mer, dans son ensemble, se prête, à des visions globales qui transcendent les particularismes pourtant bien réels. Sans le secours des textes, l'archéologie peut dès lors esquisser une véritable géo-histoire.

Alors, me direz-vous, et le Portugal dans tout ça? Qu'a-t-il apporté à ma réflexion? Tout a commencé en fait lorsque, dans les années cinquante du siècle passé, j'étais un modeste étudiant de Toulouse, la patrie d'Emile Cartailhac. Alors, bien entendu, j'avais parcouru son ouvrage «Les âges préhistoriques de l'Espagne au Portugal» de même que le livre de Nils Aberg «La civilisation énéolithique dans la péninsule Ibérique» publié en 1921 à Uppsala. Et puis, chez un bouquiniste, j'avais acquis l'ouvrage de Vergilio Correia «El Neolitico de Pavia», publié, cette même année 1921 à Madrid et qui me donna une première idée de la richesse mégalithique de l'Alentejo. Quelques années après, jeune chercheur au CNRS, je décidais d'établir des relations avec le Colonel Afonso do Paço qui fouillait le site éponyme de Vila Nova de Sao Pedro. Il m'adressait régulièrement ses publications et notamment sa monographie des grottes d'Alapraia. Mon premier contact avec cette terre eut lieu à l'automne 1969 et j'ai gardé de cette visite un souvenir enthousiaste. A Porto, j'ai travaillé au Musée ethnographique et à l'Institut Mendes-Correa de la Faculté des Sciences. J'ai pu y voir les séries anthropologiques des concheiros de Muge dont l'abbé Jean Roche avait repris l'étude mais aussi les mobiliers des dolmens de Crato. A Guimaraes, j'ai dessiné tant et plus au Musée et à l'Institut Martins-Sarmiento des céramiques, à la position chronologique alors incertaine, du site de Penha. Je ne négligeai ensuite aucun musée: Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça, Santarém. C'est évidemment à Lisbonne que m'attendaient les matériaux les plus abondants: aux Services Géologiques, à la Société des Archéologues Portugais et évidemment à Belem. Mais ce sont les rencontres humaines qui furent les plus exaltantes. Le Professeur Fernando de Almeida, alors Directeur du Musée Archéologique National et Président de la Société des Archéologues Portugais, m'accueillit avec bienveillance, me fit membre correspondant de cette compagnie et m'invita même à publier dans la revue «Arqueologia e Historia». Je rencontrai aussi Georges Zbyszewski, qui était un peu le correspondant portugais de l'abbé Breuil, Leonel Ribeiro, Manuel Farinha dos Santos mais surtout Octávio da Veiga

Ferreira qui allait devenir mon cicérone. Ensemble nous sommes allés à Vila Nova de Sao Pedro, à Zambujal, à Torres Vedras, à Alapraia. J'ai terminé mon périple par la visite de plusieurs mégalithes de l'Alentejo et notamment l'incontournable Anta Grande do Zambujeiro. Dès mon retour, je rédigeai un article sur le Néolithique ancien au Portugal qui parut l'année suivante, en 1970, dans le Bulletin de la Société Préhistorique Française. J'y déterminai deux phases: l'une, ancienne, caractérisée par la céramique cardiale, l'autre épi-cardiale que je baptisais, faute de mieux, horizon de Furninha, bien que ce site, qui recelait des vestiges de cette époque, ait pu contenir aussi des documents plus récents.

Ce premier contact avec les personnes qui faisaient alors la Préhistoire du Portugal fut, dans les années qui suivirent, complété par d'autres déplacements qui me mirent en contact avec une plus jeune génération de chercheurs: à Porto avec Susana Jorge, qui avait entrepris une thèse sur le Néolithique récent –final, avec Vitor Jorge qui s'était attaché à la typo-chronologie du mégalithisme, à Sétubal avec Joaquina Soares et Carlos Tavares, infatigables fouilleurs et concepteurs du Néo-Chalcolithique, avec Joao Zilhão, intéressé par les rythmes de la Néolithisation. Plus récemment avec João Cardoso, «l'homme de Leceia», rencontré lors du Colloque Riva del Garda, avec Manuel Calado, Mariana Diniz, Ana Catarina Sousa, Maria de Jesus Sanches, Rui Parreira, Rosa Cruz, le regretté Rui Boaventura. Et ces tout derniers jours: Carlos Fabião, Luis Raposo, António Carvalho, António Valera, António-Faustinho Carvalho.

Evidemment, je fais une mention spéciale à Luis Osterbeek qui, pendant plus de dix ans, a été l'actif secrétaire général de l'Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques, mis sur pied le congrès de 2006 à Lisbonne, mené une politique de développement de l'Union qui mérite reconnaissance et dont la dernière grande manifestation fut le récent Congrès de Paris, mis sur pied par François Djindjian, aujourd'hui président de l'UISPP.

Mais, vous vous en doutez, en ces lieux, je vais accorder une mention spéciale à Victor Gonçalves. Il était, au début des années soixante-dix, jeune assistant à la Faculté des Lettres de Lisbonne. J'étais moi-même directeur de recherche au CNRS, professeur à l'EHESS et j'avais fondé à Toulouse le Centre d'Anthropologie des Sociétés Rurales. Victor vint me voir dans mon laboratoire et me demanda si je voulais bien accepter de diriger sa thèse de doctorat sur le mégalithisme

et les débuts de la métallurgie en Haut-Algarve oriental. Le sujet me plut, l'enthousiasme du candidat également: j'acceptai. S'ensuivit une convention de recherche entre le Centre d'Histoire de l'Université de Lisbonne et notre institution toulousaine. Se succédèrent ainsi plusieurs voyages au Portugal au cours desquels je m'informai sur la progression des recherches et visitai des sites en cours d'exploitation: je n'ai pas oublié cette visite à Santa Justa, sorte de ferme fortifiée chalcolithique. J'ai aussi gardé le souvenir de cette soutenance de thèse en 1989 et qui permit à Victor de devenir professeur et d'animer avec le dynamisme et le succès que l'on sait, le Centre d'Archéologie (UNIARQ) qu'il avait créé et dont le rythme des publications témoigne. Depuis des années, je reçois ainsi de superbes et volumineux ouvrages, monographies ou actes de colloques, dont le poids fait ployer les rayons de ma bibliothèque. Merci, cher Victor, pour ce long compagnonnage amical.

La Préhistoire récente du Portugal est un jeu cyclique, rythmique, d'influences tantôt méditerranéennes et tantôt atlantiques. Cette terre se néolithise sous l'effet d'influx orientaux, dont le cycle cardial est la manifestation la plus occidentale. Mais à compter du V^e millénaire, avec l'émergence du dolménisme dont le Portugal est un espace privilégié, la personnalité atlantique s'affirme, le pays étant l'un de ces pôles qui avec la Galice, le Centre-ouest de la France, la Bretagne, le Danemark constituent autant de phares mégalithiques qui éclairent la Préhistoire occidentale. Avec le Néolithique finissant et l'Âge du Cuivre, c'est la sphère méditerranéenne qui semble reprendre en partie le dessus: les tholos qui s'épanouissent d'Almeria à la baie de Lisbonne, les sépultures hypogéiques, les contacts qui apportent l'ivoire d'Afrique et d'Asie, font alors du sud de la Péninsule Ibérique un foyer créateur tout particulier, générateur de sites surdimensionnés, de petites citadelles fortifiées, d'un ensemble culturel qui s'insère dans les grandes cultures chalcolithiques qui s'égrènent en Méditerranée de l'Ouest, de Malte jusqu'aux rivages portugais. L'Âge du Bronze verra un retour en force des influences atlantiques avec l'éclosion d'ateliers métallurgiques de haches à talon ou à douille caractéristiques des rivages océaniques. Importation chypriotes et surtout expansion phénicienne feront à nouveau regarder vers la Méditerranée.

Je dois conclure et prendre pour cela quelque hauteur, m'interroger sur la signification de cette

révolution néolithique à laquelle j'ai consacré ma vie professionnelle. Je l'interprète comme un message: en domestiquant plantes et animaux, les humains se libéraient d'une nature contraignante, s'octroyaient une sécurité alimentaire, se dotaient au fil du temps, de perfectionnements techniques qui les affranchissaient des pesanteurs de l'environnement et de la pénibilité du travail. La porte était désormais ouverte pour nourrir décemment un plus grand nombre de bouches. L'agriculture autorisait des surplus, permettait à certains d'exprimer à plein temps leur compétence artisanale ou intellectuelle hors des travaux des champs. En un mot, un

message d'espoir. Cela ne dura pas car cette notion, impliquant le partage, fut rapidement étouffée par des comportements de domination: inégalités, statuts héréditaires, ascension de privilégiés, appât de profits, stratégies économiques pour vivre aux dépens des plus faibles, asservissement de la nature jusqu'au déraisonnable. Nous payons aujourd'hui le prix de ces dérives. Le message du Néolithique a été dévoyé. Pussions-nous retrouver, à travers plus de mesure et d'altruisme, le chemin de la sagesse, cette qualité par laquelle notre espèce plait à se désigner: Sapiens.

**DISCURSO PROFERIDO POR OCASIÃO DA
CONCESSÃO DO DOUTORAMENTO *HONORIS
CAUSA* PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

JEAN GUILAINE

Magnífico Reitor,

Senhor Director da Faculdade de Letras,

Senhora Presidente do Conselho Geral da
Universidade de Lisboa,

Senhor Professor Victor Gonçalves,

Senhor Representante da Embaixada de
França,

Senhor Representante do Município de Oeiras,

Senhor Director do Museu Nacional de
Arqueologia, em representação da Direcção Geral do
Património Cultural,

Senhor Presidente da Associação dos
Arqueólogos Portugueses,

Senhor Director do Museu dos Serviços
Geológicos,

Senhor Representante da União Internacional
das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas,

Senhores Professores da Universidade
de Lisboa e de outras universidades ibéricas ou
estrangeiras,

Senhoras e Senhores Funcionários da
Universidade de Lisboa,

Caros/Caras Estudantes,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria, antes de mais, de exprimir o meu reconhecimento às autoridades da Universidade de Lisboa pela honra que me concederam. A minha gratidão dirige-se, mais especificamente, a todos os obreiros desta iniciativa que me permitiu ser hoje reconhecido como um dos pares desta nobre instituição. Sinto-me particularmente sensibilizado com esta homenagem, tanto mais que esta

universidade é emblemática de uma cidade – e esta de um país – que foi pioneira na arqueologia pré-histórica e proto-histórica, disciplina à qual dediquei, tão bem quanto pude, a minha vida profissional.

Na segunda metade do século XIX, quando a pré-história se construía e resolveu institucionalizar-se, dez metrópoles europeias responderam positivamente para forçar o destino, para imporem – e por vezes com dificuldade, devido a resistências ideológicas de todo o tipo – uma história sobre as nossas origens, em ruptura com as visões tradicionais tornadas obsoletas pelos achados cada vez mais numerosos. Lisboa foi uma delas: em 1880 acolheu o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, posicionando-se ao lado de Neuchâtel, Paris, Londres, Copenhaga, Bruxelas, Estocolmo, Budapeste e Moscovo, num internacionalismo militante propiciador de uma disciplina que transmitia uma nova mensagem intelectual. E foi também Lisboa que, 126 anos depois destes tempos pioneiros, recebeu de novo o 15º Congresso da União Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas: em 2006, os melhores do mundo arqueológico reuniram-se dentro destas paredes, num fórum admiravelmente organizado pela comunidade portuguesa de pré-historiadores.

1880-2006: eis o tempo que foi necessário para, gradualmente e segundo o ritmo próprio de cada país, tomar consciência da importância de preservar um património deveras antigo, estabelecer estruturas científicas para assegurar a necessária e permanente superação da documentação, favorecer o questionamento de conhecimentos e conceitos e garantir a renovação de um ensino universitário destinado a transmitir um saber em perpétuo devir.

Ambição de uma disciplina que pretende explorar a história do Homem desde as suas origens mais longínquas, entendidas como africanas, até ao instante em que os nossos semelhantes se equiparam com um meio de comunicação à época revolucionário – a escrita –, esta ambição é gigantesca pois abrange cerca de 98% da longuíssima existência da nossa espécie. Pouco depois, e com grande felicidade, surgiram especialidades no seu seio. Como observou o Professor Gonçalves, escolhi o Neolítico – e a época a que chamamos, de maneira (demasiado) tradicional, “Idades dos Metais” – como centro das minhas investigações. Não pensem que tudo foi simples: num país que se orgulha de ter sido um dos berços da Pré-história, a França, a disciplina desde cedo favoreceu a questão das origens do homem e

das suas indústrias e, mais tarde, com a descoberta da arte do quaternário, o estudo do Paleolítico superior. O Neolítico foi menorizado durante muito tempo. Anexado à Pré-história e concebido, juntamente com a Idade do Bronze, como a sua derradeira etapa, foi durante muito tempo um epifenómeno na escala de valores, um período de menor interesse na questão da introdução do factor humano numa evolução que, naquele tempo, obedecia apenas às leis naturais. Embora a persistência no Neolítico dos objectos de pedra, bastião das sociedades líticas, parecesse inscrever-se numa linha de continuidade dos caçadores, a verdade é que estes instrumentos, na esfera das primeiras sociedades camponesas, já não tinham objectivos idênticos.

Tratava-se, portanto, de um erro conceptual. O Neolítico não é um fim, o fim da pré-história, mas um começo, a aurora de um mundo novo, a base das civilizações históricas que se seguiriam. A relação com o ambiente deixou de ser a mesma. Com as mutações que o homem passa então a impor-lhe, artificializando-a, a paisagem torna-se uma construção social. A partir de então, as perspectivas económicas, as organizações em comunidades e os sistemas de valores passam a existir sobre bases inteiramente diferentes. O Neolítico situa-se já no princípio da História, pelo menos daquela a que os historiadores chamam História rural. E é por essa razão que, quando examino com algum distanciamento a trajectória da humanidade, tenho tendência a identificar uma periodização que pouco tem a ver com as classificações habituais. Para mim, a única verdadeira Pré-história é a dos caçadores-recolectores do Paleolítico e Mesolítico. A partir do momento em que surgem a agricultura, as aldeias e a metalurgia do cobre, do bronze e do ferro, estamos noutra etapa da história humana, com a longa duração de alguns milénios, à qual poderemos chamar “Proto-história”. Inicia-se uma terceira etapa a partir do momento em que se constituem a aldeia, a escrita, o estado e os impérios. Existem, é verdade, sobreposições entre estes longos períodos de tempo, em função da época e do lugar, mas essas sobreposições provêm, no meu entender, de uma lógica global que as cesuras institucionais têm por vezes dificuldade em integrar.

Feitas estas considerações globais, tentei abordar o estudo da transição Mesolítico/ Neolítico à escala mediterrânica e, sobretudo, sem nunca me separar do trabalho de campo. Não fui um arqueólogo “distante do terreno”, mas quis, na medida do possível, confrontar as teorias que tinha na minha cabeça com as realidades da escavação, com os seus dados, com

as suas ambiguidades. Nunca podemos esquecer que o sítio ideal não existe. Encontramo-nos apenas perante sítios arqueológicos, fortemente perturbados por uma tafonomia permanente, e que não cessam de nos confrontar, de nos desafiar, de nos armar emboscadas, de criar logros que nos seduzem para melhor nos enganarem, deixando-nos acreditar que vão, finalmente, dar-nos a solução para um problema discutido com paixão. No princípio, deixamo-nos envolver no jogo. Depois, descobrimos os limites, as imperfeições do sítio no qual tanto investimos – em sonhos conceptuais e em suor físico. Face aos seus sítios, o arqueólogo é apanhado na armadilha das suas próprias contradições. Por um lado, ele quer fazê-los falar mais do que podem, quer elevá-los ao estatuto de localidades de grande importância – por que não epónimos? – sítios doravante incontornáveis para responder a determinada questão. Por outro lado, o estaleiro leva-o a ser mais modesto, inculca-lhe dúvidas, lembra-lhe que não é tão satisfatório como antes parecia – em suma, compraz-se em torturá-lo e em roubar-lhe as ilusões. Numa só palavra, o arqueólogo não é senão um historiador em choque constante com a crítica das suas próprias fontes.

Assim sendo, e bem ciente da relatividade da documentação que me ofereciam as minhas investigações, percorri terreno, muito terreno, e nele encontrei grandes satisfações, mantendo sempre sobre estas tentativas pessoais um olhar de suspeição – dito de outra maneira, uma vigilância honesta.

Como é evidente, comecei as minhas experiências em paragens que me eram familiares, ou próximas: o meu Languedoc natal, os Pirinéus franceses, Andorra e a Catalunha. Em seguida, quis confrontar a cultura cardial do mediterrâneo ocidental com as culturas itálicas, a *cerâmica impressa*, e, durante cerca de quinze anos, trabalhei em dois sítios no sudoeste de Itália, onde os primeiros agricultores se implantaram inicialmente na longa península. Ora estes paleo-camponeses vieram do Oriente, atravessando o canal de Otranto, e, por isso, participei num programa de investigação sobre o sítio grego de Sidari, na ilha de Corfu. No entanto, para ser perfeitamente lógico, precisaria de trabalhar mesmo no centro destes sítios, nos quais se havia desenrolado aquilo a que chamamos, desde Childe, e antes dele, desde Cartailhac, a “Evolução do Neolítico”. Foi em Chipre que poisei as malas durante um quarto de século. Ainda bem que o fiz porque a ilha, em contacto directo com o continente pouco distante, acolhia de imediato todas as pulsões da neolitização em curso, reflectindo-as de forma

instantânea. Melhor ainda: uma vez que era, nessas épocas, receptáculo permanente dos avanços que se desenrolavam nas terras vizinhas, e a própria ilha não tinha cereais nem animais para domesticar, ela é um fabuloso espelho da evolução gradual que, partindo dos últimos tempos epipaleolíticos, conduz insensivelmente à comunidade plenamente agrícolas, tudo se passando entre o 10º e o 8º milénio a.C. E foi assim que, com a minha equipa, consegui não só envelhecer em 2000 anos a neolitização da ilha, mas também, graças às buscas nas localidades de Klimonas e Shillourokambos, analisar as etapas de instalação do Neolítico pré-cerâmico do Próximo Oriente, entre -9000 e -7000, ou seja, o período a que Kathleen Kenyon havia atribuído a definição de PPNA e PPNB em Jericó. Ao longo da minha carreira, fiz portanto o percurso inverso dos colonos neolíticos que avançavam rumo à conquista do Ocidente: partindo do grande arco do mediterrâneo ocidental, conquistei o Oriente cipriota através das etapas italiana e grega.

Em cada etapa, tive o cuidado de não me fechar num modelo de sítio que pudesse dar-me qualquer ideia enganadora das realidades ecológicas. Trabalhei em grutas, abrigos, sítios “de ar livre”, sítios próximos do mar, em colinas, em meia-encosta e no topo de montanhas, esforçando-me por perscrutar, por meio de uma tal declinação, a maneira como os paleo-agricultores tiravam partido, de forma oportunista, dos biótopos variados nos quais investiam, do litoral até às grandes altitudes.

Não dediquei os meus esforços apenas ao Neolítico antigo. Após os trabalhos no Sul de França, enriqueci a nomenclatura definindo vários grupos culturais: o epicardial languedocense, o Juberriense, o Montbolo, o Bizience, o Verazience, que enriqueceram a problemática do Neolítico em ambas vertentes dos Pirinéus. Ignoro o que o futuro fará a estes termos. Pelo menos terão emprestado alguma coisa de dinâmico ao desenvolvimento historiográfico da disciplina. Os meus centros de interesse no terreno abrangeram, portanto, praticamente todas as fases do Neolítico com as estratigrafias da gruta Gazel e do abrigo de Font Juvénal, mas também os grandes monumentos megalíticos de Saint Eugène, de Pépieux, o dólmen mais comprido do Sul de França, e também os incontornáveis hipogeus de Arles, com destaque para a incrível “Gruta das Fadas”, uma cavidade artificial única em todo o mundo mediterrânico, devido à sua arquitectura. Outras experiências conduziram-me à Sicília, onde pude retomar a problemática do

campaniforme: até então, o papel desempenhado pela ilha nesta matéria fora subestimado. No sul de Itália, pude investigar Trasano II, uma aldeia Laterza da segunda metade do 3º milénio, matizada de influências da cultura Cetina, então florescente no Adriático – nas fronteiras entre o Bronze antigo do Egeu, a leste, e o mundo campaniforme, a ocidente.

E também me interessei pelo 2º e 1º milénios, ao elaborar a minha tese sobre a Idade do Bronze, mas sobretudo ao publicar, como responsável por uma equipa de especialistas, os famosos depósitos launacienses, uma espécie de amálgama de objectos em bronze enterrados entre os Pirenéus e o Ródano, nos séculos VI e VII a.C.: peças que haviam sido recuperadas por toda a Gália antes de, em alguns casos, serem transferidas para determinados santuários helénicos da Sicília ou mesmo da Grécia. Belo exemplo das vastas redes de circulação que caracterizavam nessa época as navegações no Mediterrâneo arcaico e dos objectos que alimentavam esses circuitos.

Estes diversos investimentos, que me fizeram combinar várias grandes problemáticas datadas do Xº milénio (a pré-cerâmica de Chipre, ou o Aziliense de Balma Margineda, em Andorra) até à fundação das colónias gregas no Ocidente, como Marselha e Ampúrias, não me desviaram ainda assim das questões mais teóricas. Permitam-me evocar algumas.

Para começar, os ritmos da própria dispersão das primeiras comunidades camponesas através do continente europeu. Baseando-me nas sequências do radiocarbono e nas alterações culturais que balizam a progressão do Neolítico, propus, contrariando o modelo de propagação regular avançado por Luca Cavalli Sforza e Albert Ammerman, um sistema de difusão “arrítmico”, com fases sucessivas de expansão rápida, de pulsão, seguidas de paragens, pausas durante as quais se elaboraram novas entidades culturais. Observamos igualmente suspensões desta progressão na Anatólia, no curso médio do Danúbio, no limiar da grande planície setentrional do continente, e no Adriático inferior. As razões explicativas destas pausas poderão ser diversas: ambientais, climáticas, sociais, ideológicas ou outras. A ocupação do espaço pelos produtores respondeu certamente a mecanismos complexos e não a expansões “oleadas” pelo jogo equilibrado e combinado dos factores em marcha. Causas múltiplas poderão ter interrompido a difusão, constringendo-a periodicamente a reformular-se. Um dos epifenómenos desta investigação foi

a rejeição do Neolítico cardial do Mediterrâneo ocidental, há muito considerado como vector da neolitização ocidental, para o plano de manifestação secundária, sendo os verdadeiros pioneiros os migrantes de *cerâmica impressa* de estirpe itálica que teriam precedido em três a quatro séculos esse Neolítico cardial.

A guerra foi outro dos meus centros de interesse. Não por gostar de confrontos, mas pela preocupação de não idealizar, nem mitificar, as sociedades antigas – excessivamente interpretadas à luz das ideias de Rousseau. Em primeiro lugar, tratava-se de desconstruir a Idade de Ouro dos tempos imemoriais e a ideia de que os conflitos só começaram a partir do Neolítico, criador de riquezas e excedentes. Diversos exemplos no Sudão, no Quênia, ou no Mesolítico europeu, mostraram que os caçadores combatiam entre si e que os objectivos materiais não foram as causas sistemáticas dos confrontos: os constrangimentos ambientais, demográficos, sociais e psicológicos também desempenharam o seu papel. É verdade que a situação não melhorou com o Neolítico e que os vários massacres conhecidos na época Neolítica da cerâmica de bandas demonstraram que os confrontos poderiam sobrevir no seio de uma mesma cultura arqueológica, entidade conceptual que, de facto, abrange populações de origens diferentes e potencialmente concorrentes.

Isto fez com que, naturalmente, me debruçasse sobre as origens do guerreiro e, mais particularmente, sobre aquilo a que chamei “proto-guerreiro do Ocidente” – como nos surge apresentado nas estátuas-menires masculinas, com as suas armas (arco, flecha, machado, punhal), nas quais podemos identificar várias escolas desde a Crimeia até à Península Ibérica. Ora se, no período do 4º e do 3º milénio, os primeiros exércitos já se defrontavam nos campos de batalha da Mesopotâmia, não existiam ainda no Ocidente guerreiros a tempo inteiro: eles só apareceriam na Europa Ocidental em finais da Idade do Bronze, ou na Primeira Idade do Ferro. A discussão ainda está em aberto. No entanto, as estátuas-menires, mas também os túmulos masculinos das culturas calcolíticas europeias, mostram-nos que a ideologia guerreira já estava bem presente, emergindo cerca de dois milénios antes do profissional da guerra. A ideia precedeu, portanto, em muito o estatuto, e a arma identificou-se bastante cedo com o indivíduo do sexo masculino, com as elites, com o guerreiro potencial, ainda que durante muito tempo este fosse apenas um beligerante ocasional.

Isto conduz-nos ao tema do domínio. E este constitui motivo de grande entusiasmo para a arqueologia, tanto mais que, a partir do 4º e 3º milénio, a prática mais ou menos generalizada no Mediterrâneo ocidental da tumulação colectiva (hipogeus, megálitos, grutas naturais) torna particularmente delicada a leitura da diferença social. Se a hierarquia fica bem evidenciada na morte quando as comunidades edificam túmulos de grande envergadura, com a mobilização de um elevado número de indivíduos para os construir, sendo eles destinados a um único sujeito (ou poucos sujeitos) – por exemplo, no 4º milénio, os grandes túmulos neolíticos da região de Carnac, ou dos “príncipes” do Bronze antigo no Wessex, na Saxónia ou na Armóica – o mesmo não se pode dizer quando as sociedades recorrem a túmulos-receptáculos para destinatários mais ou menos numerosos. Como podemos então discernir a hierarquia em células mortuárias onde se misturam numerosos esqueletos? E, para começar, muitos autores duvidam mesmo que essa hierarquia existisse, considerando por exemplo o Calcolítico como fase de enfraquecimento “democrático”. Na minha opinião, existiam já fortes desníveis sociais e eu tentei discernir, do Adriático ao sul da Península Ibérica, quais os marcadores arqueológicos que poderiam indicar, no interior destes monumentos funerários, indivíduos de classes dominantes a partir de objectos específicos – e mesmo se a colectivação dos restos mortais teria reduzido esses privilegiados a um certo anonimato. Na Andaluzia, algumas destas elites foram mesmo comanditárias de um comércio de marfim asiático que nasceu na extremidade oriental do Mediterrâneo para chegar até Gibraltar.

Como é evidente, na sequência destas culturas do Neolítico final, interessei-me pela questão do Campaniforme. De súbito, por volta de 2500 a.C., tudo muda de escala e as fronteiras desfazem-se. A ideologia individualista que enquadrou a difusão deste vaso com uma decoração tão particular criou uma espécie de *Koiné* nunca antes observada à escala do continente. Ao mesmo tempo, esta internacionalização veio arruinar as belas culturas autóctones do Calcolítico, desencadeando a sua desconstrução mais ou menos rápida e pondo em causa o seu sistema de valores.

Mais geralmente, à escala de todo o Mediterrâneo, são precisamente estes fenómenos de ascensão e de desaceleração, estas subidas poderosas seguidas destes vazios passíveis de leitura em macro-análise, que permitem esboçar os contornos gerais de uma geo-história interpretada à

escala de alguns milénios. Sempre me senti fascinado por estas correntes de fundo, estas grandes vagas braudelianas e é à escala do Mediterrâneo proto-histórico que podemos tentar captá-las na longa duração, como se existisse uma espécie de destino global do Mar interior. Tentemos observar mais de perto estes grandes movimentos pendulares.

Entre 3000 e 2500 a.C. encontramos-nos numa fase de apogeu, de conjuntura alta em torno de sítios emblemáticos: o Egipto das primeiras dinastias, a Europa Antiga, as cidades palestinianas, o reino de Ebla, a segunda cidade de Tróia, as redes marítimas das Cíclades, os templos de Malta, culturas calcolíticas – desde a Sicília a Valência –, sítios sobredimensionados na Andaluzia e florescimento da Idade do Cobre portuguesa.

Durante o meio milénio seguinte (2500-2000 a.C.), as coisas correm mal: desestruturações, tensões, retracções; decomposição do poder central no Egipto, desaparecimento de Ebla, destruição das cidades anatólicas e levantinas, fim do “espírito internacional” no Egeu, abandono dos templos de Malta, declínio das culturas calcolíticas do Ocidente face ao aumento dos individualismos que encarnam a ideologia campaniforme.

Uma fase de ascensão marcou o período de 2000-1500 a.C.: retoma do desenvolvimento urbano na Síria-Palestina, crescimento do poder do Império Hitita, florescimentos cretenses, surgimento de uma aristocracia local no Peloponeso, com as riquezas dos túmulos circulares A e B de Micenas, e novos florescimentos ocidentais – incluindo Castelluccio, Polada, El Argar.

Entre 1500 e 1200 a.C., o Mediterrâneo atingiu o seu auge. A oriente, num contexto já urbanizado, o comércio (não impeditivo de algumas fricções) unia certos pólos importantes: o Império Novo egípcio, o Império Hitita e os reinos micénicos. A ocidente, onde ainda não se conhecia a escrita, nem as aldeias, nem o Estado, um mundo de cidades segrega culturas originais: Nurágicos, na Sardenha; Terramares da planície do Pó, Motillas e o apogeu de El Argar, no sudeste de Espanha. Este período de três séculos já se parece bastante com aquilo a que Braudel chamou uma “economia mundial”, com um centro motor, o Oriente dos Palácios, e as periferias que, embora conservando a sua especificidade, se integram, em diferentes graus, no movimento deste dinamismo do Mediterrâneo oriental.

Uma nova crise, por volta de 1200 a.C., veio afectar todo o Mediterrâneo: declínio egípcio, queda do império hitita, desaparecimento dos reinos

micénicos e, no Ocidente, das culturas do Bronze médio-recente.

No decurso dos séculos obscuros que se seguiram, cipriotas e levantinos afirmaram-se como agentes do comércio mediterrânico, ao mesmo tempo que as culturas do centro da Europa, praticantes da cremação, se expandiram incessantemente para sul, até às portas do Mediterrâneo.

Estes poucos exemplos, demasiado rápidos, mostram como o mar, no seu conjunto, se presta a visões globais que transcendem os particularismos, ainda que bastante reais. Sem a ajuda de textos, a arqueologia pode, a partir de então, esboçar uma autêntica geo-história.

Então, podem os presentes perguntar-me, qual o papel de Portugal no meio de tudo isto? Qual o seu contributo para a minha reflexão? Tudo começou, de facto, na década de 1950, quando eu era um modesto estudante de Toulouse, a pátria de Emile Cartailhac. Como é evidente, eu lera a sua obra *Les âges préhistoriques de l’Espagne au Portugal*, bem como o livro de Nils Aberg *La civilisation énéolithique dans la péninsule Ibérique*, publicado em 1921 em Uppsala. Depois, num alfarrabista, adquirira a obra de Vergílio Correia *El Neolítico de Pavia*, publicada nesse mesmo ano, 1921, em Madrid, e que me deu uma primeira ideia da riqueza megalítica do Alentejo. Alguns anos mais tarde, enquanto jovem investigador do CNRS, decidi estabelecer relações com o Coronel Afonso do Paço, que então escavava o sítio epónimo de Vila Nova de São Pedro. Ele enviou-me com regularidade as suas publicações e, em particular, a sua monografia sobre as grutas de Alapraia. O meu primeiro contacto com este país teve lugar no Outono de 1969 e guardo recordações entusiásticas desta visita. No Porto, trabalhei no Museu Etnográfico e no Instituto Mendes-Correia da Faculdade de Ciências. Ali pude ver as séries antropológicas dos concheiros de Muge, cujo estudo fora retomado pelo abade Jean Roche, mas também os bens móveis dos dólmenes do Crato. Em Guimarães, pude desenhar muito, tanto no Museu como no Instituto Martins-Sarmiento, as cerâmicas, de cronologia então ainda incerta, do sítio da Penha. Depois disso, não deixei de lado nenhum museu: Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça, Santarém. Em Lisboa, aguardavam-me evidentemente os materiais mais abundantes: nos Serviços Geológicos, na Associação dos Arqueólogos Portugueses e, como é óbvio, em Belém. No entanto, os encontros com pessoas foram os mais exaltantes. O professor Fernando de Almeida, então director

do Museu Nacional de Arqueologia e presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, recebi-me calorosamente, tornou-me sócio-correspondente da Associação e convidou-me a publicar na revista *Arqueologia e História*. Também conheci Georges Zbyszewski (que era, um pouco, o correspondente português do abade Breuil), Leonel Ribeiro, Manuel Farinha dos Santos e, sobretudo, Octávio da Veiga Ferreira, que se tornou meu cicerone. Juntos, visitámos Vila Nova de São Pedro, Zambujal, Torres Vedras e Alapraia. Terminei o périplo visitando vários megálitos do Alentejo, com destaque para a incontornável Anta Grande do Zambujeiro. Após o meu regresso, redigi um artigo sobre o Neolítico antigo em Portugal, publicado no ano seguinte, 1970, no *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Nele determinei duas fases: uma, antiga, caracterizada pela cerâmica cardial; a outra epi-cardial, que baptizei, à falta de melhor nome, horizonte de Furninha – se bem que este sítio, contendo bastantes vestígios desta época, pudesse igualmente conter documentos mais recentes.

Este primeiro contacto com as pessoas que trabalhavam então a Pré-história de Portugal foi, nos anos seguintes, completado por outras deslocações que me puseram em contacto com uma geração mais jovem de investigadores: no Porto com Susana Jorge, que defendera uma tese sobre o Neolítico recente-final e com Vitor Jorge, que estava ligado à tipo-cronologia do megalitismo; em Sétubal com Joaquina Soares e Carlos Tavares, infatigáveis pesquisadores e conceptores do Neo-Calcolítico; com João Zilhão, interessado pelos ritmos da Neolitização. Mais recentemente com João Cardoso, “o homem de Leceia”, com quem me encontrei no Colóquio de Riva del Garda, com Manuel Calado, Mariana Diniz, Ana Catarina Sousa, Maria de Jesus Sanches, Rui Parreira, Rosa Cruz e o malogrado Rui Boaventura. E, nestes últimos dias, com Carlos Fabião, Luís Raposo, António Carvalho, António Valera, António Faustino Carvalho.

Como não poderia deixar de ser, faço uma referência especial a Luís Oosterbeek que, durante mais de dez anos, foi o activo secretário-geral da União Internacional de Ciências Pré-históricas e Proto-históricas, organizou o congresso de 2006 em Lisboa e conduziu na União uma política de desenvolvimento que merece ser reconhecida – e cuja última grande manifestação foi o recente Congresso de Paris, organizado por François Djindjian, hoje presidente da l’UISPP.

Mas, neste lugar, já a duvidariam por tardia, quero fazer referência especial a Victor Gonçalves. No

início da década de 1970, ele era um jovem assistente da Faculdade de Letras de Letras. Eu era director de investigação do CNRS, professor na EHESS e tinha fundado o Centre d’Anthropologie des Sociétés Rurales, em Toulouse. Victor veio visitar-me ao meu laboratório e perguntou-me se eu queria aceitar a orientação da sua tese de doutoramento sobre o Megalitismo no Alto Algarve oriental. O tema agradou-me e o entusiasmo do candidato também: aceitei. Seguiu-se um acordo de investigação entre o Centro de História da Universidade de Lisboa e a nossa instituição de Toulouse. Sucederam-se várias viagens a Portugal, durante as quais me informei sobre o avanço das investigações e visitei os sítios ainda em exploração: nunca me esqueci de uma visita a Santa Justa, uma espécie de quinta fortificada calcolítica. Também guardo recordações da apresentação pública da tese de Victor, em 1989, que lhe permitiu tornar-se professor e animar com o dinamismo e sucesso que conhecemos, o Centro de Arqueologia (UNIARQ), por si criado, e cujo ritmo de publicações nos testemunha. Há anos que recebo soberbas e volumosas obras, monografias ou actas de colóquios, cujo peso faz vergar as prateleiras da minha biblioteca. Obrigada, caro Victor, por este longo percurso de companheirismo e amizade.

A Pré-história recente de Portugal é um jogo cíclico, rítmico, de influências tanto mediterrânicas como atlânticas. Esta terra neolitizou-se sob o efeito do influxos orientais, cujo ciclo cardial é a manifestação mais ocidental. No entanto, a partir do 5^a milénio, com o aparecimento do dolmenismo, do qual Portugal é um espaço privilegiado, a personalidade atlântica afirmou-se. Portugal, a Galiza, o centro-oeste de França, a Bretanha e a Dinamarca são os faróis megalíticos que iluminam a pré-história ocidental. Com o final do Neolítico e a Idade do Cobre, é a esfera mediterrânica que parece retomar o protagonismo: os tholos florescem entre Almeria e a baía de Lisboa, as sepulturas hipogeicas, os contactos que trazem o marfim de África e da Ásia, transformam então o sul da Península Ibérica num centro criador muito particular, gerador de sítios sobredimensionados, pequenas cidadelas fortificadas: um conjunto cultural inserido nas grandes culturas calcolíticas que se encadeiam no Mediterrâneo ocidental, de Malta até às costas portuguesas. A Idade do Bronze assistiu a um regresso em força das influências atlânticas, com a eclosão das oficinas metalúrgicas dos machados de talão e azelha, características das costas oceânicas. As importações cipriotas e, sobretudo, a expansão fenícia obrigarão a que se contemple, de novo, o

Mediterrâneo.

É tempo de concluir e, com algum distanciamento, de me interrogar sobre o significado desta Revolução Neolítica à qual consagrei a minha vida profissional. Interpretei-a como uma mensagem: ao domesticarem plantas e animais, os seres humanos libertaram-se de uma natureza constrangedora, adquiriram segurança alimentar, foram-se munindo, com o passar do tempo, de aperfeiçoamentos técnicos que aliviaram as agruras do ambiente e a penosidade do trabalho. A porta ficava assim doravante aberta para conseguirem alimentar decentemente um número maior de bocas. A agricultura gerava excedentes, dando a alguns a capacidade de exprimirem, a tempo inteiro, a sua

competência artesanal ou intelectual fora do trabalho dos campos. Numa palavra, uma mensagem de esperança. A situação não durou muito porque esta visão, implicando a partilha, foi rapidamente sufocada por comportamentos de domínio: desigualdades, estatutos hereditários, ascensão de privilegiados, desejo de lucros, estratégias económicas para viver à custa dos mais fracos, exploração da natureza até atingir o irrazoável. Pagamos hoje o preço destas derivas. A mensagem do Neolítico transviou-se. Possamos nós encontrar, através da moderação e do altruísmo, o caminho da sabedoria, essa qualidade que a nossa espécie gosta de usar para se descrever: *Sapiens*.

Tradução por ESNB Consulting Lda.

OPHIUSSA

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (*peer review*). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores. O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial. A Revista *Ophiussa* segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas. As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. Para efeito de detecção de plágio será utilizada a plataforma URKUNDU.

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações: ophiussa@letras.ulisboa.pt

OPHIUSSA

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started in 1996, with the edition of volume 0. From 2017, this journal is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author (s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors. The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published. Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. In order to detect plagiarism, the URKUNDU platform will be used.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address <http://ophiussa.letras.ulisboa.pt>, where one can consult the entire edition.

For more information contact: ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

<i>CRISTINA GAMEIRO</i> - A tecnologia lítica do fim do Tardiglaciário no centro de Portugal: o exemplo do Abrigo 1 de Vale de Covões (Soure)	5
<i>JUAN ANTONIO CÁMARA SERRANO - FERNANDO MOLINA GONZÁLEZ - CRISTÓBAL PÉREZ BAREAS - LILIANA SPANEDDA</i> - Una nueva lectura de las fortificaciones calcolíticas del Cerro de la Virgen (Orce, Granada, España)	25
<i>THOMAS TEWS</i> - A quadratura do círculo: sobre a questão da escolha de planta na arquitectura doméstica, no exemplo da Pré-História Recente e Proto-História na Estremadura Portuguesa ..	39
<i>ÍRIS DA COSTA DIAS</i> - A ocupação da Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras) durante o Bronze Final: a colecção de Gustavo Marques	59
<i>FRANCISCO JOSÉ GARCÍA FERNÁNDEZ - FERNANDO AMORES CARREDANO - ROCÍO IZQUIERDO DE MONTES - ANA MARÍA JIMÉNEZ FLORES</i> - Dos enterramientos singulares de la necrópolis de la Cruz del Negro (Carmona, Sevilla)	75
<i>FRANCISCO B. GOMES</i> - Equipamentos de culto nos santuários da Idade do Ferro do Sul de Portugal: os altares	101
<i>ANA SOFIA ANTUNES</i> - Fornos / silos aéreos da arquitectura sidérica peninsular: a propósito de uns "fundos de cabana" e de umas estruturas circulares da Azougada	111
<i>ANTONIO M. SÁEZ ROMERO</i> - Pucheros y fogones. Aproximación a la evolución de la producción de «cerámicas de cocina» púnicas y tardopúnicas en Gadir	137
<i>MARIA JOSÉ DE ALMEIDA</i> - Contributo para a normalização do registo de informação arqueológica a partir do estudo da via Emerita-Olisipo por Ebora	167
<i>ALEXANDRA NEPOMUCENO</i> - Fragmentos do Oriente em Leite Vasconcelos	185
<i>DANIEL CARVALHO</i> - A História da Arqueologia no novo milénio: dimensões, métodos e perspectivas para o caso português	195
RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS (textos de Juan Álvarez García, Francisco B. Gomes e Elisa de Sousa)	205
<i>JEAN GUILAINE</i> . DOUTOR <i>HONORIS CAUSA</i> PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA (textos de Mariana Diniz, Victor S. Gonçalves e Jean Guilaine)	213

